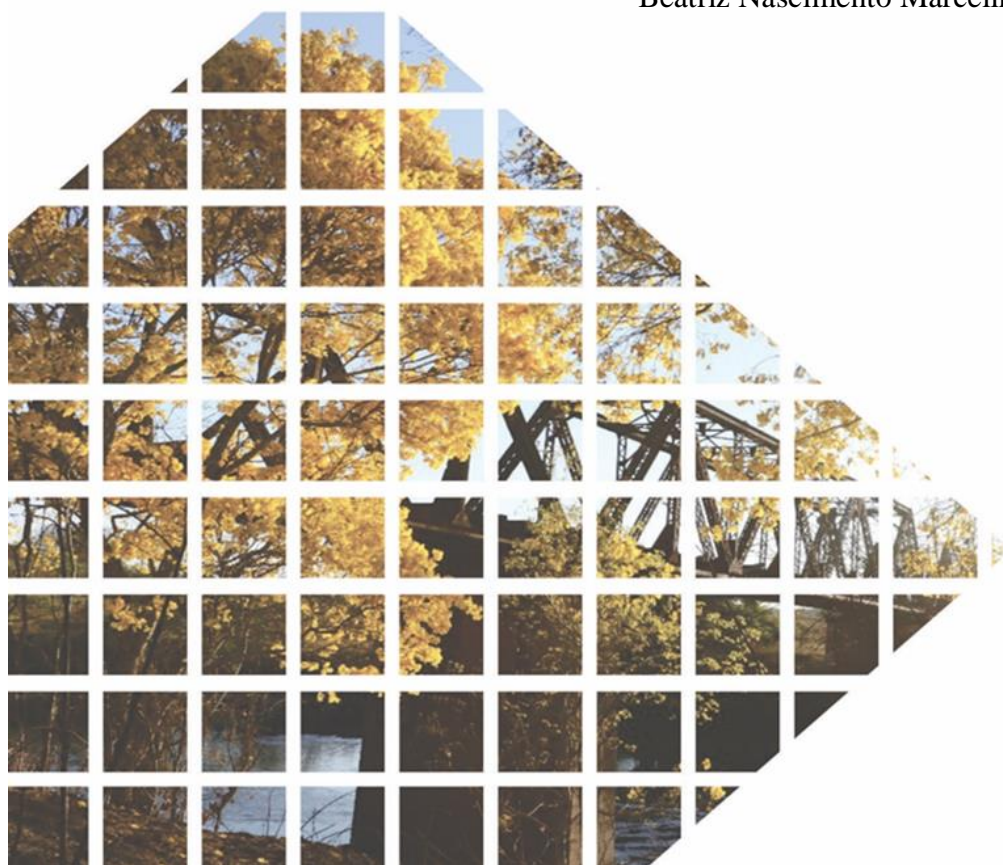


ANAIS DO II SIMPÓSIO
INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA
ANPUH-GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG – Câmpus Pires do Rio

Me. Enival Mamede Leão (UEG/Pires do Rio)
Dra. Keides Batista Vicente (UEG/Pires do Rio)
Dra. Marilena Julimar Fernandes (UEG/Pires do Rio)
Dr. Vitor Hugo Abranche de Oliveira (UEG/Pires do Rio)
Dr. Allysson Garcia Fernandes (UFG - ANPUH)
Esp. Priscila Nascimento Marcelino (UEG/ Pires do Rio)
Beatriz Nascimento Marcelino (UEG/Pires do Rio)



Arte: Estevam de Paula da Silva (UEG/ Pires do Rio)

Catálogo na Fonte
Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE)
Universidade Estadual de Goiás
Bibliotecária: Ceila Rodrigues / CRB1/2218

E56

Encontro Regional da Anpuh-GO, da Universidade Estadual de Goiás, (12: 2018: Pires do Rio, GO).

Anais do II Simpósio Internacional de História da Universidade Estadual de Goiás. Conflitos na História: perspectivas historiográficas e práticas docentes, 08 a 11 de maio de 2018. Pires do Rio, Goiás; organizado por Enival Mamede Leão [et. al].

ISSN: 2525-4855

1. História.
2. História da saúde.
3. História e formação.
4. Pensamento social.
5. História e psicanálise.
6. Políticas públicas no Brasil. II. Título.

CDU 93/94(81)

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Após quatro edições nacionais, o Simpósio Nacional de História da UEG tornou-se, em 2015, o 1º Internacional. Herdamos, em Pires do Rio, a imensa alegria de dar continuidade a essa história. Mas também, junto com toda essa bagagem, a grande responsabilidade de continuar o lindo trabalho bem feito dos colegas que nos precederam. Como fazer isso? Com certeza, sozinhos seria impossível. O que seria de nós sem a camaradagem?

Os eventos são os momentos em que, de fato, *respiramos* a Universidade: deparamo-nos com novas pesquisas ou retomamos leituras que havíamos perdido; temos contato com novas linguagens, debatemos com o contraditório... São oportunidades de grandíssima importância para a maturação da comunidade acadêmica. Mas, sobretudo e mais importante, fazemos novas amizades e reencontramos velhos amigos e velhas amigas. Diríamos, parafraseando o professor Noé Freire, que é o momento de sincronizar memórias, para seguir adiante.

Hoje reencontramos amigos que estiveram distantes todos esses anos e que, mesmo à distância, por telefone, whatsapp e e-mail, contribuíram de maneira inestimável para que chegássemos até aqui.

Porém, com esse evento, aprendemos algo em particular: se participar serve para rever e fazer amigos, realizar algo desse tamanho, estar na organização de um evento desse porte, é absolutamente impossível se não contássemos com todos esses camaradas de tantas trajetórias. Desde os contatos iniciais para participações até as questões mais sérias, não seríamos capazes de resolver se não fosse a boa vontade de quem se dispôs, desde o início, a ajudar. Foram incontáveis as vezes, impossíveis de serem detalhadas aqui, que precisamos recorrer às camaradagens de longa data e confiança para nos ajudar.

Prova disso é o professor João Alberto que, tão prontamente, se dispôs a comparecer para a cerimônia de abertura a dois dias do início do evento. Estamos convictos que, sem a menor sombra de dúvida, isso não seria possível sem uma carga de confiança da qual nem nós sabíamos que éramos tão merecedores.

Dizemos repetidamente em sala de aula que estudar História ou qualquer outra disciplina de humanas é apenas um pretexto para que, através dessas ciências, nos tornemos pessoas melhores e possamos transmitir isso aos nossos semelhantes. Ao nos reencontrarmos, reforçamos essa premissa: seja nas conferências, seja nas mesas redondas, seja nos minicursos, seja nos simpósios temáticos, seja na Assembleia, seja nas exposições culturais, tenho certeza

absoluta que saímos do Simpósio da UEG e do Encontro da Anpuh não apenas com imensa bagagem científica, mas com um engrandecimento pessoal inestimável.

O agradecimento que faremos não é apenas uma formalidade. É antes de tudo uma obrigação. Nossa primeira obrigação é a gratidão. Gratidão pela camaradagem e pela contribuição absolutamente desinteressada de todos os colegas que, dentro de suas possibilidades contribuíram.

Ao povo brasileiro e ao povo goiano.

À Universidade Estadual de Goiás, que cumpre aqui sua missão no processo de formação e por oferecer uma educação pública, gratuita, laica, crítica e com qualidade social.

Ao Reitor Haroldo Reimer.

Ao Diretor Enival Mamede Leão, incentivador infatigável do evento, nos recebendo e atendendo a cada necessidade com a mesma intensa atenção. Obrigado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG – pelo apoio financeiro e pela presteza no atendimento.

À professora Julimar, parceira de organização, pela doação nesse ano, incluindo sábados, domingos e feriados. À Julimar vai um agradecimento especial. Sem ela, sem seu esmero e dedicação incansáveis, nada disso seria possível. Obrigado, Juli.

Ao professor Allysson, infatigável parceiro de tantas outras aventuras que, desde o início esteve presente em cada decisão e possibilitou a parceria com a Anpuh.

À professora Keides que, mesmo em outro país, contribuiu sempre que foi necessário, preparando documentos, aconselhando e opinando decisivamente.

Ao professor Bruno que, mesmo distante, nos ajudou como pode, com seus contatos, sua experiência e sua generosidade sem tamanho. Por, junto com o Diretor Mamede e o coordenador pedagógico Rubislei, terem lutado para trazer o Simpósio para Pires do Rio, com o qual temos a honra de contribuir.

À Beatriz e Priscila, co-organizadoras, com as quais nós contamos de domingo a domingo, dia, noite e às vezes, de madrugada! Estas passaram por todos os perrengues sem esmorecer sequer um segundo. Sem essas duas, esse evento nunca teria saído do papel.

Ao Estevam, que foi o responsável por toda a arte e os certificados do Simpósio.

A todos os monitores que deram seu suor para que isso tudo fosse organizado. Sem vocês, seria impossível qualquer evento. Vocês são tão importantes quanto toda a organização. Gostaria que todos se sentissem agraciados nesse agradecimento coletivo.

Ao coordenador Ubiratan e ao corpo docente do curso de história da UEG de Pires do Rio.

A todos os participantes: de Goiás, do Distrito Federal, de Minas Gerais, Bahia, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Acre e de todos os Estados e cidades que não pudemos citar aqui.

Nós, da organização, fizemos muito pouco perto de todos esses que nos ajudaram e continuam ajudando. *Hoje, somos completa gratidão.* É um privilégio poder chamá-los e chamá-las de camaradas.

Prof. Dr. Vitor Hugo Abranche de Oliveira
*Organizador Geral do II Simpósio Internacional
de História da Universidade Estadual de Goiás e
XII Encontro Regional da ANPUH*

LISTA DE PATROCINADORES

Aos patrocinadores que, tão gentilmente, e muitos na plena amizade e generosidade, nos possibilitaram apoio:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS – FAPEG

Marciene Vicente Fotografia
Prefeitura de Santa Cruz
Colégio Sagrado Coração de Jesus
MV Lanches
Paulo Pedro Gomes – GO Camisetas
Conos Sorveteria
Editora Vozes
Print Arte Comunicação Visual
Green Park Hotel
Museu Ferroviário de Pires do Rio
Padaria Pão Dourado
Point do Sorvete
Drogaria Econômica de Palmelo

Obrigado a todos!

FOTOS

| | |
|---|----|
| Foto 1 – Comissão local de organização..... | 09 |
| Foto 2 – Conferência de abertura..... | 09 |
| Foto 3 – Demais conferências..... | 10 |
| Foto 4 – Mesa 01: Historiografia dos conflitos contemporâneos..... | 10 |
| Foto 5 – Mesa 2: Conflitos na docência: políticas públicas e o ensino de História..... | 10 |
| Foto 6 – Mesa 03: Veredas da História: Memória, cinema e cangaço..... | 11 |
| Foto 7 – Monitores..... | 11 |
| Foto 8 – Participantes..... | 12 |
| Foto 9 – Minicursos e Simpósios Temáticos..... | 12 |

ÍNDICE

| | |
|---------------------------|-------|
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 1..... | 13 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 2..... | 75 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 3..... | 190 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 4..... | 296 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 5..... | 320 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 6..... | 402 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 7..... | 424 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 8..... | 471 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 9..... | 492 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 10..... | 522 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 11..... | 583 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 12..... | 607 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 13..... | 657 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 14..... | 731 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 15..... | 753 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 16..... | 799 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 17..... | 917 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 18..... | 939 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 19..... | 1.003 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 20..... | 1.039 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 21..... | 1.107 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 22..... | 1.132 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 23..... | 1.168 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 24..... | 1.264 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 25..... | 1.308 |
| SIMPÓSIO TEMÁTICO 26..... | 1.320 |

GALERIA DE FOTOS

Foto 1- Comissão local de organização.



Foto 2 – Conferência de abertura.



Foto 3 – Demais conferências.



Foto 4 – Mesa 01: Historiografia dos conflitos contemporâneos.



Foto 5 – Mesa 2: Conflitos na docência: políticas públicas e o ensino de História.



Foto 6 – Mesa 03: Veredas da História: Memória, cinema e cangaço.



Foto 7 – Monitores.



Foto 8 – Participantes.



Foto 9 – Minicursos e Simpósios Temáticos.



Fonte das fotos: Organização do Simpósio.

13

SIMPÓSIO TEMÁTICO 1

História da Saúde, das Doenças e do
Corpo: Instituições, Políticas e Projetos
Educativos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**PROPAGANDA, A ALMA DO NEGÓCIO: A POPULARIZAÇÃO DOS
REMÉDIOS ALOPÁTICOS NO INTERIOR DE MINAS GERAIS, NAS
PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.**

Doriam Erich de Castro (IFG)¹

Resumo: O desvelar de um novo século, especialmente as primeiras décadas do XX, nos possibilita observar profundas transformações na vida de homens e mulheres no interior de Minas Gerais, onde mudanças, aparentemente corriqueiras, como a ampliação do consumo de remédios, produtos de higiene e beleza, pouco a pouco se popularizavam. Neste contexto, entre os argumentos apresentados pela nascente “indústria” farmacêutica, observa-se o apelo ao consumo dos remédios alopáticos, que reabilitariam os corpos debilitados, proporcionando-os saúde e vigor para o trabalho, inserindo os habitantes do interior do país, nos trilhos do desenvolvimento capitalista. As propagandas veiculadas em jornais de época e almanaques possibilitam compreender as relações entre o saber popular e as apropriações dos laboratórios farmacêuticos, que passam a estabelecer uma relação de circularidade entre os saberes médicos arraigados na modernidade e na tradição, em que se pode observar diversos discursos sobre o corpo, consumo e o nascimento das práticas da automedicação.

Palavras-chave: Propagandas; Saberes Médicos; Consumo; automedicação.

O desvelar do novo século, marcou profundas transformações no cotidiano de homens e mulheres que viviam no interior do país. Mudanças aparentemente corriqueiras, como a ampliação do consumo, incidiram consideravelmente, nos vários costumes presentes no dia-a-dia dessa população.

No início do século XX, difundiram-se inúmeros produtos que chegavam ao mercado brasileiro, tais como remédios, vestuários alimentos, produtos de higiene

¹Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás, professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás. Campus Goiânia Oeste. Contato:doriam.castro@ifg.edu.br.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

peçoal e beleza, entre tantos outros que, pouco a pouco, se apresentavam indispensáveis para as necessidades diárias. Nesse processo, conhecemos diversos produtos que conseguiram emplacar suas marcas, passando a sinonimizar os próprios produtos. Assim, os consumidores passaram a designar lâmina de barbear como Gillete, amido de milho como Maisena, ácido acetilsalicílico como aspirina, mesmo ao referir-se a outras marcas disponíveis no mercado. (ARRUDA, 1985).

No Triângulo Mineiro, estes produtos eram apresentados a comunidade de São Pedro de Uberabinha-MG² por meio dos periódicos que circularam pela cidade nas primeiras décadas do século passado. Entre estes, os jornais O progresso e A Tribuna traziam em suas páginas, inúmeros anúncios de produtos que se apresentavam como porta vozes da modernidade e do progresso para regiões até então, “esquecidas” nos sertões do Brasil Central.

Neste contexto, observam-se tanto os contornos das experiências de consumo que começavam a ser estimuladas, como a persistência das práticas rurais que possibilitavam produzir artesanalmente produtos necessários ao dia a dia. Como exemplo, damos destaque às práticas médicas populares, que representavam o avesso da modernidade, pois a perpetuação de práticas rurais como o uso de chás, mezinhas e benzeções não os inseriam no mercado consumidor, o que constituía um entrave para a “indústria” farmacêutica nascente.

Tais relações nos são desveladas por meio dos anúncios de jornais, em que percebemos que os conhecimentos populares de cura não eram muito distantes dos xaropes e fortificantes dos laboratórios que estavam à disposição do mercado consumidor à época. Os medicamentos milagrosos da farmacopeia brasileira que agora se apresentavam em novas embalagens e com nomenclaturas bem diferentes dos antigos

² São Pedro de Uberabinha - MG era um distrito da cidade de Uberaba-MG, foi elevada a categoria de cidade em 31/08/1888, passou a se chamar Uberlândia-MG em 1929 por meio de um concurso promovido pelo Jornal a Tribuna.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

frascos das populares garrafas, ganhavam novas denominações, um destes produtos que era apresentado ao público consumidor era o Boldeno, que usava o slogan; *secularmente usado para o fígado*; estrategicamente, estabelecia-se um diálogo entre a modernidade e a tradição. É o que também sugere a propaganda do Elixir de Sucupira de Queiroz, que não se diferenciava em muitos aspectos das tradicionais garrafadas:

Nós outros brasileiros somos sempre indiferentes às preciosidades existentes em nosso paiz, e nos extasiamos diante das vulgaridades que nos vêm do estrangeiro. Este raciocínio nasceu do pouco caso que fazemos da nossa riquíssima flora e dos inexauríveis thesouros therapêuticos que ella encerra. O pequeno número de plantas medicinais, cuja acção therapeutica é mais conhecida difficilmente tem conseguido prender attenção dos nossos médicos. A sucupira cujas sementes balsamicas maceradas com aguardente constituem um bom remédio contra o rheumatismo como também contra as moléstias da pelle e as do estomago. Associando a sucupira com as sementes de colchicos e o iodureto de lithio, compoz o pharmaceutico Queiroz um elixir que tem se revelado tão efficaz contra o rheumatismo, em todas as suas formas, que, durante os 12 annos que elle é reconhecido ainda não houve um só caso de insucesso!!!(...)³.

Mesmo não sendo uma “regra” os anúncios usarem desse recurso apelativo, tal propaganda denuncia uma apropriação dos conhecimentos populares, que agora (res)surgem no mercado como produto. A apresentação do medicamento mais parece uma receita dos medicamentos populares, tão combatidos pela classe médica, do que os medicamentos com base científica que procuravam apresentarem-se científicos. Ainda que esse anúncio fosse veiculado por algum defensor da homeopatia, nota-se uma discrepância considerável entre esse anúncio e os de outros laboratórios.

Este, em particular, nota-se a preocupação do fabricante em legitimar seu produto por meio de experiências seculares vivenciadas pelas camadas populares, tornando possível ao enfermo acompanhar um pouco do processo médico que estava sendo

³ Jornal *O Progresso*. Uberabinha, 14 fev.1909, Anno II, n. 73, p.03.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

submetido, aos detentores do conhecimento médico popular, ainda lhes eram “reservado” o direito de “ler”, “conhecer” o seu corpo, compreender o tratamento. Já os anúncios de outros medicamentos, eliminavam o contato do paciente com os procedimentos terapêuticos que constituíam seu tratamento, o testemunho dos que se curaram e o discurso competente dos médicos e dos farmacêuticos, estes últimos, fabricante dos fármacos, que atestavam a eficácia dos remédios, estabelecendo uma dissociação entre as experiências do enfermo com os novos tratamentos.

Contraditoriamente, para um país que experimentava profundas transformações em direção ao desenvolvimento econômico, ainda persistia a ausência de políticas de saúde. O que era comum às populações que viviam no campo e nas cidades, eram os quadros clínicos de doenças como a opilação e impaludismo que incidiam sobre seus corpos. Diante desta realidade, fica uma questão: podemos compreender o desenvolvimento da Indústria Farmacêutica como um dos possíveis caminhos para se compreender à “modernização” dos costumes da sociedade brasileira?

Compreendendo a resposta como positiva, buscamos investigar a trajetória da epopéia dos medicamentos a disposição no mercado brasileiro nas primeiras décadas do século XX, buscando analisar como estes remédios chegavam ao público consumidor, que tinha receio das práticas médicas alopáticas, supostamente, devido aos honorários e procedimentos médicos. Tais apontamentos, nos leva a questionar as propagandas dos fármacos presentes em jornais impressos e em um determinado tipo de literatura – almanaque – muito comum entre os anos 1940 a 1970, escritos ou assessorados por médicos e/ou por sujeitos intimamente ligados aos valores das elites.

Na tentativa de estimular o consumo de medicamentos, historias como *As Aventuras de Zé Furão*, escrita por Cornélio Pires e Urupês de Monteiro Lobato (1969) que narra às peripécias de Jeca Tatu, eram adaptadas como veículos pedagógicos, que buscavam engendrar novas condutas sociais, e o consumo de drogas como perspectiva

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

de transformação das comunidades interioranas. Apesar de não ter conseguido o reconhecimento de Lobato, Cornélio Pires nos mostra algumas das trajetórias que os medicamentos seguiam até chegar ao público consumidor, como narra a historietta Proezas de Zé Furão⁴.

O personagem retrata um “astuto” homem do sertão, que a partir das leituras dos almanaques, conhecia e difundia os medicamentos dos Laboratórios Raul Leite, o protagonista Zé Furão, agora apelidado por Dr. Silva, passava a usar e receitar medicamentos, *tornando-se médico de si mesmo* e para pessoas próximas que necessitavam de tratamento, fazendo-se passar por médico do sertão e ganhou muito dinheiro e notoriedade. Como narra o próprio Cornélio Pires.

⁴ Miguel de Azevedo e Silva conhecido como Zé Furão, era um jovem bem afeiçoado que saiu de São Paulo em direção a Jaú onde montou um escritório de representações. Como os negócios não iam bem saiu para espairer, momento em que encontrou um colono italiano com um enorme ferimento na cabeça, causado pelo coronel dono das terras em que trabalhava. Diante das circunstâncias, o astuto Zé Furão apresentou-se para o colono como advogado, prontificando em defendê-lo. Como resultado deste episódio na vida de nosso protagonista, ele enganou o colono e o coronel, conseguindo uma boa bolada. Como todo sujeito astuto, Zé Furão não esperou para ver os desdobramentos desta história. Tomou a direção de Barretos e adquiriu um Ford de quinta mão, que usava para deslocar-se no interior do município em busca de negócios. Entretanto, tudo o que conseguia arrecadar os concertos do carro levava, “enxergou o Zé melhor negócio: vendeu o automóvel e montou uma oficina mecânica.... Dentro em pouco já tinha dinheiro no banco e comentava: – Abençoado ‘fordeco’ que me abriu os olhos: o ‘fordeco’ me tirou, o ‘fordeco’ me deu...”. (PIRES, s/d, p.07.) Contudo, quando os *negócios iam* de vento em poupa, abateram sobre Zé Furão várias moléstias, transformando-o em um depósito de doenças, amarelão, maleita, gripe, entre outras. Nesta altura, “(...) Médicos e farmacêuticos já lhe haviam engolido quase todas as economias, quando resolveu a abandoná-los e a escolher remédios, *tornando-se médico de si mesmo*... E não é que o Zé acertou?!’ Ao restabelecer-se percebeu que estava quase sem dinheiro, foi quando observou que estava diante de um grande negócio, se - “ As doenças mos (sic) tiraram, as doenças mos (sic) darão.” (PIRES, s/d, p.07.), Correu as farmácias de Barretos e desapareceu da cidade.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Sentindo-me doente em Barretos e depois de gastar contos e contos de réis, caiu-me a mão um “Vademecum” dos “Laboratórios Raul Leite”, e assim me tornei médico de mim mesmo. Com a nova saúde, veio-me a idéia de “banicar” o médico do sertão. Fiz um sortimento e “meti a cara”. Entrei pelo Triângulo Mineiro, passei pelo Prata e lá sabendo que havia pestes na Abadia da Água Suja, toquei para lá, onde iniciei, meio desconfiado minha clinica. Apurei bom dinheiro, fui a Uberaba, reformei o estoque e rumei para Goiaz (...) - Quais os preparados que mais usas? – Para gripes, bronquites, pneumonias, o “AGRIPAN” não falha. A criançada magricela tem engordado com o “CALCIOVITAMINA”. (...) – E você não imagina o bem que Raul Leite fez ao país, curando a nossa gente e evitando a saída de muito dinheiro em troca de drogas nem sempre novas e nem sempre eficientes em pais tropical. Só com a “OPILINA” já tornei em homens úteis milhares de brasileiros que estavam sendo inutilizados pelo amarelão. (...) Para o depauperamento e fraqueza de nossa gente, o GUARANIL faz milagres. A criançada magricela engorda, toma coores e fica endemoniada com o uso do Tônico Infantil.(...) Frize bem que não opero, nem invento remédio e sou apenas um veiculo para aplicação dos preparados dos “Laboratórios Raul Leite”, esse homem que teria por cada um monumento si este povo avaliasse que os meus remédios são dele (PIRES, s/d, p.12-16).

Esta simples historieta nos auxilia perceber os interesses dos laboratórios em alguns dos modos de vida que estavam presentes na região do Triangulo Mineiro, bem como do Brasil Central, induzindo a conceber que diante dos altos custos dos tratamentos médico e da ausência destes profissionais, possibilitava a “espírituosos” como Zé Furão tornarem-se “médicos” ambulantes, o que acaba sendo a moral desta historia.

Nesse relato “aparentemente ingênuo”, o personagem que circulava entre a cultura erudita e popular, pois detinha o domínio da leitura, o que o possibilitava adentrar no universo das elites através dos anúncios dos jornais e almanaques, e situar-se no universo da cultura popular, ao compartilhar os valores, costumes e receios das camadas sociais tidas como “inferiores”, o que pode ser percebido quando não impunha em seu prontuário medico o uso de injeções, alvo do receio das camadas populares, e, ao

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

clínica fazia uso dos medicamentos dos laboratórios embalados em outros vasilhames e receitava-os acompanhados de dieta, práticas marcantes da medicina rústica do Brasil Central (ARAUJO), revelando sua inserção nestes dois universos. (BACKTHIN, 1999)

Apropriando-se de linguagens e experiências do universo popular, escondiam-se por trás das astúcias do Zé Furão, as estratégias da indústria farmacêutica, que tinha o interesse em expandir o consumo dos medicamentos por todo o território nacional, o que nos instiga a pensar a circularidade cultural entre o conhecimento da medicina popular e o conhecimento científico. (BACKTHIN, 1999, p.27.)

Portanto, divulgar e popularizar estas narrativas, sustentaria a moral da história de Cornélio Pires que todo cidadão poderia tornar-se seu próprio médico, consumindo diretamente os medicamentos que se faziam presentes no mercado. Nestes impressos, o povo brasileiro era percebido como pauperizado, doente, que necessitava ser saneado. Neste sentido, os remédios anunciados buscavam criar uma clientela evitando-se enfrentamento com a classe médica, pois estes agentes, como explica o personagem Zé Furão, não realizariam intervenções, sendo estas práticas exclusivas dos facultativos, e a produção de medicamentos atribuição dos farmacêuticos, os enfermos cumpria o papel de consumir. Para isso, a posologia do medicamento era divulgada para que se sensibilizassem com os testemunhos presentes nos anúncios:

Modo de usar o “Elixir de Nogueira”. Do pharmaceutico Chimico Silveira. Não havendo indicação medica. Toma-se pela manhã duas colheres das de sopa, puro ou com igual porção de água, duas colheres ao meio dia e duas a noite, podendo-se elevar a dose, nos casos graves, até quatro colheres de uma vez. (...) As pessoas que n’ao poderem tomar puro o “Elixir de Nogueira”, adicionarão igual porção de água e o adoçarão a sua vontade, com assucar, mel melado, etc.⁵

⁵ Jornal o Progresso. Uberabinha, 30 abr.1910, Anno IV, n. 133, p.02.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Didaticamente, os nomes dos remédios anunciados associavam-se as enfermidades a que eram destinados, e seu manuseio era acessível a qualquer sujeito que tivesse acesso à cultura escrita. Conforme evidenciado por meio das fontes, essa ideia não surgiu com os almanaques, sendo difícil precisar quando tal estratégia foi adotada. A ideia de tornar-se médico de si mesmo, e/ou de alguma pessoa próxima, estava exposta nos anúncios de jornais que antecederam os almanaques, eram acompanhados de testemunhos de populares a fim de legitimar o medicamento.

Ilmo Sr. J. R. de Sa Carvalho – Amigo e Sr. – Se lhe convier 24\$000 por dúzia de frascos de suas pílulas Anti – Hemorroidarias, me mande pelo correio uma dúzia de frascos que voltarei a importância pelo mesmo. Martyr como tenho sido de incommodos hemorroidários o único remédio que muito me tem alliviado apesar de ter tomado um vidro, foi as pílulas de que se trata, motivo que preciso de uma dúzia de vidros para meu uso e servir algum amigo.⁶

Se estes testemunhos eram legítimos ou não, tal questionamento não é foco de nossa atenção, todavia, os compreendemos como estratégia de marketing. Em um período em que estes produtos eram atestados quanto a sua eficiência, pelo gosto popular, que os avalizava no mercado. Chegavam ao conhecimento do público por intermédio das propagandas que, pedagogicamente, identificava a doença e recomendava o medicamento para a enfermidade, possivelmente essa seria a escola de medicina que Zé Furão cursara. Estas estratégias de marketing nos revela que a saúde, neste âmbito, era algo de preocupação individualizada e não coletiva, pois cada indivíduo era o responsável por cuidar-se de si e de alguém próximo como sugere o anúncio.

Presumivelmente, Zé Furão ao passar por cidades vizinhas a Uberabinha-MG como Prata-MG, Uberaba-MG, Abadia da Água suja - MG, observara que seus clientes, os homens do sertão em sua grande maioria eram analfabetos. Deste modo, apresentava-

⁶ Idem.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

se como intermediários entre o mundo letrado e a cultura popular. (Ginzburg, 2006.) Considerando que nestas comunidades o índice de analfabetismo era muito alto, qual seria o público a que se destinava esse tipo de literatura e propaganda? Nossas análises apontam que estas, eram veiculadas com o objetivo de chegar aos formadores de opinião, professores, padres, farmacêuticos, entre outros letrados, que tinham acesso às propagandas, divulgando os produtos para os extratos sociais que não tinham o domínio da leitura, conforme nos orienta Natalie Davis (1990, p.157-186.), os impressos eram mensageiros de relações, dada a indissociabilidade, entre a cultura oral e escrita.

Ao pensar as novas relações apregoadas pela palavra impressa, nota-se a intenção dos laboratórios farmacêuticos em estabelecer a crença nos modernos remédios, como evidenciado nos inúmeros depoimentos que eram parte integrante das propagandas. Esses recorriam não só à cientificidade dos produtos, mas também à carga apelativa dos relatos de pessoas comuns que, presumivelmente, faziam uso desses “miraculosos remédios”. O objetivo era atingir centenas de pessoas que padeciam do mal descrito no anúncio, provocando a identificação com o enfermo, possivelmente futuro consumidor. A estratégia legitimava o uso da droga por sua “eficiência inquestionável”, como sugerem os depoimentos apresentados.

Ilmo Sr. Pharmaceutico dr. J.R. de Sá Carvalho.

Venho por meio deste publico attestado manifestar-vos o meu agradecimento. Soffri mais de 10 annos de incommodos hemorrhoidarios agudos, complicados com todas as espécies de perturbações de sangue e nervos, cheguei a um estado de crise nervoso tornando-se irascível. Usei remédios de muitos médicos e menos, me aconselharam o uso das vossas maravilhosas Pílulas Anti – Hemorrhoidarias. Com 3 vidros senti-me completamente novo e outro homem. Estou usando o 4 para completar a cura. Vos sou grato immensamente – criado amigo. Francisco Fuiz de Oliveira. Uberaba, 18 de abril de 1910.⁷

⁷ Jornal O Progresso, Uberabinha, 25 mar.1911, Anno IV, n.180, p.02

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Talvez aqui nascesse o remédio de marca, de “comprovada eficácia”, mesmo que mais caro do que os similares, cuja qualidade era “superior”. Para tanto, buscava-se, nos mínimos detalhes, diferenciar seus produtos junto aos consumidores. Como se observa, “A cura da opilação (...) Em vinte dias pelo Dochmicida de Motta Junior. Medicamento aprovado pela Inspectoria de Hygiene Federal. N.B. E falso medicamento que não trouxer o ‘fac-simile’ da firma do auctor ao lado de cada latinha”⁸ As diferentes propagandas, dos mais variados laboratórios, revelam a disputa de mercado pela nascente “indústria farmacêutica”, cada um legitimando seu produto e sua marca por meio da publicidade que usava diversos mecanismos para tal finalidade, desde o reconhecimento da patente, embalagens, slogans e logotipos.

Sobre a publicidade Arruda nos aponta que:

Ela será mais eficiente quanto mais marcante e maior for a variedade dos produtos aos olhos dos consumidores. Caso uma marca consiga se destacar de forma significativa, a competitividade da empresa crescerá no seu bloco, monopolístico, e menos elástica ser[á a procura de seu produto. Ela estará em condições de elevar os preços sem obter, como contrapartida, qualquer ônus suplementar. O papel da publicidade é o de fixar o consumo numa marca e o de tornar menos opaco o mercado. (...) Dessa forma, as determinantes implícitas no processo de criação publicitária, penetram intrinsecamente a estrutura produtiva, cuja manifestação mais evidente é o design assumido pelo produto. (ARRUDA, 1985, p.46,47.)

Ao debruçarmos sobre as antigas páginas dos jornais, entramos em contato com o cotidiano de homens e mulheres, cujo processo de urbanização foi marcado pela dicotomia modernidade/tradição. Como se vê, este processo de impulsão ao consumo, traduzido em estratégias de mercado, como a prática do *seja o medico de si mesmo*, tão divulgada nos almanaques e propagandas ainda ressoa em nosso cotidiano, em experiências como a automedicação. A constituição do mercado farmacêutico e das

⁸ Jornal O Progresso, Uberabinha, 01 abr. 1911, Anno IV, n. 181. P.03

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

novas práticas de saúde presumem as possibilidades de aprofundar as investigações em torno das relações entre os saberes médicos.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Alceu Maynard. **Medicina Rústica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A Embalagem do Sistema. A publicidade no Capitalismo Brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- DAVIS, Natalie Zemon. “O povo e a palavra impressa”. In: **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- PIRES, Cornélio. **As Aventuras do Zé Furão**. Rio de Janeiro: Rio-Médico. s/d.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O PARTO EM PORANGATU: A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Genilda Pereira Batista Lima (UEG)¹
Gislene Batista Lima (UEG)²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar o ato de parir/parturejar/parturear no período de 1960 até 1990 em Porangatu, mencionando atendimento domiciliar, as mulheres grávidas, até a institucionalização do parto em maternidades no município. Em 1966 é criado o primeiro Hospital e maternidade, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, instituição particular, cuja proprietária era uma mulher/médica que atendia grávidas de melhor poder aquisitivo, as que não podiam custear eram assistidas por parteiras, casos complicados, não resolvidos entre mulheres, (mãe e parteira) quando não iam a óbito, eram transferidas para o Hospital da “Doutora”(Nome popular do Hospital Maternidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro) para atendimento pelo Sistema Único de Saúde. O (SUS). Em 1990 é criado o Hospital Regional para acolhimento às grávidas sem condições de custear gastos gestacionais. Foram analisados registros de nascimentos em históricos escolares e cartórios de registros civis. Foi observado que as crianças que nasceram por parteiras, consta na certidão de nascimento: “nascida em casa”, em domicílio, enquanto as nascidas em hospital consta o nome da Instituição. A História Oral contribuiu para o estudo inicial da memória do parto e dos envolvidos no processo.

Palavras-chave: Gestante; Parto; Parteira;

Histórico do parto no Brasil

A História da Educação Brasileira nos relata que com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, transformou as cidades da Bahia e do Rio de Janeiro não só em um polo econômico, mas também em centros de desenvolvimento culturais e intelectuais, cuja renovação ocorreu na educação em vários campos do saber.

D. João ao chegar no Brasil cria escolas de medicina, uma na Bahia, pelo Decreto 02 de 18 de fevereiro de 1808, por proposta do médico José Correia Picanço, cirurgião-

¹ Genilda Pereira Batista Lima Professora de Políticas Educacionais em RTIPD - Universidade Estadual de Goiás – Campus – Porangatu. genildapbl@gmail.com

² Gislene Batista Lima, Professora de Nutrição, UEG - Campus - Porangatu-GO. nutrigislene@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

mor do Reino, e a outra, no Rio de Janeiro pelo decreto de 02 de abril do mesmo ano, uma cadeira de anatomia no Hospital Real Militar da Corte, sendo nomeado docente Joaquim Rocha Mazarém.

Havia necessidade de médicos formados para atender não só a família real como também toda a população que aqui residia, uma vez que a medicina aqui era à base de tratamentos naturais feitos por pessoas leigas, a cura das doenças eram feitas através de magias, ervas, exorcismos, garrafadas, chás, banhos de ervas, e emplastas de folhas silvestres. O alecrim era considerado poderoso contra raios e usado para afastar feitiços. As folhas de figueira não podiam ser queimadas na casa onde tivesse criança em fase de aleitamento. O rosmaninho, o sabugueiro e o alecrim colhidos na manhã de São João livravam a casa de enfermidades.

O chá da arruda colhido em noite de Natal era usado em todas as doenças. Picão e erva-de-santa-maria combatiam vermes e parasitas intestinais. A manjerona enxugava corrimentos, a erva-de-urubu afastava cobras e a ipecacuanha incentivou capítulos em obras europeias: remédio milagroso para tudo!

Como diz Santos: (2009)

A história da Medicina e da Cirurgia no Brasil começa efetivamente com a vinda da família real para o Brasil, em 1808. Até então quem quisesse ser médico precisava ir para a Europa. Com a comitiva de D. João VI veio o Dr. José Correia Picanço, pernambucano, cirurgiãomor do Reino, formado pela Escola Médica de Montpellier. Foi ele quem ajudou D. João VI a inaugurar em 18 de fevereiro de 1808, em Salvador, a primeira escola médica do Brasil, a Escola Anatômico-Cirúrgica e Médica da Bahia, hoje, Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Em novembro do mesmo ano, logo após sua chegada ao Rio de Janeiro foi implantada a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro que posteriormente passou a ser a Universidade do Brasil e atualmente é a Escola de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, iniciando-se dessa forma o ensino Universitário no Brasil.

Disponível:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912009000300017

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Quanto aos cuidados de saúde com mulheres e crianças, os mesmos eram assuntos femininos, resolvidos entre elas, que quando não sabiam, procuravam pelas mulheres mais experientes como as comadres, amigas, mães e tias mais velhas da comunidade, de modo que assim saberiam os males/cura das espinhelas caídas, dores de barriga, inchaços, diarreias, amarelidão, fraquezas, hemorragias e doenças de mulheres.

Lançavam mão das rezas, benção com galhos de arruda ou de árvores para mal olhado, garrafadas com raízes e ervas, chás, banhos com sal e folhas. Quanto ao assunto parto, Brenes (1991), afirma que:

[...], parir e seus cuidados eram realizados por mulheres conhecidas popularmente por comadres, aparadeiras, ou mesmo de parteirasleigas. Estas detinham um saber empírico e assistiam domiciliarmente as mulheres durante a gestação, parto e puerpério como também nos cuidados com o recém-nascido. Estas mulheres eram de inteira confiança do mulhério e eram consultadas sobre temas vários, como cuidados com o corpo, doenças venéreas, praticavam o aborto ou mesmo colaboravam com o infanticídio. Na sua maioria, eram mulatas ou brancas, negras velhas e portuguesas que pertenciam aos setores populares.” (BRENES, 1991, p. 137)

Contudo esta pesquisa objetiva resgatar particularidades do ato de parir no Brasil e em particular no município de Porangatu, como prerrogativa do binômio mãe/filho no processo do nascimento. Desde o surgimento da humanidade, maternidade é prerrogativa do corpo feminino, quando prenha, sozinha, longe da sociedade seguindo o instinto natural, o organismo feminino expulsa naturalmente o feto, este, sai do corpo mulher, mãe- prenha, para a vida com a presença de amigas ou parentes próximos para auxiliá-la, uma aparadeira, parteira seguindo o senso comum, que quando havia complicações durante o parto colaborava para morte do feto ou mãe em muitos casos ambos.

Segundo Maia (2010), só no final do século XIX, os obstetras passaram a empreender campanhas para transformar o parto em um evento controlado por eles e circunscrito às maternidades, isto é, em instituições próprias para receber mulheres grávidas. Observa-se que antes do advento da obstetrícia foi possível manter uma divisão

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

do trabalho entre médicos e parteiras, na qual partos “naturais” eram objeto da atenção da parteira enquanto o médico era chamado apenas nos casos de complicações.

A disputa pela hegemonia no campo da assistência ao parto no mundo foi marcada por dois episódios envolvendo parteiras, com grande repercussão nos atuais modelos ocidentais de atenção ao parto. Um deles, ocorrido na Inglaterra, culminou com a incorporação do trabalho delas ao sistema de saúde oficial: a aprovação da lei das parteiras. O outro, nos Estados Unidos da América, conduziu à transformação do trabalho de parteiras em prática fora da lei, com base na estratégia de responsabilizá-las pelas elevadas taxas de mortalidade materna e perinatal. Com a chegada da arte obstétrica mulheres grávidas passam a ter os seus filhos sob olhar masculino, médico ou enfermeiro, que esquadrinha o corpo feminino através do saber anatômico e fisiológico adquirido nas academias de medicina. Inicia-se assim não só no Brasil como no mundo, a disputa pela institucionalização, mecanização do parir, sob o olhar masculino de um médico formado nas academias.

No início da colonização, as caboclas, portuguesas e negras velhas monopolizavam o exercício dos partos como também cuidavam de todas as moléstias das mulheres, espinhelas caídas (gastrenterites), quebrantos, mal olhado entre outros. Parteiras tradicionais eram acusadas de praticar feitiçarias, provocar abortos e cometer infanticídio. Portugal enquanto nossos colonizadores pouco preocuparam-se com a saúde pública do Brasil, na questão que remete ao parto, a literatura nos relata que era uma questão de mulheres no interior do seu quarto e poucas foram as mulheres que se formaram nas escolas de medicina do Rio de Janeiro.

Enquanto colônia, o Brasil não foi alvo de nenhuma preocupação sistemática de Portugal no que tange às questões de saúde dos que aqui viviam, assolados por diversas epidemias como as de varíola, sarampo e febre amarela, entre outras (Machado, 1996; Bertolli Filho, 1999). A colônia quase não tinha médicos e contava com leprosários, algumas Santas Casas e poucos hospitais, que funcionavam de maneira precária (Machado, 1996). A situação começou a mudar após a chegada da família real ao Rio de Janeiro, no início do século XIX. Foram criados os dois primeiros cursos de medicina do Brasil, bem como

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

a Junta de Saúde Pública. As primeiras ações de saúde pública dessa época se concentraram na capital, Rio de Janeiro, e se voltaram para o controle das epidemias com medidas de saneamento, inspeção sanitária e inspeção dos portos (Machado, 1996). Com a proclamação da República, os sucessivos governos criam políticas direcionadas para a saúde. Disponível em: SciELO Books / SciELO Livros / SciELOLibrosMAIA, MB. Humanização do parto: política pública, comportamento organizacional e ethos Profissional [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. 189 p. ISBN 978-85-7541-328-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

A Institucionalização do Parto em Porangatu

A História do Parto no mundo, Brasil e conseqüentemente em Porangatu tem suas origens no parto Domiciliar, realizado entre mulheres, mas com a hegemonia do poder do saber anatômico adquiridos em academias instituiu-se o ato de parir em instituições próprias dotadas de instrumentos perfuro/cortantes manipulados pelo ser masculino com utilização de medicamentos, conforme nos afirma Rohden, (2001), Martins (2004) e Martin (2006):

A consolidação da presença do médico na cena do parto está associada à criação de um instrumental próprio (fórceps, pelvímtero, sondas, agulhas, tesouras, ganchos e cefalotribos) e a práticas cada vez mais intervencionistas, associação está usada para construir uma imagem de conhecimento científico, competência e superioridade dos médicos em relação às parteiras, que usavam apenas as mãos nas suas manobras e diagnósticos (Rohden, 2001; Martins, 2004; Martin, 2006).

No Município de Porangatu a institucionalização do parto deu-se como criação de dois Hospitais particulares: O Hospital São José criado em 1966 e o Hospital Nossa Senhora do Perpetuo Socorro em 1973, proprietária, uma médica, profissional solicitada pelas mulheres especialmente para seus exames ginecológicos, o pré-natal e o parto. “– É melhor ser consultada por uma médica, fico mais à vontade!” Depoimento de muitas mulheres ao justificar sua escolha pelo hospital da doutora, nome ao qual era denominado o Hospital Nossa Senhora do Perpetuo Socorro e o Hospital São Jose, cujo proprietário era um médico. Hoje ambos os hospitais estão desativados. Atualmente temos para atendimento à população (mães gestantes) 06 Postos de saúde, um hospital particular e o

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Hospital Regional com um anexo denominado Centro Materno Infantil para atendimento as gestantes e filhos.

Para realização desta pesquisa utilizamos documentos históricos como certidão de nascimentos, história oral, fontes bibliográficas e processos de alunos da Secretaria acadêmica do Campus UEG - Porangatu.

Ao analisar documentos, certidão de nascimento dos acadêmicos do Campus observou que um número considerado de acadêmicos em torno de 9% em um universo de 100 documentos examinados, observou-se que o local de nascimento na certidão consta: De Parto Domiciliar, estas foram as que foram “aparadas”, nasceram das “mãos de Parteiras”, sob os cuidados de outra mulher com a sua família ansiosa para ouvir o choro da criança, momento de magia e felicidade sob os olhares curiosos das crianças e adolescentes com o mistério do nascimento.

Já a criança que nasceu de parto Institucionalizado, isto é em Hospital, consta o nome do Hospital em que nasceu, fato que demonstra em que este parto foi realizado por um médico, enfermeira ou um profissional com conhecimentos científicos do ato de parir e do corpo mulher.

Dona Geralda, Mãe Preta, nasceu em 1932, completou 86 anos. Começou a partear em Porangatu ainda nova, no ano de 1950, na adolescência com 18 anos, por necessidade, morava na Fazenda, as mulheres passavam mal. Para não deixa-las sozinhas ficava ajudando durante as dores do parto, na hora que a criança ia nascendo era obrigada a “pegar, aparar as crianças.”

Ao ser chamada para ajudar em nascimentos dava chá de ervas e banho nas parturientes, massagem na barriga, “faz a criança nascer mais rápido”. Após nascimento, cortava umbigo enrolava em panos e apresentava o rebento para a família. “Era uma festa”, fazia canjas de galinha, lavava roupas da mãe e bebê, permanecia uns três dias na casa cuidando da família. A consolidação da Institucionalização do parto em nosso meio,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

caracterizou o parto e o nascimento em ambiente hospitalar com o uso de várias tecnologias e procedimentos com o objetivo de torná-lo mais seguro para a mulher e seu filho. De fato, os avanços da obstetria contribuíram para a melhoria dos indicadores de morbidade e mortalidade materna e perinatais em todo o mundo.

Referências bibliográficas

A Contextualização do fazer da parteira, segundo - Justina Inês BrunettoVerruckAckerI; FabrinaAnnoniII; IonáCarrenoIII; Giselda VeroniceHahnIV; Cássia Regina GotlerMedeiros.

Cad. Saúde Pública vol.7 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 1991
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1991000200002>. História da parturição no Brasil, século XIX - Anayansi Correa Brenes Ruth HitomiOsawaI; Maria Luiza GonzalesRiescoII; Maria Alice Tsunechiro, em Parteiras-enfermeiras e Enfermeirasparteiras: a interface de profissões afins, porém distintas - Revista Brasileira de Enfermagem, Print version ISSN 0034-7167, On-line version ISSN 1984-0446, Rev. bras. enferm. vol.59 no.5 Brasília Sept. /Oct. 2006, acessado em 22/08/2016:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000500020

MOTT, Maria Lúcia. *O CURSO DE PARTOS: DEVE OU NÃO HAVER PARTEIRAS?* - Cadernos de Pesquisa, nº 108, p. 133-160, novembro/1999, - <http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a06n108.pdf> acessado 24/08201

Cadernos HumanizaSus, Volume 4 *Humanização do Parto e do Nascimento*, Brasília 2014, PORTARIA Nº 371/ 2014 Cadernos de Saúde Pública, R. J, 7 (2): 135- 149, Abr/jun, 1991.

Rev. Col. Bras. Cir. vol.36 no.3 Rio de Janeiro July 2009
<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-69912009000300017> Elizabeth Gomes dos Santos, TCBC-RJ - Residência médica em cirurgia geral no Brasil - muito distante da realidade profissional.

SciELO Books / SciELO Livros / SciELOLibros MAIA, MB. *Humanização do parto: política pública, comportamento organizacional e ethos Profissional* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. 189 p. ISBN 978-85-7541-328-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**“O DOM DADO POR DEUS”: UM ESTUDO SOBRE A ARTE DA BENZEÇÃO
NA CIDADE DE GOIANDIRA-GOIÁS**

Lorena Láisse Silva Avelar (UFG)¹
Fernanda Gonçalves Silva (UFG)²

Resumo: Vivenciamos, nos últimos anos, grandes avanços de pesquisas e análises científicas sobre diversas doenças. Apesar disso, existe a procura por cura de doenças, espirituais ou físicas, que estão ligadas com a fé. Um dos caminhos mais procurados pelas pessoas que residem – ou não – nas cidades, na busca por essa cura, está no ritual de benzeção. Com isso, pretendemos compreender as experiências e seus significados através de um benzedor em uma pequena cidade do interior goiano, com o objetivo de respondermos à questão central desse artigo: “Como o ritual de benzeção perpetua-se até os dias de hoje em uma cidade do interior Goiano?”. Para tal, trabalhamos as memórias e relatos do senhor Sebastião, benzedor há muitos anos na cidade de Goiandira, Goiás. Através dos relatos do senhor Sebastião, podemos concluir que os conhecimentos populares persistem, e são extremamente importantes para as pessoas e para uma cidade que buscam, até hoje, seus conhecimentos, na busca de uma cura de alguma doença, seja ela espiritual ou física. Para a realização desse artigo, utilizamos autores, como Carlos Rodrigues Brandão, Boaventura de Souza Santos, Jean Pierre Vernant, dentre outros, através de bibliografia, artigos científicos, trabalhos de mestrado e doutorado que abordam a temática e a realização de entrevista.

Palavras-chave: Benzedor; Goiandira; Cura.

Introdução

A presente pesquisa tem como escopo compreender as experiências e significados da benzeção em uma pequena cidade do interior goiano. Para tal finalidade, examinaremos o relato de um benzedor da cidade de Goiandira, senhor Sebastião, e recorreremos a levantamento bibliográfico de livros, teses, resenhas e artigos que abordam o assunto, bem como entrevista realizada com Sebastião. Com efeito, queremos

¹ Graduada em Ciências Sociais (UFG). Estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação (Regional Catalão/UFG). Contato: lorenynha_gogo@hotmail.com

² Graduada em Educação Física (UFG). Estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação (Regional Catalão/UFG). Contato: nanda13gs@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

compreender suas experiências enquanto benzedor, bem como a importância da benzeção em uma pequena cidade e de que forma ela se mantém resistente nos dias de hoje.

Definimos a *benzeção* como “uma prática popular de cura, com linguagem e ritos próprios”, nos ditames de Moura (2009, p. 30). A benzeção é realizada por pessoas com “dons especiais” que os utilizam contra as forças do “mal”, que prejudicam a vida das pessoas. Moura (2009, p. 30) define *benzedeiro* e *benzedeira* nos seguintes termos: “O benzedeiro e a benzedeira são pessoas portadoras de um poder especial, que podem controlar as forças desencadeadoras de desequilíbrios.”

O início do ato de benzer

Segundo Gewehr et al (2017), no histórico da humanidade é possível encontrar referências sobre algum tipo de sofrimento causado no corpo ou no psicológico e a constante busca pela cura por meio de rituais que evoquem forças sobrenaturais. Acreditava-se que, dessa forma, os homens poderiam ser curados pelos elementos da natureza intermediados por uma divindade (sacerdotes, xamãs).

Os autores destacam o fato de serem considerados de notório saber, detentores de poderes que os diferenciam dos demais, aqueles que dispunham de conhecimento empírico sobre doenças e sobre a cura pela natureza. Eles eram tidos por o caminho intermediário entre o homem e os deuses e, com isso, teriam o poder sobre a vida e a morte. Os gregos foram os primeiros a romperem com essa visão, afirmando que o mundo e os seus fenômenos devem ser explicados por uma perspectiva racional, rompendo com explicações mitológicas. (Gewehr et al, 2017, p. 33 – 34).

Vernat (2011) destaca que, na base do pensamento grego, estava a busca pela compreensão da realidade que não estivesse vinculada ao mito e ao senso comum, mas firmada em conhecimentos científicos, provocando transformações significativas em

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

aspectos sociais, artísticos e linguísticos. Nessa nova fase do pensamento, os físicos não se baseiam na religião e nos processos de culto para a explicação do universo. Dessa forma, a racionalidade afastava-se da crença na religião, baseando seus estudos no homem e na natureza.

Gewehr et al (2017) afirmam que os curandeiros, benzedores, parteiras, padres, boticários, cirurgiões dentre outros, foram muito importantes no período do Brasil Colônia, pois hospitais e médicos eram escassos, e aqueles desempenhavam todas as funções ligadas à saúde. Algumas dessas funções foram oficialmente legitimadas como ofícios, reconhecendo a “arte da cura”, de forma a determinar e caracterizar as atividades que poderiam ser realizadas. Porém, com a promulgação do código penal de 1890, eles foram perseguidos, pois somente os homens da ciência poderiam “curar”.

Ainda de acordo com esses autores, a transformação da sociedade, por meio da urbanização, industrialização, dentre outros, provocou a perda da prática e do conhecimento de rezadores e curandeiros (Gewehr et al, 2017, p. 37). No meio rural, onde as práticas tinham mais influência, esta mudança deslocou os moradores para as cidades.

Santos (2001) define a nova racionalidade científica como um modelo autoritário, pois não admite outras formas de conhecimento “que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras epistemológicas” (SANTOS, 2001, p. 61). Para o autor, a ciência predominante não aceita evidências de experimentações imediatas: “Ao contrário da ciência aristotélica, a ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências de nossas experiências imediatas. Tais evidências, que estão na base do conhecimento vulgar, são ilusórias”. (SANTOS, 2001, p. 62).

Para ele, a Matemática oferece à ciência moderna os instrumentos de análise, a lógica de investigação e o modelo de representação da própria estrutura da matéria. Dessa forma, o conhecimento significa quantificar e trabalhar com medições, ou seja, o que não for quantificável é irrelevante. O autor ressalta que esse modelo possui como método

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

científico a redução da complexidade. Assim, o conhecimento significa separar e classificar para depois ser possível determinar e sistematizar. Segundo Boaventura,

O segundo grande tema de reflexão epistemológica versa mais sobre o conteúdo do conhecimento científico do que sobre a sua forma. Sendo um conhecimento mínimo que fecha as portas a muitos outros saberes sobre o mundo, o conhecimento científico moderno é um conhecimento desencantado e triste que transforma a natureza num autômato [...]. Este aviltamento da natureza acaba por aviltar o próprio cientista na medida em que reduz o suposto diálogo experimental ao exercício de uma prepotência sobre a natureza. O rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao objectivar os fenómenos, os objectualiza e os degrada, que, ao caracterizar os fenómenos, os caricaturiza. É, em suma e finalmente, uma forma de rigor que, ao afirmar a personalidade do cientista, destrói a personalidade da natureza. Nestes termos, o conhecimento ganha em rigor o que perde em riqueza e a retumbância dos êxitos da intervenção tecnológica, esconde os limites da nossa compreensão do mundo e reprime a pergunta pelo valor humano do afã científico assim concebido”. (SANTOS, 2008, p. 53 – 54).

Santos destaca que o modelo de racionalidade científica vigente está passando por uma crise profunda e irreversível é que surgirá um paradigma diferente do vigente. Destaca que a ciência moderna está em oposição ao ser humano enquanto sujeito empírico e ao senso comum por considerá-lo “superficial, ilusório e falso” (SANTOS, 2001, p. 107). Contudo, apesar dessas mudanças, os saberes populares continuam persistentes, tal como salienta Nery (2006, p. 1): “Para todos os males que atingem o corpo e a alma do homem sempre há uma reza para curar”.

O benzedor na cidade de Goiandira

O Município de Goiandira fica no interior do Estado de Goiás, mais precisamente na microrregião conhecida como Sudeste Goiano, sendo conhecido por “Terra Branca”

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

devido a seu solo predominantemente argiloso. Atualmente, o município é habitado por 5.578 pessoas e tem sua economia baseada na pecuária, conforme informações do Censo Demográfico do IBGE.

Acredita-se, em conjunto com as observações feitas por Araújo (2000) e Inácio (1995), que a extensão do atual município foi habitada por indígenas da etnia caiapó, que se fixaram nas margens dos rios Dourado, Fartura e Água Fria, bem como em outros lugares da região. Esta área era considerada apenas espaço de passagem, como a uma rodovia, mas passou a ser explorada por agricultores e pecuaristas, no interesse de cultivar em suas terras.

Goiandira outrora era composta por cinco fazendas, conforme relata Inácio (1995), conhecidas como Campos Limpos, Lageados, Dourados, Água Fria e São Miguel. Como a economia da região era estritamente baseada na agropecuária, as culturas mais frequentes na época eram arroz, feijão, milho, mandioca, algodão, café e hortaliças.

No final da década de 1900, com a chegada da linha férrea na região, a cidade lida com um processo de migração intenso, provocando a urbanização da população. Com o fluxo migratório devido à vasta extensão de terras para a finalidade agropecuária, como citado, entra em cena a migração oriunda dos Estados de Minas Gerais e do Sudeste Brasileiro. O processo migratório do campo para a cidade trouxe tradições importantes, dentre elas a *benzeção*.

O senhor Sebastião, 75 anos, conhecido popularmente na cidade como “Puxa-Vida”, é benzedor há anos na cidade de Goiandira. Natural de Ouro Fino, sul de Minas Gerais, chegou em Goiás buscando uma vida melhor. Em Goiás, ele se casou e constituiu uma família formada por seis filhos e oito netos. Homem simples, católico e de origem humilde, ele se dispôs a nos contar um pouco de sua história. Ele enfatiza ter vivido muitas dificuldades, desde a infância, como observamos a seguir.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A minha infância foi das piores. Eu não tive infância, porque quando eu completei sete anos de idade estava trabalhando fora para fazendeiro. Minha família era muito pobre, então eu estava trabalhando para poder comer, trabalhando em troca de comida, eu não tive infância (SEBASTIÃO, entrevista do dia 25-07-2017).

Sebastião destacou, ainda, que seus pais trabalhavam em lavouras e que não tinham nada. O lugar que moravam era um vilarejo com 35 habitantes, onde não havia médico e nem oportunidades de estudo. Naquela época não existia veículo, então tinham que se locomover nos animais; quando não era dessa forma, andavam a pé. Ressalta que ele e os irmãos tiveram oportunidade de uma vida melhor porque foram para outros lugares, mas que nunca conseguiram estudar uma vez que precisavam trabalhar:

Nunca tive um dia de estudo. Não tive oportunidade, naquela época quem estudava era o filho de rico. Pobre não estudava, não tinha como, porque tinha que trabalhar para comer. Menino de sete anos trabalhava para fazendeiro fazendo serviço que não podia fazer. Mesmo com todo sofrimento sinto saudades até hoje” (SEBASTIÃO, entrevista do dia 25-07-2017).

Sobre sua vinda para Goiandira, o entrevistado define essa transição como uma “grande novela”. Ele trabalhava no sertão de Minas para fazendeiros, onde trabalhou por três anos. Durante esse período, teve um desentendimento com o filho do dono da fazenda, resultando em sua demissão. Nessa época, ele ganhava um centavo por dia e no dia de sua demissão estava com um conto e quinhentos no bolso, e seguiu só, na jardineira, para Belo Horizonte, aos 13 anos; de lá, para Nova Lima, à casa da irmã, onde morou por seis anos e, completada a idade necessária, foi para o quartel. Trabalhou também como gari, na prefeitura e, em seguida, foi contratado na companhia de mineração de ouro.

“Na revolução de 1964, o golpe militar, eles não iriam criar a lei de estabilidade. A companhia me despediu, dois mil funcionários foram

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

mandados embora. Isso me trouxe sorte” (SEBASTIÃO, entrevista do dia 25-07-2017).

Ele destaca que a demissão foi importante para ele, porque pode vir para Goiás trabalhar em uma mina de chumbo. Trabalhou durante um ano, pois a empresa abriu falência e novamente foi demitido. Voltou para o campo, em Goiás, trabalhou no garimpo, e, depois, como cozinheiro do serviço férreo, em que se aposentou.

Sebastião, antes de morar em Goiandira, trabalhou na linha férrea no quilômetro 127, onde conheceu sua esposa. O que o levou à mudança para Goiandira foi o fato de a empresa não dispor mais locomoção para trabalho. Destaca que Goiandira era uma cidade muito pequena. Apesar da mudança para outras cidades, o senhor Sebastião carregou as experiências importantes que vivenciou ao longo de sua vida e que foram fundamentais para continuar o “ofício” de *benzedor*, herdado de sua mãe.

Clandinin e Connelly (2015) destacam como “experiência” as histórias vividas e que são narradas. Para as autoras, “a vida das pessoas e como ela são compostas e vividas é o que nos interessava observar, participar, pensar sobre, dizer e escrever sobre o fazer e o ir e vir de nossos colegas, seres humanos”. (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 22).

Nosso entrevistado relata que se tornou benzedor observando a mãe e as pessoas mais velhas com quem conviveu no garimpo. A mãe dele praticava a benzeção em casa, sendo bastante procurada naquela época, uma vez que não havia médicos. Sebastião afirma que a mãe dele salvou muitas pessoas, que sofreram picadas de cobras e que foram acometidas com doenças desconhecidas, e que estas normalmente ficavam muito gratas e felizes ao receberem a benção. Ele prestava muita atenção na mãe e em outras pessoas queridos que faziam esse trabalho enquanto vivia no garimpo, observando as orações e os procedimentos por eles realizados no ato da benzeção. Segundo ele, o aprendizado foi por etapa, as pessoas recitavam as orações e ele as guardava na memória, aprendendo ainda de que forma deveria se iniciar e terminar o rito.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Sebastião nos relatou o quanto se sentiu realizado ao realizar sua primeira benzeção, decidindo por continuar a prática por ter sido bem sucedido. Para ele, o principal motivo para se sentir preparado para ser benzedor é a fé, para acreditar em Deus e acreditar fazer exatamente o que ele pede. Assim, ser benzedor é um “dom” de Deus, para fazer o bem às pessoas; para ele, uma pessoa recebe a benção se acreditar e ter fé. Este pensamento é corroborado por Ben (2015), ao considerar como determinante para a eficácia do tratamento procurado a fé.

No tocante à benzeção, há dois tipos de orações: uma *leve* e uma *forte*. Sebastião nos explica que a leve é destinada a crianças, enquanto a forte é destinada a adultos. A oração forte é realizada contra forças negativas que se apoderam do corpo das pessoas, de casas ou ainda de animais. Sebastião ressalta que muitas vezes as pessoas sentem fortes dores no corpo, mas que essa dor é espiritual. Assim, o remédio que o médico receita não tem efeito e somente a oração poderá libertá-las dessa enfermidade. Por outro lado, ele enfatiza, ainda, que a oração forte não pode ser realizada sozinha, pois o espírito ruim poderá possuir o corpo da pessoa presente, no caso, o benzedor. Quando percebe que a pessoa que a procura necessita de uma oração mais forte ele recomenda que a mesma encontre um *médium*.

Sebastião nos diz que, durante as orações é possível “cortar” com a tesoura algum problema de saúde recitando as seguintes palavras: *te corto, o nome da pessoa, e a reza e oferecimento para o santo da cura*. Segundo ele, é necessário rezar três vezes a oração para se ter o efeito desejado. É necessário também saber três ou quatro maneiras de fazer a oração e saber utilizar a tesoura. No rito, é rezado um pai nosso, duas ave-marias, a benzeção propriamente dita e o oferecimento ao santo protetor, como São Cosme, São Miguel Arcanjo, Santo Antônio e outros; os santos invocados são os católicos. Durante a benzeção, ele se utiliza de folha de guiné, mamona, dentre outras plantas naturais.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Em relação à finalidade da oração como cura, o entrevistado menciona ser possível a cura de doenças ou dores como dor de dente, cobreiro, dor de cabeça, até mesmo a erisipela, que segundo este benzedor, médico algum é capaz de curar. As pessoas que mais o procuram são mães com crianças e idosos. Além disso, pelas orações, pode-se saber o que a pessoa está passando. Assim, dependendo da condição daquele que está sendo benzido, Sebastião pede que este retorne para receber mais orações. Por outro lado, não se pode negar a oração a alguém ou fazer dela moeda de troca.

O entrevistado nos explica que podemos pedir orações para outras pessoas, e, para isso, requer nome, sobrenome, endereço e apelido da pessoa que quer uma oração. Essa prática também se aplica aos animais. Nesse caso, é necessário informar o nome da fazenda e de seu proprietário. O benzedor Sebastião relata que é comum ser procurado em sua casa ou até mesmo nas casas onde se encontra para benzer. Moura (2011, p. 344) explica a procura pelo benzedor em sua casa da seguinte forma: “Um rezador ou uma rezadeira são leigos responsáveis pela organização de orações na comunidade como novenas e terços. Enquanto que benzedor ou benzedeira refere-se ao sujeito que cura por meio de orações, simpatias e remédios naturais em sua própria casa, sem cobrar por isso”.

Esta prática não ocorre apenas em casa. Sebastião relata que já foi chamado por médicos de Goiandira e das cidades vizinhas para fazer orações e benzeções em suas casas e fazendas. Ele afirmou lidar com casos em que a pessoa gastou muito dinheiro sem surtir efeito na busca de cura e que, após as orações dele, a pessoa ficou melhor. Ao citar casos atendidos por ele, o benzedor salienta o poder da oração, relatando já ter presenciado muitas curas. Já esteve em casas onde a pessoa não comia, não bebia e não andava e que, após a benzeção por ele realizada, a pessoa voltava a se alimentar e a andar, e ele mesmo comprovava em outras visitas. Ele afirma que benzeção é um processo de cura, mas ele pede à pessoa que procure por um profissional da área da saúde também.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Sebastião acredita ser difícil a Medicina e o Benzedor caminharem juntos. Para ele, existem médicos que acreditam no poder da benzeção, mas a maioria não a vê com bons olhos. A Medicina acredita somente na ciência, e não em algo superior e poderoso, o que, para ele, é contraditório, já que os médicos e a ciência precisam de plantas para produzirem medicamentos, e, em vez de compartilharem com as pessoas, ficam milionários com isso.

Não obstante, o entrevistado afirma que ser benzedor, para ele, tem muita utilidade não somente para quem recebe as orações e as benzeções, mas também é gratificante para quem realiza. Mas vê com muita preocupação a permanência do benzedor na comunidade. Goiandira tinha muitos benzedores, mas atualmente tem poucos. Para Sebastião, os jovens não acreditam na benzeção, nas orações que são feitas para eles, e não têm interesse em aprender. Para ele, existe muito preconceito, principalmente vindo dos jovens, pois o benzedor e o curandeiro são tratados como “macumbeiros”. O entrevistado ressalta que muita gente precisa de oração. Mesmo com as preocupações, ele garante que se sente valorizado pelo povo da cidade.

Considerações finais

Com efeito, procuramos compreender as experiências e os significados produzidos sobre a benzeção e mostrar que o benzedor e sua prática são importantes na sociedade. Podemos perceber o papel fundamental que ele tem na sociedade desde o período de colônia no Brasil, cumprindo o papel de médico, através da medicina tradicional.

Percebemos, para além disso, como a forma de fazer ciência mudou com o passar dos séculos. Como vimos, o pensamento grego passou por significativas mudanças, afastando explicações através das crenças mitológicas e religiosas para explicações baseadas na racionalidade. São importantes as considerações de Santos sobre o modelo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

dominante da produção de conhecimento, mostrando que este modelo é excludente, e se fecha para novas formas de conhecimento. O novo modelo que surgirá após esta crise precisará incluir outras formas de saberes, agregando, assim, novos conhecimentos e não excluindo o que não é considerado científico.

Percebemos que o benzedor praticava suas orações e suas benzeções para pessoas que não tinham acesso à saúde. A fé é o elemento importante para realização da cura; é necessário a crença de que Deus pode curar. Através dos relatos do senhor Sebastião, percebemos a importância do benzedor em uma cidade, visto que o senhor Sebastião é muito procurado pela comunidade e por pessoas de fora da cidade. Através de sua história podemos compreender como eram a educação e a saúde em uma determinada época, podemos conhecer também como ele aprendeu as orações que lhe foram passadas oralmente pela mãe, entes queridos, e colegas de garimpo.

Compreendamos a simbologia que o mundo do benzedor carrega e observemos a preocupação com o futuro do benzedor, particularmente em Goiandira, visto que são poucos e ninguém quer dar continuidade. É de grande importância valorizar e preservar os ritos de benzeção, pois podemos observar que os conhecimentos populares persistem e resistem, sendo importante manter viva a memória das pessoas.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Vivaldo Jorge de. *História da Terra Branca e Outras Coisas Mais*. Goiânia – GO: Kelps, 2000.

BEN, Fernanda. No quintal da casa de madeira: saberes, fazeres e dizeres dos benzedores e benzedoras do oeste de Santa Catarina. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis – SC: Anpuh, 2015, p. 1-13. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434378030_ARQUIVO_Noquintaldacasadema-deira-textoAnpuh.pdf> Acesso em: 29 jul. 2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiência e história na pesquisa qualitativa*. 2. ed. Uberlândia – MG: EDUFU, 2015.

GEWEHR, Rodrigo Barros et al. *Sobre as práticas tradicionais de cura: subjetividade e objetivação nas propostas terapêuticas contemporâneas*. *Psicologia USP*. v. 28, n. 1, p. 33 – 43, jan./abr. 2017.

INÁCIO, Fátima Pacheco Santana. *Município de Goiandira, anos 30: a inserção das leis trabalhistas*. Monografia (Programa de Especialização em Ciências Sociais: Geografia e História) – Universidade Federal de Goiás, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=520850>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

MOURA, Elen Cristina Dias de. *Entre ramos e rezas: o ritual de benzeção em São Luiz do Paraitinga, de 1950 a 2008*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

_____. *Eu te benzo, eu te livro, eu te curo: nas teias do ritual de benzeção*. *MNEME* – Revista de Humanidades, Caicó – RN, v. 11, n. 29, p. 340-369, jan./jul. 2011.

NERY, Vanda Cunha Albieri de. *Rezas, Crenças, Simpatias e Benzeções: costumes e tradições do ritual de cura pela fé*. In: *Anais do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*, Uberlândia – MG: INTERCOM, 2006, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0939-1.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. 5. ed. São Paulo – SP: Cortez, 2008.

_____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 3 ed. São Paulo – SP: Cortez, 2001.

VERNANT, Jean Pierre, 1914. *As origens do pensamento grego*. 20. ed. Rio de Janeiro – RJ: Difel, 2011.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICO
SOCIAL PARA COMBATE A MEDICALIZAÇÃO.**

Maria Adriana Martins e Silva (UNILAB)¹

Resumo: Existem no Brasil poucas pesquisas sobre o tema desmedicalização, mesmo havendo incentivo por parte do ministério da educação a políticas que tem como foco incentivar a autonomia do sujeito, trabalhos abordando este tema são quantitativamente inexpressivos. Diante dessa realidade o presente trabalho busca apresentar uma política instituída no sistema único de saúde que tem como propósito incentivar a desmedicalização. O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise bibliográfica sobre o Programa de saúde da Família- PSF como uma estratégia política de desmedicalização; e ainda compreender como o PSF contribui quanto política social para incentivo a desmedicalização. Os resultados apontam que o PSF contribui de forma satisfatória para combate a desmedicalização, sendo uma política que visa atender o ser humano em todos os âmbitos, ou seja, analisa o aspecto saúde e doença como um acontecimento não apenas biológico, mas também social com grande influência de fatores externos e internos, e com impacto direto na vida do indivíduo.

Palavras-chave: Medicalização; Saúde da Família; Estratégia.

Introdução:

O presente trabalho visa contribuir para os estudos referentes ao termo “desmedicalização” no Brasil, enfatizando o uso do “Programa Saúde da Família-PSF” como uma eficaz estratégia político-social que tem como um dos seus principais objetivos estabelecer uma compreensão ampliada do processo saúde/doença e, portanto, da necessidade de intervenções de maior impacto e significação social. Existem no Brasil poucas pesquisas sobre o tema desmedicalização, mesmo havendo incentivo por parte do ministério da educação a políticas que tem como foco incentivar a autonomia do sujeito,

¹ Aqui você pode colocar informações de formação acadêmica e o seu e-mail. Seja breve. Exemplo: Graduado em História (UEG), Mestre em Teoria da História (UFG). Contato:sih@ueg.br.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

trabalhos abordando este tema são quantitativamente inexpressivos. Há uma dificuldade em se estudar o tema e um dos possíveis motivos destacados em por alguns autores é fato deste ser um termo de difícil definição, pois é encontrado em artigos com frequência definições para o termo medicalização e o termo desmedicalização é entendido como o combate a medicalização excessiva. Com base nesta análise através da leitura de alguns artigos pode-se aplicar uma definição ao termo desmedicalização.

Diante dessa realidade o presente trabalho busca apresentar uma política instituída no sistema único de saúde que tem como propósito incentivar a desmedicalização. O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise bibliográfica sobre o Programa de saúde da Família- PSF como uma estratégia política de desmedicalização, e ainda compreender como o PSF contribui quanto política social para incentivo a desmedicalização. A discussão conceitual utilizada para a realização do trabalho foi baseada nos teóricos Ivan Illich e Michel Foucault. Como procedimentos metodológicos foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados da área da saúde LILACS, BDNF, Biblioteca virtual e SCIELO, outras bases de dados utilizadas foram da área de ciências humanas entre elas Nova escola e Ebooks Brasil acerca do conceito de desmedicalização, e análise do Programa de Saúde da Família-PSF como uma política de desmedicalização no Brasil. Os resultados apontam que o PSF contribui de forma satisfatória enquanto política de combate a medicalização excessiva, sendo uma política que visa atender o ser humano em todos os âmbitos, ou seja, analisa o aspecto saúde e doença como um acontecimento não apenas biológico, mas também social com grande influência de fatores externos e internos, e com impacto direto na vida do indivíduo. Outro motivo que torna o PSF uma política eficaz é a sua proposta de mudança organizacional, o programa focaliza a saúde da família como atenção primária, ou seja, os profissionais vão até o indivíduo interferindo direta e indiretamente na sua realidade, com o objetivo de promover mudanças. O PSF contribui para a desmedicalização porque atua na promoção da saúde,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

levando a prevenção de doenças e muitas vezes até propondo medidas alternativas ao uso de fármacos e este fato leva a diminuição da necessidade de medicalização.

Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica utilizando-se bases de dados da área da enfermagem são elas LILACS, BDENF, Biblioteca virtual e SCIELO, outras bases utilizadas foram bases da área das ciências sociais são estas NOVA ESCOLA e EBOOKS BRASIL.

Foram aplicados para o presente trabalho os descritores medicalização, saúde da família e estratégia. Foram selecionados 71 artigos que se reportavam ao tema, destes foram selecionados 15 que tratavam do tema medicalização e combate ao excesso de medicalização, desde para elaboração do artigo foram utilizados apenas três. Entre os trinta artigos encontrados referentes aos temas estes distribuem-se nas bases de dados da seguinte forma: quatro foram encontrados na plataforma LILACS, destes apenas um foi selecionado pois retratava exclusivamente o tema medicalização. Na plataforma BDENF foram encontrados nove artigos destes foram selecionados apenas quatro artigos. Na Biblioteca virtual quarenta destes quatro foram selecionados. Na SCIELO encontrou-se dezoito artigos, o total de selecionados para realização deste trabalho foram seis. Após essa seleção os artigos foram lidos novamente e três destes foram selecionados e utilizados para elaboração deste trabalho.

Revisão bibliográfica

Através da análise de alguns artigos pode-se constatar que historicamente os estudiosos do tema medicalização preocuparam-se em denunciar o crescente uso da racionalidade médica para abordar problemas de ordem socioeconômica-cultural, prática esta que ocasionaria a chamada culpabilização da vítima (victim blaming)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

(CRAWFORD, 1977). Atualmente a maioria dos estudos sobre medicalização trata do efeito deste sobre o indivíduo, abordando pouco ou quase nada o papel dos indivíduos, dos movimentos sociais e das organizações dos pacientes como atores ativos no próprio processo da medicalização.

Medicalização é um termo definido como o ato de dar caráter médico a algo, este termo é encontrado em alguns dos artigos analisados pra realização deste trabalho. No Brasil o termo passou a ser mais utilizado na década de 60, segundo Ivan Illich e Michel Foucault este termo era utilizado para se referir a crescente apropriação dos modos de vida do homem pela medicina, termo de grande relevância para os estudos críticos na área da sociologia da saúde. Os autores complementam afirmando que:

“De uma forma geral, os estudos da medicalização se direcionam para a análise e insinuação da intervenção política da medicina no corpo social, por meio do estabelecimento de normas morais de conduta e prescrição e proscricção de comportamentos, o que tornaria os indivíduos dependentes dos saberes produzidos pelos agentes educativo-terapêuticos. Data do século XVIII, com o nascimento da medicina moderna e da Higiene, o início da intervenção médica na intimidade das pessoas, fazendo com que os profissionais da saúde e educadores, sobretudo, se tornassem especialistas a quem todos deveriam recorrer em busca de soluções para seus males domésticos.”
(ILLICH; FOUCAULT, 2012).

Ambos os autores discorrem sobre o tema medicalização porem com visões diferentes acerca do assunto para Ilch a cultura da medicalização é descrita em uma dimensão política e social, o autor demonstra ser um crítico radical da sociedade industrial e concentra sua crítica nas tecnologias médicas ao afirmar a ameaça à saúde provocada pela medicina moderna. Uma das principais preocupações do autor é em relação à perda da autonomia das pessoas que se tornaram dependentes do saber de especialistas para o

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

cuidado de sua saúde. Este afirma ainda que para obterem uma verdadeira satisfação, as pessoas devem superar a necessidade da intervenção profissional para os cuidados em saúde e agir contra o consumo intensivo da medicina moderna. (ILLICH, 1975). Para Foucault, este não faz uso sistematicamente do termo, porem destaca que:

“Refere-se ao processo de medicalização social ao argumentar que, ao contrário do que se poderia imaginar, a medicina moderna – que nasceu no final do século XVIII, momento de desenvolvimento da economia capitalista e de esforços e expansão das relações de mercado – não se tornou individual, mas sim, se apresentou como uma prática social que transformou o corpo individual em força de trabalho com vistas a controlar a sociedade. Primeiramente, o investimento era feito sobre o indivíduo por intermédio da ação sobre o biológico e, posteriormente, controlavam-se as consciências e ideologias. Neste sentido, Foucault fala do desenvolvimento de um poder sobre a vida – um biopoder – que é exercido sobre os corpos por meio da tecnologia disciplinar.”
(FOUCAULT, 2006a, 2002, 1995b).

Foucault defende que a medicina estabelece diversas formas de controle sobre o corpo individual e coletivo possibilitando cada vez mais poder sobre a vida do indivíduo. O autor afirma em alguns de seus artigos que há alguns movimentos sociais que visam combater o excesso de medicalização, e existe ainda por parte do ministério da saúde incentivo a esses movimentos, porem poucos artigos abordam este tema. Entre os movimentos sociais de combate a medicalização, são destacados:

“Trata-se de um outro gênero de negociação, como, por exemplo, a do movimento da neurodiversidade, em que pessoas autistas que consideram que seu estado não é uma doença a ser tratada, mas, sim, uma especificidade humana que deve ser respeitada como qualquer outra, posicionam-se contra a busca pela cura nestes casos (Ortega,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

2009b). Tal reivindicação exige a discussão dos limites entre o normal e o patológico e entre o que seria uma doença a ser tratada, por um lado, e uma diferença a ser respeitada – e até estimulada – por outro”. (FOUCAULT, 2012).

O outro exemplo colocado pelo autor é:

“Outro exemplo de movimento social com vistas à desmedicalização é o caso de mulheres no Brasil que lutam por ter partos normais em casa, livres da medicalização desnecessária do processo de parturição. Trata-se de uma luta contra o excesso de intervenção médica sobre um processo que consideram “próprio da vida”. Essas mulheres se comunicam pela internet⁴ e propõem uma reforma do cuidado ao parto que produz um impacto sanitário, cultural e acadêmico significativo”. (FOUCAULT, 2012).

Em alguns artigos destaca-se que as motivações que levam à desmedicalização ou recusa do diagnóstico por parte de seus portadores são muitas e complexas. Uma questão crucial implicada nesta reflexão é a de que a “saúde” – e, portanto, também a “doença” – é culturalmente configurada e socialmente sustentada, isto é, possui diversos significados culturais, e diferentes ideologias estão envolvidas em sua definição. (FOUCAULT, 2012). Em relação ao PSF, ou seja, programa saúde da família como estratégia para combate ao excesso de medicalização alguns autores afirmam que:

“Apesar de estes movimentos, por parte dos sujeitos medicalizados, não serem expressivos quantitativamente no Brasil, pode-se dizer que o incentivo do Ministério da Saúde a políticas que se baseiam em uma visão ampliada de saúde, que valorizam a autonomia e formas de corresponsabilidade solidária – como é o caso da Estratégia de Saúde da Família (ESF) – cria a possibilidade da realização de uma atenção à saúde desmedicalizante, que permite uma maior expressão de pequenos movimentos em prol do resgate da autonomia.”. (FOUCAULT, 2012).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O programa estratégia saúde da família contribui para incentivo a desmedicalização por ter como um dos seus principais objetivos a promoção da saúde, atuando na atenção primária, além disto o programa propõe uma mudança no sistema organizacional e na estrutura da atenção, ou seja, é necessário intervir na sociedade a qual este indivíduo está inserido, levando em consideração o contexto socioeconômico e cultural do mesmo, não tratando apenas o biológico mas sim tendo uma visão holística sob cada indivíduo.

Conclusão

Através da análise de alguns artigos sobre o tema medicalização e o combate ao excesso de medicalização, ou seja, incentivo a desmedicalização, pode-se constatar que se trata de uma questão não apenas relacionada a saúde, mas que envolve também o contexto social de cada indivíduo. Desta forma o presente trabalho buscou através de uma revisão bibliográfica, e destacando principalmente as ideias de Michel Foucault, analisar como o programa estratégia da família contribui para combater o excesso de medicalização na sociedade atual. Há poucos estudos sobre o tema e espera-se que este trabalho contribua para demonstrar a necessidade de trabalhar este tema e como uma forma de incentivar a publicação de mais trabalhos sobre o assunto.



Universidade
Estadual de Goiás



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Referências bibliográficas

GAUDENZI, P. ; ORTEGA, F. **O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização.** vol.16, n.40, p.21-34. 2012.

TESSER, C. D. **A biomedicina e a crise da atenção à saúde: um ensaio sobre a desmedicalização.** 219f. 1999. Dissertação de mestrado. Departamento de Medicina Preventiva e Social da Universidade Estadual de Campinas.

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. **The statute of medicalization and the interpretations of Ivan Illich and Michel Foucault as conceptuais tools for studying demedicalization.** Interface, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 21-34, 2012.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A TUTELA JURÍDICA DO LOUCO INFRATOR: UM ESTUDO ACERCA DO
PAILI EM GOIÁS (2006-2019)**

Tatiana de Freitas (UEG)¹
Marcello Rodrigues Siqueira (UEG)²

Resumo: A Tutela ou a Curatela de interesses difusos e coletivos do PAILI (2010), acerca das Políticas Públicas no ordenamento brasileiro destinado aos “loucos” e, mais especificamente, avaliar as possibilidades e limites do Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI) em Goiás no período compreendido entre 2006 e 2019. Dentro da própria regularidade do serviço, dinâmica e funcionamento questionar se: O modelo tradicional de tutela jurídica do louco infrator foi superado? Os interesses individuais e coletivos foram respeitados? E a pergunta-chave: que benefícios reais o PAILI trouxe para pacientes e familiares? A hipótese é que a inserção de direitos fundamentais sociais tem por base a igualdade real de oportunidades aos diversos segmentos sociais, inclusive do louco infrator preservando assim a sua autonomia. Partindo do que foi exposto na II e na III CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, que aconteceram no Brasil até a criação da Lei nº 10.216/2001.

Palavras-chave: Autonomia. Tutela Jurídica. Louco Infrator. Goiás.

Introdução

O presente trabalho discorre sobre a autonomia do louco infrator dentro dos moldes do Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI) em Goiás, haja visto que o chamado “louco infrator”, o ‘paciente jurídico’, é visto como portador de potencial perigo e desordem à norma estabelecida. buscando as referências deste no debate entre a

¹ Acadêmica do Curso de História junto a Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus de Quirinópolis. E-mail: tatianahistoriaueg@gmail.com.

² Professor orientador, doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ), professor efetivo junto ao Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus de Iporá. E-mail: marcello@ueg.br.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

cidadania e a loucura dentro da argumentação exposta na II Conferência Nacional de Saúde Mental (1992), que estabelecia em seu “Art. 1º – A II CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL terá por finalidade, através da discussão democrática entre os diversos setores da sociedade, definir diretrizes gerais para a “Reforma Psiquiátrica”, no âmbito da Reforma Sanitária Brasileira, orientando a reorganização da atenção em Saúde Mental no Brasil nos planos assistencial e jurídico institucional.” Na III CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL (2001), é enfatizado no seu relatório final que “é importante lembrar que o processo de Reforma Psiquiátrica não se faz apenas com leis e propostas; essas precisam ser efetivamente implantadas e exercitadas no cotidiano das transformações institucionais, dos serviços e das práticas e relações interpessoais. Assim, este relatório constitui também mais um convite para todos aqueles que desejam tais ideais, em busca de sua concretização”.

Entender que usuários, trabalhadores e familiares têm provado na prática a possibilidade de se fazer Psiquiatria sem necessidade da violência, da exclusão e da negação e foi só na década de 80 que o movimento pela reforma psiquiátrica, no Brasil ganhou importância, tanto política como social período marcado pelo final da ditadura, abriu a possibilidade de mudanças no setor da saúde e permitiu a participação de outros setores, que não os médicos, nesse processo. Recomendar uma reorientação do modelo assistencial, que perpassasse os serviços, a clínica, a formação dos técnicos, além de propostas de suporte social, a legislação e, fundamentalmente, a criação de um novo “locus” social para a loucura. A Reforma Psiquiátrica tem na essência de sua motivação a busca incessante do direito e da cidadania”.

Um pouco sobre o PAILI e sobre a loucura

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Buscando refletir sobre as práticas substitutivas em Saúde Mental este artigo é o resultado de uma pesquisa que trata a superação dos moldes tutelar ou de curatela, a autonomia e a indagação relacionada aos conceitos de alta e cura avaliando possíveis transformações no campo de atenção em saúde mental refletidos ao longo de todo um contexto histórico.

É observado que há a criação de processos de marginalização e segregação de determinados setores sociais e iniciou-se uma busca por separar aqueles que apresentariam algum tipo de risco para a sociedade, sejam estes riscos relacionados à saúde sejam riscos relacionados a condutas consideradas desviantes e perturbatórias de uma ordem moral estabelecida.

Dando destaque nesta parte do trabalho a autonomia do sujeito buscando a origem do termo “A autonomia é originada do grego para designar a capacidade de um indivíduo de se auto determinar, se auto realizar, de autos(si mesmo) e nomos(lei)...”

Na Modernidade, a autonomia passa a ser diretamente relacionada às ideias de liberdade, indivíduo e razão. No campo da saúde mental o conceito de autonomia parece recobrir-se de sentidos imprecisos. Lidar com este tema quando se trata de sujeitos destituídos de todo e qualquer valor ao receber o atributo de doente mental as instituições que utilizam novos dispositivos assistenciais, contrários àqueles do tradicional manicômio, propiciam a produção de autonomia para os usuários que se beneficiam do tratamento.

Soares (2000) aponta que a valorização das especialidades e a crescente fragmentação dos saberes que caracterizam a sociedade atual e a biomedicina levam a uma “fé cega” em tecnologias que não se domina, diminuindo a autonomia dos leigos em relação aos profissionais. Essa diminuição da autonomia, pensando na Saúde, leva a um afastamento e diferença de poder entre usuário e profissional, entre usuário e seu corpo, e ainda, entre usuário, profissional e as instituições.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI) foi fundado em outubro de 2006 adotando sugestão formada pela 25ª Promotoria de Justiça de Goiânia, que teve alicerce nas disposições humanizadoras da Lei nº 10.216/2001, a chamada Lei Antimanicomial ou Lei da Reforma Psiquiátrica, de 06/04/2001, onde o SUS determinou recursos financeiros específicos para a criação de diversas modalidades de CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e clínicas psiquiátricas.

Vinculado à Secretaria de Saúde do estado tem segundo sua cartilha a prerrogativa nos termos do Código Penal (art.26), se o sujeito possui doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado e por isso era ao tempo do crime, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar, sendo então o mesmo considerado inimputável, incapaz de responsabilidade penal. “Aos inimputáveis não cabe pena, mas a medida de segurança, que não tem caráter punitivo, mas terapêutico”. (Ministério Público de Goiás, 2009)

O tempo da medida de segurança não deve ultrapassar o tempo de pena estipulada para o crime. A medida de segurança é um dispositivo penal que está destinada àqueles que se encontram em conflito com a lei e são portadores de transtorno mental.

“...Somente quando os serviços comunitários, os CAPS, se tornaram mais presentes e mais consistentes no cenário da saúde pública brasileira, depois da aprovação da Lei, é que os familiares passaram a expressar posições sempre inquietas e cuidadosas, porém mais abertas aos novos serviços de atenção...” p.116 (Delgado)

A curatela é um encargo atribuído por juiz para que uma pessoa zele, cuide e gerencie o patrimônio de outra que tem mais de dezoito anos e é judicialmente declarada incapaz. Independe se essa incapacidade adveio de má formação congênita, transtornos mentais, dependência química ou doença neurológica, sendo apenas necessário que por conta desse problema ela esteja impossibilitada de reger os atos da sua vida civil. Podem

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

seres curadores as pessoas que tenham relação direta com o curatelado, tal como seus pais, irmãos, cônjuge e filhos.

Na ausência deles, o Ministério Público poderá suprir a ausência. São feitas prestações de contas perante o juiz para descrever os gastos e ganhos financeiros. Poderá ser anual, semestral ou trimestral, de acordo com o que for determinado pelo juízo que conferir a medida. A suposição do termo “tutela jurídica”, ou da “curatela” como uma espécie de guarda financeira, ou responsável legal **não** é adotado pelo programa PAILI pois, segundo respondeu Maria Aparecida Diniz, primeira coordenadora do programa, em um questionário relacionado a essa pesquisa, poucos pacientes chegam ali já curatelados, inclusive os benefícios solicitados e concedidos não dependem da curatela.

O PAILI supervisiona o tratamento conferido ao paciente nas clínicas psiquiátricas conveniadas ao SUS e nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e, ao mesmo tempo faz a mediação entre o paciente e o juiz, em canal direto de comunicação que favorece, simplifica e desburocratiza o acesso permanente a justiça. Com autonomia para ministrar o tratamento médico e as equipes psicossociais das clínicas conveniadas ao SUS determinam e colocam em prática a melhor terapêutica, acompanhados de perto pelos profissionais do programa, cuja atuação é marcada pela interlocução e integração com todo o sistema de saúde mental. Ela também afirma que a parceria com diversos órgãos é extremamente necessária pois o paciente é visto de forma integral, afinal necessita de assistências que envolvem não somente a área da saúde, como também a questão da moradia, do trabalho, tratamento odontológico e outros.

Segundo Delgado (1992) todo cuidado implica um grau de tutela, todo serviço de caráter protetivo, tem a função de tutela. Essas observações são necessárias para esclarecer a forma como era pensado e exercido os tratamentos anteriores ao programa e também dentro da atualidade as modalidades assistenciais, uma concepção adequada seria pensar esse contexto da autonomia sendo o momento em que o sujeito passa a conviver

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

com seus problemas de forma a requerer menos dispositivos assistenciais do próprio serviço.

O PAILI atende 100% da demanda dos pacientes judiciários submetidos à Medida de Segurança oriundas das Varas Criminais do Estado de Goiás e da Vara de Execução de Goiânia.

De acordo com Silva (2010, p. 672) os dados do PAILI-GO referentes ao mês de fevereiro de 2009, revelaram que haviam 115 usuários sob responsabilidade do programa 99 dos quais efetivamente em atendimento. Daqueles em atendimento 53 estavam em regime ambulatorial (seja no CAPS, seja no ambulatório de psiquiatria ou mesmo no Programa de Saúde da Família) 14 estavam internados, 23 estavam presos, 04 estavam foragidos e 05 não foram localizados, sendo que 10 deles tiveram extinta a Medida de Segurança. Distribuídos em 26 municípios do Estado de Goiás as pessoas em medida de segurança se concentram na capital (55) e no interior (44).

Em 2016, o PAILI tinha recebido 495 usuários encaminhados pelo Poder Judiciário para acompanhamento e monitoramento do tratamento ofertado às pessoas submetidas à medida de segurança, sendo a maioria na modalidade ambulatorial. Em alguns casos quando há necessidade de internação, utiliza-se preferencialmente a rede do SUS e o tempo de permanência é curto de acordo com a recomendação da Lei 10.216/2001.

Atualmente já passaram pelo programa PAILI 657 pacientes. Hoje são acompanhados 378, sendo 279 em acompanhamento ambulatorial, 220 tiveram suas medidas extintas, 04 foram transferidos para outro estado, 55 falecidos, 14 não foram localizados e 30 ainda presos (ou pela prática de novo delito ou aguardando a liberação de Alvará de Soltura).

Um censo realizado mostra que a maior parte dos crimes cometidos foi contra “pessoas próximas”, parentes em geral. Sendo na grande maioria homicídios ou estupro.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O projeto de extensão dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, bem como as alas de tratamento psiquiátrico em parceria com o judiciário local, têm metas a curto, médio e longo prazos, os hospitais de custódia são utilizados somente em último recurso e, quando existentes são integrados ao SUS.

Considerações Finais

A grande questão a ser compreendida sempre será a que o projeto terapêutico é individual, salientando que a doença mental é incurável, porém passível de controle. O quadro pode apresentar melhora significativa, com remissão de sintomas, sem ocorrência de surtos psicóticos, mas não a restauração total da saúde mental do indivíduo.

Os transtornos mentais precisam de tratamento contínuo e acompanhamento especializado, com vistas a evitar a agudização dos sintomas; porém com intervenções, quando necessárias. Por esse motivo o fortalecimento de espaços coletivos, democráticos, tanto dos profissionais, quanto com os usuários, é essencial.

Compartilhar o trabalho que o serviço realiza, criar condições para que seja possível que trabalhadores e usuários lutem por sua autonomia e proporcionar ao usuário reflexões sobre sua participação no serviço e na Saúde são funções que esses espaços podem cumprir, cultivando o terreno para que a autonomia seja pensada e exercitada.

O PAILI – GO tem alcançado resultados extraordinários e excepcionais: não pelo viés da eficiência, da proporção de casos de cura, ou qualquer outro critério referido à racionalidade biomédica e à clínica psiquiátrica, mas pelas possibilidades que se abriram para alguns de terem outro destino que não o confinamento perpétuo nos manicômios judiciários.

Dessa forma, foi possível verificar do ponto de vista teórico, certo consenso quanto as possibilidades associando a teoria com a prática no PAILI, dentro de um recorte

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

temporal discreto com resultados positivos. Com suas diferentes formas de trabalhar e se relacionar, esses serviços de saúde impactam o usuário e repercutem em sua vida de maneiras bastante distintas partindo do pressuposto de que cada caso é diferente do outro e que o acompanhamento do paciente varia de acordo com a sua necessidade.

Referências

BRASIL. Ministério da saúde. (1992) *II Conferência Nacional de Saúde Mental* – caderno informativo, 1ª edição. Brasília: Editora MS (disponível em www.saude.gov.br/saudemental)

BRASIL. Ministério da saúde. (2002) *III Conferência Nacional de Saúde Mental* – caderno informativo, 1ª edição. Brasília: Editora MS (disponível em www.saude.gov.br/saudemental)

DELGADO. Pedro Gabriel Godinho. *Saúde Mental e Direitos Humanos: 10 Anos da Lei 10.216/2001* - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Estado do Rio de Janeiro. Brasil.

SOARES E DINIZ. *O desafio colocado pelas pessoas em medida de segurança no âmbito do Sistema Único de Saúde: a experiência do PAILI-GO*; (2016).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**MEDICALIZAÇÃO DO DISCURSO PENITENCIÁRIO: UMA
ARQUEOGENEALOGIA DAS TESES MÉDICAS SOBRE AS PRISÕES DO
IMPÉRIO DO BRASIL (1830 - 1890)**

Vinícius de Castro Lima Vieira¹

Resumo: O trabalho que ora se apresenta refere-se, de modo geral, à constituição das prisões no Brasil; mais especificamente, aborda as proposições e as contribuições ao discurso penitenciário produzidas pelo saber médico, no período imperial. A materialidade desta produção localiza-se, sobretudo, nas teses médicas apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O corte cronológico estabelecido é balizado pelos anos de 1830 e 1890, período de vigência do Código Criminal do Império e no qual se verifica a mudança das práticas punitivas brasileiras, com a consolidação do encarceramento no centro das formas penais. A intenção é, em linhas gerais, comentar a problematização que estamos realizando acerca das teses médicas dedicadas à temática prisional como enunciados, que desenvolvem apropriações, conformações e legitimações do discurso penitenciário no Império do Brasil. Trata-se, em termos mais teóricos, da realização de uma arqueogenealogia; procedimento de dupla movimentação, que induz à verificação de como uma determinada configuração de relações de poder orienta a produção de saberes e, de modo complementar, como estes saberes acabam por legitimar, aprimorar e dinamizar as próprias relações de poder. Para tal intento, portanto, torna-se fundamental a operacionalização de algumas noções sugeridas por Michel Foucault, dentre as quais destacam-se genealogia, arqueologia, saber-poder, discurso e práticas discursivas.

Palavras-chaves: discurso penitenciário; medicalização; teses médicas; Império do Brasil.

I

¹ Doutorando e Mestre em História Política (UERJ), pesquisador associado ao Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDDDES).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A minha proposta aqui é apresentar os caminhos que pretendo seguir na pesquisa que começo a desenvolver para a elaboração da tese de doutoramento. Bem menos que resultados, o que irei apresentar é o modo como algumas hipóteses estão sendo construídas a partir da análise preliminar do conjunto de fonte, das leituras teóricas e do estudo da historiografia dedicada ao tema².

Inicialmente, gostaria de agradecer às professoras Sônia Maria de Magalhães e Leicy Francisca da Silva por terem aceito o trabalho proposto a esse Simpósio Temático. Estive na edição anterior desse simpósio, em 2013, realizado em Morrinhos. À época, estava começando a escrever o segundo capítulo da minha dissertação e as discussões que ocorreram por lá me ajudaram bastante. Então, venho ao evento, novamente, com o intuito de aprender e me inteirar sobre as temáticas e as atuais discussões desses campos, como na experiência passada; e, também, de ouvir as considerações de vocês sobre a pesquisa que venho desenvolvendo.

Não sou propriamente um especialista em História da Medicina, nem em História da Saúde. Tangencio essas áreas em minhas pesquisas e o faço a partir da História das Prisões, porque, desde o mestrado, tenho investigado as contribuições fornecidas pelos médicos às teorias penais no Brasil, particularmente, às práticas carcerárias no século XIX.

II

O título dado ao trabalho, *Medicalização do discurso penitenciário: uma arqueogenealogia das teses médicas sobre as prisões do Império do Brasil (1830 - 1890)*,

² Uma versão ainda mais incipiente dessas reflexões foi apresentada no simpósio temático *Por outras dimensões do Brasil Oitocentista: instituições, poder e elites locais*, ocorrido no âmbito da XXXIII Semana de História da UFJF.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

não esconde a vinculação teórica que a pesquisa estabelece com as ideias de Michel Foucault. Arqueogenealogia, medicalização e discurso são noções muito presentes no léxico do próprio Foucault, ou daqueles pesquisadores que seguem as proposições feitas por ele³. E é exatamente por isso que gostaria, em um primeiro momento, de definir essas noções que aparecem no título e são, evidentemente, operadas ao longo da pesquisa para deixar clara a fundamentação teórica das hipóteses que serão expostas adiante.

A primeira noção que aparece no título e que eu gostaria de discutir brevemente com vocês é a noção de medicalização. De modo muito geral, posso dizer que a noção de medicalização está sendo operada e entendida ao longo da pesquisa como a forma de abordagem dos problemas sociais a partir de chaves interpretativas provenientes dos saberes médicos-biológicos. Essa semântica da noção de medicalização é muito bem apresentada por Peter Conrad, nos seguintes termos:

Medicalization describes a process by which nonmedical problems become defined and treated as medical problems, usually in terms of illnesses or disorders. (...) Medicalization consists of defining a problem in medical terms, using medical language to describe a problem, adopting a medical framework to understand a problem, or using a medical intervention to "treat" it⁴.

Discurso é outra noção que já aparece no título e é de fundamental importância para a pesquisa. Vale destacar de antemão que o próprio Foucault, segundo Paul Veyne, em um determinado momento reconheceu que o termo discurso não teria sido a escolha mais

³ Algumas ressalvas devem ser feitas em relação à noção de medicalização, pois esse termo não aparece claramente nos textos de Foucault. A despeito disso, como afirma Peter Conrad, os estudos de Foucault demonstraram os efeitos de poder dos discursos médicos e seus impactos na sociedade. Desse modo, grande parte dos pesquisadores que investigam os processos de medicalização constroem suas pesquisas baseados em Foucault. Cf. CONRAD, 2007.

⁴ CONRAD, 1992. p. 209; 211.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

adequada para denominar o que ele pretendia com essa noção. Essa, digamos, "autocrítica" ocorreria porque o termo discurso dá ideia de fala. E o que Foucault pretende denominar com a noção de discurso está muito além da fala, seria, antes, a condição da própria fala. Se algo é dito, é porque há um discurso que permite que essa ideia seja expressa⁵. Assim, em termos teóricos, o discurso é saber-poder em operação, que conforma os enunciados, os ditos, as falas e, simultaneamente, induz a determinadas formas de exercício do poder. Por isso, quando me refiro ao discurso penitenciário, estou particularizando um discurso que estabelece, inventa e legitima uma forma específica de compreensão das prisões, marcadamente assentada na potencialidade de essas instituições corrigirem indivíduos tomados como criminosos.

Uma outra noção fundamental para a pesquisa é arqueogenealogia. Essa noção remete à articulação do conjunto de preocupações metodológicas apontadas por Foucault em suas análises arqueológicas e genealógicas - as quais se dedicam aos âmbitos do saber e do poder respectivamente. A arqueogenealogia, dessa forma, busca investigar as relações, as imbricações e as conformações entre os saberes e os poderes. Em uma de suas aulas no *Collège de France*, Foucault tratou dessa relação entre saber e poder da seguinte forma:

En fait tout point d'exercice d'un pouvoir est en même temps un lieu de formation, non pas d'idéologie mais de savoir; et, en revanche, tout savoir établi permet et assure l'exercice d'un pouvoir. Autrement dit, il n'y a pas à opposer ce qui se fait à ce qui se dit, le mutisme de la force et le babillage de l'idéologie. Il faut montrer comment le savoir et le pouvoir sont effectivement liés l'un à l'autre, non pas du tout sur le mode d'une identité - le savoir, c'est le pouvoir ou réciproquement -, mais d'une façon absolument spécifique et selon un jeu complexe⁶.

⁵ FOUCAULT, 2010; VEYNE, 2011.

⁶ FOUCAULT, 2013. p. 237.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Especificamente, no caso dessa pesquisa, é a noção de arqueogenealogia que permite a abordagem das relações entre o saber médico e o discurso penitenciário, no Império do Brasil.

Ainda no âmbito das definições preciso fazer alguns comentários sobre um aspecto formal da pesquisa, a periodização. Balizá-la pelos anos de 1830 e 1890 se justifica por ser esse o período em que vigorou o Código Criminal do Império. O Código Criminal de 1830 está atravessado pelas concepções da Escola Penal Clássica, do utilitarismo penal, e marcou, por isso, uma ruptura nas formas penais utilizadas no Brasil. Até então, durante o período colonial, a organização das punições era definida pelo Livro V das Ordenações Filipinas, no qual as formas penais residiam predominantemente nos castigos corporais, nos suplícios. A extinção desses castigos para os homens livres foi estipulada pelo texto constitucional de 1824 o qual, também, manifestou a orientação para que fossem formulados um código criminal e um código civil. Foi, portanto, para atender a esse dispositivo constitucional que o Código Criminal foi redigido.

Assim justificada essa periodização delimita temporalmente os esforços de mapeamento e análise das teses médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre as prisões no Império do Brasil. Dessa forma, a questão inicial, fundadora dessa investigação, é quais foram as teses médicas dedicadas à temática prisional no período de vigência do Código Criminal do Império.

III

O discurso penitenciário emerge na Europa, na segunda metade do século XVIII. É um discurso que busca harmonizar as práticas penais a uma nova forma, à época, de exercício do poder, o poder disciplinar. Nesse momento o discurso penitenciário produziu

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

uma ressignificação das prisões. As prisões não são uma novidade trazida pelo século XVIII, nem são invenções do discurso penitenciário. Os relatos das práticas de privação da liberdade remontam à Antiguidade Clássica. O que ocorre, precisamente, no final do século XVIII, é uma ressignificação das finalidades, das funcionalidades e das formas de organização das prisões⁷.

Até então as prisões tinham como finalidade principal custodiar os indivíduos acusados ou condenados para garantir o cumprimento das penas, as quais poderiam ser multas, castigos físicos, banimento, etc.

O discurso penitenciário emerge fundamentado em um pressuposto utilitário, que expressa a necessidade de as formas penais empregadas possuírem alguma utilidade ao indivíduo condenado e à sociedade que por direito o pune. É nesse sentido que se organizam a teoria penal de Beccaria e os esforços dos chamados "reformadores das prisões" - dos quais os mais proeminentes seriam Howard e Bentham.

As prisões, nesse momento, muito em função das práticas do poder disciplinar, adquiriram uma dimensão correcional, que se traduz na possibilidade aventada de ressocializar e de moralizar os criminosos. Assim, as prisões correccionais seriam apresentadas como uma forma penal útil, civilizada e eficaz, passando a ocupar uma posição de centralidade e de universalidade nas teorias penais⁸.

Em suma, a ressignificação operada nas prisões as transforma de casas de custódia garantidoras da execução da punição, em penitenciárias que, por definição, seriam os espaços por excelência de cumprimento das penas e de ressocialização dos criminosos.

No Brasil, a mim me parece que a apropriação do discurso penitenciário se insere nas iniciativas políticas de modernização do Império. Segundo o já clássico estudo do professor Ilmar Rohloff de Mattos, aqueles que conduziam os destinos políticos do

⁷ FOUCAULT, 2010b.

⁸ FOUCAULT, 2010b.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Império tinham “os olhos na Europa e os pés na América”⁹. A atuação das elites políticas imperiais buscava produzir imagens do Brasil como pertencente ao mundo considerado moderno e civilizado, justificando, simultaneamente, as patentes singularidades pelo caráter tropical desse exótico Império nas Américas. Por isso, a apropriação do discurso penitenciário ocorre no sentido de modernizar as práticas penais e civilizar as prisões aqui já existentes. Em última instância, essa apropriação ocorre em um conjunto de intervenções que visavam aproximar as formas penais brasileiras das ora em voga nos países tidos como modernos.

A hipótese que estou construindo na pesquisa, seguindo, nesse aspecto, algumas pistas deixadas pela tese de Carlos Eduardo Moreira de Araújo, é que uma vez inserida no conjunto de preocupações modernizantes do Império, a questão penitenciária e das reformas por ela suscitadas ganha maior ou menor destaque na "agenda política" imperial em função de aspectos conjunturais, quais sejam: o medo, as revoltas, a intranquilidade, a violência, a urbanização e a imigração¹⁰. Não haveria espaço nesta apresentação para tratar de cada um desses fatores conjunturais detalhadamente. Talvez, em outra oportunidade, possa discuti-los com mais calma e vagar.

IV

Ao seguir pelos caminhos sugeridos pela arqueogenealogia, é preciso questionar as configurações epistemológicas que tornam possível e legítimo a medicina inserir as prisões entre as suas temáticas de investigação. Que saber médico, portanto, é esse que trata das prisões e opera o discurso penitenciário?

⁹ MATTOS, 2004. p. 139.

¹⁰ ARAÚJO, 2009.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Ainda que multifacetada, muitas vezes carente de prestígio social e objeto de disputas infundáveis, a medicina brasileira durante o século XIX esteve majoritariamente atrelada às concepções da anatomoclínica¹¹. Em minha avaliação, os médicos reproduziam os procedimentos epistemológicos da anatomoclínica, mesmo ao abordarem temáticas eminentemente sociais. Nesse sentido, no conjunto das teses médicas sobre as prisões, mapeado até o presente momento, é possível verificar que elas faziam a identificação de determinadas características, sintomas, das prisões imperais, produziam diagnósticos sobre as condições carcerárias e, também, propunham um conjunto de intervenções terapêuticas, higiênicas e saneadoras que deveriam ser empregadas para modificar a situação das prisões do Império, guiando-as aos parâmetros do que era considerado moderno e civilizado.

É importantíssimo destacar que, no século XIX, o saber médico propunha-se como a verdadeira ciência do social¹². Nas teses em que abordam as prisões, por exemplo, os médicos produzem um conjunto de enunciados que visavam criticar, assessorar e instrumentalizar algumas iniciativas do Estado e de suas instituições para promover a saúde, a higiene e garantir a correção dos criminosos. Ademais, mesmo preliminarmente, é possível dizer que esses médicos também estavam imbuídos dos anseios de modernização, entendendo-a em termos de higienização e salubridade do Império, das cidades e de suas instituições. Portanto, a meu ver, o saber médico que toma as prisões como objeto está fundamentado epistemologicamente na anatomoclínica e se aproxima, também, dos contornos sugerido por Roberto Machado da medicina social¹³.

Nas teses médicas apresentadas às Faculdades de Medicina, é possível verificar o interesse dos médicos pelas temáticas sociais e o modo como organizam a proposição das

¹¹ FERREIRA, 1993.

¹² GONDRA, 2004.

¹³ MACHADO, 1978; MACHADO, 2007.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

intervenções. Prisões, suicídios, infanticídio, fábricas, bordéis, escolas, cemitérios, habitações, hospitais, dentre outros, são temas recorrentes nesses trabalhos¹⁴. Assim, as teses apresentam uma faceta imediata dos processos de medicalização dessas temáticas, na exata acepção proposta por Conrad e discutida anteriormente.

Vale lembrar que, para obter o título de doutor em medicina, o estudante concluinte era obrigado a apresentar uma tese à faculdade. Esse trabalho era avaliado por uma banca de professores da instituição e, em seguida, sustentado publicamente pelo estudante. A apresentação das teses estava submetida a um conjunto de procedimentos burocráticos e os seus enunciados só seriam considerados legítimos, caso estivessem em sintonia com as concepções médicas tidas por científicas pela instituição. Dessa forma, não seria precipitado afirmar, como já fiz em outras oportunidades, que a autoria das teses não é apenas individual daquele que assina em sua capa, ela é partilhada institucionalmente; ou seja, a própria faculdade, por intermédio de um conjunto diverso de procedimentos, conformava os enunciados presentes na tese¹⁵.

V

Até o momento foram mapeadas nove teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que trataram diretamente das temáticas penais, prisionais e penitenciárias durante o período estabelecido e balizado, conforme já dito, pela vigência do Código Criminal do Império. No ano passado, após um esforço concentrado, consegui digitalizar todas e, neste semestre, estou começando a analisá-las. De todas as formas, gostaria

¹⁴ Um levantamento das teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que se dedicam às temáticas sociais é cuidadosamente realizado pelo professor José Gonçalves Gondra, em sua tese de doutoramento. Cf. GONDRA, 2004.

¹⁵ VIEIRA, 2016. GONDRA, 2004.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

de apresentar uma pequena amostra dos enunciados produzidos pelos médicos acerca do discurso penitenciário, das prisões e das práticas punitivas.

Apenas para não deixar dúvidas, faço um adendo para apontar que a noção de enunciado é entendida na pesquisa, também, pelas semânticas sugeridas por Foucault, quais sejam: as de partículas de um discurso.

(...) o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso¹⁶.

Portanto, minha hipótese inicial é que as teses médicas são enunciados do discurso penitenciário no Brasil e, ao assim se constituírem acabam por fornecer novas facetas a esse mesmo discurso.

Começo a amostragem inicial desses enunciados médicos com a tese do Dr. Cesário Eugênio Gomes de Araújo, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1844, sendo a primeira do levantamento realizado a tratar diretamente da temática prisional. Essa tese foi objeto de estudo da minha dissertação de mestrado e, também, por isso, opto por começar por ela. O Dr. Araújo diz-nos, enfim, sobre as prisões:

(...) as reformas que, através de inauditas dificuldades se ha feito nas prisões de varias nações, como a Belgica, Suissa, Inglaterra, França e Estados Unidos mudarão realmente a afflicta sorte d'esses infelizes [presos]; e he para deplorar que, contando o Brasil 23 annos da sua gloriosa e devida independencia, não vêja em si ramificada huma tão

¹⁶ FOUCAULT, 2010. p. 90.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

saudavel planta, à excepção da casa de correcção da cidade de S. Paulo e a desta corte (...)¹⁷

Na passagem acima resta evidente que no diagnóstico realizado pelo Dr. Araújo, as prisões do Império do Brasil não seguiam, em sua maioria, o modelo prisional em voga nos países considerados modernos e civilizados. A excepcionalidade das Casas de Correção da Corte e de São Paulo se justificava na medida em que estas eram as primeiras experiências penitenciárias brasileiras, ou seja, de instituições eminentemente destinadas ao cumprimento das penas de privação da liberdade e à correção dos criminosos - como o próprio delas nome sugere.

Pelos mesmos caminhos segue a tese do Dr. Domingos Jacy Monteiro Júnior, apresentada em 1875, ressaltando, de sua parte, o caráter civilizatório das punições pautadas no encarceramento dos criminosos.

Ha mais de meio seculo envidam as nações civilizadas seus esforços em prol da reforma penitenciaria. Sem perder o caracter expiatorio e de exemplo pela intimidacão as penas vão perdendo os accessorios barbaros; tornando-se menos crueis, visam mais a correcção do delinquente e adquirem um cunho de educacão moral, cujo alvo - a regeneracão - é tentado por variados meios. A pena de prisão vae tomando maior largueza pela abolição das outras penas afflictivas, que ensanguentavam os codigos das nações cultas. D'ahi a importancia do encarceramento «a pena por excelencia nas sociedades civilizadas».¹⁸

Essa passagem da tese do Dr. Monteiro Junior é particularmente importante, aqui, porque além de fazer contundentes defesas daquilo que estamos chamando de discurso penitenciário, apresenta um expediente argumentativo amplamente utilizado nas teses, a

¹⁷ ARAÚJO, 1844. p. II.

¹⁸ MONTEIRO JÚNIOR, 1875. p. 5.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

citação de autores identificados como os reformadores das prisões. Nesse caso em específico, o Dr. Monteiro Junior faz referência ao célebre jurista italiano Pellegrino Rossi, autor do *Traité de Droit Penal*, mas nas teses abundam menções a outros importantes autores europeus, como Cessare Beccaria, Jeremy Bentham, Immanuel Kant, John Howard, William Crawford, Alexis de Tocqueville, Gustave Beaumont, Charles Lucas e Nikolaus Julius.

Na tese do doutor Cornélio Pereira de Magalhães apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, também no ano de 1875, delineiam-se, ainda mais precisamente, os intentos de fazer confluir as prisões existentes no Brasil ao modelo verificado nas prisões europeias, ressaltando, ainda, a primazia da atuação médica nessa tarefa.

O movimento reformador tem continuado na Europa, que tem sido incansável em procurar todos os meios de atingir a maior perfeição n'esta materia. Os estudos e trabalhos necessarios para isso já constituem hoje uma grande vasta sciencia, que será por certo um dos mais bellos titulos de gloria do nosso seculo perante a posteridade. Fazemos os mais ardentes votos para que o Brazil, nossa patria, não se deixe esquecer n'este grande movimento e realise nas suas prisões os immensos progressos do Velho-Mundo. Ao médico, representante da hygiene, pertence um grande papel na organização das penitenciarias. Com effeito, estas devem procurar sempre dar aos prêsos as melhores condições de salubridade, para que o encarcêramento, a simples privação da liberdade, não degenere em pênna capital. Ao medico, pois, compete estabelecer, baseado na experiencia e no raciocinio, a influencia dos systemas penitenciaris sobre o homem.¹⁹

Nesse sentido, parece-me que ao tematizar as prisões e as prisões do Império, os médicos investigavam os problemas que permeavam essas instituições no Brasil, seja em

¹⁹ MAGALHÃES, 1875. pp. 3-4.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

termos da salubridade, seja em termos da ineficácia da correção – isto é, da reincidência; para além da crítica e do diagnóstico, os médicos buscavam, também, instrumentalizar, assessorar e instruir as ações do Estado imperial definindo procedimentos – tais como a adoção de um sistema penitenciário específico – que uma vez implementados garantiriam a correção, a ressocialização e a moralização dos condenados. Ao fazê-lo, as teses acabavam por legitimar, sob o abrigo da racionalidade científica, a implementação do discurso penitenciário no Brasil. Esses movimentos ficam ainda mais evidentes na conclusão da tese do Dr. Magalhães,

N'estas condições, quando a questão penitenciária vae a ser posta na ordem do dia entre as questões mais importantes de nossa patria, entendêmos que como Brasileiro, cidadão de um paiz livre, onde as vozes desinteressadas da opinião publica devem se fazer ouvir, temos restricta obrigação de emitir a nossa opinião sobre o systema que nos parêça mais apto para conseguir os elevados intuitos de regeneração dos prêsos. É uma voz por demais fraca, sem echo; mas é sempre a voz de um moço que acredita na grandeza e nos brilhantes destinos de seu paiz e que deseja ve-lo á par das grandes nações civilisadas em todos os melhoramentos de ordem social.²⁰

Em resumo, a minha hipótese principal é que essas teses, como tentei demonstrar, se constituem como enunciados do discurso penitenciário. Trata-se de uma relação de múltiplas interações, na medida em que as teses materializam a apropriação médica do discurso penitenciário – legitimando as instituições penitenciárias e a possibilidade, inventada no século XVIII, de elas corrigirem os criminosos; e, ao mesmo tempo, essa apropriação opera uma reconfiguração do próprio discurso penitenciário, pois os enunciados das teses médicas acabam por produzir novas dimensões desse discurso – fornecendo, por exemplo, novos projetos de instituições penais.

²⁰ MAGALHÃES, 1875. p. 49.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Por fim, se ainda não me é possível apresentar conclusões – até porque essa pesquisa passa muito ao largo da pretensão de encerrar o assunto – espero ter conseguido demonstrar o modo como pretendo abordar as problemáticas construídas ao longo do trabalho e, dessa forma, iniciar os debates.

Muito obrigado pela atenção de todos.

Referências

ARAÚJO, Cesário Gomes de. *A hygiene das prisões, precedida de considerações gerais a cerca da reforma penitenciária*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario de N. L. Vianna, 1844.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cárceres Imperiais: a Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império (1831 - 1861)*. 328f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Rio de Janeiro, 2009.

CONRAD, Peter. Medicalization and social control. *Annual Reviews Sociology*, Palo Alto, v. 18, pp. 209-232, 1992.

_____. *The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2007.

FERREIRA, Luiz Otávio. Das doutrinas médicas à experimentação: rumos e metamorfoses da medicina no século XIX. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, n. 10, pp. 43-52, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. - 7ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *O nascimento da clínica*. - 7ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. *La société punitive*. Paris: Gallimard, 2013.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. - 38ª ed.- Petrópolis: Vozes, 2010b.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MACHADO, Roberto et. al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAGALHÃES, Cornelio Pereira de. *Do systema penitenciário e da sua influencia sobre o homem*. Rio de Janeiro: Typographia Academica, 1875.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. - 5ª ed. - São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTEIRO JÚNIOR, Domingos Jacy. *Do systema penitenciário e da sua influencia sobre o homem*. Rio de Janeiro: Typographia de Domingos Luiz dos Santos, 1875.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIEIRA, Vinícius de Castro Lima Vieira. *Curar as prisões: a articulação entre saber médico e discurso penitenciário no Império do Brasil (1830-1850)*. 2016. 132f. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

75

SIMPÓSIO TEMÁTICO 2

Historiografia e Pensamento Social

Brasileiro

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**DA CHEGADA DOS PORTUGUESES À PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA:
exclusão e miséria na sociedade brasileira**

Amanda Dias Brandão¹
Estevane de Paula Pontes Mendes²

Resumo: No processo de constituição da sociedade brasileira a exclusão social fundamentada, sobretudo, em fatores étnicos e econômicos perpetua ao longo de séculos. Durante a colonização, foi implantada no território brasileiro uma exploração vinculada ao capitalismo externo, no qual os lucros foram distribuídos entre uma minoria de colonos e, também, direcionados para a metrópole. Posteriormente, a Independência do Brasil (1822) não alterou o padrão social estabelecido, o qual esteve caracterizado pela concentração fundiária e soberania dos latifundiários, pelo modo de produção escravagista e pela opressão étnica aos indígenas, mestiços e negros. Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva interpretar a relação existente entre a organização do espaço agrário brasileiro e a exclusão e miséria social de determinados grupos, no período de 1534-1889. Sabe-se que, a ocupação do território brasileiro no século XVI principiou a hostilidade étnica, cultural e religiosa e constituiu uma aristocracia eurocêntrica, fatos que culminaram no desnivelamento econômico entre grupos sociais.

Palavras-chave: Colonização; Brasil Império; Espaço Agrário; Exclusão Social.

Para compreender a atual estratificação social da riqueza e da renda no Brasil é indispensável analisar a gênese da formação socioeconômica do país. Neste trabalho, constatamos que no período da colonização portuguesa e, também, imperial as políticas para o acesso de terras foram restritas a determinados grupos. Assim, a organização do espaço agrário brasileiro foi excludente aos indígenas, negros, mestiços e a alguns perfis de imigrantes.

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Pires do Rio (2016). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Nepsa/Cnpq. UFG/RC. E-mail: amandahpp@hotmail.com

² Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (1993). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2001). Doutora em Geografia pela Universidade Federal Paulista, Campus de Presidente Prudente (2005). Professora associada da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão no Instituto de Geografia. Nepsa/Cnpq. UFG/RC. E-mail: estevaneufg@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

É possível explicar a miséria social no Brasil sob diversas interpretações. Sabemos que a atual conjuntura brasileira de pobreza, exclusão e desigualdade resulta da imbricação de diversos fatores, como educação, renda, saúde, trabalho, entre outros. Isto posto, este estudo aborda a exclusão étnica e econômica recorrendo às políticas para o acesso de terras no Brasil, no período de 1534-1889.

Como metodologia, empregamos a pesquisa teórica fundamentada em livros, artigos e teses de doutorado, com o fito de estabelecer um recorte conceitual que possibilitou compreender o período colonial e imperial no Brasil. Destarte, pode-se destacar a revisão literária dos seguintes autores: Mendes (2001); Andrade (2004); Furtado (2007) e Prado Junior (2008).

Ademais, a estruturação deste artigo está subdividida em três tópicos. No primeiro apresentamos uma discussão sobre o estatuto das capitâneas hereditárias e das sesmarias no período colonial. Por sua vez, no segundo fazemos uma exposição sobre o período imperial, a Lei de Terras e as políticas para a imigração. E, por fim, temos as considerações finais.

Período colonial: políticas excludentes para o acesso a terras no Brasil

A expansão marítima e comercial dos países da Europa trouxe os portugueses ao litoral do Brasil no ano de 1500. No início, os colonizadores não encontraram no território brasileiro atrativos para uma exploração intensa como houve nas colônias da costa ocidental da África, das ilhas do Atlântico e das Índias Orientais. Assim, entre os anos de 1500-1530 não foi efetivado um regime de colonização e ocupação do território brasileiro, as relações comerciais se deram por meio do escambo do pau-brasil. Sobre a colonização da América pelos países europeus, Prado Junior afirma que,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

[...] a ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por estes territórios primitivos e vazios que formam a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A ideia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas com agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre rotas marítimas e os territórios cobiçados, mas ocupar com povoamento efetivo isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas [...] (PRADO JUNIOR, 2006, p. 8).

Como corrobora Prado Junior (2006), inicialmente a Coroa Portuguesa não considerou necessária a ocupação efetiva do território brasileiro. Visto que, não foram encontrados produtos de grande rentabilidade comercial. Entretanto, essa situação de despreço com a colônia se modificou no decorrer da década de 1530 com a crescente pressão dos países europeus por territórios coloniais. Dessa forma, ficou evidente que na ausência de ocupação Portugal perderia as terras recém descobertas.

Para garantir seu direito sobre as terras brasileiras, a Coroa Portuguesa iniciou um processo de colonização efetiva através do sistema de capitanias hereditárias. Contudo, devido à dificuldade de reunir integrantes para a ocupação e o povoamento do Brasil, o território colonial foi dividido em quinze extensas faixas de terras doadas a doze donatários. Em relação aos donatários, esses se caracterizaram como indivíduos de pequena expressão social e econômica no reino português.

Como garantia aos donatários que se arriscaram ao perigo do povoamento, a Coroa Portuguesa lhes concedeu poderes soberanos sobre suas capitanias. Assim, estiveram em suas obrigações nomear autoridades administrativas e juízes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos e fazer a distribuição de terras (PRADO JUNIOR, 2006).

Em geral, pode-se destacar o cultivo da cana como principal atividade econômica das capitanias hereditárias, fato decorrente do alto preço do açúcar no mercado europeu.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Para o cultivo nas lavouras e posteriormente o beneficiamento da cana, a mão de obra utilizada foi o trabalho compulsório de indígenas e negros. A saber que, os colonos tentaram, primeiramente, gratificar os indígenas pelas atividades realizadas, contudo, a não adaptação do índio ao trabalho diário e rígido dos canaviais suscitou uma abordagem agressiva do colonizador com a população autóctone. Prado Junior (2006, p. 21) destaca que “[...] não eram passados ainda 30 anos do início da ocupação efetiva do Brasil e do estabelecimento da agricultura, e já a escravidão dos índios se generalizará e instituirá firmemente em toda parte”.

Adjacente às propriedades canavieiras, progrediu a expansão de atividades agropecuárias acessórias com o fim de produzir alimentos para o consumo dos colonos e seus escravos e da população dos vilarejos. Em virtude da falta de técnicas apropriadas, os gêneros alimentícios cultivados foram a mandioca, o milho, o arroz, o feijão, a banana e a laranja. Por sua vez, o gado esteve criado solto no interior das capitanias.

Diante das dificuldades enfrentadas pelos donatários e colonos, a organização territorial do Brasil em capitanias hereditárias fracassou. Com efeito, a doação de terras aos fidalgos, realizada pela Cora Portuguesa, não garantiu êxito no povoamento da colônia. Para Andrade (2004),

[...] O sistema de capitanias, que fora adotado com êxito nas ilhas do Atlântico, desabitadas por ocasião da descoberta e ocupação, não teria, no Brasil, o sucesso esperado, em virtude da grande extensão territorial, da resistência indígena e das dificuldades de adaptação dos colonizadores ao mundo tropical. As quinze capitanias tiveram destinos bem diferentes, e um grupo delas não chegou a ter iniciada a sua ocupação, como Maranhão, Ceará, Rio Grande e Santana, ou porque os donatários não tiveram condições ou porque fracassaram; um outro grupo, formado por Itamaracá, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Paraíba do Sul e Santo Amaro, teve um início de povoamento com a implantação de vilas e de engenhos de açúcar, mas fracassou em decorrência de divergências entre os colonos, de incompetência e falta de recursos dos donatários ou à reação dos indígenas; só duas, Pernambuco e São Vicente, prosperaram, com a expansão de culturas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

tropicais e com a implantação de vilas e povoações. (ANDRADE, 2004, p. 30-32).

Em 1549, as capitâneas hereditárias cederam lugar às Capitâneas da Coroa. Nesse novo sistema de organização territorial, os donatários, das antigas capitâneas hereditárias, e a Coroa refizeram distribuições de terras a cristãos que tinham condições e recursos para explorar a propriedade. Essas propriedades agrárias se constituíram em latifúndios e foram designadas de sesmarias (MENDES, 2005).

Para ter direito às sesmarias, os colonos tiveram que apresentar recursos e aptidão à atividade agrícola. Além disso, ocorreram variações na extensão territorial das sesmarias, fato que expôs o favoritismo dado a alguns fidalgos, também, a imprecisão nas medições e nas demarcações dificultaram estabelecer seus tamanhos.

O fato é que no período colonial, não foram instituídas políticas de direito a terras para os indígenas, negros e mestiços. A organização da sociedade brasileira se estratificou em dois grupos, o dos colonos e o dos escravos e trabalhadores. Sobre o acesso a terras para a exploração, Mendes (2005) relata que

[...] A apropriação e a exploração da terra foram acompanhadas por atos de crueldade e violência, desde o início da colonização, sobre as populações nativas, cujo direito à propriedade da terra nunca foi respeitado ou exercido. A expansão das fronteiras das sesmarias dava-se de acordo com a necessidade de incorporação de terras pela produção de exportação. (MENDES, 2005, p. 72).

O sentido da exclusão e da miséria social neste trabalho está estreitamente relacionado à organização social do Brasil colônia. Nesse sentido, a apropriação do território brasileiro, pelos portugueses no século XVI, principiou um processo de exclusão étnica, cultural e religiosa aos negros e indígenas. Portanto, a escravidão da população autóctone representou a mão-de-obra necessária para o trabalho na monocultura de cana, mesmo após a sua proibição no século XVIII. Por sua vez, os

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

escravos africanos representaram maior passividade para o trabalho nas lavouras que os indígenas e, assim, foram usados como força motriz.

Lei de Terras de 1850: implicações socioeconômicas

Diante do exposto no tópico anterior, a Independência do Brasil (1822) não alterou o padrão social estabelecido, o qual era caracterizado pela concentração fundiária e soberania dos latifundiários, pelo modo de produção escravagista e pela opressão étnica aos indígenas, mestiços e negros. Em relação à organização do espaço agrário brasileiro, no período de 1822 a 1850 não foi estabelecido um regime estatutário que regulamentasse a apropriação do território, assim, houve o aumento demasiado dos limites das grandes propriedades.

A situação fundiária já beirava a violência e para atender as vontades dos senhores e possuidores de terras, os quais dominavam o cenário político e econômico do Brasil imperial, em 1850 o governo instituiu a Lei de Terras. Em vista disso, as terras devolutas não podiam ser ocupadas por outro título que não fosse a compra. Sobre esse novo regime estatutário, Silva (2015, p. 92) faz a seguinte análise: “[...] os grupos que historicamente ocuparam e usaram a terra sustentados em outros critérios que não os jurídicos e de mercado viram suas lógicas questionadas, foram expulsos, violentados, transformados em intrusos, vadios e criminosos [...]”.

Com efeito, na década de 1850 a terra foi convertida em mercadoria. E, para completar o cenário foi decretado o fim do tráfico negreiro e uma firme política imigracionista por parte do governo brasileiro. Nessa conjuntura, pode-se afirmar que a Lei de Terras objetivou impedir determinados grupos sociais de ter acesso a terras, como afirma Mendes (2005)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

[...] Essas medidas objetivaram impedir a violência que dividia a classe dominante face à competição e, também impedir o acesso a terra aos ex-escravos e aos novos imigrantes/colonos (trabalho livre produzido na crise do cativo). Essa medida também dificultou a formação de pequenas unidades produtivas rurais. A preocupação dos parlamentares do Império, relacionada com a escassez de mão-de-obra, orientou a política que tinha como propósito criar um mercado de mão-de-obra disponível para os fazendeiros. (MENDES, 2005, p. 87)

Diante do exposto por Mendes (2005), é evidente que as políticas direcionadas à organização do espaço agrário brasileiro foram favoráveis à grande produção, em detrimento das pequenas. Ainda mais quando o estatuto de 1850 reconfirmou o modelo concentracionista da estrutura fundiária brasileira e assegurou a exclusão de ordem econômica e política dos pobres ao legitimar as posses do sistema de capitanias hereditárias e as sesmarias.

Outra questão relacionada à exclusão social no Império brasileiro ocorreu com a política imigracionista entre os anos de 1870 a 1880. Nesse período, o imigrante europeu foi inserido na sociedade brasileira para promover o branqueamento da população, substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras e promover a ocupação de territórios estratégicos desocupados. Acresce que, os imigrantes assalariados contaram com a ajuda dos latifundiários no processo de imigração para o Brasil e, assim, passaram por um árduo processo de adaptação ao trabalho agrário, no qual, seus patrões os consideraram submissos às suas vontades.

Em relação aos imigrantes europeus que vieram incentivados pelo governo brasileiro colonizar áreas despovoadas, esses receberam lotes de terras localizadas no extremo sul do Brasil e nos limites das grandes propriedades. No entanto, essas áreas eram pouco apropriadas para a agricultura, uma vez que eram pouco férteis, acidentadas, mal localizadas quanto às vias de transporte e dos centros de consumo (MENDES, 2005).

Porquanto, no Império brasileiro as políticas para a organização do espaço agrário refletiram os propósitos de um sistema agroexportador e concentracionista. Devido à

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

regularização das posses dos donatários do período colonial, bem como por tornar a terra mercadoria e, assim, proibir o seu acesso aos escravos libertos. E, também, impor dificuldades para a determinação de reservas indígenas. Nessa conjuntura, o latifúndio produziu monoculturas para a exportação e a pequena propriedade ficou incumbida da produção de gêneros alimentícios.

Para finalizar, é importante destacar a complicação para demarcar as propriedades privadas e as terras devolutas de cada província, fato que comprometeu a efetividade da Lei de Terras de 1850. Entretanto, ao analisar essa Lei, é possível identificar benefícios aos grandes latifundiários e a restrição do acesso a terra aos índios, negros e despossuídos.

Considerações finais

Neste trabalho, abordamos as políticas agrárias no Brasil, durante o período colonial e imperial, e suas implicações socioeconômicas. Sabemos que a atual conjuntura brasileira de exclusão e miséria resulta de vários fatores. Entretanto, optamos por analisar o sistema de Capitânicas Hereditárias, o Estatuto Sesmarial e a Lei de Terras de 1850 como políticas para o benefício dos latifundiários em detrimento dos indígenas, dos negros, dos mestiços e dos demais grupos economicamente carentes. Portanto, a análise do nosso trabalho foi determinada a partir do nosso objeto de estudo e, também, das leituras de autores da Geografia e da História. Por fim, a nossa discussão não finda o que pode ser discutido sobre essa temática por autores de diferentes áreas.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correa de. **A Questão do Território no Brasil**. 2º edição. São Paulo: HUCITEC, 2004.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A Produção Rural Familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. Presidente Prudente: Unesp, 2005. 296 f. (tese de doutorado).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Disponível em: <<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Economic%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 13 de abr. 2018.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SILVA, Márcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 35, nº 70, 2015. p. 87-107.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**ITINERÁRIO PELOS SERTÕES: CUNHA MATOS E SUA LONGA VIAGEM
DO RIO DE JANEIRO AO PARÁ E MARANHÃO, PASSANDO PELAS
PROVÍNCIAS DE MINAS E GOIÁS (1823-1826)**

Anizio José do Carmo Júnior (UFG e UNIP)¹

Resumo: Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839) foi um importante militar português que participou da Independência (1822) como um dos apoiadores de D. Pedro I. Possuidor de experiência em guerra na Europa e administração colonial na África, foi um dos “luso-brasileiros” a participar da construção do Estado nacional brasileiro em inícios do século XIX. Nosso objetivo é abordar parte de sua trajetória pelo Brasil, numa longa viagem que fez entre 1823 e 1826, usando como principal fonte seu relato *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, passando pelas províncias de Minas e Goiás* (1836), de onde extraiu parte das informações usadas para redigir outros dois de seus mais conhecidos escritos: a *Corografia histórica da província de Minas Gerais* (1837) e a *Corografia histórica da província de Goiás* (1874). Inserindo nosso estudo no amplo campo do Pensamento Social no Brasil, estruturamos nosso trabalho da seguinte forma: (1) discorreremos sobre a importância dos viajantes e de seus relatos como “informantes” e “construtores” de imagens duradouras sobre as regiões por onde passaram na primeira metade do século XIX; (2) exporemos um breve esboço biográfico de Cunha Matos, desde sua infância e juventude em Portugal, passando pelo período em que residiu no arquipélago de São Tomé e Príncipe, até sua chegada e estabelecimento no Brasil; (3) e analisaremos seu *Itinerário* como documento fundamental que “informa” e “constrói” imagens duradouras sobre o Brasil do século XIX, acompanhando seu trajeto desde a província do Rio de Janeiro, passando por Minas Gerais e Goiás, até chegar às províncias do Pará e Maranhão, sendo um dos primeiros a defender a necessidade da “incorporação dos sertões” como um dos quesitos para a construção do Estado nacional.

Palavras-chave: Cunha Matos; Goiás no século XIX; Incorporação dos sertões.

O Brasil dos viajantes

O fim do século XVIII e o início do século XIX foi um “divisor de águas” para as histórias dos vários territórios coloniais que eram denominados, em conjunto, de

¹Bacharel, licenciado e pós-graduado *latu sensu* em História pela Universidade Federal de Goiás; estudante de licenciatura em Sociologia pela Universidade Paulista, aniziojose2@yahoo.com.br.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

“América Portuguesa” ou “Brasil”. Nas últimas décadas do XVIII duas “conjurações”, por motivos diferentes, ameaçaram o domínio português e tiveram reações violentas por parte das forças reais, cujo objetivo era manter o controle metropolitano: as conjurações mineira (1789) e baiana (1798). Os mineradores de Vila Rica e demais membros da elite mineira demonstravam insatisfação quanto à política fiscal e à cobrança da derrama, devido à “queda contínua da produção de ouro e pelas medidas da Coroa no sentido de garantir a arrecadação do quinto” (FAUSTO, 2013: 100). A população da cidade de Salvador queixava-se da prolongada crise econômica provocada pela crise do preço do açúcar e da transferência da capital colonial para o Rio de Janeiro em 1763, que resultaram em “escassez de gêneros alimentícios e [...] carestia [que] deram origem os vários motins na cidade, entre 1797 e 1798” (FAUSTO, 2013: 103). Os dois levantes contra a Coroa, que tinha à frente D. Maria I (1777-1816), foram reprimidos pelas autoridades reais e seus integrantes punidos – entre enforcamentos, esquartejamentos, açoites e desterros –, em nome do “suavíssimo e iluminadíssimo Gôverno da dita Senhora, e de suas sábias Leis” (JANCSÓ, 1996: 13).

No início do século XIX a Europa se encontrava convulsionada pelas Guerras Napoleônicas (1799-1815) que, entre seus vários desdobramentos, provocou a vinda da família real portuguesa para o Brasil, entre 1807 e 1808. A comitiva desse “Império à deriva” (WILCKEN, 2005) primeiro aportou em Salvador (22 de janeiro de 1808), e de lá o príncipe regente D. João VI decretou a Carta Régia que estabelecia a “abertura dos portos do Brasil às nações amigas (28 de janeiro de 1808)” (FAUSTO, 2013: 106)². Partindo de Salvador em 24 de fevereiro, chegaria ao Rio de Janeiro em 08 de março, onde a Corte foi instalada e a cidade tornando-se, na prática, capital do Império Português, passando por profundas mudanças que a transformariam de uma importante

² Os ingleses ambicionavam o “controle sobre o mercado colonial brasileiro [que] culminou no Tratado de Navegação e Comércio, assinado após longas negociações em fevereiro de 1810”, que estabelecia a fixação de tarifa de 15% para mercadorias inglesas, 16% para as portuguesas e 24% para as oriundas de outros países (FAUSTO, 2013: 108).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

cidade colonial e sede do vice-reinado a capital do Império, “cuja centralidade política no Reino Unido a Corte de D. João insistia em reforçar” (SLEMIAN, 2006: 49)³. Além da movimentação nos portos brasileiros, com a grande presença de comerciantes estrangeiros, vieram também vários “viajantes”, tanto naturalistas quanto artistas, que objetivavam percorrer os vastos territórios interiores, desconhecidos até mesmo pelos próprios portugueses e brasileiros do litoral, para “redescobrir um local descoberto havia muito, [...] [cuja] curiosidade reprimida por tantos anos agora se transformava em realidade” (SCHWARCZ, 2014: 13). Esses viajantes – austríacos, ingleses, bávaros e franceses – produziram relatos que tiveram grande repercussão, tanto na Corte do Rio de Janeiro e demais cidades litorâneas como na Europa, “informando” e “construindo” imagens duradouras sobre o Brasil em geral e suas regiões em particular, tendo influência durante “todo o século XIX” e início do século XX (AUGUSTIN, 2009: 10,14)⁴.

Passado o período joanino (1808-1821)⁵, com os desdobramentos políticos que provocaram o rompimento com Portugal e a Independência do Brasil em 1822, o jovem imperador D. Pedro I, amparado tanto por portugueses que foram favoráveis à sua permanência quanto por brasileiros que não queriam a volta do estatuto colonial, empreenderam esforços tanto para garantir a hegemonia sobre o recém fundado Império

³ “Data dessa época a instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural – como a Imprensa Régia, a Biblioteca [Real], o Real Horto e o Museu Real –, instituições que transformavam a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, como em um centro produtor e reprodutor de sua cultura e memória” (SCHWARCZ, 2017: 32).

⁴ Na primeira metade do século XIX, houve o predomínio de estrangeiros, cujas viagens eram caracterizadas como “científicas”, sendo respaldadas “pelos governos de seus países, através de academias de ciências, museus e universidades”, sendo seu objetivo informar ao público europeu “seus conhecimentos a partir da observação do universo natural e humano de áreas quase totalmente desconhecidas” (GARCIA, 2010: 68). Já na segunda metade do século, com algumas exceções, predominou os relatos de luso-brasileiros e brasileiros que, a mando do Imperador, deveriam percorrer os sertões interiores e desconhecidos para, além de estabelecerem a autoridade imperial, construir a “ideia de nação” (GARCIA, 2010: 68).

⁵ Conturbado, caracterizado pela “anexação da Banda Oriental” (Província Cisplatina) entre 1816 e 1820, a “Revolução Pernambucana de 1817” e a “convocação das Cortes de Lisboa” para o retorno de D. João VI e sua família a Portugal em 1821 (FAUSTO, 2013: 109-116).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Brasileiro como para subjugar aqueles que ainda eram fiéis a Portugal, como nas capitâncias/províncias do Norte (Pará e Maranhão), “no Sul do país [Cisplatina] e na Bahia” (FAUSTO, 2013: 123-124). Era necessário continuar a “interiorização da metrópole”, onde o aparato estatal construído pela Corte portuguesa precisava ser ampliado, combatendo a “fraqueza e dispersão da autoridade”, resultantes da ruptura com Portugal (SILVA DIAS, 1986: 176). D. Pedro I recrutou aliados que tinham algum tipo de experiência administrativa e militar, para que o auxiliasse nesse processo, e um deles foi Raimundo José da Cunha Matos.

Cunha Matos: esboço biográfico

Nasceu na cidade do Faro, Algarve (sul de Portugal), em 2 de novembro de 1776 e era filho de Alexandre Manuel da Cunha Matos, “um oficial de baixa patente”. Estudou na Casa Pia de Lisboa, tendo o “primeiro contato com as Luzes” (RODRIGUES, 2008: 1). Aos 14 anos entrou na vida militar, “assentando praça” como “furriel”⁶ na Companhia de Artífices e Ponteiros do Regimento de Artilharia. Aos 20 anos participou das batalhas de Roussillon e Catalunha (1793-1795), onde uma aliança luso-espanhola “enfrentou o Exército francês no campo de batalha”, que venceu a aliança (RODRIGUES, 2008: 2). Após essa primeira, intensa e fracassada experiência em batalha, foi transferido para a Armada e continuou seus estudos.

Em 1797, com o objetivo de “estabilizar” o controle português sobre “uma colônia africana”, foi transferido para as ilhas de São Tomé e Príncipe, onde foi nomeado comandante da guarnição de São Sebastião, “de onde só sairia 19 anos depois” (RODRIGUES, 2008: 3). Em 1816, com patente de tenente-coronel, foi transferido para o Brasil, onde ajudou as tropas de D. João VI a combater a Insurreição Pernambucana

⁶ Posto equivalente a “sargento”.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

de 1817, que ameaçava a “manutenção da unidade do império luso-brasileiro”, e em 1822 “aderiu à ‘causa brasileira’” (RODRIGUES, 2008: 3).

Em 1823, tendo assumido a “condição de brasileiro”, foi para Goiás, para exercer o cargo de Comandante de Armas de Goiás, “mais uma vez trabalhando para a conservação da unidade de um império, agora o do Brasil”, ameaçada por tropas no Pará e Maranhão ainda fiéis a Portugal (RODRIGUES, 2008: 3). Voltou à Corte do Rio em 1826, “onde assumiu a cadeira de Deputado pela Província de Goiás” até 1831, contudo, pediu licença para ir a Portugal, onde acompanhou D. Pedro e seu grupo, “no período das guerras liberais portuguesas, de onde só retornaria no início do ano de 1833 (RODRIGUES, 2008: 3). Como não foi reeleito deputado, afastou-se da política e “dedicou-se às letras”, sendo dessa época a redação e a publicação de duas das suas três obras mais conhecidas no Brasil: *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, passando pelas províncias de Minas e Goiás* (1836)⁷, de onde extraiu parte das informações usadas para redigir outros dois de seus mais conhecidos escritos, a *Corografia histórica da província de Minas Gerais* (1837) e a *Corografia histórica da província de Goiás* (1874). Em 1838, participou do grupo que fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo um de seus membros-fundadores. Faleceu um ano depois, 24 de fevereiro de 1839, recebendo elogio fúnebre que foi publicado pelo IHGB, onde “estão enfatizados os traços resolutos de sua pessoa, inimiga do ócio, que apesar da estatura física ordinária, andava, escrevia e falava com rapidez e desembaraço” (GRAÇA FILHO, 2014: XIV).

⁷Devido a seu nome completo ser deveras extenso, iremos utilizar a partir de agora apenas *Itinerário*, em itálico e com inicial maiúscula, para nos referirmos ao principal texto em análise de Cunha Matos.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Aspectos formais e conteúdo do *Itinerário* de Cunha Matos

Seguindo o exemplo dos viajantes estrangeiros⁸, Cunha Matos dividiu seus escritos sobre as regiões que percorreu em dois tipos: “itinerário” e “corografia”. O primeiro é o relato das duas viagens que realizou do Rio de Janeiro a Goiás, entre 1823 e 1826, e sua escrita é “simples”, sem a presença de conceitos científicos presentes nos relatos dos estrangeiros, mas detalhista, registrando tudo que consegue observar, tanto aspectos importantes como os mais banais. Já a “corografia” possui um caráter “técnico”, com ampla descrição e análise dos aspectos políticos das regiões percorridas – como os elementos administrativas –, detalhado minuciosamente os aspectos naturais – clima, relevo, vegetação e hidrografia –, e os aspectos econômicos – como as atividades que garantiam a subsistência das populações e aquelas destinadas ao comércio. Apesar dessa divisão, o autor não deixa de mesclar elementos de um tipo de texto no outro, como a “agradável leitura” (OLIVEIRA, 1981: 11) presente na *Corografia histórica da província de Minas Gerais* e na *Corografia histórica da província de Goiás* e as “descrições da natureza” (GRAÇA FILHO, 2004: XV).

Sobre o *Itinerário*, Cunha Matos o escreveu com base em suas duas viagens a Goiás, entre 1823 e 1826. A obra foi concebida como um

diário itinerante, extrapolando os limites da descrição física do relevo ou da flora e fauna. Na realidade, [é] um roteiro de viagem que absorve o cotidiano daquela jornada até os sertões goianos mais longínquos, temidos por suas pestilências e perigos constantes de tribos indígenas e animais ferozes. Misturados às descrições da natureza, figuram os embustes de espertos comerciantes de beira-de-estrada, as dificuldades que superou, as viagens noturnas que desagradaram seus acompanhantes, a descrição minuciosa dos interiores das habitações que foi recebido, o humor variável de seus

⁸ Augustin (2009) observa que os estrangeiros que passaram pelo Brasil na primeira metade do século XIX, como o Barão de Eschwege e os naturalistas Spix e Martius, dividiram seus escritos em duas categorias: os relatos científicos, destinados às universidades, aos museus e às academias de ciências que financiavam suas viagens; e os relatos de viagem, destinados ao público leigo europeu que era sedento de informações sobre o Novo Mundo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

hospedeiros, as intrigas e ambições dos maiorais de diversas localidades visitadas (GRAÇA FILHO, 2004: XV).

Começa seu relato localizando onde está, seja cidade, vila ou povoado, e a distância que percorreu até chegar lá⁹. Prossegue com a data – ano e dia –, detalhando o que observou, onde registra as temperaturas pela manhã, de tarde e de noite, usando como unidade termométrica o “fahrenheit”¹⁰. Levou consigo quatro acompanhantes que em suas palavras, eram “o Alf. José Antônio da Fonseca, que tem de ficar empregado às minhas ordens, Ângelo José da Silva, meu hóspede no Rio de Janeiro, e dous escravos meus, Francisco e Luís” (CUNHA MATOS, 2004: 1). Do Porto da Estrela¹¹, de onde partiu em 9 de abril de 1823, até chegar ao Registro¹² do Rio Paraibuna, divisa das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em 23 de abril de 1823, fica impressionado com o volume de mercadorias que circulam, desde escravos, gado bovino e bestas de carga, estimando que por lá passassem, “em cada dia 450 a 500 bestas carregadas” (CUNHA MATOS, 2004: 13).

Na província de Minas Gerais, chama a atenção para as “hortas abundantes de vegetais culinários, árvores frutíferas e parreiras de uvas” (CUNHA MATOS, 2004: 25) que encontra em várias casas na vila de Barbacena. Além disso, enfatiza o seu compromisso em corrigir informações imprecisas que percebeu ao confrontar certos relatos de viagem com os locais pelos quais passava. Um dos que mais critica é o do

⁹ Usava como unidade de distância a “légua” que equivale, aproximadamente, a 6 quilômetros.

¹⁰ “G. Fahrenheit (1686-1736), físico alemão, criou o primeiro termômetro contendo mercúrio”, cujo registro termométrico levou seu nome. Muito usado nos séculos XVIII e XIX, foi ultrapassado, no século XX, pela escala Celsius, criada pelo físico sueco Andreas Celsius (1701-1774). Para que façamos a conversão das temperaturas entre as duas unidades termométricas, devemos utilizar a seguinte equação: $C/100 = F-32/180$, sendo “C” a temperatura em Celsius e “F” a temperatura em fahrenheit. (FUKE, SHIGEKIYO e YAMAMOTO, 2000: 9-13).

¹¹ Norte da Baía de Guanabara, no atual território do município de Nova Iguaçu-RJ.

¹² Postos fiscais criados no período colonial, nas fronteiras das capitanias e mantidos no período imperial, recebiam “o imposto sobre mercadorias e gado e emitiam um recibo ou ‘guia’ que deveria ser apresentado ao caixa do contrato no arraial de destino [...]” (BERTRAN, 2011: 175).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

inglês John Mawe (1764-1829)¹³, cujos escritos considera “que mais são um romance do que uma verdadeira descrição de vários lugares por onde transitara”, usando os escritos do inglês apenas quando achava “exatas as suas informações”. Reitera que, carecendo de relatos como os dos “Srs. Pohl¹⁴, Augusto Saint-Hilaire¹⁵, Langsdorff¹⁶, Natherer e outros”, mostraria o que visse como “militar e geógrafo”, usando os escritos dos “Srs. Barão de Eschwege¹⁷ e Guido Marlière¹⁸, que tão importantes serviços têm prestado nas Minas Gerais” (CUNHA MATOS, 2004: 25). O tempo total de viagem por Minas Gerais durou de 24 de abril de 1823 a 27 de maio de 1823.

Chega a Goiás em 28 de maio de 1823, vindo pelo sul. Já de início, destaca a “incrível segurança com que se viaja por esses sertões, sem haver o menor susto de ser roubado” (CUNHA MATOS, 2004: 70). Quanto ao “terreno de Goiás”, não percebe diferença em relação a Minas Gerais:

muitos campos, grande número de capões, morros, montanhas graníticas, e outras cheias de riquíssimo mineral de ferro; uma larga e extensa mata destruída; muitos perdizes, codornas, poucas araras e papagaios; imensos tucanos e pombos bravos; pequenas criações de porcos, e ainda menores de gado vacum; engenhos manipulando pouco açúcar, e muita rapadura e aguardente (CUNHA MATOS, 2004: 98).

¹³ Mineralogista britânico que percorreu Minas Gerais, entre 1809 e 1810, fazendo estudos das jazidas diamantíferas mineiras e de outros aspectos do interior mineiro. Autor de *Viagem ao interior do Brasil* (1812).

¹⁴ Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834), foi um dos naturalistas austríacos que viajaram pelo Brasil na primeira metade do século XIX. Autor de *Viagem no interior do Brasil* (1821).

¹⁵ Naturalista francês (1779-1853), que percorreu o Brasil entre 1816 e 1822. Autor de *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás* (1848).

¹⁶ Naturalista alemão naturalizado russo (1774-1852), que chefiou uma grande expedição no Brasil entre 1824 e 1829, inventariando extenso material sobre a natureza e a sociedade brasileiras. Dessa expedição participou o naturalista francês Hercule Florence (1804-1879), autor de *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829* (1875).

¹⁷ Geólogo alemão (1777-1855), que percorreu amplas extensões do Brasil, especialmente de Minas Gerais. Autor de *Pluto Brasiliensis* (1833).

¹⁸ Militar francês (1767-1836), “pacificador de nações indígenas ferozes” em Minas Gerais.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Se em relação aos aspectos físicos e a algumas atividades econômicas Cunha Matos não vê grandes diferenças, as localidades próximas às grandes povoações, como à Cidade de Goiás, não são poupadas de duras críticas: imperava a “preguiça” e a “indolência”, o “desmazelo e indiferença acerca das casas”, onde “homens e mulheres [moravam] com os porcos e vacas”, e as hortas eram “pequenas e maltratadas”; a agricultura era “pouca” ou “nula”, e havia grande “amizade e complacência com os vadios tocadores de viola” (CUNHA MATOS, 2004: 97). Ainda assim, havia pessoas de espírito “benigno, agasalhador e hospitaleiro”, apesar de um pouco “inconstante”, vítimas de “alguns ambiciosos que têm manha e jeito de enganar” e daqueles que controlam os “negócios políticos” e a “administração”: pequenas intrigas [...] têm lançado a discórdia entre as famílias [mais poderosas], mas quando “os superiores quiserem deixar de ouvir intrigas, o povo de Goiás pode viver como uma única família, na mais íntima sociedade” (CUNHA MATOS, 2004: 98).

Considerações finais

No fim do século XVIII e no início do século XIX os territórios coloniais que eram denominados, em conjunto, de “América Portuguesa” ou “Brasil”, passaram por mudanças tanto internas quanto externas: desde “conjurações”, que mostravam a falência do velho sistema colonial, até guerras na Europa, que fez a monarquia portuguesa ficar “à deriva”, sendo forçada pelas circunstâncias a se transladar para sua mais colônia.

A cidade do Rio de Janeiro, escolhida como sede da Corte, passou por mudanças que a transformaram na capital do Império português, agradando a seus apoiadores, e gerando descontentamento dos pernambucanos, que foram duramente reprimidos em sua insurreição de 1817. Ainda assim, D. João VI liberou o comércio com as “nações amigas”, que se beneficiaram de um novo mercado consumidor – principalmente a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Inglaterra –, além de atrair viajantes naturalistas, financiados por universidades, academias de ciências e museus, curiosos em investigar e estudar territórios do Novo Mundo desconhecido tanto para europeus quanto para os próprios habitantes da região.

Se os viajantes europeus – bávaros, austríacos, ingleses e franceses –, que foram predominantes na primeira metade do século XIX, destacam-se pelo domínio de conhecimentos científicos, os luso-brasileiros e brasileiros, predominantes na segunda metade do século, faziam viagens a mando do Imperador para reconhecer os territórios desconhecidos para estabelecer a autoridade imperial e para construir a ideia de nação brasileira. Desses viajantes, o luso-brasileiro Cunha Matos, que serviu primeiro ao Império português e depois ao brasileiro, foi designado pelo imperador D. Pedro I para percorrer os vastos sertões de Goiás, tanto para investigar as características da imensa província, como para ajudar a impor a autoridade do jovem imperador, que poderia ser contestada, como foi, por súditos ainda fiéis a Portugal no norte do Brasil, como no Pará e no Maranhão.

Ao percorrer os sertões brasileiros, Cunha Matos fez análise minuciosa de todos os aspectos que conseguiu observar: a natureza – clima, relevo, vegetação e hidrografia – as práticas de subsistência dos sertanejos e as atividades econômicas que poderiam produzir algum tipo de riqueza. Mesmo não possuindo a formação científica dos viajantes europeus, tinha condições de criticar seus relatos de viagem, se dispondo a corrigir as informações que considerava inexatas e a utilizar aquelas que achava válidas. Além de ser um informante sobre os vastos sertões, também foi um daqueles que contribuiu para o estabelecimento da autoridade imperial e para a construção daquilo que chamados de “nação brasileira”.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Referências bibliográficas

AUGUSTIN, Günther. *Literatura de viagem na época de Dom João VI*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador*. Brasília-DF: Ed. UnB, 2011.

CUNHA MATOS, Raimundo José da. *Corografia histórica da província de Goiás*. Goiânia: Gráfica e Editora Líder, 1979.

_____. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

_____. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, passando pelas províncias de Minas e Goiás*. 2ª ed. Belo Horizonte: ICAM, 2004.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª ed. São Paulo EDUSP, 2013.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma província do sertão*. Goiânia: Cânone Editorial, 2010.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil (1823-1826)*. In: CUNHA MATOS, Raimundo José da Cunha Matos. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, passando pelas províncias de Minas e Goiás*. 2ª ed. Belo Horizonte: ICAM, 2004, p. XI-XVIII.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798.* São Paulo/Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. Um soldado na tormenta. In: CUNHA MATOS, Raimundo José da. *Corografia histórica da província de Minas Gerais.* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981, p. 11-27.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Matos.* Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 254 p., 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João.* 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.* 15ª reimpr.. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA DIAS, Maria Odila. A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões.* 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 160-184.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824).*

WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821.* Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**O CANGAÇO E O CINEMA NOVO: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
QUESTIONADA**

Bruno Bolonezi Marques (UEG)¹
Fernanda Regis Costa (UEG)²

Resumo: O artigo trata-se da análise do cangaço pelo movimento cultural do cinema novo, e como esse movimento reforçou na construção da narrativa mítica-popular da figura do bom bandido. Resultante da opressão de um sistema agrário complexo e excludente aonde emerge figuras com traços míticos como o cangaceiro. Os objetivos que se têm com essa problemática é o de analisar a construção da figura do cangaceiro dentro de algumas produções do cinema novo, tais como Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964), de Glauber Rocha e O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro (1969), de Glauber Rocha e o de relacionar a figura do cangaceiro com a formação de uma identidade cultural e memória coletiva. Por tratar-se de um trabalho bibliográfico sobre o Cangaço e que também envolve Cinema e História a metodologia utilizada foi a leitura e análise das fontes primárias referentes à análise fílmica para aplicação na ciência histórica como Cinema e História de Marc Ferro (Editora Paz e Terra, 2010), Memória, Esquecimento e Silêncio de Michael Pollack (Revista Estudos Históricos, 1989), Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica, de Luiz Bernardo Pericás (Boitempo, 2015), Bandidos, Eric Hobsbawm (Editora Paz e Terra, 2010), entre outras fontes.

Palavras-chave: Cangaço; Cinema Novo; Bom bandido;

1. Introdução

O cangaço e os homens e mulheres que fizeram parte desse movimento habitam o imaginário e memória de toda uma região e auxiliaram na construção do que chamamos de identidade cultural brasileira. Foi um movimento que perdurou por no máximo três décadas, mas que está arraigado a memória e identidade do sertão nordestino e dos muito “Brasis” que formam o Brasil.

¹ Graduado em Direito (FACIPLAC), Especialista em Direito Público (Faculdade Estácio de Sá), Graduando em História (UEG). Contato: bolonezi@gmail.com.

² Graduada em História (UFG), Especialista em Educação Profissional Tecnológica (IFG). Contato: fernandaregiscosta@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O Cinema por sua vez, é uma manifestação cultural aglutinadora e representativa da realidade dos seres. Seja na representação do passado, do presente ou na ficção científica, ele carrega pensamentos e ideias de toda a sociedade e de como ela enxerga o que está posto. Ao unir cinema e cangaço pretende-se analisar como a figura desse cangaceiro representa uma sociedade excludente e precária que a sua maneira forçava ao banditismo, daí a figura do “bom bandido” representada no Cinema Novo e na realidade do cangaceiro que é um bandido com todo o peso que a palavra carrega.

A estrutura deste trabalho permite que se caminhe pela construção da identidade do cangaceiro entremeado a como o cinema é uma importante fonte histórica e deve sempre ser pensada como uma parte do fazer História. A divisão foi feita em quatro tópicos, excluindo Introdução e Considerações Finais, e perpassa a construção da identidade do cangaceiro dentro do Cinema Novo com aporte de fontes bibliográficas além de fontes fílmicas.

2. Cinema e Identidade

Ao procurar falar de cinema, memória e construção de identidades alguns caminhos devem ser percorridos para que esses conceitos sejam costurados. O sertão e o cangaço atingem na memória da população sertaneja como algo constituinte da identidade e da identidade cultura da imensa e diversa cultura brasileira. O cinema por sua vez, enquanto propagador das representações da vida é parte importante e imprescindível na composição da memória e por conseguinte, da história cultural de uma população.

A construção identitária é algo que abarca vários elementos do ser humano, sua identidade perpassa por caminhos como sua realidade cultural, geográfica, biológica, social, entre outras várias. No Brasil plural e diverso essa estruturação é ainda mais complexa. Não é algo que se pode compreender isoladamente, mas como algo em constante mutabilidade e que não são pré-concebidas ou inatas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre 'em processo', sempre 'sendo formada'. As partes 'femininas' do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é 'preenchida' a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 1999, p. 38-39 apud OLIVEIRA, 2004, p. 160-161).

Quando se trata da cultura brasileira, não se costuma levar em consideração os diversos “Brasis” que habitam o espaço do Brasil. Usa-se o termo “identidade cultural brasileira” como se a mesma fosse algo homogêneo, enquanto se sabe que devido à vasta diversidade étnica, regional e socioeconômica a diversidade cultural que há no país é imensa e incontável. Ao falar de somente uma cultura brasileira exclui-se o Brasil sertanejo, o Brasil rural, o Brasil sulino, o Brasil caboclo, e tantos outros “Brasis” que a expressão não elucida.

Segundo Oliveira (2004) cinema é um dos facilitadores da construção da identidade dos “Brasis” pela sua relação com o imaginário e nunca desconectado com a realidade que cerca o que está sendo representado. Ao considerar o sentido metonímico do cinema encontra nesses filmes vários atributos da sociedade/realidade brasileira contemporânea

O cinema vem a ser instrumento útil para entendermos como as identidades, sua legitimação e suas lutas estão presentes em nossa sociedade. Ele é uma instância que faz parte do imaginário de nossa cultura, ao mesmo tempo em que colabora para enriquecê-la, reproduzindo e criando novas formulações culturais. (OLIVEIRA, 2004, p. 162)

O cinema como elemento profícuo da “narrativa cultural³” brasileira ligado a mídia e literatura, apresenta significações e narrativas que buscam dar propósito à alguns acontecimentos ou a ideia de uma nação. Dentro desse contexto a figura do cangaceiro

³ Termo cunhado por Hall (1999) no livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, DPA Editora.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

justiceiro, apregoado de bondade que luta por justiça social, uma espécie de Robin Hood à brasileira se apresenta. A narrativa cultural à sua maneira, “inventa” uma tradição, Oliveira (2004) nos fala:

Uma outra estratégia da narrativa da cultura nacional seria a "invenção da tradição", com o objetivo de criar normas e procedimentos que pareçam vinculados a um passado, muitas vezes heroico, forjado pelos mitos já existentes, como ocorre com o cangaço e com o heroísmo que se atribui a ele. O cangaço permanece no imaginário nacional de forma atemporal, mesmo que tenha se manifestado, basicamente, em quatro décadas. Ele é capaz, por exemplo, de ser rememorado por muitos, que narram os feitos dos cangaceiros como se estivessem estado pessoalmente com eles. (...) o mito de que o cangaço teria surgido imbuído de uma ação benfeitora, como se o cangaceiro fosse um tipo de Robin Hood que teria nascido para fazer justiça no sertão, local sempre povoado por lendas antigas, como as medievais. É como se pudéssemos dizer: na "época de Lampião" é que se fazia justiça nesse país, é que alguém defendia os oprimidos. (OLIVEIRA, 2004, p. 163)

Deve-se ressaltar porém, que o imaginário social está imbuído de significados e não se agarra somente à alguns fatos, valores ou símbolos que constituem uma nação, são as formações de uma cultura nascida de diversos povos que ao expressar a sua memória, fosse de forma oral, narrada ou nas artes que formam e formaram o que constitui a cultura e narrativa cultural.

A região do sertão nordestino brasileiro sempre foi rica em narrativas históricas de heróis e vilões, santos e demônios e seus embates na terra. A cultura desta região é bastante fértil com figuras reais ou fictícias que narram os anseios do contingente populacional, em especial na literatura de cordel e nos repentes tão comuns na região. O retrato do sertão brasileiro é composto de narrativas que beiram as contadas nos contos épicos da antiguidade. A literatura de cordel, como obra regional de propagação da história nordestina reveste em seus textos a visão do sertanejo sobre seu tempo, a narrativa simples como o sertanejo e realista.

4. O banditismo social: o “bom bandido” e as lutas sociais

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Em *Bandidos* (2015), Hobsbawm mostra os dois lados do ideário coletivo no que trata a figura do cangaceiro, enquanto a narrativa cultural de Hall apresenta a necessidade da criação do mito para formar a identidade cultural, Hobsbawm por meio de suas apresentações busca construir o arquétipo do “justiceiro social”, ou do bandido, que cometendo empreitadas criminosas, a faz com o “espírito” de revolucionário, como forma de se contrapor a sociedade a qual é resultado.

No sentido contrário, a lei e a prática é bastante clara quanto a figura do criminoso, seja agindo de forma solitária ou em bandos, de forma geral a figura retratada do bandido é tida como sujeito que conduz sua vida a prática de atividades contrárias às regras públicas de convívio social. A figura do bandido é a de uma pessoa da qual inexistem em seu caráter a bondade com seu semelhante, de condutas, por vezes mesquinhas, irracionais e dotadas de alto grau de violência, muito por conta dos relatos de ações desses sujeitos, tornando essa repulsa resultado do desagrado da sociedade que o permeia.

Mesmo estando presente a repulsa a tais indivíduos, em alguns casos essa “tolerância” se torna tão significativa que estes indivíduos são elevados a heróis na narrativa destes grupos. Uma das respostas apresentadas é da visão de uma oportunidade de se contrapor às mazelas sociais as quais são expostas essas comunidades, atacando-se a quem explora estará se libertando o explorado, essa narrativa criada de “justiceiros dos oprimidos”, “cavaleiros dos explorados”, muito se deve a necessidade de um mito, um emblema da oposição a valores fomentados pela própria sociedade opressora, visão essa que é bastante clara nos filmes analisados juntamente por buscarem forjar uma identificação do povo com o cangaceiro que busca justiça para o seu povo.

O banditismo social articulado na obra de Eric J. Hobsbawm, *Bandidos* (2015) muito se vale desta narrativa do “bom bandido”, aonde aquele que cometendo crimes conduz a oposição ao sistema social constituído, um revolucionário, ainda que suas ações possuam acentuada marcação criminosa, sua conduta emerge da revolta ao sistema

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

estabelecido. Essa narrativa em linhas gerais, estabelece o banditismo como uma revolta popular contra o sistema, essa explicação torna o bandido como um benfeitor dos mais fracos e pobres, um herói das classes exploradas, um questionador da realidade rural no mundo, que se utiliza de suas atividades criminosas como justificativa de oposição válida ao sistema.

O relato do bom criminoso é bastante satisfatório para explicar geográfica e politicamente a realidade social as quais se passam as atividades do banditismo. No Brasil, Hobsbawm identifica na figura de Virgulino Ferreira, o “Lampião”, como o “bom bandido”.

O sertão do Nordeste brasileiro, região clássica dos cangaceiros, era também a dos beatos, os líderes messiânicos rurais. Ambos os fenômenos floresceram juntos, mas os beatos foram mais importantes. Em uma das muitas baladas que cantam, Lampião. Jurou vingar-se contra todos, Dizendo “*Nesse mundo só respeito o Padim Ciço e mais ninguém*” [grifo não presente na obra] (HOBSBAWM, 2015, p, 48-49)

Hobsbawm, ainda na mesma página citada acima, trata da relação entre líderes messiânicos e o banditismo social, “E, como veremos, foi o padre Cícero, o Messias de Juazeiro, quem, segundo a opinião pública, concedeu credenciais ‘oficiais’ a Lampião” (HOBSBAWM, 2015, p, 48-49)

5. O Cinema Novo: construção de uma identidade questionadora

Os tópicos supracitados concebem uma breve discussão sobre a estrada que a construção identitária do cangaço/cangaceiro percorre entremeado a como a sétima arte se apresenta nesse meio de construção. O cinema como algo vivo e consolidado na cultura em algumas situações serve de vitrine para a vida, ao mesmo tempo proporciona o questionamento e o debate. Sendo assim cabe a discussão da relação entre cinema e história para se chegar ao ponto em que o Cinema Novo apresenta o cangaceiro.

Marc Ferro (1992) em “O filme: uma contra-análise da sociedade?” apresenta as primeiras teorizações sobre o uso do cinema como fonte histórica e suas utilizações para

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

a ciência histórica. O cinema – aqui tratado como as produções cinematográficas como um todo –, constitui linguagem própria, e ao mesmo tempo é um agente da história. Ele em sua concepção age na história ao passo que é influenciado pela mesma. Não somente os filmes que representam um período ou época específica, mas todos os filmes até mesmo os de ficção científica, aventura ou fantasia estão imbuídos de significações sociais daqueles que produziram e do momento da produção. No que se refere a História Cultural⁴, por toda os valores intrínsecos à produção cinematográfica ela pode ser uma fonte história de absurda relevância. (BARROS, 2011)

A estética do cinema como arte de criação, é constituir uma realidade concentrada em imagens e sons, essa criação artística, a realidade aqui mencionada não constitui uma real expressão do cotidiano, uma busca pelo real narrativo como a história, em posse dessa “liberdade” de (re)criar uma realidade o cinema pode criar um campo para questionar valores sociais, instituir novos valores na sociedade. O cangaço como movimento social, ou elevado a esse patamar, é objeto de dezenas de obras fílmicas, entre os estilos fílmicos apresentados para retratar esse fato social temos desde cópias do western do Estados Unidos, com a presença de cangaceiros, transvestidos de bandidos mexicanos, os conhecidos *Nordestern*.

O Cinema Novo, como movimento de afirmação nasce na década de 1960, resultante, de filmes com contestação a sociedade que se apresentava, Marcelo Dídimo contextualiza a década e como surgiu o Cinema Novo da seguinte forma:

Inconformados com a atual situação política do país e para contrapor à indústria cinematográfica do período chanchadista e aos filmes da Vera Cruz, alguns cineastas eclodiram o movimento do Cinema Novo (DÍDIMO, 2010, p. 217).

O Cinema Novo, representado aqui pela figura de Glauber Rocha, vai além da simples narrativa do cenário árido e escaldante do sertão nordestino, e as duas obras

⁴ Destaca-se a História Cultural pelo fato de que a mesma abriu todo um leque de novas fontes e possibilidades para o historiador, e não por somente essa vertente da História utilizar as fontes fílmicas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

fílmicas aqui retratadas: Deus e o Diabo na Terra do Sol, 1964 e O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro, 1969. A grande questão dos filmes de Glauber Rocha sobre o sertão nordestino e presente nos filmes supracitados é a ideia de que tanto o cangaço e o messianismo são frutos da mesma exclusão que o povo do sertão é submetido.

Dessa forma ele entremeia os dois movimentos na busca de formar e suscitar uma identificação do público com aquele povo sofrido e excluído que está na tela. “(...) Glauber retratou o cangaço em seus filmes de forma singular, abordando o tema sob o prisma do ideal revolucionário, e introduzindo em sua narrativa contextos simbólicos e alegóricos” (DÍDIMO, 2010, p. 220).

O clima do filme é árido, quente, com o sofrimento latente. Os filmes analisados se completam, a sequência dos filmes é algo que fica implícito ao espectador. Em Deus e o Diabo na Terra do Sol vemos Manoel e Rosa, o casal de sertanejos que são a imagem do povo nordestino. O casal trabalha para o coronel Moraes que os explora, Manoel é vaqueiro e Rosa cuida dos afazeres domésticos, após o assassinato do coronel se junta a um bando messiânico e, por fim, a um grupo de cangaceiros.

Tem-se em Manoel a imagem do nordestino excluído que sem recursos e sem condições de sair da vida que leva acredita em salvadores e messias, em Rosa a característica que o povo do sertão é um povo com sofrimento a tal maneira que para se fazer o bem é necessário fazer o mal.

Em Corisco, é enfim apresentada a epítome do que deveria ser o “herói” brasileiro, sua cena final e fala que “mais fortes são os poderes do povo” é o convite a que cada brasileiro se levante contra o sistema que o oprime e tome consciência de seu lugar. Antônio das Mortes como papel de executor de Corisco é a representação do Diabo a qual o título do filme se refere, mas encontra sua redenção em O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Antônio das Mortes é o elo entre os filmes, para ele o cangaço acabou com a morte de Corisco, mas a figura de um novo cangaceiro surge em Jardim das Piranhas o que lhe dá um novo propósito. A passagem de tempo é implícita quando os diálogos se referem ao governo Vargas como tempos passados e nas tomadas com Antônio das Mortes em estradas com caminhões.

O filme reflete na figura da Santa e do cangaço os elementos da cultura e identidade do povo do Nordeste já discutida. Na figura do empresário que quer levar a indústria ao Jardim das Piranhas vê-se o novo, o moderno, enquanto que no coronel cego observa-se a imagem dos tempos idos do coronelismo. Na cena do assassinato de Coraina tem-se uma disputa de versos e rimas representando claramente a literatura de cordel e os repentistas.

Ao se voltar contra os poderosos que os contratam para assassinatos Antônio das Mortes ocupa o lugar de herói da trama, passa do seu papel de Dragão da Maldade pelos seus crimes, para o de Santo Guerreiro. Ao encerrar sua trama com o assassinato do coronel, sua esposa e do empresário, Antônio das Mortes assim como Corisco, é a representação do povo tomando o seu lugar de resistência frente aos desmandos da sociedade.

Nos filmes nota-se a busca de Glauber Rocha de promover um cinema que fosse construtor e representante da identidade e cultura do Brasil sertanejo. Vale ressaltar que para Glauber Rocha era no Nordeste que se encontraria a verdadeira cultura brasileira, por ser naquela região que existia o verdadeiro povo brasileiro sem amarras ou estrangeirismos.

Como supracitado muito se deve à construção popular sobre os relatos ocorridos no semiárido nordestino e replicada em folhas de cordéis nas feiras e nas rimas dos repentistas, a construção ideológica do que vem a ser o cangaceiro herói também se deve em grande parte aos embates entre os pensamentos políticos do século XX. Os filmes

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

foram produzidos em um ambiente de crise de identidade e contestação do que seria o Brasil e a identidade cultural brasileira própria. Glauber Rocha constrói em suas narrativas muito além do “bom bandido”, constrói a figura de um “herói nacional” a ser seguido por se originara no seio do que seria de fato a cultura brasileira, a cultura do Nordeste.

6. Considerações Finais

O contexto histórico do Cinema Novo remete às transformações políticas e sociais que ocorridas na década de 1950. Transformações essas que transformaram a população rural em uma população urbana com hábitos de consumo de massa e avanço dos meios de comunicação. O cinema inserido nessa realidade tratou de criticar o atraso nordestino e a vida dura que esse povo levava, essa crítica e chamada a realidade o Nordeste foi feita a partir dos filmes que retratavam o cangaço e sua relação com as cidades. Na necessidade de manter a dualidade de Nordeste atrasado e Sudeste industrializado/moderno.

Os filmes tratados aqui não representam o maniqueísmo entre o bem e o mal, embora isso seja sugerido no título Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964), aqui a luta é contra o atraso e contra a miséria tida como principais responsáveis a figura dos salvadores messiânicos e o latifúndio. A figura de luta é o cangaceiro, o anti-herói que em sua violência e banditismo representa a luta de uma sociedade excluída, sofrida e pobre frente aos desmandos dos coronéis e de salvadores.

Existe no Corisco de Glauber Rocha o convite ao povo nordestino de se livrar das amarras e ser o revolucionário que a região necessitava, vê-se no Corisco a mitificação que os cordéis já traziam dos cangaceiros. O “herói” marginal representado no cinema era o suporte tecnológico para que esse povo não fosse esquecido.

Em um contexto de aumento exponencial dos meios de comunicação de massa, o cinema se tornara o veículo da propagação dos símbolos e imagens que acabaria por

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

registrar na memória a figura do cangaceiro que luta pelo seu sertão, por formar a identidade coletiva que serviria de base para novos projetos políticos para o sertão nordestino e para o povo do Nordeste.

Pretende-se aqui dar início as várias discussões sobre como o Cinema utilizado como fonte história é algo rico e possível. Essa discussão é ampla, vasta, mas não acabada. As constantes mudanças sofridas em nossa sociedade nos últimos anos convida a sociedade e o povo de todos os “Brasis” que habitam o Brasil a discutir o que constrói a identidade, a memória e o seu sentimento de pertencimento à nação, discussão que se fazem necessárias para que não ocorra a repetição do passado, em especial aos momentos de sofrimento e exclusão de um povo.

Referências

BARROS, José D’Assunção. *Cinema e história – Considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas*. Comunicação & Sociedade, ISSN Impresso: 0101-2657 • ISSN Eletrônico: ISSN 2175-7755. Ano 32, n. 55, p. 175-202, jan./jun. 2011. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2324/2504>. Acesso em 09 abr. 2018.

Deus e o Diabo na Terra do Sol. Direção de Glauber Rocha. Produção de Luiz Augusto Mendes, Luiz Paulino dos Santos. Copacabana Filmes, 1964. DVD

DÍDIMO, Marcelo. *O cangaço no cinema brasileiro*. São Paulo, p. 217-244, 2010. Annablume.

FERRO, M. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPA Editora, 1999.

HOBSWAM, Eric J. Tradução. DONALDSON, M. Garschagen. *Bandidos*. São Paulo.
PAZ & TERRA, 2015.

MORETTIN, Eduardo Victorio. *O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro*.
História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003. Editora UFPR.

O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro. Direção de Glauber Rocha. Promoção
de Zelito Viana, Claude Antoine, Glauber Rocha, Luiz Carlos Barreto. Mapa Filmes,
1969.

OLIVEIRA, Adriano Messias de. *Identidades em movimento: pensando a cultura
nacional por meio do cinema*. *Revista Katálysis*, vol. 7, núm. 2, julho-diciembre, 2004,
pp. 158-169 Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil. Disponível
em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179617806003>. Acessado em 30 mar. 2018.

PÉRICAS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo.
Boitempo JEditorial, 2010.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de
Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SANTOS, Caroline Lima. *Uma nova perspectiva de cangaço: o mito e a guerrilha no
Cinema Novo*. *Revista de História*, 2, 2 (2010), p. 93-110. Disponível em
http://www.revistahistoria.ufba.br/2010_2/a06.pdf. Acesso em 30 mar. 2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O PATRIMONIALISMO E O NEGRO NO BRASIL

Jefferson Roberto Nascimento Acevedo (UFG)¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo uma análise das relações patrimonialistas no Brasil, passando pelo racismo que se instaura e difere os indivíduos. Se o patrimonialismo Português continua durante a instalação do Estado brasileiro, é também característica fundadora, a lógica é de favorecimento dos próximos ao rei e de omissão e abandono por parte do Estado dos que são alheios ao parentesco da nobreza. Com o surgimento da República o que temos é o estratagem de trazer para si o arcabouço estatal, assim há uma compartimentalização dos serviços públicos e os cargos são divididos entre os que já detinham poder. A entrada e permanência ficam a critério de relações pessoais de apadrinhamento e caudilhagem. Dentro dessa estrutura, fundamentada a partir de relações que são passadas por parentesco, linhagem sucessória e familiar, o que acontece com os indivíduos que não estavam inseridos nesse jogo, uma vez que estavam no estado de objetificação? A situação reificada na qual se encontra o negro escravizado não garante que no advento da república que os indivíduos possam ser absorvidos pelo novo Estado. O racismo, critério de cor, passa a ser mais um elemento de exclusão. Além do indivíduo ser tratado como não parte do meio, como Florestan muito bem ressalta em sua análise, é como um sistema de castas, não permitindo a mobilidade social e ao mesmo tempo em que não se declara enquanto tal, garante a exclusão da parte negra.

Palavras chave: Patrimonialismo, Estado, Negro

O Estado como patrimônio pessoal

Entre o jeitinho brasileiro, a malandragem, a ginga e o apadrinhamento existe mais coisas que possa imaginar nossa vã filosofia. Se Hamlet não entendia os mistérios entre o céu e a terra, quem dirá o brasileiro que ao mesmo tempo beneficia-se enchendo o peito para declarar que tem um primo distante que é político, juiz ou mesmo policial, e, por outro lado, esbraveja que está cansado dos políticos corruptos e dos ladrões de celulares. Mal compreende ele que a sua dúvida relação entre o moral e o imoral pertence ao mesmo

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás. Orientadora: Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes. acevedojefferson@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

pensamento. Ou seja, corrupto é o outro, quando “eu” me benefico do estado no âmbito privado sou simplesmente “o esperto”.

A construção histórica do país Brasil influencia diretamente a compreensão de mundo do indivíduo hoje, uma vez que o pacto colonial impedia a construção de uma manufatura e construía uma dependência em relação a sede do império português, todos queriam se aproximar do *El Rey*. A desvalorização do trabalho e a super valorização do ócio da nobreza, permitia a associação de qualquer tipo de atividade manual sempre como coisa de escravo. Assim surge uma nação, um povo que entende a máquina pública como propriedade do rei e os cargos como propriedade privada.

Como ressalta Florestan Fernandes, no Brasil do século XIX, o antigo senhorio rural escravista colonial viu-se incumbido da tarefa de construir um Estado e de negociar diretamente com o restante do mundo e foi nesse momento, e só a partir dele, que começou a vigorar, em sentido estrito, o patrimonialismo entre nós - juntamente, é certo, com princípios ideológicos liberais/burgueses, que tinham vigência ambígua e limitavam o patrimonialismo, mas não o anulavam. (CAMPANTE, 2002, p. 19)

É de suma importância entender que as relações sociais vigentes no Brasil são parte de um caminhar histórico, no qual as redes entre organização do estado português e os indivíduos no império além mar determinam modos próprios de sobrevivência e adaptação dos mandos reais. Roberto DaMatta(1986), tem uma maneira peculiar de descrever a compreensão das relações privadas e públicas, em “O que faz do Brasil, Brasil?” e “Você sabe com quem está falando?”, a investigação consiste em trazer formas de poder que não estão relacionadas diretamente aos fatores econômicos. Ou seja, é importante ter em mente que a condição econômica é um fator de diferenciação social, todavia não é o único, como também raça, gênero, orientação sexual e descendência.

Em dado momento histórico em que cor e classe são praticamente sinônimos, mesmo assim se constroem subcategorias para diferenciar o escravo doméstico do negro que estava na senzala. Dos indivíduo limpos para o sujos, do honesto para os desonestos,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

dos pardos e mulatos, dos indivíduos que deveriam obter respeito, para os que mereciam distrato, tanto por título, cor ou hierarquias sociais. A diferenciação foi e será um traço marcante em nossa cultura, e a disseminação em pequenos grupos de poder é questão fulcral no entendimento do patrimonialismo brasileiro. Ser próximo ao Rei, governador, ouvidor, até mesmo obter qualquer cargo público ou ser parente de quem obtém, é sinal de diferenciação entre os indivíduos. É pertencer a algo ou estar fora dele, é ser de casa ou ser da rua... Outrossim, é o conflito entre público e privado, os antagonismos que garantem diferenciações chamado de castas por Fernandes(2007), uma vez que existe a troca de níveis hierárquicos, mas essa assunção só legitima todo o sistema.

DaMatta considera o país de caráter semitradicional, fato que “revela que os sistemas globais, de caráter universal, são permeados pelos sistemas de relações pessoais, fato que também tem sido verificado em outras sociedades” como as Ibéricas e as demais na América Latina. “Neles, as relações pessoais se mostram muito mais como fatores estruturais do sistema do que como sobrevivências do passado que o jogo do poder e das forças econômicas logo irá marginalizar.” (DaMatta, 1997 p.58)

Seguindo o raciocínio de formas estruturais das relações, podemos citar o “homem cordial”, conceito trabalhado por Sérgio Buarque de Holanda, em sua clássica obra Raízes do Brasil(1986). Segundo Holanda, “no Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses e objetivos fundados nesse interesse”(1986, p. 146). Por outro lado, a fundamentação administrativa é baseada em uma forma primitiva que é a família. Assim, cria-se os laços sociais fechados e “um modelo obrigatório de composição social entre nós”. A cordialidade seria uma marca e um legado que deixaremos para o mundo, a hospitalidade e a generosidade seriam virtudes a serem gabadas entre os estrangeiros. Porém, o autor continua e faz um alerta: “Seria engano supor que essas virtudes possam significar 'boas maneiras', civilidade.”(p. 147,1986). O homem cordial não representa a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

urbanidade em si, mas uma representação de cordialidade que se exterioriza e esconde o sistema fechado e familiar que serão as relações entre público e privado, o indivíduo que não sabe a diferença entre as esferas estatais e seu núcleo familiar.

Já Campante faz uma ressalva sobre o estado brasileiro e o modus patriarcal de organização do império português que se estabelece fora da península. Uma vez que seu entendimento é que inicialmente as relações são patriarcais e não patrimonialistas.

Patrimonialismo é um conceito referente ao poder estatal. É preciso haver um Estado para haver patrimonialismo. Antes de 1808, patrimonialista, em sentido estrito, era o Estado português; a sociedade brasileira era patriarcal, Estado brasileiro não havia. Após essa data, o poder patriarcal certamente decaiu, pois passa a existir um Estado e um mercado instilando suas lógicas próprias naqueles "donos de pequenos mundos", mas essa decadência não veicula necessariamente uma modernidade racional-burocrática, justamente porque o mesmo destino não tem o personalismo. O enfraquecimento do patriarcalismo não pressupõe, de forma alguma, que o patrimonialismo terá o mesmo destino, pelo contrário, para Weber, o patrimonialismo, embora análogo ao patriarcalismo, no sentido de que o poder político se legitima na relação pessoal de piedade, representa uma superação deste. (CAMPANTE, 2002, p. 19)

Campante faz uma abordagem analisando a obra de Raymundo Faoro, uma vez que os conceitos de patrimonialismo, estamento e capitalismo politicamente orientado são conceitos chaves para compreensão da questão brasileira. Para Faoro, o capitalismo que se desenvolve no Brasil é tão dependente do estado patrimonial que se o estado for retirado, não sobra nada (CAMPANTE, 2002). Entendendo que a administração é uma estrutura de poder, e a organização do Estado, garante os meios de dominação que são destilados socialmente e reproduzidos de outra forma, se as relações administrativas e burocráticas estão do âmbito do privado, do núcleo familiar patriarcal, tais formas de controle são passadas ao controle do estado e reproduzidas como dominação legal.

Segundo uma avaliação histórica, o Império Português organiza-se da mesma forma na Europa, América, África e Ásia. Todavia, cada lugar terá características próprias,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

mesmo havendo um poder central, desse lado do Atlântico o grande poder concentrado nas mãos de grandes produtores, de governadores, que também eram ouvidores e as funções meio que se confundiam conforme um poder dado pelo mando do rei adiciona ao patrimonialismo clássico dos reis indivíduos, que da relação patriarcal instrumentalizam parte do império, e posteriormente o Estado para usos e desusos.

[...]os fundamentos personalistas do poder, a falta de uma esfera pública contraposta à privada, a racionalidade subjetiva e casuística do sistema jurídico, a irracionalidade do sistema fiscal, a não profissionalização e a tendência intrínseca à corrupção do quadro administrativo, tudo isso contribui para tornar a eficiência governamental altamente problemática no patrimonialismo, especialmente em comparação à eficiência técnica e administrativa que Weber vê em um sistema de poder racional-legal-burocrático. E como tal eficiência é um dos atributos básicos do capitalismo moderno, todos esses fatores mencionados funcionam, também, como um obstáculo à constituição deste em sociedades patrimoniais. (CAMPANTE, 2002, p. 6)

É de comum acordo com o autor a perspectiva do personalismo, todavia é questionável a tendência intrínseca à corrupção em um sistema que as bases são de confiança e ascensão por indicação e mando do rei, sem falar nas constantes devassas impostas muito mais por questões políticas que controle real da administração. O quinto real era intocado pelos funcionários da coroa e reforçava relações de vassalagem que garantiam prestígios e acessos futuros (PALACIN, 1983).

Para aprofundar o debate sobre patriarcalismo, as contribuições de Gilberto Freyre (2003) são bastante pertinentes, uma vez que o autor desenha o estabelecimento de relações entre os três grupos que ocuparam o território. Fazendo um enlace sobre a introdução do negro e do índio na vida privada da sociedade brasileira. O autor tende a ressaltar os fatores de trocas culturais e sexuais entre negros e brancos, na troca de perspectivas da senzala para a casa grande e vice versa. Além de trabalhar em uma perspectiva indutiva, ou seja na reprodução da casa grande e senzala para o restante do processo político e social brasileiro. As relações estabelecidas no laboratório, segundo o

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

autor, estão presente em toda a sociedade e permanecem tanto em pequenas coisas como formas de falar, alimentar, agir, crer e reproduzir, como em visões mais macros na relação que o patriarca terá com o Estado, uma vez que o resguardo sempre foi no isolamento da casa grande e na produção de cana de açúcar.

Assim temos autores de grande estima para o entendimento do pensamento social brasileiro, como Raymundo Faoro, Roberto Damatta, Florestan Fernandes, Lilia Schwarcz, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda dentre outros. A diversidade de autores é o escopo de trabalhos de revisão bibliográfica, uma vez que as análises apresentadas demonstram o conflito entre segmentos sociais diferentes, antagonismo de classe e etnias, outros por sua vez trazem uma visão mais harmônica da colonização ou mesmo uma confluência de interesses distintos para o bem social comum. Todavia a pergunta que fica é a seguinte:

Se o patrimonialismo gera um ciclo fechado e estamental ou mesmo instrumentaliza o Estado para a lógica do privado, não havendo separação do âmbito familiar, como fica a questão étnica do negro no país da “cordialidade”? Tendo várias formas de favorecimento, bloqueio e proteção dos núcleos familiares que sempre dominaram a condição política, como o negro será absorvido nesse território de cordialidade hostil?

O preto chegou atrasado para festa.

Abdias Nascimento, intelectual de grande estima para o movimento negro, faz uma comparação ao analisar a realidade brasileiro com o apartheid da África do Sul. Segundo Nascimento(2002), não podemos comparar o Brasil com os Estados Unidos, pois nos EUA tem-se uma minoria negra sendo oprimida por uma maioria branca, já no Brasil, assim como na África do sul, tem-se uma maioria negra oprimida por uma minoria branca. Condição que permanece mesmo após o fim legal do regime escravista. A posição de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

domínio e privilégio de grupos de poder dificulta a organização e superação da condição que a população negra se encontra.

Desta forma, para analisar a realidade brasileira na ótica do conflito, é de suma relevância um olhar de classe, mas também o viés racial, uma vez como muito bem ressalta Laura de Mello e Souza:

Administrar uma sociedade composta predominantemente por brancos não era a mesma coisa que fazê-lo quando o contingente de escravos podia chegar – como em algumas regiões- a 50% da população. Mesmo que a lei vigente na primeira – a europeia, a metropolitana ou ambas – fosse igual à que se tinha na segunda. (SOUZA, 2006, p. 57)

Assim não podemos apenas tentar encaixar os modelos de leis, decretos e mandos do rei numa sociedade que conta com enormes diferenciais, além da população negra, a ameríndia e o enorme contingente de mestiços. A conceituação de raça que passa pelos grupos humanos aqui estabelecidos, tem uma dupla ação: para uns é garantia de privilégios e para outros de exclusão dos espaços sociais. Tendo em vista que raça é um conceito fundamentador do racismo e o legitimador das teorias eugenistas, em contrapartida é escrachado pelo racismo à brasileira, já que se tem “preconceito de ter preconceito” (FERNANDES, 2007). Um racismo institucionalizado que ao mesmo tempo é sutil e mascarado, como dizia Roberto Damatta (1986), dificulta e muito o seu combate. Reitera Florestan Fernandes que no racismo à brasileira ninguém é declaradamente racista, todavia constrói práticas de exclusão e/ou simplesmente ignora as questões sociais a qual a população negra é submetida no dia a dia.

Para compreender o conceito de raça, Lilia Schwarcz faz uma abordagem em que a raça é identificada por grupos sociais de formas diferentes.

Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas. (SCHWARCZ, 2009, p. 34)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Entendendo que o conceito de raça é uma construção local e exerce mitos e ideologias o racismo passa facilmente no seio dessa sociedade para os demais grupos como um elemento camuflado, quase um crime perfeito em que somente a vítima sabe o que sofreu, assim a autora reitera: “Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade. É da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente.” (SCHWARCZ, 2009, p. 31). Da mesma forma DaMatta, estabelece uma conexão entre essa relação do íntimo privado e público,

[...]o dilema brasileiro residia numa trágica oscilação entre um esqueleto nacional feito de leis universais cujo sujeito era o indivíduo e situações onde cada qual se salvava e se despachava como podia, utilizando para isso o seu sistema de relações pessoais. Haveria assim, nessa colocação, um verdadeiro combate entre leis que devem valer para todos e relações que evidentemente só podem funcionar para quem as tem. O resultado é um sistema social dividido e até mesmo equilibrado entre duas unidades sociais básicas: o indivíduo (o sujeito das leis universais que moderniza a sociedade) e a pessoa (o sujeito das relações sociais, que conduz ao pólo tradicional do sistema). (DAMATTA, 1986, p. 64)

Se o dilema consiste em fazer valer os dois sujeitos no mesmo ser, a concatenação entre racismo e o sujeito que tem aversão ao racismo é equilibrado “perfeitamente” no brasileiro. Lilia Schwarcz cita uma pesquisa feita nos anos 80 em São Paulo em que no mesmo grupo pesquisado 98% diziam não ser racistas, e 97% dos mesmos indivíduos diziam conhecer alguém racista. Ou seja, na relação público privado e no contexto do dito jeitinho brasileiro a inclusão e exclusão utiliza métodos parecidos e distintos. O racismo como não esteve em lei pós escravidão é uma arma difícil de ser combatida, já que atua juntamente com o esquecimento e o encobrimento de suas práticas a todo momento.

Destarte, criasse um discurso de um sistema escravocrata mais brando, em que as mazelas impostas pela diferenciação e reificação do negro ficou apenas como fatos históricos passados, ou seja, o dito mito da democracia racial. Não obstante, o discurso

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

de democracia racial só funciona se não houver estratificação social. Compreendendo que não assumir no discurso o que é prática, faz parte do processo de aceitação e do contraditório.

O 'preconceito de cor' é condenado sem reservas, como se constituíssem um mal em si mesmo, mais degradante para quem o pratique do que para quem seja sua vítima. A liberdade de preservar os antigos ajustamentos discriminatórios e preconceituosos porém, é tido como intocável, desde que se mantenha o decoro e suas manifestações possam ser encobertas ou dissimuladas (mantendo-se como algo 'íntimo'; que subiste no 'recesso do lar'; ou se associa a "imposições" decorrentes do modo de ser dos agentes ou do seu estilo de vida, pelos quais eles 'têm o dever de zelar'). (FLORESTAN, 2009, p. 42)

Apresenta-se uma vida social livre de preconceitos e as oportunidades iguais a todos, longe de qualquer brasileiro expressar o racismo, antagonicamente também não expressam quaisquer traços de solidariedade, ou tentativa de compreender a questão racial, uma vez que assumindo a diferença também, assume-se o preconceito social. Lília Schwarcz faz uma abordagem interessante sobre os âmbito público e privado, segundo a autora o racismo a brasileira se apresenta no espaço privado, enquanto no público o discurso que transcende é de uma democracia racial, do bom senhor e da harmonia e assimilação cultural do diferente, ela usa como exemplo os sambas do início do século XX.

A canção popular é assimilacionista no plano da cultura, mas confirma o racismo e as formas de discriminação no terreno do privado. Mas tal cenário aponta, por outro lado, para um argumento duplo. Ao mesmo tempo que confiam numa pedagogia deliberadamente normativa para construção de um modelo democrático de participação política, as canções indicam os limites de uma experiência política como a brasileira, com graves dificuldades para produzir uma cultura democrática ou materializar o aprofundamento qualitativo da forma e da prática da democracia entre nós. Dito de outro modo: numa sociedade marcada historicamente pela desigualdade e separada pela distância de padrões confortáveis à consolidação da democracia, sobretudo no nível do mundo, da vida e da sociedade civil, a cor se

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

estabelece no cotidiano e o racismo se afirma basicamente de forma
privada. (SCHWARCZ, 2009, p. 59)

O processo de assimilação transforma o que é do negro em patrimônio nacional, como a feijoada, citada pela autora, em uma junção perfeita do feijão preto com o arroz branco, e o couve que simboliza a natureza e, a laranja nossas riquezas. Ao viés público o Brasil apresenta-se como dito por Gilberto Freyre na representação da troca fluida entre as raças, como se a democracia do bem viver estivessem acima dos conflitos raciais. Podemos dizer que foi a nação que aprendeu a respeitar o diferente, mesmo depois desse passado de escravidão e isso pode ser facilmente notado pela forma como as características culturais do negro penetram no modo de ser do típico cidadão brasileiro.

Todavia, tal processo é fundamental para manutenção do *status quo* e antipatia em relação a situação degradante a que o negro é deixado. “Os brancos desfrutam de uma hegemonia completa e total, como se a ordem social vigente fosse, literalmente, uma combinação híbrida do regime de castas e do regime de classe.” (FLORESTAN, 2007, p. 117) Conforme afirma Florestan, a vigência do branco é total no sistema de classes, tendo não somente o sistema econômico a seu favor, desta forma o processo ideológico de integração nacional através do cultura e do esquecimento de um passado, que já foi “resolvido”, garante em termos reais a permanência das coisas em seus “devidos lugares”, o negro servindo e o branco sendo servido.

“O racismo aparece, dessa maneira - e mais uma vez -, como uma expressão de foro íntimo, mais apropriado para o recesso do lar, quase um estilo de vida. É como se os brasileiros repetissem o passado no presente, traduzindo-o na esfera privada”(SCHWARCZ, 2009, p.64). Assim sendo, temos que o discurso de que a lei é para todos e da universalização do dito processo democrático, porém não permitiu a inclusão do negro. A pessoa de cor passa a conviver com um processo não existente em lei, contudo afirmado nos padrões sociais constantemente. Em outras palavras, não existe lei que impeça o acesso a educação, padrão de consumo, modelo de vida e ascensão nas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

carreiras, mas constrói-se uma sociedade de casta., como afirma Fernandes, que impede o acesso dos negros e sempre que alguém consegue ultrapassar as barreiras sociais/raciais é a exceção que confirma regra.

Considerações finais

Numa sociedade que ainda reproduz formas de barreiras e agrupamentos semitradicionais, ou seja, relações definitivamente patrimonialistas, de posse do público para satisfação das vontades privadas, o Estado é instrumentalizado por grupos que têm acesso e meios para isso. Todavia como muito bem demonstrou Roberto DaMatta, as relações de poder e autoridade não estão somente entre as grandes oligarquias, mas dissolvidas em toda a sociedade sempre que alguém necessita reafirmar uma autoridade ou parecer estar próxima a espaços de autoridade, legítima ou não.

Nesse sentido o “homem cordial” de Holanda encaixa perfeitamente na análise por tentar suprir suas necessidades por meio de uma cordialidade que muitas vezes pode e apresenta-se como afirmação de poder. Se no âmbito público e nos espaços sociais o discurso de generalidade da lei, do cumprimento das normas e da nação vigora, no âmbito privado as coisas se estabelecem em outros vieses, os preconceitos velados no público aparecem e são aplicados de forma sutil e, como afirma Fernandes, pode-se ter preconceitos desde que mantenha-se o decoro.

A partir dessa análise é possível identificar o racismo, que permanece como uma forma de diferenciação, em uma sociedade de grande estratificação, tanto do ponto vista social, como econômico e racial. A transição para o capitalismo não permite a absorção do negro no mercado, e a reificação do período colonial é transformada em racismo velado sobre a quimera de democracia racial. Ou seja, quando o negro deixa de ser coisa, semovente, tornando-se concorrente, mas inferior, é desprezível e descartável, a ponto de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

não receber nem empatia. Se constroem uma sociedade que fecha o ciclo para atendimento dos interesses individuais, o negro fica de fora duas vezes, uma por ser negro e outra por não ser inserido economicamente. O patrimonialismo traz muito mais que a pouca diferença entre o público e privado, ele traz consigo também formas de exclusão, uma vez que a diferença ao outro é critério para inclusão dos iguais e afastamento dos diferentes, o “você sabe com quem está falando?” é que garante a hierarquia.

Referências Bibliográficas

CAMPANTE, Rubens Goyatá. *O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira*. In: Dados: revista de ciências sociais, v. 43, n. 1, 2003. pp. 153-193.

DAMATTA, Roberto Augusto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAMATTA, Roberto Augusto; BRASIL, *Sabem Com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Indivíduo e Pessoa no Brasil*. In: MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

FERNANDES, Fernando. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. revista- São Paulo : Global, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48° ed. São Paulo: Global, 2003.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26^o ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

PALACIN, Luis. *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 1983.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. 2^o ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/ OR editor Produtor Editor, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**UM PROJETO DE MODERNIDADE? APONTAMENTOS ACERCA DE JOSÉ
HONÓRIO RODRIGUES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

Krisley Oliveira (PPGH-UFG)¹

Resumo: É impossível pensar em historiografia brasileira sem nos remetermos à figura de José Honório Rodrigues como um importante estudioso do campo, e, para muitos pesquisadores, tido como o precursor das reflexões que envolvem o ofício do historiador e o modo como é pesquisada e escrita a História do Brasil. Rodrigues ocupa espaço de destaque na historiografia brasileira não apenas por pensar em aspectos muito importantes que dizem respeito à pesquisa e escrita da história, bem como o ofício do historiador, mas também pela vasta produção bibliográfica, escreveu dezenas de artigos em jornais e revistas, bem como ensaios e livros. Chama atenção o fato de um historiador ter tão vasta obra sobre diversos temas e as pesquisas sobre ele irem na contramão de sua grandiosidade. Rodrigues passou por diversos e diferentes momentos da história do Brasil, portanto, há uma mudança em suas perspectivas em relação ao que escreve, ele mesmo afirma que as teorias passam e os fatos ficam (1978), sendo assim, não é tarefa fácil contextualizar sua obra. Nosso intuito com esse trabalho é pensar as relações que Rodrigues traça entre teoria e prática, que sob nossa perspectiva tendem a alinhar-se em prol de um projeto de modernidade.

Palavras-chave: José Honório Rodrigues; Historiografia brasileira; Modernidade; Teoria da História; História intelectual

No que se refere ao contexto brasileiro os estudos de José Honório Rodrigues, costumam ser atribuídos como pioneiros para a historicização da produção historiográfica nacional (GUIMARÃES, 1995). É importante salientarmos que, o momento crítico dos estudos historiográficos costuma ser entendido como o sintoma de um momento singular de crise da disciplina nas décadas finais do século XX, marcada por uma tomada crítica

¹Especialista em História e Narrativas Audiovisuais (UFG); Mestranda em História (UFG); Bolsista CAPES. E-mail: krisley6@hotmail.com..

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

e reflexiva dos historiadores acerca de seu ofício e dos pressupostos da pesquisa histórica. Mais do que simples, para alguns, e mais inquietante para outros, questão de campo disciplinar, o que se observa e analisa agora é o problema de uma “consciência historiográfica”, utilizando a expressão de Pierre Nora, o que contribuiu de forma decisiva para o entendimento da historiografia como lugar de memória e, portanto, como objeto, entre outros, de investigação dos historiadores.

Em busca de desfazer a noção de conhecimento do passado enquanto exercício de rememoração, a história da história, alinhada às demandas dessa nova “etapa epistemológica” da disciplina, passou a orientar-se por uma série de indagações acerca dos procedimentos, categorias e conceitos que tornam possível a sua elaboração, portanto, desde que passou a ser entendida como dotada de historicidade, ou seja, condicionada pelo ponto de vista de seu autor, lugar de sua elaboração e tempo, tanto a pesquisa como a escrita da história passaram a demandar a abordagem crítica das produções historiográficas que a precederam.

Trabalhando com a perspectiva sobre a qual a professora Pallares-Burke (2005) chama atenção, no que se refere ao termo *influência* poder dar a noção de um receptor passivo de ideias alheias, pensaremos em José Honório Rodrigues sempre como um historiador que manteve diálogo com outros intelectuais, estrangeiros e nacionais, sendo sempre sujeito crítico, criador e inovador.

José Honório ocupa espaço de destaque na historiografia brasileira não apenas por pensar em aspectos muito importantes que dizem respeito à pesquisa e escrita da história, bem como o ofício do historiador, mas também pela vasta produção bibliográfica, escreveu dezenas de artigos em jornais e revistas, muitos foram aproveitados em livros, bem como os ensaios. Nasceu em 1913 e faleceu em 1987, portanto, atravessou e participou ativamente, inclusive de forma muito ácida, em suas análises e críticas, de grande parte dos debates historiográficos da história do Brasil.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Da recepção de sua obra

Sua obra vem sendo estudada desde a década de 60, todavia é notório em uma simples pesquisa, que encontramos quantidade pequena de trabalhos acadêmicos produzidos acerca de Rodrigues, e esse foi certamente um dos pontos que nos despertou interesse na obra do intelectual.

Chamamos atenção para o trabalho de grande fôlego, que foi feito por Raquel Glezer em sua tese de doutoramento na Faculdade de Filosofia da USP, em 1976, com uma catalogação e classificação bibliográfica da obra de José Honório, e um artigo recorrentemente citado entre os comentadores e estudiosos do autor, escrito pelo também historiador Francisco Iglésias, em 1989, onde faz uma classificação apontando uma divisão em cinco grupos distintos de foco de pesquisa da obra de José Honório.

Da década de 1990 até 2000 há um “esquecimento” da obra de José Honório, de acordo com nossas pesquisas, localizamos, a partir de 2000, as produções que citaremos a seguir.

Um trabalho que visa fazer uma análise mais profunda da obra de José Honório é a Dissertação de Ana Luiza Marques, defendida pelo Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no ano de 2010, que tem como título, *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil*, nessa pesquisa, Marques analisou a sistemática teórico-metodológica que José Honório Rodrigues apresentou em seu projeto: Teoria da História do Brasil, A Pesquisa Histórica no Brasil e História da História do Brasil. Onde demonstra que, para essa sistemática, existem dois campos de pesquisa, o da pesquisa que utiliza-se de métodos críticos para descoberta de fatos em documentações e o da historiografia enquanto interpretação de sentidos dos fatos de acordo a "concepção de mundo" do historiador.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A partir de 2010, temos como principal referência, o professor André de Lemos Freixo (UFOP), com sua tese de doutoramento, defendida pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 2012, intitulada *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*, onde faz uma análise de como José Honório articulou a renovação dos estudos históricos no Brasil, demonstrando como o autor articula seu programa que visava estabelecer bases científicas para a escrita da História. E, após o doutorado deu continuidade, contribuindo com alguns artigos de muita relevância para os estudos da obra do autor, sendo sob a nossa perspectiva, a referência quando se trata dos estudos da obra de Rodrigues.

Adiante com os estudos mais críticos da obra de Rodrigues, temos a dissertação de mestrado, defendida por Érika Uhiara, intitulada *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em 2014, teve como intuito acompanhar um movimento mais amplo de renovação do interesse pela história da historiografia brasileira e também analisar os ensaios publicados por Rodrigues, entre as décadas de 50 e 80, para avançar no conhecimento de suas reflexões a respeito da natureza e do que considerou, em sua época, como novas perspectivas do trabalho do historiador.

Cesar Leonardo Van Kan Saad, defendeu a dissertação, com o título *Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939–1949)*, em 2016, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A dissertação tem como objetivo investigar o conceito de “teoria da história”, ao qual José Honório Rodrigues sustenta, na escrita de seu livro *Teoria da História do Brasil*, publicado em 1949. O que abre horizontes para compreender por meio

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

da escrita de Rodrigues a compreensão que o mesmo tem acerca da historicidade e da constituição da história como disciplina no Brasil.

Há ainda o trabalho de Paulo Alves Júnior, que defendeu a Tese intitulada *Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil*, no ano de 2016, no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, nesse trabalho, o autor analisou a figura de José Honório enquanto intérprete da sociedade brasileira, tomando como análise o núcleo interpretativo que oferece uma compreensão do país, focado na conciliação como base de explicação da sociedade, pois a partir dessa reflexão, segundo Júnior, o autor apontaria para os momentos aos quais a liderança política, assumindo a “conciliação” com o povo, proporciona a melhoria nas condições de vida do povo. Essa é uma análise de cunho sociológico, que toma como base uma análise também política, evidentemente, uma enorme contribuição para tentarmos traçar a história intelectual de José Honório.

Conforme apontamos ao início do texto, nos chama atenção o fato de um historiador ter tão vasta obra sobre diversos temas e as pesquisas acerca do mesmo irem na contramão em relação à quantidade, e, ainda, um historiador que em meados da década de 40 já estudava e pensava em temas tão importantes para a constituição da História, como a pesquisa e escrita da mesma, ter tão poucas investidas em busca dos estudos de sua história intelectual e uma investigação de sua história das ideias.

José Honório passou por diversos e diferentes momentos da história do Brasil, portanto, há uma mudança em suas perspectivas em relação ao que escreve, ele mesmo afirma que as teorias passam e os fatos ficam (1978b), sendo assim, não é tarefa fácil contextualizar sua obra.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O caminho para a modernidade?

De acordo com nossas leituras, as obras as quais José Honório mais se dedica a pensar questões referentes ao fazer historiográfico, são, em ordem cronológica *Teoria da História do Brasil* (1949;1957; 1969; 1978), *A Pesquisa Histórica no Brasil* (1952; 1969; 1978; 1982) e *História da história do Brasil* (1978; 1988), contando como visto, com várias edições, onde José Honório fez alterações, adicionou prefácios e posfácios.

Pensaremos esses três livros como um único trabalho arquitetado por José Honório, que podemos chamar de Obra Tríplica, onde ele, apesar de títulos diferentes, encabeça, sobre a nossa perspectiva, um único projeto, que pensamos como um projeto de modernidade brasileira.

Tomamos como referência a dissertação de Ana Luiza Marques, *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico metodológica a serviço da História do Brasil* (2000), que mencionamos ao início do textos, quando fizemos o apanhado da recepção da obra de Rodrigues, nessa dissertação Marques defende a ideia de que Rodrigues possuía um projeto, o de publicar três livros referentes à história, colocando à serviço das aspirações nacionais uma sistemática teórico-metodológica, sendo um livro acerca de teoria, outro acerca de pesquisa, e o terceiro e último sobre historiografia.

Para além de concordar com a tese apresentada por Marques, damos um passo adiante seguindo essa perspectiva de um projeto de Rodrigues, para pensá-lo também, além de uma sistemática teórico-metodológica, enquanto um projeto de modernidade, calçado nas severas críticas de Rodrigues, escritas desde a década de 40, principalmente na revista do IHGB acerca do trato da pesquisa histórica no Brasil.

Em 1943 recebe e aceita um convite para estudar no EUA, tendo viajado como técnico do Instituto Nacional do Livro, para aperfeiçoamento de técnicas ligadas a seleção e preparo de documentos, quando retorna em 1944, está convencido de que os problemas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

nas bibliotecas e arquivos no Brasil são sérios, alegando que no que se referia a estudos históricos o Brasil estava muito atrasado em relação aos EUA. (RODRIGUES, 1945).

Em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, descreve procedimentalmente como deve ocorrer uma pesquisa, mantendo diálogo com diversos autores como Hegel, Rickert, Meyer, Croce, Collingwood, Marx, Toynbee, Dilthey, Capistrano, Taunay, Varnhagen, Rodolfo Garcia, dentre outros. Tentando sempre endossar sua perspectiva de que o historiador só poderá chegar a crítica de uma fonte, se de antemão, souber como operá-la:

A pesquisa histórica depende muito do Estado e do cuidado que dedica à preservação documental. (...) No Brasil não se conta com a ajuda privada. (...) E o Estado que conserva mal o patrimônio histórico documental não auxilia a investigação oficial ou privada. A Universidade, especialmente a federal, desconhece a pesquisa histórica. (RODRIGUES, 1978a, p. 22)

É enfático ao apontar que a pesquisa histórica nasceu com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, antes disso existia apenas pesquisas individuais, de poucos como Varnhagen e Capistrano, que tentaram sistematizar os levantamentos bibliográficos, tentando deixar de lado a velha compilação que era então tão utilizada, e sobre a concepção dele, tradicionalista, atrasada e conservadora.

Conforme aponta Raquel Campos (2016), utilizando-se de Rancière para estabelecer uma concepção de história, a História possui vários sentidos, no que refere-se a tradicional, enquanto prática de memória, os objetos foram outrora grandes homens e seus exemplares fatos, que hoje são os pequenos fatos representativos de um determinado tempo ou modo de vida. E há o sentido moderno de História: como potência do destino comum, e essa ideia de história, comporta por sua vez, duas outras.

De um lado a ideia de um tempo orientado para uma realização, um fim específico; um tempo que é portador de promessas para aqueles que souberem o interpretar e compreender as condições de sua sucessão e as tarefas que elas impõem, e, de outro lado

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

a ideia de uma potência reversível, segundo a qual a história é feita pelos homens, construída em conjunto em total responsabilidade. Mas ela é também o que os faz, o que lhes imprime uma marca específica. Sendo assim, a história, sob essa concepção moderna, está presente quando se considera que os homens fazem a história ao mesmo tempo que são feitos por ela.

Logo, a percepção de modernidade, seja na arquivologia desempenhada no Brasil, ou nas noções teórico-metodológicas de Rodrigues, perpassam de forma muito presente, a questão do IHGB e a forma como Capistrano de Abreu produziu história e se ele representou uma renovação na historiografia brasileira.

Para seus estudiosos, certamente sim. Rodrigues aponta em Capistrano que a preocupação com temas como as bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado indicaria que ele atribuíra um outro enredo à história do Brasil: não mais o da formação do Estado imperial, mas o da formação do território e do sentimento

nacional, onde ele teria abandonado a história político administrativa por uma história econômica e social.

Em seu livro *O velho vaqueano, Capistrano de Abreu (1853 – 1927): memória, historiografia e escrita de si* (2013), Rebeca Gontijo se debruça a estudar a vida e obra de Capistrano de Abreu, figura de destaque para todos os estudiosos da historiografia brasileira. Gontijo traça um trajeto onde aponta desde o início como ocorre a constituição do que é, como ela chama de “homens de letras”, constituindo-se pelo ato de homenagear os célebres mortos, em eventos organizados pelas instituições artísticas e culturais do Império, seguindo a lógica das academias europeias do século XVIII, com isso, Gontijo aponta que o IHGB se destacava nessa área para a elaboração desses “homens de letras”, cujas ideias de cultura e nação eram sempre associadas, materializando dessa maneira, uma ideia de “Brasil culto”.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A obra de Capistrano de Abreu pode ser colocada ao lado de outras que estavam em meio ao movimento de (re)descoberta do Brasil iniciado ainda no século XIX, que prolongou-se pelo menos até 1950, despertando nos pesquisadores o interesse pelo interior do país, até então com populações desconhecidas e vastas regiões. São os escritos desse interior do Brasil que sustentaram a criação de uma noção de consciência nacional, a partir de uma definição, que outrora era inexistente, do que era o Brasil e os brasileiros.

No início da República predominava a ideia de que uma verdadeira conquista do território só poderia de fato ocorrer, diante de um conhecimento real e científico, para Rodrigues (1953) o papel do sertão e dos caminhos modificaram profundamente o escrito e a metodologia histórica no Brasil. Portanto, nessa conjuntura, o estudo e o ensino da história e da geografia se afirmaram enquanto necessidade estratégica. Juntamente a demanda por patriotismo e o esforço pela demarcação de campos de conhecimento, o problema da escrita da história se impunha:

O historiador, embora pudesse desenvolver estudos dos mais diversos, deveria ser capaz de produzir um tipo particular de escrita, capaz de distingui-los de outros “homens de letras”. Método e narrativa que, associados, favoreceriam a distinção entre história e literatura. Aproximando-se da sociologia, a história deveria tornar-se mais científica. (GONTIJO, 2013, p. 77)

Podemos ver que a noção de Rodrigues, ao apontar Capistrano e o IHGB como marcos fundamentais para a historiografia brasileira, é corroborada por inúmeros estudiosos, e, acrescentamos que, a figura de Capistrano, tal qual a de Rodrigues, é uma figura complexa, tido como de uma personalidade ímpar, portanto, alvo de diferentes análises, todavia, tomado para a maioria, como um intelectual com traços modernos.

Percebemos que a preocupação de Rodrigues em discutir desde a *Teoria da História do Brasil*, a fundamentação de uma ciência histórica, por meio da pesquisa, em *Pesquisa Histórica no Brasil* reside tanto na preocupação dos estudos acerca da História do país, quanto com uma preocupação com a nação e o presente, que é mais sinalizado em

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

História da História do Brasil e para resolver isso, era necessário a criação de uma consciência história, que deveria ter início com o trabalho de quem estuda para isso: “não seria possível resolver o problema com a simples licenciatura em História. (...) A melhor solução é o estágio obrigatório de estudantes de história nas bibliotecas e arquivos. (RODRIGUES, 1978a, p. 242 e 243)

Desde às críticas à como a historiografia era feita no Brasil, dando ênfase a História Colonial (1978b) e ao compilamento simples de fontes, José Honório já deixava claro sua percepção de como é formada a consciência histórica, onde aponta que toda realidade, da forma como existe, produz uma diferente consciência de realidade, e que, portanto, deve-se voltar ao passado com novos problemas impostos pelo presente. Sendo assim, compreendia a historiografia brasileira, sendo um espelho da própria História, vejamos:

Há, assim, uma estreita conexão entre a historiografia de um período e as predileções e características de uma sociedade. O nexó é econômico e ideológico. A atividade erudita não é um luxo; depende do apoio com que a sociedade a nutre. (RODRIGUES, 1978b, p. 32)

A demonstração ao longo da escrita de José Honório acerca do atraso do Brasil em relação a outros países, e os incessantes incentivos e pesquisas que caminham na direção de demonstrar qual é o caminho necessário fazer por meio da pesquisa histórica apontam para toda uma revisão da historiografia brasileira, com o intuito formar uma consciência histórica nacional, que seja a partir daquele momento, moderna.

Em algumas reflexões acerca dos rumos da história (1975)² pensando acerca da evolução e os efeitos da metodologia histórica, Rodrigues afirma que o esforço fora bem recompensado:

Depois de frequentar em 1943-1944 o curso “Nature. Methods and Types of History” da Universidade de Colúmbia, dirigido pelo Professor Charles Cole, com a colaboração de Henry Steele Commager,

² Trata-se de uma conferência ministrada em 8 de dezembro de 1970 em Juiz de Fora, no II Encontro Brasileiro sobre Introdução aos Estudos Históricos. Datamos como 1975 devido ao fato da conferência estar publicada no livro História, corpo do tempo, do ano mencionado.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Jacques Barzun, Allan Nevins, grandes nomes da historiografia americana, vim para o Brasil entusiasmado com a ideia de renovar os métodos da História, criar novos campos de estudo, rever o que se fazia e tentar reformar o ensino superior da História. (RODRIGUES, 1975, p. 15-16)

Rodrigues não queria apenas interpretar novamente a História do Brasil, seu desejo era transformá-la, para que ela assim o fosse, um instrumento de formação da consciência nacional, de integração e identificação nacional e social, que considerava um fator decisivo de desenvolvimento e progresso.

Critica a forma a qual o curso superior era gerido, dividido apenas entre História Antiga e Medieval, História Moderna e Contemporânea, História da América e do Brasil, apontando que a universidade era uma “cidadela inexpugnável de conservadorismo” (1975, p. 16), indicando que de uma nova formação de professorado exigia-se que fosse em torno da História do Brasil, e que o representante de tal cadeira possuísse grande conhecimento das fontes, da pesquisa, dos problemas da História do Brasil, e estes é que seriam os elementos instrutivos e preparatórios para a ampliação do conhecimento.

Ainda na conferência ao qual nos referimos anteriormente, Rodrigues fala acerca de uma estudante com qual conversou, da Universidade de São Paulo, que lhe disse que somente no curso de Teoria da História que ela havia conhecido alguns dos intelectuais e historiadores brasileiros.

Portanto, suas reflexões apontam que o ensino da história do Brasil, fez-se e, nos arriscamos a dizer, levando em conta, por exemplo a quantidade de estudos limitadas hoje, sobre o próprio Rodrigues, faz-se, sem historiografia brasileira. Conforme afirma Rodrigues, entre 1939 e 1958 a metodologia e as demais especializações metodológicas foram simplesmente desconhecidas.

Acrescenta ainda que o Estado não fornece o devido cuidado e atenção necessários para a constituição da pesquisa histórica, não estimulando a pesquisa nacional e no estrangeiro, não defendendo a documentação acumulada, pouco cuidando dos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

documentos que produz e não valorizando os Arquivos, Bibliotecas, Museus e os Institutos Históricos.

Jose Honório não estava à frente de seu tempo, ao pensar em questões como a proposição de uma consciência histórica por meio de um projeto de modernidade, estava ao contrário, atento e em constante diálogo com a historiografia mundial, percebendo assim, a necessidade de uma mudança na forma de se fazer História no país.

Seu último livro *História da História do Brasil. A metafísica do latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Viana (1978-1988)*, foi publicado após sua morte, no preâmbulo desse livro, sua esposa, Leda Boechat Rodrigues, sobre José Honório escreveu: “tinha consciência do valor de sua obra e esperava, sem modéstia, figurar no futuro entre os grandes da História e da Historiografia brasileira” (p. 16).

Seguimos, portanto, tentando dar a visibilidade que a obra de tão notável intelectual merece, dado seu lugar na historiografia brasileira, tanto como partícipe como interlocutor.

Referências Bibliográficas

FREIXO, André de Lemos. *Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues*. História da Historiografia, p. 140-161, 2013.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si* – 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. Ágora: revista de história e geografia, Santa Cruz do Sul, vol.1, n.1, março 1995

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

IGLÉSIAS, Francisco. *José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira*. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 1, p. 55-78, 1988.

MARQUES, Ana Luiza. *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2000.

OLIVEIRA, M. Gloria de. *A história da historiografia brasileira e suas evidências*. História da Historiografia, n. 10, p. 274-278, 2012

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. SciELO-Editora UNESP, 2005

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978a.

_____, José Honório. *História, corpo do tempo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

_____, José Honório. *História da História do Brasil. A Metafísica do latifúndio: O ultra-reacionário Oliveira Viana*. Volume II: tomo 2. São Paulo: Editora Nacional, Brasília: INL, 1978-1988.

_____, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica* – 5.ed. lógica. 4. ed. atualizada. São Paulo, Editora Nacional, 1978b.



Universidade
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

_____, José Honório. *Uma viagem de pesquisas históricas*. Revista do Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 134-135: 14-29, jul.-set, 1945

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**MEMÓRIA E JUSTIÇA: A IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE EM
GOIÁS**

Loudinéia dos Santos Silva (UFG)¹

Resumo: O presente trabalho em exposição tem como objetivo apresentar um balanço parcial sobre os estudos da comissão da verdade em Goiás. De acordo com pesquisas o estado de Goiás foi cenário de um dos momentos mais sangrentos da ditadura militar no Brasil. Um período conturbado e marcado por conflitos a ditadura atingiu em cheio a população, o golpe foi sendo construído paulatinamente. O esforço pelo desvendamento do que ocorreu nos porões do aparelho repressivo nos permitiu o resgate da trajetória de luta e enfrentamento contra a ditadura de diversos movimentos. O texto discute essa rede de comissões estaduais, que surge a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2011, especificamente em Goiás. A importância dessa comissão é o resgate da memória, tendo ela como um direito fundamental civil e político, o uso da memória em trabalhos como esse é de suma importância na apuração da verdade e da justiça. Nesta conjuntura, a memória torna-se peça chave para a efetivação e consolidação da política social, um objeto essencial para a denúncia desse fato histórico para uma reparação moral, essa reflexão é fundamentada em orientações teórica-metodológicas que auxiliam na abordagem de conceito como memória e como base usaremos autores como Jacques Le Goff, Michael Pollak dentre outros.

Palavras-chave: Ditadura; Memória; Goiás; Comissão

Introdução

O texto a ser apresentado faz um balanço parcial sobre os estudos da comissão da verdade em Goiás, como e quando surgiu. Discute essa rede de comissões estaduais, especificamente em Goiás recorte que aqui procedo, que surge a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2011, foram necessários anos de lutas para

¹ Graduada em História (UFG), Mestranda em História do Brasil (UFG), Contato:
loudineia.ss@gmail.com .

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

que os familiares dos desaparecidos e mortos tivessem acesso a alguns esclarecimentos do paradeiro de seus familiares, muitos até hoje sem uma resposta efetiva até mesmo sobre sua prisão e destinação após esse procedimento, quando o Estado deveria garantir a integridade física das pessoas sob sua custódia.

A CNV colheu mais de 1.121 depoimentos, realizados em audiências públicas e privadas, visitou locais onde ocorriam as torturas, examinou documentos e arquivos, após dois anos e meio de trabalho a CNV entregou um relatório com três volumes, com mais de 3000 mil páginas, no entanto cabe ressaltar as dificuldades encontradas, muitos documentos foram limitados, muitas informações impossíveis de recuperar. É dolorosa a perda de algum membro familiar, ainda mais quando não se sabe o que aconteceu, como acontece e onde, pelo fato de não se ter acesso ao corpo da vítima, afirma que:

Muitos anos já se passaram desde os tempos da ditadura e o Brasil, através de um caminho tortuoso, alcançou e vem consolidando o regime democrático. No entanto, ainda são muitas as feridas abertas pela ditadura: muitas mortes ainda não esclarecidas, muitos corpos ainda não localizados, muito desrespeito ao direito à memória, à verdade e à justiça. E estes são aspectos que se tornam particularmente dolorosos e fundamentais para os familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil, obrigados a conviver com a ausência de seus entes queridos e a demora do Estado em relação aos esclarecimentos e responsabilização por estas mortes, além da localização dos corpos. (MATOS; SANTOS; SILVA, 2012, p. 138)

Paralelamente à criação da Comissão Nacional da Verdade, foram sendo criadas em vários estados, uma rede de cooperação para a construção da memória, justiça e verdade, desses locais que sofreram com o regime militar. A dimensão e o esforço dessas comissões estaduais, universitárias e municipais têm potencializado o trabalho na busca por justiça. Exemplo, a Comissão da Verdade do Rio (CEV – Rio), Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva (CEV – SP) e a Comissão da Verdade do Rio Grande do Sul. Outras comissões com dados significativos também, que relatam a violação a grupos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

específicos, como a Comissão da Verdade da Escravidão e a Comissão Camponesa da Verdade, têm sido igualmente importantes e contribui para verdade e memória em relação a grupos sociais marginalizados na história brasileira.

A Comissão da Verdade em Goiás

Em Goiás a comissão foi criada em 21 de fevereiro de 2014, recebeu o nome de Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça (CEMVJ) Deputado José Porfírio de Sousa, em homenagem deputado José Porfírio de Sousa, que foi líder dos posseiros de Trombas e Formoso, lutou na mobilização contra latifundiários e grileiros. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), caçado e preso pelo regime militar, onde sofreu torturas físicas e psicológicas, liberado em 7 julho de 1973 depois desapareceu e nunca foi encontrado.

Solto no dia 7 de julho de 1973, foi almoçar com a sua advogada, Elizabeth Diniz, que depois o levou à rodoviária de Brasília, onde pegaria o ônibus para Goiânia. José Porfírio tinha a passagem comprada. Depois disso, nunca mais foi encontrado. A sua família sempre esteve a procurá-lo. E, até hoje, aguarda desesperadamente uma posição do governo quanto ao seu paradeiro. (SALLES, 2008, p. 105)

A comissão tem como composição professores, historiadores, sociólogos e mais 17 instituições, dentre elas, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO); Universidade Estadual de Goiás (UEG); Conselho Estadual de Direitos Humanos; Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ); Secretaria de Estado da Segurança Pública, Associação dos Anistiados, pela Cidadania e Direitos Humanos do Estado de Goiás (ANIGO). A comissão tem a tarefa de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos, crimes como torturas, desaparecimentos e mortes ocorrida entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 na esfera do Estado de Goiás. ANIGO tem contabilizado 15 desaparecidos políticos e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

mortos, dentre eles: José Porfírio de Sousa, Marco Antônio Dias Batista, Ismael Silva de Jesus, todos desapareceram entre 1968 e 1979.

Durante sua elaboração, os membros da Comissão criaram quatro grupos de trabalho e dividiram temas a serem trabalhados a respeito do período da Ditadura Militar em Goiás. Os grupos trabalharam os seguintes temas: O papel dos movimentos (estudantis, camponês, igreja e imprensa), desaparecidos, contextualização do golpe civil militar em Goiás e Comunidade de Informação em Goiás.

Apesar de sua implantação ser um pouco tardia, a comissão não deixa de ser um marco histórico, para passar a limpo esse período, em que as lutas ideológicas e os conflitos sociais foram abafados pela violência. A importância dessa ação se concentra em revelar várias ocorrências de violação dos direitos humanos, praticadas por agentes que representavam o estado. A comissão tem como objetivo revelar documentos sigilosos, que nos permitirá uma tentativa de obter respostas para algumas questões importante para a história de Goiás. Quem eram essas pessoas que se colocaram à frente das lutas? Os desaparecimentos? As mortes? Os depoimentos colhidos reiteram a prática sistemática de crimes contra a humanidade como tortura, desaparecimento e morte.

De acordo com pesquisas o estado de Goiás foi cenário de um dos momentos mais sangrentos da ditadura militar no Brasil. Um período conturbado, marcado por torturas, desaparecimentos, perseguições e mortes. A ditadura atingiu em cheio a população, o golpe foi sendo construído paulatinamente.

Aqui em Goiás, mais do que imagina, a ditadura organizou o terrorismo contra todos os movimentos, atingindo até pessoas que nunca haviam tido qualquer militância política. Ainda hoje, estão presentes os resultados, nos mais distintos níveis da vida do povo goiano, da abusiva violência praticada pelos esquemas da repressão. Segundo o Comitê Brasileiro da Anistia, em Goiás, 284 pessoas foram mortas, entre 1969 e 1981. (SALLES, 2008, p. 37)

O esforço pelo desvendamento do que ocorreu nos porões do aparelho repressivo nos permitiu o resgate da trajetória de luta e enfrentamento contra a ditadura de diversos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

movimentos. Com a comissão, uma série de arquivos poderão aprofundar e reforçar as lutas, como atos de resistência à repressão, a realização de passeatas, assembleias, manifestações, impressão de textos contrários ao regime dentre outros. Cabe ressaltar que ficou também registrada a existência de uma atmosfera carregada de medo, resultado das ações do regime militar.

A importância dessa comissão é de construir uma narrativa de memória e verdade sobre as violências e práticas repressivas do Estado durante a ditadura, tendo ela como um direito fundamental civil e político, o uso da memória em trabalhos como esse é de suma importância na apuração da verdade e da justiça. Nesta conjuntura, a memória, tornam-se então um objeto essencial para a denúncia dos atos violentos no regime militar, esse período de exceção em nosso país, para também possibilitar algum tipo de reparação às vítimas. De acordo com Salles:

Se procuro sondar as profundidades desse tempo, verifico que, sendo tão densas as trevas em determinados momentos, não consigo localizar muitos dos fatos cujas marcas permanecem em minha carne. Todavia, é certo que nem tudo se perdeu – a memória tem seus truques, suas manhas e sabe recursos infalíveis para a preservação daquilo que considera essencial. (2008, p. 13)

A memória traz nos testemunhos parte da história vivida por muitos dos militantes que agiram no combate ao sistema repressor. Através dos depoimentos, pode-se afirmar que o trauma perpassa todos os relatos, explicitamente. A memória entrelaça-se e torna-se o principal elemento para a constituição desses testemunhos como fontes históricas. Nos oferece vários meios de análise, como nos mostra o texto acima; cabe ao historiador, portanto, identificar e delimitar o campo de seu estudo.

Adentrando um pouco mais nessa discussão, a memória passou a ocupar um lugar de destaque, sendo utilizada sempre na historiografia no que tange à escritura de nosso passado. Nos documentos abertos, há uma dupla constituição da memória, ou seja, há o lembrar da época em que os fatos narrados aconteceram e há a interferência, a junção

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

da memória passada com a memória do presente quando o fato é narrado. Temos inserido na construção dos depoimentos a dinâmica em cada depoente entre a sua vida particular e a sua vida coletiva, tendo na narrativa o que se passou de acordo com o olhar individualizado de cada depoente, que juntamente traz em si a sua memória do coletivo. É o caso da memória inscrita nos depoimentos, nas narrativas contidas nos arquivos, referentes à repressão política durante o regime militar, bem como as torturas praticadas no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-GO), e de “desaparecimentos” não justificados.

A memória procura fazer com que o ser humano não perca referências que são fundamentais para a construção de sua identidade e da identidade do coletivo. Cabe ressaltar que a memória é uma representação do que é recordado em determinados eventos; de acordo com Le Goff: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. (1994, p. 224)

Tem função importante dentro do meio da pesquisa historiográfica para que as lembranças não se percam no tempo, de modo que contribua para estimular a transição e a comunicação entre o passado e o presente. Uma forma do Estado e a sociedade possam se reconciliar com seu passado autoritário, impedindo que a impunidade, as violações de direitos humanos e as práticas violentas e repressivas persistam no presente. Assim:

Sabemos que a ditadura deixou a população doente, sem poder falar e com medo até de escutar. É terrível a constatação de que a democracia ainda seja tão frágil, tão vulnerável, que não permita a recuperação da memória, tornando as pessoas mais doentes, agora de ignorância ou amnésia, como se o passado nada tivesse a ensinar ao presente. E isso é muito perigoso, porque, como disse dom Paulo Evaristo Arns, “os povos que não podem ou não querem confrontar-se com seu passado histórico estão condenados a repeti-lo”. Os fatos pretéritos contêm não apenas traços de identidade de um povo, mas também lições expressivas que nos ajudam a entender o momento atual e a construir de melhor

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

forma o futuro, evitando-se os riscos da repetição das atrocidades.
(SALLES, 2008, p.54)

Sendo assim a partir dessas considerações, a memória e vista como interpretação de acontecimentos passados, com isso, essa se torna um mecanismo de elevada importância na tentativa de recuperação desses fatos. Nem sempre as memórias são resultadas de um passado bom, tais dificuldades e contradições são marcadas em países que passaram por regimes autoritários e guerras civis. “Do lado oposto, a vontade de esquecer os traumatismos do passado frequentemente surge em resposta à comemoração de acontecimentos dilaceradores.” (POLLAK, 1989, p. 12). Lembrar torna-se um dever social, pois a história oral que narra traumas permite a apresentação de certos elementos históricos contribuindo com a construção de uma consciência histórica na sociedade.

Conclusão

Com base nas breves notas apresentadas aqui consideramos ser possível concluir que essa rede de cooperação contribui de forma significativa para o cumprimento do objetivo da comissão nacional que é de resgatar a memória, justiça e verdade. A contribuição dessas comissões estaduais, unindo e organizando o esforço na busca de documentos, arquivos, na realização de atos políticos, de audiências e de visitas técnicas a locais onde ocorriam os graves crimes cometidos contra os direitos humanos no período da ditadura, tem potencializado os trabalhos realizados pela CNV, são mais de 120 mil espalhadas pelo Brasil.

É de grande importância recuperar e reinterpretar a história desse período, contribuem tanto para avivar a memória sobre as lutas travadas pelo povo contra a opressão, como garantir que de alguma forma as vítimas de tais violências por parte dos agentes estatais em períodos arbitrários sejam reconhecidas e tenham suas histórias, que foram deturpadas resgatadas. Estudos como esse nos permite reconstruir e compreender

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

parte da história que, em grande parte, tentou ser apagada pelos sujeitos que tiveram a iniciativa de romper com os liames democráticos.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Garcia Alexandre. *Justiça de transição e a Comissão Nacional da Verdade do Brasil: disputas de memórias e políticas de conciliação*. P. 121, f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

COMISSÃO ANÍSIO TEXEIRA DE MEMÓRIA E VERDADE. Disponível em:
www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/Relatorio_Comissao_da_Verdade.pdf
Acesso em: 30 de maio de 2018.

Informações disponíveis em: <https://www.seap.go.gov.br/noticias/comissao-da-verdadese-reune-para-fechar-relatorio-final-dos-trabalhos-em-go.html> . Acesso em: 29 de maio de 2018.

Informações disponíveis em: <https://www.seap.go.gov.br/noticias/governo-de-goiascria-comissao-da-verdade-para-esclarecer-paradeiro-de-presos-politicos-durante-aditadura-militar.html> . Acesso em: 30 de maio de 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. MARCAS da memória: história oral da anistia no Brasil/ (orgs.) Montenegro T. Antonio, Rodeghero S. Carla, Araújo Paula. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br> Acesso em: 29 de maio de 2018.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

SALLES, Antônio Pinheiro. (coord.) *A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Goiânia, Poligráfica Off-set e Digital, 2008.

_____. *Confesso que peguei em armas*. Goiânia, Editora UFG, 2008.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**OS GARIMPEIROS DAS LAVRAS DIAMANTINAS NOS ESCRITOS DE
HERBERTO SALES E AFRÂNIO PEIXOTO**

Luiz Alexandre Brandão Freire (UESB)¹

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Sousa (UESB)²

Resumo:

Os estudos sobre a história da Chapada Diamantina, na região Centro-Oeste da Bahia, necessariamente enfocam a figura do responsável pela produção de riquezas, bem como pela formação de parte da identidade regional: o garimpeiro. Herberto Sales e Afrânio Peixoto, ambos nascidos em regiões que o garimpo vigorou por grande período de tempo, registraram em seus memoráveis escritos aspectos fundamentais acerca dos garimpos e dos garimpeiros, principalmente no caso de Herberto Sales. O presente artigo, resultado de uma pesquisa ainda em andamento, propõe discutir a visão do garimpeiro nas obras desses autores com o intuito de verificar a reprodução da imagem desse indivíduo na qual aparece como um ser rústico, ignorante e propenso a atos de violência que marcaram a história dessa área de extração de diamante. Por meio da análise da história social, busca-se compreender as relações estabelecidas entre os garimpeiros e os donos das minas de diamantes no processo de extração e de exploração das riquezas locais.

Palavras-chave: Afrânio Peixoto; Chapada Diamantina; Garimpeiros; Herberto Sales.

Introdução

A Chapada Diamantina, localizada na região central da Bahia, foi uma das últimas regiões do Estado a ser efetivamente povoada, tendo sido datado a partir de 1844 um intenso fluxo migratório devido à introdução da garimpagem na região. A presença do diamante na beira dos rios e das serras no cenário diamantino motivou muitos indivíduos a migrarem para a região com o objetivo de enriquecer a partir da extração da pedra preciosa. Na contemporaneidade, a Chapada Diamantina confunde sua própria

¹ Luiz Alexandre Brandão Freire é graduando em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Contato: luizalexandrebrandaofreire@gmail.com

² Maria Aparecida de Sousa é Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e membro do Museu Pedagógico/CEDOC da UESB. Contato: sousamariap@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

história com a do turismo; se antes os elementos que constituem a geologia da região, como os fluxos de água e as serras, eram locais de trabalho e de sobrevivência dos garimpeiros na selva, hoje são entendidos como belezas naturais destinadas à visitação. Ao se encantar com as cachoeiras, rios, trilhas e demais cenários que fazem parte da Chapada Diamantina, o turista não consegue apreender os resquícios das atividades que conformaram a identidade da região.

A despeito dos estudos realizados sobre a área, a dinâmica social, política e econômica ainda requer análises que busquem refletir sobre a dimensão da exploração do diamante na segunda metade do século XIX. Pina (2000), Guanaes (2001), Sousa (2012) e Martins (2013) são alguns dos historiadores e cientistas sociais que buscam entender a sociedade de lavra em suas totalidades na qual o garimpeiro ocupa papel de protagonista. Dentre os estudos produzidos, encontram-se obras de ficção que possibilitam ampliar a reflexão da constituição identitária do território hoje concebido como Chapada Diamantina. Nesse caso específico, pretende-se tratar aqui de Afrânio Peixoto e principalmente de Herberto Sales, o qual foi capaz de descrever e até mesmo denunciar a realidade vivida por aqueles que ocuparam o ofício de minerador de diamantes no século XIX.

Júlio Afrânio Peixoto foi um médico, advogado e escritor nascido em Lençóis no ano de 1876, ocupou a cadeira da 7ª. Academia de Letras e a cadeira da 2ª. Academia Brasileira de Filologia, sendo fundador da última. Filho de uma família abastada e com condições de lhe oferecer a melhor educação possível na época, Peixoto viveu grande parte de sua vida no interior da Bahia, onde se inspirou para escrever seus romances e livros mais famosos, como é o caso, por exemplo, de suas obras *Breviário da Bahia* e *Bugrinha*.

Herberto Sales foi um romancista e literário nascido em Andaraí no ano de 1917, ocupando durante a sua vida a 3ª. Cadeira da Acadêmia Brasileira de Letras.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Tal como Peixoto, Sales nasceu no seio de uma família abastada, tendo estudado no Colégio Jesuíta Antônio Padre Vieira em Salvador. Sua obra magna, e também a sua primeira, foi *Cascalho*, que conta a história da região de Santa Isabel do Paraguassú e Andaraí, retratando as relações de poder e dominação dos Coronéis da Chapada sobre os garimpeiros. Além dessa obra, *Garimpos da Bahia* também pode ser considerada outro escrito com formidável desenvoltura para a análise da atividade dos garimpos na Bahia.

Ambos os autores nasceram no âmbito de duas cidades que se constituíram a partir da atividade do garimpo. Mesmo que Sales e Peixoto se encontrassem em uma posição privilegiada economicamente e educacionalmente, não se furtaram a registrar suas impressões acerca dos garimpos e dos garimpeiros com o intuito de preservar a memória da região em que nasceram. Entretanto, é preciso levar em consideração a concepção da história em seu tempo, bem como a formação e a conjuntura político-econômica que vivenciaram. Suas obras, portanto, podem revelar aspectos fundamentais das condições materiais de sobrevivência em uma área de garimpo, na qual a economia extrativa tem como objetivo a exportação das riquezas produzidas na região, deixando um rastro de destruição e de miséria.

O garimpeiro e a garimpagem

Apesar do garimpeiro ser o trabalhador direto na atividade de extração de diamantes, as relações de trabalho da Chapada Diamantina não são simples ou homogêneas; o garimpeiro não entrava na selva por conta própria em busca de diamantes, e muito menos trabalhava sozinho. A rigor, as relações de propriedade das terras da Chapada Diamantina constituem objeto de grande complexidade porque pressupõe uma dinâmica mais ampla nos vínculos estabelecidos entre os proprietários de terras e os garimpeiros. Caio Prado Júnior (1945) lembra que mesmo antes do século

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

XIX já haviam restrições de atividades através de propriedades privadas na região central da Bahia, mas que mesmo assim os garimpeiros eram admirados e conhecidos por sua bravura e enfrentamento ao Estado:

O monopólio da exploração dos diamantes deu ensejo ao aparecimento desta figura que se tornaria semilendária: o garimpeiro. Odiado e perseguido pela administração, admirado pelo povo, temido por todos, vivia o garimpeiro à margem da lei, constantemente a um passo da forca ou do tiro de espingarda, invadindo as áreas proibidas para minerar nelas, desafiando não raro as autoridades a quem chegava a fazer frente de armas na mão. Andava geralmente em grupos mais ou menos numerosos em que ninava disciplina férrea sob as ordens do mais audaz e inteligente. Bandos rebeldes, inimigos da lei, eles se aproximavam naturalmente dos humildes e dos oprimidos, que protegem e defendem. Tudo isto cercou o garimpeiro de uma auréola de simpatia, de respeito, até de glória; e suas façanhas, transmitidas de geração em geração, chegaram até nós. (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 183-184).

Maria Cristina Dantas Pina (2001) também entende que as relações de propriedade privada, clientelismo e coronelismo foram as que vigoraram e que podem sintetizar a história do século XIX e parte do XX na região. No caso da Vila de Santa Isabel do Paraguaçu, atual Mucugê, a família Rocha Medrado vigorou como grande detentora de terras e articuladora do contexto político-econômico da região. De acordo a autora, a principal estratégia que lhes permitia angariar terras e capital político era o aproveitamento das brechas que existiam na legislação, pois, até 1850, era possível ocupar terras devolutas, sem uso, como forma de estímulo ao povoamento:

São declarados, além das fazendas São João, Santo Antônio, Sumidouro, Licuri, Rio Una e Tapera, as serras das quatro primeiras e as “serras da villa de Santa Isabel, Andarahy, Chique-Chique, com a chapada diamantina conforme as divisas da escritura da fazenda do rio de Una pelo lado direito do paraguassú, e a da fazenda das Araras pelo lado esquerdo dito rio. A declaração de posse de serras e gerais é uma evidência da apropriação por esta família das chamadas terras devolutas, terras que nunca foram compradas ou demarcadas por instrumentos legais. (PINA, 2000, p. 53).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O grande número de pessoas pertencentes às camadas sociais menos favorecidas que migravam para a região tinham que se sujeitar a um regime de servidão aos coronéis e aristocratas que detinham a propriedade privada dos meios de produção. Herberto Sales, em sua obra *Cascalho* (1944) exemplifica as relações de propriedade privada presentes no cotidiano;

O Cel. Germano sorria intimamente. Ah, o seu Paraguaçu!... Léguas e léguas de serra que lhe pertenciam por documentos passados em cartório, selados e garantidos por lei, e que estavam guardados dentro daquele canudo de folha-de-flandres, que era como o seu cetro de rei dos diamantes. (SALES, 1944, p. 17).

Ambas as passagens reafirmam as relações de propriedade privadas fortemente presentes no âmbito do século XIX. Entretanto, esse tipo de relação com a terra não ilustrava quem eram os verdadeiros produtores das riquezas e os trabalhadores da região. Herberto Sales compartilha da ideia de que os garimpeiros, acima de tudo, foram os primeiros a perceber e a desbravar os aluviões de diamantes na beira do Rio Paraguaçu, citando a história de José do Prado;

Ao se deparar com o córrego que corre em Santa Isabel e vem desembocar no Rio Combucas, reconhecendo mais ou menos o mesmo cascalho que estava acostumado a ver na Chapada Velha, fez algumas tentativas (de minerar), a princípio infrutíferas, mas, com alguma perseverança, tentou novamente, unido a alguns auxiliares que fez vir, e então aconteceu que seu afilhado Cristiano Nascimento encontrou, na primeira lavagem que fez, dois diamantes de fina água, pesando mais ou menos 4 quilates e o outro mais de um quilate. (SALES, 1955, p.3).

Senilde Guanaes (2001), a respeito das condições de trabalho do garimpeiro, registra que o cenário das cidades da Chapada Diamantina do século XIX era bem diferente da atual; não haviam tantas casas, sendo a maior parte da região composta por fazendas ou minas de garimpos. Sendo assim, as cidades não tinham estrutura para moradia ou para minimamente acolher os garimpeiros. Conseqüentemente, a região

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

chapadense recebia uma grande população flutuante que não se instalava definitivamente nas áreas de lavra, devido aos insucessos na mineração ou a condições materiais escassas para a sua sobrevivência. Tanto Sales quanto Guanaes assinalam a presença de uma diversidade de técnicas para garimpar diamantes, as quais exigiam diferentes ferramentas. Porém, o garimpo de grupiara era o que se destacava, sendo a garimpagem clássica na beira dos aluviões dos rios.

Através disso, Sales (1955) mostra o desamparo e as condições subumanas decorrentes do trabalho nos garimpos, cujas consequências do labor físico contribuíam para a baixa expectativa de vida do garimpeiro.

Por tudo isso, e considerando ainda o desgaste físico oriundo da natureza rude do seu mister, é que o garimpeiro, para não falar no seu estado de subnutrição, tem geralmente vida curta. Segundo nos foi dado constatar, através de exame feito nos livros para registro de garimpeiros, na Coletoria Federal de Andaraí, esses mineradores são válidos, em média, até os 45 anos. (SALES, 1955, p.35).

Sendo assim, é possível perceber as contradições presentes entre o fato de que os oligarcas enriqueciam por meio do labor dos garimpeiros, enquanto os verdadeiros produtores de riquezas tinham sua vida ameaçada e reduzida para suprir as demandas de acumulação de capital.

Exploradores e Explorados

A origem social dos garimpeiros e dos demais ocupantes da região de lavra da Chapada Diamantina está no cerne de um dos maiores intercâmbios étnicos e culturais da Bahia. Indivíduos oriundos da Europa e de diversas outras partes do Brasil se fizeram presentes na região. Entretanto, Martins (2012) e Pina (2000) dialogam no sentido de exprimir um maior protagonismo das migrações aos libertos do Recôncavo baiano; “muitos libertos que vegetavam à margem do sistema em Salvador, no reconcavo, viram a riqueza dos diamantes como uma possibilidade de integração e ascensão social” (MARTINS, 2012, p.34).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Mesmo com o esforço dos cientistas de diversas áreas, não há um consenso acerca da origem precisa dos indivíduos que compunham o censo demográfico da região no século XIX. Porém, de acordo com um censo do município de Santa Isabel do Paraguassú exposto na obra de Theodoro Sampaio (1924), revela-se que majoritariamente a composição étnica da região era negra e mestiça; “População que foi achada de 15.000 habitantes, contavam-se 8.965 pessoas de cor, 3.471 pretos, 2.336 brancos e 58 de sangue indígena. Dessa população sabiam ler tão somente 238 indivíduos” (SAMPAIO, 1924, p. 195).

Sendo assim, infere-se que a realidade presente nas lavras diamantinas era justamente a esperança da ascensão social através do bambúrrio, termo próprio da região lavrista que significa o enriquecimento súbito do dia para a noite. Mesmo assim, as tentativas de enriquecimento eram quase sempre frustradas pelas autoridades da região, que detinham o controle socioeconômico sobre os indivíduos que trabalhavam nas lavras. Bandeira (1995) ilustra que a falta de instrução e de bens materiais de subsistência comum ao liberto e a grande parte dos sertanejos fazia com que esses “fossem buscar o apadrinhamento de um coronel ou chefe local, que lhe oferecia emprego naturalmente em suas fazendas ou garimpos” (BANDEIRA, 1995, p. 47).

Sales reitera em suas obras que abordam o garimpo e o garimpeiro que as relações de submissão e endividamento eram mecanismos utilizados pelos proprietários para garantir laços de servidão entre eles e seus empregados. Na maior parte das vezes, o patrão se aproveitava do fato de que o garimpeiro estava alheio ao valor de seu trabalho. O valor atribuído a gema e ao trabalho realizado não condizia com a realidade, além das taxações que o coronel era livre para fazer;

O coronel, que já pesara o diamante, tinha-o agora entre os dedos.

— Deu um quilate — informou, diminuindo dois, E depreciando a pedra, para fazer mais lucro, acrescentou: — Mas é um diamante ponteadado. Só vale 350\$000.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

— Abatendo os 20% do quinto, da minha parte como dono da serra, ficam duzentos e oitenta mil-reis. Dos duzentos e oitenta, abatendo a metade, da minha parte como fornecedor, ficam cento e quarenta. Dividindo entre você e seu sócio cada um tem direito a 70\$000 reis.

— Sua conta no barracão é 160\$000, Joaquim. Quer dizer que, abatendo os setenta de sua parte no diamante, você fica me devendo noventa.

— E como há de ser, coronel?... — disse, com hesitação o garimpeiro.

— Você encheu sua barriga, matou sua fome, tem que me pagar os 90\$000.

O coronel se pôs nervoso, e, como acontecia em semelhantes ocasiões, começou a cuspir e a intercalar na conversa a sua ironia (...)

— Deixe aí suas ferramentas, quando você me arranjar os noventa mil-reis, pode vir busca-las. (SALES, 1944, p.33).

A obra de Sales, nesse sentido, denuncia uma situação do cotidiano vivenciada no sertão das lavras do século XIX. A realidade material da região pressupunha um sistema oligárquico em que os donos das propriedades acumulavam riquezas e eram eles mesmos quem definiam o valor das pedras e o valor que cada garimpeiro devia pelos gêneros de subsistência concedidos para que os mesmos pudessem atuar nos garimpos.

Como já se pode perceber, os garimpeiros estavam à margem da sociedade e de qualquer garantia de enriquecimento. Herberto Sales em documento escrito para o ministério da agricultura intitulado *Garimpos da Bahia* (1955), também defende que mesmo com o avançar dos tempos, no século XX as relações de trabalho não avançaram muito, e que o garimpeiro ainda se encontrava em uma situação de extrema vulnerabilidade social.

Sales rememora que o contrabando de diamantes era uma prática comum e danosa ao Estado nacional, tendo em 1934 o governo federal criado uma série de medidas que visavam conter o contrabando. Porém, o que nos interessa é a própria concepção de Sales de que o Estado estava alheio ao trabalhador das minas, sendo então

O garimpeiro um indivíduo sem nenhuma responsabilidade ou personalidade social, dissolvendo no anonimato da massa de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

mineradores, e a exploração do diamante e o seu comércio se processavam praticamente fora da órbita da legalidade (SALES, 1955, p. 12).

Para finalizar, o autor andaraiense aponta que “A exploração do diamante não se funda no assalariamento do trabalhador, e sim “numa sociedade constituída pelo garimpeiro e por um sócio capitalista” (SALES, 1955, p.33), o que implica em laços de trabalho dispare de condição de dignidade e retorno financeiro ao garimpeiro, que recebia uma espécie de financiamento para atuar em sua profissão.

Como podemos perceber, a memória diamantina reflete-se na exploração dos diamantes pelos Coronéis e pelos detentores de terras e minas de garimpo na região de concentração das Lavras Diamantinas. Herberto Sales e Afrânio Peixoto, como memorialistas e regionalistas, também escreveram sobre o momento aurífero da exploração e, de certa forma, também denunciaram as relações de poder intrínsecas a seu tempo e regiões.

Afrânio Peixoto, assim como Sales, demonstra em alguns de seus escritos ter consciência acerca do processo de produção dos diamantes e da relação econômica entre os diamantes da Bahia e o exterior. “Lençóis corresponde-se com Paris: tudo nos vem de lá, e para lá vai o nosso diamante [...]” (PEIXOTO, 2002, notas).

Entretanto, o caso de Peixoto se difere do de Sales. Enquanto a escrita de Sales busca na verosimilhança uma recuperação da memória histórica, mesmo que despretensiosa, o lençoense parece enxergar apenas os aspectos positivos da atividade de extração dos diamantes que mereceriam figurar como encantos da região, sem perceber, ou sem querer se dar conta, dos problemas e das contradições decorrentes dessa atividade exploratória.

Peixoto, em sua obra *Breviário da Bahia* (1945), que pretende recuperar questões pontuais da história da Bahia, não poderia deixar de fazer um ode à sua terra. Mesmo assim, é possível perceber que citar os garimpeiros parece não ser um elemento

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

agradável a ele, que menciona apenas a presença das gemas e de um abastado advogado que se impressionou com as belezas naturais e das gemas;

Eduardo Prado se extasiara, diante de tão vasto horizonte, e lastimara não ter vista supra-humana porque, então, de um lado, veria as praias do mar, do outro o caudal do rio São Francisco [...] O sertão tem diamantes, mas tem também caracteres, luminosos e duros como esses diamantes. São também jóias, essas gemas morais. Eduardo Prado as queria engastadas, emotivamente, nas suas confidências [...] Quando ouço ou leio o seu nome pronunciado ou visto por mim, como que tenho, mais ainda, orgulho de ser baiano e ser sertanejo. (PEIXOTO, 1945, p.276).

Ainda, em outra passagem, é possível perceber o enfoque do autor em relação às pedras preciosas e a presença das mesmas no exterior do Brasil, na França e na Inglaterra, países industriais;

Não é encantador pensar que minha terrinha humilde do sertão da Bahia é quem permite a Nova Iorque, ou a Londres, ou a Paris, as suas cidades subterrâneas, por onde passam os metropolitanos, e a água, servida, ou potável, e os fios de comunicação de luz, de telefone, de energia, que são a vida dessas capitais do mundo? Para os escavar na rocha a transpor, e logo perferuada, foi proceiso um diamante de Lençóis. Lençóis concorre assim, poderosa e eficientemente, para a civilização orgulhosa do mundo, que o esquece. (Peixoto, 1945, p.274).

Não nos cabe aqui julgar Afrânio Peixoto por não fazer referência aos garimpeiros. Porém, o elemento ausente pode ser justamente um fator que demonstre o desinteresse da figura pelo autor do século XX.

Herberto Sales, mesmo considerando o realismo de suas obras, também expressava certo estigma pela figura do garimpeiro. Para ele, o que caracterizava o garimpeiro, de maneira geral, era

Uma verdadeira volúpia de gastar tudo o que ganha. E quanto mais tempo passar infuzado (sem encontrar diamantes), mas incoércível se torna, ao enriquecer, a sua ânsia de esbanjamento [...] Realmente ao enriquecer, o garimpeiro se entrega as bebedeiras nos bares e botequins, durante as quais podem acontecer as coisas mais absurdas. (SALES, 1955, p.42).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O autor ainda continua:

O garimpeiro é um tipo eminentemente cidadão [...] Frequenta ele bilhares, cinemas, câbares. Gosta de ostentar o luxo, sempre que o possa. Um homem entrava num botequim e mandava abrir não um litro de conhaque, mas uma caixa, para que todos pudessem beber às suas custas. (SALES, 1955, p.43).

Sendo assim, o destino dos garimpeiros era quase certo. Guanaes (2001) entende que para os garimpeiros de serra, o garimpo é como um jogo do diabo, viciante em que se pode ganhar tudo e se perder tudo. Sales compartilha da mesma visão, ao colocar que “Os dedos da mão, sem dúvidas, são demasiados para contar os casos de garimpeiros que se tornaram independentes” (SALES, 1955, p.44).

Considerações Finais

As relações próximas entre o público e o privado, a presença reduzida do Estado, o coronelismo, clientelismo, escravidão e exploração são situações presentes no contexto da história das Lavras Diamantinas. Ao nos depararmos com a bibliografia publicada e os escritos de Herberto Sales e Afrânio Peixoto, pode se questionar se, de fato, os autores regionalistas tinham em perspectiva uma problematização do período que vivenciaram e do qual cresceram ouvindo falar, ou se seus escritos não possuíam maior comprometimento com a crítica social.

Bandeira (1995) ao analisar a condição social e econômica daqueles que atuavam nos garimpos conclui que a condição a que os garimpeiros estavam expostos eram normativizadas por uma esfera ideológica permeada pelo controle de informações. Portanto, essa é também uma realidade que se reflete nas obras de Sales e de Peixoto. O garimpeiro como uma figura submissa e sem instrução, sem perspectivas de reflexão acerca das condições objetivas da sociedade lavrista, e, portanto, elemento sem

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

identidade e até mesmo ausente em obras que tratam da Chapada Diamantina e a região das lavras, como vimos em Afrânio Peixoto.

A literatura sobre a Chapada Diamantina, no caso dos dois escritores, não está descolada da realidade, pois, tais obras partiram fundamentalmente das experiências materiais que ambos os regionalistas tiveram e que os inspiraram a registrar os fatos que lhes interessavam. Por fim, Assis Brasil (2002), entende que “as mazelas sociais do interior baiano, o foco da obra de Herberto Sales, são denunciadas, mostradas objetivamente através da arte literária, sem que se ouça a voz acusatória estridente do escritor” (BRASIL, 2002, p. 20).

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, RENATO LUIS. **Chapada Diamantina, História, Riquezas e Encantos**. Salvador: Onavlis Editora, 1995
- BRASIL, Assis. **Herberto Sales: Regionalismo e Utopia**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- GUANAES, SENILDE ALCÂNTARA. **Nas trilhas dos garimpeiros de serra**. SALVADOR, 2001.
- MARTINS, RÔMULO OLIVEIRA. **Escravos e Libertos em Lençóis, Chapada Diamantina Bahia**. Salvador, 2013.
- SILVA, Glaybson Guedes Barboza Da. **Homens com sonhos de riquezas Inexauríveis: Virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850—1870)**. Feira de Santana: UEFS, 2012.
- SALES, Herberto. **Garimpos da Bahia**. Andaraí: Serviço de informação agrícola, 1955.
- SALES, Herberto. **Cascalho**. Civilização Brasileira, 6. ed, 1944.
- PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia**. Agir Editoria, 1. Ed, 1945.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PINA, Maria Cristina Dantas. **Santa Isabel do Paraguassú: Cidade, Garimpo e Escravidão nas Lavras Diamantinas, Século XIX**. Salvador: UFBA, 2000.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

INTRODUÇÃO À PESQUISA EM FILOLOGIA¹

Maiune de Oliveira Silva²
Maria Gabriela Gomes Pires³
Mayara Ap^{da} Ribeiro de Almeida⁴

Resumo: O trabalho filológico possui uma contribuição imensurável para a recuperação de um dos patrimônios culturais de uma sociedade em determinado espaço e tempo: o texto manuscrito em épocas pretéritas. Por este motivo é que, de modo geral, o curso objetivou fornecer uma visão introdutória da Filologia enquanto ciência e seu campo de pesquisa e atuação multidisciplinar. Especificamente, foram objetivos do curso: a) explicar, sucintamente, o porquê a Filologia é uma ciência; b) demonstrar como deve ser introduzido o pesquisador interessado na prática da pesquisa em Filologia, com especial atenção à leitura e à edição de manuscritos brasileiros, fornecendo os conhecimentos básicos da crítica textual e c) despertar o interesse pela leitura e edição de manuscritos brasileiros.

Palavras-chave: Filologia; Manuscritos; Edição semidiplomática; Linguística Histórica.

Considerações Iniciais

Esta ciência histórica (MELO, 1975) fornece conhecimentos que só podem ser atestados e expressos através da língua manifestada e arquivada em textos escritos. Para tanto, faz-se necessário ir às fontes, isto é, ir aos locais em que os arquivos estão abrigados (fóruns, museus, igrejas etc.) e “revirar” as caixas e prateleiras em busca de fólhos avulsos e códices que facultem explorar as técnicas de leitura e edição de textos, com vistas a facilitar o conhecimento de informações seculares que só podem ser obtidas através do contato com essa documentação. Assim sendo, mais do que simplesmente ofertar critérios

¹ Este texto apresenta, resumidamente, as principais discussões teóricas do minicurso ministrado no dia 8 de maio de 2018, na Universidade Estadual de Goiás, *Campus* de Pires do Rio.

² Graduada em Letras (UFG), Mestra em Estudos da Linguagem (UFG). Contato: maiune20@gmail.com.

³ Graduada em Letras (UFG), Mestra em Estudos da Linguagem (UFG). Contato: piresmgg@gmail.com.

⁴ Graduada em Letras (UFG), Mestra em Estudos da Linguagem (UFG) e Doutoranda em Língua Portuguesa (UNESP/Ar). Contato: maycida20@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

de edição de textos ou simplesmente disponibilizar edições fidedignas que permitam a realização de um estudo com rigor científico, a Filologia é uma ciência histórica que nos permite compreender o texto em todas as suas possibilidades interpretativas. Desta feita, o minicurso foi voltado para todos aqueles que ensejam visualizar um futuro pelas lentes da Filologia, sem esquecer de que examinar o passado é imprescindível para compreender o presente.

1 A filologia enquanto ciência

1.1 O objeto, os métodos e os objetivos da Filologia enquanto ciência;

De forma abrangente, podemos dizer que a Filologia é uma ciência porque tem um objeto de estudo e um método bem definido. O seu objeto de estudo o texto, seja ele manuscrito, datiloscrito ou digitoscrito e sua finalidade principal é restituí-lo e fixá-lo, total ou parcialmente, de forma genuína, por meio da edição conservadora e a explicação de fenômenos da história e da cultura de um povo, expressos por meio da linguagem registrada nos textos (SPINA, 1977).

1.2 O alcance interdisciplinar da Filologia: diálogos com a História, a Linguística, a Paleografia e a Codicologia

Por ser uma ciência que trabalha com textos em geral, quase sempre é necessário recorrer a outras ciências auxiliares que permitam compreender a conjuntura dos textos, tais como: a História, a Linguística, a Paleografia, a Codicologia dentre outras.

Nesse sentido, é o texto que vai indicar qual ciência interdisciplinar o filólogo deverá recorrer para suprir sua carência de pesquisa. No caso da História, em específico, os documentos manuscritos são fontes que atestam acontecimentos pretéritos, permitindo ao pesquisador reconstituir e interpretar fatos muitas vezes ocultados pela historiografia. Na Linguística, o pesquisador encontra fontes profícuas para estudar a língua, tanto em

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

perspectiva sincrônica ou diacrônica, em um tempo que não existia mecanismos para gravação de voz e as pessoas que poderiam dar este testemunho já não existem mais. A Paleografia investe no estudo das letras antigas de documentos e inscrições. É do domínio da Paleografia a datação, a decifração, a origem, a interpretação dentre outros aspectos gráficos inerentes aos documentos manuscritos, bem como às inscrições. Já a Codicologia compreende o estudo do próprio documento manuscrito, trabalhando em sua descrição e técnica de confecção. O estudo destas ciências afins atreladas à Filologia tem como objetivo conferir maior autenticidade ao texto manuscrito. Faz-se necessário aclarar, ainda, que é o texto, com suas características peculiares, que irá definir os propósitos da pesquisa a ser executada.

2 A pesquisa filológica

2.1 Passos básicos de uma pesquisa filológica

A pesquisa filológica reedita as informações de um texto antigo no escopo de resguardar as informações contidas nele por mais tempo, além de servir como material para pesquisas em outras áreas do saber, especialmente a da história.

Sabendo da importância e da teoria basilar que sustenta a filologia enquanto ciência, o primeiro passo que o pesquisador deve fazer é ir atrás das fontes. Os textos modernos podem ser facilmente encontradas em jornais, gibi, livros suportes midiáticos etc. Entretanto, as mais antigas estão, geralmente, em acervos de arquivos de paróquias, bibliotecas, cartórios, fóruns e arquivos públicos. Daí a necessidade de se estabelecer o tipo, assunto e período dos manuscritos que se pretende achar, para então ir de encontro a estes materiais.

Cada acervo possui suas regras de acesso próprias que devem ser obedecidas pelos pesquisadores, evitando qualquer impedimento porvindouro. De maneira sumária,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Em jornais e revistas [...] o pesquisador deve providenciar, junto aos gerenciadores dos acervos, uma autorização para acesso, uso e divulgação de resultados, para evitar constrangimentos sobre direitos autorais e também de natureza ética. Bibliotecas e arquivos públicos possuem uma política de acesso, que pressupõe cadastro de pesquisadores e regras para o uso de seu material de acervo. Acervos judiciais – exclusivos de cartórios, fóruns ou órgãos de igual natureza – exigem autorização de um juiz, da jurisdição a que pertence o acervo, para acesso, consulta e uso em pesquisas (PAULA, 2010 p. 31).

Realizada a etapa de acesso às fontes e de posse do material é preciso que o pesquisador veja qual a melhor de maneira de organizá-las e armazená-las, para em seguida editá-las.

2.2 O apuro e a exaustividade na pesquisa em Filologia: tipos de edição

Spina (1977, p. 77) assevera que “Editar um texto consiste em reproduzi-lo”, mas tal reprodução não deve se realizar, no âmbito da Filologia, de maneira aleatória. Existem normas que devem ser seguidas para cada tipo de edição, ainda que com algumas adaptações necessárias, devido às especificidades de cada documento. Lembrando que se entende por edição de documentos a sua disponibilização e divulgação em outro(s) formato(s).

Bueno (1967, p. 83) complementa dizendo que a edição “Consiste a crítica dos textos em Estabelecer e, algumas vezes, em restabelecer um documento em toda a sua perfeição, não só quanto às idéias, mas também quanto à linguagem, às expressões, às palavras do autor”, mostrando uma concepção de edição sobretudo conservadora, visto que requer a preservação não somente do conteúdo do documento, mas também do vocabulário e da linguagem utilizado pelo autor.

Com base em concepções como estas, estudiosos da área elaboraram inúmeros tipos de edição, com destaque para os tipos que descrevemos sucintamente abaixo,

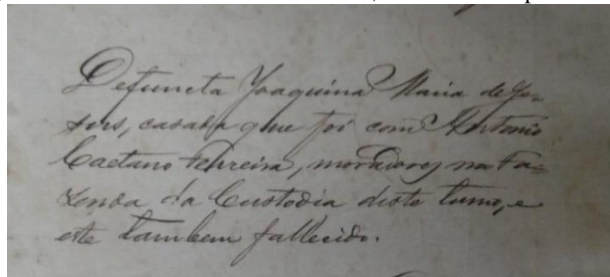
II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

fundamentadas, especialmente em Cambraia (2005) e Megale e Toledo Neto (2005). A edição é escolhida em consonância com a finalidade da pesquisa que se deseja realizar com o material, com o público alvo e após verificar se há edições anteriores.

1) Edição *fac-similar*: Baseada no princípio de grau zero de mediação, consiste na reprodução em forma de imagem realizada com o auxílio de meio mecânicos, como escaneirização, fotografia etc.

Imagem 01 - Excerto do fac-símile 01 recto, de um auto de partilha de 1888



Fonte: LALEFIL (2013)

02) Edição *diplomática*: Também baseada no princípio de grau zero de mediação, é um tipo de transcrição que prima pelo conservadorismo rigoroso de todos os elementos presentes no original, como sinais de pontuação, paragrafação, separação vocabular, sinais abreviativos etc.

Edição 01 – Edição diplomática da imagem 01

Defuncta Joaquina Maria deJe-
sus, casada que foi com Antonio
Caetano Ferreira, moradores na Fa_
zenda da Custodia deste termo, e
este tambem fallecido.

O Escram
Cunha.

03) Edição *semidiplomática*: Também chamada de paleográfica, paradiplomática e/ou diplomática-interpretativa, é um tipo de reprodução com intenção de grau médio de mediação, porque preserva todos os elementos do original, mas, ao mesmo tempo, realiza

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

alterações para tornar o texto mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais ou para facilitar a consulta para determinadas tipos de pesquisas que exigem o contato constante com o material.

Edição 02 – Edição semidiplomática da imagem 01

Defuncta Joaquina Maria de Je-
sus, casada que foi com Antonio
Caetano Ferreira, moradores na Fa_
zenda da Custodia deste termo, e
este tambem fallecido.

O Escrivam
Cunha.

04) Edição *modernizada*: É a edição de grau máximo de mediação admissível, pois transcreve o texto modernizando todos os elementos constituintes do texto, por exemplo, realiza uniformização gráfica, desenvolve abreviaturas etc. “Esses procedimentos permitem, em primeiro lugar, apresentar o texto em uma forma acessível a um público amplo (já que dificuldades gráficas desaparecem com a uniformização); ademais, oferecem ao público um texto mais apurado, na medida em que os elementos estranhos à sua presumível forma genuína vê claramente assinalados” (CAMBRAIA, 2005, p. 97).

Edição 03 – Edição modernizada da imagem 01

Defunta Joaquina Maria de Je-
sus, casada que foi com Antônio
Caetano Ferreira, moradores na Fa_
zenda da Custodia deste termo, e
este também falecido.

O Escrivão
Cunha.

Novamente, ressaltamos que estas não são as únicas formas de transcrição, mas são as mais utilizadas em pesquisas nas últimas décadas. Ressalta-se, ainda, a necessidade de se realizar uma edição o mais fidedigna possível do original, na cautela de não alterar uma letra, uma palavra e, conseqüentemente, uma definição, que caracteriza determinada realidade, que se dispõe, na maioria dos casos, de poucas informações históricas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Quanto à formatação, isto é, a disposição do texto na transcrição, Megale e Toledo Neto (2005) descrevem dois tipos: a justificada e a justalinear. A primeira faz uso de uma barra vertical “|” para indicar a separação de linhas. A segunda procura manter a mesma disposição dos elementos no original do texto, sendo não haverá o uso de barra vertical para indica a divisão das linhas. Muitas das vezes, neste tipo de formatação, é preciso utilizar um tamanho menor de fonte, utilizar espaçamentos simples e configurar as margens, para que certos conteúdos caibam em uma mesma página ou, até mesmo, numa mesma linha.

Lição justalinear

Defuncta Joaquina Maria deJe-
sus, casada que foi com Antonio
Caetano Ferreira, moradores na Fa_
zenda da Custodia deste termo, e
este tambem fallecido.

O Escrivam
Cunha.

Lição justificada

Defunta Joaquina Maria de Je- | sus, casada
que foi com Antônio | Caetano Ferreira,
moradores na Fa_ | zenda da Custodia deste
termo, e | este também falecido. | O
Escrivão | Cunha.

3 A edição filológica

3.1 A edição semidiplomática como uma recuperação do texto na sua gênese para estudos histórico-linguísticos de manuscritos brasileiros

A edição filológica como um método para constituir um material que poderá ser acessado, sem grandes problemas, por cientistas da área da linguística histórica ou por qualquer público, especialista ou não, deve “estabelecer um texto que se avizinha o mais possível do original” (SPINA, 1977, p. 88).

Lembrando sempre que o filólogo necessita optar pelo tipo de edição que melhor atende ao seu propósito e, assim, descrever os critérios que orientarão o seu trabalho. A maioria das pesquisas realizadas no Brasil, nas últimas décadas, especialmente quando se trata de estudos interdisciplinares com a linguística, tem se optado pela edição semidiplomática (ALMEIDA, 2017; PIRES, 2015; DUARTE SILVA, 2013; XAVIER,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

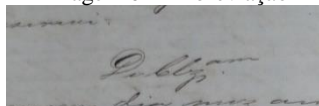
2012; FACHIN, 2011; CARDOSO, 2008). Por este motivo, decidiu-se pela descrição desta edição, em conformidade com as regras postuladas em Megale e Toledo Neto (2005).

Como dito, é uma transcrição de conservadora que prima por preservar as características essenciais dos documentos, como a pontuação, a fronteira de palavras, a acentuação, a ortografia e a translineação, ao mesmo tempo em que colabora com a consulta ao público geral, porque, por exemplo, desenvolve as abreviaturas marcando em itálicos as letras que estavam omitidas no original.

Salientamos, mais uma vez, que todas as descrições realizadas no decorrer desta transcrição a respeito da edição semidiplomática foram confeccionadas por um grupo de filólogos no II Seminário para a História do Português do Brasil, realizado em Campos do Jordão, no período de 10 a 16 de maio de 1988. Abaixo está reproduzida, assim como no original (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 147-148), nove das regras básicas e mais comuns que ocorrem na maioria dos manuscritos confeccionados no século XIX e anos anteriores (ACIOLI, 1994), acompanhadas de alguns exemplos retirados dos manuscritos do arquivo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão.

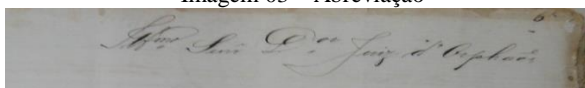
- 1) “A transcrição será conservadora” (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 147);
- 2) “As abreviações, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura [...]” (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 147);

Imagem 02 – Abreviação



De Concluzam

Imagem 03 – Abreviação



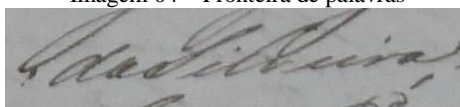
Ilustrissimo Senhor Doutor Juiz de Orphaõs

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

- 3) “Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver” (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 147);

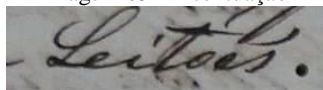
Imagem 04 – Fronteira de palavras



daSilveira

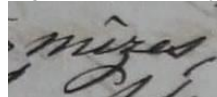
- 4) “A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração” (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 147);

Imagem 05 – Acentuação



Leitoês

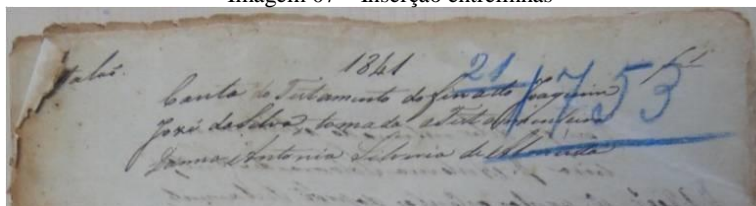
Imagem 06 – Acentuação



Mêzes

- 5) “Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entrarão na edição entre os sinais [de colchete angular] < >, na localização indicada” (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 147);

Imagem 07 – Inserção entrelinhas



<Catalão.> [espaço] 1841 [espaço] <folha 1>

Conto do Testamento do finado Joaquim

Jozé daSilva, tomada oTestamenteira

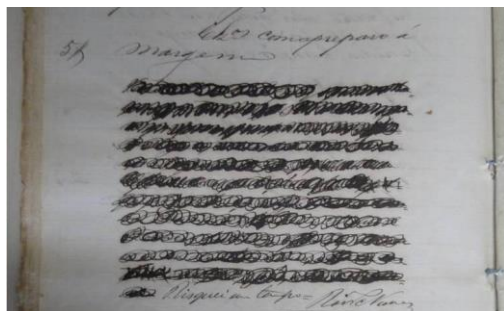
Donna Antonia Silveria de Almeida

- 6) “Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível]” (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 147);
- 7) “Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas ± 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada” (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 147);

Imagem 01 – Trecho deteriorado

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.



Concluzos com o preparo á
<5#> [espaço] margem
[rasura nas próximas 10 linhas]
[rasura] Risquei a tempo = Roiz Novaes

- 8) “A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fôlio receberá a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: || 1v. || 2r. || 2v. || 3r. ||” (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 147);
- 9) “As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes [...]” (MEGALE; TOLEDO NETO, 2005, p. 147).

Considerações finais

A pesquisa filológica se faz importante no sentido em que permite ao pesquisador conhecer fatos pretéritos que poderiam se perder caso houvesse a ausência destas fontes. Faz-se mister salientar que a interdisciplinaridade da ciência filológica é fulcral para se executar pesquisas em áreas diversas. Por ser plural, a Filologia apresenta diversas perspectivas de estudo. Ante isto, salientamos que qualquer que seja a perspectiva teórico-metodológica apresentada, o tipo de edição e a análise sempre se desenvolverá a partir da singularidade do material: se é antigo ou moderno, de testemunho único ou variado, inédito ou não, é sempre o texto que irá decidir os caminhos a serem trilhados pelo pesquisador.

Referências

ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. **Nas trilhas dos manuscritos: estudo lexical sobre a escravidão negra em Catalão-GO (1861-1887)**. 2017. 531 f. Dissertação

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

(Mestrado em Estudos da Linguagem) – Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão, 2017.

BUENO, Francisco Silveira. **Estudos de Filologia Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1967.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. Martins Fontes: São Paulo, 2005.

CARDOSO, Claudinei Vaz. **Estudo filológico e linguístico em manuscritos sobre escravidão na cidade do Catalão**. 2008. 182 f. Monografia (Especialização em Leitura e Ensino) – Departamento de Letras, Universidade Federal de Goiás, Câmpus Catalão, Catalão, 2008.

DUARTE SILVA, Luana. **Irmandades de pretos: edição e inventariação lexical em manuscritos do século XVIII**. 2013. 442 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão, 2013.

FACHIN, Pablo Roberto Marchis. **Prática de escrita setecentista em manuscrito da administração colonial em circulação pública no Brasil**. 2011. 432 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LIVRO de **Auto de Inventario do ano 1824**. 06 fólhos. Acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística do Departamento de Letras da UFG-CAC: Catalão-GO, 2013.

LIVRO de **Iuizo de orfaons do ano 1839**. 55 fólhos. Acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico, Filologia e Sociolinguística do Departamento de Letras da UFG-CAC: Catalão-GO, 2013.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: ___. (Org.). **Por minha letra e sinal: Documentos do ouro do século XVII**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005. p. 147-148.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

PIRES, Maria Gabriela Gomes. **De bens de herança a bens culturais: um estudo de auto de partilhas oitocentistas da Cidade de Catalão, Goiás.** 2015. 267 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão, 2015.

PAULA, Maria Helena de. Notas sobre fontes para estudos linguísticos: esboço de uma discussão. In:__; FACHIN, Phablo Roberto Marchis. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2010. p. 29-43.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica.** São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1977.

XAVIER, Vanessa Regina Duarte. **Conexões léxico-culturais sobre as minas goianas setecentistas no livro para servir no registro do caminho novo de Parati.** 2012. 580 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**CULTURA E IDENTIDADE: UMA ANÁLISE ETNOGRÁFICA NO
ASSENTAMENTO SALVADOR ALLENDE EM PORANGATU-GO**

Matheus Lucio dos Reis Silva (UEG)¹

Resumo: Este artigo procura através de uma pesquisa etnográfica problematizar sobre a “matriz cognitiva camponesa” (WOORTMANN 1997a, p. 1), entendendo que para tal o campesinato configura-se enquanto ordem moral deste. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a cultura em questão e entender os processos de formação identitária. Entendendo o caráter valorativo da cultura analisada, a partir da pesquisa etnográfica de Geertz (2017), procuro analisar as práticas cotidianas, em especial as artes de fazer cotidianas (CERTEAU, 2014), para assim meditar sobre manifestação da campesinidade enquanto cultura hierárquica (BAUMAN, 2012 p. 90-103), virtude (ARISTÓTELES, 2008, p. 35), entendendo que esta configura-se como “matriz cognitiva” das *práxis*, modos de fazer camponesas destes assentados. Não obstante, a identidade entra em discussão, uma vez que, nestes processos de reafirmação de uma moralidade há a construção e consolidação identitária.

Palavras-chave: Campesinidade; Cultura; Identidade; Assentamento.

Introdução

O presente artigo é fruto de uma pesquisa etnográfica realizada no assentamento Salvador Allende, sendo composta por reflexões advindas da pesquisa para a produção monográfica. Com isto, procuro problematizar como os conceitos de campesinidade (E. & K. WOORTMANN, 1997a, 1997b; K. WOORTMANN, 1990; E. WOORTMANN, 2006) e povos cerradeiros (PELÁ & MENDONÇA, 2010, p. 54), relacionam-se com as definições de cultura hierárquica (BAUMAN, 2012, p. 90-103) e cultura enquanto padrões de comportamento (BAUMAN, 2012, p. 23), formando assim teias de significações (GEERTZ, 2017, p. 4).

¹. Graduando de Licenciatura em Ciências Biológicas (UEG). Contato: krauch1@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Deste modo, pretendo analisar como a campesinidade destes assentados configuram-se enquanto uma cultura hierárquica e que esta produz padrões de comportamentos, que compartilhadas formam teias de significações, como aspecto identitário. O cotidiano do assentado revela suas artes de fazer (CERTEAU, 2014), sendo estas, importantes para ilustrarem a campesinidade e os povos cerradeiros enquanto *práxis*. Certeau (2014, p. 162-163) aponta ainda para o relato e narrativa enquanto práticas de espaço, sendo especialmente importantes para a construção do próprio sujeito em sua (inter)ação com o lugar.

Por fim, o artigo pretende construir um diálogo entre os modos de fazer do cotidiano assentado para com uma análise etnográfica na perspectiva de Geertz (2017, p. 4), em que procuro entender os significados em jogo, os valores que constroem e fundamentam tais comportamentos. Para isto, utilizei entrevistas abertas e diários de campo produzidos em visita para com os assentados, como fonte de dados.

Campesinidade: uma reflexão no assentamento Salvador Allende

É, para Geertz (2017, p. 4), o esforço intelectual a principal metodologia do etnógrafo, portanto, estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos e manter um diário são importantes técnicas e processos para o desenvolvimento da etnografia, no entanto, é o esforço intelectual o principal processo etnográfico. Neste sentido, Geertz (2017, p.4-5) mediante Gilbert Ryle, aponta para uma “descrição densa”, com o exemplo da piscadela². Método este que implica necessariamente a participação do pesquisador, isto porque

² Geertz (1995, p.5-6) analisa a partir de piscadelas situações que ultrapassam aquilo que é meramente observado, demonstrando que o não visto, é fundamental para o entendimento do contexto, dos significados em questão.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

o que o etnógrafo enfrenta, de fato [...] é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem de, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar (GEERTZ, 2017, p. 7).

É fundamental que haja uma construção de diálogo e participação, mas não que o etnógrafo deva tornar-se um nativo, mas sim observar a cosmovisão do *outrem*, a partir daquilo que lhe é oferecido. Oliveira (1996), em seu artigo, trata que a principal função do antropólogo - e a etnografia é o principal *modus* utilizado por ele – é *ouvir, olhar e escrever*.

Geertz (2017, p. 15) aponta ainda três características da descrição etnográfica: primeiramente “ela é interpretativa”, ou seja, é o pesquisador interpretando o sujeito, realizando – ou pelo menos tentando – uma descrição densa do mesmo; ademais, “o que a etnografia interpreta é o fluxo do discurso social”; e por fim, “a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixa-la em formas pesquisáveis”.

Ao discorrer sobre seu conceito de cultura, Geertz (2017, p. 4) afirma que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias”, desta forma, sobre sua análise, ele defende que os estudos culturais devem ser “uma ciência interpretativa, à procura do significado”, “a análise é, portanto, escolher entre as estruturas de significação [...] e determinar sua base social e sua importância (p. 7)”.

Entendendo isto, a intenção era que os próprios revelassem-me o que é “ser assentado”, ou seja, entende-los a partir de sua perspectiva. Deste modo, iniciado as primeiras visitas e entrevistas pude encontrar pontos comuns, produzindo uma determinada uniformidade em seu discurso e atividades do cotidiano. É no trabalho manual que diálogos são estabelecidos, e este trabalhar e dialogar (BENJAMIN, 1987 p.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

205) fez-se presente em todos os momentos de trabalho em que participei, revelando muitas significações.

E. & K. Woortmann (1997a, p. 1) falam sobre a “matriz cognitiva camponesa”, este conceito revela que no “ser camponês” há um modo de produção de pensamento anterior, há leis, valores, ações, conhecimentos, práticas que legitimam e produz aquilo que eles classificam como campesinidade. Seguindo a perspectiva de Woortmann (1990, p. 13), a campesinidade aqui abordada procura entender a matriz cognitiva que sintetiza-a, sendo, portanto, esta uma categoria moral, ou seja, a campesinidade enquanto comportamento, justificada por uma estrutura de pensar e de fazer própria.

Ao frequentar o assentamento, pude observar artes de fazer cotidianas³, sua relação com as fases lunares, com os ciclos de chuva e seca, com o alimento, com o trato para com o gado, sua relação com a natureza circundante são características herdadas, mas também ressignificadas, havendo um caráter valorativo nesta campesinidade.

Segundo dados da Fundater⁴ (2015, p. 4), 63% dos moradores deste assentamento sempre trabalharam no campo, 33% trabalharam parte do tempo na cidade e 4% nunca haviam trabalhado no campo. Aos assentados, a experiência de ter morado um período na cidade revela algo muito importante sobre seu processo histórico de construção de sujeito, este que é a relação do mesmo para com a cidade, em especial para com a grande cidade, visto que grande parte dos mesmos vieram das regiões próximas a Goiânia. Esta relação, de exploração e de não identificação com o modo de vida da zona urbana, produz nestes sujeitos um não pertencimento para com a cidade e uma relação de nostalgia para com o campo, local de sua infância com vivas memórias de farturas, amizades e trabalho, que frequentemente adentram no discurso vivo destes sujeitos. Utilizo discurso vivo, pois ao falarem sobre suas memórias do campo, os assentados produzem mapas mentais de algo

³ Certeau (2014) em seu livro *A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer*

⁴ Fundação de Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

que não está ali, mas que continua presente, em um ato atemporal (CERTEAU, 2014, p. 99-100). Demonstrando grande identificação, e justamente esta levou-os a participarem dos acampamentos para lutarem por um pedaço de terra. Deixando assim suas casas na esperança de retornarem ao campo. Há ainda aqueles que chegaram nos acampamentos, não por puro desejo, mas na simples esperança de melhorar a situação precária que encontrava-se na cidade, fato este que materializa-se na fala de uma assentada que diz:

Hoje eu tenho tudo, tenho minha casa, minhas coisas, não dependo de ninguém, eu não queria vir para cá, meu marido que trouxe, chorei muito... hoje eu agradeço a Deus por tudo, sem isto como estaria hoje na cidade?

O trabalho no assentamento, por vezes, configura-se como labuta, uma vez que sujeitos são transportados para terras desconhecidas para ali trabalhar e produzir seu sustento, sem o apoio financeiro inicial não é possível concretizar o *dever* de um assentamento. Entretanto, isto configura-se um grave problema, em especial nos assentamentos do Norte de Goiás como revelam os assentados, isto porque, além de não receberem parte da verba inicial enviada pelo Governo Federal, as prefeituras negam-se a cumprir a legislação, uma vez que não realizam a compra de 30% dos produtos destinados a merenda escolar de produtores familiares. “Os prefeitos parecem não gostar de assentados”, conta-me uma assentada. Este resquício de coronelismo⁵ ainda persiste em todas as cidades do Norte goiano, fazendo um contraste com os assentamentos do Sul do estado e do Sul-Sudeste brasileiro que, segundo uma assentada, são a grande inspiração de funcionamento de um assentamento, configurando, portanto, em um modelo, um assentamento ideal.

⁵ Palacín (1990) aborda o coronelismo no extremo norte (atual Tocantins), este, semelhante ao praticado no Médio Norte (atual Norte de Goiás), região do assentamento.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Estas questões, influenciam na própria campesinidade do assentado, uma vez que, sem este incentivo produtivo, a agricultura é pouco praticada, ficando restrito até mesmo a produção de alimento para o sustento deste, sendo assim o alimento é comprado e não mais produzido (WOORTMANN, E. F, 2013; BRANDÃO, 1981). A pecuária é a principal fonte de renda no assentamento, seja pela produção de leite, seja pelo aluguel do pasto. Isto representa uma grande mudança, até mesmo para com as lembranças de suas infâncias, onde era necessário “plantar a roça”, para sustentar a família. A falta de união é apontada como uma das problemáticas. Em uma pesquisa realizada em um assentamento na cidade de Goiás, Silva (2003, p. 119) aponta que a falta de união também configura-se um problema, ocorrendo especialmente após a divisão das parcelas, onde cada assentado começa a trabalhar em seu respectivo lote, problema este também relatado no assentamento pesquisado, havendo uma diminuição da união entre os assentados, entretanto, não o seu fim.

Sem a fartura de comida, as fortes amizades e o trabalho, como era feito em sua infância, o assentado vivência um problema: a desconexão entre as memórias da infância e a sua realidade agora no campo, sendo este um problema moral, pois, é parte da vivência enquanto assentado ter que sujeitar-se, em algum momento, ao trabalho na cidade para complementar renda, isto porque, se não há a produção de alimento, e o dinheiro é aquele que gere todas as questões, somente a precarização da mão de obra deste assentado permitirá que ele leve alimento para casa. Dizer que seu marido teve que ir para a cidade complementar o orçamento, é motivo de tristeza, não pela situação, mas pela matriz cognitiva que o antecede, o problema está na não possibilidade de viver somente do trabalho da terra, tendo que recorrer há outros serviços, deste modo, o trabalho da cidade possui outro valor atribuído, pois praticá-lo não configura-se com a mesma significação do trabalho na terra. Como muito bem aponta Woortmann (1990, p. 24-30) o sitiante, ao precisar vender sua mão de obra, realiza uma ruptura com os modos de fazer herdados,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

sendo, portanto, mais uma precarização do sujeito do que propriamente de sua mão de obra, uma vez que o conflito é moral e não econômico, tem-se assim que o trabalho na cidade não concretiza a campesinidade do sujeito.

Outro ponto importante diz sobre os modos de fazer deste assentado, na família, a qual fiquei hospedado, a mulher é que detinha o conhecimento das *práxis* camponesa, pois foi “nascida e criada na roça”, assim, ela é a voz ativa e, quase sempre, ao realizar uma pergunta sobre os modos de fazer, era-me direcionado que indagasse-a. Revelando que o saber fazer, o saber camponês é crucial para a vivência no campo, portanto, aquele que detém tal conhecimento é necessariamente a autoridade (ELLEN & KLASS WOORTMANN, 1997b). Certa vez, durante a realização de um canteiro o assentado ensinou-me como deveria fazê-lo, pouco depois fui advertido, isto porque meus pés estavam pisando onde havia “afogado” com a enxada anteriormente, depois disto, fui novamente advertido pois o canteiro estava realizando uma curva, quando na realidade ele precisa ser reto. Isto revela que há uma arte de fazer, uma ciência, um modo adequado de proceder, que não necessariamente precisa ser um saber herdado, isto porque, como revelou-me o assentado durante o trabalho, antes eles ficavam do lado do canteiro realizando o serviço, entretanto quando o Rodrigo⁶ veio implementar os canteiros de agrofloresta ele ensinou que posicionar o canteiro no meio das pernas enquanto realiza o serviço melhora o resultado, desta maneira, e comprovando uma melhora no fazer, eles agora praticam este modo de construção dos canteiros, havendo assim uma mudança de prática que foi aprendida com gerações anteriores.

É necessário problematizar que, mesmo que herdeiros de uma matriz cognitiva campesina, a hibridização⁷ é um processo importante, desta forma, a ressignificação das

⁶ Agente da MAIS – Movimento de Agrofloretores de Inclusão Sintrópica- que através do programa implementa sistemas agrofloretais de maneira gratuita para pequenos produtores que possuem interesse.

⁷ Entendida na perspectiva de Pelá & Mendonça (2010, p. 65-66).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

práticas ocorre, em especial, pelo acesso à internet e a outras mídias, além da (re)significação através de práticas ou oralidades que levem-no a tal. Uma assentada, relata que sempre ao ir na cidade, utiliza a internet para pesquisar usos terapêuticos e medicinais de plantas que ela possui, mostrando-me em seu quintal diversas plantas e seus respectivos usos, revelando a seletividade das plantas pelo assentado, onde cada uma representa um *devoir*, com alguma funcionalidade anteriormente estabelecida.

Análise cultural e identitária da campesinidade

Para Woortmann (1990, p. 37), comida⁸-trabalho-terra constitui-se como “categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza”. A família também é entendida enquanto valor (WOORTMANN 1990, p. 12-13), sendo fundamental para que comida-trabalho-terra configurem-se enquanto portadores desta moralidade.

Em Pelá & Mendonça (2010, p. 54) temos o conceito de Povos Cerradeiros que se relaciona com esta campesinidade nos assentados. Isto porque os

Povos Cerradeiros se referem aos sujeitos sociais trabalhadores/produtores que historicamente viveram nas áreas de cerrado e constituíram formas de uso da terra a partir das diferenciações naturais-sociais experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, que denotam relações sociais de produção muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas práticas socioculturais.

Estes Povos, tem no cerrado um aspecto que diferencia-os dos demais povos: o cerrado, como produtor de significações únicas, pois, sendo o indivíduo sujeitado ao mesmo, é importante que ele apreenda modos de fazer, em detrimento do ambiente em

⁸ Woortmann (2013) e Brandão (1981).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

que está. Uma das assentadas, disse-me, em diálogo aberto, que “antes de vir para a terra, o MST⁹ dava preparo para morar no local onde iriam viver”, para isto realizavam cursos sobre as condições climáticas do local, plantio, pecuária e outras informações que instruísem o sujeito a viver naquele ambiente onde seria assentado.

Se é necessário o compartilhamento de significações para que haja uma produção de ordem, conseqüentemente sintetize de uma cultura, tais compartilhamentos também produzem identidade, esta que pode materializar-se na semelhança das condições em que tais sujeitos foram sintetizados. A luta, para aqueles que participaram da mesma, é um aspecto marcante e que produz aquilo que Certeau (2014, p. 218-219) define como códigos inscritos nos corpos, ou seja, o processo de resistência e luta para conseguir chegar ao assentamento produz marcas nestes assentados, e este significado partilhado produz comuns acepções sobre uma determinada realidade.

Esta identidade produzida pela luta para conseguir a terra produz símbolos comuns, como “dormir na lona”, “passar fome e frio”, “ser desrespeitado como sem-terra”, estes aspectos, mais do que retratar o difícil processo de luta pela terra, demonstra também o compartilhamento destes momentos, e justamente tal compartilhamento constitui-se como fortificador do movimento, por isto, ao falarem da desunião, retratam como perda, com tristeza, simbolizando que a união foi muito importante para atingir seu objetivo: conseguir a terra para assim colocar sua campesinidade, suas artes de fazer em prática, entretanto, a união revela-se também como parte desta campesinidade.

Nesta interface identidade e *práxis* há importantes desdobramentos que pretendo salientar, este que é a relação entre valor e *práxis*. Bauman (2012, p. 90-103) discute sobre o conceito de cultura hierárquica, muito utilizado pelos gregos, que representava, inicialmente, cultura enquanto um ideal a ter-se, nesse sentido “uma ‘pessoa que tem

⁹Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

cultura' é o antônimo de 'alguém inculto' (p. 90)", deste modo, cultura neste período é entendido enquanto características que tornam o sujeito culto, dotado de cultura.

Entretanto, problematizo a cultura hierárquica de outra maneira, entendo-a como "saturada de valor" (BAUMAN, 2012, p. 93), ela sintetiza *práxis* campesina, isto porque se ela é uma ordem moral, significa, portanto, que há um ideal a ser atingido, uma virtude (ARISTÓTELES, 2008, p. 35), sendo o esforço consciente, fervoroso e prolongado de atingir tal ideal (BAUMAN, 2012, p. 93). Deste modo, quando uma assentada relata com tristeza a ida de seu marido para a cidade para trabalhar, isto denota uma fuga, uma falha do ideal a ser atingido: viver e consolidar-se da terra.

Esta cultura hierárquica produz valores e estes são os responsáveis por sintetizar *práxis* que possibilite ao sujeito atingi-lo, assim é a campesinidade, enquanto ordem moral, que produz o camponês, a *métis* (CERTEAU, 2014, p. 145) camponesa, enquanto sujeito de determinados tipos de práticas, modos de fazer. Deste modo, a campesinidade, enquanto cultura hierárquica, constitui-se como matriz cognitiva norteadora das *práxis* camponesas, como padrões de comportamento (BAUMAN, 2012, p. 23), assim, o assentado quando não consegue realizar sua *práxis*, sua *métis*, sente-se falho, pois, são estas que levam-no a alcançar seu ideal, não realizando-as este não conseguirá concretizar o campesinato.

Referências

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução Ana Maria Valente. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política Ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3^o edição. Editora Brasiliense. São Paulo. 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar Colher Comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1981.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22^o edição. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2014.

FUNDATER. Fundação de Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás. **Relatório Socioeconômico do Projeto de Assentamento Salvador Allende**. Ano de 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1.ed. – [Reimpr.]. Rio de Janeiro : LTC, 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, junho de 1996. ISSN 1678-9857.

PALACÍN, Luís. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista**. Goiânia: Ed. da UFG, São Paulo: Loyola, 1990.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Cerrado Goiano: Encruzilhada de tempos e territórios em disputa**. 2010. IN: *Cerrados: Perspectivas e olhares* / Márcia Pelá, Denis Castilho (orgs.). – Goiânia : Editora Vieira, 2010.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. **Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás-GO.** Presidente Prudente, 2003.

WOORTMANN, E. F. **A lógica e a simbólica dos sabores tradicionais.** In: ARAÚJO, W. e TENSER, C. (Org). *Gastronomia, cortes e recortes.* Brasília: Editora SENAC, 2006.

_____. **A comida como linguagem.** Goiânia, *Habitus* v. 11, n.1, p. 5-17, jan./jun. 2013.

WOORTMANN, E.F. e WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora UnB, 1997a.

_____. **Campesinato e saber agrícola.** XXVI Congresso Brasileiro de Ciências do Solo Rio de Janeiro, julho de 1997b.

WOORTMANN, K. **“Com Parente Não Se Neguceia” O Campesinato Como Ordem Moral.** *Anuário Antropológico* 87. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1990, pp. 11-73.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**FERNANDO DE AZEVEDO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA
O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO**

Wilson de Sousa Gomes (UEG/UFG)¹

Resumo: A presente comunicação tem como problemática a aplicação de uma abordagem que assente a importância de Fernando de Azevedo e da obra “*A Cultura Brasileira*”, para se pensar o conceito de história e as contribuições desse intelectual para o pensamento social brasileiro. O objetivo é demonstrar as estratégias e usos do passado que o autor estabelece para sintetizar o Brasil em sua obra. Como aporte teórico inicialmente recorreu-se a historiadores como Reinhart Koselleck, Jörn Rüsen, Wilhelm Von Humboldt, Francisco Falcon, Ângela de Castro Gomes e outros. Esses intelectuais nos auxiliam a perceber o compromisso intelectual do pensador mineiro com a educação brasileira inegavelmente, mas, também com a cultura histórica e a identidade da nação. O procedimento metodológico tem por princípio a interpretação bibliográfica. É uma pesquisa que está em sua fase inicial e que, como resultado parcial, busca demonstrar a importância de um pensador nacional para a Historiografia. A título de considerações preliminares, entendemos que o presente trabalho contribui para refletir sobre a produção historiográfica e os intelectuais que desenvolveram uma narrativa histórica sobre o Brasil.

Palavras-chave: Fernando de Azevedo; História; Historiografia.

Ao defrontarmos com a pergunta: “Como explicar o Brasil?”, proposta pelos coordenadores do Simpósio Temático: *Historiografia e Pensamento Social Brasileiro*; percebemos uma oportunidade de apresentar, discutir e debater nosso objeto de pesquisa. A complexidade da pergunta nos remete a História do Brasil e a história da

¹Doutorando em História (UFG), Mestre em História PUC/GO (2015). Graduado em História UEG/Jussara (2005). Contato:berimbau2005@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

historiografia brasileira. Embora não tenhamos a solução para o enigma ‘Brasil’, buscase contribuir com a “fortuna crítica” das teorias do ou sobre o Brasil. Nesse sentido, “ampliar as possibilidades de diálogos intelectuais entre as diversas narrativas históricas”, torna-se parte de nosso interesse” para compreender a história da cultura brasileira².

A partir desses aspectos orientadores, nossa comunicação versa sobre uma pesquisa em desenvolvimento, em nível de doutorado, que lida com o desafio de investigar e compreender um dos maiores intelectuais do Brasil. Pensador de grande importância para a cultura nacional, Fernando de Azevedo torna-se um indivíduo de grande relevância para entendermos uma época e o sentido histórico dado por esse ao mundo e as coisas da vida. Entender como esse intelectual pensava o Brasil e a cultura brasileira; constitui fator provocante por que nos faz refletir sobre: como o intelectual ordena, cria e dá forma ao mundo? ³. Com isso, o interesse por estudar Fernando de Azevedo surge a partir da leitura da obra: “*A Cultura Brasileira: introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*” [1943]; (1963) e (2010)⁴.

Assim, após qualificar nosso objeto, apresentamos que a obra – A cultura brasileira – nos revela como o próprio autor diz, um “Brasil de corpo inteiro”. Ao depararmos com uma leitura complexa, prolixa e reveladora da história e historiografia nacional e internacional, vimos em Fernando de Azevedo, uma obra de caráter monumental e historiográfico, que fazia o Brasil ser conhecido pelos brasileiros.

O livro *A Cultura Brasileira* foi publicado em 1943 como introdução do Censo de 1940. O livro já é projetado por Fernando de Azevedo

² Simpósio Temático Coordenador: Prof. Me. Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos (UEG/Câmpus Quirinópolis) e Prof. Me. Diego de Moraes Campos (UEG/Uruaçu). Disponível em: http://www.sih.ueg.br/conteudo/6493_simposios_tematicos_. Acesso em: 05/05/2018.

³ Ver RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: fundamentos da ciência histórica*. Trad: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.

⁴ Parte do texto está originalmente publicado: XXIX Simpósio Nacional de História – UNB no ano de 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

para ser obra “monumental”. Monumental por ser a introdução do maior Censo que se produzira até então; monumental pela própria função atribuída à obra de ser uma “síntese do Brasil de corpo inteiro”, tornando o Brasil “mais conhecido aos brasileiros e a descobri-lo aos homens dos outros países” (TOLEDO, 2000, p. [02]).

Investigando o passado para entender o seu presente, Fernando de Azevedo denuncia os problemas nacionais e, sobretudo, devido ao seu compromisso intelectual, “o gosto pela responsabilidade”⁵, propõe um Brasil que, superando suas dificuldades históricas, entraria no rol das civilizações modernas. Esse ponto representou grande provocação em nosso intelecto. O autor olha para o passado, pensa o presente e visualiza um futuro. Nesse exercício, ele problematizando o conceito de cultura brasileira.

Para realizar tamanha empresa Azevedo organiza seu projeto em torno da idéia de produzir uma “síntese”: “dar uma vista de conjunto, tão completa quanto possível, da cultura no Brasil, nos fatores que a condicionaram, nas suas diversas manifestações artísticas, literárias e científicas, etc. e na formação do aparelhamento institucional, cultural e pedagógico, destinado a perpetuar, transmitir e desenvolver o patrimônio cultural do país” (Carta de Azevedo a Venâncio Filho, 30/7/1940) (TOLEDO, 2000, p. [02]).

Fernando de Azevedo com sua obra se ocupa em reconstruir o Brasil com a proposta modernizá-lo⁶, isso, por via da cultura e da educação. Em outras palavras, ao

⁵ SOUZA, Antônio Candido de Mello. Entrevista concedida a Mônica Teixeira com o título: “Na Íntegra - Antônio Cândido de Mello Souza - A importância de Fernando de Azevedo para educação Brasileira”. In: Entrevista com Antônio Cândido de Mello Souza, crítico literário, professor da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Programa complementar ao curso de Pedagogia Univesp / Unesp. Gravado em São Paulo no ano de 2008 publicado em 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wbFkMJM9sOs>. Acesso em: 01/10/2016.

⁶ Ver GOMES, Wilson de Sousa. Historiografia e Cultura Histórica no pensamento de Fernando de Azevedo. In: Fato & Versão – Revista de História: Historiografia e Escrita da História. Vol. 08. Nº 15.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

estarmos diante dessa obra, compreendemos que pensar a cultura a educação é realizar um exercício de quem tem gosto pelas coisas do espírito⁷, pois, a obra

Fornece a concepção clássica, francesa e alemã, de cultura, já claramente enunciada por G. Humboldt, quando estabeleceu a distinção entre cultura e civilização. Entendemos por cultura, com Humboldt, esse estado moral, intelectual, artístico, “em que os homens souberam elevar-se acima das simples considerações de utilidade social [da cultura e educação], compreendendo o estudo desinteressado das ciências e das artes” [como algo de elevação do espírito] (AZEVEDO, 1963, p. 37).

Com essa narrativa, defendemos que: ao eleger obra e autor como objeto de pesquisa, possuímos um tema de caráter historiográfico que ajuda a pensar a produção cultural de um tempo e espaço e a coragem e o compromisso que o intelectual Fernando de Azevedo assumia frente à nação. Na obra: “A Cultura Brasileira”, a síntese proposta por Fernando de Azevedo revela além do Brasil, uma

Dupla operação [por parte do autor]: a constituição de um corpo de fenômenos constitutivos da nação; e de interpretar tais fenômenos para tornar Brasil mais conhecido aos brasileiros [ideia chave da obra]. O trabalho de síntese depende de uma escolha específica e estratégica em relação à temática de modo a permitir a constituição do desenho da nação e, ao mesmo tempo, a interpretação de seus fenômenos, de sua evolução e de suas tendências [...] É reconhecendo-se como portador dessa dupla condição que Azevedo realiza sua empresa monumental. A cultura brasileira é, segundo Azevedo, fruto do estudo metódico da estrutura e do comportamento dos grupos humanos, no tempo e no espaço, que a compõem. Por isso a necessidade de estudá-lo “desde suas origens até seu estado atual” (TOLEDO, 2000, p. [02]).

Mato Grosso do Sul: UFMS, 2016. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/fatver/issue/view/151>. Acesso em: 20/11/2016.

⁷ AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4ª ed. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/UNB, 1963.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Apresentado a importância do objeto, fonte e a historicidade do problema, advogamos a importância de Fernando de Azevedo para a “*Historiografia e Pensamento Social Brasileiro*”. Entender como Fernando de Azevedo entendia o Brasil, a ‘cultura brasileira’ e a história da cultura brasileira; é uma possível chave de compreensão sobre o que é o próprio Brasil. Dito de outra forma, os entendimentos e questões, possibilitam qualificar nossa problemática frente nossa carência de conhecimento e necessidade de orientação temporal⁸.

Lançada a provocação, mergulhar na obra: “*A Cultura Brasileira*” é uma ação de extrema relevância para desvendar o Brasil e a forma como alguém o pensou. Fernando de Azevedo, um mineiro que nasce em 02 de abril de 1894, no município de São Gonçalo do Sapucaí, falece em São Paulo, na capital, em setembro de 1974; propunha, ou melhor, tinha o propósito apresentar o Brasil de corpo inteiro⁹. Em uma perspectiva de que o homem, mas do que fazedor e formador, ele é capaz de estabelecer múltiplos eventos além de dar diversos significados as suas experiências de vida, consideramos a obra e autor como poderoso instrumento para entender o sentido dado ao mundo em um tempo e espaço específico, o Brasil do século XX¹⁰.

Movidos por essa complexidade – o Brasil – e seus interpretadores, entendendo que os processos relacionados entre o agir, pensar, imaginar, sonhar e sentir, criam o mundo onde o sujeito se orienta. Buscar a significação temporal dado por Fernando de Azevedo em sua obra, é interpretar tal produção e compreender o sentido a qual a experiência humana atribui a certas coisas e, nesse caso, ao debruçarmos na produção

⁸ Ver RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: fundamentos da ciência histórica*. Trad: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.

⁹ Sobre a biografia completa ver: Academia Brasileira de Letras. Fernando de Azevedo – Biografia. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D181/biografia>. Acesso em: 01/05/2016.

¹⁰ Ver RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: fundamentos da ciência histórica*. Trad: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

intelectual e cultural marcada por conceitos da história e da historiografia, trabalha-se com ideias. Logo, as ideias postas por Azevedo, em certo sentido, refletem a reconstrução de um tempo na perspectiva de projeção para outro¹¹ tempo. Esses fatores são importantes devido as nossas carências temporais, pois, discutir obra, autor, texto, contexto e conceitos; é uma forma de compreender a necessidade que o indivíduo tem de se orientar no mundo e em sua realidade¹².

Pensador, “homem extremamente organizado e metuculoso”, obcecado “pelo trabalho” e de “pensamento, para quem nada do que é humano era estranho”. Fernando de Azevedo¹³ pode ser entendido como uma urna “das mais altas expressões da inteligência e da cultura do Brasil moderno”¹⁴. É a partir dele, que é assumido pela primeira vez que é “impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa”¹⁵. Para o historiador e pensador social, esses seriam os fatores de fundamental importância para a riqueza de uma nação.

Homem com “sensibilidade ao encanto que se aspira de idades antigas” e “interesse pelo presente, atração pela ciência e pela técnica e o desejo de contribuir, em amplas reformas”, desenvolve ações e obras de enorme valor para o Brasil. Pois, além de entendê-lo, apresenta soluções para superação do atraso (AZEVEDO, 1963, p. 21). Para tal feito, o autor vai a fundo à História enquanto conhecimento. No campo

¹¹ KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

¹² Ver RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado. Brasília: UBN, 2007.

¹³ ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Historiografia e significação histórica em Fernando de Azevedo. In: Revista Brasileira de Educação. V. 13, N. 38, 2008.

¹⁴ Ver PILETTE, Nelson. Perfis de Mestres: Fernando de Azevedo. In: Revista Estudos Avançados. vol.8 n°.22, São Paulo, 1994.

¹⁵ Revista Histedbr. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_fernando_azevedo.htm. Acesso em: 01/06/2016.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

historiográfico, assume uma “visão marcadamente nacionalista dos problemas do Brasil”¹⁶, sem jamais ser um pensador radical, conservador. Era um homem nobre, um intelectual “consciente, [que] reconhece os pontos positivos e negativos de uma ação política. Para o autor conhecer a cultura do Brasil no seu sentido amplo, possibilitaria oferecer a chave para a resolução dos problemas nacionais”. Nesse sentido a obra: *Cultura Brasileira* é definida por pelo autor com “uma obra de visão panorâmica, por uma larga investigação da sobre a cultura no Brasil”¹⁷.

A obra exigiu:

Uma ciência sólida e um gosto seguro, adquirido numa longa e íntima comunhão com os mestres; um conhecimento profundo de todos os grandes problemas que permita ir direto ao essencial; um espírito bastante penetrante e largo para compreender as obras mais diversas e bastante crítico ao mesmo tempo para julgá-las á luz da história e, conforme os casos, também da estética ou do princípio científico, e reservar a admiração às criações verdadeiramente originais e belas, com uma simpatia particular pelas obras discretas mas profundamente sentidas (AZEVEDO, 1963, p. 22).

Perceptível, o autor compreende a cultura em um sentido amplo, o autor faz alusão à cultura em “aspectos morais e intelectuais da civilização [assim] como Humboldt e mais recentemente Burkhardt” [ela, a cultura, pode explicar e ser o] “brilho aos costumes e às instituições” (AZEVEDO, 1963, p. 21). “Aquilo que desabrocha inteligência e virtude transformando os homens em seres mais humanos”¹⁸. Partindo das discussões postas na historiografia brasileira e teóricos das Ciências Humanas e Sociais; compreendemos em Fernando de Azevedo, uma interpretação de Brasil, que,

¹⁶ Idem.

¹⁷ Ver GOMES, Wilson de Sousa. *Historiografia e Cultura Histórica no pensamento de Fernando de Azevedo*. In: *Fato & Versão – Revista de História: Historiografia e Escrita da História*. Vol. 08. Nº 15. Mato Grosso do Sul: UFMS, 2016.

¹⁸ Idem

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

sob a luz da historiografia e do pensamento social brasileira, produz uma síntese que dá sentido a nação e ao ser brasileiro.

Enfim, em outras palavras, discutir história, historiografia e pensamento social Fernando de Azevedo é estar diante de aspectos que representam a nacionalidade, e isso, possibilita compreendermos a lógica das significações que estão contidas em tempos e espaços variados na relação entre passado-presente ainda presente no cotidiano, na cultura nacional. Analisar as fontes é dirigir o olhar histórico para os elementos que “representam a cultura de uma época” (RÜSEN, 2007, p. 140). É entender até que ponto há uma ruptura e uma continuidade de ações e práticas do passado e do presente. Em consonância ao apresentado, a proposta é um esforço de entender conceitos/categorias manifestos na tradição e cultura intelectual.

As realidades são sempre produzidas por sujeitos em condições sociais e históricas determinadas. Portanto, para Gomes (2011) muito mais que apenas olhar para a realidade, se faz necessário, antes, conhecer a realidade e compreender seus mecanismos que promovem as atitudes que comumente não nos damos conta de perceber, ou seja, entender os indivíduos produtores da realidade como sugere E. H. Carr (1981). A partir do que foi exposto, o trabalho lida com questões da cultura histórica e os múltiplos sentidos atribuídos a um tempo, a um espaço e a uma obra, enfim, aos homens em sua cultura e tradição.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 12^o ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARR, Edward Hallet. *O que é história?* São Paulo: Paz e Terra, 1981.

CHARTIER, Roger. “*Cultura Popular*”: revisando um conceito historiográfico. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 08, nº 16, 1995, p. 179 a 192.

_____. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FALCON, Francisco J. Calazans. *História e Representação*. IN: *Revista de História das Idéias*, Vol. 21, s/d, 2000, p. 87 a 125.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Historiografia e significação histórica em Fernando de Azevedo*. In: *Revista Brasileira de Educação*. V. 13, N. 38, 2008.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.

_____. *Narratividade e Objetividade nas Ciências Históricas*. IN: *Textos Históricos*. Brasília: UNB, Vol. 04, nº 01, 1996, p. 75 a 102.

_____. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba – PR: UFPR, 2010.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Brasília: UBN, 2007.

_____. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UNB, 2007.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Resenha de “A Cultura Brasileira” de Fernando de Azevedo. In: *Revista Brasileira de Educação*. nº 14. Rio de Janeiro: 2000. (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)

190

SIMPÓSIO TEMÁTICO 3

Ensino de História e Formação

Docente: Reflexões e Desafios

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**FORMAÇÃO CONTINUADA NA DOCÊNCIA SUPERIOR: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS DOS DOCENTES DA UEG - CÂMPUS PORANGATU**

Cristhian Chagas Ribeiro¹

Idelma Lúcia Chagas Ribeiro²

RESUMO: Este artigo teve como objeto de estudo compreender os desafios dos docentes da Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Campus Porangatu, para manterem sua formação de maneira continuada e revelar quais as perspectivas desses profissionais em relação ao que poderia ser mudado para essa formação se tornar mais acessível. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo em que se investigou a falta de tempo destes professores por trabalharem em instituições distintas; a desmotivação dos que trabalham em regime de contrato temporário, por não possuírem os mesmos direitos dos docentes efetivados por meio de concurso, bem como destacar as expectativas desses profissionais quanto à acessibilidade aos cursos de formação continuada (NOVOA, 1992). As respostas para esses questionamentos se fizeram pertinentes para que pudéssemos entender a realidade desses profissionais não apenas no que se refere à formação continuada, mas também, no que tange às condições de trabalho reveladas no decorrer da investigação.

Palavras-chave: Ensino Superior, Formação Continuada, Profissionalização Docente.

INTRODUÇÃO

São diversos os meios de acesso às informações que transformam o professor universitário em um mediador – e não mais o único detentor do conhecimento – que tem

¹ Especialista em Docência Universitária pela Faculdade Brasil Central (2016), graduado no Curso de bacharelado em Biomedicina pela Faculdade Padrão (2012), pós-graduando especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade de Brasília (UNB), acadêmico do curso de bacharelado em Administração Pública pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Funcionário público efetivo da Universidade Estadual de Goiás (UEG – Campus Porangatu-GO) na função de Coordenador Administrativo. cristhianchagas@gmail.com

² Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação/UFG (2016). Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG-2000). Especialista em Literatura Brasileira (Salgado de Oliveira-RJ) e Tecnologia em Educação (PUC-Rio). Atua na função Secretária Geral do Colégio Estadual Presidente Kennedy de Porangatu-GO. Professora efetiva do município de Porangatu-GO. idelmachagas@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

o papel de orientar ao aluno, a fim de que esse possa organizar o conhecimento “como elemento que cria condições para a transformação da própria escola, da educação e da sociedade” (FREITAS, 1999, p. 18). No entanto, o professor sofre com a falta de atenção dispensada à sua formação como docente, que muitas vezes, no processo de se tornar um professor universitário, aprende sozinho os caminhos dessa profissão (SEVERINO, 2003).

As políticas públicas para a educação não têm fornecido respaldo aos professores universitários quanto à sua consolidação na sala de aula, fato que seria de suma importância para estes obterem autonomia no exercício da profissão que escolheram. O que se percebe, nesse contexto, é que essas mesmas políticas transferem toda responsabilidade que envolve formação, qualificação e profissionalização para os próprios professores, eximindo-se da parte que lhe é inerente. Assim, devemos refletir sobre essa condição, pois há de se considerar que toda autonomia é conquistada através de meios que venham fornecer segurança para sua atuação docente-profissional. No entanto, muitas vezes, o professor passa pelo processo de formação inicial, quase imediatamente do banco da sala de aula – como aluno – e se torna professor, sem incentivo à formação para se tornar docente de nível superior (SEVERINO, 2003).

Segundo Pachane (2005),

Numa breve retrospectiva da história das universidades, não somente as brasileiras, é possível observar que a formação exigida do professor universitário tem sido restrita ao conhecimento aprofundado da disciplina a ser ensinada, sendo este conhecimento prático – decorrente do exercício profissional – ou teórico/epistemológico – decorrente do exercício acadêmico. (p. 12).

Diante das situações evidenciadas, o presente trabalho teve como propósito compreender os principais desafios encontrados pelos professores docentes da UEG Campus Porangatu para manterem sua formação de maneira continuada. A intenção se

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

deu na tentativa de entender essa problemática observando, sobretudo, a falta de tempo destes professores por trabalharem em instituições distintas; a desmotivação dos professores que trabalham em regime de contrato temporário, por não possuírem os mesmos direitos dos docentes efetivados através de concurso.

Para aprofundar nesse estudo, tornou-se fundamental a preferência de uma literatura que nos levasse à percepção de como tem sido o processo de formação de professores e seus desafios. Assim, debater essa realidade no contexto da docência universitária é um importante passo para uma reflexão sobre a necessidade de se repensar em adequadas condições para transformar a realidade desses profissionais, uma vez que o bom desempenho destes depende de constantes formações.

Nesse sentido, a questão fundamental para essa investigação se processa em compreender também como os professores docentes da UEG Campus Porangatu têm mantido sua formação continuada e como percebem as políticas de incentivo para essa formação. Para tanto, foram verificados dados como: quantos professores continuam a se capacitar para a docência do ensino superior; quantos permanecem nessa formação, em qual nível estão: especialização, mestrado, doutorado, e quais os principais obstáculos que os impedem de prosseguir em sua formação; o que esperam os docentes sobre as políticas de acessibilidade à formação continuada, tanto para professores efetivados por meio de concurso, quanto para os professores em regime de contrato temporário.

A compilação dos dados obtidos com a investigação serviu de apoio para se ter uma visão do quadro real dos professores da UEG Campus Porangatu no que se refere ao processo de formação continuada. Com as leituras propostas para esse estudo, termos condições de pensar na proposição de mudanças que envolvam as políticas públicas para a formação docente universitária, a fim de que essa formação continuada seja mais acessível e, conseqüentemente, refletir positivamente na qualidade do ensino dessa instituição.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A PROFISIONALIZAÇÃO DE
PROFESSORES**

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), não diferente de outros momentos de crise (pós-crise), a educação passou igualmente a ser alvo das políticas públicas. As reformas realizadas nesse governo tiveram um falso intuito de promover a qualificação do professor através da profissionalização docente, como agente principal das mudanças almeçadas (SHIROMA, 2003). Após a década de 70, com o objetivo de amenizar os efeitos da crise econômica, nas palavras de Shiroma (2003, p.3) “o discurso de uma educação salvacionista e redentora foi difundido como política compensatória para a solução dos problemas econômicos, e como aliado na administração de eventuais conflitos sociais”.

Shiroma e Evangelista (2003), ao citarem o relatório intitulado: Educação: um tesouro a descobrir (DELORES, 1998), no século XXI a educação deveria assumir a missão de “preparar a próxima geração para conviver com os riscos, as incertezas, o inesperado” (p. 9).

Não obstante, segundo Cunha (2015):

A expansão e a democratização da educação superior no Brasil estão exigindo uma energia especial quer dos governos, quer das comunidades acadêmicas e universitárias. Pressupõem novas alternativas de atuação e uma condição especial para alcançar uma taxa de sucesso positiva na aprendizagem dos novos públicos e na produção de um conhecimento que alavanque melhores índices de desenvolvimento e qualidade de vida. (p.18)

No sentido de se “alcançar uma taxa de sucesso positiva na aprendizagem dos novos públicos e na produção de um conhecimento que alavanque melhores índices de desenvolvimento e qualidade de vida. (CUNHA, 2015, p.18), houve, segundo Shiroma e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Evangelista (2003), a intenção, por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso, de se fazer com que as novas políticas públicas transferissem do Estado a responsabilidade - sobre a ascensão e oportunidade – para o cidadão, que, por meio da sua formação, se tornaria consciente que, foi profissionalizado pelo Estado. Assim sendo, cabe ao próprio cidadão buscar melhorias em suas condições de salário, moradia, trabalho dentre outros garantido pela Constituição Federal de 1988, seja através de um empreendimento (pagar impostos), seja através de sua “humildade” em encontrar qualquer um emprego oferecido de bom grado.

É nessa perspectiva que a profissionalização do professor foi tida como política pública e interesse do Estado (Governo). Como um recurso humano que levaria a si e seus alunos a acreditar que “portar competências e habilidades seria suficiente para colocá-los em sintonia com o mercado de trabalho, e gradativamente a escola foi responsabilizada pelos problemas sociais e os indivíduos culpabilizados por seu fracasso pessoal” (SHIROMA, 2003).

A propósito da competência do professor-profissional, Shiroma e Evangelista (2003) se posicionam sobre a com (formação) e avaliação do professor:

A retórica da competência era portadora da aura positiva do desafio de manter-se atualizado, ao lado das últimas inovações, e tinha também a função de lembrar o professor que estaria submetido ao risco perpétuo de perder o emprego, a posição, o cargo, as benesses e os direitos conquistados. (p.10)

A esse respeito, Ferenc e Mizukami (2005, p. 3) afirmam que:

[...] as tendências dominantes observadas, hoje, no campo da formação e capacitação de professores, veiculadas nos discursos e nas políticas educativas em execução, mais especificamente na América Latina, são na verdade, velhas tendências. O que buscam é a reprodução do modelo convencional de educação e de formação de professores, sob nova roupagem, apoiando-se em novas tecnologias. Persiste uma visão dos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

problemas educativos numa lógica “dicotômica e binária”, concebendo “a política educativa como uma opção entre pares - *escola X universidade, educação de crianças X educação de adultos, administrativo X pedagógico, etc.*

E no que se refere à preparação e formação de professores universitários para o exercício da docência superior, Anastasiou (2005) defende a ideia que pouca atenção tem sido dada a essa discussão.

A autora enfatiza ainda que:

Analisando a situação dos que atuam hoje nas salas de aula da universidade, verifica-se que, com exceção dos docentes provenientes das Licenciaturas e Pedagogia, a grande maioria dos professores universitários não contou com a formação sistemática, necessária à construção de uma identidade profissional para a docência. Embora se encontrem dando aulas, nem sempre esses professores dominam as condições necessárias para atuar como profissionais docentes. (p. 11).

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR NA DOCÊNCIA SUPERIOR

No cenário em que se encontra a educação superior no Brasil, as políticas públicas se voltam cada dia mais para a incorporação de novos docentes. Esses, em sua maioria, são especialistas, mestres e doutores. Essas formações lhes garantem domínio de conteúdo e uma boa iniciação no campo da pesquisa científica, no entanto, o que se percebe é que, apesar desses docentes preencherem os pré-requisitos para ingressarem como docentes em uma faculdade/universidade, em muitos casos a apropriação da parte pedagógica fica pouco evidente (CUNHA, 2015). Mesmo os professores apresentando domínio de conteúdo e títulos que os amparem, em sala de aula, a prática de ensino não está em sintonia com o conhecimento buscado pelo aluno. Isso porque, em muitos casos, o professor se limita em adquirir muito conhecimento de sua área de pesquisa, mas com isso, deixa de se envolver com o todo, e deixa de priorizar uma prática pedagógica voltada para a realidade social, política e econômica dos estudantes.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Portanto, dentre as abordagens a que se propõe necessárias, para Bortoletto (2009), a formação continuada, serve como “possível alternativa para um fazer pedagógico mais consciente e de maior responsabilidade na formação de cidadãos [...]” (p. 100). Essa autora reforça na sua pesquisa³ que, “na perspectiva de qualidade para prática pedagógica docente, pôde-se considerar que essa postura” – da formação continuada – “trouxe efeitos positivos sobre o fazer pedagógico, segundo os depoimentos dos docentes entrevistados”. (p. 100).

UM RETRATO DOS DOCENTES DA UEG CÂMPUS PORANGATU

Para melhor compreensão desta pesquisa, tornou-se relevante conhecer um pouco do contexto histórico da UEG – Campus Porangatu, que tem passado por importantes mudanças desde a sua concepção como Faculdade de Educação, Ciência e Letras de Porangatu (FECERP) e que, a partir de abril de 1999, passou a fazer parte das “faculdades sob a égide da UEG”⁴. Assim, a FECERP, que era responsável por manter em funcionamento apenas os cursos de Ciências, Letras, História e Geografia, transformou-se em Universidade. Já no ano 2000, foram implantados os cursos de Matemática e Ciências Biológicas, no ano 2003 foi implantado o curso de Sistemas de Informação, e no ano de 2007 foi incluído, nesta IES o curso de Educação Física. Os novos cursos foram implantados de acordo com a demanda da cidade de Porangatu e as demais cidades circunvizinhas, o que evidencia a importância da Universidade para a sociedade e Região Norte do Estado de Goiás⁵. Dessa maneira, o que podemos perceber é, em contrapartida da abertura de novos cursos, se faz necessário mão de obra qualificada. É aí que entra o

³ Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em educação da PUC-Campinas com patê dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação

⁴ História do Campus de Porangatu. http://www.porangatu.ueg.br/conteudo/2647_historia. Acessado em 01 de março de 2016.

⁵ História do Campus de Porangatu. http://www.porangatu.ueg.br/conteudo/2647_historia. Acessado em 01 de março de 2016.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

professor da educação superior, com uma formação diferenciada – além da que prepara professores para a educação básica que inclui o ensino fundamental e o ensino médio - com qualificações que fazem desse profissional o responsável, não só por formar profissionais, mas acima de tudo, formar cidadãos.

A UEG – Campus Porangatu possui em seu corpo docente um total de 86 professores, classificados na tabela 1 de acordo com seu nível de graduação e forma de ingresso na universidade:

Tabela 1: Nível de Graduação X Regime de Trabalho dos Docentes da UEG Campus Porangatu (2014)

| | Contrato Temporário | Efetivo | Total |
|-----------------------------|--------------------------------|----------------|--------------|
| Graduados | 3 | 0 | 3 |
| Especialistas | 60 | 10 | 70 |
| Mestres | 6 | 5 | 11 |
| Doutores | 1 | 1 | 2 |
| Total de Professores | 70 | 16 | 86 |

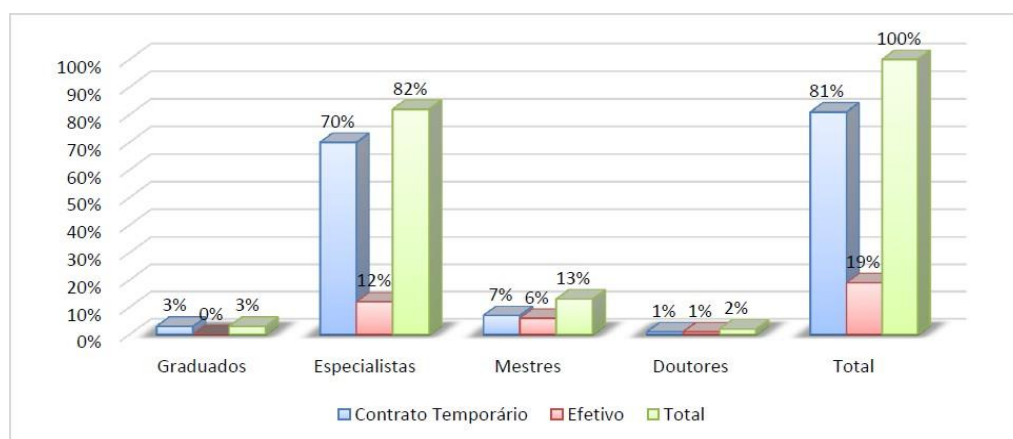
FONTE: Relatório da Auto avaliação UEG Campus Porangatu (2014).

Percebe-se com a análise desses dados que, dos 86 professores que constituem o corpo docente da UEG Campus Porangatu, 3% dos professores possuem nível de Graduação e trabalham em regime de contrato temporário; 82% dos professores são Especialistas, desse total, 70% trabalham em regime de contrato temporário e 12% são efetivos; 13% dos professores possuem Mestrado, desses, 7% são contrato temporário e 6% são efetivos; e 2% dos docentes possuem Doutorado, desses, 1% trabalha em regime de contrato temporário e 1% é efetivo. No total, o Campus Porangatu é constituído em sua parte docente por 81% dos professores em regime de contrato temporário e 19% de professores efetivos, conforme demonstrado no gráfico 1.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Gráfico 1: Nível de Graduação X Regime de Trabalho dos Docentes da UEG
Campus Porangatu (2014).



FONTE: Relatório da Auto avaliação UEG Campus Porangatu (2014).

ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A formação continuada se verifica como forma de o professor universitário desenvolver suas habilidades pessoais, profissionais e interpessoais, para se tornar um profissional da educação, e não apenas um ocupante de cargo docente. Entretanto, para isso, é necessário haver diálogo entre gestores, professores, alunos, comunidade e governantes em prol de que seja estabelecida uma relação honesta entre os agentes que compõem o campo universitário, a fim de que estes tenham como objetivo alcançar o profissionalismo nas instituições de ensino superior, pois partir desse processo é que se desenvolvem novas competências, derivadas dos efeitos positivos dessa formação na prática docente.

Para realização da pesquisa solicitamos permissão à diretora do Campus Porangatu, unidade investigada, e a mesma deu todo apoio necessário para concretização desse trabalho. A ajuda de uma professora da unidade foi essencial para a realização da pesquisa porque a mesma providenciou uma lista com nome e telefone de todos os professores,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

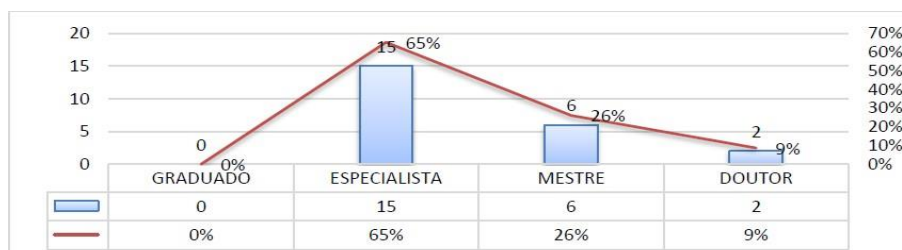
disponibilizou seu próprio escaninho para os professores (as), à medida que terminassem de responder os questionários, poderiam colocá-los no escaninho ou entregá-los pessoalmente.

Durante a terceira semana de março de 2015, tanto no turno matutino quanto no turno noturno a entrega dos questionários aos docentes era feita no intervalo das aulas que se dava no período da 20h40min e 21 horas. Essa entrega persistiu até que se alcançasse um número de docente que ultrapassasse a média dos 50% dos professores, embora não ter conseguido arrecadar essa porcentagem de questionários respondidos.

Objetivou-se principalmente investigar como os docentes desse Campus percebem a proposta de formação continuada, e que incentivos e motivações fazem com que esses professores continuem sua profissionalização docente, que tanto pode contribuir para a construção de um saber para o exercício da cidadania de seus alunos na sociedade e servir como instrumento da mudança que precisamos para melhorar o nosso Brasil.

Nesse sentido, ao analisar o Gráfico 2, do total de 23 professores que responderam ao questionário, 65% possuem grau de escolaridade Especialista, 26% possuem grau de escolaridade Mestre e 9% dos entrevistados possuem grau de escolaridade Doutor. Desse total, 25 % dos professores afirmaram estar cursando ou Mestrado, ou Doutorado, e 75% dos professores afirmaram cursar nenhum curso de pós-graduação no momento.

Gráfico 2: Grau de escolaridade segundo questionário aplicado e respondido por 23 Docentes da UEG Campus Porangatu:



FONTE: Pesquisa realizada com docentes do Campus Porangatu (2015).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Ainda na perspectiva de discutir a formação continuada para professores universitários, vale destacar que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96 traz em seu contexto que

Art. 63, § III “- programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. Art. 67 - Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público. § II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; § V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

Sobre a referida lei, Góes (2008, p. 5) reflete a seguinte realidade do professor no Brasil,

Embora exista respaldo legal para que desenvolva a formação continuada de professores no Brasil, é preciso comparar essa prerrogativa legal, com a realidade diária dos professores de Educação Básica do país. O professor brasileiro precisa ser horista para sobreviver, o que diminui sensivelmente suas possibilidades de tempo e recurso financeiro para tal investimento.

Apesar de Góes enfatizar a realidade da Educação Básica, diante dos dados apresentados nos gráficos 3 e 4, não se mostra diferente da realidade vivenciada pelos professores da educação superior, em que podemos utilizar como caracterização a parte em que Góes (2008, p. 5) cita de maneira abrangente que: “O professor brasileiro precisa ser horista para sobreviver, o que diminui sensivelmente suas possibilidades de tempo e recurso financeiro para tal investimento.”. Essa afirmação se confirma com os dados do gráfico 3, em que 59% dos docentes, que responderam ao questionário, informaram trabalhar em outra instituição de ensino; e 72% dos professores, que responderam ao questionário, informaram trabalhar em outras atividades além da sua função em sala de aula, como mostrado no gráfico 4; e condiz com o seguinte resultado, em que 25% dos

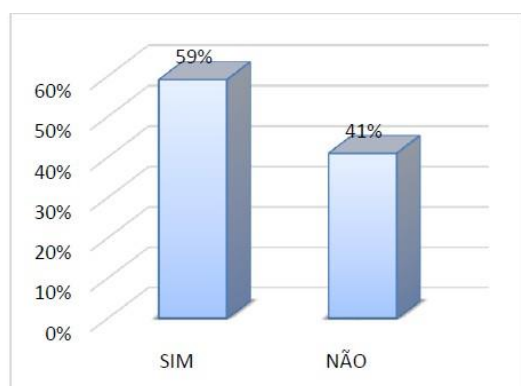
II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

professores afirmaram estar cursando ou Mestrado, ou Doutorado, e 75% dos professores afirmaram cursar nenhum curso de pós-graduação no momento.

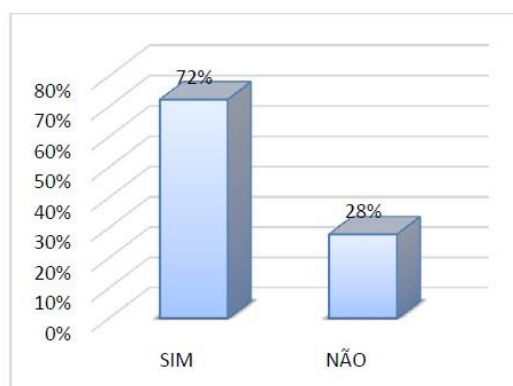
Outro ponto importante evidenciado nas repostas do questionário aplicado aos docentes da UEG Campus Porangatu é que, segundo os professores, um dos fatores que contribuem para a não continuação da formação é a divisão existente entre efetivos e os temporários. Nas palavras de alguns, existe o problema da “estabilidade do docente, por ser contrato, esse incentivo não existe e nem o tempo é possível, pois o mesmo precisa trabalhar em outras instituições em busca de maior salário. Não é importante a UEG investir nos contratos.”. Outra resposta levanta foi a falta de “Internet em ótimas condições; livros e Trabalhos de Conclusão de Curso na biblioteca; estrutura física; salas de pesquisa; recursos materiais e didáticos; encontros; seminários; congressos; qualificações.”

Gráfico 3: Percentual de professores que trabalham em outra instituição de ensino, além da UEG Campus Porangatu.



FONTE: Pesquisa realizada com docentes Campus Porangatu (2015).

Gráfico 4: Percentual de professores que ocupam outra função na UEG Campus Porangatu, além da função de docente.



Fonte: Pesquisa realizada com docentes Campus Porangatu (2015).

Contudo, Chimentão (2009, p. 3) defende que

A formação continuada de professores tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade aos educandos.

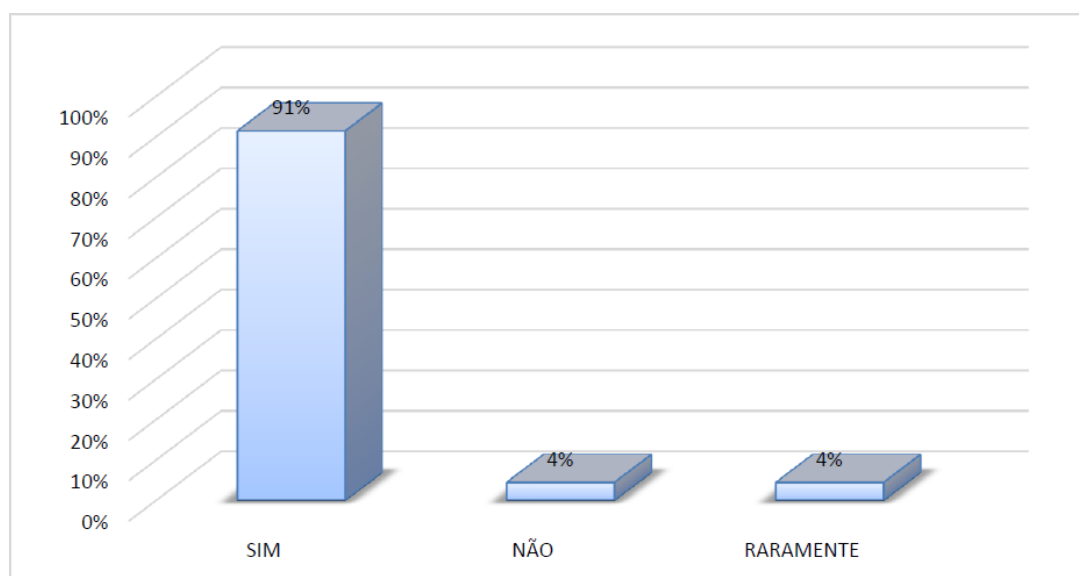
II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Sendo assim, os docentes da UEG Campus Porangatu, ao serem questionados sobre possuírem o hábito de aprimorar seus conhecimentos através da participação em curso de qualificação/formação continuada, 91% dos professores responderam sim, 4% informaram que não possuem esse hábito, e 4% responderam que raramente possuem o hábito de aprimorar seus conhecimentos através da participação em curso de qualificação/formação continuada. Esses dados podem ser visualizados no gráfico 5.

Podemos observar, ainda, que, de acordo com as respostas presentes no quadro 1, dentre os muitos cursos realizados pelos docentes, alguns não são focados na formação continuada para a docência no ensino superior, todavia, de modo geral, o professor busca, à sua maneira, se aperfeiçoar, seja através de pós-graduações, encontros pedagógicos, congressos, colóquios, palestras, cursos online, cursos de extensão, entre outros.

Gráfico 5: Você tem o hábito de aprimorar seus conhecimentos através da participação em curso de qualificação/formação continuada?



FONTE: Pesquisa Realizada com Docentes Campus Porangatu (2015).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Quadro 1: Respostas sobre quais atividades, tarefas ou curso de qualificação os docentes da UEG Campus Porangatu participaram nos dois últimos anos

| |
|--|
| Semana de matemática; encontros regionais de educação matemática; congressos; fóruns. |
| De reuniões para NDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional) estuda as leis e resoluções para mudanças do PPC do curso. |
| Cursos: prática de alfabetização de jovens e adultos; comunicação em sala de aula; aceleração da aprendizagem no ensino fundamental. Oficina e palestra: alfabetização cartográfica: uma proposta metodológica para o ensino de geografia; organizadora de seminário de educação e estágio supervisionado de licenciaturas: relação universidade escola-campo: contribuição do estágio supervisionado na formação superior; curso de complementação em pedagogia; curso de complementação inclusiva. |
| Curso de mestrado; curso de inglês instrumental; curso de geoprocessamento. |
| Complementação em pedagogia. |
| Encontros pedagógicos. |
| Especialização em educação a distância - educação inclusiva. |
| Muitos (ver lattes), em média 4 por ano. |
| Congressos; colóquios; comunicações. |
| Somando ideias; pacto pela educação; instituto Unibanco - matemática para ensino médio. Seminários de cursos da UEG e oficinas; curso sobre drogas pela UnB; curso a distância online. |
| Participação em seminários, encontros. |
| Cursos na área de educação física escolar; treinamento esportivo; congresso pensar; FIEP internacional e centro-oeste; capital Gyn fitness; congresso acadêmico-científico; jub's acadêmicos; direitos humanos. |
| Programa de aperfeiçoamento para professores de matemática do ensino médio (PAPMEM); pacto pela educação. |
| Palestras e cursos online. |
| Apresentação de trabalhos em congressos; cursos de formação continuada da CPA; doutorado em educação; formação continuada sobre o censo escolar, programa mais educação e desporto educacional em Goiás. |
| Seminário internacional de literatura - Goiânia; fórum regional de pesquisa da ueg; congresso de ensino, pesquisa e extensão; outras via lattes. |
| Fiz vários cursos de extensão. |
| A pós-graduação é uma formação continuada; NEPG - (UFG); NUPEC (UFG); GT de estágio (UEG - autoria) GEPE (UEG -Porangatu). Todos são estudos e pesquisas que estou vinculada há alguns anos os integrantes desses grupos desenvolvem estudos, pesquisas e organizam eventos, publicam, participam de projeto de pesquisa coletivos, etc. |
| Curso de capacitação para o ensino médio oferecido pela secretaria de educação. |
| Orientações de monografias; oficinas e palestras diversas no curso de matemática. |

FONTE: Pesquisa Realizada com Docentes Campus Porangatu (2015).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Quando questionados sobre as políticas do governo do Estado de Goiás e da própria administração superior da UEG e a interferência desses na profissionalização dos professores, cerca de 96% dos docentes responderam de que essas políticas têm interferido de maneira negativa, onde se prioriza uma mão de obra barata através da contratação temporária de funcionários, ao invés da realização constante de novos concursos para que os profissionais tenham a chance de efetivarem e usufruírem dos benefícios que os concursados tem sobre os contratados em relação ao incentivo à formação continuada.

Segundo o Regimento Geral da UEG, em sua Seção II, que trata dos docentes do quadro temporário, em seu art. 176 nos diz que: O quadro temporário docente é integrado por:

I - professores substitutos, contratados temporariamente, mediante processo de seleção pública, conforme legislação vigente, para suprir faltas eventuais de docente do quadro permanente, decorrentes de aposentadoria, falecimento, afastamento legal e substituições necessárias, para a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão e respectivas atividades pedagógicas, respeitadas as exceções previstas neste Regimento Geral; (p. 59)

A partir desse texto, fica evidente que não será dado, ao professor com contrato temporário, a chance de se aperfeiçoar através de incentivos como licença remunerada, que segundo a resolução CsU nº 1, de 4 de fevereiro de 2015, Seção III, do afastamento para qualificação docente:

Art. 36. Compreendem-se como qualificação as atividades voltadas para a formação continuada do docente em cursos de pós-graduação stricto sensu devidamente reconhecido pela CAPES ou oficialmente reconhecidos quando se tratar de instituição no exterior. Art. 37. O afastamento poderá ser integral ou parcial e será concedido somente para professores em RTI ou em RTIDP, mediante protocolização do pedido, nos termos da legislação específica sobre a matéria.

Nesse sentido, o professor temporário é tido apenas como aquele que supri faltas eventuais de docente do quadro permanente e, por isso, não tem investimentos por parte

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

da Universidade, já que podem sair ao final do prazo do contrato. No entanto, a UEG utiliza dessa modalidade de educadores desde a sua criação, não como supridor de faltas, mas como se fosse seu quadro permanente, e mesmo com uma grande oferta de vagas, como podemos ver no gráfico 1, em que 81% dos professores da UEG Campus Porangatu são contratos temporários e apenas 19% do total de professores são efetivados através de concurso.

Outro ponto evidenciado foi em relação à diferença entre a remuneração de professores efetivos x professores contratos temporários, que para Rocha apud Rodolfo Ferreira (2009):

Rodolfo Ferreira (2005, p.52) ao analisar a pesquisa “Trabalho Docente no Estado do Rio de Janeiro: carreira e remuneração” constatou que “a questão da valorização social do trabalho docente tem ocupado um espaço considerável” nos debates educacionais, pois há uma preocupação com a qualidade da educação ofertada nas escolas públicas cujos profissionais, em especial os/as professores/as, encontram-se desmotivados pela péssima remuneração e pelo desprestígio social [...] (p. 70-71).

Nesse sentido, podemos correlacionar a realidade dos professores das escolas públicas e os professores da UEG Campus Porangatu, quando o professor responde em nosso questionário que: “estabilidade do docente, por ser contrato, esse incentivo não existe e nem o tempo é possível, pois o mesmo precisa trabalhar em outras instituições em busca de maior salário. Não é importante a UEG investir nos contratos.”, completam o sentido da expressão “cujos profissionais, em especial os/as professores/as, encontram-se desmotivados pela péssima remuneração e pelo desprestígio social [...]” (ROCHA apud RODOLFO FERREIRA, 2009, p. 70-71).

Tabela 2 – Diferença Salarial Entre Professores Efetivos x Professores Contrato Temporário.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

| Titulação | Remuneração Efetivo (40h/semana) | Valor Atual (Por Hora) | Remuneração Temporário (40h/semana) | Valor Atual (Por Hora) | Diferença Salarial Efetivos x Temporários |
|---------------------|----------------------------------|------------------------|-------------------------------------|------------------------|---|
| Graduado | R\$ 2.283,10 | R\$ 12,68 | R\$ 2.185,20 | R\$ 12,14 | 4% |
| Especialista | R\$ 3.264,83 | R\$ 18,14 | R\$ 2.856,60 | R\$ 15,87 | 13% |
| Mestre | R\$ 4.668,58 | R\$ 25,94 | R\$ 3.304,80 | R\$ 18,36 | 29% |
| Doutor | R\$ 7.343,88 | R\$ 40,80 | R\$ 3.951,00 | R\$ 21,95 | 46% |

FONTE: Elaborada pelos autores com base nos dados da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – PrDI, UEG, 2017.

Observa-se inicialmente na tabela 2 que a diferença salarial existente entre professores efetivos e professores em regime de contrato temporário variam em 4% entre professores de titulação graduação, 13% entre de titulação especialista, 29% entre professores de titulação mestre e 46% entre professores de titulação doutor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados analisados, percebe-se que muitos são os desafios quanto a formação continuada dos docentes do ensino superior, não só para os professores da UEG Campus Porangatu, mas essa realidade, conforme os autores estudados, se estende à educação superior e básica de todo o Brasil.

No que tange aos obstáculos referentes à UEG Campus Porangatu, pudemos destacar: as dificuldades socioeconômicas da classe de professores, que precisam trabalhar em outros lugares a fim de complementarem sua renda mensal e à falta de tempo para se dedicarem à formação continuada, que em função da exaustiva carga horária de trabalho desses profissionais, revelou-se superior a 50% dos professores, que ao serem questionados se possuem alguma outra função além da de professor ou trabalham em mais de uma instituição de ensino, responderam sim. Fatores esses agravados quando

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

comparados professores efetivos e professores em regime de contrato temporário, que em virtude da desvalorização salarial desse segundo grupo em relação ao primeiro grupo, acentua a necessidade de trabalharem em mais de um estabelecimento de ensino e agravam o sentimento de desmotivação pela remuneração baixa e menor que a do professor efetivo que executa a mesma função.

Dessa maneira, evidenciou-se a questão do enquadramento funcional dos professores, se em contrato temporário, se efetivo, para os quais verificou-se desproporcional o tratamento oferecido entre ambos. Isso se comprova pelas leis, normas e regimentos vigentes, uma vez que os professores efetivos têm maiores incentivos, dentre estes a licença remunerada, redução na carga horária para participarem de cursos de formação, maiores salários. Todavia, os professores que se enquadram como funcionários de contrato temporário, não possuem benefícios para se manterem em cursos de formação, pois são considerados, segundo o Regimento Geral da UEG, supridores de faltas dos efetivos, mesmo que esse vínculo seja predominante, que de acordo com o Relatório da Auto avaliação UEG Campus Porangatu (2014), é de 81% versus 19% de efetivos.

Não obstante, foi preciso transformar essas dificuldades em problemas para perceber que muitos desses problemas podem ser resolvidos, seja por soluções já conhecidas, seja por soluções que ainda serão criadas. Em meio a esse processo de solução, torna-se imperioso não perder a crença de que somente com a educação podemos mudar o nosso país. E essa educação, apesar de ter o seu ciclo tido como “vicioso” ou “viciado”, se constrói em qualquer nível, desde que seja uma educação que traga para a realidade do seu aluno o processo de reflexão.

Embora o centro da pesquisa desse artigo seja os docentes da educação superior, essa terminologia não deve sobrepor a realidade de que professores são eternos alunos, ou assim deveria ser, pois é isso que a formação continuada oferece, a oportunidade de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

através de um novo olhar, por olhos de alunos, o aperfeiçoamento na arte de orientar outros alunos, que apenas estão em um estágio diferente de aprendizado de seu professor, um eterno aprendiz.

Logo, o que fica evidenciado com esse estudo é que devemos nos despertar para a valorização do profissional professor a partir de uma autovalorização, pois, como professores, é seu papel cobrar políticas públicas educacionais que valorizem verdadeiramente a educação. Além disso, precisamos estar em uma constante luta por esse reconhecimento no campo político, porque só assim teremos algo concreto, quando leis forem mudadas a favor da sociedade, leis que permitam a formação de cidadão e a valorização de profissionais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANASTASIOU, L. das G. C. *Profissionalização continuada do docente da educação superior: desafios e possibilidades*. Olhar de professor, Ponta Grossa, 8(1): 09-22, 2005.
- BRASIL. *Constituição* (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional N° 9394*. Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- BORTOLETTO, M. L. *Formação continuada para docentes no ensino superior: análise de um programa*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em educação da PUC-Campinas com patê dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. PUC-Campinas. 2009.
- CUNHA, M. I. da. *Qualidade da graduação: o lugar do assessoramento pedagógico como propulsor da inovação e do desenvolvimento profissional docente*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 57, p. 17-31, jul./set. 2015

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

DELORES, J. *Educação – um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, S. Paulo: Cortez, Brasília: MEC/ UNESCO, 1998.

FERENC, A. V. F. F; MIZUKAMI, M. da G. N. *Formação de professores, docência universitária e o aprender a ensinar*. Formação docente para o ensino superior, VIII CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, pp. 3-11, UNESP 2005.

FREITAS, H. C. L. De. *A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores*. Educ. Soc. vol. 20, n.68, Campinas Dec. 1999.

GOES, H. B. O. *Formação continuada: Um desafio para o professor do Ensino Básico*. Trabalho apresentado no 1º Encontro de Educação do Colégio Gonçalves Dias (Nova Iguaçu - RJ). 2008.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática*. Goiânia: Alternativa, 2004.

NÓVOA, A. (org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: DOM Quixote, 1992

PACHANE, G. G. *Programa de estágio e capacitação docente: a experiência de formação de professores universitários na UNICAMP*. Formação docente para o ensino superior, VIII CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, pp. 12-21, UNESP 2005.

ROCHA, M. C. *Política de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho – uma análise da experiência de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: s.n., 2009.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

SEVERINO, A. J. *Preparação técnica e formação ético-política dos professores. Formação de educadores: desafios e perspectivas.* VI Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Editora UNESP. São Paulo - SP. 2003. pp. 71-89.

SHIROMA, E. O; EVANGELISTA, O. *A mística da profissionalização docente.* Revista Portuguesa de Educação. Braga Universidade do Minho, vol. 16, nº 2, 2003, pp.7-24. Universidade do Minho. Braga, Portugal.

UEG. *Regimento Geral da Universidade Estadual da UEG e dá outras providências.* Resolução CsU nº 75, de dezembro de 2014. Anápolis-GO

UEG. *Regulamento das Atividades Acadêmicas dos Docentes do Quadro Permanente da UEG.* Resolução CsU nº 1, de 4 de fevereiro de 2015. Anápolis-GO.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS HISTORIOGRÁFICAS COMO COMPONENTE
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DOCENTE**

Delvania dos Santos Freitas Silva (Universidade Federal de Uberlândia- UFU)¹
Gustavo Henrique Pereira (Universidade Federal de Uberlândia- UFU)²

Resumo: Práticas pedagógicas historiográficas, memórias, histórias de vida e narrativas docentes que estão sendo utilizadas em roda de discussões, posteriormente, exemplificadas em miniaulas, no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Quirinópolis e, em seguida, levadas para as escolas campo durante a realização do Estágio Supervisionado por acadêmicos estagiários, no contexto da Disciplina de Didática e Prática Docente em Geografia I. O objetivo é refletir sobre os desafios da docência, os percursos exigidos pela profissão e a realidade das escolas, rurais, do campo, do urbano de fronteiras e outras. Cada uma com suas carências, como falta de tempo do professor e necessidade de envolver os estudantes, visando uma aprendizagem significativa. Ao acadêmico, a construção da profissão por meio da prática construída em sala de aula e a certeza da dinamização oportunizada pela história. Os resultados são aulas mais dinâmicas, ensino/ aprendizagem nas escolas campo de Estágio e a certeza da construção de habilidades e competências para a docência.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas; Historiografia; Estágio Supervisionado; Docência.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Graduada em Geografia, Docente em Libras e Estágio Supervisionado da UEG Câmpus Quirinópolis e da Educação Básica Pública Municipal de Quirinópolis, Goiás, em sala de Atendimento Educacional Especializado. delvaniafreitas_1@hotmail.com

² Mestrando em Educação UFU, graduado em história (UEG), graduado em pedagogia (Faculdade Serrana) Especialista em metodologia do ensino de pesquisa (PUC, Anápolis), Especialista em gestão escolar (Faculdade Serrana)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Os debates em torno da formação docente vem-se acentuando nos últimos tempos. Os desafios e as possibilidades que os cursos de licenciatura oferecem merecem reflexão e tomadas de atitudes que conduzam às práticas mais seguras e eficazes enquanto desafio para uma Educação que contemple os direitos humanos, principalmente, quando se tem a compreensão da educação dentro de uma perspectiva mais ampliada de sujeitos-autores.

Não há, no que se refere ao estágio supervisionado, uma receita pronta, alguma metodologia geral e bíblica, capaz de atender a todos os anseios e problemáticas dos acadêmicos enquanto sujeitos-autores de conhecimento. Entretanto, este trabalho visa uma contribuição a partir de práticas vivenciadas por acadêmicos do curso de Geografia da UEG (Universidade Estadual de Goiás), no ano de 2017, que se inseriu no âmbito de suas vivências nas escola-campo, as narrativas de memórias e saberes, ou seja, a História Oral.

Nessa perspectiva e, enquanto docentes na Educação Superior e Básica, foi proposto uma análise de excertos trabalhados em Didática para a Formação Docente, compartilhados em *Educação Geográfica: memórias, histórias de vida e narrativas docentes*, organizados por Portugal e Chaigar (2015), que ora identificados como discussões passíveis de estudo se transformaria em práticas pedagógicas historiográficas e, assim, garantiria o bom andamento de miniaulas realizadas na orientação para o Estágio Supervisionado e, posteriormente, as regências, momento de analisar a prática oportunizada pela formação docente.

Dessa forma, a prática docente, a partir de contextos históricos, se construiria por meio de atividades como componente curricular do curso, ou seja, utilizando de apropriação de outras áreas de conhecimento e exercício prático por meio de vivências da prática docente, mas que se concretizasse no formato de Workshops; atividades práticas que criam aptidões e competências profissionais de professor crítico e reflexivo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A primeira atividade era se identificar em um dos fragmentos construídos a partir de Histórias de vida e trajetórias de Formação e Docência em Geografia, ou seja, práticas reais, de histórias reais, de várias regiões e totalidades territoriais. Os temas giraram em torno da Escola do campo, de fronteiras, de escolas rurais, de narrativas de professores que cresceram e continuam atendendo na roça, de vários percursos de professores que se dividiam entre a ciência e a realidade dos desafios de curtir, comentar e compartilhar, do estudo da cidade e o lugar na Geografia, dos itinerários juvenis sob o véu de narrativas e memórias.

O próximo passo seria realizar miniaulas, seguindo o exemplo das narrativas na construção de saberes a partir da experiência construída em sala e, que tão logo, seriam levadas às escola-campo do Estágio. E, dessa forma, contribuindo para que os estagiários ao utilizá-las, principalmente, durante a fase da regência, pudessem construir saberes para o ensino em vários contextos geográficos e, que, naturalmente, podem ser elaboradas em todas as ciências a partir da História.

Em que essas metodologias favoreçam o ensino-aprendizagem, porquanto se sabe que a forma de conduzir o ensino facilitará a compreensão da profissão. O trabalho do professor que ensina pode ser dessa forma, uma condução da prática-reflexão, que dependendo da memória e trajetória experienciada despertará o fazer pedagógico e desenhará o futuro docente; carregamos mais dos mestres que supúnhamos.

Relevante ao tema está a pesquisa na licenciatura. A carência está no exercício prático da historicidade e construção da competência na universidade e, posteriormente, no campo de estágio; durante a formação docente, além de ser um pesquisador, sobretudo, que ele exercite alternativas nesse aspecto e, dessa forma, não fique somente na reflexão teórica, mas aprenda a elaborar a competência profissional e, assim, se destacar frente aos fatores negativos existentes.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O conhecimento em questão foi elaborado em rodas de conversa, iniciando pelas discussões dos trechos-fragmentos, posteriormente, associando-as à prática exigida na fase da Regência do Estágio supervisionado. As miniaulas foram momentos de se recriar os contextos da sala de sala, com implementação de metodologias e recursos que os ajudassem a superar as inseguranças e fortalecidas, posteriormente, nas narrativas que, automaticamente, seriam executadas nas regências.

Observou-se a superação da problematização, medo de se expor, do conteúdo, dos alunos e muitos outros, durante as narrativas construídas e elaboradas a partir da própria prática. Houve uma identificação de vários agentes e práticas pedagógicas conhecidas durante a análise dos excertos e discussões.

Nesse sentido, a formação ganha significado de comunidade aprendente e, ressalta-se, em tempos de muitos conflitos, a historicidade presente pode suscitar reflexão que conduzirá à prática mais consciente; ao mesmo tempo que aprende, apreende, a Educação tão necessária em tempos sombrios. É o que se pretende com a publicação da prática vivenciada.

**Memórias construídas em rodas de conversa nas Orientações para o Estágio
Supervisionado**

Durante as rodas foi proposto que cada discente/estagiário buscasse na memória o professor que marcou sua vida enquanto estudante e todos foram rápidos em delinear sua apresentação, justificando as escolhas. Uma vez que cada excerto analisado retratava uma realidade territorial brasileira, foi possível a identificação até mesmo da origem de alguns ex-professores. *Ah! minha primeira professora tinha um sotaque [...], lembra um dos acadêmicos.*

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

As primeiras memórias apresentaram o diálogo permanente com que deve ser conduzido os Estágios e da importância do papel do professor regente que está na sala de aula, muitos no final de carreira, às vezes, desanimados, outros, em início de carreira e esperançosos, mas de qualquer forma apresentando uma *triade* que coletivamente vai ajudar na formação do estagiário, conforme salienta Cousin (2015, p. 29): “amparados pelas histórias de vida, formação e a prática pedagógica que juntos constituem elementos identitários da docência, pois é constituidor das maneiras como o professor se faz e refaz, dialeticamente como profissional”.

Condição referenciada, ainda, por Passeggi (2015, p. 13) em que:

Ao introduzir a pesquisa e as práticas de reflexão no ensino superior desde o início da formação, passamos de uma visão aplicacionista para uma percepção reflexiva e agentiva do professor e do formador, em que a práxis docente torna-se espaço de diálogo da empiria com a teoria, do pesquisador participante da pesquisa do sujeito com o objeto de conhecimento, permitindo questionar o saber culturalmente herdado na reinvenção de outros saberes (PASSEGGI, 2015, p. 13).

Ressalta-se a fala de um acadêmico/estagiário durante a leitura do depoimento de uma professora da Paraíba que saía de casa e andava quase cinco quilômetros para chegar à escola, das dificuldades dos pais para que ela fosse estudar e da emoção de se ver naquele excerto, e principalmente, do professor que pretendia ser a partir da reflexão. Passeggi (2015, p. 13) corrobora:

Pensar o alcance da autoformação, da autoanálise e do autoconhecimento como forma de apropriação do poder e do saber posicionar-se de forma autônoma e emancipada no conhecimento que produzem no mundo, com o outro para uma vida melhor e instituições mais justas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A partir dos diálogos pensou-se em miniaulas que seria um momento de antecipar a prática e instigar, ainda mais, a reflexão, as dúvidas e o erro, colocando-se assim, em prática o “fazer-pedagógico” da pesquisa (laboratório), conforme propõe Silva (2015, p.155) de se “fazer da sala de aula na universidade, nos cursos de licenciaturas um laboratório pedagógico e inclusivo”.

Uma das miniaulas, exemplificadas, foi sobre o *estudo do meio* que era uma das práticas ensinada na escola no/do campo, associando as discussões em roda, antes, durante e depois das miniaulas, à metodologia proposta por Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007, p.173) que se trata de uma metodologia de ensino interdisciplinar que pretende desvendar a complexidade de um espaço determinado extremamente dinâmico e em constante transformação, mas que também pode ser utilizada em outros temas específicos.

O objetivo em todas as situações era pensar e repensar todas as ações que envolvem a prática, que pode ser antecipada no planejamento contemplando a historicidade em forma de registros em diários e portfólios elaborados para desenvolver didáticas e metodologias de ensino a partir da formação docente, encorajando o futuro profissional a mudar as práticas tradicionais e fazer acontecer ao mesmo tempo reflexão e ação pedagógica, porquanto, “os lugares compõem os cenários da vida, produzidos a partir das vivências, dos sentidos e significados que cada um experiencia” registra Portugal (2015, p. 43).

A Escola do campo se apresentou com o debate mais acalorado, uma vez que alguns desconheciam, ou ignoravam as políticas para as escolas do campo, os movimentos sociais e rurais, e principalmente, de como o momento inspira discussões mais saudáveis e respeitadas, baseadas nos direitos fundamentais humanos.

Em narrativas de zonas fronteiriças, discutiu-se bastante a identidade cultural de escolas em regiões de fronteiras. O testemunho de professores oportunizaram o

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

entendimento ampliado que, segundo Valladares (2015, p. 87) a “fronteira educativa entre família, comunidade e escola” que no registro dos professores e, continua, apontando a “necessidade de ação conjunta rumo ao objetivo comum”.

Na mesma perspectiva, outras miniaulas e rodas foram desenvolvidas e a criatividade de cada um colocada em prática e, sempre no final a nítida consciência de aprendizagem. O passo seguinte, foi aplicar no campo de estágio as práticas vivenciadas

na formação acadêmica o que apontou regências com mais segurança, práticas que envolveram a participação dos estudantes e avaliação positiva dos resultados obtidos, também em roda e escrita em portfólio que segundo Portugal (2015, p. 50) transcorre em:

“registro de vivências, experiências, acontecimentos, memórias, reflexões e se traduz numa narrativa de vida e de formação pessoal e profissional. Ao escrever sobre si, o autor narra histórias sobre itinerários de vida, de formação e de profissão” e foi o que aconteceu.

Assim, reafirma-se a positividade do projeto. Analisa-se que, por parte dos acadêmicos estagiários, está havendo um retorno favorável que, a partir das discussões e propostas metodológicas, preparam suas aulas de uma forma mais ativa e segura. Retornam do campo de estágio confiantes, demonstrando garantia de ensino e aprendizagem.

Portanto, cabe ressaltar que as práticas pedagógicas de memórias, histórias de vidas e narrativas utilizadas se mostraram de fundamental importância para a formação de professor. Em cada roda era possível fazer essa constatação, e ainda, marcado por uma construção e execução de propostas voltadas à efetivação de profissão de forma mais significativas para estudantes na construção desse conhecimento baseado no “fazer-fazendo”, experienciando, e, compreendida como uma prática docente eficaz e a habilidade adquirida.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Considerações finais

Percebe-se com a experiência da aplicação das memórias em narrativas históricas, que o processo de apropriação de conhecimento se deu de forma muito mais ampla e emancipada, tornando os estagiários peças construtoras e integrantes na relação Universidade/Comunidade. A coletivização das experiências e a troca de saberes entre as diversas linhas do conhecimento, neste caso, História e Geografia se constitui como elemento de majoração das identidades de grupos. Desta forma, a amplitude de alcance tanto da história como da geografia aumenta e atinge outros grupos, criando assim um cenário de interdisciplinaridade, extremamente necessário nos dias atuais.

Consoante ao que foi apresentado, espera-se que este trabalho sirva de reflexão para que cada vez mais possam ser ampliadas as práticas por meio de saberes historiográficos dentro dos espaços de educação formal e não formal com a finalidade de reafirmar a dialética convergente entre História e Geografia.

Referências bibliográficas

COUSIN, Cláudia da Silva. O Estágio Supervisionado em Geografia como um lócus que problematiza a identidade docente: narrativas de constituição em roda. In PORTUGAL, Jussara Fraga; CHAIGAR, Vânia Alves Martins. Org. **Ensino e Pesquisa em educação geográfica: memórias, histórias de vida, e narrativas docentes**. Salvador: EDUFBA, 2015.

PORTUGAL, Jussara Fraga. Memoriais, diários e portfólios: narrativas autobiográficas e formação docente. In PORTUGAL, Jussara Fraga; CHAIGAR, Vânia Alves Martins. Org.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Ensino e Pesquisa em educação geográfica: memórias, histórias de vida, e narrativas docentes. Salvador: EDUFBA, 2015.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Prefácio. In PORTUGAL, Jussara Fraga; CHAIGAR, Vânia Alves Martins. Org. **Ensino e Pesquisa em educação geográfica:** memórias, histórias de vida, e narrativas docentes. Salvador: EDUFBA, 2015.

VALLADARES, Marisa Terezinha Rosa. Narrativas como passaportes em zonas fronteiras: Estágio Curricular em Geografia. In PORTUGAL, Jussara Fraga; CHAIGAR, Vânia Alves Martins. Org. **Ensino e Pesquisa em educação geográfica:** memórias, histórias de vida, e narrativas docentes. Salvador: EDUFBA, 2015.

PONTUCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei.
Para ensinar e aprender Geografia. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Delvania dos Santos Freitas. Um olhar Geográfico e uma análise crítica sobre a inclusão: desafios e perspectivas da cultura surda. In: JESUS, José Novais de; SANTOS, Gilberto Celestino dos. Orgs. **Geografia e sujeitos do Cerrado:** análises e reflexões. Quirinópolis-Go: Kelps, 2015. p.137-158.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**UMA REFLEXÃO SOBRE A INTERNET COMO FERRAMENTA DE
APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA**

Fabiana Martins de Freitas¹
Mayanna Marcelle Negrão²

Os homens criam as ferramentas, e as ferramentas recriam os homens
McLuhan

Resumo: As teorias da aprendizagem foram durante muito tempo ligadas tão somente ao desenvolvimento físico. Contudo, Vygotsky conceitua a aprendizagem como um desenvolvimento das funções mentais superiores por meio da mediação planejada e a incorporação de signos com valores culturais. Gardner estrutura a importância de dar visibilidade a outras inteligências, não se limitando apenas a lógico-matemática. Partindo dessa diversificação das metodologias da aprendizagem, as tecnologias são importantes para promover o diálogo sobre a atualização que permeiam o processo de aprendizagem na sala de aula.

Palavras-chaves: Tecnologia na sala de aula; Teorias de aprendizagem; Ferramentas de aprendizagem.

Toda uma linha teórica da Psicologia foi dedicada ao estudo da frenologia, ou seja, os crânios humanos são diferentes entre si, o que se reflete no tamanho e nas formas e acaba definindo suas habilidades mentais. Com o tempo essa linha de pensamento foi questionada. Os teóricos da aprendizagem passaram então a não limitar a forma do cérebro. Contudo, a aprendizagem pressupunha uma maturação física. Piaget cria uma divisão classificatória que determinava que tipos de aprendizagem o indivíduo estaria apto para aprender a partir de certa idade.

¹ Tutora do curso de Licenciatura em História do polo de Águas Lindas de Goiás - CEAR - UEG

² Graduanda do curso Licenciatura em História do polo de Águas Lindas de Goiás - CEAR-UEG.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O biólogo e psicólogo Piaget define a aprendizagem por estágios de maturação física. Para ele a linguagem é uma função primordial e se desenvolve a partir da fala egocêntrica, em que a criança fala sozinha. Já para Vygotsky a fala egocêntrica é sintoma de desenvolvimento do pensamento e não somente da comunicação. A criança externaliza aquilo que pensa. Na classificação de Piaget o desenvolvimento cognitivo ocorre em quatro estágios: “estágio da inteligência sensório-motora (até, aproximadamente, os 2 anos); estágio da inteligência simbólica ou pré-operatória (2 a 7-8 anos); estágio da inteligência operatória concreta (7-8 a 11-12 anos); e estágio da inteligência formal (a partir, aproximadamente, dos 12 anos)”, (Cavicchia, 2010, p.3).

Vygotsky dialoga com Piaget, ele afirma que tudo depende da interação e não da maturação física, pois o cérebro é um órgão plástico que se molda segundo as necessidades: “um sistema aberto, de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de funcionamento são moldados ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual”(Kohl, 2011, p. 17) . Logo, o desenvolvimento está ligado a intervenção do meio e não a maturação física. Essa plasticidade do cérebro é moldada segundo a mediação. Esse conceito é central em Vygotsky. A interação com o meio, uma orientação focada, planejada com intuito de desenvolver habilidades deve ser o foco do professor. Essa mediação intencional deve objetivar a preparação para o mundo. A ação do professor deve ser sempre intencional. Os processos psicológicos mais sofisticados são desenvolvidos a partir da interação. Esse conceito aparece em Vygotsky, como:

“mecanismos psicológicos mais sofisticados, mais complexos, que são típicos do ser humano e que envolvem o controle consciente do comportamento, a ação intencional e a liberdade do indivíduo em relação às características do momento e do espaço presentes.”(Kohl, 2011, p. 19)

A mediação direta e intencional parte do princípio do estímulo-resposta-elemento mediador. A interação deve ser pensada a partir de possibilidades de desenvolvimento.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Vygotsky cita o exemplo de uma vela acesa, quando alguém aproxima a mão da chama sendo avisado que se machucaria temos uma relação mediada. Essa mediação pode fazer uso de símbolos e instrumentos. Os instrumentos seriam possíveis de transformar a natureza, seriam ferramentas. Nota-se a presença de conceitos marxistas na teoria de Vygotsky. Seriam objetos com função social. Sua finalidade define sua relação entre o mundo e o indivíduo.

Os signos são segundo Vygotsky elementos utilizados pelo homem em atividades que exercitam memória e atenção. O processo de numerização em que se empilhava pedras ou varetas para contar os animais e depois evoluiu para a contagem com símbolos. Símbolos representam quantidades, objetos e são resultantes da interação humana com o mundo como resposta a suas necessidades.

Eles ajudam no desenvolvimento de funções psicológicas assim como os instrumentos são ferramentas nas atividades de produção humana. O processo de aprendizagem perpassa a internalização dos símbolos produzidos culturalmente. Essa internalização deve ser mediada pela cultura, pois, símbolos mudam de significado conforme a cultura.

O processo de internalização de signos são “representações mentais que substituem os objetos do mundo real” (Kohl, 2011, p. 23). O homem pode operar mentalmente, sua capacidade de planejar, memorizar e lembrar essas são representações do mundo físico. Contudo, não necessariamente essas operações têm que estar ligadas ao mundo físico. A prova disso é a imaginação, podemos imaginar coisas que não existem ou não estão presentes. É possível imaginar que há um animal em casa que só existe na própria mente. Esta conexão para Lévy chama-se macropsiquismo social e suas operações consistem nas representações, imagens que fazem evoluir as linguagens fazendo uso dos signos circundantes, é um agir na conectividade, a utilização dos verbos, das ações: abrir, fechar, acessar, criar, recriar ou transformar os valores, os conceitos e as ligações afetivas sociais,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

as noções de bem e mal, moral e imoral, os antagonismos que alimentam o imaginário social. É pelo uso dos signos, símbolos e linguagens que o meio digital reproduz, alimenta e inova as relações dos indivíduos somado ao ambiente virtual como gerador de “riquezas sociais” e integrante na concepção de inteligência social coletiva.

Entretanto essas são formas novas de ver o processo ensino aprendizagem. O ensino tradicional trabalhava seletivamente priorizando determinadas habilidades em detrimento de outras, para Gardner não há um número exato de inteligências, mas há como concatenar algumas delas de maneira a abordar e complementar tanto as trabalhadas diretamente quanto as afetadas conseqüentemente. Por muito tempo entendeu-se o processo de aprendizagem em sala de aula como um local onde se aprimorava os alunos com níveis altos de quociente da inteligência (QI), com processos linguísticos e lógico-matemáticos, para potencializar suas habilidades, os demais alunos eram abordados no intuito de capacitá-los a um nível razoável de conhecimento nestas áreas. Este processo além de gerar uma discriminação, e em conseqüência o fracasso escolar, ignora outros aspectos que são relevantes na formação do indivíduo.

Um bom exemplo do quanto essa ênfase dada em apenas um tipo de inteligência negligenciava outras habilidades foi Einstein que precisou romper com o modelo tradicional de ensino para criar uma nova teoria física. Gardner baseou seus estudos na abordagem das inteligências entendendo-as como habilidades.

O que a teoria propõe é a criação de um ambiente positivo revestido de incentivo para que os alunos possam desvendar soluções, enxergar possibilidades no emaranhado de situações, promover hipóteses, justificar seus raciocínios e defender seus pontos de vista e conclusões. O autor ao desenvolver essa tese propôs inicialmente o uso de sete inteligências que deviam ser estimuladas sendo elas: Linguística, lógico-matemática, musical, espacial, cinestésica, interpessoal, intrapessoal. Segundo a teoria todos os seres humanos nascem com estas habilidades natas, ou como a obra de Smole aborda:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

De maneira geral todos nós temos parcelas de habilidades expressivas de cada uma delas, mas o que nos diferencia é a maneira pela qual elas se configuram, ou o perfil dos nossos pontos fortes e fracos (Apud SMOLE, 1999, p.13).

Depois Gardner incorporou neste conjunto de competências a inteligência naturalista, posteriormente, Machado propôs a “inteligência pictórica” (Apud SMOLE, 1999, p.14), ao compreender esses pontos é possível abordar os cerne da teoria que entende o sentido múltiplo das possibilidades e das manifestações que tece a relação entre as dimensões não como um medidor comparativo e discriminatório, mas como um conjunto de habilidades que apesar de distintos podem interagir se forem estimulado.

Para isso é necessário readequação também no método, ampliando as formas de ensino, as técnicas de exploração dos temas na busca de contemplar o maior número de habilidades possíveis. Tanto as aulas devem usar variadas metodologias que tenham como foco trabalhar as diversas habilidades, tanto as avaliações devem acompanhar essas várias possibilidades no intuito de desenvolver o indivíduo.

Para que o aluno possa se compreender como autor do próprio processo de conhecimento e vivência, como ser partícipio de uma sociedade agindo ativamente sobre ela. Essas habilidades são necessárias para entender as metamorfoses culturais como, por exemplo, de um mundo analógico para um tecnológico que passa a permear a vida social, com estas transformações o “ciberspaço está misturando as noções de unidade, de identidade e de localização”. (LÉVY, 1996, p.29).

A forma de aprendizagem também se transforma a partir do reflexo da sociedade, ela age como um espelho refletindo condições e respondendo a contextos, logo o conhecimento não pertence mais a uma “[...] casta de especialistas, mas grande massa das pessoas que são levadas a aprender, transmitir e produzir conhecimentos de maneira cooperativa em sua atividade cotidiana” (LÉVY, 1996, p.33, 34).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O meio digital abrangeu novas leituras, democratizou obras digitalizadas e de domínio público, a partir desta concepção como aborda Lévy de um “hipertexto” em que toda leitura se tornaria um ato de escrita, segundo esta visão o computador seria primariamente “um operador de potencialização da informação” (LÉVY, 1996, p.23). O aproveitamento desta evolução humana potencializa a capacidade do aluno em identificar o ambiente virtual como fonte de conhecimento, desenvolvimento das habilidades e socialização, a escola pode fazer uso de mais esta ferramenta, a teoria de Gardner indica o uso dos instrumentos úteis para a realização de atividades desde que esteja ao alcance e que seja funcional e sugestivo conforme abordado por Smole.

Nitidamente a sociedade acelerou suas mudanças provindas da tecnologia, a virtualização não é só uma mudança, é um viés que abre caminhos, cria espaços e percepções de tempo e velocidade. Estas mudanças mostram a necessidade de aceleração da aprendizagem e de raciocínios inéditos, ao analisar historicamente a velocidade do conhecimento, fica claro que esse contexto pede adequações metodológicas, atualização do sistema de ensino para promover um ambiente equiparável aos meios e acessos promovidos no ambiente externo a escola.

Em pesquisa realizada com os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental do Centro de Ensino Fundamental 27 de Ceilândia. A escola atende cerca de 2000 alunos oriundos principalmente do Sol Nascente, uma das maiores favelas do país, que fica numa região administrativa do Distrito Federal, cuja população é considerada bem carente. A faixa etária dos alunos vai de 14 a 17 anos. A pesquisa demonstra que os 56,6% dos lares são formados por mais de 5 pessoas. Apesar do número de habitantes em casas bem simples e do local com pouquíssima infraestrutura, 21,3% dos estudantes afirmaram ter 4 smartphones em casa e 26,9%, 5 ou mais smartphones, ou seja, quase um por pessoa. Além disso, 75,5% dos estudantes tem seu próprio smartphone.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Apesar da comunidade ser considerada carente, o número de celulares é bem significativo principalmente entre os estudantes. O que normalmente é considerado um problema de indisciplina grave pelos professores. O problema é tão sério que a Lei Distrital nº 4.131 de 02 de maio de 2008 (DODF-ANO XLII Nº 87) proíbe seu uso em sala de aula. A postura de muitos professores é exatamente igual ao da Lei. Tentamos realizar uma pesquisa com os professores da Regional de Ceilândia que tem 97 escolas de Educação Básica e cerca de 5 mil professores, mas não obtivemos êxito devido à baixa quantidade de respostas.

Na busca de compreender qual a perspectiva do professor atuante na sala de aula foi elaborado um questionário on-line e encaminhado a todas as escolas da regional. Contudo, somente 48 responderam a pesquisa não formando quórum suficiente para retratar o pensamento da maioria desta classe e sua percepção sobre a ferramenta da tecnologia na sala de aula. Os poucos que responderam as questões disseram acreditar na tecnologia como ferramenta de ensino, mesmo que 68,8% não tenha tido nenhuma formação para utilizar as tecnologias em sala de aula. Para além da pequena participação 10,4% ainda demonstrou achar que a tecnologia irá substituir o professor. Apesar de 100% dos entrevistados terem afirmado crer na tecnologia como ferramenta de ensino, ao serem interrogados sobre o uso das redes sociais como ferramenta didática 22,9% respondeu que não ou não teria utilidade em sua disciplina, descartando as redes sociais do processo interativo de ensino aprendizagem.

É importante entender o valor das experiências emocionais e as configurações sociais que permeiam o ambiente escolar, ignorar seu contexto possibilitaria a limitação de seu alcance, o afeto está diretamente ligado ao processo de aprendizagem ao intelecto, como apresenta Vygotsky “Estamos a pensar na relação entre intelecto e afeto” (1989, p.14) ao explicar sobre pensamento e linguagem, logo, o processo de aprendizagem é recheado de sensações, experimentações e emoções, ignorar as ferramentas que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

possibilitam novos questionamentos, problematizações e soluções seria limitar o ambiente escolar e seu alcance bem como o desenvolvimento de seus discentes, a escola deixa de ser uma ambiente de aprendizagem, descobertas e investigações, para ser engessada nesse pensamento tradicionalista de ensino que destoa da condição tecnológica social.

No processo de desenvolvimento do homo sapiens no qual aprendeu a fabricar ferramentas de atividades cotidiana, possibilitando novas viabilizações de aprendizagens e descobertas, tecnologias que perduram, porém, com técnicas mais evoluídas. O próprio Lévy alerta “Nós seres humanos, jamais pensamos sozinhos ou sem ferramentas” (1996, p. 64) ao vislumbrar as atividades humanas podemos verificar a efetivação desta fala. Não foram só as ferramentas que evoluíram, a comunicação tornou-se assíncrona. Pierre Lévy, afirma que a própria escrita é uma virtualização da memória (Lévy, 1996, p. 21), pois a escrita “dessincroniza e deslocaliza”. Segundo ele, o texto contemporâneo é o mundo ciberespaço, o lugar onde os textos dinâmicos prevalecem e se comunicam. Diante dessa nova escrita os professores deveriam integrar as tecnologias a suas práticas diárias, pois o mundo atual é lido não somente por meio da escrita, mas por meio da tela.

Mesmo numa comunidade carente os alunos passam uma quantidade de horas significativas na internet, essa permanência on-line pode ser um meio de ressignificar as aulas. Há uma imensa quantidade de informações disponíveis, contudo, informação não é o mesmo que conhecimento. Ter acesso a informação não produz necessariamente conhecimento. É nesse sentido, que o professor deve favorecer a “aprendizagem cooperativa”, ou seja, uma educação que busca incentivar o desenvolvimento do pensar. O professor não deve buscar acompanhar as mudanças tecnológicas e as novas ferramentas que estão em constante transformação. Trata-se

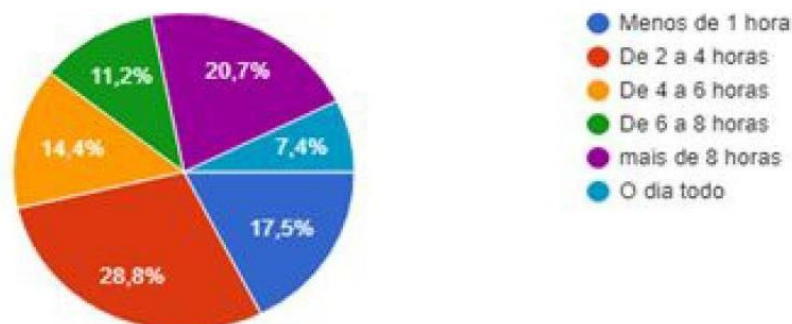
de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e sobretudo os papéis de professor e de aluno” (Lévy, 1999, p.172)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Quanto tempo você passa por dia na internet?

285 respostas



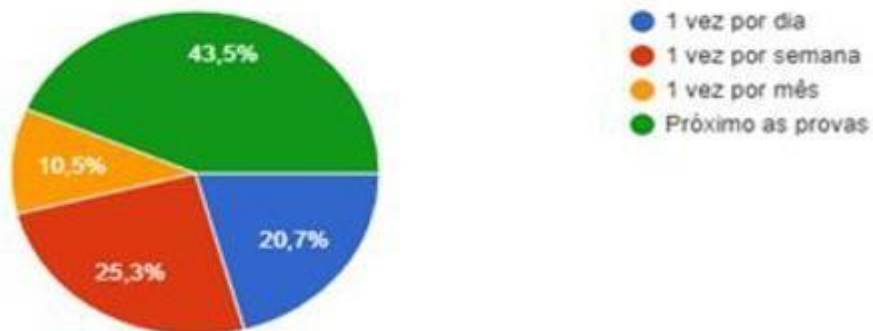
Outro ponto relevante é a porcentagem que os alunos utilizam as mídias digitais como fonte de estudo próximo as provas, que perfaz 43,5% dos pesquisados, essa utilização intensificada no período avaliativo pode refletir a ausência do tema e da aplicabilidade na sala de aula, a internet deixa de ser uma aliada no processo ensino aprendizagem, para ser um meio de contornar o método tradicional de ensino, deixando assim de aprofundar os temas dentro e fora dos muros das escolas objetivamente, a aula como uma experiência interessante cobra a atualização dos meios e das linguagens para dialogar e minimizar os ruídos comunicacionais. Se o meio digital fosse presente no todo, o processo educacional além de gerar preparo para o mecanismo colaboraria socialmente para o uso consciente dos meios comuns seja físico ou virtual.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Com que frequência você usa a internet para estudar?

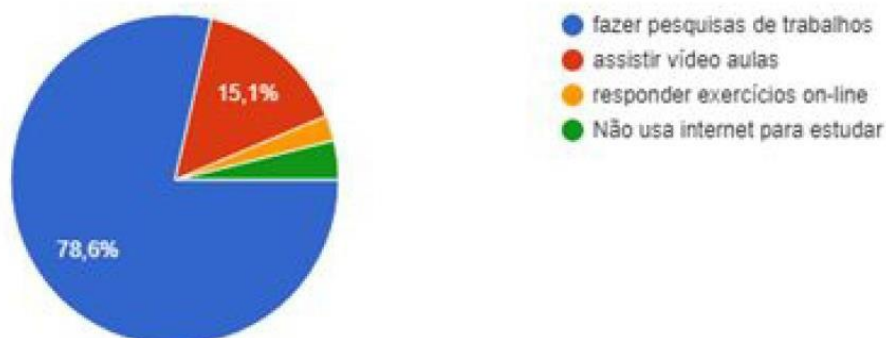
285 respostas



Esse uso consciente da tecnologia ajudaria a resolver problemas muito comuns ao ensino tradicional, pois não basta adequar velhas metodologias a novas tecnologias. É necessário perceber as mudanças profundas que ocorrem na sociedade. Para isso, é preciso incentivar novos hábitos de estudos que vão para além de usar a internet para fazer pesquisas, assim como acontecia com os livros, onde os alunos somente copiavam o que estava escrito. É necessário possibilitar os meios para produção de conteúdo, retirando os alunos da condição de consumidores e reprodutores de tecnologia.

Você usa a internet para estudar? Se sim, responda como:

285 respostas



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Um dos muitos argumentos para não se utilizar internet ou celulares nas aulas é o desvio da atenção dos estudantes da aula, contudo, se o professor passa a ver a tecnologia como aliada, e não como inimiga, ele consegue integrar o uso dessas ferramentas a sala evitando que a classe disperse. É possível fazê-los pesquisar conceitos, buscar informações, ver vídeos ou até mesmo responder exercícios on-line.

Há inúmeras possibilidades, é claro que sempre haverá aquele grupo de aluno que ficará a parte das atividades. Ele não é um produto surgido da tecnologia, ele sempre existiu, a diferença é que no ensino tradicional ele já se distraía com o celular e ou com outras coisas e não somente com as redes sociais, por exemplo. O que ocorre agora é que há um objeto que personifica sua distração e falta de interesse. Abster-se das evoluções tecnológicas e sociais seria abdicar do processo evolutivo humano, Lévy afirma que “A articulação do virtual e do atual anima a própria dialética do acontecimento, do processo, do ser como criação” (1996 p.94). Há de agregar que também anima o ser como criador de novas concepções de mundo, sociedade e desenvolvimento.

A tecnologia não é a solução para os problemas educacionais. Sua mera utilização não vai milagrosamente resolver as dificuldades do ensino tradicional. Essas soluções só e tornarão possíveis se houver uma mudança na forma de agir e pensar daqueles que fazem parte do processo educacional.

Referências bibliográficas

GARDNER, HOWARD. *Estructuras de la mente. Las teorías de las inteligências múltiples*. Nova York, Basic Books, 1995.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* . Trad. Paulo Neve, 1996.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

_____. Ciberultura . São Paulo, Ed. 34, 1999.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico . São Paulo: Scipione, 2011.

SMOLE, Kátia C. S. Múltiplas Inteligências na Prática Escolar. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 1999.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Cavicchia, Durlei de C. O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida.

Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/224/1/01d11t01.pdf>

Acessado em: 20/03/2018 às 21:00h.

Lei nº 4.131, de 02 de maio de 2008. Diário Oficial do Distrito Federal ANO XLII N° 87
BRASÍLIA – DF , 9 DE MAIO DE 2008. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2011/03/lei-n%C2%BA-4.131-de-02-de-maio-de-2008.pdf>. Acessado em 27/03/2018 às 23:00h.

PRENSKY, Marc. *O aluno virou especialista*. Disponível em:

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI153918-15224,00-MARC+PRENSKY+O+ALUNO+VIROU+O+ESPECIALISTA.html>. Acesso em 22/02/2018.

Pesquisa completa realizada com os alunos. Disponível em:

https://docs.google.com/forms/d/1rmUq_ObQ60VIEpC38q4qqM8Jq3ER9D65e8dJaPjL560/viewanalytics . Acesso em 22/03/2018.



Universidade
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Pesquisa completa realizada com os professores. Disponível em:

https://docs.google.com/forms/d/1rr54Vj4_57q0G49u3r7Q5zDGkaHcJm3b0u6PcDP7D0Q/viewanalytics . Acesso em 22/03/2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR
HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Luciana de Moraes Trombeta (Mestrado
Profissional em História, UFG/Catalão),
lucianatrombeta@hotmail.com

Resumo: Objetivou-se apropriar das contribuições dos referenciais oriundos da Literatura de Cordel para o ensino de História, tendo como viés de discussão a construção de material didático que contemple uma prática na perspectiva inclusiva destinado a alunos que apresentam deficiências intelectuais. A pesquisa parte do entendimento de que os alunos que apresentam deficiências intelectuais necessitam de educação que promova sua formação cultural e científica para a vida pessoal, além de contribuir na sua formação cidadã e na socialização com os demais integrantes do espaço escolar. Entende-se que a escola tem papel coadjuvante na formação crítica e democrática dos indivíduos, independente de sua condição física, social e psicológica. Pretende-se elaborar o material didático que aproprie de métodos e abarque uma educação inclusiva, com a intencionalidade de promover juntos aos alunos mais potencialidades em conhecimentos, revertendo-se em novas conquistas. A literatura de cordel como recurso no ensino de história poderá estimular o aluno a pensar sobre a realidade social na qual está inserido. Faz-se necessário apropriar dos parâmetros sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), propondo reflexões acerca de práticas inclusivas existentes e as pretensões para que possam surgir novas práticas educativas.
Palavras-chave: Práticas educativas; NEE; Integração.

Funcionalidades da inclusão e a sua importância para o ensino de história

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) é uma realidade que permeia frequentemente o meio educacional, onde todos os profissionais devem se adequar, estando aptos para lidar com esse tipo de alunos dentro da escola. O professor de história não está imune a isso, tendo que desenvolver estratégias para possibilitar a participação desses alunos na sala de aula interagindo com os demais colegas da turma.

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, assegura que “a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal.” (BRASIL, 2008, p. 5). Ou seja, apesar de utilizar meios diferentes para ensinar alunos com deficiência intelectual, ao final todos devem apresentar o mesmo nível de conhecimento, não deixando os alunos da Educação Especial em condições inferiores aos demais colegas de turma.

Ainda um grande problema enfrentado para que a inclusão ocorra é a adequação e mobilização em prol da superação das diferenças dentro da escola, pois não basta que se cumpra a legislação necessitando, conforme Frias (2008, p. 13), de

flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensino, metodologias e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e adequação de estruturas físicas que facilitem o ingresso e a movimentação de todas as pessoas.

Garantindo que o aluno com NEE possa ter as mesmas oportunidades que qualquer outro aluno regular tem dentro da escola. Mas os desafios são grandes e cabe ao professor encarar e enfrentar seguindo em direção a uma educação cada vez mais inclusiva dentro do ambiente escolar.

O melhor a fazer é analisar cada caso individualmente explorando suas particularidades, para isso existe o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em que seu objetivo é segundo Batista, Mantoan (2006, p. 21) “propiciar condições e liberdade para que o aluno com deficiência mental possa construir sua inteligência, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento.”

Dentro desse Atendimento Educacional Especializado está o professor de apoio, que se encarrega de atender, da melhor forma possível, a condição intelectual do aluno com NEE considerando que seus problemas estão no

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

processo de ensino-aprendizagem, estes vão desde a aceitação, até a dificuldade para realizar tarefas que para os demais são fáceis, a dificuldade de articular o pensamento e ação, a lentidão para realizar tarefas, a necessidade do apoio visual, a incapacidade de permanecer muito tempo na mesma atividade e, talvez, o mais agravante a baixa autoestima. (FIGUEIRÓ, MOUSSA, s/d, p. 8)

Fatores que são amenizados com as devidas adaptações curriculares feitas pelo professor de apoio, que as realiza observando as deficiências de cada aluno com NEE, para propor atividades que consigam realizar.

Entretanto, um dos problemas enfrentados pelo professor de apoio está na melhor forma de adequar o ensino de história para os alunos com deficiência intelectual, onde a alternativa encontrada é incorpora aspectos do cotidiano do aluno aos conteúdos ministrados para que se obtenham melhores resultados, como descreve Figueiró, Moussa (s/d, p. 7) “a idéia de que conteúdos relacionados à vida pessoal e à vida privada das pessoas com deficiência intelectual podem ser introduzidos no trabalho educativo, perpassando os conteúdos de matemática, de língua, de ciência, etc.” Tornando o professor um mediador da aprendizagem do aluno, interligando as atividades escolares com a vida social do aluno. Esse processo facilita com o ensino de História para que os alunos compreendam seu papel na sociedade e segundo Silva (2015, p. 41) “deixem de serem meros receptores passivos e tornam-se sujeitos ativos e críticos nas atividades propostas.” Contribuindo como cidadãos na sociedade em que estão inseridos.

Além do mais não pode ser esquecido que o ensino de história atualmente está em constantes modificações para se adaptar a realidade da sala de aula, transformando a forma de ensinar, dando oportunidade para inserção de novas linguagens como, por exemplo: a TV, o filme, a fotografia, a música, o jornal, a revista e os diversos tipos de literatura, seja na forma de romance, conto, poema, prosa ou versos. Onde destacamos a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

literatura de cordel que será objeto de estudo desta pesquisa, por possuir um conteúdo riquíssimo, que é pouco utilizada em sala de aula e facilita a compreensão do conteúdo para os alunos com deficiência intelectual. Neste sentido, que o professor ao fazer uso de técnicas de ensino variadas pode estimular o gosto e o interesse dos alunos com NEE pela disciplina de história, tornando sua aula diferente e causando expectativa em torno do que será ensinado. Como menciona Silva (2015, p. 40) “é notório que a prática de adotar metodologias diversificadas distintas da tradicional. Isto é, do famoso quadro e giz, possibilita ao aluno com deficiência intelectual uma maior aprendizagem.”

Sendo assim, este estudo se faz importante pela necessidade de se pensar alternativas para ensinar história a alunos com deficiência intelectual. Baseia-se nas experiências obtidas nas escolas da rede estadual de ensino com alunos da inclusão, que proporcionam condições ideais para observar inúmeras falhas na maneira de se transmitir o conteúdo para alunos com deficiência intelectual. Situação pela qual é importante investigar e repensar a qualidade do ensino que esse tipo de aluno está recebendo, se realmente essa educação fornece os devidos suportes para ser inclusiva ou resulta em um conjunto de erros sucessivos que vão comprometendo o conhecimento adquirido por estes alunos.

Outro ponto a ser pensado é em relação a importância que os professores dão ao ensino de história para alunos com NEE, muitas vezes deixada de lado em detrimento de outras disciplinas. Acreditando que sua falta não acarretará prejuízos sérios na educação desses alunos. Porém, os alunos da Educação Especial são sujeitos que têm direitos e deveres comuns dentro da sociedade. Para uma melhor formação necessitam da disciplina de história que lhes estimulam a desenvolver uma consciência histórica do “passado” dando suporte para entender sua própria realidade. A esse respeito Batista, Mantoan (2006, p. 21) menciona que “O aluno com deficiência mental, como qualquer outro aluno, precisa desenvolver sua criatividade, a capacidade de conhecer o mundo e a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

si mesmo, não apenas superficialmente ou por meio do que o outro pensa.”

Possibilitando aos alunos com deficiência intelectual uma vida mais independente.

Por isso, a relevância de se pesquisar novos métodos para o ensino de história considerando que os alunos deficientes intelectuais possuem dificuldade de aprendizado demandando formas de ensino adequadas a sua condição e um excelente recurso é a literatura de cordel que pode facilitar sua compreensão de conteúdos de história, interligando o conhecimento com seu cotidiano para que entendam o mundo a seu redor. Proporcionando interesse e gosto pela disciplina. Por isso, ao se referir a literatura de cordel Farias (s/d, p. 15) menciona que

pelo fato de esse tipo de literatura ser carregado de toda uma expressividade e historicidade relacionada à cultura popular, sentimos a necessidade de contemplá-la não só em sua expressão literária, mas também como prática sócio-discursiva, principalmente na sala de aula, por ser esse um local de ampla construção do conhecimento.

Diante disto, foi proposto para esta pesquisa o uso da literatura de cordel para ensinar história, visto que esta linguagem expressa uma cultura regional Nordestina, apresentando falas do dia a dia dos alunos, o que pode facilitar a compreensão de conteúdos como o descobrimento do Brasil. O trabalho tem como objetivo apropriar das contribuições dos referenciais oriundos da Literatura de Cordel para o ensino de História, tendo como viés de discussão a construção de material didático que contemple uma prática na perspectiva inclusiva destinado a alunos que apresentam deficiências intelectuais.

A aprendizagem através da Literatura de cordel: um recurso viável para alunos com NEE

Considerando essa necessidade de atenção especial que os alunos da inclusão requerem, verificam-se a existência de vários tipos de alunos com NEE e aqui queremos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

focar nos alunos com deficiência intelectual. Focando ainda mais no ensino-aprendizagem desses alunos, percebe-se que apresentam três dificuldades distintas conforme Rodrigues (2011, p. 2) descreve “Falta de concentração, entraves na comunicação e na interação e menos capacidade para entender a lógica de funcionamento das línguas, por não compreender a representação escrita ou necessitar de um sistema de aprendizado diferente.” Esses alunos precisam de um professor inteiramente voltado para atender as suas necessidades como é o caso do professor de apoio que adéqua o currículo e se dedica exclusivamente a ensinar todas as disciplinas para esses alunos mais lentos. Sugerindo atividades adequadas ao grau de dificuldade em que o aluno deficiente intelectual está inserido para que supere suas dificuldades melhorando seu desempenho escolar. Entretanto, para realizar o ensino de história a alunos com NEE o professor se depara em muitas situações com alunos que tem dificuldade na construção da leitura e da escrita, como cita Silva (2015, p. 23) “a alfabetização é retomada como princípio norteador fundamental ao ensino de História.” Sem uma boa alfabetização o aluno não consegue se reconhecer como sujeito histórico, fazendo do professor de apoio um verdadeiro suporte para mediar esse conhecimento.

Agora, analisando o ensino de história, este na maioria das vezes não é inclusivo, principalmente quando o professor da disciplina de História não utiliza recursos diferentes em suas aulas, optando por uma aula tradicionalista, fazendo uso apenas do quadro, giz e do livro didático. Sobre isso Fonseca (2003, p. 163) aponta que “no decorrer dos últimos 20 anos uma das principais discussões, na área da metodologia do ensino de história, tem sido o uso de diferentes linguagens e fontes no estudo dessa disciplina.” Levando o professor a ampliar seus horizontes introduzindo vários recursos em sala de aula como a mesma autora (2003, p. 163) continua “trata-se de uma opção metodológica que amplia o olhar do historiador, [professor] o campo de estudo, tronando o processo de transmissão e produção de conhecimentos interdisciplinar,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

dinâmico e flexível.” Proporcionando uma verdadeira inclusão, onde os alunos com NEE têm a oportunidade de se aproximar do conteúdo e se reconhecer como cidadãos.

Uma verdadeira inclusão é quando conduzimos os alunos com NEE ao conhecimento, não o deixando de lado dentro da sala de aula. Assim, o aluno deficiente intelectual se tornou um desafio para o professor de história como alerta Santos (2011, p. 2169) “educá-los para aquisição do conhecimento histórico e torná-los críticos e cidadãos, passa a ser um dos objetivos dos professores de história que no seu cotidiano escolar vem se deparando cada vez em maior escala.”

A incorporação de novas linguagens e técnicas no ensino de história contribuiu muito para a inclusão de alunos com NEE, pois deu a chance de trazer os conhecimentos próprios da história para a vida do deficiente intelectual modificando a maneira como eles representavam o passado dando a oportunidade de compreensão do presente e do futuro.

Dentre essas linguagens está a literatura de cordel que segundo Teixeira (2008, p. 12) “é uma nomenclatura dada aos folhetos de cordel pelos intelectuais brasileiros por volta de 1960/70. [...] Cordel também vem da palavra ‘cordão’, pois os folhetos ficavam pendurados em cordões ou barbantes para serem vendidos nas feiras.” Este tipo de literatura é considerada literatura popular, pois retrata a cultura nordestina. Se estruturando conforme Silva (2007, p. 12) “através das narrativas orais, contos e cantorias [...], tendo a métrica, o ritmo e a rima como elementos formais essencialmente marcantes nessa literatura.” Contendo ainda em sua estrutura “uma narrativa, narra sempre uma história, seja ela real ou não; apresenta em seu discurso uma linguagem coloquial, cotidiana; e por fim, mesmo que tenha características da oralidade, ela é difundida a princípio pela forma impressa.” (SILVA, 2007, p. 14)

Dessa forma, o cordel como qualquer outro documento pode ser utilizado no ensino de história. A mediada que esta fonte conduz um novo olhar para o conteúdo de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

história, promovendo um ensino-aprendizagem mais dinâmico e fácil, principalmente para os alunos com NEE. Além do mais instiga o aluno a perceber que o conhecimento histórico não está pronto e acabado. Levando-o a criticar o documento frente ao conteúdo.

Porém, toda essa metodologia demanda um planejamento por parte do professor para que a escolha do cordel esteja totalmente ligada ao conteúdo programático ao qual se quer ensinar, para que a aula ocorra da melhor forma possível.

Proposta de ensino fazendo uso da literatura de cordel a alunos com NEE

Será proposta como fonte de ensino para a disciplina de história à literatura de cordel, que pode ser encontrada em livros específicos e principalmente na internet. Fonte as quais podem ser apontadas como uma maneira de aproximar o ensino de história a alunos com deficiência intelectual. Pretende-se, a partir destas fontes, estabelecer material didático suficiente para confecção deste ensino.

Como base para desenvolver este trabalho utilizar-se-á primeiramente a teoria histórico-cultural de Vygotsky, ao se referir à “importância da inclusão de fato, onde as crianças com alguma deficiência interajam com crianças que estejam com desenvolvimento além, realizando a troca de saberes e experiências, onde ambos passam a aprender junto.” (COELHO, PISONI, 2012, p. 146) Fazendo a devida interação do indivíduo com o meio em que se encontra. Seguimento que será adotado ao assumir a concepção histórico-cultural de Vygotsky, sobre a qual Leme (2008, p. 8) se refere que “devemos privilegiar as atividades e currículos que atuem na potencialidade dos sujeitos, [...] sendo as interações professor/aluno cruciais para o processo de aprendizagem, pois ampliam a capacidade cognitiva do aluno através das trocas; enriquecendo o desenvolvimento.” Com isso, à relação do aluno deficiente com os demais colegas de turma, é tão importante quanto à relação do professor de apoio com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

os alunos deficientes, para que essas trocas de experiências ampliem cada vez mais o aprendizado de ambos.

O segundo viés que deverá ser abordado é o da Educação Histórica que de acordo com Silva (2011, p. 200) “apresenta possibilidades de pesquisas no campo do ensino da história nas escolas, das aprendizagens e, ainda, contribui com as inovações das metodologias de aulas.” Itens fundamentais para melhorar o ensino de história nas escolas, pois se preocupa com a formulação do conhecimento na mente de crianças e jovens para direcioná-los a uma consciência histórica, onde possam compreender os acontecimentos do passado na luz do presente com todos os sujeitos históricos nele inseridos, não apenas os heróis e poderosos. (SCHMIDT, BARCA, 2009) Assim, através da Educação Histórica se obtém uma maneira eficaz de ensinar história dando possibilidade de interligar a teoria com a prática de sala de aula.

Detalhando melhor a proposta de ensino feita, pretende-se desenvolver material didático voltado para o Ensino Fundamental II, fase em que os alunos possuem uma disciplina separada de história e delimitando ainda mais precisamente, pretende-se abranger o 7º ano, fase na qual se estuda o descobrimento do Brasil. Um tema plausível para a literatura de cordel.

A didática deve ser utilizada após a introdução do conteúdo envolvendo o descobrimento do Brasil para a turma toda, realizando, então, um trabalho em conjunto com o professor da disciplina de história. O proposto é a utilização inicial de alguns versos para os alunos entenderem do que se trata esse tipo de literatura e depois os alunos tentarão, com sua criatividade, reproduzir alguns folhetos sobre o descobrimento. Fazendo a junção do conteúdo com a literatura que conheceram.

A referente pesquisa fará uso de diversas bibliografias a respeito da inclusão de alunos com deficiência intelectual, outras sobre a literatura de cordel, sobre o ensino de história e sobre o descobrimento do Brasil. Podendo ser encontradas em livros que serão

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

adquiridos ao longo da pesquisa ou dispostos na biblioteca da UFG e materiais dispostos na internet.

Resultados Parciais

A pesquisa trata-se de um trabalho de mestrado que está sendo realizado junto a Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão. O trabalho ainda encontra-se em andamento e até o momento foram revisadas diversas literaturas consideradas bases para o desenvolvimento do assunto, como por exemplo, Cavalcante (2007), Funari (2003), Libâneo (1994), Schimidt (2004) e outros.

Espera-se ao final deste trabalho propor inovações, eficientes e funcionais, no ensino de história, utilizando a literatura de cordel, para alunos com NEE, visando tornar o estudo mais agradável e acessível a estes alunos que possuem capacidade limitada. Espera-se ainda disponibilizar material didático referente a esta prática baseado na literatura já existente.

Referências

BATISTA, C. A. M., MANTOAN, M. T. E.. *Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental*. Brasília: 2. ed. MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf> Acesso: 27 de maio de 2018.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. (2008). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducesp.pdf> Acesso: 27 de maio de 2018.

COELHO, L., PISONI, S. *Vygotsky: sua teoria e a influencia na educação*. Osório/RS. Revista e-Ped – FACOS/CENEC, v. 2, n. 1, p. 144-152, 2012. Disponível em: http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky_-_sua_teoriam_e_a_influencia_na_educacao.pdf Acesso: 25 de maio de 2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

FARIAS, Monica Isabel S. *A literatura de Cordel como um recurso didático para inclusão e construção do conhecimento no ensino da morfologia.* s/d. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_1381074009.pdf Acesso: 24 de maio de 2018.

FIGUEIRÓ, N. D. S., MOUSSA, I. G. C.. *A deficiência intelectual e o processo de ensino aprendizagem.* s/d. Disponível em: <http://www.alex.pro.br/A%20DI%20E%20%20PROCESSO%20DE%20ENS.pdf> Acesso: 27 de maio de 2018.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados.* Campinas, SP: Papirus, 2003.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton. *Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular.* 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf> Acesso: 26 de maio de 2018.

LEME, Maria Eduvirges Guerreiro. *As contribuições de Vygotsky no trabalho pedagógico do professor.* Londrina/PR. Artigo de capacitação do PDE, UEL. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1818-8.pdf> Acesso: 20 de maio de 2018.

RODRIGUES, Cinthia. *Formas criativas para estimular a mente dos alunos com deficiência.* Salvador. 2011. Disponível em: <https://praticasinclusivas.files.wordpress.com/2011/04/deficic3aancia-intelectual.pdf> Acesso: 20 de maio de 2018.

SANTOS, Carla Marcia Pamphile dos. *O ensino de história e o processo de inclusão escolar: o ensino de história a alunos inclusos na rede pública do Rio de Janeiro.* In: Anais – V Congresso Internacional de História. UEM. p. 2168-2177. 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/352.pdf> Acesso: 27 de maio de 2018.

SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.. *Aprender história: perspectivas da educação histórica.* Ijuí: Unijuí, 2009. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/2138144/aprender-historia---perspectivas-da-educacao-historica> Acesso: 26 de maio de 2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

SILVA, Daianne Maria Barbosa da. *O deficiente intelectual e o ensino de história – no centro de ensino especial de Planaltina-DF*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação), Universidade de Brasília, Brasília-DF. 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/14469/1/2015_DaianneMariaBarbosadaSilva_tc.pdf Acesso: 27 de maio de 2018.

SILVA, Josivaldo Custódio da. *Literatura de Cordel: um fazer popular a caminho da sala de aula*. Dissertação do Mestrado de Letras, UFPB, João Pessoa. 133p. 2007. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_josi.pdf Acesso: 23 de maio de 2018.

SILVA, Maria da Conceição. *Educação histórica: perspectiva para o ensino de história em Goiás*. João Pessoa/PB. SAECULUM – Revista de História. p. 197-211. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/download/12442/7204> Acesso: 26 de maio de 2018.

TEIXEIRA, Larissa Amaral. *Literatura de cordel no Brasil: Os folhetos e a função circunstancial*. Brasília/DF: Trabalho de conclusão de Comunicação Social, UniCEUB. 2008.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: A
HISTÓRIA DA CIDADE DE GOIÁS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DAS
RELAÇÕES PROFESSOR-ALUNO**

Marco Antônio Câmara de Sousa¹
Lucas Sezostre Teles de Matos²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo uma análise acurada da relação teoria e prática, apreendidas no curso de licenciatura em História, a partir das experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado. A problematização da pesquisa indaga em que medida as aulas de história trabalham a Educação Patrimonial, para que os discentes se sintam participantes e construtores da sua história, no intuito de reconhecer e valorizar sua identidade. Nesse sentido, encontra-se na história da Cidade de Goiás, uma possibilidade de inserção da Educação Patrimonial, como importante união entre as relações professor-alunos com seu meio social-histórico e permite uma avaliação da memória histórica coletiva. Utilizaremos Pimenta (2012), José Tavares (2001) e Marcondes (2012), para descrever os papéis do Estágio Supervisionado; Le Goff (1990), para pensarmos um pouco sobre a memória coletiva; Gomide (2007) para discutir o papel da História da Cidade de Goiás e os vários sentidos das narrativas concebidas na região; e Pacheco (2017) para compreender a importância da Educação Patrimonial e as possíveis leituras a partir da mesma. Nas experiências e integralização do Estágio percebeu-se as possibilidades de formar um conjunto social-histórico com a escola-campo e processos de formação que estabeleçam identificações com a sua própria História.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado; Educação Patrimonial; História da Cidade de Goiás; História Regional.

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás Campus Itapuranga.
E-mail: marcoano16@gmail.com

² Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás Campus Itapuranga.
E-mail: lucas.sezostre@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Formação Docente e Estágio Supervisionado: abordagens sobre teoria e prática e novas possibilidades

Os exercícios propostos durante o estágio, são uma oportunidade para o discente desenvolver suas habilidades, colocando em prática a docência, de modo com que aprofunde conhecimentos na área específica, seja ela pessoal, ou a pessoa pela qual está repassando seus conhecimentos, sob efeito, o aluno-estagiário pode contribuir com o processo de ensino-aprendizagem.

A partir desse momento, nós acadêmicos, podemos colocar em exercício a relação ensino-aprendizagem, como ressalta Luiza de Souza Müller “(...) essa relação dinamiza e dá sentido ao processo educativo (...) a interação do professor e do aluno forma o centro do processo educativo” (MULLER, 2002, p. 276).

Segundo Candau (2011), o relacionamento humano está interligado com o processo de ensinar e aprender. Dentro desse processo didático-pedagógico, cada pessoa possui uma maneira de manifestar e criar significados sobre determinado assunto, abstrato ou concreto. Com isso, a discussão sobre a formação docente, é fundamental, de modo especial, dentro do âmbito acadêmico, tanto para a produção de pesquisas, como para a evolução nas práticas educacionais do aluno-professor.

Ao discutir a formação docente, no Brasil, pensamos nos diversos fatores culturais, socioeconômicos e de vivência pessoal, que colaboram para o processo de sua formação, tanto profissional, como cidadã. Isabel Maria Sabino de Farias (2011), juntamente a outros pesquisadores em Docência, discutem que “vários fatores presentes nas trajetórias pessoais dos professores, emergem elementos decisivos, tanto em sua inserção no magistério quanto no modo de viver a profissão” (FREITAS; SALES, 2011, p.66).

Nesse sentido, um dos principais efeitos de contribuir para a formação pessoal e cultural do futuro docente, é o Estágio Supervisionado, em que segundo Selma

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Garrido Pimenta (2012), a partir de estudos levantados com professores de Didática, as concepções sobre ele e sua importância, implicam em trazer “os elementos da prática para serem objetos de reflexão, de discussão, e que propicia um conhecimento da realidade na qual irão atuar” (PIMENTA, 2012, p.168). Além, claro, de se tratar de um componente obrigatório do currículo do professor para exercer a profissão como retrata a Lei Nº11.728, de 25 de setembro de 2008.³

Embora haja discussões sobre algumas deficiências do estágio, no que diz respeito as relações entre teoria e prática, como assevera Pimenta (2012), a partir de alguns estudos:

“(…) não tenho prática nenhuma, nunca dei aula, não sei como alfabetizar uma criança...”. (...) a autora afirma que a prática de ensino e as atividades de estágio desenvolvidas no curso ocorrem de maneira totalmente casuística, sem qualquer planejamento, ficando a aluna livre para escolher quando quer realizá-las. Muitos alunos até realizam o estágio no mesmo horário em que as aulas estão sendo ministradas. Outros se sujeitam à execução de atividades burocráticas impostas pela escola-campo. (PIMENTA, 2012, p.74)

Além disso, a autora (PIMENTA, 2012, p.198-199), classifica como “estágio ideal” e frisa que é necessário “ampliar e tomar a realidade do exercício profissional como prática social (...) evidenciando as contradições presentes nessa realidade que se quer instaurar”. Ou seja, há uma necessidade de atuar fortemente no campo escolar, em toda sua totalidade, como instituição, e pensar o real junto a essa amplitude, tanto teórica como prática. E isso pode ir muito além do cumprimento do estágio, enquanto formador profissional e cidadão.

³Ver mais em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm> Acesso em 28 de novembro de 2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

José Tavares (2001) implica a necessidade de “descentralizar, desburocratizar as instituições universitárias tornando-as mais operacionais, flexíveis, resilientes, capazes de contribuir, de um modo mais eficaz (...)” (TAVARES, 2001, p.23). Dessa forma, é fundamental pensar novas possibilidades de ensino dentro das universidades, para a formação docente e para o Estágio Supervisionado, tendo como ponto discutível os possíveis elos entre teoria e prática.

No entanto, não se trata de uma tarefa fácil, em que dificuldades são facilmente encontradas na realização do estágio, tanto para o estagiário, como para o professor-orientador. Pontos sobre os processos prático-teóricos, são amplamente discutidos, dentro do âmbito acadêmico e entre os especialistas que pesquisam a área educacional. Pensando juntamente a Adolfo Vásquez (1968), Pimenta (2012) ainda discute a importância da teoria e da prática, estando estas relacionadas:

A educação é uma prática social. Mas a prática não fala por si mesma. Exige uma relação teórica com ela. A Pedagogia, enquanto ciência (teoria), ao investigar a educação, enquanto prática social, coloca os “ingredientes teóricos” necessários ao acontecimento e à intervenção na educação (prática social) (...) Ou seja, na educação como práxis social, a atividade teórica e prática são indissociáveis. (PIMENTA, 2012, p.107-108).

Ou seja, não é somente do aluno-estagiário, pensando-o como futuro docente, que deve partir essa colaboração na elaboração dos processos entre teoria e prática. Como insere António A. Neto Mendes (2001):

Fala-se, nomeadamente, numa autonomia construída e reconstruída coletivamente, o que obriga o professor a “desocultar-se”, a assumir a sua condição de “par” interpares, num espaço fora da sala de aula, na sala dos professores, mas sobretudo por meio da constituição de fóruns de trabalho com lógicas transdisciplinares, em que alguma

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

probabilidade vai sentir-se inseguro, pelo menos numa fase inicial.
(NETO-MENDES, 2001, p.121-122)

Dessa forma, o aluno-estagiário tem por consequência conviver também com outras práticas escolares, assim como promover novas discussões, que ultrapassem a teoria e a prática, assim como discuti Maria Inês Marcondes (2002), em *Currículo de formação de professores e prática reflexiva: possibilidades e limitações*. Ela infere:

“(...) não se deve restringir a responsabilidade da relação teoria e prática ao estágio de prática (...) a inserção nas escolas leva à vivência de situações através da observação, da coparticipação e da direção de classes que podem provocar discussões segundo vários pontos de vista (...) (MARCONDES, 2002, p.195)

Diante destas, pode-se refletir sobre a importância da formação docente, do acadêmico inserido no Estágio Supervisionado, que se encontra em um processo de reflexão, pesquisa, e colaborações sociais, a partir de suas intervenções dentro do âmbito escolar. No momento ao qual, ele se encontra em um posicionamento importante dentro dos procedimentos da teoria e da prática, ele pode identificar problemas, e realizar investigações fundamentadas nos pensadores da área. Marcondes (2002) conclui:

A prática suscita problemas que o professor deverá aprender a identificar e fundamentar teoricamente. A proposta de investigação e o professor como investigador de sua própria prática favorece a sua capacidade de diagnóstico e de intervenção fundamentada. A utilização da metodologia de pesquisa-ação nesse sentido tem ajudado o aluno-mestre a refletir sobre a prática pedagógica e sobre os condicionantes globais do trabalho escolar. Propostas de utilização de pesquisa-ação junto ao desenvolvimento da prática nas escolas com o objetivo de transformar futuros mestres e professores (...) (MARCONDES, 2002, p.194)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A partir das considerações da autora, podemos pensar em possibilidades que permeiem a realidade do professor, para que seu campo teórico-prático, seja construído, conforme as necessidades da escola-campo. Podemos Encontramos na educação patrimonial, junto à História Regional, uma expectativa de melhorar a condição do estagiário e dos alunos submetidos no processo do professor, dentro da formação docente. Segundo Ricardo de Aguiar Pacheco (2017) a contextualização de objetos, as relações entre esses objetos e a memória social, esses

procedimentos, como as informações históricas e os conceitos, não precisam ser explorados com o objetivo único de responder a um exercício de sala de aula. Ao contrário, devem ser apresentados como estratégias que a História ensina e podem ser aplicadas pelo educando na leitura do mundo, podendo ser transportadas a diversas situações da vida cotidiana do aluno (PACHECO, 2017, p.29).

Tomemos o segundo momento, como método de demonstração da importância da Cidade de Goiás, sua formação como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade e suas implicações para a constituição do povo goiano. Além de também ser considerado, como local do imaginário, no qual o passado é constantemente revisitado.

História da Cidade de Goiás: história e memória e a formação da cidade como patrimônio histórico da humanidade

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) estabeleceu um referendo, em 2001, sob a indicação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) para que o centro histórico de Goiás recebesse o título de "Patrimônio da Humanidade". Segundo o site oficial da Unesco, a Cidade de Goiás, foi construída sob formas de construções tradicionais, utilizando materiais de construção

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

pouco convencionais e escravagistas. No entanto, considera também que, não somente a formação arquitetônica a levou estabelecer a cidade como patrimônio histórico, mas também a música, a poesia, a gastronomia, e os eventos populares, como exemplo manifestações culturais e religiosas como a Procissão do Fogaréu.⁴

A construção de uma memória coletiva, nesse sentido, se torna precisamente importante para a formação de nossa identidade cultural regional. Segundo Jacques Le Goff (1990), a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um “conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 1990, p.366). Também segundo Le Goff, temos ainda um papel importante para a memória coletiva:

(...) psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (nomeadamente no seguimento de Ebbinghaus), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exerce sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 368).

Desse modo, ao compartilhar nosso conhecimento sobre a história e a formação arquitetônica da Cidade de Goiás, com nossas bases educacionais, manter a integridade da memória coletiva, tornando-os não manipuláveis, por veículos de circulação em massa, como exemplo, pela mídia e pela internet, especificamente, pelas

⁴ Site oficial Unesco: [whc.unesco.org](http://whc.unesco.org/en/list/993). Em: <<http://whc.unesco.org/en/list/993>>. Acessado em: 02 de outubro de 2017, às 19:48.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

redes sociais. Assim, conseguimos obter produtos genuínos da memória individual, que possuem as bases para constituir novas concepções sobre seu contexto histórico.

Deve-se ter em mente que a construção de uma memória coletiva da memória, também pode trazer aspectos econômicos e políticos, interesses convenientes a grupos dominantes no Estado. Como se sabe, além de ser considerada um patrimônio histórico da humanidade, a Cidade de Goiás, também é um ponto turístico regional e nacional, que fortalece a economia e as tradições locais, assim como, fortalece o patrimônio material em si, como diz Andréa Ferreira Delgado (2005). Ela discute:

A cidade de Goiás somente passou a ter visibilidade como bem cultural e lugar histórico quando foi inscrita na rede discursiva do patrimônio, à medida que o tecido da linguagem lhe foi atribuindo determinados conteúdos para torná-la símbolo da memória coletiva. Nesse processo de composição do campo da memória, um dos mecanismos fundamentais é o trabalho de constituição do patrimônio imaterial de Goiás empreendido pela Organização Vilaboense de Artes e Tradições. Fundada com a proposta de “resgatar” e “manter as tradições” de Goiás, essa entidade torna-se responsável pela instituição da cidade como “berço da cultura goiana”. (DELGADO, 2005, p.115)

Isso fornece, segundo a autora, somente uma História partilhada pela elite do Estado, ao mesmo tempo que marginaliza outros grupos sociais, vindos das senzalas e de bairros operários, especificando uma dominação simbólica (DELGADO, 2005, p.119).

O conhecer da história do Estado de Goiás, como já dito, nos remete a ideia de identificação com o outro. Em um campo de estudo sobre a História Regional, ela obtém maior destaque, somente a partir do final da década de 1980, durante a terceira geração da Escola dos *Annales*, quando trouxeram novas abordagens ao método histórico, segundo Peter Burke (1992). Dessa forma, realizar uma desconstrução de uma História Tradicionalista, e conduzida como verdadeira, torna-se importante para refletir sobre

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A importância da comunidade goiana, inserida na cidade, como meio de transição oral, e permanência de tradições populares na região, é um dos fatores que colaboram para que essa “*Nova História*”, seja concebida. Como aponta Cristina Helou Gomide (2007):

Os múltiplos sentidos atribuídos à cidade histórica se devem também e, sobretudo, às transformações da imagem da cidade para os moradores locais. Desse modo, as narrativas orais tendem a se transformar constantemente, apresentando permanências e ao mesmo tempo acrescentando novos elementos à memória da população. As pessoas tendem a reagir, criar, disputar espaços e expressam isto no momento em que narram sobre a cidade. (GOMIDE, 2007, p.118).

Para Pacheco (2017), o estudo voltado à educação patrimonial é de suma importância para alunos, inseridos dentro da disciplina escolar, em História. Segundo ele, a história “oferece ao educando saberes e fazeres que qualificam a leitura do mundo social em que se está inserido (PACHECO, 2017, p.31). Expectativas essas, nos leva a procurar (re) inventar o processo de ensino-aprendizagem escolar, para que o aluno reconheça de fato, seu contexto espaço-temporal, sua História, sua formação como cidadão.

Portanto, compreende-se que conhecer a história do estado em que vivemos, nos remete a ideia de identificação com o outro, de fato, e o estudo da história regional nos traz à tona as nossas origens sociais, e também as bases de nossa cultura. Sendo assim, fica explícito a importância do estudo voltado para o campo, pois, através da mesma, é possível (re) construir a história local e as memórias de um passado que, certamente, passa por desconhecido a muitos de nossos alunos do Ensino Fundamental Goiano.

Considerações Finais

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O Estágio Supervisionado permite que nós acadêmicos possamos adentrar de fato na vida prática do curso de Licenciatura. Embora haja alguns problemas em suas relações teórico-práticas, como demonstrado, em grande parte, são os primeiros contatos da carreira docente. Afinal, a nossa formação, pressupõe-se ser flexível e muitas vezes, cheia de incertezas. O primeiro contato com a sala de aula onde estamos na posição de professores, como o objetivo de colocar em prática todo aprendizado, as experiências adquiridas ao decorrer do curso, é realmente um desafio, que pode nos surpreender em pequenas núncias.

A educação patrimonial, então, veio a ser um importante segmento, no qual todos possam ter, conhecer, e viver sua história, enquanto cidadão goiano. Com isso, convém preparar a formação de seres humanos críticos e conscientes, de seu espaço-tempo na História, sobretudo, a História Regional, especialmente os alunos da educação básica e pública, que ainda estão em processo de formação, como cidadãos goianos, para que possam se identificar com sua própria história, de antepassados, que formam nossa base cultural, social e histórica.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN⁵):

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local (p.20).

⁵ *Educação Patrimonial: História, Conceitos e Processos. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). CEDUC, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educao_Patrimonial.pdf> Acesso em 29 de novembro de 2017.*

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A coletividade, aliada às perspectivas de uma educação possível para todos, inseridos no mesmo contexto, se faz presente em todo nosso cotidiano, sendo o qual, a formação do professor, se configura “heterogênea e de qualidade”, ao qual, sempre haverá “lacunas, mas profundamente comprometida com a maneira de ler, explicar e intervir no mundo” (FREITAS; SALES, 2011, p.67).

Referências bibliográficas

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992.

CANDAU, Vera Maria. *A didática em questão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 2011.

COELHO, Gustavo Neiva. *Arquitetura da mineração em Goiás*. 2. ed. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2007.

DELGADO, Andréa Ferreira. *Goiás: A invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”*. Universidade Federal de Goiás (UFG). Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n.23, p.113-143, jan/jun 2005.

FARIAS, I.M.S; SALES, J.O.C.B; BRAGA, M.M.S.C; FRANÇA, M.S.L.M. *Didática e Docência: aprendendo a profissão*. 3 ed. Brasília, Liber Livro, 2011, p.60-78.

GOMIDE, Cristina Helou. *Antiga Vila Boa de Goiás – Experiências e Memórias na/da cidade patrimônio*. Tese de doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -SP, 2007. Disponível em: < <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12985>> Acesso em 28 de novembro de 2017.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão, Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 1990.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

MULLER, Luiza de Souza. *A interação professor-aluno no Processo Educativo: Integração, ensino, pesquisa e extensão*. Universidade São Judas Tadeu, São Paulo-SP, Novembro, 2002, pp. 276 – 280. Disponível em:
https://www.usjt.br/proex/arquivos/produtos_academicos/276_31.pdf. Acesso em 29 de novembro de 2017.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um percurso Docente*. 1 ed. Jundiaí, São Paulo. Paco, 2017, p. 9-35.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teórica e prática?* 11.ed. São Paulo, Cortez, 2012.

ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de; (org.). *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

TAVARES, José. BRZEZINSKI, Iria; (org.). *Conhecimento profissional de professores: a práxis educacional como paradigma de construção*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2001.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS**

Me Nalva dos S. Camargo Silva- UEG Itapuranga¹
Me Damiana Antonia Coelho- UEG Itapuranga²
Dra. Yara Fonseca de Oliveira e Silva³

Resumo: Este estudo discute o ensino de História e a formação docente de forma a pensar este enquanto um desafio contemporâneo. A proposta surge da necessidade de compreender como na atualidade a universidade tem trabalhado a formação docente nos cursos de licenciatura em História. Nesse contexto, objetivou-se compreender os principais desafios acerca da formação do docente do ensino de história e como estes são vivenciados no contexto da educação básica. O estudo à luz das teorias de Fonseca (2009), compreende a História como um campo bastante amplo para a percepção das relações sociais desenvolvidas. Também Memi; Martins; Eschanhuela (2009) no sentido de perceber dentro da vertente histórica um processo constante de compreensão dos fatos sociais, assim como a formação de professores analisada entre outros estudiosos por Imbernón (2006). Para alcançar os objetivos da pesquisa, utilizou-se a revisão de literatura, bem como as experiências vividas e sentidas por cada uma das docentes enquanto professoras formadoras. O estudo, de abordagem qualitativa interpretativa, mostrou que não só no ensino de história, mas em todas as áreas os desafios da formação docente são vários e

¹ Mestre em Educação Linguagem e Tecnologia PPG-IELT (UEG, 2018) Anápolis, Especialista em História Regional pela UEG (2005), Especialista em Neuropedagogia pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura FABEC (2011), Graduada em História pela UEG Itapuranga (2002), Graduada em Pedagogia pela Faculdade Itapuranga FAI, (2016), e-mail nalvacamargodelta@hotmail.com

² Mestre em Ciências Sociais e Humanidades TECCER (UEG, 2016), Especialização em Psicopedagogia Institucional (2010) pela Faculdade Delta e em Neuropedagogia Aplicada à Educação (2013), pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (FABEC). Graduada em História (2006) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG-Câmpus Itapuranga). Atualmente é Professora efetiva de História na Secretaria Municipal de Educação de Guaraíta-GO e no Curso de História da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Itapuranga. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, Moderna e Regional. Coordenadora do Projeto de Extensão Museu de História da UEG-Câmpus Itapuranga: Memória local e educação. Recebeu a Comenda Honestino Guimarães 2016, atribuída pelo Governo de Goiás via Universidade Estadual de Goiás. Correio eletrônico: damianaprof@hotmail.com.

³ Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ/PPED/UEG, 2014) e Pós-doutora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto-Portugal. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (FE/UFG, 2005). Atua como professora titular da Universidade Estadual de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia e docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) da UEG. Experiência na área de Educação e pesquisadora dos temas: políticas públicas, políticas educacionais, formação de professores, economia da inovação e diversidade. Yarafonsecas09@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

pressupõem a atualização constante do professor, e da metodologia de trabalho de acordo com as demandas da sociedade em transformação.

Palavras-chave: Ensino de História; Formação Docente; Desafios; Sociedade;

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a formação docente inicial e continuada ganham força no país a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN Lei nº 9394/1996, tendo como foco diminuir os índices de analfabetismo colocando nas escolas brasileiras profissionais melhor preparados por meio do curso de graduação em distintas áreas do saber. Ante a essa vertente, vinham-se caminhando desde os anos de 1971, instaurada pela Lei 5692/1971 a necessidade de se pensar um projeto amplo para a educação. É nesse contexto que se desenvolve as primeiras propostas de Formação de Professores-Licenciatura Curta em Estudos Sociais, tais cursos objetivavam entre outras ações preparar docentes para o exercício do magistério dentro das disciplinas de História, Geografia, Estudos Sociais e Organização Social e Política do Brasil OSPB (FONSECA, 2009).

Todavia, como o contexto histórico no período que vai de 1964 a 1985 é dominado pelo Regime Militar, o exercício docente em relação a estas disciplinas seria alicerçados pelos ideais militares, servindo as mesmas para difundir os valores cívicos e sociais propagados pela ditadura. O desenvolvimento dos processos formativos nesse entendimento vai gradativamente sendo implementado em todo o país, surgem novas instituições de educação superior pública e privadas para promover maior qualificação dos profissionais da educação mas, sobretudo para subsidiar a qualificação da mão de obra necessária para o desenvolvimento da nação brasileira.

O estudo, de abordagem qualitativa/descritiva, parte da revisão de literatura no sentido de balizar teoricamente as discussões sobre a formação docente e o ensino de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

história, no qual buscou-se em dois momentos, versar sobre a formação docente no contexto atual, analisando a importância deste no desenvolvimento das práticas formativas, de modo a compreender como esta pode contribuir com a melhoria do processo ensino aprendizagem em específico no que se refere a disciplina de história.

No segundo momento, busca-se a partir da temática ensino de história, desafios e perspectivas analisar a origem do ensino de história e a partir deste perceber as principais alterações sofridas diante das reformas da educação, propaladas pela Lei 5692/1971 e pela Lei 9394/1996 bem como suas diretrizes para o ensino de história na atualidade seus principais desafios e conquistas.

1 – Pensando a formação docente no contexto atual

As discussões contemporâneas acerca da formação docente, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX, tem ganhado especial destaque, tanto do ponto de vista das políticas públicas, quanto dos debates realizados nacional e internacionalmente. A exemplo destas discussões estão as propostas veiculadas pelo Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024, ao abordar a necessidade de implementar programas de formação inicial e continuada de professores, tendo por base ampliar o número de docentes formados a cada ano. Além do referido Plano, discussões de Luiz Fernandes Dourado sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (2015). São questões que asseveram a importância da formação docente, sobretudo se considerarmos as transformações, sociais, científicas e tecnológicas vividas pela sociedade atual.

Destarte a estas reflexões, a LDB lei nº 9394/1996, no Art. 62 entende que: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

educação admitida, como formação mínima para o exercício do magistério [...]” (p. 20)

A partir desta perspectiva versada pela referida lei, compreende-se que o desenvolvimento do processo formativo passa a ser tratado como uma proposta a ser viabilizada pelas políticas públicas.

Ao pensar a formação de professores no contexto atual, sobretudo diante das transformações sociais é importante considerar que a escola, mormente as escolas de educação básica também se transformam trazendo ao professor e aos governantes novos e contínuos desafios. A esse respeito, Gatti (2011, p. 25) postula que, “cada vez mais, os professores trabalham com uma situação que a distância entre a idealização da profissão e a realidade de trabalho tende a aumentar, em razão da complexidade e da multiplicidade de tarefas que são chamados a cumprir nas escolas” Os desafios apresentados pela autora, retratam em específico as variações ocasionadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico propalado pela globalização.

Também Imbernón (2006) ao falar sobre os desafios da formação docente no contexto atual entende que há em todos os países uma escassez de professores, devido a pouca atratividade que esta profissão tem tido, o que implica na percepção do autor a necessidade de repensar a formação docente implementando políticas de valorização dos professores ao longo de toda a vida, bem como a inserção permanente de formação destes, objetivando com isto diminuir as disparidades entre a formação e o fazer docente, devido a necessidade de atualização profissional. Diante desse entendimento é fundamental,

Estudar as novas competências que o professorado deve adquirir na sociedade atual; Tornar a profissão mais atrativa, seja na entrada, seja no seu percurso, para reduzir a escassez de professores em muitos países (melhorar o salário, a imagem e o prestígio social, a carga de trabalho, a segurança no trabalho e a carreira); Tornar a instituição educativa mais autônoma, mais

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

responsável pela sua gestão pedagógica, organizativa e de pessoal.
(IMBERNÓN, 2006, p. 48, apud GATTI 2011, p. 17)

Diante das considerações apresentadas pelos autores, é possível dizer que o fator que carece ser transformado para que a formação docente no contexto atual possa desenvolver-se plenamente é necessário implementar uma política de valorização da formação docente assim como fortalecer o vínculo entre a escola e a sociedade. Nesse sentido, ao pensar os desafios da formação de docentes para o ensino de história, torna-se necessário compreender como a universidade tem desenvolvido suas práticas formativas sobretudo, entendendo que estes irão atuar na educação básica e precisam antes de mais nada estar preparados para tal.

2 - Ensino de história, origem, desafios e perspectivas

Se pensar a formação docente no contexto atual é uma proposta desafiante, versar sobre esta tendo como ponto de partida o ensino de história origem, desafios e perspectivas, requer do pesquisador um esforço ainda maior vez que tal discussão implica refletir sobre questões que envolvem diretrizes políticas já instituídas. Nesse sentido, o estudo buscou abordar a origem do ensino de história no Brasil a partir do século XIX, fortemente vinculado as tradições da elite europeia cuja vertente adotada versava sobre uma história de caráter universal. Assim, ao final do século XIX e parte do XX a história ensinada nas escolas brasileiras privilegiavam uma história positivista, feita pelos grandes heróis.

Já na década de 1930 a partir das Reformas de Francisco Campos e Gustavo Capanema, algumas modificações foram estabelecidas e o ensino de história embora ainda contasse uma abordagem sobre a história universal, foi possível estudar um pouco

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

mais sobre a história do Brasil. Contudo ainda de maneira bastante positivada, ensinava-se os grandes feitos que iam desde a Independência do Brasil até as questões atuais daquela época. Mas é a partir da Reforma de 1971, que o ensino de história no Brasil passa a ser pensado e ensinado sob uma perspectiva menos universalista, sobretudo pela formação dada aos novos profissionais que ministravam as aulas, sendo estes formados para atuar com a disciplina de história.

A partir da supracitada lei, os currículos de história deveriam ser revistos, vislumbrando assim controlar o que era ensinado nas escolas brasileiras. Tais modificações não passaram a vigorar sem protestos, e ao longo dos anos de 1970, motivados por protestos, surgem no país vários movimentos em favor da democracia, assim como pelo fim da repressão e por melhores condições de trabalho. É a partir desses movimentos que surgem no país incessantes críticas ao ensino de história em vigor. Tais críticas provocaram por todos os cantos do país um repensar do ensino de história e com ele a necessidade de preparar os novos docentes para o ensino de história. Nesse entendimento, conforme assevera Bitencourt (2013, p. 12) “a história a ser ensinada, proposta nos currículos oficiais que estão circulando no meio educacional, se constitui como um conjunto heterogêneo, caracterizando um momento peculiar da história do ensino de História”. O que reitera a necessidade de pensar este como um desafio a ser refletido pelas políticas de educação sobretudo na implementação do currículo e de suas propostas.

Os debates acerca do ensino de história sobretudo a partir da aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular BNCC retratam claramente a necessidade de se repensar a história disciplina sob uma perspectiva ampla, que possibilita ao educando refletir sobre a história ensinada e a história vivida. Dessa maneira diante de uma nova conjuntura, as exigências assim como os desafios da escola pública para uma educação contextualizada são cada vez mais debatida, assim como também se debate a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

necessidade de se pensar o ofício do historiador em específico o do professor de história, considerando as transformações vividas pela sociedade. Tem-se nesse contexto, a perspectiva de que os conhecimentos produzidos necessitam estar articulados a realidade vivida pelos alunos e conseqüentemente pela sociedade. Pensando nisso Bitencourt (2013, p. 17) salienta que “A existência da História escolar deveu-se sobretudo ao seu papel formador da identidade nacional” Ante a essa vertente, tem-se na perspectiva de que o ensino de história trabalhado até a década de 1970 tinha como principal fundamento a difusão da ideologia nacional

Já no contexto atual, diante das novas perspectivas não só do ensino de história mas também da formação docente, necessitam ser repensadas, articulando-se as transformações sociais e as novas demandas da educação em que os alunos deverão conforme postula Fonseca (2009, p. 29) “ser capazes de conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas e políticas, reconhecendo diferenças e semelhanças entre eles”. Além de outras competências

Considerações finais

Ao discorrer sobre a formação docente no contexto atual, assim como o ensino de história origem, desafios e perspectivas esse estudo buscou compreender a relevância dessas temáticas no cenário educacional e político. A luz das teorias de Gatti (2011) sobre a formação docente, observou-se que as políticas de formação de professores embora venham sendo debatidas, ainda carecem ser repensadas, sobretudo, buscando ampliar as possibilidades formativas em que o professor seja valorizado tendo acesso a diferentes processos de formação inicial ou continuada. Também a vertente apresentada por Imbernón (2006) assinalam a necessidade de realizar uma formação em que haja

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

maior valorização da atividade docente, bem como a implementação de planos de carreira e das condições do trabalho docente. Todas estas situações são ao mesmo tempo vistas como um desafio, mas também como uma perspectiva no sentido de que se possa repensar constantemente as atividades formativas, promovendo a partir destas melhor qualidade a educação.

Também em relação ao ensino de história, o contexto atual tem sugerido a necessidade de repensar este a partir de uma proposta integrada e interdisciplinar na qual os conteúdos e a metodologia adotadas pelo professor possam articular-se as novas demandas sociais contemporâneas. Dessa forma, pode-se dizer que a compreensão do processo de construção e reconstrução de saberes referente ao ensino de história embora tenham nos anos de 1970 sofrido constantes críticas tem buscado cotidianamente ser revisto, oportunizando constantemente novas interpretações.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Circe (org). **O saber histórico na sala de aula**. 12ª ed., São Paulo: Contexto, 2013.

BRASIL **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 14 mar 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr-jun., 2015.

FONSECAA, Selma Guimarães. **Fazer e Ensinar História**, 1ª ed. Belo Horizonte, 2010.

GATTI, Bernardete Angelina, BARRETO, Elba Siqueira de Sá, ANDRÉ, Marli Dalmazo de Afonso. **Políticas docente no Brasil: um estado da arte**. Brasília, 2011.



Universidade
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

IMBERNÓN, Francisco. **La profesión docente desde el punto de vista internacional:** que dicen los informes? Revista de Educación, nº 34, p. 41-49. 2006.

NEMI, Ana, MARTINS, João Carlos; ESCANHUELA, Diego Luiz. **Ensino de História e Experiências:** O tempo vivido, São Paulo, FTD. 2009.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Rosimeire Gonçalves (SEDUCE/PPGH – Mestrado Profissional) ¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar e apresentar uma discussão teórica do ensino de História na Educação de Jovens e Adultos (EJA), priorizando as práticas pedagógicas e o processo ensino-aprendizagem. A EJA é uma modalidade de ensino prevista na constituição educacional brasileira, e a disciplina de História busca a construção dos saberes do discente eo professor é o mediador do processo ensino-aprendizagem, que observamos como suporte fundamental na transformação da vida desse indivíduo que busca na escola uma possibilidade de modificar a sua própria realidade. Este recorte é parte de um uma pesquisa maior, do programa de mestrado. Por hora, a metodologia utilizada é de abordagem qualitativa e de cunho documental bibliográfico (revisão de literatura), visando analisar, discutir e compreender as ações educativas nos contextos da EJA. Por fim, apresentamos uma breve consideração em relação à análise e discussão teórica do ensino de História, a prática pedagógica do professor na Educação de Jovens e Adultos, considerando a valência desse estudo para a efetivação do processo ensino - aprendizagem e sua contribuição na transformação da vida educacional e social do discente.

Palavras-chave: História; EJA; Práticas pedagógicas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das modalidades previstas em lei do sistema educacional brasileiro. Ao nos referimos à Educação de Jovens e Adultos (EJA), devemos retomar o período colonial em 1549, onde os jesuítas acreditavam que não seria possível converter os índios sem que eles soubessem ler e escrever.

Analisando outros documentos nos deparamos com a Constituição de 1824, que traz a instrução primária para toda a população, inclusive os adultos. E, foi no período da Primeira República, que tivemos as primeiras reformas educacionais, com intuito do governo de alfabetizar as massas para que estas pudessem atender as necessidades de um país em processo de industrialização (SILVA; MOURA, 2013). No ano de 1960 criam o extinto

¹ Graduada em Letras (UEG), discente do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional (UFG-RC).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

MOBRAL, e em 1971 surge o ensino supletivo. Então, em meados dos anos 2000, o governo federal firma o compromisso de priorizar este tipo de educação com o Programa Brasil Alfabetizado (SILVA; MOURA, 2013).

Nos anos 90, o desafio da EJA passou a ser o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas, com a universalização do ensino fundamental de qualidade. Em nível internacional, ocorreu um crescente reconhecimento da importância da EJA, para o fortalecimento da cidadania e da formação cultural da população, devido às conferências organizadas pela UNESCO, criada pela ONU e responsabilizada por incrementar a educação nos países em desenvolvimento (CUNHA, 1999).

Por ser histórica, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, adquiriu, ao longo dos tempos, perfis distintos. Até a metade do século XX, ela foi reduzida a práticas de alfabetização. Na atualidade, ela é definida, de acordo com a Lei 9.394/96, “[...] enquanto modalidade da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio que usufrui de uma especificidade própria que, como tal, deveria receber um tratamento consequente”.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, da educação básica, da rede pública de ensino, que vem assegurar o direito à educação ao indivíduo, que por algum motivo teve o seu direito negado em uma determinada fase da vida (infância e/ou adolescência). É uma oportunidade que ele tem em alfabetizar-se e letrear-se, e resgatar o direito que lhe foi negado.

Nesse contexto da educação modular a questão principal que se impõe é quanto à razão de ser da disciplina, qual o sentido ou qual a finalidade do estudo da História em classes da EJA? Ao estar à frente de uma classe de jovens e adultos com o propósito de ensinar História, é fundamental primeiramente o conhecimento e reconhecimento por parte dos professores sobre as especificidades que constituem essa modalidade, o cotidiano dos alunos, suas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

condições de vida, isso implica diretamente no processo de ensino-aprendizagem (BITTENCOURT, 2009).

Quando observamos criticamente o ensino de História entendemos que esta disciplina carrega em si um profundo potencial de transformação (PINSKY, 2009) indo além, diríamos que proporciona aos alunos, sobretudo aos adultos da EJA, quando trabalhada de maneira articulada com suas experiências e vivências, um maior senso e olhar crítico a respeito da sociedade em que estão inseridos.

Portanto, a História deve ser compreendida pelos alunos, a princípio isso nos parece uma tarefa simples, porém:

Tornar acessível aos alunos o conhecimento constituído sobre as sociedades e ações humanas do passado, passado recomposto pelos historiadores a partir de documentos constituídos como fontes; possibilitar a leitura de textos e imagens, a escrita de suas apropriações, aprendizagens, a (re)construção de representações, selecionar quais saberes, quais narrativas, quais poderes legitimar ou questionar, são alguns de seus desafios (MONTEIRO, 2007, p. 76-77)

Temos visto que o ensino de História vem passando por transformações ao longo dos anos, essas transformações provocaram reflexões que estão relacionadas aos contextos e sentidos que passou a ter em cada um deles. A era da informação e do conhecimento exige um profissional cada vez mais qualificado, um professor de História produtor de saberes, capaz de assumir o ensino como descoberta, investigação, reflexão e produção e que possa desenvolver nos alunos competências específicas da natureza da História (FONSECA, 2005, apud THEOBALD). Por isso, o professor deve ser capaz de proporcionar aos alunos elementos necessários para que estes consigam situar-se e orientar-se numa sociedade em constante transformação, sentindo-se sujeito participativo do processo histórico.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Conforme estudiosos nos apontam, o discente da EJA construiu sua trajetória além dos muros da escola, com práticas diferenciadas das reguladas pela instituição educacional, os discentes de alguma forma inseridos em um novo contexto de aprendizado necessitarão da mediação do professor para compreender e executar as práticas de ensino que o auxiliará na sua formação educacional. Assim,

Os jovens que frequentam a EJA construíram a sua trajetória escolar fora dos padrões definidos pela escola regular. Este número cresce a cada ano, e é pertinente nos questionarmos acerca do que está ocorrendo com a instituição, já que ela não está conseguindo atender plenamente às necessidades de uma boa parcela de jovens que poderia frequentar este espaço (BRUNEL, 2004, p. 37).

Nesse processo de construção do saber que se dará a mediação do professor, fundamental para que o discente se estabeleça em seu novo ambiente, o educacional. E, com isso, por meio do processo ensino-aprendizagem se constituirá em indivíduo crítico e reflexivo, capaz de transformar a sua própria realidade. O discente ao buscar uma sala de aula da EJA, está indo ao encontro de transformar a sua realidade e, por fim, as suas próprias condições marginalizadas na sociedade em que se encontra.

Pautada nas revisões de literatura e análises de documentos, espera-se chegar a considerações relevantes que contribuam para uma melhor reflexão no processo de ensino e aprendizagem da (EJA) no que tange ao Ensino de História, bem como, nas práticas docentes dos profissionais que atuam no exercício dessa disciplina.

Metodologia

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A referida pesquisa está fundamentada no método de pesquisa qualitativa, de cunho documental bibliográfico (revisão de literatura) com intuito de analisar, discutir e compreender as ações educativas nos contextos da EJA. Interpretando e analisando documentos e literaturas, que refletem sobre a prática pedagógica do professor de história no processo de aprendizagem dos jovens e adultos.

A esse respeito, LÜDKE & ANDRE (1986, p. 18) percebem: “o estudo qualitativo, como já foi visto, é que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

Diante disso, o educando é inserido em novas práticas sociais, mediado pelo professor.

Assim sendo, a prática pedagógica docente é de vital importância para que ocorra um processo ensino-aprendizagem eficaz, principalmente no que se refere à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As etapas em que foram estruturadas a nossa pesquisa, esboçam o seguinte: o levantamento da temática; a problemática em relação ao ensino de história na EJA; e, por fim o levantamento documental bibliográfico, para analisar e realizar as discussões teóricas. E, por fim, a escrita do trabalho que ora apresentamos.

Resultados e discussões

A Educação Básica, como direito constitucional, tem seus fundamentos firmados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 1996, bem como nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, documento este que rege os currículos da escola brasileira. Deve-se considerar, ainda, que a ação docente não é um ato individual, mesmo que, aparentemente, o professor possa ficar isolado na sala de aula com seus alunos. Sua ação é também coletiva, e talvez aí resida seu maior poder (BITTENCOURT, 2008).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A trajetória da disciplina de História e a formação de professores da área passaram por transformações nos últimos cinquenta anos. No que tange aos currículos, os pacotes externos para a educação consolidaram-se a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 5.692, de 11/08/1971, que também, segundo Bittencourt (1998), introduziu no currículo escolar a disciplina de Estudos Sociais na primeira fase do Ensino Fundamental, que dava início aos estudos na área de História, nesta fase na Educação Básica.

O professor atualmente, não é mais um mero expectador do positivismo educacional, no qual deve caminhar o processo ensino-aprendizagem. Ele é o agente desse processo, pois tem que se preparar para as mudanças e se adequar a elas. Logo o professor torna-se o ser humano que trabalha com os desafios de levar o educando a ser um transformador de sua própria vida, através do processo ensino e aprendizagem, tornando-se o sujeito de sua própria prática pedagógica, a qual trará benefícios à construção de uma sociedade mais digna e humana, perfazendo a sua autonomia e dos demais que estão incluídos nele.

Nesse sentido o professor trabalha com objetivos explícitos e preocupa-se com o desenvolvimento do aluno, “partindo do princípio de que todo ser humano é capaz de aprender (e também ensinar), a relação aluno/professor torna-se um processo de constante ensino-aprendizagem” (GADOTTI, 2003, p. 74).

A EJA, por ser direcionada aos alunos em sua maioria, de camadas financeiramente desfavorecidas da sociedade, e que foram privados de direitos, inclusive, o de frequentar a escola, constitui-se numa prática de escolarização que é, também, uma ação de resgate da autoestima, portanto, o professor da EJA deve se preocupar com a formação do aluno, sendo que ambos têm um papel ativo na sala de aula. Essa relação de confiança é fundamental para evitar novas situações de fracasso escolar de todos que não tiveram o acesso à escolarização na idade certa.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Os alunos da EJA não devem ser considerados como seres marginalizados, mas sim como um produto da sociedade em que vivem, eles são pessoas ativas na sociedade que em detrimento do sustento abdicaram de seus estudos ou não tiveram tal oportunidade. O que ocorre muitas vezes é que jovens e adultos diante do professor, sentem-se inferiorizados, contudo, o professor deve estar provido de uma consciência crítica, que não pretenda sobrepor a dos alunos, mas identificando-se com os mesmos. Desta forma, os alunos revelarão um aprendizado satisfatório em relação ao que foi proposto pelo professor e o currículo escolar.

Para Dea Fenelon (1987) o professor precisa ser capaz de transmitir, de construir uma História viva, e não morta, que as pessoas possam se reconhecer e identificar, pois a História deve ser também espelhada no cotidiano, porque a partir dela construiremos o hoje e o futuro. A História é dinâmica, “fazer História significa lidar com a sociedade, objeto dinâmico e em constante transformação, aprender a reconhecer seus próprios condicionamentos sociais e sua como agentes sujeitos da História.” (FENELON, 1987, p.31).

Outra questão relevante diz respeito à prática de ensino em sala de aula, pois se notam muitas deficiências nesse quesito, dificultando o processo ensino-aprendizagem de qualidade. Diante desta situação o educador não deve apenas ser um simples executor de conteúdos, mas sim atuar de forma reflexiva. E, segundo Alarcão (2004, p.41) “A noção de professor reflexivo baseia-se na consciência da capacidade de pensamento e reflexão que caracteriza o ser humano como criativo e não como mero reproduzidor de ideias e práticas que lhe são exteriores.”.

Entendemos diante do exposto que seja necessária a transposição da didática do procedimento histórico, sobre essa importante questão, Schmidt (2002) indaga para a realização na sala de aula da própria atividade do historiador, a articulação entre elementos constitutivos do fazer histórico e do fazer pedagógico. Assim, o docente da EJA deve refletir

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

como a sua prática pedagógica pode de fato efetivar o processo ensino-aprendizagem da disciplina de História contribuindo com a formação educacional e o crescimento pessoal dos discentes.

Considerações finais

A educação de Jovens e Adultos busca corrigir questões sociais como exclusão e exploração, entre outras que geram consequências maiores, como a marginalização. Nesse sentido, a política da EJA, fruto de reivindicações de grupos e movimentos sociais de educação popular, tem o desafio de resgatar o compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social.

O papel do professor na EJA precisa destacar a curiosidade, indagar a realidade, problematizar, ou seja, transformar os obstáculos em dados de reflexão, para compreender os processos educativos. A relação professor e aluno é necessária para o processo de conscientização, libertação e conhecimento. E as ações do professor em sala de aula, influenciam no desenvolvimento da apropriação de conceitos.

O professor mediador e transformador é aquele que reflete sobre sua atuação em sala de aula, construindo conhecimento a partir da sua prática pedagógica, estando aberto a mudanças e trabalhando com dedicação e comprometimento com seus alunos, para o desenvolvimento de suas aprendizagens.

Construir a qualidade do ensino na EJA é ação que pede participação de todos os envolvidos, para que se sintam coautores desse processo. Pois, essa qualidade é coisa que não pode ser presenteada de um a outro. Pela sua dimensão, envolve considerações aos saberes de cada um, de tal maneira que o diálogo não signifique o encontro de quem pensa igual, ou implantação de uma doutrina. Esse ato exige consideração às realidades de vida

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

dos alunos e envolve a possibilidade de se promover mudanças no modo de ser das escolas, em acordo às sugestões e análises que ocorrerem ao logo desse processo de construção coletiva.

Ante esses levantamentos entendemos que a EJA é uma oportunidade importante, uma condição prévia para que o cidadão possa interagir com aspectos básicos da sociedade e que os alunos retornem às instituições escolares com o desejo de continuar seus estudos e utilizá-los para sua formação crítica e social. A escola se torna uma oportunidade para um futuro melhor, juntamente, a disciplina de História vem corroborar com essa (trans)formação e construção de um indivíduo capaz de mudar a sua realidade educacional e social.

Referências

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação n 5692 de 11.08.71**, capítulo IV. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFV, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.

_____. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <www.mec.gov.br>. Acesso em: fev. 2018.

BITTENCOURT, Circe. Propostas Curriculares de História: Continuidades e transformações In: BARRETO, E. S. (org). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas. Autores Associados. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1998.



Universidade
Estadual de Goiás



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

_____. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo, Cortez. 2008.

_____. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2009.

BRUNEL, Carmem. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos.** POA: Mediação, 2004.

CUNHA, Conceição Maria. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: **SEEDMEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos.** Brasília, 1999.

FENELON, Déa. A formação do profissional de história e a realidade de ensino. In: **Cadernos Cedex**, n.8, São Paulo: Cortez/CEDES, 1987.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.** 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MONTEIRO, Ana Maria. O ensino de História: lugar de fronteira. In: NETO, J. M. A. (org.) **História: Guerra e Paz – XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina: ANPUH/Mídia, 2007.



Universidade
Estadual de Goiás



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. Por uma História prazerosa e consequente. In KARNAL, Leandro. (org.) **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

THEOBALD, Henrique. **Fundamentos e metodologia do ensino de história**. Curitiba: Editora FAEL, 2010.

SILVA, Denise. Produção textual: quando a linguagem escrita se torna objeto escolar. **Revista Psicopedagogia**, Londrina, 2010.

SILVA, Hellen; MOURA, Tânia. Educação de jovens e adultos – EJA: desafios e práticas pedagógicas. **Revista Eletrônica Univar**. On-line, Vol 3, p. 31 -36, 2013. Disponível em: <revista.univar.edu.br/index.php/interdisciplinar/article/view/53/41> Acesso em: mar. 2018.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: _____. **O saber Histórico na Sala de Aula**. 7ª. Ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**ENSINO REGULAR: INTEGRAÇÃO OU EXCLUSÃO DOS PORTADORES DE
NECESSIDADES ESPECIAIS?**

Sandra Cristina M. Silva(UFCAT)¹
Jéssica Abadia Ferreira (UFCAT)²

Resumo: A política de integração dos indivíduos portadores de necessidades especiais na sociedade, pelo viés educativo envolve aspectos complexos e abrangentes. Ela não se faz por atos legais, não pode ser imposta, e sim conquistada nas ações e nas relações sociais. Nesse contexto os fins educacionais destinados aos portadores de necessidades especiais visam uma aprendizagem destinada a do educando na sociedade, sendo um imperativo do sistema capitalista. A preparação para uma vida produtiva abrange muitos aspectos, principalmente o de engajar a pessoa portadora de necessidades especiais no meio social na condição de participante ativo do sistema social e econômico. Assim, para a sociedade capitalista a produtividade fundamenta-se na realidade econômica e social, na qual as pessoas estão inseridas. A sociedade moderna exige atitudes produtivas, assim a inclusão dos educandos com necessidades especiais, ao ensino regular parece aproximá-los do que se denomina “normalidade”. Nesse contexto esse artigo é resultado de uma observação cotidiana, que buscou refletir o processo de ensino e aprendizagem direcionado aos portadores de necessidades especiais no ensino regular com o intuito indagar como ocorre o processo de integração dos alunos especiais no âmbito educacional.

Palavras-chave: Educação Especial; exclusão; legislação educacional, Ensino Regular.

Vivemos em uma sociedade que valoriza os avanços tecnológicos, o consumismo a rapidez e o retorno dos investimentos. Dessa forma os portadores de necessidades especiais tornam-se marginalizados por serem considerados improdutivos.

¹Mestranda Profissional em História (UFCAT). Contato: sandrafmacedo@hotmail.com.

²Mestranda Profissional em História (UFCAT). Contato: jessicaferreira@hotmail.com.br.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Diante disso, esse trabalho parte de uma constatação cotidiana onde os portadores de necessidades especiais são colocados em posição de inferioridade. Diante disso as autoras Noronha e Pinto ([2007]):

A Educação Especial ocupa-se do atendimento e da educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas. É organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Onde profissionais especializados como educador físico, professor, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional trabalham e atuam para garantir tal atendimento. (Noronha e Pinto [2007], p.3)

A partir desse pressuposto procuramos refletir o processo de ensino e aprendizagem direcionando aos educandos portadores de necessidades especiais, com o intuito de indagar como ocorre o processo de Inclusão dos alunos especiais no âmbito escolar.

A sociedade dita suas normas e o preço que a pessoa portadora de deficiência paga é de o normaliza-se ou seja, aproximar-se de atributos pré-estabelecidos como “ normais”, e saudáveis para serem aceitos socialmente.

Ao analisar o termo normalizar/normalização encontramos alguns conceitos que são relativos. Observa-se que o significado do termo “normalização” é bastante controvertido, tendo em vista derivar da palavra “normal “é também por ser relacionado com a ideia de ajustamento das normas sociais estabelecidas. O conceito de “normalização” surgiu nos países escandinavos, mais precisamente na Dinamarca no final da década de 50.

Segundo Mikkelson (1978):

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A normalização tem como objetivo permitir aos portadores de deficiência uma existência tão próxima quanto possível da que é vivenciada pelas pessoas em geral no seu cotidiano. Trata-se de uma abordagem humanizante que visa proporcionar aos portadores de deficiência as mesmas oportunidades sociais educacionais e profissionais a que todos na sociedade deve ter direito levando em consideração as características individuais de cada indivíduo. Mikkelson (1978, p. 41-48):

O princípio de normalização propicia um programa de atendimento aos excepcionais que visa principalmente maximizar as qualidades humanas desses excepcionais suas potencialidades a fim que consiga um desempenho com a cultura e com normas que a sociedade em que vive.

Entende-se por normalização a provisão de oportunidades e recursos que favoreçam o desenvolvimento de aptidões qual os indivíduos portadores de necessidades especiais são submetidos.

Para isso, o principal objetivo da educação especial direcionada aos indivíduos especiais é torná-los capazes e eficientes para assumir responsabilidades como membro útil e produtivo na sociedade .

Sabemos que a preparação para a vida produtiva abrange muitos aspectos principalmente o de inserir a pessoa portadora de necessidades especiais no meio social na condição de participante ativo do sistema social e econômico. Assim a sociedade capitalista exige atitudes produtivas dos indivíduos especiais

Nessa direção a discussão sobre cidadania e inclusão escolar na educação comum, ocorreu a partir da década de 90 em nosso país. As políticas educacionais estabeleceram novos paradigmas e propostas educacionais para atender de maneira específica os alunos com necessidades especiais, bem como buscaram adequar recursos pedagógicos especial , assim como a capacitação dos profissionais da educação comum.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Dentre desse enfoque, as Instituições educacionais procuram propiciar aos educandos especiais a educação especial.

Podemos entender por Educação Especial o atendimento educacional voltado para indivíduos especiais que apresentam deficiências ou limitações físicas, sensoriais e mentais bem como distúrbios de conduta e os superdotados.

Entende – se que a educação Especial se diferencia metodologicamente do ensino comum bem como se destina aos educandos com necessidades especiais. Apesar da grande diversidade de programas essa Educação é rígida pelos mesmos princípios que orientam o ensino comum. A educação especial visa o objetivo geral da educação Brasileira é reforçada na lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dessa forma a lei procura na sua redação anular o estigma de marginalização vivida pelas as pessoas portadoras de necessidades especiais tratando-as como integrantes da sociedade e não como sujeitos a margem dela.

Observa-se que a filosofia básica das leis nacionais da educação em relação aos educandos especiais preconiza sua integração no ensino regular. Criando condições nestas para aceitá-los e integrá-los.

De acordo a Constituição de 1988 é dever do Estado a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino.

A constituição prevê no seu artigo 207, a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física e sensorial ou mental bem como sua integração na sociedade através do trabalho de convivência que exige a facilidade de acesso aos bens de serviços e eliminação de preconceito e obstáculos arquitetônicos.

No entanto entre o corpo da lei e a realidade cotidiana existe um grande vazio. O que se observa, na realidade educacional brasileira, no entanto é que a execução dos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

programas educacionais como direito dos portadores de necessidades especiais não está ainda ao alcance de todos.

Nas últimas décadas foi empreendido inegável esforço por parte de determinados segmentos sociais e políticos no sentido de garantir leis que assegurassem os direitos de igualdade educacional e ao atendimento integrado na rede regular de ensino. Apesar do respaldo legal, observa-se que o sistema educacional não se estruturou realmente para o oferecimento de um ensino de qualidade no sistema público de educação.

Vários são os fatores que limitam um ensino público efetivo, entre os quais a ausência de um planejamento efetivo, falta de preparo pedagógico do professor para atuar com os portadores de necessidades especiais, falta de material adequado entre outros.

Na realidade, ainda persistem muitas polêmicas sobre o significado real da integração. A integração dos portadores de necessidades especiais no ensino regular não é fácil, principalmente para os educandos com algum tipo de distúrbios mentais, embora formem o maior contingente de portadores de necessidades especiais, são talvez os mais desvalorizados em decorrência da supervalorização das habilidades intelectuais pela sociedade.

No âmbito escolar observa-se que as ações propostas pela legislação educacional, visando a integração dos educandos especiais não têm respaldos efetivos que possam propiciar integração real, o máximo que se oferece é uma mera integração física. A integração, portanto, quando fruto de uma ação mal planejada não conduz a simples oferta de uma carteira na sala de aula no ensino regular.

Não devemos incitar a exclusão ou até mesmo o preconceito e a discriminação, mas o que se deve levar em conta é o bem estar para o aluno para que este possa reconhecer-se como indivíduos e ter suas necessidades especiais atendidas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O papel da escola diante os alunos portadores de necessidades especiais

Ao se tratar das instituições educacionais reflete a história do discurso dominante, pois aquele que detém o poder na sociedade.

Para Foucault o poder é exercido institucionalmente, através de um conjunto de técnicas e regras de conduta. Sabemos que as instituições são espaços privilegiados que realizam a ordem e a disciplina nas relações sociais. Assim as instituições têm por função formar, controlar e moldar indivíduos para conviver no social.

Nesse sentido o discurso institucional aparentemente inocente, com arranjos sutis distribuindo cada indivíduo no seu lugar. A função institucional é de adaptar os indivíduos no meio social, através de técnicas disciplinares organizadas, pensadas de forma a manter uma hegemonia social passiva.

Dessa forma, a instituição escolar cumpre o preceito constitucional que estabelece como dever do estado a garantia de atendimento educacional dos discentes especiais na rede regular de ensino. Todavia o que se nota é que a integração dos alunos com necessidades especiais no ensino regular apresenta – se penosa, devido ao ambiente hostil onde muitas vezes a comunidade escolar não tem interesse em lidar com a “diferença”. Nesse contexto a proposta de uma educação inclusiva é relegada, e não se efetiva de maneira integral como deveria acontecer .

Noronha e Pinto (2007) ressaltam que :

Uma escola inclusiva tem suas vantagens. É igualitária, respeita e é promovida com valor para a sociedade, com resultados visíveis da paz social e da cooperação, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossa escola, para proporcionar aos alunos as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade, portanto a segregação não pode ser justificada, a escola inclusiva ela é difusa da igualdade como valor universal. (Noronha e Pinto, [2007], p.6)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Portanto a Instituição fica responsável por inserir os alunos especiais na sociedade em que vive, de forma não excludente desde que sejam aceitos e respeitados, ficando claro que essa inclusão não cabe somente em um ambiente escolar mas fora dele é necessário que esses alunos sejam visíveis no meio em que vivem.

Conclusão

Pondera-se que a educação é um leque para que o aluno adquira o conhecimento, relacionada com as políticas sociais ela representa a qualidade do trabalho humano. A melhor escola é aquela que faz do seu ensino o resultado do conhecimento transmitido.

Diante disso a qualidade desse ensino deve ser priorizado, mas comumente isso não ocorre pois os alunos portadoras de necessidades especiais acabam sendo afastados por não pertencerem ao padrão aceitável , onde a falta a de recursos, a aceitação e inserção desses alunos tornam indesejáveis.

O ambiente escolar deve ser entendido que todos devem pertencer sem distinção e discriminação, cujo objetivo é alcançar resultados satisfatório no aprendizado. Nesse contexto o ensino deve ser de qualidade e eficaz quando tratamos de inclusão.

A prioridade é reconhecer a necessidade especial que o aluno carece, buscar entendimento e capacitação para que possam serem bem atendidos. E o principal é ensinar aos educandos considerados normais , que devemos aceitar e incluir os portadores de necessidades ao nosso meio, tornando assim um ambiente favorável é sem exclusão.

O problema da integração não diz respeito apenas aos docentes e demais profissionais ligados á instituição. Abrange outras áreas da sociedade e implica basicamente na aceitação dos indivíduos com suas características e diferenças . Mas isso não acontece nas relações sociais , pois a sociedade prioriza padrões , valores e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

comportamentos tidos como normais arraigados no meio social, que incapacita a lidar com o “ diferença”.

De acordo com Noronha e Pinto ([2007]):

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. Noronha e Pinto. ([2007] p.7)

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência*. Coordenadoria Nacional para a Integração de pessoas Portadoras de Deficiência. Corde, Brasília, 1994.

BANK, Mikkelson, N.E atado em: Pereira Oliveira *.Educação especial: atuais desafios*. Rio de Janeiro: interamericana, 1990;

CASAROTTO, Veronica Jocasta, PALMA, Luciana Erina. *Perfil das Escolas/Instituições de Educação Especial :Relação com Educação Física.*;RevistaGestão Universitaria-UFSM.2016. Disponível: <<http://coral.ufsm.br/midia/?p=35536>> Acessado: 26 de abril de 2018.

Constituição da República Federativa do Brasil.1988.Cap.III, SeçãoI.Art. 208, Inciso III.

escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

MIRANDA, Heraldo de Cristo. *Foucault e Goffman: em torno de Instituições e poderes*. Sapere aude. Belo Horizonte. 2017.

NORONHA, Eliane Gonçalves .PINTO, Cibele Lemos. Educação especial e Educação Inclusiva: aproximações e convergências. 2007. Disponível:

<<http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos-completos.html>> Acessado: 27 de abril de 2018.

OLIVEIRA, Pereira. *Educação Especial: Atuais desafios*. Rio de Janeiro Interamericana 1980.

PACHECO, José. *Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe*

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E O TABU SEXUAL: UMA HERANÇA QUE
INCLUI OU EXCLUI?**

Ster Rosa Dias¹

Prof^ª. Ms. Araly Cristina De Oliveira²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre os tabus enfrentados pelos jovens na escola quando o assunto é sexualidade. Isso faz com que a desinformação se generalize mesmo sabendo que a iniciação sexual ocorre de forma precoce entre os adolescentes, acarretando assim, uma preocupação cada vez maior entre pais e educadores. Os adultos que cercam estes jovens têm dificuldades para abordar os desejos do corpo, natural desta idade, fazendo com que as informações inexistam ou surjam de forma difusa, gerando com isso, um sistema alienante de informações. O fato é que os adolescentes sentem desejos e isso não é levado em consideração. Daí a importância dos mesmos desenvolverem o senso – crítico sobre o que é correto ou não sobre o sexo. Portanto, uma educação sexual bem orientada pedagogicamente poderá conscientizar e prevenir sobre doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. Dessa forma, compreender a resistência ao tema se faz importante devido às dificuldades em se abordar e orientar os jovens que se encontram diante das informações e dos tabus existentes a cerca da sexualidade.

Palavras Chaves: Tabus; Educação; Sexualidade.

Introdução

Sendo a sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, sente-se uma necessidade de ser discutida na escola, espaço de convívio privilegiado para

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Morrinhos.

² Professora E Me. orientadora do trabalho, junto ao Curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Morrinhos.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo. A proposta do trabalho é desmistificar os tabus e mitos construídos ao redor da temática identidade de gênero e sexualidade na educação, que atualmente vem tomando espaços em discussões polêmicas sobre o assunto, que envolvem as mídias televisionadas, conteúdos da internet, os pais e crenças.

Para melhor entendimento desta conjuntura que rodeia nossos jovens, contarei com a fundamentação teórica de diversos autores, como Suplicy (1991) que aponta uma rápida mudança a respeito da sexualidade nas últimas décadas, o que fez com que o tema seja alvo de tanta atenção atualmente, Sabat (2007) ressaltando a relevância de trabalhar gênero e sexualidade na escola, pois, a mesma tem o papel fundamental de moldar e colaborar para a formação de futuros cidadãos conscientes, Sayão (1997), que demonstra o quão é importante desvincular o conhecimento transmitido no campo escolar e o de casa, diferenciar-se da família, deixando de lado crendices e tabus construídos e disseminados pela religião de cada indivíduo, Parker (1991), que tem uma preocupação voltada para a saúde pública, onde os adolescentes iniciam a vida sexual cada vez mais jovens e os casos de aborto, propagação da AIDS vem se tornando alarmantes, colocando a discussão no centro das atenções públicas. Além dos autores citados acima serão utilizadas outras fontes na construção do presente texto.

O objetivo aqui, é entender o porquê de tanta resistência, quando o assunto é sexualidade, quais as dificuldades que os pais e as instituições de educação tem em trabalhar e lidar com o assunto com estes jovens, mesmo sabendo que há esta necessidade de orienta-los de forma adequada, e como esta juventude se encontra em meio a esta pouca informação que ainda é repleta de tabus construídos pela sociedade em que vivem.

1. Os jovens de ontem frente aos filhos na atualidade

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Ao longo da história ocorreram mudanças de comportamentos e crenças relacionados a gênero e sexualidade. Em diferentes culturas estes termos foram se tornando questionáveis nos campos do conhecimento. Cada povo segue sua cultura e, assim, ditam suas regras sociais, um exemplo clássico é o caso da Grécia que segundo fontes históricas, nessa Civilização Antiga, a bissexualidade já existia e mais tarde, emerge a homossexualidade que foram socialmente aceitas, demonstrando que cada sociedade segue com suas particularidades que vão herdando culturalmente de seus antepassados e ao mesmo tempo as modificando de acordo com a realidade em que vivem.

Para Parker (1991), no Brasil não aconteceu muito diferente, a nossa construção familiar e social é baseada a partir de uma herança social, denominada de patriarcalismo, fruto de uma construção ideológica onde os conceitos de homem e mulher foi definido pela oposição do sexo, o homem sendo visto como o ser forte, superior e a mulher, como ser inferior, fraca, dócil, e em qualquer posição social, sujeita a absoluta dominação masculina, “essa extrema diferenciação carregava consigo um dualismo moral explícito, que contribui para legitimar e reforçar a ordem aparentemente natural de hierarquia de gênero” (PARKER, 1991. p. 58). Essa reflexão deixa evidente esta diferença, que ainda é muito presente na realidade social, seja no ambiente de trabalho, em casa ou em pequenas atitudes, a figura masculina ainda é um reflexo desta construção de superioridade com relação ao sexo oposto.

Conceição (1988), ao afirmar que, a educação sexual era opressora, tanto para homens quanto para as mulheres, e que o sexo, segundo as regras sociais vigentes, só era permitido para os jovens após o casamento e destinado a reprodução, reafirma o pensamento anterior. Entretanto, condenava a liberdade sexual de ambos os gêneros, banalizava e ignorava os desejos juvenis da época. O que se pode perceber é que esse pensamento se propagou e as relações que se estabeleceram no período, permaneceram estagnadas, sem muitas modificações até meados da década de 50 e 60, quando surgiu na

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Europa o “movimento beat” refletindo seus ideários no Brasil, pregando uma nova concepção sobre sexo, desvinculado de compromisso.

Este movimento representava a contestação de jovens insatisfeitos com o modelo social estabelecido e foi apenas um dos primeiros protestos que viriam pela frente. Segundo Conceição (1988), o exercício da sexualidade praticado por homens educados em meio a uma sociedade opressora, não lhes dava liberdade, nem benefícios. Pelo contrário, com o intuito de burlar e agredir o sistema utilizava-se do sexo para finalidades econômicas, além de sua exploração e vulgarização.

Com esta pequena regressão ao passado, é possível notar como era difícil lidar com as questões das diferenças de gênero, seja entre homem X mulher, homem X homem, mulher X mulher. A sexualidade em si, era uma temática carregada de tabus que envolvia muitas restrições e não era vista como algo natural da natureza humana como nos primórdios da humanidade. Na atualidade, mesmo em um período onde a “liberdade” é tão cogitada e, expressar pensamentos e curiosidades é permitido a sexualidade ainda é uma temática de difícil abordagem e, embora se tenha a tecnologia e os meios de comunicação que possibilita o acesso a qualquer tipo de informação, é possível escutar de adolescentes relatos ou frases em que os pais parecem remeter a este passado. Isso faz com os indivíduos não se sintam muito distante de heras em que sexo era tido como um “fruto proibido”. Afirmarções como; sexo só depois do casamento, isto é pecado, feio, dentre outras, nada mais é que um reflexo cultural construído ao longo dos séculos, que incomoda e cerceia as escolhas individuais. Sendo assim, a resistência assume aspecto de intolerância desencadeando uma serie de negligencias e conflitos sociais.

Suplicy (1991), ao afirmar que a questão de gênero e sexualidade sofreram várias transformações ao longo das últimas décadas e que estas, deixou os pais meio perdidos, haja visto, que estes pais nasceram dentro de um sistema tradicional onde prevalecia a autoridade. Estas relações dominadoras sofreram influências dos vários movimentos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

advindos dos ideais liberais. Neles, a coerção já não fazia mais sentido, pois, a liberdade adquiriu importância e influência com os ideários de liberdades advindos do pensamento Francês.

O fato é que, muitos pais, ainda carregam com sigilo esta bagagem cultural envolvendo crenças e outras particularidades da juventude advindas da herança familiar gerando com isso, uma dualidade entre conservadorismo e liberalismo. Essas correntes do pensamento não se misturam, pois, muitos cristalizam que as relações entre pais e filhos se estabelecem por meio da obediência outros, do diálogo fazendo com que dúvidas do que pode ou não ser discutido com os filhos estejam presentes em seus discursos diários, e isto implica diretamente na formação do caráter da criança ou adolescente, que muitas vezes ao ter acesso aos meios de comunicação, cruzam informações que nem sempre é compatível com as que os pais ensinam.

2. Sexualidade na educação

Anteriormente, vimos que a educação sexual tem sido uma tarefa difícil ao longo do tempo e atualmente enfrenta-se uma série de conflitos sobre o que dizer ou não aos jovens, que estão cada vez mais à procura de informações quando o assunto é a sexualidade. Esta, sendo uma construção social e cultural faz-se importante analisar como a escolar lida com o tema e seus tabus, pois é neste momento que existe um convívio social mais amplo promovendo o encontro de múltiplas culturas e religiosidades e por compreender que é a escola que faz esta mediação, também auxiliando na formação de cidadãos mais conscientes e tolerantes as diferenças:

A educação, compreendida de maneira mais ampla, é um dos processos mais eficientes na constituição das identidades de gênero e sexual. Em

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

qualquer sociedade, os inúmeros artefatos educativos existentes têm como principal função com / formar os sujeitos, moldando-os de acordo com as normas sociais. (SABAT, 2007. p. 149)

Ao justificar a importância de se tratar as questões de gênero e sexualidade na escola, durante o processo de ensino aprendizagem, verifica-se que a escola, delimita o conhecimento ao marcar um momento ou horário específico para abordar o assunto, por meio de palestras ou de currículos cuja meta é cumprir uma grade defasada, priorizando disciplinas específicas do conhecimento que tem por princípio a memorização ou a racionalização do pensamento. Uma escola que prioriza o diálogo sobre os diversos temas que envolvem as relações sociais complexas ou que se pauta em uma educação em que o aprender a conviver se faz presente, é uma escola que tem como pressuposto as relações humanas e de cidadania onde, o respeito se torna a maior “arma” contra a intolerância decorrente dos preconceitos instituídos. É sabido que, a desenvoltura crítica é o que se espera de um aluno. Entretanto, uma leitura global acerca do que o aliena quanto aos “diferentes” teria um resultado melhor e mais amplo, pois:

A escola também se constitui num importante agente nesse campo. Não é apenas nas portas do banheiros, muros e carteiras que se inscreve a sexualidade no espaço escolar. Ela invade por completo essa “praia”. As atitudes dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade. Ao não reconhecer essas múltiplas manifestações, é como se a escola realizasse o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade do lado de fora dela. (SAYÃO, 1997. p. 112)

Percebe-se que o aluno é parte integrante da escola e nela vai viver grande parte então, porque esconder o que é da sua natureza? É na escola que ele aprende a conviver

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

consigo e com os outros. É na escola que ele se socializa e se torna íntimo ao ensino e aos educadores que são a ponte do conhecimento. Com isso, é possível os professores realizarem as abordagens sobre gênero e sexualidade, pois, as relações que se constituem entre educando e educador sempre vão estar presentes, está engendrado neste meio escolar o bom convívio. Sendo assim, é possível notar no comportamento de cada indivíduo, o que é muito natural no período da adolescência, um momento de transição, de curiosidades e muitas descobertas. Por isso, a necessidade de se falar com respeito para estes adolescentes, a importância do sexo, do corpo e do respeito que se deve ter para com os “diferentes”. Infelizmente, muitos desses jovens adquirem conhecimentos empíricos e tabus já estabelecidos e cristalizados proporcionando uma cadeia de preconceitos e estereótipos onde a desinformação instaurada proporciona a violência contra si e os outros.

3. Sexualidade e adolescência

Atualmente, os jovens vêm se tornando alvo de preocupação perante a sociedade, estão iniciando a vida sexual cada vez mais cedo, muito precocemente, muitos deles são onipotentes, acreditam que tudo pode acontecer, menos com eles mesmos o que os encorajam a se arriscarem em aventuras sexuais completamente desprotegidos, outros, ainda por falta de orientações adequadas, mas o fato é que o número de pacientes com HIV, doenças sexualmente transmissíveis, aborto entre outros vem crescendo muito, e em grande maioria neste público mais jovem e desinformado:

Cada vez mais, a sexualidade tem sido tema de discussão e debate não apenas na sociedade brasileira e sua importância fica ainda mais pronunciada quando controvérsias sobre o aborto, os direitos das minorias sexuais e, mais recentemente, a alarmante propagação da

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

AIDS se colocaram no centro das atenções públicas na vida contemporânea. (PARKER, 1991. p. 17)

É importante destacar que, muitos dos tabus construídos culturalmente pela sociedade em que estamos inseridos são responsáveis por muito do que ocorrem entre a juventude, a “diferença” entre homem e mulher, a ideia de que os homens são superiores ao sexo feminino, que tudo podem, a opressão que recaia sobre sexualidade para ambos os sexos, mas principalmente para a mulher. Tudo isto ainda está a refletir na população, muitos jovens preferem guardar suas dúvidas consigo mesmo, do que as compartilhar com alguém que possa ajudá-los, por medo ou vergonha.

Para as meninas, parece que o peso é ainda maior, falar sobre o assunto já causa automaticamente um sentimento de reprovação, comprar um contraceptivo então, é uma tarefa quase impossível. Muitos são os métodos para manter uma vida sexual ativa e saudável, há também, sua distribuição gratuita nos postos públicos de saúde, porém, o preconceito sustentado pela sociedade impede que estes jovens tenham acesso a estes meios, por medo do olhar de reprovação alheio.

Todos os obstáculos citados acima, contribuem para que esta nova geração se perca no caos da propagação das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, entre outras. Resultado da falta de um diálogo aberto.

4. Considerações finais

O presente trabalho tem como finalidade atestar a importância de se trabalhar gênero e sexualidade nas instituições de ensino, por que é este ambiente que possui a neutralidade necessária para passar orientações devidas, deixando de lado o preconceito e os tabus criados pela sociedade. Sendo a sexualidade uma construção sócio cultural e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

impermeada pela influência religiosa, é possível trabalhá-la historicamente com os alunos, mostrando como era abordada a princípio até a sua atual realidade.

Entendendo estas transformações e com o auxílio da educação é possível reverter a situação, construir uma nova perspectiva com relação a sexualidade e quebrar as barreiras, a violência decorrente da desinformação, os preconceitos e a intolerância que faz com que um assunto tão importante seja deixado de lado.

Referências Bibliográficas

SUPLICY, Marta. *Conversando Sobre Sexo*. 17. Ed. Petrópolis: Edição da Autora, 1991.

PARKER, R.G. *Corpos, Prazeres e Paixões: Aculturaxsexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: BestSeller, 1991.

SUPLICY, Marta. *Conversando sobre sexo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983. Sexo se aprende na escola. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

SABAT, R. Gênero e sexualidade para consumo. In: In: LOURO, G.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SAYÃO, Yara. *Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários*. In: Aquino, Júlio Groppa (org) *Sexualidade na escola – alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

CONCEIÇÃO, I.S.C. Educação sexual. In: VITIELLO, N. et al. *Adolescência Hoje*. São Paulo: Roca, 1988.

296

SIMPÓSIO TEMÁTICO 4

Relações entre História e Psicanálise:
teoria, metodologia e fontes

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A LITERATURA E O CORPO CONTRA O CASTRISMO: O RELATO
AUTOBIOGRÁFICO DE REINALDO ARENAS (1943-1990)**

Bruna Alves Carvalho Mendes ¹

Resumo: Reinaldo Arenas foi uma testemunha privilegiada dos acontecimentos em Cuba pois vivenciou a Revolução; que instaurou uma ditadura comunista. Escritor e homossexual, enfrentou-a em duas frentes, visto que escritores contrários ao regime eram considerados contrarrevolucionários e portanto, intoleráveis; além da perseguição contra os homossexuais. Foi exilado pelo porto de Mariel em 1980, num movimento migratório formado em sua maioria por jovens que foram coagidos a apoiar e sustentar a Revolução, mas que sofreram perseguições por suas convicções contrárias ao regime e à moral vigente. Arenas sem dúvidas apoiou a Revolução em seu início, mas a censura e perseguição que sofreu levaram ao descontentamento e oposição à ela. Pelo seu relato, identificamos duas formas que Arenas utilizou como resistência. Uma, sua própria escrita. Para ele, a literatura era sua forma de existir e atuar no mundo a sua volta: tanto com sua autobiografia, um grito pela liberdade e contra a opressão; quanto em seus livros literários que, mesmo ficcionais, faziam claras alusões e duras críticas ao Castrismo. Segundo, Arenas utilizou sua homossexualidade. Portanto, este é nosso principal objetivo: apresentar um sujeito atuante que não se deixou abalar pelas adversidades, e buscou deixar sua marca mesmo após sua morte.

Palavras-chave: Revolução Cubana; Geração Mariel; Exílio; Autobiografia.

Introdução

O presente trabalho integrará minha dissertação, intitulada: “Reinaldo Arenas, o eterno rebelde: a dissidência autobiografada e o anti- castrismo (1943-1990)”. Nela, me proponho a pensar o sujeito Reinaldo Arenas através de sua escrita autobiográfica: sua vida em Cuba, sua participação na Revolução Cubana de 1959, os projetos identitários de

¹Graduada em História (UFG), mestranda do Programa de Pós Graduação em História da UFG. Contato: droogdelarge@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

cubanidade, a moral vigente, e outros inúmeros aspectos que podemos apreender pelo relato do autor.

Em um tópico específico da dissertação, analisarei como Arenas utilizou os artifícios que possuía para atuar no mundo a sua volta. Certamente, ele não estava contente com os rumos que o regime tomara, e veremos mais à frente o porquê. Assim, em sua condição de escritor contrarrevolucionário e homossexual, utilizou a literatura e sua homossexualidade (o corpo) para lutar e resistir contra o regime Castrista.

No exílio, o autor julgava jamais ter encontrado seu lugar no mundo, pois somente o encontraria se fosse livre pra escrever à sua maneira e praticar sua sexualidade da forma desejada. Dessa forma, podemos identificar que ambos eram aspectos essenciais e formadores da sua subjetividade. Neste artigo, o objetivo principal é analisar pela autobiografia esse movimento de luta e resistência, e como ele se deu. Começarei apresentando brevemente o mundo no qual o autor estava inserido, para posteriormente trabalhar a literatura e o corpo como forma de luta e resistência ao Castrismo.

Arenas e o mundo: da Revolução Cubana à Geração Mariel

Arenas nasceu na província de Holguín, Cuba, em 1943. Viveu durante o período da ditadura de Fulgêncio Batista. Camponês e extremamente pobre, se juntou aos rebeldes aos 14 anos e lutou na Revolução que viria a depor o ditador tempos depois. A vitória popular levou a um governo provisório, que viria a ser liderado por Fidel Castro. Tinha a grande tarefa de consolidar a Revolução e dar forma ao corpo burocrático que erigiria a nova nação; visto que o exército camponês que deu a vitória aos rebeldes não tinha preparação para a tarefa.

Nos anos iniciais o que se via era uma tentativa de socialismo híbrido das Américas, e sabemos que foi um projeto fracassado após a aproximação com o partido

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

socialista soviético. Em todo caso, todos os esforços do país foram convergidos para sustentar o governo nesse momento frágil de consolidação e instabilidade com os países vizinhos. 1961 foi um ano decisivo para Cuba, com o episódio da Baía dos Porcos ou *Playa Girón*. A expulsão dos norte americanos pelos próprios cubanos deu fôlego à Revolução e uma nova guinada. Ao mesmo tempo, reforçou a necessidade de defesa da nova ordem, visto que o maior inimigo estava apenas a uns poucos quilômetros de distância. No icônico “Discurso aos Intelectuais”, Castro, já em 61 proferiu a famosa frase: “*Dentro de la revolución todo! Contra de la revolución nada!*”.

O slogan cubano deixou claro quais seriam os encaminhamentos revolucionários a partir daquele momento. Tudo dentro e para o regime, a criação e/ou manifestação que estivesse fora dos preceitos socialistas cubanos não seriam tolerados. A partir de então, é possível identificar duas tentativas da inviabilização da dissidência, que afetaram diretamente o autor em questão.

Enquanto Fidel Castro se encarregou da parte burocrática e mais política do governo, Che Guevara tomou frente nas políticas culturais e projetos que encaminhassem a Revolução. A criação do projeto do Homem Novo é datado por volta de 1965, já nos anos (conturbados) iniciais. A ideia principal era de que para uma nova sociedade,urgia também a necessidade de um novo tipo de homem para defendê-la. Visto que a velha guarda cubana já se auto exilara (muitos em Miami) a partir da deflagração da Revolução, o governo voltou os olhos para aqueles que estavam iniciando sua vida e tanto tinham a oferecer. Em linhas gerais, trata-se de observar um grupo composto quase inteiramente por pessoas que “vivenciaram a revolução quando ainda eram adolescentes e que, de certa forma, foram o laboratório de aplicação dos pressupostos morais e ideológicos do Homem Novo junto ao seu principal objeto: a juventude.” (MARQUES, 2009, p. 65). Guevara acreditava que essa mudança viria através da educação e também pelo trabalho, muitas vezes obrigatório.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Em resumo, Rickey Leandro nos traz que:

Após 1961 ficou evidenciado que a preocupação dos líderes revolucionários, Fidel Castro e Ernesto Che Guevara entre outros, era com a construção de uma nova sociedade e, sobretudo, de um “homem novo” capaz de dar sentido e perpetuação à revolução que iniciava a sua grande “marcha”. Era consenso entre estes revolucionários que a principal batalha da revolução seria a edificação desse novo personagem e que sem a sua presença a mesma se estagnaria. Portanto havia a urgência de preparar a juventude cubana para os novos desafios da Revolução e que esta, de certa forma, estivesse à altura da geração revolucionária de Sierra Maestra que conquistou a soberania política e econômica da Ilha. (MARQUES, 2009, p. 64)

Com isso, foram criadas as UMAP's (*Unidad Militar de Ayuda a la Producción*), que ficaram conhecidas como campos de trabalho forçado. Lá, os jovens eram enviados para trabalhar principalmente na agricultura, principal fonte de renda do país. Mas veremos também, mais a frente, que Arenas denuncia que também havia uma forte doutrinação comunista nesses campos. Lá, os jovens eram enviados para trabalhar em condições insalubres e com o mínimo de descanso. Assim, ao mesmo tempo que fortaleciam a economia cubana, eram moldados de acordo com os preceitos comunistas, e viriam a ser futuros guerrilheiros aos moldes dos bravos heróis de Sierra Maestra. Mas, o principal ponto que Arenas denunciou foi o envio de homossexuais para esses campos. Não havia espaço para as relações homoafetivas na nova Cuba. O homem novo era o guerrilheiro aguerrido, camponês, heterossexual, viril. E o trabalho forçado e ensino do comunismo visava combater esses “desvios de conduta” nos jovens cubanos.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Com o passar dos anos eufóricos iniciais da Revolução, onde o respaldo popular ainda era bastante forte, a esperança deu lugar ao descontentamento. Se antes pensavam que Castro daria força à Cuba e acabaria com a tirania, gradativamente percebeu-se que nada de novo trazia o governo comunista. Esse sentimento culminaria no famoso episódio que acabou por tirar aproximadamente 125 mil cubanos da Ilha: o fenômeno Mariel. No início da década de 80, um motorista atirou um ônibus com todos os passageiros contra o prédio da embaixada peruana e exigia asilo político no Peru. Apesar das inúmeras tentativas de se evitar um escândalo a nível internacional, em poucos dias a embaixada foi tomada por pessoas que:

colocavam-se na condição de dissidentes políticos e eram, em sua ampla maioria, jovens que haviam formado sua consciência social e política durante a Revolução, e pertenciam quase todos às camadas populares. Ou seja, constituíam o grupo social que havia sido definido como o principal alvo da revolução de 1959. (MARQUES, 2009, p. 142)

Frente à inabilidade do governo castrista de controlar essas pessoas que queriam se fazer ouvidas, os Estados Unidos se prontificou a receber um certo número de cubanos e o porto de Mariel foi aberto para que todos pudessem sair. Castro se aproveitou desse episódio para manipular as opiniões e tentar mascarar o fato de que o Projeto do Homem Novo tinha sido um completo fiasco. Dessa forma, o governo dirigiu todos os seus esforços para diminuir aqueles cubanos que saíram pelo porto na condição de dissidentes. “O discurso oficial também procurou depreciar social, moral e mesmo intelectualmente os que emigravam, e enquadrá-los na categoria emigrado/lúmpen, definindo-os como a *escória* da sociedade cubana.” (MARQUES, 2009, p. 157) E mais, os marielitos foram “considerados socialmente desqualificados como, por exemplo, homossexuais,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

delinquentes, doentes mentais, prostitutas, alcoviteiros, entre outras categorias consideradas negativas pela sociedade cubana” (MARQUES, 2009, p. 167).

Se em Cuba eles não eram bem quistos, tampouco seriam bem recebidos pela comunidade cubana em Miami. A velha guarda que se auto exilara no deflagrar da Revolução considerava aqueles jovens fruto da doutrinação comunista, deturpadores da moral e do verdadeiro significado do que era ser cubano. Um grupo específico de escritores contrarrevolucionários se uniram e publicaram por cerca de dois anos a chamada *Revista Mariel*. Reinaldo Arenas foi um dos seus editores e ela visava combater essa identidade proposta pelo governo cubano. Era a história dos marielitos contadas por eles mesmos.

Nesse contexto se insere meu objeto de pesquisa e sua narrativa autobiográfica. Como já mencionei, desde 1961, logo no início da sua vida literária, Arenas foi censurado pelo governo castrista; já que a única manifestação cultural possível era a favor do regime e isso Arenas não podia tolerar. Ele próprio não nega seu apoio à Revolução nesse período inicial, mas ele mesmo foi participante ativo do processo de instauração do projeto do Homem Novo e sofreu duramente as consequências dele. Enfrentou, então, a Revolução em duas frentes: ele era marielito por excelência (e, por conseguinte, dissidente) e homossexual. Foi privado do seu lugar de fala então se voltou para a única coisa que possuía e dava sentido à sua existência: a escrita.

No próximo tópico adentrarei o mundo autobiográfico do autor, como ele utilizou a literatura e sua homossexualidade a seu favor para denunciar todos os abusos que sofreu e se fazer ouvido. Através dessa memória-denúncia, Arenas deixa seu relato e vê a história da Revolução como um drama pessoal e coletivo.

A literatura e o corpo contra o Castrismo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Arenas descobriu portar AIDS em 1987, já no exílio em Nova York. Ficou três meses no hospital, e relata que ao sair e chegar em sua casa:

pisei num envelope onde havia um veneno contra ratos chamado *Troquemichel* [...] era óbvio que alguém havia colocado aquele veneno para que eu o tomasse. Decidi na mesma hora que o suicídio que eu planejava tinha de ser adiado. Não podia dar tamanho prazer a quem havia deixado o envelope no meu quarto [...] como não tinha forças para me sentar à máquina, comecei a registrar num gravador a história da minha própria vida [...] eu já havia iniciado, como veremos adiante, minha autobiografia em Cuba. O título era *Antes que anoiteça*; pois precisava escrever antes que escurecesse, já que eu me encontrava escondido num bosque. Agora, a noite se aproximava novamente, de uma forma mais iminente. Era a noite da morte. Agora se tornava imperativo que eu concluísse minha autobiografia antes que anoitcesse. Considerei essa tarefa como um desafio. E foi assim que continuei trabalhando em minhas memórias. (ARENAS, 2009, p. 7-10)

A essa altura, a maioria dos seus manuscritos já haviam sido enviados para fora de Cuba. Arenas os enviava de forma clandestina, através de estrangeiros que visitavam a Ilha e iam para a Europa. Em Paris, o autor possuía um casal de amigos que o ajudaram desde o início de sua carreira literária; chamados Jorge e Margarita Camacho. Arenas relata inúmeras vezes que sua amizade foi o que o salvou em momentos de desespero, pois sabia que sempre poderia contar com eles e que seus manuscritos estariam a salvo em suas mãos. Antes de morrer, Arenas redige um documento onde deixa Jorge Camacho responsável por toda sua obra, e de fato o pintor fez todos os arranjos para publicá-las e foi uma espécie de agente literário do autor.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Nesses relatos, notamos a importância crucial que a literatura tinha para o autor. Ele não buscava o reconhecimento, pois sabia que não o encontraria estando em Cuba, mesmo sendo premiado a nível internacional. Mas sua escrita representava para ele sua forma de existência, ele não concebia sua vida sem ela. Estava decidido a suicidar-se logo após sair do hospital, pois a maioria de seus manuscritos já estavam encaminhados para serem publicados. Após esse acontecido, Arenas estava decidido a escrever sua vida como uma memória-denúncia, o que fica mais claro em sua carta de despedida, entregue a seus amigos logo após suicidar-se em 1990:

Queridos amigos: Debido al estado precario de mi salud y a la terrible depresión sentimental que siento al no poder seguir escribiendo y luchando por la libertad de Cuba, pongo fin a mi vida. En los últimos años, aunque me sentía muy enfermo, he podido terminar mi obra literaria, en la cual he trabajado por casi treinta años. Les dejo pues como legado todos mis terrores, pero también la esperanza de que Cuba pronto será libre. Me siento satisfecho con haber podido contribuir aunque modestamente al triunfo de esta libertad. Pongo fin a mi vida voluntariamente porque no puedo seguir trabajando. Ninguna de las personas que me rodean están comprometidas en esta decisión. Sólo hay un responsable: Fidel Castro. Los sufrimientos del exilio, las penas del destierro, la soledad y las enfermedades que haya podido contraer en el destierro seguramente no las hubiera sufrido de haber vivido libre en mi país. Al pueblo cubano tanto en el exilio como en la Isla los exhorto a que sigan luchando por la libertad. Mi mensaje no es un mensaje de derrota, sino de lucha y esperanza. Cuba sera libre. Yo ya lo soy. (ARENAS, 1990)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Num momento de redemocratização dos regimes autoritários por toda a América Latina, Arenas acreditava que sua obra, em especial a autobiografia, nortearia o povo cubano rumo à libertação das garras de Fidel Castro; figura a qual ele atribui todas suas desgraças e padecimentos. Seu desejo era deixar sua escrita autobiográfica, ou seja, a história de sua vida e seu sofrimento como legado à Ilha. Ela era, portanto, sua arma final contra o Castrismo, um trunfo político contra o ditador. Enquanto em vida, sua obra literária contrarrevolucionária foi sua forma de manifestação contra o regime, enquanto a autobiografia estava relegada à posteridade.

Em vida, a segunda ferramenta de luta/resistência e atuação no mundo existente, foi o corpo, e conseqüentemente, sua homossexualidade. Arenas alega que o erotismo era algo natural ao homem camponês, a maioria na Ilha. Apesar da homofobia estar presente em Cuba desde sempre, somente com a Revolução Cubana ela foi institucionalizada e passível de cadeia. Arenas inclusive ficou no cárcere de 1973 a 1976, sob alegação de corrupção de menores. Com o *Primer Congreso de Educación y Cultura*, a homossexualidade aparece na resolução final do congresso como uma patologia social que precisava ser exterminada. Arenas escreve que, na década de 1960 nunca se transou tanto na Ilha, e que o deleite da relação sexual estava no caráter proibido deste:

Talvez no íntimo percebessem que estavam fazendo algo proibido, que estavam sob a lei do perigo, tornavam-se malditos. Por isso, quando chegava aquele momento, exibiam tal plenitude, tal esplendor, e gozavam cada instante como se fosse o último ou como lhes pudesse custar muitos anos de cadeia. [...] O prazer sexual entre dois homens era uma espécie de conspiração; algo que acontecia no escuro ou em plena luz do dia, porém clandestinamente; um olhar, uma piscada, um

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

gesto, um sinal eram suficientes para iniciar a sequência que levaria ao gozo total. (ARENAS, 2009, p. 138)

Assim, aqui fica claro o motivo pelo qual o autor utilizou sua sexualidade como resistência ao Castrismo. Era um momento de pura liberdade e satisfação, onde podiam ser livres por um instante das amarras do comunismo e serem eles mesmos. No exílio, Arenas diz que as relações sexuais não tinham mais o encanto de antes; pois não havia essa aura mística em torno do ato sexual, a surpresa, a ansiedade de encontrar um parceiro em um local inusitado. Um paradoxo, pois justo no momento que o autor encontrava-se livre no exílio para exercer seu livre arbítrio; não sentia-se feliz, pois somente em Cuba poderia ser feliz.

Considerações finais

Este trabalho buscou delinear brevemente aspectos da vida de um homem privado de sua liberdade, focando em dois aspectos que considerava essenciais para a formação de sua individualidade.

Visto que para Arenas, sua existência pautava-se em ser escritor e homossexual, a privação à liberdade sexual e de expressão fizeram dele um contrarrevolucionário e opositor ao regime castrista. Nada mais natural que manifestasse sua opção pela dissidência através destes dois aspectos: sua sexualidade e sua escrita.

Espero ter contribuído de forma modesta para o debate em história da América Latina e principalmente no campo da História Cultural, que considera as escritas de si como fontes privilegiadas no campo da História e ricas em historicidade.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Referências

- ARENAS, Reinaldo. *Antes que anoiteça*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.21, 1998/01. Dossiê Arquivos Pessoais.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. In: *Revistas Estudos Históricos*. São Paulo, v.11, nº 21, 1998, p. 43-58.
- CUNHA, Maria Teresa. *Diários pessoais: territórios abertos para a História*. In: PINSKY, Carla Bessanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 251-279.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de Si. In: MOTTA, Manoel (org.) *Michel Foucault: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 144-162.
- GAY, Peter. O traço comum. In: *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória à Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 337-376.
- GOMES, Ângela de Castro (org). *Escritas de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 7-27.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.) *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 11-17.
- MARQUES, Rickley Leandro. *A condição Mariel: memórias subterrâneas da Revolução Cubana*. Goiânia: EDUFMA, 2012.
- VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A CONSTITUIÇÃO DA NARRATIVA E OS USOS DA IMAGINAÇÃO
HISTÓRICA**

Mayke Rogerio F. Leite (UFG)¹

RESUMO: O presente trabalho em exposição terá como objetivo, promover uma análise acerca da constituição da narrativa por parte do historiador, bem como dialogar sobre os pontos de tensão sobre os usos da imaginação histórica na história. Tanto a narrativa, quanto a “imaginação” possui algo em comum, sendo meios de constituição de sentidos tanto na História, como na Literatura. A reflexão acerca das possibilidades e limites que o historiador encontra entre a história e a literatura, passou por marcantes transformações no decorrer do século XX, tornando assim, centro de profundos debates nas décadas finais do século em questão. Um dos palcos dos amplos debates é a revista *history & theory*, que foi canal de veiculação de propostas de renomados pesquisadores, sobretudo em relação a narrativa. Deste modo, publicações de White, Rüsen, Costa Lima, Collingwood e Ricouer, fermentaram de forma decisiva o que se tem acerca da constituição da narrativa como ferramenta de exposição de resultados finais ou parciais na história e na literatura. Em relação a imaginação histórica, a análise que se empreende é a do posicionamento acerca dos usos ou não desse recurso na composição da narrativa, sobretudo no preenchimento das lacunas. Aventurar em empreender esse debate, atual e necessário, nos possibilita visualizar mais de um posicionamento e consequentemente, mais de um caminho apto a se trilhar. Afinal, as questões em torno da narrativa é apenas mais um elemento de discussão em direção a legitimidade da história enquanto produtora de sentido.

Palavras-chaves: Narrativa; Imaginação; História; Literatura.

Introdução

Uma das marcas relevantes do século XIX para a história, foi o esforço empreendido por Leopold Von Ranke concretizando a história como uma disciplina.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Atualmente, Bolsista do CNPq.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Esse autor, logo formulou, ainda, as noções básicas que visavam à qualidade de cientificidade da história enquanto campo do conhecimento. Em Grafton (1998), assiste-se uma afirmação que Leopold Von Ranke foi o primeiro historiador a praticar a história científica, ou seja, para o autor todo estudante sabe o que é história científica e quem a inventou.

No século XX, em grande parte devido aos feitos dos historiadores no século anterior, a história alargou seu campo de atuação, dialogando constantemente com outras disciplinas, formulando e reformulando suas bases teóricas e metodológicas. Cabe atenção redobrada a questões que irão surgir com relação à narrativa histórica e o estatuto da história enquanto produtora de conhecimento. Se antes o esforço era para firmar a história como disciplina, como uma ciência com sustentações sólidas, o que vem à tona no século XX, é uma série de problematizações internas na história, tais como: narrativa histórica ou ficcional, conhecimento verdadeiro ou “invenção”, objetividade ou subjetividade, representação ou não do passado.

Contudo, um desses campos de discussões, que logrou grande êxito e reuniu desde filósofos da história, passando por críticos literários e, lógico, historiadores, foi a revista *History & Theory*, que conforme Malerba (2016) deu origem a amplas discussões que apresentaram reflexões acerca do estatuto da narrativa histórica. Entrelaçado no âmbito dos debates e produções nessa revista encontrava-se Hayden White, cujo nome sempre vem à tona quando se trata dessas dualidades e levantes na história pós 1960.

Deste modo, levando em consideração, que o ofício do historiador é complexo, ele necessita estar bem recortado, visando segurança para articular minimamente sobre o material ou período escolhido. O objeto de destaque aqui brevemente analisado, consiste em trabalhar com as noções de imaginação no trabalho do historiador, visando compreender a construção da própria narrativa enquanto um gênero produtor de conhecimento histórico. Isso significa trabalhar a relação entre história e literatura.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Assim, em se tratando de conceito/noção amplo e polissêmico, aplicar-se-á uma breve análise acerca da imaginação histórica na obra “O retorno de Martin Guerre” de Natalie Zemon Davis. Por tratar-se de uma obra com lacunas polêmicas, produzida por uma historiadora de renome, a proposta almejada soará como um ponto de partida para se levantar questões pertinentes sobre os limites e possibilidades da verdade, na composição narrativa de Natalie Zemon Davis. Sendo uma obra convidativa a tais análises, algumas indagações, tais como: Quais elementos a autora utilizou para cobrir as lacunas deixadas pelos documentos? O resultado da obra comprometeu o que se entende por produção pautada pela busca da verdade? Essas e outras indagações serão o pano de fundo para tecer as argumentações. Primeiro, fala-se das questões da narrativa.

Introdução à constituição da narrativa.

Conforme Malerba (2016), historiadores, filósofos da história e teóricos da literatura têm se empenhado para formular as bases desse recurso utilizado pelo historiador. Narrar a história, dar vazante ao que se tem sobre o passado, não é um empreendimento fácil. Chartier (1990, p. 81) sinaliza que em momentos em que se buscava na França construir um modelo de história que se afastasse da narrativa, Ricouer segue na contramão. “A escrita propriamente histórica se constrói, com efeito, a partir das formulas que vão desembocar em intrigas”, e tudo isso por meio da configuração narrativa tecida pelo historiador.

Desta forma, se entendida a história como vinculada a uma construção narrativa, logo, considera-se que há uma proximidade da história com a literatura. Foi justamente essa proximidade que fez com que Hayden White enxergasse um campo fértil para tecer suas contribuições, assim surge os ensaios “*O fardo da História*” e “*O texto histórico como artefato literário*”, ambos contidos na obra *Trópicos do discurso: ensaios sobre a*

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

crítica da cultura (1994). E não menos importante, mas foco de muitas polêmicas, a obra *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX* (1992).

Com o intuito de demonstrar aos historiadores que a história tinha uma proximidade com a literatura, e que isso não era o apocalipse para a legitimidade da história, White visualiza na escrita da história uma série de possibilidades linguísticas. O que polemizou em White foi o tom firme com que tecia suas argumentações, e uma delas é o que o autor chama de “texto histórico como artefato literário”, cujas narrativas seriam “ficções verbais”.

Mas de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências. (WHITE, 2001, p. 98)

Argumenta Malerba (2016) que devido a essas afirmações, muitos se detiveram a criticar White profundamente sem conhecer por inteiro suas colocações, esquecendo que ele tem formação em história. Malerba pontua que uma leitura atenta, dos textos de White, possibilita perceber que ele nunca argumentou contra as certezas em relação aos fatos históricos, nem mesmo questionou veementemente as bases da capacidade de produzir conhecimento da disciplina em questão. O que White pretendeu foi demonstrar que os fatos não continham explicações em si mesmas, questionou o posicionamento de que para cada procedimento histórico haveria modelos narrativos verdadeiros que poderiam ser testados mediante adequação dos fatos. Existem sim possibilidades de outras interpretações e de estabelecimento de outras verdades. Se os fatos não se explicam por si só, cabe ao historiador fazer esse trabalho dando voz aos documentos.

A narrativa é vital para a escrita da história, como evidenciaram algumas das discussões recentes. Ela tem por características promover o conhecimento histórico tal

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

como formula White (1992), ou como afirma Rüsen (2016), a narrativa produz elementos que formam a consciência dos indivíduos. A constituição de sentido serve também para a formação da identidade dos sujeitos históricos, demonstrando que ao longo das temporalidades históricas, as narrativas influenciavam a forma como os indivíduos estabeleciam-se social, coletiva e individualmente quanto à identidade, servindo assim, para proporcionar uma leitura do mundo que o cerca.

Observando a tensão que há entre literatura e história em relação ao estatuto da narrativa histórica, Durval postula que os historiadores temem a aproximação entre a história e a literatura. Logo, quando alguns se aventuram, posicionam de maneira defensiva. No entender de Durval (2007 p. 12), tal posicionamento está ligado com questões que giram em torno da verdade na história, também está relacionado com a distinção que se faz entre o fato e a ficção, o que assegurou, por boa parte de tempo, a separação entre história e literatura. Para o autor, deve-se superar essa desconfiança em lançar a tais discussões, pois a narrativa histórica está pautada em construções sobre métodos, e sobre as fontes.

Pode-se pontuar que Rüsen (2016) atua de forma a trabalhar a relação entre essas duas disciplinas, sobretudo, formulando o que seja a narrativa. Para o autor, a narrativa como um processo de atribuição de sentido para a história, possui em seu bojo ao menos três relevantes qualidades, sendo: a) a narrativa vinculada à memória, mobiliza a experiência do tempo passado, b) a narrativa é uma forma de organização temporal propiciando assim que as experiências do passado possam possuir relevância para o presente; c) a narrativa histórica estabelece a identidade dos autores e dos ouvintes.

Luiz Costa Lima (2016), produz acerca da narrativa histórica posicionando-se no sentido de entender os tratos para com a ficção na narrativa histórica. Segundo o autor, por muito tempo se tem debatido acerca dos usos e não usos da narrativa ficcional ou do próprio termo ficcionalidade. O conceito que se extrai desse termo por parte dos conservadores da história é sempre no sentido de vincular ao inverídico, fabuloso e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

mentiroso. Algo que a própria Natalie Zemon Davis desconstrói mais à frente. Mas, por ora, cabe captar o posicionamento de Lima quando sinaliza que, ao invés dos historiadores traçarem oposição entre o real e o ficcional, seria mais prudente e vantajoso se eles problematizassem a noção de realidade como uma superfície vazada.

O conceito de imaginação na narrativa histórica.

Natalie Zemon Davis, historiadora canadense e americana, é atualmente uma referência internacional quando se trata de produções historiográficas interessantes. Dentre suas produções, estão *Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI (2001)*, *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna (1990)*, *Nas Margens: três mulheres no século XVII (1995)*, e junto a tais obras, a publicação de grande repercussão, *O Retorno de Martin Guerre (1987)*.

De início o que mais chama a atenção, está na introdução da obra “O retorno de Martin Guerre”, em que a autora, por conta própria, explicita o seu método de trabalho utilizado na composição da obra.

Na ausência de interrogatórios do processo (no tribunal de Tolouse, faltam todos os registros dos processos criminais anteriores a 1600), investiguei os registros das sentenças do Supremo Tribunal para encontrar as informações suplementares sobre o caso, a prática e as atitudes dos juízes. [...] *Quando não consegui encontrar meu homem (ou minha mulher) em Hendayne, Sajas, Artigat ou Burgos, fiz o máximo para descobrir, através de outras fontes da época e do local, o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido. O que aqui ofereço ao leitor é, em parte, uma invenção minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado.* (DAVIS, 1987, p.21) (*Grifo nosso*)

Davis deixa claro que foi realizado um trabalho de muito esforço ao evidenciar que as fontes em que pesquisou, conduziram para a percepção de que havia algumas lacunas. Dessa forma, a autora teve que buscar outras possibilidades que lhe

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

conferissem meios para compor a sua obra. Entrou em cena ao que a historiadora legítima como invenção, ou melhor, as possibilidades imaginativas do historiador. Por mais que se possa pensar que aqui há uma problemática quanto as lacunas deixadas pelos documentos, levando a uma noção de desconfiança acerca da produção de verdades sobre essa obra, Davis aponta que a tarefa de invenção/imaginação, é cabível ao historiador.

A pesquisa histórica envolve algum trabalho da imaginação e a escrita da história exige uma habilidade que é, em parte, imaginativa. Há, por assim dizer, no modo como se pensa e se escreve, uma região em que as fronteiras entre história e ficção se confundem. Mas, por outro lado, os historiadores, em regra consultam textos – algo externo a eles mesmos – e não suas próprias mentes, quando precisam verificar algo. [...] na ficção, o autor pode muito bem decidir que não consultara nenhum texto e que vai simplesmente deixar a coisa fluir, o que nos historiadores não podemos fazer. Não nós é permitido escapar as regras da história, e muito me agrada, na verdade, ter que me submeter a algo exterior a mim mesma. (PALHARES-BURKE, 2000, p. 108-109).

Para a autora, as fronteiras que delimitam história e literatura é uma questão de gênero, e nesse sentido, o historiador não possui uma liberdade exacerbada para compor desregradamente a sua narrativa histórica, algo que é permissível na ficção. O trabalho do historiador deve estar fundamentado em documentos, em provas tal como afirma Carlo Ginzburg (1989). Pesavento (2014) em análise das proposições de Ricoeur, afirma que este, também problematiza a relação do historiador com a narrativa em relação à ficcionalidade.

Ainda no esclarecimento do que se entende por ficcionalidade e os seus usos na história, Davis, cansada dos ataques a sua produção, classificada como falsa, detentora de fragilidade documental e imaginação exacerbada, promovendo uma ficcionalidade desmedida, desenvolve uma crítica à noção equivocada de ficção.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Por ficção, Natalie Davis não entende nem a falsidade nem a fantasia, versões vulgares de compreensão do conceito, nem ainda a possibilidade de invenção absoluta dos dados do real. [...] O historiador é aquele que a partir dos traços deixados pelo passado, vai em busca da descoberta do como aquilo teria acontecido, processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão. Ou seja, o historiador cria o passado e, para Natalie Davis, a História é uma forma de ficção, tal como a Literatura. (DAVIS apud, PESAVENTO, 2014, p. 53-54).

Subjaz ao exposto, por ficção Davis não considera nem a falsificação, muito menos a fantasia. Na história permite-se a utilização de meios de linguagens que expressem o possível, o plausível, as probabilidades. Daí pode-se notar que a autora não se importa em usar algumas expressões de cunho “impreciso” na obra de Martin Guerre. Constantemente depara-se com o “Talvez”. Visualiza-se a autora trabalhando com algumas hipóteses interpretativas em que faltaram fontes. Mais uma vez volta-se para a possibilidade do uso da imaginação ao preencher as lacunas. Esse tapar lacunas, Croce vai pontuar como a imaginação combinatória.

A imaginação combinatória não se confunde tampouco com a imaginação que inventa conjeturas e hipóteses, as quais se formam para dar direção à pesquisa e se exaurem neste papel heurístico. A imaginação de que falamos intervém, ao contrário, diretamente no trabalho historiográfico para preencher os vazios que ficam nas series de imagens oferecidas pelas notícias atestadas e criticamente apuradas; isto é, com o mais ou menos, salvo que não se limite transcrever ou a resumir as fontes, intervém sempre para vencer o descontínuo daquelas notícias e tecer um relato coerente. (CROCE, 1962, p. 108)

Desta forma, esse tipo de imaginação, segundo o autor, não tem por finalidade inventar algo no sentido contrário à busca da verdade dos fatos. Ela apenas contribui com o historiador, na medida em que possibilita fazer os elos entre um determinado fato e outro, que devido a algum imprevisto possui uma lacuna. Desse modo, esse modelo de imaginação combinatória, preenche as lacunas e não remete a narrativa histórica ao

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

status de falso. Ainda em se tratando de imaginação histórica, uma referência certamente é a obra *A idéia de História* de Collingwood, em que trata da questão da imaginação histórica entre o romancista e o historiador. Apontando as semelhanças e divergências acerca do uso da imaginação histórica, Collingwood chega à conclusão de que o trabalho do historiador apresenta muitas semelhanças com o trabalho do romancista, divergindo apenas em um aspecto. Conforme o Collingwood,

O homem que escreve um romance compõe uma narrativa, em que os papéis são desempenhados por várias personagens. As personagens e os incidentes são todos igualmente imaginários; contudo, o grande objetivo do romancista é mostrar as personagens em ação e os incidentes em desenvolvimento de maneira determinada por uma necessidade interna deles próprios.

[...] o romancista só tem uma tarefa: construir um quadro coerente, dotado de sentido. O historiador tem uma dupla tarefa: tem de fazer isto e tem de construir também um quadro das coisas, tal como elas eram realmente, e dos acontecimentos, tal como eles ocorreram realmente. Esta outra necessidade obriga-o a obedecer a três regras de método das quais está livre o romancista ou o artista, em geral. [...] em primeiro lugar, o seu quadro tem de estar situado no espaço e no tempo. [...] em segundo lugar, toda a história deve ser coerente em relação a si mesma. [...] em terceiro lugar, e é o mais importante, o quadro do historiador está relacionado especialmente com aquilo a que se chama provas. (COLLINGWOOD, 1994, p. 366-372)

O autor aponta que o historiador diverge do romancista na necessidade de tratar os acontecimentos tais como ocorreram, limitando assim o aspecto de imaginação histórica sem respeitar regras metodológicas. Assim, a narrativa histórica difere-se porque está vinculada ao tempo e ao espaço, tem o compromisso consigo mesma e deve estar amparada em provas. Ginzburg (2002, p. 58) pontua que o procedimento de preencher as lacunas deve ser encarado como normal e obvio. Se os documentos estão dispostos e há algumas lacunas, é o historiador quem deve contorná-las. Se há assim uma imaginação controlada, a verdade dos fatos não estaria comprometida. Findando as colocações, Chartier (1990, p. 239) afirma que a questão em voga na história, seria a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

passagem de uma validação do discurso histórico para um outro tipo de validação, permitindo considerar os possíveis, prováveis e verossímeis.

Considerações finais

No cenário de vastas produções, não seria novidade afirmar que os debates em torno da narrativa história, tem legitimado a mesma. Pensar em narrativa na história, é debruçar-se na possibilidade de representação do passado, é trabalhar as questões envolvendo a existência ou não de uma fronteira que separe História e Literatura. Do mesmo modo, e lançar olhares sobre a forma de constituição de sentido proposto pela história em relação aos indivíduos. Sendo assim, não poderia soar diferente, corroboramos com o pensamento de Ricouer, em que a narrativa é considerada fundamental para o ofício do historiador e para a sua disciplina.

Em relação á imaginação histórica, a questão soa demasiadamente complexa. Visto que há historiadores ancorados na perspectiva de que o uso desse recurso afetaria a busca primordial da verdade dos acontecimentos históricos. Do mesmo modo, também prejudicaria a fidelidade do pesquisador para com a causa do real na história. Logo, o uso da imaginação na história de certa forma promoveria o desequilíbrio no enquadramento da história como ciência. De antemão, tais questões mencionadas careceria de um aprofundamento. Por outro lado, há historiadores que não visualizam a imaginação histórica como algo destrutivo e aterrorizador para os avanços que se tem promovido ao longo do tempo. Existem aqueles que defendem o uso dessa ferramenta como uma forma de contribuir no trato com as fontes, ajudando e promovendo possibilidades interpretativas.

Quanto a Natalie Davis e a obra “O Retorno de Martin Guerre”, nota-se a presença de ambos os objetos aqui analisados: a narrativa e os usos da imaginação. De antemão cabe destacar que, Davis apresenta-se como uma historiadora de prestígio no

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

meio da historiografia recente, atuando em diversificadas frentes e em múltiplas temáticas, sobretudo aquelas dos “marginalizados da história”. Suas contribuições são inegáveis. Ao que se refere a obra em questão, o que percebemos foi uma ousadia mesclada com coragem e inovação no trato com as fontes de pesquisa que compôs a obra. Davis não se refutou a trabalhar tais fontes, mesmo que as lacunas fossem grandes e que isso lhe pudesse custar agressivas críticas. O que notamos com tal obra é bastante peculiar, uma obra consideravelmente lida, porém uma obra que não tem uma grande veiculação no Brasil como uma fonte de estudos que se apresente como precisa. Ou seja, uma obra bastante lida e conhecida e quase nada utilizada em trabalhos. Isso nós leva a uma questão que demanda uma pesquisa de folego, no caso seria, entender a forma como tal obra obteve a sua receptividade no Brasil no pós 1980.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. 2007. Bauru, Edusc.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

CROCE, Benedetto. *A História, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

DAVIS, N. Z. *O retorno de Martin Guerre*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: companhia das letras, 2002.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

LIMA, Luiz Costa: *A ficção externa e a historiografia*. In: MALERBA, J. *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1.

MALERBA, J. *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia: *As muitas faces da história*. Nove entrevistas. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p

RUSEN, Jorn. *Narração histórica; fundações, tipos, razão*. In. MALERBA, J. *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1.

_____. *Retórica e estética da história: Leopold von Ranke*. In. MALERBA, J. *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. v. 1. p. 86

WHITE, Hayden. *Meta História: A imaginação histórica no século XIX*. São Paulo, Edusp, 1992.

_____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo, Edusp, 2001.

320

SIMPÓSIO TEMÁTICO 5

História, Narrativas, Identidades

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O FEMINISMO ENTRE CORES E MELODIAS

Ellen Ataíde Campos, graduanda de História da UEG¹

Resumo: Ao longo da história, sempre houve mulheres que lutaram contra a moral e a condição social a elas impostas. Porém, no curso do século XIX e passagem para o XX, surgem às chamadas ondas feministas por meio das quais as mulheres se organizaram para lutar de forma mais efetiva por seus direitos. Apesar dessas ações historicamente importantes, identifica-se, mesmo hoje, a persistência da desigualdade de gênero em desfavor da mulher. Tal situação se torna ainda mais complexa e desfavorável quando se examina a condição social da mulher negra, uma vez que ela, além de sofrer com a discriminação de gênero, é afetada pelo preconceito de cor. O fato é que esses processos de exclusão e marginalização acabam por restringir os acessos da mulher negra no conjunto da sociedade, levando-a, a permanecer desempenhando papéis de menor prestígio social. Diante disso, a partir categorias teóricas de feminismo, representações e imaginário social, o presente trabalho pretende analisar de que maneira a música popular brasileira, como produto cultural de largo alcance, reproduz preconceitos de gênero e cor em suas letras. Letras que, na perspectiva metodológica da etnomusicologia, serão submetidas à análise. Músicas como *Minha nega na janela*, dentre outras, exemplificam esse quadro discriminatório.

Palavras chave: Feminismo; feminismo negro; etnomusicologia.

Feminismo em seu contexto histórico

A transição do século XIX para o XX foi caracterizado por muitas mudanças no imaginário social e político, nesse sentido acendem novos paradigmas marcados pelo pensamento burguês e liberal que traziam em si um novo ideal de liberdade e direitos a serem constituídos aos quais as mulheres não estavam inseridas.

¹ellenuieg@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Sempre houve mulheres que lutaram contra a moral e a condição social a elas impostas, mas na maioria das vezes o impacto não ocorria da maneira que se esperava, dessa forma a partir da metade só século XIX começaram a se organizar de forma mais resistente para reivindicar direito ao voto, participação política e escolar para assim se tornarem sujeitos políticos nas mesmas condições que os homens, sendo essa luta caracterizada como primeira onda feminista.

Na chamada segunda onda, o movimento aparece de forma mais libertário, que abordam questões de sexualidade, direito de decidir sobre o corpo, e questionando as outras formas de submissões e opressão que ainda faziam parte do cotidiano. Grandes nomes como Simone de Beauvoir, Betty Freidam, Carol Hanisch, são de extrema importância para se pensar essas novas questões do empoderamento feminino.

As primeiras ondas feministas foram marcadas por um caráter mais universal, visando à igualdade entre homens e mulheres como foco principal, mas a partir da terceira onda a idéia de diversidade se torna mais forte, visando que as mulheres são diferentes e dessa forma necessitam de demandas específicas, como as mulheres negras, lésbicas e trans.

A Sojourner Truth em seu discurso "*Aint' I a woman?*" deixa clara a diferença de tratamento de uma mulher branca para uma mulher negra, e que não é apenas o machismo que as atingem enquanto sujeito, mas também questões raciais e de marginalização social.

That man over there says that women need to be helped into carriages,
and lifted over ditches, and to have the best place everywhere.
Nobody ever helps me into carriages, or over mud-puddles, or gives
me any best place! And ain't I a woman? Look at me! Look at my
arm! I have ploughed and planted, and gathered into barns, and no
man could head me! And ain't I a woman? I could work as much and
eat as much as a man - when I could get it - and bear the lash as well!

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

And ain't I a woman? I have borne thirteen children, and seen most all
sold off to slavery, and when I cried out with my mother's grief, none
but Jesus heard me! And ain't I a woman? (TRUTH, 1851)

Feminismo negro

Apesar desses movimentos, identifica-se, mesmo hoje, a persistência da desigualdade de gênero em desfavor da mulher. Tal situação se torna ainda mais complexa e desfavorável quando se examina a condição social da mulher negra, uma vez que ela, além de sofrer com a discriminação de gênero, é afetada pelo preconceito cor.

No interior do movimento feminista foram constituídas lutas da qual as mulheres negras sentiam distantes de sua realidade. Além da Sojourner Truth, outras feministas negras falam desse distanciamento. Sueli Carneiro dá exemplo do mito da fragilidade ou rainhas do lar como sendo desassociados da realidade da mulher negra, que foram escravizadas, sexualizadas e ainda hoje ocupam menor prestígio social.

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”. (CARNEIRO, 2003, p. 2)

Por muito tempo as mulheres negras tiveram suas vozes silenciadas e suas histórias contadas a partir do outro, e conquistar esse direito de fala é romper com os discursos pré-definidos. Segundo Ribeiro (2016) “A ausência também é ideologia. Muitas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

feministas negras pautam a questão da quebra do silêncio como primordial para a sobrevivência das mulheres negras”. (RIBEIRO, 2016, p.101)

Feminismo entre melodias

No Brasil, como em outras partes do mundo, o feminismo e os debates em torno dele começam a ganhar força. Grandes autoras como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, começam a pensar o feminismo a partir da perspectiva brasileira, visando às demandas e particularidades das mulheres aqui inseridas.

Como diz a escritora Maria Áurea (1992), “há sempre uma imagem da mulher” (ÁUREA, 1992, p. 15) e essa imagem se perpetua além da vida privada, gerando padrões e preconceitos nas construções culturais. Diante disso, a partir do conceito de etnomusicologia, segundo (Merriam, 1964) procuro pensar como a música popular brasileira como produto cultural de grande influencia social está marcada por discursos machistas e racistas em suas letras.

A música *minha nega na janela* foi lançada em 1979, cantada por Germano Mathias, tendo grande repercussão em seu lançamento:

Não sou de briga
Mas estou com a razão
Ainda ontem bateram na janela
Do meu barracão
Saltei de banda
Peguei da navalha e disse
Pula muleque abusado
Deixa de alegria pro meu lado
Minha nega na janela
Diz que está tirando linha
Êta nega tu é feia
Que parece macaquinha
Olhei pra ela e disse

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Vai já pra cozinha
Dei um murro nela
E joguei ela dentro da pia
Quem foi que disse
Que essa nega não cabia?²

Ao pensar a música como construção cultural resultado de comportamentos humanos, percebemos que a música exposta acima, como outras lançadas na mesma época o imaginário que ainda predomina nossa sociedade, marcada por um forte discurso machista e conservador, colocando as mulheres em uma situação de subalternidade, reforçado a violência doméstica e emocional, muito presentes em nosso cotidiano.

Uma das principais preocupações a partir da segunda onda feminista era se perguntar o porquê da permanência desse imaginário? Porque em meio a tantas lutas e diálogos o número de abusos e violência contra a mulher se torna cada vez maiores? Até quando as mulheres irão ser vistas a partir de um olhar masculino?

A feminista Patricia Hill trabalha com os conceitos de autodefinição e autoavaliação, que seria a mulher definir sua própria imagem, substituindo imagens a ela já definidas por homens. (HILL, 1992) Como forma de se contrapor a esses padrões cantoras como Carol Konca, Valesca, entre outras, reforçam em suas letras a imagem da mulher independente, forte, quebrando com os discursos que por muito tempo permaneciam fixos em relação à mulher.

Considerações finais

²MATHIAS, Germano Minha nega na janela. Álbum: Realce. Lançamento: 1979. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c2VeUDJCsEA>>. Acessado em 08 de abril. 2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O movimento feminista surge com o intuito de romper com a desigualdade de gênero e todas as formas de opressão e violência contra as mulheres. Dessa forma “O movimento feminista contribuiu nas organizações de lutas pautadas na emancipação da mulher, questionando sua condição subordinada, hierarquização dos sexos, discursos e práticas em torno da mulher, enfim, a luta pela conquista da cidadania plena” (COELHO e GOMES, 2015, P. 3).

A música enquanto construção cultural carrega em suas letras o imaginário que permeia a sociedade, e muitas cantoras ativistas tentam moldar o cenário da música popular brasileira, introduzindo em suas letras questões do empoderamento feminino, o direito de fala, a luta contra o racismo e violência doméstica, e principalmente quebrando com discursos pré definidos sobre a mulher.

Referencia bibliográfica

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a Partir de Uma Perspectiva de Gênero*. São Paulo: Instituto da Mulher Negra, 2003.

CRUZ, Maria Áurea. *A Musa Sem Máscara: A Imagem da Mulher Na Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

GOMES, Sansarah; COELHO, Andreza. O movimento feminista negro e suas particularidades na sociedade brasileira. São Luiz: VII jornada internacional políticas públicas, 2015.



Universidade
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

HILL, Patricia. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Sociedade e Estado, 2016.

MATHIAS, Germano. *Minha nega na janela*. Álbum: Realce. Lançamento: 1979.
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c2VeUDJCsEA>>. Acessado em 08 de abril, 2018.

MERRIAM, Alan P. *The Anthropology of Music*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1964.

RIBEIRO, Djamila. *Feminismo Negro Para um Novo Marco Civilizatório*. São Paulo: Revista Internacional de Direitos Humanos, 2016.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**AS NAUS DO *ETHOS*: EPOPEIA, MEMÓRIA E LEITURA ENTRE
ANTIGOS E MODERNOS**

Martins, Jennyfer Brenda Pinheiro (UEG)¹

Pirajá, Juliano de Almeida (UEG)²

Resumo: Estabelece-se, neste texto, diálogo entre a Odisseia, de Homero, e o romance contemporâneo O Navio de Teseu, de J.J Abrams e Doug Dorst. Ao reconhecer uma influência que a Antiguidade Grega exerce no mundo contemporâneo, sendo possível mostrar como a referida narrativa da antiguidade reflete na contemporaneidade e tem como objetivo discutir a herança advinda da epopeia clássica e compreender como o mundo moderno é capaz de lidar com a personificação dos cantos gregos em suas narrativas.

Palavras-chave: Antiguidade; Odisseia; Contemporâneos; Memória;

Apesar de muito se acreditar que a antiguidade não possui uma influência no mundo contemporâneo, e em notar como esse mundo tenta se afastar cada vez mais dessas influências, é notório que há um retorno aos antigos, de modo que possa pensar numa eterna reconfiguração do antigo na contemporaneidade. Nos séculos XIV e XVI, houveram grandes movimentos que fizeram com que o homem tentasse observar o mundo com uma perspectiva que divergia das influências que haviam naquele período, e desde o movimento renascentista o homem começa a tentar se desligar dessas

¹ Graduanda do 5º semestre de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Goiás - Campus Formosa. jennyfer.brendaa@gmail.com

² Prof. Mestre, pela Universidade de Brasília. Atualmente professor pela Universidade Estadual de Goiás - Campus Formosa. julianopiraja@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

influências, inclusive religiosa e passa a considerar-se um ser racional, então começa à enxergar o mundo com os olhos da ciência. Se passaram vários séculos e embora o homem contemporâneo continue tentando desvencilhar-se de uma cultura arcaica e de alguma forma tenta ditar sua própria maneira de enxergar o mundo, nota-se que seus esforços tenham sido falhos quanto a não receber tais influências, já que sua própria escrita e suas produções midiáticas ainda estão alicerçadas no mundo antigo.

Ao pensar numa influência em que a antiguidade exerce no mundo contemporâneo, nota-se que entre elas encontra-se a Epopeia Homérica Odisseia, com um tempo amplo que separa o mundo contemporâneo, do século XXI e do período em que provavelmente foi escrita a epopeia clássica no século VIII, é possível notar que em muitos séculos as interpretações e reconfigurações da obra são inúmeras, sendo assim configurando-a ao papel de eterna. E ao falar de interpretação e de uma tradição oral, é evidente pensar que cada indivíduo compreende e recebe aqueles contos a partir de suas próprias concepções de um mundo no qual está inserido, ou seja, os textos são continuamente reinventados pelas diversas interpretações que deles são feitas nesse espaço de tempo que separa o mundo antigo do contemporâneo.

“Diremos então que na medida em que remetente e destinatário se referem a uma cadeia de léxicos conotativos de grau e força vários, e na medida em que, se não o código, pelo menos grande parte desses léxicos diferem, a mensagem como forma significante surge como uma forma vazia a que se podem atribuir os mais diferentes significados.” (ECO, Umberto. 2013, 46)

Ao refletir o mundo antigo e suas influências é possível notar que embora na contemporaneidade o homem tente se desvencilhar daquilo que é visto como passado, portanto pode ser fadada ao esquecimento, quando se volta para obras contemporâneas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

percebe-se que o mundo moderno ainda não cessou seu diálogo com o passado, de maneira que obras tidas como importantes para a antiguidade, para os “modernos” são obras que podem ser destinados ao declínio. Portanto, pensar nessas reconfigurações a epopeia homérica é contraposta ao livro *O Navio de Tesu*³, narrativas tão distintas e mesmo assim tão similares, ao ponto de obterem fatos tão semelhantes fazendo com que se pense que realmente haja uma reconfiguração da epopeia na marginalia produzida por J.J Abrams e Doug Dorst. Nessa perspectiva as duas narrativas se encontram quando passam a contar sobre diversas viagens em alto mar e seus respectivos heróis, trazendo uma presentificação da epopeia como recurso de memória para a ficção moderna.

Analisando a epopeia homérica é possível recordar-se de que é uma obra que é vista como um meio de contar a verdade de uma história passada, já que a partir da própria historiografia, a partir do peso que a própria obra carrega sobre essa verdade, nota-se que a marginalia de Abrams e Dorst “brinca” com esses fatos recorrendo à ficção. Embora o romance contemporâneo faz uso da fantasia, ela não deixa de continuar contando a verdade que existe dentro do épico grego, e mesmo se houvesse um rompimento do imaginário contemporâneo com os gregos, a epopeia ainda se faz passado e presente, de forma que ela conta a verdade do passado e dita uma verdade no presente.

Segundo Lucília DELGADO⁴, as memórias estão em diálogo com o passado e presente, sendo assim o presente e possivelmente o futuro são influenciados por fatos antecessores, sendo relegados a tradição, seja ela oral ou escrita. A partir da perspectiva de que o mundo contemporâneo tenta esquecer sua herança ligada ao mundo antigo e na tentativa de escrever um novo imaginário para seu mundo, percebe-se que até mesmo

³ ABRAMS, J. J.; DORST, D. S. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral-memória, tempo, identidades*, pg.8. Autêntica, 2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

quando pensam nesse novo, estão alicerçados na antiguidade grega, refletindo nessa influência, é possível observar que o passado não está esquecido conforme a contemporaneidade tenta impor, mas que a cada novo que é produzido ele é reamemorado e assim sendo eternizado, embora suas configurações sejam diferentes, aquela herança da antiguidade ainda permanece.

Quando ao ser contraposta ao livro *O Navio de Teseu*, a epopeia homérica é observada como influência na escrita do romance de Abrams e Dorst, já que as mesmas falam de viagens em alto mar, heróis buscando seu retorno a sua antiga história e até mesmo a paixão desenfreada por Penélope. Com demasiado tempo que divide a antiguidade do mundo contemporâneo, há um leque de possibilidades para que a epopeia clássica seja reconfigurada, de modo que é quase perceptível que obras modernas podem conter uma influência de uma obra tão antiga, entretanto é justamente o fato desse romance do século VIII ainda influenciar o mundo contemporâneo que torna-se capaz de mostrar que os escritos da antiguidade ainda estão vivos nas memórias, embora tentem criar novos romances, aqueles mitos ainda norteiam o imaginário do homem moderno, fazendo com que pense num retorno aos seus ancestrais.

No romance *O Navio de Teseu*, o personagem nomeado como S. se encontra num verdadeiro desespero em busca de sua identidade, quando questionado sobre quem é e de onde veio, envolvido pelo sentimento de estar sozinho, sem esperança e sem memória, se intitula como Ninguém, e ao observar como em tantos séculos de diferença e notar que da mesma forma, Ulisses ao sentir-se como um ser desprezível, de maneira que não sabia quando e se iria retornar para sua amada Penélope, preso na casa de um Ciclope, é questionado sobre sua história. Da mesma maneira como S., não se sente como uma pessoa, não reconhece sua trajetória e se perde em seus vazios, intitula-se como Ninguém, esvaziando-se de seu passado, sua história, seu eu, já não são mais Ulisses e S., mas somente dois viajantes perdidos em alto mar tentando se reencontrar com sua história.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Segundo Bakhtin⁵, estamos nos limitando aos modelos clássicos e não ultrapassamos os limites do passado, portanto a influência que a epopeia homérica exerce no mundo moderno chega a ser tão ingênua que de alguma forma parece que nem ao menos ela foi de fato esquecida, mas existe esse desejo de supera-la a fim de que seja possível escrever romances que sejam tão fortes quando a própria Odisseia, sendo capaz de mostrar que embora a literatura tenha se apoiado na história para escrever romances, ela não deixa de contar a história tal como ela foi, embora tente tornar aquela narrativa agradável e já tenha conquistado seu lugar na contemporaneidade, ainda sim ela narra uma história e dessa forma ela retorna à epopeia, tornando-a eterna e memorável.

Ao ser considerada um romance épico da antiguidade grega, os elementos desse romance passam a ser representados na estilística tradicional de modo que haja uma reconfiguração da epopeia na contemporaneidade, onde é possível perceber uma repetição dos eventos nos romances modernos, e ao investigar a marginalia de Abramns e Dorst, foi possível notar que da mesma maneira que a epopeia homérica carrega a dúvida de que foi escrita por vários autores, O Navio de Teseu traz a mesma questão e de uma forma similar ela carrega a busca por essas identidades, diferentemente da epopeia homérica que como escreve Hegel, “o grande estilo épico consiste no fato de a obra parecer cantar-se sozinha”, na marginalia os leitores são vistos como coautores de uma história que é configurada como um misterioso romance.

“O jogo encenado do texto não se desdobra, portanto, como um espetáculo que o leitor meramente observa, mas é tanto um evento em processo como um acontecimento para o leitor, provocando seu envolvimento direto nos procedimentos e na

⁵ BAKHTIN, Makhail. Questões de literatura e estética: a teoria do romance, pg.19. São Paulo: Hucitec, 1998.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

encenação. Pois o jogo do texto pode ser cumprido individualmente por cada leitor, que, ao realizá-lo de seu modo, produz um suplemento “individual, que considera o significado do texto.” (ISER, 2002, p. 116.)

Ao ler as epopeias gregas percebemos que há uma presentificação das musas e como elas inspiram os heróis que estão inseridos na trama, na marginalia de Abrams e Dorst não existem musas, nem mesmo deuses, mas há certos momentos em que a imagem de Sola, a paixão de S. está tão presente no contexto em que se encontra, que é possível pensar numa musa que inspira o jovem herói a retomar sua identidade, de maneira que é ela, assim como Penélope na epopeia homérica infunde em Ulisses a ir de encontro com sua história, seu eu. O tão esperado retorno do herói grego a Ítaca, o retorno e a descoberta de S., ver-se posto a ouvir sua própria história, sentir as lágrimas da saudade e da dúvida, um luto por sua própria história, mas que agora revive de maneira que as lágrimas vão de encontro com a diferença temporal que os rodeiam. Tudo está entrelaçado tornando possível que se pense numa reconfiguração do épico grego no romance moderno de Abrams e Dorst, o que antes eram puros acontecimentos tornaram-se história.

Fazer um paralelo entre passado e presente traz o pensamento de uma ideia sobre o eterno retorno de uma influência que se fez tão forte que foi possível permanecer decorrente tanto séculos de diferença. Embora as obras contemporâneas estejam continuamente tentando desvencilhar-se de uma cultura que é vista por eles como arcaica, e como diz Zumthor⁶, pode ser fadada ao esquecimento, ela não foi de fato esquecida. Está continuamente se renovando de maneira que seja possível perceber que ela já conquistou espaço entre história, literatura, ficção, romances e no próprio imaginário dos

⁶ Zumthor, Paul. “Performance, recepção e leitura”. Pg. 19-25. São Paulo, Cosac Naify, 2007.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

homens contemporâneos. Um paradoxo que anda entre passado e presente, de maneira que embora a modernidade tente se desvencilhar desse passado, usa-os como base para escrever romances que sejam fortes como o épico grego, é como diz Seneca, “Será que eu não sigo os meus predecessores? Faço-o, mas permito a mim mesmo inventar, mudar ou deixar alguma coisa.” (Seneca, *Epistola a Lucilio*, 80, 1).

Nesse aspecto, o mito do retorno traz o que com o tempo foi perdido de acordo com as narrativas da contemporaneidade em volta da epopeia clássica, embora numa tentativa de desvencilhar-se desse retorno e dessa influência, é quase impossível ver-se totalmente livre da epopeia homérica, ela fez parte de uma tradição oral e embora tenha obtido um leque de interpretações, de alguma forma ela permanece, já que segundo Umberto Eco⁷, a partir do momento em que são interpretadas e reinterpretadas são configuradas ao conceito de memorável. Contrariando o pensando que norteia as produções do mundo contemporâneo, ainda não é possível desvencilhar-se desse épico clássico que abriu o imaginário do homem contemporâneo para romances que abarcam viagens marítimas, heróis e um retorno à sua história. Portanto pensar na epopeia homérica é pensar em um romance extremamente forte que marcou e continua marcando o imaginário dos contemporâneos, portando a antiguidade passa a ser vista como um espelho para a modernidade, levando-os a criar narrativas que são singulares, mas ainda estão submergidas na tradição grega.

⁷Eco, Umberto. A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica, pg. 59.
Perspectiva, 1974.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Referências bibliográfica

AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ARENDETT, Hannah. Entre o passado e o futuro. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e estética: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1998.

BERNARDO, Gustavo. O livro da metaficção. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2010.

BLANCHOT, Maurice. A literatura e o direito à morte In: A parte do fogo. Tradução Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BLANCHOT, Maurice. O Espaço Literário. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DE CARLI, Elisana. TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE. *Criar Educação*, v. 4, n. 2, 2015.

Deleuze, G. (2006). *Ilha Deserta*, A. Editora Iluminuras Ltda.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral-memória, tempo, identidades. Autêntica, 2017.

DETIENNE, Marcel. A invenção da mitologia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

DETIENNE, Marcel. Os mestres da verdade na Grécia Arcaica. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1988.

ECO, Umberto. A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica. Tradução Pérola de Carvalho. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FLUSSER, Vilém. Língua e realidade. São Paulo: Annablume, 2007a.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

FLUSSER, Vilém. O mundo codificado. São Paulo: CosacNaify, 2007b.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Tradução
Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. Mito, emblemas, sinais: morfologia e história. 2. Ed. São Paulo:
Companhia das Letras, 2002.

HARTOG, François. A Revolução Francesa e a Antiguidade: futuro de uma ilusão, ou
esenrolar de um quiproquó? *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 13-44, 2000. **ISER,**

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos
históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

LACERDA, Sonia. Ação, risco, persuasão: o humanismo trágico dos gregos.
Humanidades, Brasília, n. 50, p. 112-116, set. 2003.

LIMA, Luiz Costa. História, ficção, literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Magris, Claudio. "O romance é concebível sem o mundo moderno." A cultura do
romance. São Paulo: Cosac Naify 9 (2009).

RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas: Editora da
Unicamp, 2007.

VERNANT, J.-P. 'As razões do mito', em *Mito e sociedade na Grécia antiga*. Trad. port.,
Brasília & Rio de Janeiro: Edunb & José Olympio, 1992, pp. 171-221.

VERNANT, J.-P. As origens do pensamento grego. Trad. port., 7ª ed., Rio de Janeiro:
Bertrand Brasil, 1992.

VERNANT, J.-P. Entre mito e política. Trad. port., 2ª ed., São Paulo: Edusp,

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e tragédia na Grécia antiga.
São Paulo: Perspectiva, 1999.

ZIZEK, Slavoj. Bem-vindo ao deserto do real! São Paulo: Boitempo, 2003.

ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. Tradução: Jerusa Pires Ferreira e
Suely Fenerich. 2ª edição. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A CONTRIBUIÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DE
DETERMINADOS FATOS HISTÓRICOS DE UMA REFERIDA CIDADE:
Catalão- GO**

Lélia de F. Tomé¹
Iris M. Tomé²

Resumo: Este abordará os diferentes elementos sócio-culturais, em um cenário constituído por um conjunto de cenas variáveis estruturadas pelo imaginário social e histórico da cidade de Catalão (GO), tendo como base para análise a obra “Um homem e sua família”, de Braz José Coelho (1997), aspectos como, tempo, referenciado no texto, a temporalidade e a espacialidade, o tempo da narrativa e o tempo da escrita, e o espaço como, categoria de apreensão histórico-geográfica definida por um recorte do território. Pretende-se, realizar uma abordagem teórica conceitual da cidade de Catalão- (GO), referente ao contexto histórico de 1950 a 1970. Assim despertar a prática da utilização de obras literárias para o processo de ensino e aprendizado em instituições escolares, valorizando-a; obras que, ao serem analisadas, contribuem para a importância da temática trabalhada no sentido de sensibilizar os/as discentes quanto aos meandros da formação da identidade e da cidadania. Assim, se espera que neste viés a literatura pode nos mostrar aspectos diversos da atividade e das experiências humanas, vivenciadas em determinado tempo e espaço; é por meio da análises destes vestígios do existir nesse espaço urbano que se revelam como foram vivenciados no seu tempo.

Palavras chave: Literatura; História; Identidade; Catalão-Go.

A relevante contribuição de obras literárias para a compreensão do processo histórico da cidade catalão- GO

A capacidade de intervenção que a educação escolarizada possui e como ela permite uma atuação dos educadores, no sentido de instigar, incentivar os educandos em

¹ Graduada em Geografia (UFG Catalão), mestranda do Curso Profissional em História pela mesma instituição. Contato: lelia.tome@educ.go.gov.br

² Graduada em Geografia (UFG Catalão) e Mestra pela mesma Instituição. Contato: iristome7@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

seu processo de aprendizagem por meio de ações e propostas educativas diferentes daquelas usais e tradicionais, e com o intuito abordar o imaginário social edificado acerca da cidade de Catalão representada pelo literato Braz José Coelho, é que recorreremos ao referido romance, vindo à luz em 1997, pela Editora Kelps. Compreende-se a obra como possuidora de importância singular e significativa para a sociedade local e regional, e com capacidade de contribuir, sobremaneira, no diálogo interdisciplinar almejado na pesquisa, para revelar as imagens acerca dela edificadas.

A intenção da pesquisa estrutura-se na análise do estudo interdisciplinar instigando a valorização da prática educacional escolarizada, por meio da utilização de obras literárias como ferramentas pedagógicas que norteiam o acesso a diferentes contextos históricos e elementos culturais constituídos em um determinado recorte temporal. A narrativa contemplada na obra instiga o imaginário, o conjunto de imagens acerca de práticas sociais, históricas, culturais e cotidianas, que configuram a cidade de Catalão, de modo a entender a importância da história deste lugar no processo de formação da consciência histórica de seus habitantes.

Assim a pesquisa justifica-se pertinente devido a relevância de abordagem textual, referente à formação do processo histórico da cidade de Catalão, bem como de sua influência na vida das pessoas, no intuito de identificar o lugar onde materializa as experiências e práticas sociais, logo, as memórias, como ainda a paisagem urbana edificada no referido romance.

Em análise correlacionada no campo da nova História, e em específico da História Cultural, um leque de opções de pesquisas se abriu, ampliando as perspectivas historiográficas com a utilização de novas fontes, o texto literário é uma delas, com sua riquíssima singularidade, pode-se assim dizer que a literatura é um testemunho de seu tempo, sendo capaz de oferecer ao historiador indícios e traços deste tempo, os quais

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

outras fontes não conseguem ofertar, deixando de ser um tipo de fonte que até pouco tempo era desqualificada e ignorada por grande parte dos historiadores.

A pesquisa demanda de distintas variáveis que instigam a pesquisadora a desenvolvê-la neste âmbito. A intenção é evidenciar por meio do estudo interdisciplinar a valorização da prática educacional escolarizada, formal, por meio da utilização de obras literárias como ferramentas pedagógicas que viabilizam o acesso a diferentes elementos culturais e históricos constituídos em uma dada delimitação geográfica, do espaço, e também temporal; neste caso, referente à cidade de Catalão por volta das décadas de 1950 à 1970.

Considerando o espaço urbano composto por distintos elementos correlacionados ao aspecto cultural, busca-se analisar a realidade vivenciada na cidade e pela cidade de Catalão, nas figurações de Coelho, no intuito e na perspectiva de identificar o lugar onde materializa as experiências e práticas sociais, logo, também, as memórias, como ainda a paisagem urbana edificada no referido romance. A narrativa contemplada na obra instiga o imaginário, a imaginação e o conjunto de imagens acerca de práticas sociais, históricas, culturais e cotidianas, que configuram a cidade de Catalão, de modo a entender a importância da história deste lugar no processo de formação da consciência histórica de seus habitantes.

Torna-se condição para facilitar a compressão da formação do processo histórico da cidade de Catalão, bem como de sua influência na vida das pessoas que nela residem, oportunizando as gerações presentes acessar, identificar e comparar o atual contexto histórico, como herança de um tempo pretérito, o qual não fez parte de suas experiências de vida, mas que, provavelmente, tiveram familiares, amigos e conhecidos como personagens do período, do tempo descrito e narrado.

Em análise da trajetória narrada na obra permite identificar elementos constituintes e característicos da sociedade do período, traços que os identificam e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

singularizam por meio de representações do romancista acerca do tempo e do espaço como lugar de experiências, de memórias e de práticas humanas que constituem uma dada paisagem desta cidade, ao descrever, de forma minuciosa e cuidadosa, a rotina diária vivenciada pelo ser humano pertencente aquela sociedade.

No romance em estudo, trata-se da migração de uma família que se desloca de sua região de origem que é o norte de Goiás com o objetivo de chegar a capital São Paulo, em busca de melhores condições de vida, com emprego que trariam para o grupo familiar mais segurança e conforto. Saem em viagem para correrem de uma realidade dura, sofrida, na ânsia de vencer, de ter uma vida menos miserável, porém esta viagem é interrompida pois o filho mais novo se encontra doente e os recursos financeiros já são escassos ou inexistentes. Logo mostra que não foi planejada, ela foi pautada a partir de informações, comentários de outras pessoas que liam ou viam outros dizerem sobre a vida do Sul e as possibilidades de uma vida melhor que teriam por lá.

Quatro meses batendo pernas sem encontrar nada em que pudesse trabalhar. Vivendo de favor num rancho de ponta de rua. Viviam atarantados nervosos, as coisas poucas dentro de casa se acabando. Era tentar a sorte em qualquer lugar outra parte. O mundo é grande. E vinham-lhe a mente as falas das pessoas que conheciam Minas, São Paulo lugares diferentes, com muitas oportunidades para quem não tinha medo de serviço. COELHO,(1997, p. 66)

Então, o homem viu se obrigado a buscar abrigo para sua família ali mesmo naquela cidade, não tendo outro recurso tiveram que passar a primeira noite ali mesmo na ferroviária, cidade esta que a princípio não pareceu nenhum pouco acolhedora.

A estação era fria e pousaram ali mesmo no cimento da plataforma, embrulhados em panos e cobertores ralos e rotos. Não tinham mais como seguir viagem. A intenção do marido de chegar a São Paulo já não existia. O único desejo era de quietar com aquela peleja, arranjar um canto onde pudessem morar, conseguir trabalho e cuidar da vida.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Desceram em busca de melhora e se encontravam na maior das misérias, a cacalharia amontoada na plataforma da estação. Eram a personificação quase doentia do desânimo e da descrença: a mulher com o filho mais novo prostrado em suas pernas, sentada no cimento frio e encostada na parede da estação, olhava como se não visse o marido, em pé, mais adiante, conversando com um homem que pelos modos deveria ser alguma autoridade ali. COELHO, (1997, p. 73-74).

O romance acima citado, narra parte da vida da família, principalmente do homem, e seus esforços em conseguir emprego nesta cidade que se mostra adversa, estranha a sua realidade advinda, evidenciando também o processo de ambientação que é extremamente difícil, não se adaptando ao lugar desconhecido e que continuam sendo vítimas de experiências negativas e opressoras. De acordo com Paula (2004):

Aquela família de migrantes que saiu de Porto Nacional movida pelas histórias de riquezas do Sul e que acabaram por ficar em Catalão, rapidamente conheceria os problemas *daquela* que outros pintaram como paraíso. Saber logo como se desmancha feito pó ao vento os sonhos de uma vida inteira. Ali, na procura por algo que haveria de ser abundante – o emprego. PAULA (2004, p.117).

Diante da situação posta, o homem constrói uma cabana improvisada e esta será o abrigo que passarão dias e noites, até conseguirem construir seu casebre, pois o esperança de irem para a tão sonhada São Paulo, em busca de seus ideais se esvaíam com o vento e o que era sonho se tornou em terrível pesadelo, sendo interrompido devido sua condição social. Ao ver sua família ao relento, exposta as mazelas, vítimas da exclusão social, se culpava ainda mais. Porém com muito esforço, sacrifício e suor, construíram dois cômodos, um servia de sala e cozinha e o outro de quarto, “já possuíam um lugar de referência” (Coelho, 1997, p.84).

Os espaços apresentados na obra são o centro da cidade, a casa e o quintal do

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

homem e a família, que constituem lugares de experiências e vivências que na maioria das vezes são dolorosas, amargas onde viverão seus conflitos diários e suas frustrações. Também a narrativa traz informações do lugar de origem da família e o do lugar de destino. Por ser um romance regionalista, traz narrativas de lugares que são inseridas no mundo real que existem geograficamente no estado de Goiás, porque a trama acontece nessa mesma região. E são nestes cenários que se dá o romance novela de Braz, *Um Homem e sua Família*.

Desta forma, ainda de acordo com Antônio Celso Ferreira (2001, p. 81-82), os historiadores que lidam com obras literárias “devem compreendê-las em seus contextos históricos e sociais, o que requer a consulta a outras fontes da época.” Além disso, para contribuir com o entendimento desse objeto específico de estudo, recomenda-se que se leve em conta a sua natureza política, artística, técnica ou outras, sendo preciso estar atento aos ambientes socioculturais do período analisado para se evitar o tratamento anacrônico da fonte. Portanto, a análise tanto deve ser contextual (externa) como textual (interna), no sentido de otimizar a operação historiográfica de interpretação das fontes inseridas em determinadas circunstâncias sociais, isto é, nos contextos, que só podem ser reconstruídos, a que parcialmente, de modo lacunar ou aproximado, pela mediação de outros textos. Assim, texto e contexto figuram como comunicáveis, sendo possível ler as marcas da sociedade e da cultura no interior do escrito, e compreender o significado deles na sociedade. Logo, é imprescindível estabelecer o diálogo do texto com o mundo circundante, buscando perceber os modos de interação entre as várias dimensões culturais de uma sociedade.

Busca-se e atenta-se nesta investigação acessar “um mundo todo nos detalhes do cotidiano”, nos vestígios do passado colhidos e fixados pelo escritor, e a nós oferecidos na leitura. Assim, concebemos a cidade como um fato cultural, um caldeirão de experiências ancoradas e fixadas nas páginas do texto literário, pois os detalhes são

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

portadores de dimensões do passado e do presente da cidade e sociedade representada (RAMINELLI, 1997, p. 197). Desse modo, podemos observar as menções às indústrias, aos comércios, aos meios de transporte, aos avanços tecnológicos, à riqueza ou miséria dos personagens que representam setores diversos e diferenciados de sua população (RAMINELLI, 1997, p. 198). Desse modo, podemos vislumbrar a dinâmica do progresso bem como sua implicação direta nas transformações das relações sociais, as contradições e desigualdades, desencadeadas na sociedade catalana.

Embasando-se e em diálogo com referenciais pertinentes à temática apresentada, e dando importância à obra literária como fonte privilegiada para desenvolver esta pesquisa, é que recorreremos à contribuição ímpar da obra do literato Braz José Coelho, em específico ao romance *Um homem e sua família*, publicado em 1997, considerando-a como fonte exímia e indispensável para apreender e compreender os aspectos da sociedade local e regional da cidade de Catalão nela presente, os quais não podem ser desprezados.

Referências bibliográficas

COELHO, Braz José. **Um homem e sua família**. Catalão: Kelps, 1997.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaud** v. 5, Antropos/Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. p. 296- 332.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Valdeci Rezende. **Cidade e Cultura escrita: a corte de José de Alencar (1840-1870)**. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2011.

_____; DIAS, Cleber Jacinto. Imagens de duas cidades nas crônicas de Ricardo Paranhos. **Emblemas** – Revista do Departamento de História e Ciências Sociais, Catalão, v. 7, n.1, p.63-83, jan. jun. 2010.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

BURKE, Peter. Um novo paradigma? In: _____. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 68-98

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. S. Paulo: Nacional, 1985.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. O mundo como representação. In: _____. **Á beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2002. p. 61-79.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DE PAULA, Jason Hugo. Imagens do urbano: a cidade de Catalão no seu primeiro centenário. **Opsis**, Revista do Niesc. Catalão, v. 4, p. 110-125, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9273/6369#.WSBCg-vyIU>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

_____. **Inventando o progresso: a construção de imagens e a modernização em Catalão (1959-1970)**. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFG, Goiânia, 2005.

_____. A modernidade em Goiás em *Um homem e sua família*, de Braz José Coelho. In: SOUZA, Enivalda N. Freitas e; TOLLENDAL, Eduardo J.; TRAVAGLIA, Luiz C. **Literatura**: caminhos e descaminhos em perspectiva. Uberlândia: EdUFU, 2006. p. 1-8.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. 13ª ed. Campinas: SP: Editora Papirus, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, 1987.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História** - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História do Departamento de História, São Paulo: n.10, p. 7-28, dez. 1993.

PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, J.(org). **A Nova história**. Martins Fontes, 1993. p. 292-318.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: autêntica, 2004.

_____. História & literatura: uma velha-nova história. **Revista Nuevo Mundo Nuevos**. Débats, Dossiê História Cultural, Paris, jan. 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560> > Acesso em: 16 out. 2017.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan. jun. 2007.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Campus 1997. p. 271-296.

RÜSEN, Jorn. Aprendizado histórico. In: SCHMIDT, BARCA, MARTINS (Orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

_____. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, BARCA, MARTINS (Orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História** Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SANTOS, Regma Maria. História e linguagens: modelos e abordagens dos estudos culturais. In: **História e Linguagens: literatura, música, oralidade, cinema**. Uberlândia: Aspectus, 2003. p. 11-20.

_____. Tempo, memória e paisagens cerradinho nos escritos soltos de Braz José Coelho. In: SANTOS, Regma Maria; BORGES, Valdeci Rezende Borges; COSTA, Ismar da Silva. **Saberes e práticas culturais do e no cerrado brasileiro**. Uberlândia: Assis, 2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A METÁFORA DO HISTORIADOR EM OUTLANDER: A VIAGEM DA
MEMÓRIA NA NARRATIVA DA HISTÓRIA**

Lisandra Siqueira de Oliveira Pires (UEG) ¹
Juliano de Almeida Pirajá (UEG) ²

Resumo: Diana J. Gabaldon é uma escritora estadunidense e seu trabalho em *Outlander* mistura ficção e história a partir da fantástica ideia de viagem no tempo. Seus personagens transitam entre os séculos XVIII e XX reconstruindo por meio de sua literatura, uma trajetória não linear, diferentes acontecimentos históricos. Sua estratégia foi a de incluir sua protagonista, Claire, em diferentes períodos históricos de maneira que suas vivências a colocam em momentos chave da história, de modo que a personagem adquire a capacidade de relatar tais acontecimentos com riqueza de detalhes. Suas viagens no tempo levam a protagonista a experimentar tanto grandes acontecimentos históricos como a Segunda Guerra Mundial como momentos particulares da história da Escócia Setecentista. O que se pode colocar em questionamento, entretanto, é: podemos entender Claire como uma metáfora do historiador? Para tanto, e talvez por isso, esta pesquisa se concentra também no debate de diferentes conceitos caros aos estudos culturais e seus usos. A metodologia utilizada combina a análise da saga *Outlander* (literária e televisiva) com a pesquisa bibliográfica e debates entre pares conceituais caros à crítica cultural como: realidade e ficção, mito e História, memória e testemunho, e ainda representação e imaginário.

Palavras-chave: *Outlander*; Viagem no tempo; Ficção; História; Literatura.

A curiosidade humana em reconstruir o passado de maneira integral sempre esteve presente. O ofício do historiador se apresenta nessa missão, que por muitas vezes se vê fragilizada pelas lacunas deixadas no tempo, de forma que esse passado que

¹ Licenciatura em História, Universidade Estadual de Goiás Campus Formosa. Contato: lisa.hist23@gmail.com.

² Orientador e professor da Universidade Estadual de Goiás Campus Formosa.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

encontramos nas obras historiográficas por vezes recorreu a artifícios (muitas vezes literários) para que as amarras de sentido necessárias fossem feitas.

O passado é para nós um conjunto de extremos. Quando não nos deixa nenhum tipo de registro, como os séculos obscuros na História Antiga, nos deixa sufocado com a diversidade de fontes e registros, o que também é um problema: em quais podemos atestar veracidade? E sendo assim, como pode haver em um determinado evento com tantas versões uma que seja a “verdadeira”?

Uma maneira de se resolver esse impasse, mesmo que ainda seja inviável, seria viajando no tempo. Tanto direcionada para o futuro quanto para o passado, a ideia de poder obter as respostas necessárias para nossos questionamentos com essa “simples” ação sempre esteve presente no imaginário humano, encontrando na literatura uma forma de extravasar essa enxurrada de ideias e possibilidades para realizar tal feito.

H. G. Wells, no final do século XIX, publicou a primeira obra (influenciado pela Revolução Industrial) na qual uma máquina possibilitava a viagem no tempo³. Na diversidade da literatura, o tema se reinventa com cada autor que se aventura a escrever sobre o assunto, tão fascinante e ao mesmo tempo tão perigoso, visto que os paradoxos temporais podem implicar na qualidade da obra e, desta maneira, na sua aceitação pelo leitor.

A americana Diana Gabaldon, autora da saga *Outlander*, utilizou-se da sua formação acadêmica para criar uma teoria própria de viagem no tempo. Na obra, apenas rompem as barreiras do espaço-tempo aqueles que possuem o código genético para isso. Assim, o romance histórico nos oferece um cenário com uma riqueza de elementos suficientes para que pudéssemos nos questionar se o panorama no qual a protagonista Claire está inserida a configura como uma personificação do Historiador. De uma forma mais simples e direta: seria ela uma metáfora do Historiador?

³Wells, H. G. *A máquina do tempo*. Salvador: EDUFBA, 2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

História, Ficção e Figuras de Linguagem

Um debate antigo - talvez até saturado- é o da rivalidade na hora de se utilizar como fonte um texto histórico e um texto literário. Após a História ganhar uma cientificidade, e assim, métodos que tornaram sua escrita rigorosa, a Literatura se viu rebaixada à categoria de fictícia, de mito, de inverossímil. Dessa forma, se um texto tido como histórico tiver em seus escritos indícios de ficção que possam ser atestados, “deixa de ser inteiramente história para tornar-se um gênero bastardo, produto de uma união profana, embora inatural, entre a história e a poesia.” (WHITE, 1994, p. 100).

O passado utilizado por ambos, historiador e literato, é o mesmo: repleto de lacunas, alguns fragmentos ou sem nenhum registro. Além disso, os fatos que chegam até nós, são meros fatos, neutros. O que os difere (historiador e literato) na hora de utilizar esses fatos, obviamente é a intenção ao reconstruí-los. Alguns autores apelam para a ficção, mesmo utilizando dados históricos, para construir uma narrativa inteligível. Por não haver limites à literatura, essas narrativas são tão bem construídas que para o leitor desatento, ele está diante de um livro de história. Aos historiadores, tal liberdade, obviamente não lhe é inferida. Ser imparcial é sua primeira recomendação ao lidar com um evento. Entretanto, ao lidar com um hiato, seja por falta de fontes ou por algum feixe de sentido que se perdeu, a que artifício recorre o historiador?

Alguns autores como Hayden White e Krzysztof Pomian, defendem uma escrita histórica que recorre a artifícios literários na construção de sentido da narrativa sem que a mesma não deixe de ser histórica. Segundo Hayden White:

O *modo como* uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção. E chama-la assim não deprecia de forma alguma o *status* das narrativas históricas como fornecedoras de um tipo de conhecimento. (WHITE, 1994, p. 102).

Krzysztof Pomian dialoga com White, pois segundo ele, ao lidarmos com textos históricos “estamos aqui não diante de objetos reconstruídos a partir de fontes por meio de procedimentos de reprodução, mas diante de ficções projetadas na história pela imaginação”. (POMIAN, 2003). Assim, para projetar tais ficções, ao longo da história, segundo Hayden White, autores utilizaram-se de quatro figuras de linguagem para isso: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Ou seja, para a História, o uso de figuras de linguagem não é uma novidade.

Na obra literária que analisaremos neste trabalho, uma figura de linguagem exerce um papel central: a metáfora. A teoria de White tem como alvo a escrita da História, em *Outlander*, podemos concebê-la não apenas nos fatos históricos que a autora utiliza, mas centrada na figura de seu guardião: o Historiador. O cenário que a protagonista se insere, suas limitações e desafios, contribuem para que façamos tal questionamento.

Assim como não é algo novo o uso da metáfora na História, também não é seu uso para se referir ao historiador. Um exemplo clássico é o conto “Funes, o Memorioso”, de Jorge Luis Borge, no qual seu personagem acaba preso num ciclo de rememoração sem conseguir, por outro lado, transformar essas memórias em ideias:

De fato, Funes não apenas recordava cada folha de cada árvore de cada monte, mas também cada uma das vezes que a havia percebido ou imaginado (...) dissuadiram-no duas considerações: a consciência de que a tarefa era interminável, a consciência de que era inútil. Pensou que na hora da morte não havia acabado ainda de classificar todas as lembranças da infância. (BORGES, 2007, p.108).

A ironia do destino do personagem destaca a crítica do autor aos historiadores. Segundo Lucena (2011), Funes seria a própria produção viva de fontes históricas, na sua

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

pretensão historiográfico-cientificista de se pretender possível de dar conta de toda a história. A imobilidade em Funes, não só representada pela incapacidade de pensar, é mesmo também a somatização, no corpo, da permanência exclusiva da memória no seu mundo entulhado de detalhes.

Veremos que em *Outlander*, a autora também faz uma leve crítica a certos debates relacionados à historiografia, entretanto, de um modo geral, podemos apreender a metáfora ao ofício do historiador e a historiografia na personagem e nos pormenores da trama de forma positiva. O enredo não se desenvolveria sem o aparato histórico da protagonista que se configura tanto com personagens historiadores, quanto o conhecimento histórico da própria. Além disso, perceberemos como uma obra literária não apenas desperta diversos questionamentos, bem como contém discussões dentro da ficção que são objeto de estudos para teóricos da realidade.

A metáfora do Historiador em *Outlander*

Claire Randall é uma jovem de vinte e sete anos, que após o fim da Segunda Guerra Mundial, viaja com o marido para as Terras Altas na Escócia para uma segunda lua de mel. O cenário, naturalmente místico e supersticioso, afeta a vida da personagem drasticamente, quando ao visitar um antigo templo megalítico, viaja no tempo.

O romance histórico, que começa com o volume “A viajante no tempo”, possui uma cronologia que se assemelha à técnica de escrita na literatura Pop chamada colagem⁴, na qual a temporalidade da protagonista ao longo do enredo transforma a obra em um quebra-cabeça temporal. A viagem no tempo se apresenta não apenas como ida e volta, mas também retornos.

⁴ CRUZ, Décio Torres. *O Pop: Literatura, mídia e outras artes*. 2 ed. Salvador: Quarteto, 2003, p. 101.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Alternando entre o século XVIII e XX, no primeiro livro percebemos Claire ainda tentando se adaptar a nova realidade. Seu maior desafio (que é amenizado, mas não superado) é lidar com sua mentalidade anacrônica. Seu pensamento “moderno”, a faz ser encarada na Escócia setecentista como uma mulher a qual se deu muita liberdade, que não recebeu as devidas punições.

Os paradoxos temporais, típicos de obras que lidam com a temática de viagem no tempo, para Claire são ainda mais profundos, pois suas ações podem afetar não apenas o curso da História da Escócia (Batalha de Culloden, que extinguiu os clãs), mas a vida da própria personagem no século XX, visto que o antagonista Jack Randall é antepassado direto de seu marido, o historiador Frank Randall. Encontramos a saída utilizada pela autora para escapar desse paradoxo em um diálogo de Claire e padre Anselm:

- Você diz que tem medo de realizar uma ação aqui por medo de afetar o futuro. Isso é ilógico. Todas as ações afetam o futuro. Se tivesse permanecido em seu próprio lugar e época, suas ações, ainda assim, afetariam o que viesse a acontecer, exatamente como agora. Ainda tem as mesmas responsabilidades que teria lá, que qualquer ser humano em tem em qualquer época. A única diferença é que pode estar em condições de ver mais claramente as consequências. E, novamente, talvez não (...). (GABALDON, 2016, p. 776)

Entretanto, é no segundo volume que nossa análise está focada. Em “Libélula no Âmbar”, Claire alterna seu relato entre seu tempo atual, Boston do século XX, e na França/ Escócia do século XVIII. Enquanto no primeiro livro temos uma adaptação ao ambiente, sendo os dados históricos utilizados para nos colocar a par do cenário que estamos sendo inseridos, no segundo, a História sendo aplicada na prática é o que conduz o resto da trama.

A narrativa começa com uma preocupação de Claire, vinte anos após retornar ao século XX, em saber o que aconteceu ao exército jacobita escocês que lutou em

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Culloden. Para obter tal resposta, recorre ao historiador Roger Wakefield, que se utilizando do ofício acaba descobrindo a motivação do peculiar pedido da protagonista.

Além da pesquisa histórica, a presença de importantes personagens históricos (como o príncipe Charles Edward Stuart) também contribui para que nessa parte do enredo, Claire se configure não apenas como testemunha de uma História duplamente contemporânea (assim como sua própria temporalidade), mas também como sujeito duplamente histórico. É possível perceber também o olhar subjetivo que a História ganha, visto que, sendo uma narrativa em primeira pessoa, Claire desabafa sobre seus anseios em relação aos seus desafios com a História:

(...) perguntava-me ainda mais como seria o príncipe Charles. Seria o primeiro personagem histórico famoso que eu conheceria e, enquanto eu sabia que não devia acreditar em todas as lendas que haviam surgido (não *havam*, mas *iriam surgir*) em torno dele, a realidade do homem era um mistério. A revolução de 45 iria depender quase inteiramente da personalidade desse jovem em particular- a derrota ou vitória. Se chegaria sequer a acontecer, iria depender dos esforços de outro jovem – Jamie Fraser. E de mim. (GABALDON, 2018, p. 102).

Quando analisamos um evento histórico, um documento ou uma obra historiográfica, lidamos com um passado impessoal. Até mesmo os grandes personagens históricos sofrem esse efeito. É através de ficções como “Libélula no Âmbar”, que temos um exemplo claro de como a História foi e continua sendo construída por pessoas que atuam num cenário político, econômico e social, mas que também possuem uma natureza subjetiva. Esse fator, é discutido pelo historiador Frank Randall em uma de suas aulas, em uma lembrança de Claire:

– A melhor testemunha da história é o homem, ou mulher (...), que a viveu, certo? – Sorriu e pegou a colher de chifre rachada. – Bem, talvez. Afinal, faz parte da natureza humana dourar a pílula quando sabe que alguém lerá o que você escreveu. As pessoas tendem a se concentrar nas coisas que consideram importantes e com frequência as embelezam um pouco para o consumo do público. É raro encontrar um Samuel Pepys que registre com igual interesse os detalhes de um

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

desfile real e o número de vezes que ele é obrigado a usar o urinol todas as noites. (...) Igualmente, os adoráveis objetos, os artefatos artísticos são, em geral os mais preservados. Mas os urinóis e as colheres e os cachimbos baratos de argila podem nos dizer tanto ou mais a respeito das pessoas que os usaram. E quanto a essas pessoas? Pensamos nos personagens históricos como pessoas diferentes de nós mesmos, às vezes até um pouco mitológicos (...). (GABALDON, 2018, p. 182).

O trecho acima, nos permite visualizar como a ficção e a realidade dialogam em seus debates. A mesma discussão de Frank Randall, historiador fictício de *Outlander*, encontra-se na obra *Sur l'histoire*⁵.

Estudar o passado através dos objetos que se conservam até o determinado presente acontece porque, segundo o Pomain (2003), confrontados com aqueles que temos certeza de terem sido produzidos hoje, também são objetos de estudo porque supomos que sua estranha presença só pode ser explicada ao se admitir que eles remetem – num sentido que ainda deve ser esclarecido – a referentes invisíveis, posto que só existiram no passado: pessoas, grupos, países instituições, acontecimentos, seres, coisas, segundo os casos. Resta verificar, ponto por ponto, o bom fundamento de tal hipótese, ancorando cada objeto em seu tempo e espaço e estabelecendo, se possível a identidade dos referentes aos quais remetem os caracteres que lhes são próprios.

Outro ponto onde podemos interpretar um encontro da ficção com a realidade é na fala de Frank, já exposta no trecho acima, quando este afirma que “as pessoas tendem a se concentrar nas coisas que consideram importantes e com frequência as embelezam um pouco para o consumo do público (...)”. A frase, aparentemente inofensiva, pode ser interpretada como uma ironia da autora, visto que o “embelezamento para o consumo do público”, pode ser compreendido nos parâmetros da historiografia, como a utilização de figuras de linguagem na construção de um texto historiográfico, discussão presente na teoria de Hayden White, como vimos anteriormente.

⁵ POMIAN, Krzysztof. História e Ficção in: *Sur l'histoire*. Tradução: Marina Maluf. 2003.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Para concluir o debate acerca dos elementos de Outlander que remetem ao historiador, temos um ponto chave e que se apresenta como o mais extenso: como se configura a temporalidade de Claire dada à peculiaridade de sua situação? Poderíamos estender o assunto utilizando diversos autores com diversas teorias acerca do tempo. Entretanto, se conseguirmos interpretar em Claire não apenas uma metáfora do historiador, mas ela sendo também um objeto que ao mesmo tempo em que foi produzido em um tempo também é um objeto que se conservou de outro, poderíamos entender sua temporalidade segundo Pomian quando este afirma que:

Mesmo presente, um objeto datado pertence também a um passado determinado, ao período de suas origens. Pertence-lhe no sentido de conservar o vestígio que faz parte de sua identidade, da mesma forma que conserva, às vezes, vestígios das diferentes vicissitudes que sofreu no decorrer da sua história. Uma vez datado, o objeto adquire, assim, um duplo pertencimento temporal. Ele se torna uma materialização da duração. Ele reúne as duas extremidades do intervalo que nos separa do momento em que foi produzido ou do momento em que recebeu alguns de seus traços. Assim, ele é também, de fato, um intermediário entre nosso presente e o passado que representa diante de nós mesmos, do qual ele é um vestígio e cujo conhecimento se torna possível devido a sua presença. Da mesma forma, uma vez localizado no espaço, o objeto passa a pertencer a um espaço duplo: ocupa o lugar em que podemos lê-lo, olhá-lo ou observá-lo, mas pertence também a seu lugar de origem, do qual traz os vestígios, dado que a palavra *lugar* é tomada, aqui, em suas acepções geográfica, cultural, social, étnica, etc. Um tal objeto se mostra, pois, qualificado a ser um intermediário entre agora e outrora, entre aqui e lá. Especialmente, entre o visível e o que, após tê-lo sido, não é e jamais voltará a ser. (POMIAN, 2003, p. 29, tradução Marina Maluf).

Dado o exposto acima, através dos elementos destacados do romance histórico Outlander, podemos concluir que a personagem Claire pode, de fato, ser interpretada como uma metáfora ao Historiador pelos elementos encontrados tanto na estrutura da narrativa, quanto na personalidade da protagonista.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Através do relato em primeira pessoa, Claire – tal como Tucídides na Guerra do Peloponeso – se dedica em relatar sua experiência no tempo histórico que abrange dois séculos diferentes, não se limitando também a um só continente. A autora ao longo da narrativa reconhece a importância do conhecimento histórico, prova disso é que sua protagonista consegue adaptar-se em um tempo que não lhe é próprio, pois, acidentalmente acaba recebendo um aparato teórico de historiadores.

Apesar de ser uma ficção histórica, a obra de Diana Gabaldon, nos fornece elementos suficientes para que possamos enxergar *Outlander* não apenas como um romance histórico, uma aventura no tempo ou um clichê romântico, mas encará-lo academicamente, visto que o cuidado da autora ao tecer a trama, reflete-se nos debates internos da obra, de forma que os questionamentos que podem se originar a partir da leitura da saga não se limitam aos que se apresentam neste trabalho.

Referências bibliográficas

BLANCHOT, Maurice. A literatura e o direito à morte In: A parte do fogo. Tradução Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BLANCHOT, Maurice. O Espaço Literário. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CRUZ, Décio Torres. O Pop: Literatura, mídia e outras artes/, Décio Torre Cruz. - Salvador: Quarteto, 2003.

GABALDON, Diana. *Outlander: a viajante do tempo*/ Diana Gabaldon; tradução de Geni Hirata. São Paulo: Arqueiro, 2016.

GABALDON, Diana. *Outlander: a libélula no âmbar*/ Diana Gabaldon; tradução de Geni Hirata. São Paulo: Arqueiro, 2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

LIMA, Luiz Costa. História, ficção, literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUCENA, Sarah Catão. Funes, O Arquivista Da Memória – Reflexões Sobre Memória e Esquecimento na Contemporaneidade. Baleia na rede: estudos em arte e sociedade, 2011. Disponível em:

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/baleianarede/article/view/1762>.

OUTLANDER. Direção e roteiro Ronald D Moore. Distribuição e produção Starz e Sony Pictures, Left Bank Pictures, Escócia, 2014/2017.

POMIAN, Krzysztof. História e Ficção in: Sur l'histoire. Tradução: Marina Maluf. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 2003. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10532>.

WELLS, H. G. A máquina do tempo / H. G. Wells; Sílvia Maria Guerra Anastácio (organizadora.). - Salvador: EDUFBA, 2017.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário In: Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução Alípio Correia de Franco Neto. São Paulo: EdUSP, 1994.

ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. Tradução: Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. 2a edição. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**SONHO? ME DÊ SUA MÃO: A SOBREVIVÊNCIA DO DISCURSO MÍTICO
NA NARRATIVA DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS SANDMAN**

Lucas Nascimento dos Santos (UEG)¹

Resumo: O presente estudo tem como foco a história em quadrinhos *Sandman* com a proposta de identificar que elementos do discurso de tipo mítico aparecem no corpo da narrativa da obra em questão. Nesse sentido, privilegia-se o exame da personagem Morte, dos Perpétuos, que figura como entidade limiar entre o caos e o cosmos e que se mostra capaz de regular o trânsito entre esses extremos nas relações estabelecidas com o Perpétuo Morpheus (Sandman). Logo que Morte guia seu irmão Morpheus aos seus domínios, o Perpétuo vive o rito de regresso ao Caos, o arquétipo do útero ou do ventre da baleia, equivalente à morte para vida profana. Para tanto, a análise que se segue encontra apoio nas categorias de *sagrado* e *profano*, conforme pensadas por Mircea Eliade, mas não descarta outros fundamentos teóricos representativos do campo religioso e da construção estética das histórias em quadrinhos.

Palavras-chave: Sagrado e profano; Sandman; Morte.

Desde sua origem, a narrativa mítica destaca-se pela proposição de modelos éticos e códigos morais que se cristalizam nas sociedades que a acolhem. Sua expressão no cotidiano corrobora esse entendimento. O acesso às representações comunicadas pelo discurso mítico permitem ao pesquisador compreender sobre que fundamentos se erguem imaginários que orientaram e orientam a vida dos grupos humanos; tanto na esfera pública quanto na privada.

Segundo Karen Armstrong (2005), estudiosa do campo das religiosidades, os êxtases provocados por tradições míticas do passado podem ser alcançados, alternativamente, por imagens e discursos propagados por ferramentas das sociedades do mundo moderno. Nesse sentido, substâncias psicoativas, práticas esportivas e

¹Graduando em História. Contato: lucas.vg321@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

expressões artístico-culturais, como o cinema e as histórias em quadrinhos, tornam-se artifícios do êxtase lembrado pela autora.

Percebe-se aqui que, contrariamente à proposta de Weber, os teóricos contemporâneos propõem que vivemos um “reencantamento do mundo”². Sendo assim, as paisagens religiosas permanecem acessíveis ainda no mundo contemporâneo. Essas paisagens circulam em profusão a partir do cinema, literatura e, como este estudo apresenta, as histórias em quadrinhos.

Compartilhando desse pensamento pode-se afirmar “que as mesmas perguntas religiosas do passado se articulam agora, transvestidas, por meio de símbolos secularizados” (ALVES, 1996, p.12). A viva experiência desse símbolos pode ser percebida mediante as relações que o ser humano vai estabelecendo com a fração da realidade a qual pertence.

Diante do exposto, este estudo discute em que medida as histórias em quadrinhos podem ser lidas como uma espécie de discurso de caráter mítico. Acerca dessa questão, será feita a análise do universo criativo da história em quadrinhos *Sandman* a partir das categorias *sagrado* e *profano*, assim como apresentadas por Mircea Eliade.

Sagrado e profano: os espaços heterogêneos em Sandman

A narrativa mítica conta uma história sagrada, normalmente associada ao tempo primordial, o tempo dos começos. Comportam-se como relatos que descrevem como, graças a seres extraordinários, dada realidade passou a existir. Na Austrália, os mitos totêmicos consistem em narrar as peregrinações de animais ou de antepassados míticos. Menciona-se como em tempos primordiais esses antepassados míticos vagaram na terra

² Para mais informações: REIS, Marcelo. *Sobrevivências do Tempo Mítico no Imaginário Religioso Contemporâneo*. In: II Encontro Brasileiro de Imaginário e Ecolinguística, 2015, Formosa, p. 96-108.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

dedicando-se a produzir alguns animais e transformar a realidade (ELIADE, 1989). Essa realidade é chamada aqui de Cosmos.

Estuda-se que as paisagens religiosas tradicionais se caracterizam pela oposição entre Caos e Cosmos - sagrado e profano. O cosmos é o mundo conhecido, habitado, construído mediante a obra dos deuses ou representa uma conexão com o universo habitado por eles. Resta o Caos, além das fronteiras do mundo habitado, “uma espécie de outro mundo, um espaço estrangeiro, caótico, povoado de espectros, demônios, “estranhos” (ELIADE, 2001, p.21).

Segundo Eliade (2001), “o limiar que separa os dois espaços indica ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser, profano e religioso” (ELIADE, 2001, p.19). O limiar é o limite, a fronteira entre duas realidades, o ponto onde se comunicam caos e cosmos, homens e deuses, onde se transita entre o mundo sagrado e profano.

A oposição entre sagrado e profano sugere que estes espaços são heterogêneos. “Não te aproximes daqui, disse o Senhor a Moisés; tira as sandálias de teus pés, porque o lugar onde te encontras é uma terra santa” (ÊXODO, 3;5). Há, por conseguinte, um espaço único, uma hierofania, um centro: o Cosmos. “Para viver no Mundo é preciso fundá-lo – e nenhum mundo pode nascer no “caos” da homogeneidade e da relatividade do espaço profano” (ELIADE, 2001, p. 17). Vejamos, na sequência, o caso da Morte na história em quadrinhos *Sandman*.

Uma história em quadrinhos requer mais do que uma leitura textual, exige acesso à composição narrativa desse gênero, que prevê imagem, sarjeta e um vocabulário próprio. Sim, a sarjeta, esse vazio entre um quadro e outro. Nas palavras de Scott McCloud (2005), “é aqui, no limbo da sarjeta, que a imaginação humana capta duas imagens distintas e as transforma em uma ideia” (McCloud, 2005, p.66). Vejamos a definição de Eisner (2010):

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

As histórias em quadrinhos apresentam uma sobreposição de palavra e imagem e, assim, é preciso que o leitor exerça as suas habilidades interpretativas visuais e verbais. As regências da arte (por exemplo, perspectiva, simetria, pincelada) e as regências da literatura (por exemplo, gramática, enredo, sintaxe) superpõem-se mutuamente. A leitura de história em quadrinhos é um ato de percepção estética e de esforço intelectual. (EISNER, 2010, p.2).

Estas habilidades interpretativas são evidentes no estudo estético das histórias em quadrinhos, objetivamente no estudo das sarjetas. Tendo como recursos seu repertório cultural e inventividade, o leitor preencherá as lacunas e, a partir dessa experiência relacional, a história assumirá contornos que se pode dizer individualizados. Veja a imagem a seguir.



Figura 1. Arte de Scott McCloud.

O artista pode ter desenhado a representação de um machado erguido, mas não é ele quem impõe o golpe ou decide sua força, o artista não gritou, nem mesmo decidiu o local que o golpe foi desferido. Esse ato é um crime que o leitor “cometeu” ao mergulhar no vazio da sarjeta. Assim, percebemos que as histórias em quadrinhos exigem do leitor capacidades cognitivas para construir a narrativa a partir da composição de várias ferramentas linguísticas - é um exercício semiótico.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A atividade cognitiva exigida pelas histórias em quadrinhos pode ser percebida também em *Sandman*. A história requer do leitor um conhecimento plural para que se extraia o amplo número de significados presentes na narrativa. São necessárias sensibilidade para o exame da história, conhecimento de mitologia comparada, de música e literatura para compreender, de modo mais amplo, as informações contidas na transição dos quadros, na paleta de cor ou nas relações estabelecidas pelos personagens.

A história em quadrinhos foi publicado pela editora DC Comics, sob o selo Vertigo e, no Brasil, pela editora Globo. O enredo é recortado em 75 volumes, narrando os dilemas de Sonho³ (*Sandman*). Sonho é um entre os sete sem-fim: Destino, Morte, Destruição, Desejo, Desespero e Delírio, todos representam antropomorficamente a essência das ações e sentimentos que levam seus nomes.



Figura 2. Sonho e sua irmã, Morte. Arte de Mike Dringenberg e Malcolm Jones III.

³ Ao longo da história, Sonho assume vários nomes: Sandman, Morpheus, Oneiros, etc. Morpheus. O deus dos sonhos (gregos antigos). Aparece igualmente como uma das personagens de Matrix. Há uma relação parental (que varia conforme a narrativa mítica) entre ele e Hipnos (o Sono). E entre Hipnos e os Oneiros (ou Oniros), os filhos da noite.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Os sem-fim não são deuses ou heróis. É mencionado durante a obra que os deuses são frutos do Sonhar, domínios de Morpheus. Portanto, os deuses nascem no Sonhar e o culto a essas figuras produzem suas manifestações autônomas conhecidas pelos mortais. Também é citado que esses deuses, assim como os sem-fim, serão acolhidos no fim de tudo pelos domínios da Morte, quando ela fechará as portas da existência assim que seu irmão, Destino, entre em seus domínios.



Figura 3. Morte estende sua mão a Sonho, guiando-o a seus domínios⁴.

⁴ Morte: Bem.. o que vamos fazer com você?

Morpheus: Elas estão destruindo o Sonhar. O que mais podemos fazer? Eu cuidei de todos os preparativos necessários.

Morte: Hmf. Você vem fazendo isso há milênios, apenas não se permitiu saber o que exatamente fazia.

Morpheus: Se pensa assim...

Morte: Sonho? Me dê sua mão.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Feitas as devidas considerações, retornemos a proposta deste estudo: em que medida é possível ler as histórias em quadrinhos como uma espécie de discurso de caráter mítico? Em específico, a história em quadrinhos *Sandman*.

Um dos principais aspectos das mitologias é o centro do mundo, este centro revela sempre o Cosmos perfeito independente de sua extensão. “Toda uma região (por exemplo, a Palestina), uma cidade (Jerusalém), um santuário (o templo de Jerusalém) representam indiferentemente uma *imago mundi*” (ELIADE, 2001, p.27) – o cosmos perfeito, o centro do mundo, o mundo em sua totalidade. Em *Sandman*, Morpheus pode mover livremente seu castelo, no centro do Sonhar, e, segundo o próprio sem-fim, o castelo sempre estará no centro.

O Sonhar, juntamente de seu castelo, representa o espaço heterogêneo, Eliade (2001) defende que esse espaço heterogêneo constitui a experiência do tempo primordial, correspondente à fundação do mundo.

Quando o sagrado se manifesta por uma hierofania qualquer, não só há rotura na homogeneidade do espaço, como também revelação de uma realidade absoluta, que se opõe à não realidade da imensa extensão envolvente. A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo. Na extensão homogênea e infinita onde não é possível nenhum ponto de referência, e onde, portanto, nenhuma orientação pode efetuar-se, a hierofania revela um “ponto fixo” absoluto, “um centro”. (ELIADE, 2001, p. 17).

Sabe-se, portanto, que o Castelo do Sonhar é o “centro do mundo”, manifestando características análogas às hierofanias. Cabe a Morte, irmã de Morpheus, guiá-lo além das fronteiras do Sonhar, do mundo habitado e conhecido por Sonho.

Sonho? Me dê sua mão

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Ao observar a primeira aparição da Morte em Sandman⁵, percebe-se que a personagem rompe com o que, normalmente, é a realização imaginária dessa figura. Morte, dos perpétuos, está longe de ser um estereótipo, tem um semblante jovem, transmitindo na maior parte do tempo um ar de paciência. Sua personalidade é um elemento significativo para reflexão: transparece a imponente inexorável da morte, mas é, entre os Perpétuos, a personagem que aparenta ser mais sensível com a humanidade.

Morte está sempre próxima seu Ankh⁶, para que não fuja da memória o valor de estar vivo. Joseph Campbell (2007), autoridade no estudo de mitologia comparada, demonstra como as figuras mitológicas servem-se de amuletos que as auxiliam em sua jornada. Em *Star Wars*, de George Lucas, Luke Skywalker, personagem que cumpre os estágios da jornada tradicional do herói, recebe de seu mestre, Obi-Wan, o Sabre de Luz que o acompanhara, assim como o Ankh de Morte, durante sua jornada.

Seu apressamento pela vida significa que ela não está presente no fim unicamente para guiar-nos para seus domínios. Sua presença é necessária para o auxílio na passagem. O mesmo ocorre no Canto III da obra de Dante Alighieri, *A Divina Comédia*. Lê-se nos portões do Inferno, “Por mim se vai das dores à morada; Por mim se vai ao padecer eterno; Por mim se vai à gente condenada” (ALIGHIERI, 2013, p. 31). Há, portanto, um limiar. Morte irá conduzir as “almas” intermediando a passagem por esse espaço entre o caos e o cosmos.

Esta passagem pelo limiar pode significar um ritual de renascimento, simbolizado pelo regresso ao Caos. Durante a obra *O Sagrado e o Profano*, Eliade (2001) dedicou-se

⁵ A personagem figura pela primeira vez nas aventuras de Sonho na edição o “O Som de Suas Asas”, de 1989.

⁶ Segundo Chevalier e Gheerbrant (1986), o Ankh representa a longevidade da vida, sendo elemento frequente na iconografia egípcia. Em uma das histórias exclusivas da personagem, *O Preço da Vida*, escrita por Neil Gaiman, Morte afirma que todo seu poder está em seu acessório, o Ankh. Durante a obra, Morte tem seu item roubado, mas permanece com plenitude de poder. Ao que parece, quase metaforicamente, o Ankh não permite que a Sem-fim se esqueça do valor da vida.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

a demonstrar como nas sociedades primitivas a morte representa um ritual de passagem, “morre-se, sobretudo para a vida profana” (ELIADE, 2001, p.95). Essa morte é considerada como o início de uma nova existência religiosa. Logo que Morte guia seu irmão Morpheus aos seus domínios, o Perpétuo vive o rito de regresso ao caos, o arquétipo do útero ou do ventre da baleia, equivalente a morte seguida de uma ressurreição.



Figura 4. Sandman Retorna à vida. Arte de Marc Hempel.

Considerações finais

Ao ponderar as representações de mundo presentes no corpo da história em quadrinhos *Sandman*, foi possível observar de modo mais efetivo como as narrativas míticas do passado permanecem, hoje, reproduzidas no dinâmico universo da cultura. Neste estudo, foi feita uma abordagem preliminar que reforça essa acepção. A personagem Morte, dos Perpétuos, portanto, transita no limiar entre os espaços sagrados

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

e profanos, reconhecidos aqui como caos e cosmos. Durante o enredo da história em quadrinhos, morte é quem guia as almas a seus domínios, esse processo fortalece a ideia de que a personagem pode ser lida como uma entidade limiar. Guiando Morpheus para realidade caótica, Morte não está condenando seu irmão ao caos, mas o levando a uma jornada de transformação representada pelo arquétipo do ventre. Morpheus morrerá apenas para sua realidade caótica, ressurgindo novamente como sagrado manifesto. Após ressurgir, Morpheus supera os limites da vida profana, transpondo sua forma anterior de ser no mundo

Referências

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. São Paulo: Ed. LL Library, 2013.

ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Ars Poética, 1996.

ARMSTRONG, K. *Breve História do Mito*. São Paulo: Cia de Letras, 2005.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Pensamento, 2007.

CHEVALIE, Jean. *Dicionário de los simbolos*. Ed. Robert Laffone et Ed. Jupiter. Paris, 1986.

EISNER, Will. *Quadrinhos e Arte Sequencial*. 4°. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70, 1989.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

_____. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GAIMAN, Neil. *Sandman, o mestre dos sonhos*. Rio de Janeiro: Editora Globo. Série mensal em 75 edições. Novembro de 1989 a outubro de 1998.

_____. *O Preço da Vida*. Rio de Janeiro: Editora Globo. Série de 3 edições, 1994.

McCLOUD, Scott. *Desvendando os Quadrinhos*. São Paulo: Ed São Paulo, 2005.

REIS, Marcelo. *Sobrevivências do Tempo Mítico no Imaginário Religioso Contemporâneo*. In: II Encontro Brasileiro de Imaginário e Ecolinguística, 2015, Formosa, p. 96-108.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

AVANÇO TECNOLÓGICO E A QUESTÃO DA *HYBRIS* NA MODERNIDADE

Marcelo Gustavo Costa de Brito (UEG)¹

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a hegemonia, ainda atual no plano simbólico, da narrativa iluminista oitocentista que elegeu a Razão e suas criações como caminho natural e inevitável rumo ao progresso. Ancorado no discurso científico próprio à nova *razão soberana*, o espírito iluminista elaborava o humano a partir de premissas inéditas, liberto de qualquer tipo de submissão – seja ao Deus cristão do medievo, ou aos deuses da antiguidade clássica, ou aos processos naturais. Nesta pesquisa, procuro enfatizar que esta nova concepção de mundo, a despeito de sua hegemonia, foi e ainda é alvo de críticas contundentes. Para respaldar empiricamente este argumento, analiso a ficção científica *Gattaca*, produzida no final do século XX. Nesta narrativa, destaca-se a ponderação de que o progresso tecnológico, sem um correspondente progresso moral, poderia nos conduzir para um futuro bem diferente da realização do potencial humano sonhado pela razão iluminista.

Palavras-chave: Tecnologia; Ficção científica; *Gattaca*; *Hybris*; Modernidade.

Introdução

O processo de modernização do mundo ocidental, especialmente a partir da base iluminista que o caracteriza desde o século XIX, apresentou, entre suas narrativas fundadoras, a crença de que desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento humano são equivalentes. Quanto mais avançada tecnologicamente uma sociedade, mais avançada esta sociedade seria. No imaginário moderno, o avanço tecnológico é a via-régia para o tão desejado “progresso”.

Este artigo apresenta análise de uma narrativa ficcional que coloca em questão esta narrativa fundadora da modernidade. O documento fílmico *Gattaca* (Andrew Niccol, EUA, 1997) será, no plano empírico, tratado como indício de que a crença no

¹ Doutor em História (UnB), Professor de Teoria e Metodologia da História (UEG). Email: marcelobrito@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

avanço tecnológico como um bem absoluto, a despeito de sua hegemonia, foi alvo de ponderações éticas, pelo menos entre as narrativas ficcionais compartilhadas coletivamente no mundo ocidental pelo cinema hollywoodiano.

Narrativas e a fabricação de imaginários

A abordagem aqui proposta, de cunho interdisciplinar, tem como ponto de partida as categorias *imaginário* e *representação*, tais como formuladas por Bronislaw Baczko e Roger Chartier. Com Bronislaw Baczko, reconhecemos que as narrativas que circulam coletivamente não apenas informam e entretêm, mas também fabricam imaginários e identidades: “com efeito, aquilo que o *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, são os imaginários sociais.” (BACZKO, 1985, p. 314)

É assim que através dos imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de bom comportamento. (Idem, p.309)

Dessa forma, sustenta Baczko, os imaginários sociais – a maneira como nomeamos, classificamos e hierarquizamos o mundo – são fabricados e compartilhados (emitidos), em larga medida, nas narrativas sociais. Para tratar dessas formas de significar o mundo e construir identidades, o conceito de “representações sociais”, apropriado pelo historiador Roger Chartier das Ciências Sociais e da Psicologia, é de grande auxílio. Chartier propõe a idéia do *mundo como representação*, pela qual considera-se “...os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais.” (CHARTIER, 1990, p.18). No mundo como representação, as verdadeiras instituições sociais são imaginárias, pois é pela maneira como classificamos e percebemos o mundo que certas práticas serão efetivadas em detrimento de outras possíveis. As representações, portanto, possuem

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade. Foi em busca de mapear a efetividade simbólica própria da narrativa fílmica *Gattaca* que esse estudo concentrou seus esforços. Afinal, o que essa distopia nos revela sobre o imaginário em que foi imaginada e atualizada?

Gattaca e a engenharia do homem pelo homem

Gattaca, narrativa audiovisual produzida e distribuída mundialmente pela Columbia Pictures, foi concebido e dirigido pelo cineasta neozelandês Andrew Niccol². Lançado em 1997, *Gattaca* recebeu uma menção da NASA em 2011 como um dos futuros mais plausíveis dentre as ficções científicas de sua época³. No pôster de divulgação do filme, vemos os personagens vividos por Ethan Hawke e Uma Thurman, protagonistas com quem iremos, pelo mecanismo de *projeção/identificação*⁴, adentrar o imaginário proposto pela narrativa. Entre os personagens há ainda uma imagem, no centro, formada pela sobreposição de um óvulo humano fecundado e os anéis de saturno, alusão aos dois campos do saber tecnocientífico sobre os quais toda a trama do futuro cenarizado em *Gattaca* se desdobra: o domínio sobre o nascimento humano pela engenharia genética e a conquista do espaço efetivada a partir das nanotecnologias associadas à robótica. Esta imagem central, portanto, indica a ambiência tecnológica em que o “*not too distant future*” proposto por *Gattaca* mostra-se verossímil.

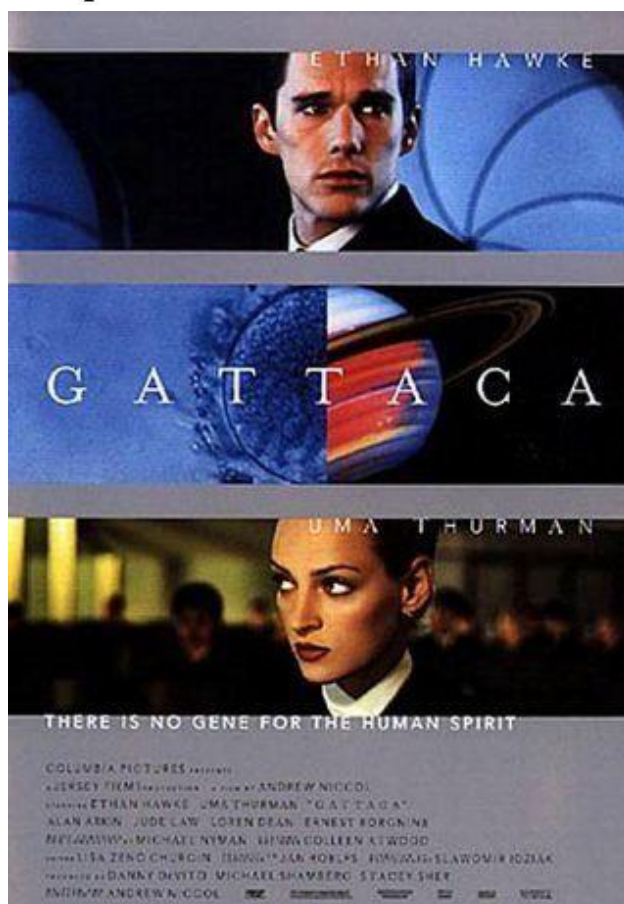
² Nesse mesmo período, Niccol escreveu e co-produziu o inventido *Show de Truman* (Peter Weir, EUA, 1998). Por este trabalho, ganhou o prêmio BAFTA de Melhor Roteiro e foi indicado ao Oscar de Melhor Roteiro Original em 1999.

³ Conferir <http://oglobo.globo.com/cultura/nasa-elege-2012-filme-de-ficcao-cientifica-mais-absurdo-de-todos-os-tempos-2843608>.

⁴ Edgar Morin aponta o mecanismo psicológico da projeção/identificação como a base para experiência subjetiva do cinema. Cf. (MORIN, 1970, cap. IV).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.



“Em um futuro não tão distante, o DNA determina tudo sobre nós: uma gota de sangue, de saliva, um único cabelo determinam aonde você pode trabalhar, com quem você pode casar, o que você é capaz de atingir. Uma sociedade em que o sucesso é determinado pela ciência e pautada pelos mais altos padrões de perfeição...” apresenta um dos *trailers* de lançamento do filme. A trama se desenvolve a partir de Vincent (Ethan Hawke), nascido por concepção natural, o que quer dizer que não foi fabricado geneticamente, como era a regra comum no seu tempo. Regida pelo acaso, a concepção natural não dotou Vincent com o material genético necessário para que ele pudesse realizar o sonho de sua vida, tornar-se um piloto da agência espacial Gattaca. O mais próximo de Gattaca que seus genes lhe permitem chegar é como integrante da equipe de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

limpeza da edificação – situação aliás que ele aproveita ao máximo, aprendendo sobre os vários tipos de testes-controle físicos e biológicos que os empregados daquela corporação eram submetidos e que ele teria que burlar. Para realizar seu sonho num mundo feito para os geneticamente fabricados, Vincent sabe que sua única chance é esconder a própria identidade tomando emprestado a identidade de uma outra pessoa.

Ainda nos minutos iniciais da narrativa, ocorre um diálogo importante sobre como a ambiência tecnocientífica do “futuro não tão distante” de *Gattaca* alterou de maneira decisiva o processo reprodutivo da espécie, ou seja, a geração da vida humana. Significativo também é que este mesmo diálogo foi incluído em versão mais extensa nos extras do filme. Explorando esse fato, o contraste entre as duas versões não deixa dúvidas de que Niccol aborda, pela ficção, a questão da Singularidade Tecnológica muito próximo das mais recentes reflexões teóricas – principalmente de filósofos e sociólogos – sobre o tema. Vejamos.

Como a maioria dos seus pares, os pais de Vincent decidiram que seu próximo filho nasceria pela forma “natural” naquela época, ou seja, seria fabricado geneticamente. A cena inicia-se com a chegada de Antonio e Marie a um laboratório de fertilização artificial, quando são recebidos pelo cientista responsável:

Cientista: Os seus óvulos extraídos, Marie, foram fertilizados com o esperma de Antonio. Após a seleção, ficamos com dois garotos saudáveis, e duas garotas muito saudáveis. Claro, nenhum tem predisposição a doenças sérias. Só nos resta selecionar o candidato mais compatível. Primeiro temos que escolher o sexo. Já se decidiram?

Marie: Queremos que o Vincent tenha um irmão... para brincar.

Cientista: Entendo. Vocês especificaram olhos castanhos, cabelos escuros e pele clara. Tomei a liberdade para erradicar características prejudiciais, calvície prematura, miopia, predisposição para álcool e drogas, propensão à violência, obesidade...

Marie: Não queríamos doenças, claro. Mas...

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Antonio: ...achamos melhor deixar algumas coisas para o acaso.

Cientista: Queremos dar ao seu filho as melhores condições. Acreditem, já temos imperfeições demais. Uma criança não precisa de mais um fardo. E ele herdará as características de vocês. As melhores que têm. Uma concepção natural jamais alcançaria tal resultado.

Este é o diálogo editado presente no filme. Com ele, sabemos que a concepção artificial do embrião humano é a forma mais comum de reprodução neste futuro não tão distante. Este procedimento garante que várias características indesejáveis possam ser eliminadas antes do nascimento, gerando seres humanos geneticamente mais perfeitos, fabricados de acordo com os desejos dos pais, algo que uma concepção natural jamais alcançaria. Na versão ampliada incluída nos extras, esse diálogo tem ainda um desdobramento:

Cientista: Sr. Antonio, seu filho será mais alto que você com 16 anos (risos)... Muito bem. Esqueci alguma coisa?

Antonio: Nós esperamos que ele se case e tenha filhos. Nós gostaríamos de ter netos.

Cientista: Entendo, vamos tomar conta disso. Ah, com um pagamento extra, posso adicionar habilidades matemáticas ou musicais. Seu filho teria um futuro brilhante garantido.

Marie (demonstrando animação junto com Antonio): Isso é interessante. Quanto a mais nos custaria?

Cientista: 5 mil.

Marie (desanimada): não, infelizmente não faremos.

Contrapondo as duas versões, é possível perceber o posicionamento de Niccol sobre a Singularidade e a ética que lhe substancia. Caso tivesse mantido no filme a versão mais extensa do diálogo, seu argumento poderia ser confundido como um alerta apenas quanto ao risco do uso indevido da tecnociência. Nesse caso, o objetivo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

pretendido pelo Projeto Genoma, qual seja, a fabricação do homem pelo homem, não seria em si mesmo alvo de questionamento: o risco seria apenas de que esse projeto pudesse sofrer deturpações, como no caso a criação de uma superelite geneticamente superior para aqueles que podem pagar por isso.

Mas a edição do diálogo sugere que essa não era a linha argumentativa pretendida pelo autor, já que o pagamento extra por privilégios genéticos – matemáticos ou musicais – não fez parte do formato final do filme. Por mais que estudiosos do tema já tenham identificado que a criação de superelites hipertecnologizadas pode de fato se tornar um pesadelo sociopolítico com a atual aceleração tecnocientífica⁵, a proposta de Niccol, na verdade, é muito mais densa: em *Gattaca*, a tecnociência cumpre exatamente o que promete, não existe uso indevido das conquistas tecnocientíficas. Tudo correu conforme o planejado. Assim, se algo nos incomoda neste futuro não tão distante não é o desvio do caminho, mas o sucesso mesmo do avanço tecnocientífico. Assim, são os próprios sonhos que movem a tecnociência que são colocados em suspeição nesta narrativa. Neste caso específico, o sonho da fabricação artificial do homem pelo homem.

Recentemente, em artigo de 2007, ao tratar das nanobiotecnologias, em especial da engenharia genética, o filósofo Jean Pierre Dupuy chamava a atenção para que os sonhos envolvidos na tecnociência também fossem objeto de reflexão:

No meu trabalho sobre ética das nanotecnologias defendi a tese de que essa ética não podia ser simplesmente consequencialista, no sentido de que ela só considerasse as consequências causais de técnicas já realizadas. Os sonhos que essas técnicas trazem e que seus desenvolvimentos ao mesmo tempo escancaram e reforçam devem também ser objeto de avaliação normativa. (DUPUY, 2008, p.12)

⁵ Esta é uma das questões envolvendo a Singularidade Tecnológica discutida pelo professor da Unicamp Laymert Garcia Santos em “Humano, Pós-humano, Transumano” (SANTOS, 2008, p.50)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Dupuy recorda Hannah Arendt, que no seu clássico *A Condição Humana*, em 1958, profetizava:

O mundo – artifício humano – separa a existência do homem de todo ambiente meramente animal; mas a vida em si permanece fora desse mundo artificial, e, através da vida, o homem permanece ligado a todos os outros organismos vivos. Recentemente a ciência vem se esforçando por tornar “artificial” a própria vida, por cortar o último laço que faz do próprio homem um filho da natureza. (...) Esse homem futuro, que segundo os cientistas será produzido em menos de um século, parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como nos foi dada – um dom gratuito vindo do nada (secularmente falando), que ele deseja trocar, por assim dizer, por algo produzido por ele mesmo. (ARENDR apud DUPUY, p.36)

Como se percebe, o argumento de Niccol, apresentado por meio de uma ficção, converge para reflexão que alguns setores da academia têm dedicado para as questões que envolvem os avanços da tecnociência. “Esse homem do futuro” sobre o qual nos fala Arendt, “motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como nos foi dada”, nunca esteve tão perto. E Niccol, quarenta anos depois de Arendt, soube percebê-lo e dar-lhe uma expressão atualizada em *Gattaca*. Homem do futuro não tão distante, obcecado em trocar a vida concebida naturalmente – um “dom gratuito vindo do nada” – por algo produzido por ele mesmo.

No final dos extras disponibilizados no filme, Niccol propõe um último argumento/cenário para marcar sua posição nesse debate:

“Em poucos anos, cientistas irão completar o Projeto Genoma, mapeando todos os genes que nos fazem humanos...”

“...estamos agora num ponto em que poderemos direcionar nossa própria evolução...”

“...se tivéssemos adquirido este conhecimento um pouco antes, as seguintes pessoas talvez não teriam nascido...”

E então sucedem-se imagens de algumas personalidades, uma a uma. Dentre elas Abraham Lincoln, portador da síndrome de Marfan; Van Gogh, que sofria de epilepsia;

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Albert Einstein, dislexia; Ray Charles, glaucoma primário; e Stephen Hawkin, esclerose.

Após as imagens dessas personalidades, que talvez não teriam nascido se o Projeto Genoma, em sua busca por “garantir as melhores condições para o nascimento”, tivesse sido efetivado um pouco antes, Niccol conclui seu raciocínio:

“E, claro... outro nascimento que provavelmente não teria ocorrido é o nosso.”

Uma última imagem

Se nosso método fosse capaz de relativizar a ênfase moderna na ruptura⁶, seu foco exclusivo nos “horizontes de expectativa”⁷: seria possível buscar na tradição, em especial na tradição clássica, equivalentes para compreender o sujeito iluminista moderno, senhor do mundo pelo poder da razão? Entre os gregos da antiguidade clássica, havia um certo arranjo psíquico que deveria ser evitado entre os cidadãos.

Entendida como uma *forma de ser e agir específica* típica ao repertório humano, a *hybris* era reconhecida como um dos elementos mais importantes da vida grega. Num primeiro momento louvada nas epopeias míticas (Odisseu será a grande exceção), combatida como o maior dos erros morais, posteriormente, no universo da *pólis*. De maneira geral, a *hybris* se fazia presente no momento em que os humanos “comedores de pão”⁸ eram captados pela arrogância, quando se viam enredados por uma autoconfiança desmedida. Ao se deixarem tomar por esse ânimo, sucumbindo à sedução do poder, os comedores de pão excediam os limites da sua condição (ultrapassavam a medida, o *métron* humano) e identificavam-se com os deuses. Esse desequilíbrio gerava uma reação dos deuses, a *nêmeses*, a justa vingança, a fim de recolocar o humano na sua esfera própria e assim restabelecer a ordem no cosmos.

⁶ Octavio Paz se refere à modernidade como “a tradição da ruptura” in (PAZ, 2013).

⁷ Como argumenta Koselleck sobre o tempo histórico na modernidade a partir das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2006).

⁸ O epíteto é de Hesíodo, o mais notável poeta da chamada Grécia Arcaica juntamente com Homero, em *O trabalho e os dias*. (s/d, verso 82).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Referências bibliográficas

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social” In: *Enciclopédia Einaudi*. vol.5, Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DUPUY, Jean-Pierre. “Fabricação do homem e da natureza” In NOVAES, Adauto (org.) *Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo*. Rio de Janeiro: Agir e São Paulo: Ed. SESC, 2008.

HESÍODO. *O trabalho e os dias*. Tradução de Emanuel Araújo (mimeo)

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e horizonte de expectativa”, In *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2006.

MORIN, Edgar. *O cinema e o Homem imaginário*. Lisboa: Moraes editores: 1970.

SANTOS, Laymert Garcia. “Humano, Pós-humano, Transumano” In NOVAES, Adauto (org.) *Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo*. Rio de Janeiro: Agir e São Paulo: Ed. SESC, 2008.

PAZ, Octávio. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O MÍTICO E A MÍSTICA NA OBRA DE WILLIAM BLAKE

Marcelo Reis (UEG)¹

Resumo: A estética de William Blake, um dos mais inspirados artistas da transição do Iluminismo para o Romantismo, destaca-se por sua singularidade e espírito inovador. Nela são combinados tanto elementos míticos quanto místicos. Uma profusão de sentidos que traduz a fé que Blake nutria sobretudo pela humanidade e, ao mesmo tempo, revela sua maneira específica de professar o Cristianismo e se posicionar contrário às autoridades constituídas de seu tempo. Dito isso, o presente estudo se detém no exame de fração da rica “mitologia inventada” (*mythopoeia*) por Blake, tendo como fontes ilustrações e escritos, focadamente seus poemas e aforismos filosóficos. E, na esteira desse processo, deslindar o repertório criativo de imagens de teor espiritualista, ocultista e hermético que suporta sua obra e explicita a têmpera mística de Blake.

Palavras-chave: William Blake; Mitologia; Misticismo; *Mythopoeia*; Ocultismo; Gnosticismo.

“Os homens, então, esqueceram que todas
as deidades residem em seus corações.”

(William Blake. *O casamento do Céu com o Inferno*)

¹ Professor Doutor do quadro efetivo da Universidade Estadual do Goiás (UEG), campus Formosa. E-mail: marceloreisueg@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

William Blake nasce no tradicional distrito de Soho, na Inglaterra, a 28 de novembro de 1757². Desde cedo, evidenciaram-se sua inteligência acima da média e talento para o desenho. De criação londrina, sua família acredita em Deus e seus pais provavelmente eram anabatistas, os quais romperam com a religião da família real inglesa. Blake evadiu-se da instrução religiosa, isto é, na época, não frequentou a escola. Condição que não afetaria o desenvolvimento de suas potencialidades artísticas e razão pela qual a liberdade caracterizou seu trabalho. Conta-se, inclusive, que Blake manifestou sua gratidão por não ter sido educado por mãos confessionais. O fato é que sua mãe se encarregou da missão de ensiná-lo a ler e escrever.

Receberia a primeira educação formal numa escola de desenho. Conta-se que frequentava exposições de arte regularmente. E o mais relevante: adorava comprar gravuras baratas em leilões locais, tornando-se colecionador de gravuras renascentistas. Portanto, o talento de que era portador foi sendo cultivado pelos vínculos que gradualmente estabelecia com o extenso campo das manifestações artísticas.

Mais tarde, com James Basire (1730-1802), no terreno profissional, aprenderia a técnica de gravar no cobre. O próprio Basire, ainda que fosse membro de uma conhecida família londrina de gravadores, é até hoje lembrado por ter assumido o papel de iniciador de Blake na arte de imprimir. Arte a que se dedicaria por toda vida.

No setor de tipografia, entre 1792 e 1797, aprendeu a aplicar ácido nas placas e produzir impressões (prints). Uma vez capacitado profissionalmente, Blake passou a trabalhar numa oficina de gravuras como forma de garantir o sustento. Diga-se que à época havia trabalho nesse setor porque os livros em série eram ilustrados com gravuras. Ainda assim, essa atividade era considerada um ofício, mas não uma arte. Isso porque o

² Os dados biográficos relativos a William Blake de que me servi para a elaboração do presente artigo se encontram no célebre trabalho de Alexander Gilchrist (1828-1861). Gilchrist, Alexander. *The life of William Blake: Pictor Ignotus*. London: Vintage, 1999.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

tipógrafo apenas copia a obra do artista. Isso o fazia acreditar estar oprimindo sua criatividade e seu talento artístico, que confiava ser superior ao daqueles de quem reproduzia as obras. Contra o que ele se rebelaria ao dar vazão à sua genialidade particular.

Blake se tornou um homem notadamente instruído. Naturalmente conheceu e se deixou inspirar pela Bíblia e por sua profusão de temas metafísicos. Mas também teve acesso a Milton, Shakespeare, aos filósofos Burke, Bacon e grandes escritores clássicos gregos, latinos, franceses e italianos. Autodidatismo e ilustração são atributos com os quais se pode qualificá-lo sem grandes reservas. De Milton, inspirou-se em *Paradise Lost* e *Paradise Regained*. Emanuel Swedenborg serviu a ele como modelo para que desenvolvesse sua têmpera mística. Jakob Böhme e seus escritos quase-cabalistas também o marcariam.

Compete-me salientar que de Swedenborg, espiritualista sueco que viveu entre 1688 e 1772, Blake acolheu uma série de ideias de fundo religioso, particularmente a visão de que todas as igrejas eram capazes e deveriam partilhar a mesma fé. E por mais que saibamos que as referências escriturais e imagéticas judaico-cristãs pesaram sobre Blake, não se pode negar que os temas que dão corpo à sua obra, no plano arquetípico, assumem caráter universal.

A despeito do espírito inovador de Blake, que o fez desafiar em muitos aspectos os padrões estéticos do tempo em que viveu, ele conhecia e admirava as expressões da cultura clássica e da arte gótica. A esse respeito, conta-se que teria afirmado que a arte grega é forma matemática enquanto a gótica é forma viva. Blake reconhecia no gótico uma arte carregada de espiritualidade. Pode-se dizer que sua sensibilidade para o diálogo e o reconhecimento do extenso rol de manifestações artísticas que o precedeu se revelou acertada uma vez que a estética clássica priorizava a harmonia e a simetria das formas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

enquanto a linguagem gótica se deixava influenciar fortemente pelo caráter sagrado do Ocidente medieval cristão.

Sem abdicar da temática religiosa, William Blake fartamente explorou e exaltou o nu humano. Elemento que jamais se dissociaria de sua obra. Era como se o nu representasse para ele a suprema forma; a mais bela. Paralelamente ao seu apreço e sua dedicação às formas, produzia escritos e poemas continuamente. Em 1779, ingressou, como estudante, na Royal Academy (of Arts) de Londres. Formação que receberia sem qualquer custo. Muito possivelmente em razão do reconhecimento de seu talento incomum. E assim seguiu o curso de sua vida produtiva. Na arte a que dava forma, além do nu, como que a reverenciar os florentinos renascentistas, passou a valorizar mais as linhas do que as cores.

Fenômeno conexo a esse copioso diálogo estético a que se permitiu, William Blake frequentava livremente um universo de referências artísticas. A despeito disso, para Blake copiar a arte dos que o antecederam não era tolerável. E mais: tratava-se de uma experiência sem propósito. Isso porque, para ele, a arte deveria emanar da visão pessoal do artista. De suas angústias e reflexões, mesmo as mais recolhidas. Via-se como original e imitar os grandes mestres lhe parecia uma prática sufocante. No limite da obsessão por essa experiência estética livre, sequer manifestava interesse em ser parte da comunidade artística de seu tempo. Talvez essa seja uma das mais belas características de sua arte.

No entanto, para que o juízo de mérito que faço da obra de William Blake se tornasse admissível no campo da História foi necessário cumprir uma árdua jornada de reabilitação das histórias de vida, que resultou no reconhecimento de sua legitimidade como tema de pesquisa e de seu valor cognitivo. Na sequência, permito-me tratar desse assunto de modo breve antes de avançar na trajetória e na obra de William Blake.

Como primeira consideração, deve-se ressaltar o fato de que resta clara a denúncia dos especialistas no gênero biográfico de que foi preciso investir na superação das

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

narrativas que se limitavam a estudar grupos específicos do passado, a exemplo de nobres, camponeses, homens santos, burgueses etc. A partir disso é que se tornou possível reintroduzir as histórias de vida no rol dos temas passíveis de serem apreciados para fins de pesquisa.

Há em curso uma defesa dos estudos comprometidos com a dimensão do indivíduo na história, de uma história que se dedique ao gênero biográfico, das narrativas que valorizem a performance de atores sociais que, de alguma maneira e por força de seus feitos nos mais diversos campos de atuação do gênero humano, podem ser pinçados da multidão. A biografia como gênero historiográfico legítimo e que mereça ser explorada com maior vigor por aqueles que se dedicam a examinar o passado.

Dentre esses defensores e articuladores da escrita biográfica no campo do conhecimento histórico, posso citar nomes como Peter Burke (BURKE, 1997), François Dosse (DOSSE, 2009), Norbert Elias (ELIAS, 1994), Mary Del Priore (DEL PRIORE, 2009) Benito Bisso Schimdt (SCHIMDT, 2005), Marcelo Reis (REIS, 2008) e Sabina Loriga (LORIGA, 1998).

Ocorre que é em Sabina Loriga especialmente que me apoio para ponderar as potencialidades e a relevância do gênero biografia no ofício do historiador. Na esteira desse processo, destaco a noção por ela explorada que trata do pequeno X (LORIGA, 2011). Tal conceito discorre sobre o princípio de autonomia de um sujeito quando da interação que estabelece irrecorrivelmente com o meio sociocultural no qual está inserido. Ao ter como base o ensaio *A biografia como problema*, de Sabina Loriga, discorro sobre esse ponto. Loriga apresenta um panorama generoso dos estudos históricos endereçados ao campo biográfico.

É por meio do diálogo com Hegel e Droysen que a historiadora italiana busca distinguir o sujeito histórico como criador dinâmico, potência inventiva, força viva da História (LORIGA, 1998). Sabina Loriga sobrevaloriza o caráter do indivíduo na trama

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

social em que se vê enredado e da qual, simultaneamente, opera como artífice. Para os que se dedicam às histórias de vida esse entendimento teórico se mostra incontroverso.

E essa não é uma percepção que se possa reconhecer como inovadora. Ao contrário, pois para que Loriga nos explicita a noção teórica do pequeno X, que defende com afinco, ela nos remete a Johann Gustav Droysen (1808-1884), nome do historicismo, e nos faz reconhecer o valor da colaboração do intelectual e hermeneuta alemão na medida em que ela lança luzes sobre o binômio indivíduo-sociedade. Droysen vai ponderar que:

Se designarmos por A tudo o que um homem é, possui e faz, esse A é formado de a + x, onde a representa tudo que lhe vem dos elementos exteriores, a saber, de seu país, de sua época etc., e o pequenino x constitui sua contribuição pessoal, a obra de sua vontade livre. Por menor que seja esse x, ele tem um valor infinito. (DROYSEN, 1977 apud REVEL, 1998, p. 233)

Ainda mais tinta se gastou na apreciação do binômio indivíduo-sociedade. Incontáveis os nomes daqueles que se uniram a essa reflexão. No entanto, entendo que Norbert Elias, em muitos momentos de sua produção, mas especialmente em *A sociedade dos indivíduos*, foi preciso ao diagnosticar o princípio de autonomia do sujeito histórico. É verdade que Elias não deixa de considerar o caráter contingencial dessa autonomia. Tem ciência da trama sociocultural a que o indivíduo está cingido, mas, na esteira de Droysen e de outros (Wilhelm von Humboldt e Jacob Burckhardt, o filósofo Dilthey e mesmo o romancista Liev Tolstói), Elias se posicionou contra a percepção dicotômica em que se opõem indivíduo e sociedade. É clássica a passagem em que afirma que “a história é sempre história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994, p. 45). Todos esses são exames vinculados ao movimento que se denominou de *o retorno da biografia*. Fechado esse parêntese, voltemos a nosso autor.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Quero me referir, preliminarmente, ao caráter mítico que distingue o trabalho artístico – literário e imagético – de William Blake. Sabe-se que ele deu vida a uma mitologia complexa e de arranjo singular. A título de ilustração, reconhece-se que os livros proféticos de Blake contêm uma rica mitologia inventada, por meio das quais Blake organizou, codificou e projetou disseminar suas ideias políticas e espirituais revolucionárias, que estavam acompanhadas de anúncios que postulavam o aparecimento de uma nova era. Anseios e buscas do próprio artista.

A arte a que dava forma estava compromissada com seu desejo de recriar o cosmos em linhas poéticas e por meio de imagens, mas também de transformar a sociedade em que atuava. Manifestavam-se em seu esforço inventivo suas paixões e as dimensões mais recônditas de sua fértil psicologia. Os mitos a que deu feições e voz frequentemente evocam a luta que envolve, de um lado, a iluminação e o amor livre, e, de outro, a educação restritiva e a moral repressora. Blake exterioriza seus pensamentos tendo como recurso a formulação dessa mitologia particular, fenômeno que, conceitualmente, denomina-se mythopoeia (ou mythopoesis)³.

No momento em que William Blake publica *All religions are one* (1788), uma coletânea de aforismos filosóficos⁴, ele contava aproximadamente 30 anos e vivia o período convulsivo da Revolução Francesa. Blake entendia se tratar aquele evento de uma gloriosa revolta dos pobres oprimidos contra a nobreza opressiva. Mais tarde, ao se defrontar e indignar com os desdobramentos da Revolução Francesa, seria compulsório para ele mergulhar no desencanto. Desencanto que não faria estancar sua pulsão criativa,

³ Gênero narrativo que se caracteriza pela criação de uma mitologia artificial e que se expressa por meio de trabalhos literários ou de outros suportes ficcionais. Como representantes reconhecidos desse gênero, pode-se citar nomes como os dos romancistas John Ronald Reuel Tolkien (1892-1973) e Clive Staples Lewis (1898-1963), que, como Blake, eram ingleses.

⁴ Aforismo: máxima ou sentença de poucas palavras que exprime uma regra ou princípio moral; reflexão filosófica sucinta de cunho moral ou prático. Do grego *aphorismós*, que quer dizer sentença ou definição.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

mas que suscitaria o realinhamento de seus trabalhos artísticos. Ele mesmo experimentou um tempo de transição, uma vez que conviveu proximamente com o ideário iluminista e testemunhou o crescente vigor do romantismo que se empenhava em destronar o racionalismo para coroar o espírito lírico.

No plano das revoluções políticas que marcaram seu tempo ainda, Blake acompanhou também a luta histórica pela independência americana (1776). No plano econômico-social, sentiu os efeitos da Revolução Industrial inglesa e a acentuada industrialização por que passou a Europa. Alcançaram-nos ainda o progresso científico e os avanços tecnológicos dessa era, assim como o pensamento secular que ganhava novos e marcantes contornos. Diante de tudo isso e em virtude de seu desassossego, pode-se assegurar que Blake não foi apenas um dos artistas mais inspirados da Inglaterra, mas se portou como um homem política e socialmente engajado. Posicionou-se contrário aos modelos religiosos dominantes e à monarquia inglesa. Pode-se dizer que assumiu postura idêntica em relação a toda forma de tirania espiritual e secular.

Não sem razão, ao examinar os trabalhos de William Blake, o poeta e crítico literário Claudio Willer destacou o fato de que:

Para Blake, Whitman [ensaísta norte-americano] e outros cultores das religiões pessoais, igrejas organizadas não possibilitam o acesso ao sagrado, porém o sequestram ao institucionalizá-lo e monopolizá-lo, impondo dogmas e obediência à hierarquia clerical (Willer, 2015, p. 85).

No plano político e na defesa apaixonada pelos direitos fundamentais e pela igualdade entre os indivíduos, são justos os registros de que William Blake se relacionou com figuras como Thomas Paine (1783-1809) e Mary Wollstonecraft (1759-1797). Thomas Paine, ativista político inglês e intelectual revolucionário, foi um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos da América e autor de *Diretos do Homem*, de 1791. A

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

conexão que Blake estabeleceu com Paine serviu de mote para a composição de alguns de seus trabalhos. A título de exemplificação, a independência das colônias americanas (1776) foi celebrada por ele em seus poemas, a exemplo de *A song of liberty*.

Mary Wollstonecraft, por sua vez, entrou para a história como pioneira na luta pelos direitos das mulheres e publicou, em 1792, *Uma reivindicação pelos direitos da mulher*, livro fundamental no qual refletia as questões de gênero como construção social e criticava o confinamento das mulheres ao espaço doméstico. As mulheres deveriam ocupar o espaço público de modo a participar diretamente das discussões políticas. Visões objetificadas da mulher e ao mesmo tempo misóginas passavam pelo crivo crítico do século XIX.

William Blake não se omitiu frente a temas que pareciam espinhosos para os artistas que lhe eram contemporâneos. Identificamos isso em seu poema *The little black boy* (BLAKE, 2007), de 1798, por meio do qual ele encara e – por que não – escancara a questão racial. Ilustrou, sem maquiagem, as crueldades cometidas durante a revolta escrava ocorrida no Suriname em 1796. Ilustrações que, mais tarde, irão inspirar o pintor e gravador espanhol Francisco de Goya em *O desastre da guerra*⁵.

Fato intrigante é admitir que, não fosse o empenho de um dos discípulos de Blake, Goya retrataria os horrores da guerra pela independência espanhola de modo diverso e nós mesmos não teríamos conhecido a genialidade daquele que viu no gigante Albion a criatura primordial. Foi em 1863 que Alexander Gilchrist publicou *The life of William Blake, Pictor Ignotus* (o pintor ignorado), a primeira biografia do poeta e que nos serve de referência até hoje para que se possa acessar a obra e o pensamento de William Blake. Interessante também é saber que uma mulher se ocupou de finalizar a primeira biografia publicada sobre Blake, a escritora Anne Gilchrist (1828-1885), esposa e par

⁵ The disaster of war, série de 82 impressões criadas pelo pintor e gravador espanhol entre os anos 1810 e 1820, com o propósito de retratar a de independência guerra espanhola.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

intelectual de Alexander Gilchrist. Com a doença de seu marido, que o impossibilitou de escrever, ela assumiu a tarefa de concluir a obra-prima agora do casal Gilchrist. Biografia que em pouco tempo vitalizaria a imagem de William Blake, preparando terreno para que se desse o posterior reconhecimento definitivo de seu talento no curso século XX.

Mas William Blake não parece disposto a romper os laços com a posteridade. A energia que empregava em seu ofício artístico, que resultou numa profusão de trabalhos que aguardam e merecem exame dedicado, ampliou-se recentemente (2013) em decorrência da descoberta de centenas de placas gravadas por Blake na biblioteca John Rylands, da Universidade de Manchester. O conjunto de 350 peças até então ignorado, por um lado, confirma o fôlego criativo de Blake, e, por outro, exemplifica a continuada emergência de novas fontes de pesquisa, o que torna o anseio de conhecer o passado um plano cujo fim se revela indeterminado.

Referências

BURKE, Peter. *A invenção da biografia e o individualismo renascentista*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 19, v. 10, p. 83-97, 1997.

BLAKE, William. *Cantigas da Inocência e da Experiência*. 2ed. Tradução, introdução e notas de Manuel Portela. Lisboa: Antígona, 2007.

_____. *O casamento do Céu e do Inferno e outros escritos*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

DEL PRIORE, Mary. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. Topoi, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 7-16

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Edusp, 2009.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

GILCHRIST, Alexander. *The life of William Blake: Pictor Ignotus*. London: Vintage, 1999.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Editora Autência, 2011.

REIS, Marcelo Rodrigues dos. *Tia Neiva: a trajetória de uma líder religiosa e sua obra, o vale do amanhecer (1925-2008)*. 2008. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Andrezza Christina Ferreira. *A mitologia de William Blake: uma história da representação no Romantismo inglês*. 222 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SCHIMDT, Benito Bisso. *Relações perigosas: história e biografia*. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 10 de dezembro de 2005.

WILLER, Cláudio. *William Blake, religião, misticismo e poesia*. In: Letras, Santa Maria, v. 25, n. 51, p. 83-108, jul./dez. 2015.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**ATTITUDE, SONORIDADE, DISPUTAS SANGRENTAS: REPRESENTAÇÕES
DO PUNK NO CORREIO BRAZILIENSE**

Moacir Oliveira de Alcântara (UnB)¹

Resumo: O fito central da presente comunicação é apresentar determinadas discussões suscitadas em minha pesquisa de mestrado cujo foco são as representações do punk no jornal Correio Braziliense entre os anos de 2010 a 2014. Intenta-se apreender ossentidos do punk construídos por esse periódico. O aporte teórico-metodológico é dado pela abordagem discursiva das representações, sendo feito uso, nesse sentido, de algumas formulações de Foucault (2008) acerca do discurso. Nesse percurso recorre-se, ainda, às noções de estereótipo, identidade e de representação propostas por Stuart Hall (2006, 2016), situando-as na dinâmica das práticas discursivas e da produção de sentidos no cotidiano tal qual teorizado por Spink e Medrado (2013). A análise de matérias a respeito do punk no jornal Correio Braziliense passa pela compreensão das condições de produção desses discursos, de suas funções, sentidos e simbologias envolvendo sujeitos, práticas sociais e relações de poder que as envolvem. Representações midiáticas informam processos de subjetivação. Dessa forma, os modos pelos quais o Correio Braziliense apresenta a imagem do punk têm efeitos na forma como punks se percebem e são percebidos socialmente.

Palavras-chave: Representações; punk; identidades; estereótipos; práticas discursivas.

Introdução

O discurso midiático elabora representações e opera a produção de sentidos na contemporaneidade. Amoldando valores, percepções e, sobretudo, engendrando processos de subjetivação e de construção de identidades, esse discurso opera a mediação

¹ Mestrando da linha de pesquisa História Cultural, Memórias e Identidades (PPG/HIS - Universidade de Brasília). Contato: moa7782@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

de diversas funções simbólicas, mobilizadoras, pedagógicas e reparadoras desempenhadas por outras instituições (RODRIGUES, 2002, P. 224) e, assim, tem o poder de regular e disciplinar condutas, além de orientar identidades, práticas e perspectivas sociais, produzindo sujeitos e os modos pelos quais “são representados, concebidos, experimentados e analisados” (HALL, 2016, p. 27).

De acordo com Bethania Mariani (2003), a investigação em torno do discurso jornalístico está relacionada com a dinâmica do imaginário de uma época (MARIANI, 2003, p. 33). Trata-se de um tipo de discurso de natureza histórica, ou seja, cujos sentidos estão engolfados em um período específico, só podendo, assim, ser compreendidos através do apropriado exercício de contextualização. Dessa forma,

O discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade (MARIANI, 2003, p. 33).

Empreender a historicização do discurso midiático – um discurso de mediação que “contamina” e é “contaminado” por outras modalidades de discurso e que permeia o restante das práticas discursivas (RODRIGUES, 2002, p. 219) – possibilita o desnudamento dos sentidos de práticas sociais e a desnaturalização de ideias, conhecimentos e imagens que aí se manifestam.

Partindo das compreensões supracitadas, tratarei de questões que suscitaram-me o interesse no campo da história cultural pelo estudo da produção de sentidos para o punk no jornal Correio Braziliense entre os anos de 2010 e 2014.

As fontes da pesquisa estão sendo selecionadas nos arquivos do Condomínio

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Acionário dos Diários e Emissoras Associados, D.A. Press/Memória/Centro de Documentação (CEDOC) dos Diários Associados. O local disponibiliza acesso a exemplares de todas as edições do Correio Braziliense que ainda não contam com versões digitais acessíveis por meio do Acervo Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital). Até o momento já foram selecionadas 22 matérias situadas dentro do recorte temporal proposto e cujo conteúdo demonstrou-se útil aos propósitos da pesquisa.

Antes, porém, de tratar do conjunto de noções e conceitos que irão servir de aporte em minha pesquisa é conveniente abalzar alguns dos traços caracterizadores desse objeto, o punk, anteriormente a colocá-lo sob o prisma investigativo de suas representações e dos mecanismos que são postos em funcionamento no processo de produção de sentidos para este no jornal Correio Braziliense.

O punk é um movimento contracultural² com raízes nos Estados Unidos e na Inglaterra (O'HARA, 2005, p. 30-31). Nos Estado Unidos o punk se consolida como um movimento em meio à confluência de artistas de vanguarda frequentadores do clube noturno CBGB's em Nova York: artistas plásticos, *performers* e a cena musical dos grupos da chamada *Blank Generation*³, em que se destacam bandas como The Ramones,

² De acordo com Pereira, “o termo “contracultura” foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas [...]. Na verdade, é um termo adequado porque uma das características básicas do fenômeno é o fato de se opor, de diferentes maneiras, à cultura vigente e oficializada pelas principais instituições das sociedades do Ocidente. Contracultura é cultura marginal, independente do reconhecimento oficial. Pode se entender contracultura, a palavra, [...] como uma postura, ou até uma posição, em face da cultura convencional, de crítica radical” (PEREIRA, 1983, p. 13-14).

³ Dois dos versos da música “Blank Generation” de Richard Hell & The Voidoids resumem o essencial da atmosfera na qual estavam envolvidos os pioneiros do punk nova-iorquino: “I belong to the blank generation/and I can take it or leave it each time” (“Eu pertencço à geração vazia e posso permanecer ou sair dela a qualquer hora”). De acordo com Milani (2008), “Nota-se aí uma forte influência do existencialismo que, no entanto, é agora potencializado. Esses garotos e garotas não possuíam uma ideologia a qual se apegar, a maioria buscava as drogas e se apegava todos os elementos proibidos pelas convenções sociais, símbolos considerados negativos pela sociedade, que iam desde o Livro Vermelho de Mao Tsé-Tung e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Dead Boys e Richard Hell And The Voidoids). No Reino Unido é onde o punk concretiza a sua inclinação às políticas de esquerda e ao anarquismo (O'HARA, 2005, p. 31-32), culminando na eclosão mundial das vertentes ditas mais radicais do movimento punk no final da década de 1970 e início dos anos 1980: *hardcore*, *anarco-punk* e *streetpunk/oi!*, entre outras.

O punk chegou ao Brasil no final da década de 1970, no período da chamada Abertura Política, processo de liberalização do regime militar vigente no Brasil entre 1964 e 1985 (NAPOLITANO, 2014, p. 9). Como afirma Vieira (2011, p. 5), à versão nacional do punk pode ser atribuído um caráter de resistência às imposições do *mainstream* se for considerada a forma como aqui chegou: embora tenha sido abordado de maneira sensacionalista incontáveis vezes por alguns veículos jornalísticos nacionais, mas através da divulgação de material fonográfico nas redes *underground*⁴.

Brasília e São Paulo já abrigavam bandas punks em fins da década de 1970 e, ressaltadas suas respectivas particularidades, espaços em que se exerciam vivências relacionadas ao punk rock. Magi (2014, p. 2) se refere ao punk de Brasília desse período como uma expressão majoritariamente de jovens intelectualizados de classe média da região do Plano Piloto. A estética e a musicalidade do punk brasileiro eram mais brandas e aproximadas da *new wave*⁵ se comparadas às das bandas paulistanas, em um contexto

suásticas a elementos sadomasoquistas e homossexuais. ” Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/marcoantonio.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

⁴ Denomina-se *underground* toda manifestação artística e cultural que se opõe ao *mainstream* ou ao *establishment*. Como coloca O'Hara (2005, p.193), é um “termo que designa o espaço não cooptado e/ou coberto pela grande mídia - jornais, rádios, TV's, revistas -onde circula uma produção artística mais comprometida com a arte do que com o comércio.

⁵ Segundo Friedlander, “embora o punk rock fosse ofensivo e imprevisível demais para se agregar ao estagnado mundo do pop/rock, os elementos musicais e líricos do punk foram absorvidos pelo mercado, provocando um rejuvenescimento da música pop. E assim surgiram os músicos da new wave, um repugnante termo da mídia criado para designar um amplo espectro indefinível da música (semelhante ao uso do termo “alternativo” nos anos 90). Os integrantes da new wave reproduziram alguns dos *feelings* musicais minimalistas do punk, inclusive sua base rítmica, mas sem as vocalizações

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

onde o punk emergiu como expressão de jovens da periferia vindos, primeiramente, de bairros da Zona Norte de São Paulo (NASCIMENTO e PAIVA, 2016, p. 59).

O estudo ao qual me proponho intenta confrontar as representações que se referem ao punk como “um movimento social, político e cultural” (BAYARD, 2005 Apud O’HARA, 2005, p. 18) com aquelas caracterizadoras do punk “como uma moda destrutiva e movida à violência” (O’HARA, 2005, p. 47) que reiteradamente se disseminam por meio do discurso midiático. Partindo do estudo de caso do periódico *Correio Braziliense*, pensar-se-á imagens delineadas dentro e fora do punk e como, para lançar mão da terminologia de Hall (2016, p. 27), a “política” que envolve a construção dessas imagens opera processos de subjetivação.

As representações do punk não têm sido problemáticas exclusivamente no âmbito das mídias jornalísticas, o cinema e a televisão também têm sido pródigos em apropriar-se do punk para dele criar imagens distorcidas e negativas. O’Hara destaca que desde os anos 1980 “seriados de TV como *Chips, Quincy, Square Pegs, 21 Jump Street* e filmes como *Class of 1984, Repo Man* e muitos outros mostravam o punk como uma causa direta do sadomasoquismo, suicídio, assassinato, estupro e outras formas de violência” (2005, p. 48).

No Brasil a mídia não tem sido menos implacável em relação ao movimento punk, associando-o à delinquência e à violência desde os seus primórdios. A efervescência do punk em São Paulo no início dos anos 1980 inspirou de campanhas publicitárias, passando por pautas jornalísticas sensacionalistas até personagens de novela (GORDO; BARCINSKI, 2016, p. 80).

monocórdicas ou a falta de harmonizações e solos improvisados. Muitas das letras das new wave adotaram a atitude punk de crítica à sociedade, mas sem o elemento de choque. Também foram tomados emprestados a inclinação do punk de se vestir de maneira não-convencional e sua singular performance de palco” (2010, p. 364).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Embora dispositivos⁶ midiáticos como o jornal *Correio Braziliense* produzam, em suas posições de poder, imagens uniformes, estigmatizadas e estereotipadas do punk, imagens essas que regulam sujeitos e percepções ligados a esse movimento contracultural, a experiência de alguém imerso na cultura punk dirá que não é possível falar de uma única identidade punk, mas de inúmeras, uma profusão delas. É possível encontrar aporte teórico para as colocações anteriores em Stuart Hall, precisamente na ideia central defendida por esse autor quanto à identidade cultural no contexto da pós-modernidade: não persiste mais o sujeito de “identidade unificada e estável”, mas esse dá lugar a um sujeito “de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...]”. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (2006, p. 12).

Não há, portanto, meios de se fixar uma única identidade punk ou uma noção única do que este seja. Há inúmeras formas de ser e de vivenciar o punk e, confrontando tais aspectos às maneiras pelas quais um veículo de mídia como o *Correio Braziliense* constrói representações fictícias ou negativas do punk, fica patente como o discurso midiático reforça estereótipos e, assim, orienta os modos como esses sujeitos são percebidos no cotidiano em sociedade.

Como nos ensina Hall (2016), estereótipos se relacionam a regimes de

⁶ A noção de dispositivo integra o instrumental analítico que perpassa a *História da sexualidade* de Foucault. No entanto, o filósofo só explicita algo próximo de um conceito de dispositivo em uma entrevista do ano de 1977 quando afirma que se trata de “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2000a, p. 244). Segundo Agamben, tem-se que dispositivo é qualquer coisa que seja capaz de direcionar, modelar, construir e apreender os modos de ser, as maneiras, os comportamentos, os procedimentos, as opiniões e os discursos dos indivíduos (2005, p. 13). Dessa forma, compreendo o veículo midiático *Correio Braziliense* como um dispositivo que regula e constrói subjetividades por meio das representações inscritas em seu discurso.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

representação⁷ que reduzem e simplificam o indivíduo a um conjunto restrito de características essencializadas e naturalizadas, dividindo aquilo que é tomado como normal daquilo que é considerado diferente. Através da estereotipagem “classificamos as pessoas segundo uma norma e definimos os excluídos como o ‘Outro’” (HALL, 2016, p. 192-193).

Ainda segundo Hall, “a estereotipagem tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder” (2016, p. 192) e é bastante clara a clivagem existente entre um veículo da grande mídia como é o caso do Correio Braziliense e o seu público. Tal aspecto se constitui como um regime regulador de condutas capaz de amoldar perspectivas, opiniões, sujeitos e identidades. Como explica Larry Zbach (2005):

As repetidas distorções da mídia, o exagero e os estereótipos ajudam a criar um tipo de ‘punk’ que não faz ideia dos conceitos, das filosofias sociais e políticas e da diversidade do movimento punk. Esse tipo de ‘punk’ irá se juntar ao movimento punk em número crescente. Na medida em que eles se juntam, a imagem da mídia se torna literalmente verdadeira. As autoridades morais terão razão e as medidas apropriadas que a cultura de controle da sociedade considera necessárias para lidar com o problema serão legitimadas (Apud O’HARA, 2005, p. 48-49).

A disseminação de estereótipos por meio do discurso midiático coloca em funcionamento um tipo de poder disciplinar que promove a marginalização e o ostracismo simbólico de grupos e indivíduos (HALL, 2016, p. 192). Esse poder disciplinar, que adentra para retirar e apropriar-se, está a serviço da “docilização dos corpos”

⁷ Em uma primeira formulação simples e sintética que posteriormente se desdobrará em conceitos mais complexos e abrangentes, Hall nos diz que a representação está relacionada à “produção de sentido pela linguagem”, como componente fundamental na produção e compartilhamento de significados entre indivíduos que integram uma cultura (2016, p. 32).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

(FOUCAULT, 2010, p. 164), ou seja, as formas pelas quais o Correio Braziliense elabora representações do punk funcionam segundo perspectivas que se opõem às propostas não-conformistas e antiautoritárias do sujeito punk que coloca “em xeque os modos de pensar predominantes” (O’HARA, 2005, p. 32-34). Compreendo, pois, que o regime de representações do punk que perpassa os mecanismos discursivos presentes no Correio Braziliense engendra formas de se estabelecer posições e de se construir sujeitos de maneira a discipliná-los, controlá-los e encerrá-los em posições específicas.

Destarte, pretendo examinar o poder dessas representações midiáticas na orientação das identidades, nas condutas, nas práticas sociais, ou seja, os efeitos das representações do punk no jornal Correio Braziliense quanto à produção de sujeitos e à construção de subjetividades ligadas a esse movimento. Trata-se, por conseguinte, de colocar essas representações sob o prisma do entendimento de que sujeitos e subjetividades se originam dos acontecimentos discursivos que se desenvolvem historicamente, ou seja, sob a compreensão de que “não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas...” (FOUCAULT, 2006, p.258).

A perspectiva que adoto quanto às notícias, reportagens e matérias que abordam a temática do punk no Correio Braziliense é a de que se configuram como *práticas discursivas*, uma vez que exercem a função de propalar conhecimentos, maneiras de se relacionar e de amoldar práticas e posicionamentos acerca do punk. Como bem destacam Spink e Medrado, as práticas discursivas podem ser definidas como a “linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (2013, p 26). Assim, dentro de um processo em que articulam sentidos para o punk, as representações do punk que se veiculam no Correio Braziliense instituem práticas as quais direcionam comportamentos e maneiras de percebê-lo social e culturalmente, segundo relações de poder, verdades, conceitos e modalidades de conhecimento situadas em contextos da história (Cf. FOUCAULT,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

2000).

Dado que “a linguagem é ação e produz consequências” (SPINK; MEDRADO, 2013, p. 27), as práticas discursivas movimentam discursos que abarcam enunciados que vão ser parâmetros para as formas pelas quais construímos, compreendemos e falamos sobre o mundo ou a realidade (VEIGA-NETO, 2007, p. 93). A propriedade de constituir as coisas do mundo atribuída à linguagem (FOUCAULT, 2008, p. 89) governa ações e condutas humanas, ou seja, na forma de práticas discursivas ou da interação entre indivíduos pela linguagem - e das representações que articulam os seus sentidos - se têm a gênese dos processos de constituição das identidades⁸.

Essa perspectiva traz em suas entrelinhas a ideia de que a produção discursiva se dá entre indivíduos que interagem no âmbito de uma cultura. Isto posto, temos que ao falarmos de práticas discursivas estamos também falando de processos de construção identitária (SPINK; MEDRADO, 2013, p. 36). Assim, a representação não apenas desempenha papel constitutivo dos sentidos para o mundo, eventos ou coisas, mas primordialmente no ordenamento das práticas sociais e na construção de identidades em nossa cultura. Spink e Medrado sublinham nesse sentido que

⁸ De acordo com Hall, as identidades constituem tema de estudo “demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (2006, p. 8). No entanto, delimitar identidade como um conceito de si mesmo, seja esta uma ideia que se dirija ao âmbito do individual ou do social, que passa por ressignificações e redirecionamentos constantes, como ““celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (2006, p. 13), pode ser um primeiro passo para se circunscrever tal conceito. Nas sociedades modernas o discurso midiático age diretamente sobre essas estratégias simbólicas, regulando relações, posições, criando e recriando identidades. Para Castells (1999) a identidade se erige com base em elementos simbólicos que perpassam o indivíduo, a coletividade e a sociedade como um todo. Nesse entendimento, a identidade é elaborada e ganha significação no campo das relações de poder, como tensionamentos entre aqueles que estão sob uma identidade e os que lhes são externos.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A força constitutiva das práticas discursivas está em poder prover posições de pessoa: uma posição incorpora repertórios interpretativos, assim como uma localização num jogo de relações inevitavelmente permeado por relações de poder. As práticas discursivas, portanto, implicam necessariamente o uso de repertórios e posicionamentos identitários (2013, p. 37).

Importa, portanto, identificar e mapear as representações do punk no jornal *Correio Braziliense* porque elas indicam processos de construção de subjetividades e de identidades. Problematizar essas práticas discursivas, representações e os sentidos do punk propicia o desvelamento de concepções, crenças, imaginários, discursos, regimes de verdade, práticas sociais e, sobretudo, das subjetividades que elas informam.

Acerca da noção de processos de subjetivação, Guattari pontifica que são operados entre uma subjetividade que o indivíduo adere passivamente “tal como a recebe” e uma ordem criativa “na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo de singularização (2010, p. 42). Sinteticamente, os processos de subjetivação são as maneiras pelas quais a singularidade dos indivíduos é erigida.

A reflexão acerca dos processos de subjetivação, postos em funcionamento por essas representações do punk, engloba as formas de singularização de sujeitos punks por meio do discurso construído pelo dispositivo jornalístico *Correio Braziliense*. Nessa perspectiva, é possível concluir que as representações produzidas acerca do punk no periódico que analiso em minha pesquisa de mestrado sinalizam os contornos de um dispositivo de controle de condutas, alinhado a regimes de verdade situados historicamente e opostos em relação às propostas de crítica social e cultural inerentes ao punk.

Considerações finais

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Nas notícias, reportagens e matérias do Correio Braziliense analisadas até o presente momento em minha pesquisa, os autores se limitam às representações estereotipadas do sujeito punk. Essas maneiras de representar o punk, em geral, o circunscrevem em compreensões restritas, como uma tendência da moda, uma das inúmeras vertentes estéreis do *rock* ou o associam à delinquência, à violência ou à criminalidade.

O posicionamento desses autores reflete o posicionamento do veículo midiático para o qual trabalham e ignora a multiplicidade de sentidos do punk, um movimento que se desenvolveu a partir de filosofias não-conformistas e antiautoritárias, como forma de “colocar em xeque os modos de pensar predominantes” (O’HARA, 2005, p. 32-34). Dessa forma, o punk aparece nessas matérias como um movimento de caráter homogêneo, tendo desvanecida a diversidade que o caracteriza.

O apagamento do caráter de diversidade empreendido pela mídia em relação ao punk, para além de revelar poderes em disputa, impossibilita que haja visibilidade para as suas variadas propostas político-filosóficas. Cabe analisar as funções desempenhadas por esse discurso e, com base no instrumental teórico de Foucault (2000), pensar os jogos de poder e as condições históricas dos quais emerge.

Referências

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade (Volume II)*. 2ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 2000.

_____. *Poder e Saber*. In: MOTTA, M.B. (Org.). *Ditos e Escritos IV*. 2. ed. Rio

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.223-240.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FRIEDLANDER, Paul. *Rock and Roll: Uma história social*. Tradução de A. Costa. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GORDO, J.; BARCINSKI, A. *Viva la vida tosca*. Rio de Janeiro. Darkside. 2016.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio: Apicuri, 2016.

MAGI, E. *Um Renato Russo predestinado*. Revista Proa. N. 5. 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2324/1801>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

MARIANI, B.S.C. *Os primórdios da imprensa no Brasil* (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni. (org.) *Discurso fundador; a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, Pontes, 2003 (3ª edição).

MILANI, M. A. *Dinâmicas ideológicas do movimento punk*. 2008. Disponível em: <<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/marcoantonio.pdf>>, acesso em 18 fev. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. 1964. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Clemente Tadeu; PAIVA, Marcelo Rubens. *Meninos em fúria e o som que mudou a música para sempre*. Rio de Janeiro: Alfaguara. 2016.

O'HARA, Craig. *A filosofia do punk: mais do que barulho*. São Paulo: Radical Livros. 2005.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

1988.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Delimitação, natureza e funções do discurso midiático*. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002 (2ª edição).

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, Benedito. *Produção de Sentido no Cotidiano: Uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas*. In: Spink, Mary Jane P (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. Edição virtual. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 22-41.

VEIGA-NETO, A. *Linguagem, discurso, enunciado, arquivo, episteme*. In: Foucault & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 89-106.

VIEIRA, T. J. *(Des)Caminhos da Identidade Punk: Uma Trajetória de Especificidades*. Revista Tríás. n.2 jan.-abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistatrias.pro.br/index.php/edicoes-anteriores/80-n2.html>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

402

SIMPÓSIO TEMÁTICO 6

Imagem em Movimento: Um Olhar
Para a História

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DO FILME: DIÁCONOS PELA DEFESA E
JUSTIÇA E A CONSTRUÇÃO DO SABER DISCENTE**

Samara Letycia Moura Borges (Universidade de Brasília)¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a utilização do filme como recurso didático nas aulas de História, abordando a representação da temática negra. Foi exibido o filme “Em Defesa da Honra” para os/as discentes do 9º ano de ensino do Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes situado na região rural do município de Porto Nacional (TO). Após a exibição foi aplicado um questionário sobre as questões apresentadas no filme. O filme mostra a violência vivenciada pelos operários no sul dos Estados Unidos, diante da conjuntura de discriminação os operários formam um grupo chamado de “Diáconos pela Defesa e Justiça”. Por meio dos questionários, pôde-se observar uma análise crítica e interessada dos/as discentes que apresentaram aceitação da utilização de filmes nas aulas de História.

Palavras-chave: Representação; História; Filme; Ensino.

O objetivo deste trabalho é apresentar a utilização do filme como proposta de recurso didático nas aulas de História, analisando e discutindo o filme com temática da resistência negra como representação da realidade, bem como as possibilidades e os problemas metodológico-epistêmicos que o docente pode vir a ter durante sua utilização na sala de aula. Para o desenvolvimento deste trabalho foi exibido um filme na aula de História no Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes para os discentes do 9º ano do ensino fundamental.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Tocantins com especialização em Africanidades e Cultura Afro-Brasileira pela Universidade Norte do Paraná. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. E-mail: samaraletyciaborges@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Introdução

Comumente as aulas de História são consideradas “monótonas” por seu conteúdo e/ou pela prática docente, sobretudo, por este último. Dependendo como o conteúdo é abordado, as aulas podem despertar a atenção e interesse dos discentes. Assim trazer o filme para o universo escolar é adentrar novas possibilidades e inserir-se nas novas abordagens pedagógicas, já que o docente deve atentar-se para as demandas das novas “ferramentas” de aprendizagem.

O filme escolhido para trabalhar com os discentes é “Em Defesa da Honra”, escolhemos este filme porque ele representa um dos momentos da luta contra o racismo nos Estados Unidos que apesar de mostrar-se como um interessante filme é pouco conhecido. Dirigido por William Henry, o filme foi lançado em 2003 não apresentando como uma obra cinematográfica de grande expressividade no mercado industrial, ao contrário de outras produções fílmicas dirigidas por Henry, o filme não possui grandes efeitos especiais que geralmente os filmes Hollywoodianos costumam apresentar.

O filme em Defesa da Honra, Duke, nos apresenta o personagem Marcos Clay - interpretado pelo ator Forest Whitaker - que sofre as condições de um operário negro americano em meados da década de 1960 no sul dos Estados Unidos, já que ele e demais afro-americanos eram discriminados pela elite dominante e racista, sobretudo, pelos simpatizantes da Ku Klux Klan (KKK). A partir da situação vivenciada pelos oprimidos e pela necessidade de patrulhas em bairros negros, surge então o grupo Diáconos pela Defesa e Justiça com a tentativa de se impor frente aos descasos que sofriam.

Cinema e história

A história é apresentada e representada de diferentes formas e o filme pode ser uma delas, já que é um dos veículos que pode representar uma determinada realidade. Trata-

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

se de um grande avanço do registro das imagens, na qual se deu a preservação das imagens em movimento. O filme é um meio alternativo e interessante de comunicação que tem se caracterizado como um objeto industrial, pois causa um enorme impacto, principalmente nas massas, levando em suas obras cinematográficas lutas e ideologias.

Nesse sentido, Morenttin (2003), com influência nas obras de Marc Ferro escreve o artigo “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro” sobre a utilização do cinema como fonte na história e sua relação com ela a partir dos textos do historiador francês. Para Morenttin (2003), “o cinema traz informações complementares e refaz a ideia de uma época ou acontecimento”.

Contudo, como ressalta Marc Ferro (*apud* MORENTTIN, 2003) é preciso atenção para a historicidade, percebendo o diálogo do filme com as diversas e diferentes correntes ideológicas e a realidade, trazendo à tona elementos que foram essenciais para a transformação histórica, pois tais produções afetam o psicológico do público. De acordo com Duarte (2002):

O significado cultural de um filme (ou de um conjunto deles) é sempre constituído no contexto em que ele é visto e/ou produzido. Filmes não são eventos culturais autônomos, é sempre a partir dos mitos, crenças, valores e práticas sociais das diferentes culturas que narrativas orais, escritas ou audiovisuais ganham sentido (DUARTE, 2002, p. 51-52 *apud* COELHO; VIANA, 2011).

Por ser um objeto cultural imbuído em nossa cultura contemporânea e idealizador de novas formas de ver o mundo, tem-se proliferado em nossos costumes e hábitos chegando a não somente expor, mas também induzir a informações de identidade e influenciar nas demais formas de desenvolvimento da sociedade.

Para tanto, Eric Hobsbawm (*apud* KORNIS, 1992) percebe o cinema como uma “influência decisiva na maneira como as pessoas percebem e estruturam o mundo”. O cinema tem se infiltrado na transmissão cultural e se tornado uma ferramenta no processo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

de formação educacional, entretanto Kornis (1992), observa que os documentos visuais estão sendo usados de forma inadequada, já que apesar deles serem utilizados em sala de aula, recebem pouca atenção metodológica.

Quanto às dificuldades que alguns docentes têm de ensinar utilizando os documentos visuais, Bittencourt (2004) no livro “Ensino de História: fundamentos e métodos” propõe discutir sobre a diversidade dos tipos de instrumentos em sala de aula, sugerindo formas de organizar e conciliar o conteúdo com as ferramentas de ensino, entre elas, a utilização dos filmes.

Em um capítulo dedicado ao assunto cujo título é “Documentos não escritos em sala de aula” ela enfatiza sobre os cuidados na escolha de um filme. Para a autora, o primeiro passo é o docente conhecer as experiências dos discentes e identificar a experiência deles como expectadores (BITTENCOURT, 2004, p. 375).

Através das experiências dos discentes é possível identificar suas representações acerca de um determinado tema. O interesse com este trabalho é apresentar o filme como uma ferramenta importante na sala de aula e com ele discutir as análises dos discentes em relação a realidade do negro na sociedade. A partir da exibição do filme “Em Defesa da Honra”, busca-se analisar a percepção dos discentes sobre a situação vivenciada pelos negros na história, entendendo que o filme pode ser utilizado de forma didática, mas que sua utilização também pode reforçar a ideia de superioridade das “raças” ou pode colocar este pensamento em questão, já que o filme altera ou expõe uma realidade (KORNIS, 1992).

Ao discutir sobre as representações dos discentes, Zamboni (1999) afirma que todas as imagens nos trazem uma mensagem e essas mensagens são construídas a partir das ideias que os discentes já têm sobre o assunto. Dessa forma, pretende-se com este trabalho identificar a influência dos filmes nas ações cotidianas e sua aceitação quanto ao conteúdo cinematográfico.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Por fazer parte da educação dos jovens, o uso do filme nos remete as questões sobre a apropriação do conhecimento, tais como: os jovens sabem da influência do cinema na formação de opinião? Como eles interpretam um filme? Qual é a aceitação do conteúdo exibido?

As representações fílmicas apresentam costumes, ideias e ações. As representações abrange imagens, revistas, livros, oralidade e o filme. A televisão e o cinema contribuíram e continuam a contribuir para uma concepção de história e de tempo histórico. Estes são alguns dos veículos de comunicação que tem influência sobre os que o assistem e, assim, podemos observar o quanto o filme tem influenciado as práticas das pessoas, especialmente dos discentes.

Com advento das imagens em movimento, nas quais foram desenvolvidas técnicas narrativas que ainda hoje são empregadas no cinema e na televisão, observou-se que além de ser um meio de comunicação, o filme também é um objeto industrial que faz circular capital monetário. Logo, é preciso atentar-se para as mensagens transmitidas pelo filme.

Os docentes precisam acompanhar as mudanças e, por isso, podem fazer uso de novos recursos didáticos para o ensino. Segundo Viana (2010):

Por muito tempo, a escola privilegiou o uso da língua escrita, mas a atualidade requer imagens, pois hoje o mundo é da imagem. A invasão da imagem mostra que o estímulo visual se sobrepõe no processo de ensino/aprendizagem, pois a cultura contemporânea é visual. O aluno é estimulado pelas histórias em quadrinhos, videogames, videoclipes, telenovelas, cinema, jogos variados, inclusive do computador, todos com apelos às imagens (VIANA, 2010, p. 03 *apud* COELHO; VIANA, 2011).

Para Kornis (1992) um filme pode se aproximar da realidade e se tornar uma fonte precisa expondo visões de mundo, valores, identidades e ideologias de uma sociedade, dependendo das circunstâncias que é utilizado pode articular-se ao contexto histórico e social da atualidade. Trabalhar com esse filme é entender também como o filme pode ser

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

utilizado como recurso didático e pode auxiliar os docentes nas suas aulas, atentando-se para a ideia de que o filme pode “reforçar” estereótipos, cabendo ao docente “desconstruir” visões estereotipadas que resultam na discriminação e alijamento de alguns grupos étnicos. Neste sentido, Teixeira (2006) afirma que:

Ver filmes discuti-los e interpretá-los é uma via para ultrapassar as nossas arraigadas posturas etnocêntricas e avaliações preconceituosas, construindo um conhecimento descentrado e escapando às posturas “naturalizantes” do senso comum (TEIXEIRA, 2006, p. 08 *apud* COELHO; VIANA, 2011).

Após a exibição do filme foi aplicado um questionário com seis questões. O uso desse questionário serviu para analisarmos como os discentes perceberiam as situações apresentadas no desenvolvimento do filme. Assim, por meio da percepção dos discentes, buscamos entender o impacto ideológico do filme e se os discentes identificariam a temática abordada pelo filme.

Contextualização do Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes

O Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes localiza-se na TO 255, km 12, Projeto de assentamento Santo Antônio, zona rural do município de Porto Nacional - TO, ocupando uma área de 14 hectares. Diante das discussões que apontaram para os desafios das escolas rurais brasileiras, recorreu-se ao trabalho de Fernandes e Rodrigues (2010) e o Caderno SECAD (2007) – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade organizado por Henrique, Maragon, Delamora e Chamusca.

Segundo Fernandes e Rodrigues (2010) a educação do campo tem uma trajetória que foi negada durante muitas décadas e apesar do Brasil ter uma sociedade predominantemente agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891.

No caderno SECAD que trata sobre a Educação no Campo (2007) diz que somente

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

a partir da Constituição de 1988 foi que a legislação brasileira relativa à educação passou a contemplar as especificidades das populações identificadas com o campo. Antes disso, a educação para essas populações foi mencionada apenas para propor uma educação instrumental, assistencialista ou de ordenamento social.

Ainda de acordo com o caderno SECAD (2007) é preciso conceber uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário também mobilizar e colocar em cheque ideias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. Além disso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter às desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e a cidade.

Acerca do nome da escola, é uma homenagem ao seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, segundo Fernandes e Rodrigues (2010):

O Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes recebeu esse nome para homenagear Francisco Alves Mendes Filho, seringueiro desde criança, que dedicou praticamente toda a sua vida à defesa dos trabalhadores e povos da floresta. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores e do Conselho Nacional dos Seringueiros. Chico Mendes (como é chamado popularmente) teve um trabalho reconhecido internacionalmente, sendo várias vezes premiado inclusive pela ONU, que o distinguiu como um dos mais importantes defensores da natureza no ano de 1987. Através de sua luta pela implantação das reservas extrativistas, Chico Mendes combinava a defesa da floresta com a reforma agrária reivindicada pelos seringueiros, contrariando grandes interesses, principalmente os dos latifundiários e da UDR.

A reestruturação do Projeto Político Pedagógico do centro contou com a participação dos pais, comunidade local, professores, alunos e funcionários. Sendo o documento composto pelos seguintes elementos: visão escola e planejamento. Elementos que, segundo o PPP, objetivam compreender “a escola que temos, a escola que queremos e como construí-la”.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Exibição e considerações finais

As respostas dos discentes passaram pela escravidão colonial até os temas da atualidade. No entanto, uma das questões que se referia a KKK, poucos discentes apresentaram conhecer a existência da Ku Klux Klan – somente 04 (quatro) afirmaram conhecer.

Houveram algumas respostas surpreendentes em relação à consciência negra. A maioria dos discentes ficou surpresa com a coragem dos protagonistas negros e indignaram-se também com as condições sociais e raciais que foram apresentadas no filme à época, já que muitos não conheciam a extremidade do racismo no recorte temporal abordado pelo filme e por meio da exibição do filme puderam entender acerca dos espaços de segregação.

A imagem associada ao campo, no senso comum, advém de um discurso tradicionalista, no qual, os habitantes rurais não têm acesso à tecnologia. A realidade vivenciada pelo Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes alerta-nos para a necessidade de romper com estigmas e promover um ambiente que atenda às necessidades de aprendizagem dos discentes.

Poucos saíram da sala, mostraram-se interessados pelo filme. Nas cenas que apresentaram as repressões das manifestações, todos ficaram surpresos. Dessa forma, as mudanças de suas expressões eram instigantes, lamentaram-se e faziam comentários frente às agressões sofridas pelo negro: “bate nele também” e “não deixa fazer isso com você”.

Os discentes sorriam e expressaram-se com gestos em algumas cenas, tratava-se de um momento em que a igualdade se almejava e, ao sorrirem, não mostravam sorrir somente por uma situação cômica, mas demonstravam contentamento, houve uma boa recepção da exibição do filme na aula de História.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Após o término do filme foi-lhes entregue o questionário, o que foi interessante, pois os estudantes o preencheram com seriedade. A maioria não conhecia o filme, tampouco grupos como o Diáconos pela Defesa e Justiça, no entanto, souberam reconhecer a temática do filme.

O racismo e suas consequências chamaram-lhes à atenção. Ao verem as mobilizações como tentativa de reivindicação dos direitos civis da população negra, parecia não acreditar porque para eles o filme não se baseava em fatos reais.

Um aluno disse, através do questionário, que o movimento dos negros apresentado pelo filme mostrou também a luta pelos direitos trabalhistas. Acerca da pergunta sobre a Consciência Negra, outra aluna respondeu que “consciência negra significa respeitar a todos e que temos direitos iguais, independentemente da cor da pele”. É importante ressaltar que os discentes repudiaram a violência praticada pelos simpatizantes da KKK e compreendiam a ação dos diáconos frente à conjuntura da segregação racial.

Considerando o exposto, para a qualidade do ensino, o uso de recursos novos como o filme requer ser pensado e discutido. Tanto os docentes da zona rural como o da zona urbana precisam adequar-se as linguagens que apontam para uma inovação didática, já que “qualquer gênero de filme pode se transformar em um poderoso recurso pedagógico” (CARVALHO, 2003).

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. *Conhecimento da história e da educação: o cinema como fonte alternativa*. São Paulo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, Ano 10, n. 2, 2003.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

COELHO, Roseana; VIANA, Marger. A utilização de filmes em sala de aula, um breve estudo no Instituto de Ciências Exatas e Biológicas da UFOP. *Revista da Educação Matemática da UFOP*, Vol. I, 2011.

CHECCO, Guilherme Barbosa. *Negros Protagonistas: Cinema e música na integração racial americana*. São Paulo. PUC/SP, 2010.

FERNANDES, Ailton; RODRIGUES, Ismeralda. *A Educação do Campo e os instrumentos da pedagogia da alternância no Centro Municipal de Educação no Campo Chico Mendes*. Programa Nacional de Gestores de Educação Básica, 2010.

HENRIQUES, Ricardo; MARANGON, Antônio; DELAMORA, Michiele; CHAMUSCA, Adelaide (Orgs.). *Educação do Campo: Diferenças mudando paradigmas*. Cadernos SECAD. Brasília, 2007.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Vol. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.

MORETTIN, Eduardo Victorio. *O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro*. Curitiba. Editora UFPR, 2003.

SILVA, Priscila Aquino. Cinema e História: o imaginário norte americano através de Hollywood. Rio de Janeiro. UFF, Vol. 2, n. 5, 2004.

ZAMBONI, Ernesta. Representações e Linguagens no ensino de História. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 18, n. 36, p. 89-102, 1999.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**PERSONA, SARTRE E RICOEUR: A NARRATIVA COMO CONSTRUÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO DO SUJEITO**

Sofia Corso (UFG)¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo estabelecer um diálogo entre o filme *Persona* (1966) escrito e dirigido pelo diretor sueco Ingmar Bergman (1918-2007), a discussão proposta por Jean-Paul Sartre em *O Existencialismo é um Humanismo* (1946) a respeito do sujeito definido por suas próprias ações; e o conceito de narrativa proposto por Paul Ricoeur em sua obra *Tempo e Narrativa* (1994-1997). A análise do filme será dividida em três momentos: o hospital psiquiátrico, a ilha e a autoconsciência de Alma. Dessa forma tentarei perceber de maneira mais completa a construção, as mudanças e as contingências da estrutura narrativa de Bergman e a proposta por ele desenvolvida sobre a edificação do ser em crise.

Palavras-chave: Ingmar Bergman; Narrativa;

Este trabalho tem como objetivo estabelecer um diálogo entre o filme *Persona* (1966) escrito e dirigido pelo diretor sueco Ingmar Bergman (1918-2007), a discussão proposta por Jean-Paul Sartre em *O Existencialismo é um Humanismo* (1946) a respeito do sujeito definido por suas próprias ações; e o conceito de narrativa proposto por Paul Ricoeur em sua obra *Tempo e Narrativa* (1994-1997), onde irá postular uma “função narrativa pela qual se dá a inscrição da ação humana na temporalidade” (CARVALHO, 2003).

O cinema europeu na década de 1960 é marcado por profundas transformações se comparado às produções fílmicas da década anterior, tornando-se mais pessoal e autoconsciente. Bergman, que tem no teatro a origem de sua técnica e estética, será inovador não só na sua temática, mas também na linguagem e interação com o público. Dotado de uma obra extensa, produzindo mais de cinquenta títulos ao longo de sua carreira, *Persona* será um filme ousado, como o próprio diretor se referiu: “um poema, não em palavras, mas um poema em imagens” (PIRES, pág. 07, 2013).

¹Mestranda em História (UFG). E-mail: sofiacorso_@hotmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O filme conta a história de duas mulheres e o relacionamento que desenvolvem entre elas. Uma é enfermeira, a outra atriz. Esta última durante a atuação em uma peça de teatro fica muda e se resigna no direito de fala. O foco de análise será os diferentes tipos de produção de narrativa construída pelas duas personagens e a perspectiva de sujeito desenvolvida pré e pós a produção dessa narrativa.

Persona em grego quer dizer máscara, o que nos serve como ponta pé inicial para entender todo aparato estético proposto por Bergman tanto em relação às personagens principais como a noção de identidade e construção do ser proposto pelo diretor. O estudo feito por Isabel Castiajo no livro *O Teatro Grego em Contexto de Representação*, mostra que várias são as razões apontadas para o uso de máscaras no teatro grego. Tanto na intenção de propagação acústica, fazendo ressoar melhor a voz dos atores, como na intenção de visibilidade das personagens que tem na máscara um “adereço imprescindível” num teatro onde não representavam mulheres (CASTIAJO, 2012).

A análise do filme será dividida em três momentos: o hospital psiquiátrico, a ilha e a autoconsciência de Alma. Dessa forma tentarei perceber de maneira mais completa a construção, as mudanças e as contingências da estrutura narrativa de Bergman e a proposta por ele desenvolvida sobre a edificação do ser em crise.

PRIMEIRA PARTE: O HOSPITAL PSIQUIÁTRICO

O filme começa de forma perturbadora com cenas dispersas não apresentando, em um primeiro momento, conexões entre si. Parece tudo parte de um sonho. Um inconsciente agitado. a próxima cena começa com a enfermeira Alma entrando em uma sala aonde lhe será passada instruções pela Doutora² sobre uma paciente recém-

² Irei me referir à psiquiatra por Doutora, pois seu nome não é falado no decorrer do filme.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

internada que ficará sob seus cuidados. Trata-se de Elisabet Vogler, uma atriz que durante a encenação da peça *Electra*³ tem um surto e fica em silêncio, não pronunciando nem uma palavra desde então. A escolha da tragédia grega por Bergman não é aleatória. A história de Electra que conspira com o irmão a morte da mãe para vingar o pai assassinado, Agmenon, diz muito sobre Elisabet, como será esclarecido mais adiante.

Alma se dirige ao quarto de Elisabet e tenta um primeiro contato. Ela começa se apresentando a paciente que a trata com apatia, totalmente destituída de emoção. Alma diz que tem 25 anos, que se formou em enfermagem há dois e irá exercer a profissão até se casar. Também menciona o fato de sua mãe ter sido enfermeira até o casamento, reforçando uma ideia de tradição. Elizabete não fala nada. Seu desdém por Alma é traduzido por toda falta de interesse no olhar que direciona ao espectador. Esse recurso utilizado por Bergman de inclusão do espectador na cena é o mesmo utilizado pelo teatro que vê a plateia como cúmplice da história que esta sendo contada. É pertinente notar em Alma a presença de uma essência caridosa e prestativa, de um projeto bem elaborado de si mesma. Alma é chamada pela Doutora de Irmã, o que nos leva, a saber, de sua condição religiosa, justificando o seu comportamento.

Na cena seguinte, Alma é questionada pela Doutora sobre suas percepções sobre a paciente. A enfermeira fala sobre o semblante suave quase infantil de Elisabet, mas que seu olhar carrega um tom maligno da qual não consegue explicar. Alma teme não conseguir lidar com a paciente *mentalmente*⁴, pois alega que sua decisão de escolher o silêncio demonstra grande força mental e que precisaria de alguém com mais experiência de vida para ajuda-la.

A Doutora nega o pedido da enfermeira. A próxima cena se dá mais uma vez pela tentativa de Alma de estabelecer um diálogo com Elisabet. Mas esta última permanece em silêncio. Alma continua fazendo e respondendo as próprias perguntas.

³Tragédia grega escrita por Eurípedes em meados de 410 a.C.

⁴Palavras de Alma

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Mesmo que Elizabete não se comunique por palavras, Bergman faz com que tudo ao seu redor pareça falar por ela: a enfermeira, o rádio, o pôr do sol e o olhar agonizante que direciona ao espectador.

O monólogo (recurso também utilizado na tragédia grega como forma de discurso) de Alma que sucede é um importante ponto dessa primeira parte. Está sentada na cama passando creme no corpo, algo banal e cotidiano.

É engraçado. Pode fazer o que quiser. Fazer quase tudo. Me casarei com Karl-Henrik e terei filhos... Os quais terei que criar. Tudo isso está predestinado. Está dentro de mim. Não há o que pensar. É um sentimento seguro. Tenho um trabalho que gosto. Isto é bom, também... Mas de outra forma. É bom. O que será que há de errado com ela?
Elisabet Vogler⁵.

Refletindo sobre a vida, a narrativa da enfermeira transmite uma perspectiva de existência da qual podemos fazer um paralelo como a elucidada por Sartre em *O Existencialismo é um Humanismo* (1946). O filósofo coloca no início do seu discurso algo que chamou de existencialismo cristão; concebendo Deus como criador, a vontade e o entendimento do homem seguem o padrão pré-determinado pelo divino, do qual não existem escolhas. Isso para Sartre gera um conformismo, pois o homem que abre mão da responsabilidade de si tem tendência a aceitar toda e qualquer condição que lhe fora submetido (SARTRE, 2010). A submissão de Alma à sua situação, em que a essência precede a existência, leva-a pela primeira vez questionar os motivos de Elisabet pelo silêncio ao pensar o que há de errado com ela. A forma como repete seu nome ao final demonstra admiração e desejo, insinuando algo que ela nunca poderia ser.

A próxima cena é emblemática e insere Vogler como contrapeso de Alma pelo que Sartre coloca como desamparo e engajamento.

⁵ Diálogo retirado de *Persona* (1966), de Ingmar Bergman.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Elisabet está sozinha no quarto do hospital e assiste televisão. O cenário apresenta apenas uma cama e uma mesa onde o eletrodoméstico está localizado. Aflita, anda de um lado para o outro. De repente uma cena a deixa chocada. É de fato perturbadora: um monge imola-se e as pessoas ao redor assistem horrorizadas. Elisabet fica imóvel nesse momento. Há uma noção de engajamento diante dessa cena de terror que está diretamente ligada à angústia do homem no momento que se vê responsável pelos seus atos e como isso atua diretamente na sociedade. O silêncio de Elisabet permanece um mistério, mas sabemos que essa escolha tomada por ela de resignação perante o mundo, reflete diretamente nas pessoas que estão ao seu redor. Há uma negação da essência em seu silêncio. Essa tomada de responsabilidade por si mesma gera uma angústia, como Sartre elucida nessa passagem:

O existencialista costuma declarar que o homem é angústia; isso significa o seguinte: o homem que se engaja e que se dá conta de que ele não é apenas o que escolhe ser, mas é também um legislador que escolhe ao mesmo tempo o que será a humanidade inteira, não poderia furtar-se do sentimento de sua total e profunda responsabilidade (SARTE, pág. 21, 2010).

A primeira parte se encerra com um dos diálogos mais densos do cinema. A Doutora não questiona a sanidade de Vogler, pois a julga perfeitamente coerente,

Pensa que não entendo? O inútil sonho de ser. Não parecer, mas ser. Estar alerta em todos os momentos. A luta: o que você é com os outros e o que você realmente é. Um sentimento de vertigem e a constante fome de finalmente ser exposta. Ser vista por dentro, cortada... Até mesmo eliminada. Cada tom de voz uma mentira. Cada gesto falso. Cada sorriso, uma careta. Cometer suicídio? Nem pensar. Você não faz coisas desse gênero. Mas pode se recusar a se mover e ficar em silêncio. Então, pelo menos, não está mentindo. Você pode se fechar, se fechar

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

para o mundo. Então não tem que interpretar papéis... Fazer caras, gestos falsos. Acreditaria que sim... Mas a realidade é diabólica (...)⁶.

Sartre afirma: “Você não é outra coisa senão sua vida” (SARTRE, 2010, pág. 31). Essa sentença nos auxilia a compreender as palavras da Doutora, descartando a possibilidade de uma possível futilidade (ou passividade) por parte de Elisabet diante da vida. “O inútil sonho de ser” de Vogler não quer dizer um conformismo por parte dela, mas sim uma não-escolha. A não-ação, ou seja, a atitude do silêncio, também é uma escolha, a construção de uma essência, a negação de uma realidade que lhe impõe padrões. Sua reclusão da fala pressupõe a abertura para sua liberdade.

Mas como construir uma essência negando uma construção narrativa? Para Sartre, a essência do homem é construída a partir de suas ações perante o mundo. Então me parece no mínimo contraditório a construção de uma narrativa pelo silêncio. Há uma negação da narrativa por parte de Bergman?

Mais a frente em seu discurso, a Doutora afirma que a apatia de Vogler perante o mundo se tornou um papel fantástico. A categoria de Persona ligada à atriz exemplifica o que Paul Ricoeur chamou de *intriga*. O professor do Departamento de História da UFMG, José Carlos Reis, sintetizou essa categoria da seguinte maneira:

A intriga é uma mimese, uma imitação criadora da experiência temporal, que faz concordar os diversos tempos discordantes da experiência vivida. A intriga agencia os fatos dispersos em um sistema. Ela é uma composição, uma produção, uma atividade, uma construção do poeta, que unifica a dispersão da experiência (REIS, pág. 25, 2006).

Mimese em Aristóteles se define como arte em composição. A atividade mimética é o que agenciaria a vivência humana. Para Paul Ricoeur, tanto a narrativa quanto a ficção atuam como mediadoras entre tempo vivido e tempo cósmico (concepção cosmológica de Aristóteles), criando um terceiro tempo. Há uma relação

⁶ Idem, 1966.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

dialética entre esses dois pontos em que uma atua na outra se transformando mutualmente.

A narrativa cria conexões que reinscrevem o tempo vivido no tempo cósmico. E o tempo vivido encontra sua forma, expressão e reconhecimento na intriga logicamente construída. Tempo e narrativa se constituem reciprocamente: o tempo vivido é o objeto da narrativa e a narrativa é a consciência de si possível do vivido (REIS, pág. 24-25, 2006).

A poética cinematográfica engloba uma narrativa que ao compor uma intriga, carrega consigo uma atividade mimética que compõe a ação quando instaura dentro dela a necessidade. O alto grau de tensão gerado pelo silêncio de Elisabet, paradoxalmente, cria na narrativa um efeito de angústia perante a vida e uma universalidade humana que não nos é dada, mas é permanentemente construída (SARTRE, 2010). A beleza da ficção esta aqui edificada como a negação da produção narrativa construindo uma narratividade a partir da subjetividade humana e a lógica racional da escolha. A ficção permite, nesse caso, que o silêncio, a autoconsciência, seja uma narrativa.

SEGUNDA PARTE: A ILHA

Alma e Elisabet vão para casa de praia da Doutora e a estadia perto do mar foi bem aceita pela atriz. Sua apatia e imobilidade fora substituída por caminhadas e banhos de sol. A relação entre as duas mulheres se transforma em cumplicidade e carinho. É nesse momento do filme, na mudança da relação entre as duas, que temos a distorção de certezas. Podemos perceber que há um abalo na fé de Alma no momento que esta lê uma passagem de um livro para Elisabet,

A ansiedade que sentimos, todos os sonhos não realizados, a crueldade inexplicável, o medo da morte, a visão dolorosa da nossa condição

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

terrestre, desgastou nossa esperança de uma salvação divina. Os gritos de nossa fé e dúvida, contra a escuridão e o silêncio são uma prova terrível da nossa solidão e medo.⁷

Alma pergunta para Elizabete se ela acredita mesmo que as coisas são assim, e esta assente com cabeça em aprovação. A intimidade entre as duas dá ao filme um ar aconchegante. O silêncio de Elizabete abre espaço para que Alma estabeleça longos monólogos. Em uma cena chega a admitir a preguiça de mudar a si mesma e como isso a faz sentir culpada. Essa escolha de Alma por não se permitir o desamparo e angústia das escolhas, dita de forma ingênua e despreocupada, faz o espectador pensar: “quem poderia culpa-la?”. Alma chega a mencionar uma casa de velhas enfermeiras no hospital onde se formou que se dedicaram a profissão a vida toda. “Imagine um chamado tão forte que você dedica sua vida a ele. Acreditar em algo, fazer algo. Crer que a vida tem um significado”, diz ela. Elizabete toca seu rosto após o desabafo, como se ela estivesse tocando a ingenuidade em si.

Como diz Paul Ricoeur, a narrativa não representa o que de fato aconteceu. Ela é uma representação construída pelo sujeito (REIS, 2006). O filme que até o momento apresentou uma linearidade narrativa, se transforma como Alma. Há uma reinvenção da intriga nesse momento. O tempo vivido das duas personagens se transforma mediante a construção narrativa. Ricoeur divide o círculo hermenêutico em três momentos: mimese 1, mimese 2 e mimese 3; estabelecendo uma relação direta entre vivência e reconhecimento. Esse reconhecimento é por parte do espectador, se estivermos nos referindo à narrativa histórica. Se tratando de uma narrativa ficcional, vamos colocar as personagens no lugar desse espectador para compreender sua transformação mediante a narratividade. Para Ricoeur, o que realiza essa articulação entre narrativa e recepção é o prazer, de aprender pelo reconhecimento (REIS, 2006).

⁷ Diálogo retirado de *Persona* (1966), de Ingmar Bergman.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Há uma relação dialética entre Alma e Elisabet. As duas constroem narrativas diferentes, e uma apreende e se reconhece na outra. Essa relação transformam as duas mutuamente.

TERCEIRA PARTE: A AUTOCONSCIÊNCIA DE ALMA

Esse é o momento que o filme entra em colapso. Logo em seguida várias imagens (como as do início) aparecem como se estivessem reprimidas: uma fala de trás pra frente, Charles Chaplin, a mão sendo pregada lembrando o sacrifício, um olho. A autoconsciência de Alma é como a película que se desmancha, ela é uma superfície pura de consciência. As imagens cômicas, violentas e perturbadoras do inconsciente se irrompem. Alma não está mais onde deveria estar.

A enfermeira enfrenta Elisabet após esse momento. Quer que a atriz fale com ela. Mas esta se recusa. Alma confronta a linguagem do silêncio como produtora de narrativa. O que antes era reconfortante e acolhedor se torna hostil e gera desconfiança. “Não posso ficar brava, diz Alma, você continua em silêncio”. O diálogo é a única coisa que permitiria o acesso de Alma a Elisabet, mas sua abstenção é como eximisse a atriz da culpa por seus atos. É como se Bergman nos indagasse agora: a narrativa está diretamente ligada com a construção do sujeito, é possível o sujeito negar a produzi-la?

Há um deslocamento do silêncio. Uma mudança da intriga. Se antes o silêncio era reconhecido como não-escolha, como a negação de uma essência pré-estabelecida, agora ele é recusa de tomada de responsabilidade de si, por suas próprias ações.

Como em uma narrativa historiográfica, a compreensão do tempo vivido por Alma será unificar a intriga em uma única ação. Todo aparato circunstancial e complexo vivido pelas duas personagens, agora que a enfermeira compreende melhor o lugar em

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

que está, será envolvido em uma narrativa linear contendo todas as circunstâncias, monólogos, ações e não-ações.

Esse “diverso unificado” na narrativa ficcional de Bergman será transformado em metáfora. O diálogo que ocorre nesse momento entre as personagens explicando finalmente os motivos explícitos e não explícitos de Elisabet culminará na fusão entre as duas, e finalmente na literalidade da criação de uma persona.



Rosto partilhado: o lado direito pertence a Alma e o lado esquerdo pertence a Elisabet

A metáfora de Bergman sobre a crise do ser e a (re)elaboração de si diante da confluência com um outro sujeito extrapola, com toda a liberdade intrínseca à narrativa ficcional, o que Paul Ricoeur entende por identidade narrativa.

Sartre ao elaborar a complexa teia filosófica existencialista, acaba por tratar o destino do homem como uma poética. Essa poética encontra na ontologia de Ricoeur elementos que complementam e contrapõem a relação do historiador com o tempo e a narrativa tornando assim pertinente o diálogo com a linguagem cinematográfica de Bergman.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Referências bibliográficas

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um humanismo**. Ed. Vozes de Bolso. Rio de Janeiro. 2010.

REIS, José Carlos. **Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur**. Locus, Revista de História. v. 12, n. 1 (2006): História da Historiografia e teorias da História. UFJF, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa: a tríplice mimese**. In: Tempo e narrativa (Tomo I). Campinas/SP: Papyrus, 1994.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 7

Territorialidades e Temporalidades
Africanas e Afrodescendentes: História
da África, a Diáspora Africana e os
Estudos Afrodescendentes Numa
Perspectiva Interdisciplinar

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**AS REPRESENTAÇÕES DA LIBERDADE EM GOIÁS NA IMPRENSA
ABOLICIONISTA (1878-1889): OS JORNAIS *A TRIBUNA LIVRE*: ÓRGÃO DO
CLUB LIBERAL DE GOIÁS (1878-1884), *O PUBLICADOR GOYANO*: ÓRGÃO
DE INTERESSES DO POVO (1885-1889) e *GOYAZ*: ÓRGÃO DO PARTIDO
LIBERAL (1885-1889)**

Ana Paula Oliveira Lima (IFG)¹
Janira Sodré Miranda (IFG)²

Resumo: A presente pesquisa é um projeto que se desdobrará em trabalho de conclusão do curso. Intenta interrogar acerca da imprensa abolicionista e a constituição da liberdade na Província de Goiás na segunda metade do século XIX, com ênfase na trajetória do jornalista e abolicionista negro goiano José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889). Selecionamos enquanto fonte os jornais *O Publicador Goyano* (1885-1889), de propriedade de José Marques Tocantins, e os jornais liberais abolicionistas *A Tribuna Livre* (1878-1884), e *Goyaz* (1885-1889), aos quais o ativista mantinha vínculos trabalhistas, sendo redator e editor. Objetivamos inicialmente, para investigar como se organiza o protagonismo da intelectualidade negra na luta pela liberdade, analisar a literatura abolicionista e as ideias e lutas políticas de José do Patrocínio Marques Tocantins divulgadas na imprensa abolicionista em Goiás na segunda metade do século XIX, caracterizar os sujeitos coletivos que militaram nos clubes abolicionistas goianos, e, por último, compreender o desenvolvimento de práticas emancipatórias através da imprensa negra. Utilizaremos dos aportes da História Cultural para operacionalizar as discussões, e dialogamos com a historiografia abolicionista. Os procedimentos metodológicos incluem leitura da bibliografia selecionada, análise e comparação das fontes, investigação de documentos e/ou informações adicionais pertinentes.

Palavras-chave: José do Patrocínio Marques Tocantins; Abolição em Goiás; Protagonismo negro; Liberdade; Imprensa abolicionista.

¹ Graduanda em História pelo IFG/Campus Goiânia. Contato: anapauloliveira2103@gmail.com

² Docente do IFG/Campus Goiânia e coordenadora do Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Africanidades/NEGRA/IFG. Contato: janirasodre@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O movimento abolicionista na Província de Goiás do século XIX: lutas diversas do povo negro

As produções historiográficas existentes acerca do movimento abolicionista brasileiro são relativamente extensas, não obstante esta constatação, são facilmente perceptíveis os desconhecimentos, as ausências e silenciamentos em torno das ações e do protagonismo de abolicionistas negros em Goiás, tais como José do Patrocínio Marques Tocantins, Basílio Martins Braga Serradourada, José Antonio de Jesus, Benedito D'Abaddia e demais ativistas da causa pela liberdade inseridos na sociedade de posses.

Efetuar a discussão da temática da liberdade e os caminhos para a construção desta no Brasil Imperial perpassa o estudo dos diferentes vieses de luta e resistência dos sujeitos negros, escravizados (as), ex-escravizados (as), libertos (as), livres ou não-escravizados (as), compreendendo esse corpo como intrincado, dotado de pluralidades, composto por homens e mulheres que, em suas ações concretas – conjuntas e/ou individuais –, recriam sua condição de escravizados e escravizadas em espaços que, por vezes, são por eles (as) mesmos (as) abertos, conforme aponta Thiago Sant'Anna (2005, *passim*). A existência de múltiplas interpretações sobre o que vem a ser o conceito de liberdade confere, pois, um caráter complexo e múltiplo ao movimento que agitou a monarquia na segunda metade do século XIX.

A escravização negra como uma constante nas províncias, atravessadas por suas particularidades sociais, impulsiona a criação e multiplicação dos *abolicionismos* (SANT'ANNA, 2005) em várias regiões do território brasileiro. Enaltece Larindo (2017) que na Província de Goiás, a economia, em meados dos anos de 1800, era sustentada pela mão de obra compulsória dos escravizados negros: com o declínio da produção aurífera – a qual mesmo em crise, não desaparece –, gradativamente se desenvolve a agropecuária, modelo de produção que modifica substancialmente as

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

relações de trabalho dos escravizados (as), que acumularão as funções de vendedores e vendedoras, artesãos e artesãs, quitandeiras, alfaiates e demais funções, para a compra de sua própria alforria ou a alforria de seus semelhantes (no caso dos libertos), na década de 1880. Considerável era, de igual maneira, a proporção de pessoas livres na Província de Goiás no mesmo período. A partir de 1850, com a lei de proibição ao tráfico, há um impulso na diminuição do contingente de escravizados e escravizadas, redução referente ademais, ao trabalho das sociedades emancipadoras e da própria luta dos abolicionistas.

A escravização e as inúmeras desigualdades sociais constituíam pontos de entrave acerca da modernização pretendida pelo Estado – para adentrar a *civilização*, romper com um passado nos moldes coloniais era uma exigência. Entre os dissensos em relação à forma de se materializar a abolição, destacamos que a proposta vencedora, a de uma abolição lenta e gradual, pode ser entendida como uma resposta aos movimentos que exigiam a liberdade dos escravizados (as), sem, evidentemente, confrontar os interesses dos anti-abolicionistas, uma vez que a própria tese da indenização

inscrevia-se na cultura política de pactos [entre o *rei* e os *barões*]³. A compensação financeira pelo escravo libertado, finalmente era uma tradução do processo abolicionista sintonizado com a cultura escravista (SANT'ANNA, 2005, p. 21).

A modificação/transição das relações de trabalho no contexto de crise do sistema escravista foi executada visando a manutenção da ordem, preservando, pois, os privilégios da classe proprietária. Invariavelmente, por tratar-se mesmo de trabalho gratuito e forçado, dispensar essa mão de obra, centro da economia do país, significava

³ *Grifo nosso*. O apoio mútuo com fins de governabilidade da Coroa para com as elites. Consultar CARVALHO, José M. de. Teatro das sombras: a política imperial. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 249-260.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

introduzir atritos nas distintas esferas sociais, haja vista que nenhuma política para a abolição, das mais radicais às mais moderadas, possibilitava permanecer intocados os interesses dos detentores de posses.

Na Província de Goiás, verificamos a ocorrência de abolicionistas adeptos tanto ao regime monárquico quanto ao republicano, este último sistema entendido como aquele capaz de resolver a quase insignificante representatividade goiana nos órgãos administrativos locais, além de outros imperativos centralizadores do governo imperial sentidos no cotidiano, como a falta de políticas públicas para a infraestrutura, característica não impeditiva ao contato dos goianos e goianas com discussões circulantes nas demais províncias (LARINDO, 2005), como o era o ideário abolicionista florescente já no início do século XIX no Império. Difundido por brasileiros formados no continente europeu, o movimento se identifica com os pressupostos da Ilustração francesa e do Liberalismo inglês, cujos pilares seriam o direito natural, o humanitarismo cristão, o impedimento econômico caracterizado pelo modo escravista de produção e a ameaça ao Estado (SANT'ANNA, 2005), argumentação constituída na imprensa de viés abolicionista.

Afro-biografia de resistência e liberdade: a trajetória e atuação do abolicionista negro goiano José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889)

A luta de José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889), jornalista, escritor, compositor, músico e militante goiano, ocupa lugares na imprensa abolicionista, espaço irradiador do ideário de liberdade e igualdade, principalmente a partir da década de 1870. Tendo constituído uma tipografia, Marques Tocantins escreveu para o jornal *O Publicador Goyano*, do qual era também sócio-proprietário e redator chefe, n'*A Tribuna Livre*, foi redator e editor, esse último encargo realizado por ele também no periódico

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Goyaz. Os jornais *A Tribuna Livre* e *Goyaz* eram denominados liberais, posto que pertencentes à oligarquia Bulhões⁴, elite burocrática estruturada em partidos políticos.

A Província de Goiás foi palco de projetos modernizadores em termos econômicos, culturais, artísticos e sociais, como, a título de exemplo, o fortalecimento do Centro Goiano (1835-1935) – em cumprimento dos estudos em Música no Rio de Janeiro, o jornalista goiano contou com o auxílio do clube, que promovia eventos para arrecadação de fundos. A contrapartida seria o retorno daqueles jovens beneficiados à província, com saberes aplicados à política, às leis e às ciências, conhecimentos distantes de grande parcela da população.

A dedicação à Música levou José Marques Tocantins à primeira banda de música da Guarda Nacional, da qual foi mestre, e à criação, por parte dele, da Filarmônica Goyana, os desafios de se ensinar os fundamentos musicais diminutos se comparados se às agruras do exercício da profissão de professor, pois sua

carreira de músico foi desempenhada por meio do magistério. Embora ele tenha se destacado enquanto professor de música, a concretização da prática de sala de aula foi desafiadora e carregada de contestação, por parte dos colegas e da administração política do Império (LARINDO, 2017, p. 90).

A admissão na cadeira de Música do Colégio Lyceu, símbolo do *progresso* local, traria contínuas dificuldades no reconhecimento de igual salário em relação aos demais professores. Sendo um homem negro, livre, letrado, apto pelo cumprimento da exigência de formação profissional específica, precisou protestar pelo reconhecimento

⁴Os Bulhões Jardim se situam em Goiás no século XVIII, afirmando-se como grupo político no século XIX. Da tradição política das famílias Félix de Souza e Rodrigues Jardim, foi a mais longa oligarquia a permanecer no poder em Goiás. De 1878 a 1912, foram curtos os períodos de interrupção do seu domínio. Ao experimentar o afastamento do poder em 1885, pela política de trocas do governo, passa a difundir concepções liberais, republicanas e abolicionistas na imprensa. Ver: ARAÚJO, Patrícia; PEREIRA, Robson. *A Oligarquia Bulhões na Imprensa em Goiás (1866-1912)*. 2001. p. 2.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

de suas capacidades intelectivas, negadas pelas estruturas racistas que afetam a subjetividade: uma luta que acompanharia José Marques Tocantins aos espaços por ele ocupados e se concentraria na imprensa, um lugar legitimado pela sociedade de posses dado o lugar da opinião pública.

Nos números de *O Goyaz*, *O Publicador Goyano* e *A Tribuna Livre*, se discutiam e criticavam assuntos relacionados à política imperial que flertava com o autoritarismo – divulgando os ideais de liberdade e humanidade, pelo recurso da moral, declaravam a diferentes grupos sociais como os militares, as mulheres, os empregados do comércio e ex-escravizados (as) e escravizados (as) o ranço causado pelo processo empedernido e denunciavam a situação dos escravizados e escravizadas, exigindo a *abolição do elemento servil*, identificado por contraproducente ao desenvolvimento da economia e da *civilização* (A TRIBUNA LIVRE, 1880, ed. 44), em abordagem-manifesto similar a corrente em jornais como o *Radical Paulistano* (1969), fundado por Rui Barbosa e Luís Gama, com os quais José Marques Tocantins mantinha correspondências.

A volta de José Marques da Corte teria se dado em decorrência de desavenças ocasionadas por posicionamentos políticos tidos como radicais do abolicionista goiano, cujos atritos com o governo se intensificam após a iniciativa do jornalista em compor a chefia da redação do jornal de tom oposicionista *A Tribuna Livre*, que dissertava frequentemente sobre a ingerência política do governo (LARINDO, 2017) e as mazelas desse hábito.

O republicanismo e o abolicionismo estarão substancialmente localizados nas páginas de dezenas de jornais surgidos na década de 1870 – o conjunto de leis paliativas, a ameaça do republicanismo e as oposições entre os partidários do liberalismo e do conservadorismo ocasionam a modificação da composição dos jornais, nos anos iniciais de 1800 formatados a partir de conteúdos como notícias cotidianas (acidentes e assassinatos) folhetins, algumas notícias da corte e internacionais e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

organizados posteriormente a partir de certo compromisso com os problemas da nação (FERREIRA. *et al.*, 2011) isto é, denotam um caráter mais nacionalista e de manifesto. Dentre os problemas da nação, a educação revelava-se fundamental para implementação das reformas pretendidas e debatidas pelos abolicionistas, como a eliminação do *elemento servil*, sendo as reformas e a instrução do povo um prenúncio da democracia. Para José Marques Tocantins, a educação deveria atingir a todos e todas (A TRIBUNA LIVRE, 1879, n. 50), esse seria o caminho para a construção de uma civilização.

Os homens negros, letrados e livres procuram conquistar e se manter nos espaços públicos de debate, na imprensa escrevendo as consequências do racismo enquanto prática cotidiana de inviabilização da conquista da liberdade. Para além de introduzir tais discussões, são esses homens que exercem o protagonismo na criação de mecanismos de resistência, enfrentamento e comunicação (MAGALHÃES PINTO, 2014), transformando a imprensa em instrumento de liberdade e para a liberdade. Em breves edições, no carioca *O Homem de Côr* (1833), primeiro jornal da imprensa negra brasileira, circunscreve Magalhães Pinto (2014) que as reivindicações acerca da cidadania e dos valores democráticos são postuladas a partir de documentos como a Constituição Política do Império (1824), cujo texto previa como única distinção na admissão aos cargos públicos os “talentos e virtudes” dos homens.

No início dos anos 1800 pretos e pardos correspondiam a aproximadamente 75% dos habitantes goianos, negados em humanidade pelo não reconhecimento de suas capacidades intelectivas, afirmadas pelas teorias eugenistas constantemente relidas. As edições do jornal *O Publicador Goyano* dos dois últimos anos do regime escravista trazem menções ao arcaísmo que representava essa instituição, danosa a todos os setores sociais, e *a todas as raças*. Observa-se que a condição do negro elucida diferentes tipos de organização e ação: com a imprensa, as fronteiras de comunicação nas cidades se



Universidade
Estadual de Goiás



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

ampliam, tornando-se mais direta, possibilitando a repercussão dos textos entre livres, libertos, escravizados e escravizadas.

Considerações parciais

No século XIX as novas estratégias de desvio das imposições da ordem escravista são criadas pelos negros e negras. Se considerarmos o lugar que a imprensa e o jornalismo assumem nesse período, podemos apontar que o enfrentamento de José Marques Tocantins para permanecer em meios como a imprensa, consolidando seu trabalho na tipografia da qual era proprietário, dá-se enquanto estratégia de resistência e de engendramento de práticas que conduzirão à emancipação de outros sujeitos negros, ainda submetidos ao domínio do sistema vigente. Tal experiência oferece não apenas um exemplo de fratura dessa sociedade, mas anuncia o protagonismo de um sujeito que se coloca em espaços de trabalho que *a priori* não pareciam a ele destinados em face do estigma social da cor. Acreditamos que é premente o resgate das trajetórias que apresentam os ecos da resistência e da liberdade nesse contexto, pois tais pesquisas evidenciam os negros enquanto sujeitos na construção político-social de sua própria história.

Reconstruir as vivências de um homem negro, livre, detentor de diversas titulações profissionais, com domínio em diversos idiomas, de condição financeira favorável e detentor de uma tipografia na sociedade hierarquizadora goiana favorece a compreensão do debate acerca da dimensão política da forma específica de atuação dessa elite negra, pois concordamos com Sant'Anna (2005) quando este reforça que, se diferentes eram as estratégias utilizadas para alcançar a liberdade, a heterogeneidade social dos participantes desse movimento e as propostas de abolição do regime, as singularidades históricas das regiões impactam o desenvolvimento dos abolicionismos. Ainda carecemos ampliar a compreensão das lutas abolicionistas que José Marques

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Tocantins desenvolveu, os sujeitos e instituições inscritos no complexo e dificultoso processo de acesso e permanência nos espaços de poder constituídos, como a imprensa.

Referências bibliográficas

ARTIAGA, Larissa S.; MARINHO, Lucas L.; DIAS, Luciene. *Imprensa Abolicionista Brasileira e as Teorias do Jornalismo: Influência Midiática nas Transformações Políticas e Sociais*. Projeto de pesquisa. Professora Orientadora: Luciene de Oliveira Dias. Disponível em <http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/5048540.pdf> Acesso em 18 de nov. 2017.

BARRA, Valdeniza Maria L.; FABIANO, Tatiana Sasse. *Livros e Leituras em Goiás no jornal A Tribuna Livre (1878-1884)*. 11 p. Disponível em https://eventos.fe.ufg.br/up/248/o/Valdeniza_Maria_Lopes_da_Barra_e_Tatiana_Sasse_Fabiano.pdf Acesso em 22 de out. 2017.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: Editora associada à ABEU, Coleção Documentos Goianos nº 21.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. *A Mulher, a História e Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1974. 362 p.

FERREIRA, Maria Clara. et al. *Diários da Liberdade: uma análise da imprensa abolicionista do final do século XIX*. VIII Encontro Nacional de História da Mídia Unicentro, Guarapuava-PR. 2011, 12 p.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

LARINDO, Aparecida Macedo. *José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889): trajetória de um afrodescendente na província de Goiás no século XIX*. 2017. 124 p. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De Pele Escura e Tinta Preta: a Imprensa Negra no Século XIX (1833-1899)*. 197 p. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2006.

PINTO, Ana Flávia. *Fortes Laços em Linhas Rotas: Literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Unicamp, Campinas, 2014. 350 p.

SANT'ANNA, Thiago. Os Abolicionismos na província de Goiás: Pluralidades e Singularidades. *Mulheres Goianas em Ação: Práticas Abolicionistas, Práticas Políticas (1870-1888)*. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2005. p. 22.

SILVA, Eduardo. Domingo, dia 13: O underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade. *Caminhos da Liberdade: Histórias da Abolição e do Pós-abolição no Brasil*. ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (org.). Niterói: PPGHistória - UFF, 2011. pp. 29-37.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NOS LIVROS DE NOTAS DE JATAÍ (1872-
1888)¹.**

Lucas Rodrigues do Carmo (Universidade Federal de Jataí)²

Resumo: A pesquisa tem por objetivo analisar as cartas de alforria encontradas nos livros de notas do Cartório de Notas 1º Ofício de Jataí. A documentação abrange o período de 1872-1888. Por meio da análise das fontes, pretende-se elucidar questões concernentes a relação entre senhores e escravizados tais como: estratégias utilizadas por ambos na negociação da liberdade e formas de alforrias concedidas, bem como, traçar o perfil do liberto em Jataí: idade, sexo e procedência. Intenta-se, com isso, perceber a dinâmica da escravidão nesta região da província de Goiás, dialogando com a historiografia produzida sobre o tema nesta e em outras regiões do país.

Palavras-chave: Escravidão; Liberdade; Jataí.

A partir dos anos 1980 há uma revisão historiográfica, alicerçada em diferentes paradigmas da história, sobretudo guiada à luz da História Social e dos estudos de E. P. Thompson que fez surgir uma nova abordagem para o estudo da escravidão negra no Brasil, principalmente a relação entre senhores e escravizados. Tal perspectiva trabalha com a chamada experiência escrava, buscando trazer ao palco o escravizado como sujeito histórico que “através de suas práticas cotidianas, costumes, lutas, resistências, acomodações e solidariedades, de seus modos de ver, viver, pensar e agir construiu, junto com os senhores, isso que no final das contas, chamamos de “escravidão”, de “escravismo”” (LARA, 1995, p.46 – 47; CASTRO, 1997, p.58).

Esse novo modo de fazer história, que faz uso de uma gama de fontes e o entrecruzamento entre elas, como: periódicos, cartas de liberdade, inventários,

¹A presente pesquisa integra o projeto: Os Últimos Anos da Escravidão em Goiás: Conflitos, Acordos e Expectativas nos Caminhos da Abolição, que recebeu apoio financeiro da FAPEG. O projeto é desenvolvido por docente e discentes do Curso de História da Universidade Federal de Jataí.

²Graduando em História (Universidade Federal de Jataí) Contato: lucasrodrigues211@hotmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

processos crimes, ações de liberdade, censos demográficos, etc. deu novos contornos para a trajetória do escravizado no Brasil, questionando ainda, as análises feitas pela chamada “Escola Paulista de Sociologia”, que fortemente influenciada pelo marxismo e o materialismo histórico, construiu uma análise de caráter econômico da história do Brasil, buscando ainda refutar as afirmações de Freyre em relação à escravidão, atribuindo destaque para a extrema exploração e violência imposta ao escravizado, que desenvolvia um papel de “peça” para o funcionamento da engrenagem do sistema escravista³ (QUEIRÓZ, 2007; SCHWARTZ, 2001).

O escravo coagido pelo sistema, o escravo sem espaços de autonomia, o escravo que sofre uma imposição inquestionável de dominação, cede lugar ao escravo que faz uma leitura das relações que o permeiam, ao escravo que costura espaços onde possa se mover, ao escravo que se constitui culturalmente, que tem consciência política, ao escravo que faz uma leitura das relações de dominação e que sabe jogar com ela, tirar proveito, por fim, ao escravo que exerce poder na constituição do próprio exercício de dominação. (ADOLFO, 2014, P. 106)

“O escravo é, pois, um agente social e o prova a necessidade com que se defrontaram os senhores de produzir mecanismos acomodadores de suas relações com este” (MACHADO, 2014, p. 29). Os caminhos que levaram os escravos do Brasil a liberdade foram vários: fuga, ameaças de crimes, levantes, a própria legislação do século XIX, sobretudo à promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871, pois a partir dela, novas formas de perceber e conceber a liberdade foram estabelecidas, pois além da prerrogativa do ventre livre, o reconhecimento do pecúlio e a exigência da matrícula do escravizado corroboram com a perspectiva de uma abolição lenta e gradual, que intentava não abalar as esferas políticas e econômicas de um Estado em construção, que pretendia ser liberal (CHALHOUB, 1990, p.158; GRINBERG, 2008, p.57; MATTOSO,

³ Como representantes dessa historiografia podemos citar, por exemplo: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Emília Viotti da Costa (QUEIRÓZ, 2007; SCHWARTZ, 2001).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

2003, p. 177-178). Outra forma de obter a liberdade se deu por meio da alforria,
segundo Mattoso:

A liberdade pela alforria é um dispositivo legal. Pode ser concedida solenemente ou não, direta ou indiretamente, expressamente, tacitamente ou de maneira presumida, por ato entre vivos ou como última vontade, em ato particular ou na presença de um notório, com ou sem documento escrito. (...) Para evitar contestação, tornou-se hábito que o documento seja registrado em cartório em presença de testemunhas. Com muita frequência ocorre, porém que se passem anos entre a concessão da alforria e seu registro em cartório. Muitas delas são outorgadas por manumissão em testamento ou nas pias batismais. O proprietário renuncia assim voluntariamente a seu *manus* sobre o cativo, que se torna homem livre “como se o fora de nascença”, segundo a expressão habitual no texto das alforrias (MATTOSO, 2003, p. 177-178).

Alforrias nos livros de notas de Jataí

Para a construção do trabalho, fazemos uso da História Regional como abordagem específica, “uma proposta de estudo da experiência de grupos sociais historicamente vinculados a uma base territorial” (MARTINS, 2010, P.143), tendo em vista as possíveis especificidades da dinâmica da escravidão em Jataí, frente às análises feitas nos tradicionais centros urbanos ou áreas de *plantations*. Nesse sentido, como aponta José D' Assunção Barros (2004), a intenção é de estudar um espaço específico e as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, dialogando com a historiografia produzida nesta e em outras regiões do país.

A região de Jataí, localizada no sudoeste goiano, teve seu processo de ocupação iniciado por volta de 1836⁴. Os pioneiros vieram de Minas Gerais e São Paulo⁵. A documentação que nos possibilita analisar a presença escrava em Jataí antes de 1872

⁴ Embora, tradicionalmente, se afirme que o processo de ocupação de Jataí se deu com a chegada dos pioneiros a região, é preciso lembrar que populações indígenas já se encontravam ocupando trechos dessas terras.

⁵ Para maiores informações sobre o início de Jataí, ver FRANÇA, Basileu Toledo. Pioneiros. Goiânia. Editora da UFG, 1995.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

era, provavelmente, registrada nos cartórios da comarca de Rio Verde, e a estes registros ainda não foi possível termos acesso. A documentação do Cartório de Notas 1º Ofício de Jataí, nos permite averiguar a presença de escravos na região desde o ano de início das atividades, no ano de 1872. Atento-me aos registros das cartas de alforria dos escravizados entre os anos de 1872 até 1888.

O primeiro censo demográfico no Brasil, realizado em 1872, aponta que na região de Jataí havia uma população de um mil e oitocentos e quinze (1815) habitantes, sendo um mil e quinhentos (1500) considerados homens livres, e trezentos e quinze (315) escravizados, ou seja, cerca de 20% da população do Distrito do Divino Espírito Santo do Jatahy era escravizada, um percentual aparentemente alto para uma região predominantemente, agropastoril e com um mercado de subsistência ⁶.

Os estudos sobre escravidão em Jataí contam, basicamente, com as contribuições de Silva⁷, que analisa principalmente os anos finais da escravidão em Jataí e os primeiros anos da pós-abolição, buscando perceber as diferentes perspectivas de senhores e escravos com o processo da abolição (SILVA, 2011). A ausência de outros estudos e as diferentes possibilidades de abordagens das fontes denota a necessidade de outras pesquisas sobre o tema.

Para construção da pesquisa, partimos da premissa que considera a alforria como uma conquista do escravizado, e não apenas como um ato de benevolência do senhor (SANT'ANNA, 2005, p.151). Durante os anos de trabalho e convivência, o cativo poderia forjar comportamentos com a intenção de despertar no senhor algum apreço. Não foram incomuns registros de liberdade que mencionavam o bom comportamento do escravizado, os bons serviços prestados, a dedicação e amor a que serviu ao senhor e

⁶ FONTE: Recenseamento do Brasil de 1872 – IBGE.

⁷ Ver SILVA, Murilo Borges. PELOS CAMINHOS DA ABOLIÇÃO: Os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2011.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

sua família, entre outras descrições que qualificavam positivamente o escravizado e indicavam a construção de alguma afetividade ou reconhecimento dos serviços prestados. Esse tipo de ação por parte do cativo é lida por nós como estratégias, que poderiam influenciar o senhor na decisão de alforriá-lo ou não. Embora a historiografia reconheça, atualmente, a ação dos escravizados na luta pela alforria, no contexto da escravidão ela deveria ser compreendida como uma expressão da vontade senhorial.

(...) Um dos pilares da política de controle social na escravidão era o fato de que o ato de alforriar se constituía numa prerrogativa exclusiva dos senhores. Ou seja, cada cativo sabia perfeitamente que, excluídas as fugas e outras formas radicais de resistências, sua esperança de liberdade estava contida no tipo de relacionamento que mantivesse com seu senhor particular (CHALHOUB, 1990, p. 99-100).

Percebendo as mudanças na dinâmica da escravidão, os senhores também fizeram uso político das alforrias, condicionando-as, na maioria das vezes, a sua vontade. Esse uso político das alforrias, de certo modo, servia como mecanismo de manutenção de controle dos senhores, ao exigirem dos escravizados comportamentos de obediência, fidelidade e gratidão, servindo assim como “ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação do ex-escravo em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários” (CHALHOUB, 1990, p. 99-100). Por outro lado, os escravizados também compreendiam essa estratégia política de seus senhores, forjando assim, comportamentos que pudessem beneficiá-los.

A alforria era, portanto, derivada de um acordo moral entre as partes e pressupunha a continuidade do mesmo após a efetivação da dádiva. Entretanto, não obstante a participação dos escravos no estabelecimento dos termos desse acordo, ao fim e ao cabo, a prerrogativa moral de conceder ou não a liberdade estava reservada aos senhores. (SOARES, 2005, p.3)

Analisando os livros de notas, até o momento, conseguimos identificar o registro de quinze cartas de alforrias, que libertavam vinte e dois cativos. Os registros nos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

permitem observar a presença de três formas de cartas de liberdade: condicional, onerosa e gratuita. A alforria condicional se caracteriza como a promessa da liberdade, que seria efetivada após o cumprimento de algumas condições, como: mais alguns anos de prestação de serviços, a morte do senhor ou senhora, o casamento de filhos/as.

Em Jataí, podemos observar alguns casos, como o da escravizada Clemência, de mais ou menos 21 anos, que tem a liberdade “concedida” por Felipe Dias Vieyra e sua mulher Dimetildes Josefa Cansada, em 10 de janeiro de 1876, como recompensa pelos bons serviços prestados, fidelidade, paciência e amor. Porém, a liberdade de Clemência está subordinada ao cumprimento de mais treze anos de trabalho. Em consonância com Sant’Anna, os predicados de Clemência também devem “ser lidos sob a perspectiva de sua atuação por meio de táticas de convencimento e de lutas, de investimento para conseguir sua liberdade, ainda que condicional” (Sant’Anna, 2005, p.150).

Sebastião, de sete anos mais ou menos, tem sua alforria registrada em 12 de janeiro de 1876, com a condição de ter sua liberdade plena após a morte dos seus senhores. Ou seja, sua alforria era condicional, e mesmo estando registrada em cartório, não tornava o cativo livre, pois, Sebastião continuava servindo aos senhores - estava sujeito a receber castigos, e devia cumprir todas as ordens que lhe fossem destinadas. O que restava para o escravizado nesta situação era apenas esperar a morte dos seus senhores, o que poderia levar dias, meses, um ou 20 anos. Até que acontecesse a morte dos seus senhores, “o outro dia seria o mesmo dia. O novo seria apenas uma promessa, uma possibilidade de, no futuro, romper com o velho” (Sant’Anna, 2005, p.150).

Podemos analisar ainda o desenrolar da liberdade de Pedro, quem em 21 de setembro de 1874 tem sua carta de liberdade condicional registrada pelos seus senhores, José de Carvalho Bastos e sua mulher Ana Cândida de Gouveia. Como condição para gozar da liberdade, o cativo deveria prestar serviços à família do seu senhor por mais seis anos. Se compararmos com as condições impostas em outras cartas de alforria, o

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

prazo estipulado para Pedro tornar-se livre é, razoavelmente, pequeno. Porém, os senhores em 8 de setembro de 1877, cerca de três anos após o registro da liberdade condicional, resolvem o alforriar definitivamente:

Dizemos nós Jose de Carvalho Bastos e Ana Cândida de Gouveia, abaixo assinados, que entre os bens que possuímos livres e desembarassados, he bem assim hum escravo de nome Pedro, crioulo, a quem por amor que temos, e em recompensa dos bons servissos que nos tem prestado e rigorosa obediencia que nos tem apprezentado a tempos lhes passamos escriptura de liberdade sugeito a comprimento de alguns annos; agora porem rezolvemos a dar por concluido o dever a que o mesmo era obrigado e dar-lhe desta dacta em diante plena liberdade como se nascesse de ventre livre. E por ser essa a nossa vontade sem constrangimento de parte alguma, mandamos passar a presente que assignamos. Freguesia do Jatahy oito de setembro de mil oito centos e settenta sette. (CARTA DE LIBERDADE, 1887)

Podemos observar que os senhores resolvem “conceder” liberdade definitiva a Pedro, “como se nascesse de ventre livre”, pelo amor que sentiam pelo escravizado, e como recompensa pelos bons serviços prestados e rigorosa obediência. O discurso dos senhores pode ser na verdade uma estratégia, que busca manter o liberto por perto, tornando-o grato e obediente.

Pedro pode ter forjado tais sentimentos no cotidiano, buscando convencer seus senhores a libertá-lo. Por outro lado, precisamos nos advertir sobre esse olhar dicotômico que muitas vezes lançamos a fonte, pois, conforme nos alerta Chalhoub, a relação entre senhor e escravizado nem sempre se dá de forma plástica ou encenada. Não é impossível supor uma relação de afetividade entre eles, que poderia nascer no decorrer do tempo. Nem sempre escravo e senhor estavam tramando estratégias para chegar a um determinado objetivo (CHALHOUB, 1990, p. 150).

A segunda forma de alforria encontrada foi aquela que era comprada pelo cativo, por meio do acúmulo do pecúlio, assegurado pela Lei 2040, de 28 de setembro de 1871, que diz em seu artigo 4º ser “*permittedo ao escravo a formação de um pecúlio com o*

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias”⁸.

Podemos observar o registro em 12 de maio de 1879, em que o escravo Bernardo africano, de cinquenta e dois anos de idade mais ou menos, paga aos seus senhores a quantia de duzentos e sete mil reis, se comprometendo a pagar em liberdade a quantia de quinhentos e noventa mil reis, completando o pagamento de sua alforria. As alforrias compradas pelos escravizados de forma “parcelada” configuram a coartação, onde o cativo, dependendo das condições do senhor, poderia receber sua liberdade e pagá-la por meio do trabalho livre - forma possivelmente adotado pelo escravo Bernardo - ou, com o pecúlio acumulado em seus dias livres, ir pagando aos poucos seu senhor para completar o valor correspondente a sua alforria (FERREIRA, 2007, p 116-120).

Com a morte do/s senhor/es o valor do escravizado poderia ser “dividido” em partes, tendo cada herdeiro o direito sobre uma parte do cativo. Nestes casos, o escravizado poderia ter complicações na luta pela liberdade, devido ao fato de nem todos os herdeiros entrarem em consenso sobre a sua liberdade. Possivelmente foi o que aconteceu com Francisco, de vinte anos, que em 28 de dezembro de 1876 pagou por sua liberdade a João Joaquim Furtado à parte que lhe cabia, no valor de cento e quarenta mil reis.

Por fim, a última forma de alforria identificada na documentação, foi a liberdade sem ônus, normalmente justificada pelos bons serviços prestados, a dedicação ou mesmo o amor que os senhores tinham pelo escravizado. Maria Africana, em fevereiro e março de 1878, conseguiu obter sem ônus a liberdade de dois senhores, Antonio Crysostomo de Castro e Antonio Crysostomo de Castro Junior, passando possivelmente a gozar da liberdade. As alforrias “gratuitas” também fazem parte da política de

⁸Distrito Federal. Casa Cível. LEI 2040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em: 24 de abril de 2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

domínio senhorial, e sobre as expectativas do senhor em relação a essa “concessão”

Silva afirma que:

Nesse caso, normalmente, o proprietário libertava o escravo pelo reconhecimento dos bons serviços prestados e pela fidelidade do escravo, dispensando o alforriado de qualquer obrigação com o senhor, embora fosse evidente que o senhor esperasse do escravo que recebia a liberdade o reconhecimento de sua benevolência. (SILVA, 2011, p.96).

Mesmo sabendo que o número de cartas de liberdade encontradas até o momento pode não corresponder ao total de alforrias no período, podemos traçar um perfil dos libertos em Jataí. Dos vinte e dois libertos, conseguimos presumir a idade de onze deles, estando em sua maioria na faixa etária de trabalho, ou seja, de 14 a 35 anos⁹.

Alguns historiadores como Mattoso (2003) afirmam que a alforria era alcançada com mais facilidade pelas mulheres, por diversas razões, como: a proximidade com a casa-grande ou práticas para além dos afazeres domésticos com o senhor, tornando assim mais fácil o caminho para a liberdade. Como já mencionado no texto, os estudos sobre os anos finais da escravidão em Goiás são pouquíssimos, um deles é a dissertação “Tecendo a liberdade: alforrias em Goiás no século XIX” de Clara Duran Leite, as análises de Leite, nas regiões de Santa Cruz e Meia Ponte, apontam um percentual maior de alforrias “concedidas” para escravizados do que escravizadas, destoando da historiografia “tradicional”. Em Jataí, os dados nos mostram certo equilíbrio entre os forros; dos vinte e dois libertos, 12 deles eram do sexo feminino e 10 do sexo masculino.

Apesar de Goiás localizar-se no centro-oeste brasileiro, uma província afastada dos portos de entrada do tráfico transatlântico, e o fato da ocupação de Jataí pelos pioneiros ter início em 1836, após a proibição do tráfico, o mesmo deixa sua marca,

⁹ Mesmo com o alerta da autora em relação as possíveis variações nas regiões do país, utilizamos a tabela de Mattoso para considerarmos o escravo dentro da faixa etária de trabalho. MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2003. p.86.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

quando por exemplo, constatamos a presença de três libertos sendo descritos como africanos ou de nação, apontando que estes, possivelmente, vieram do continente africano nos navios negreiros. A maioria dos forros de Jataí nasceu no Brasil, 16 no total, fazemos esta afirmação levando em consideração a descrição de procedência e cor. Em três casos, a alforria é silenciosa em relação a esta informação.

Os estudos que versam sobre liberdade escrava no Brasil compõem uma historiografia consolidada, mas como apontamos no decorrer do texto, em Goiás, os estudos referentes à liberdade de escravizados na segunda metade do século XIX, são raros, tornando arriscado fazer grandes afirmações a respeito da negociação da liberdade escrava na Província.

Os registros nos livros de notas nos faz perceber algumas características da dinâmica da escravidão em Jataí. Podemos identificar estratégias de senhores por meio das alforrias condicionais, com o intento de gerar libertos gratos e obedientes, exercendo a chamada política de domínio senhorial. Do outro lado, identificamos a participação ativa dos escravizados na busca pela liberdade, atuando como sujeitos históricos que lutaram para se livrar do jugo do cativo no campo das relações com seu senhor, prestando bons serviços, sendo fieis e leais, bem como acumulando pecúlio para comprar a própria liberdade.

Referências

Fontes

I – Cartório de 1º Ofício de Notas de Jataí – Livros de Notas nº. 01, 02, 03, 04, 05 e 06 (Cartas de liberdade), 1872 – 1888.

Referências bibliográficas

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A EMERGÊNCIA DO ESCRAVO-AGENTE NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA ESCRAVIDÃO ENTRE OS ANOS 1970

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

E 1980. 2014, 145 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. cap 2.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERREIRA, Roberto Guedes. A AMIZADE E A ALFORRIA: UM TRÂNSITO ENTRE A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE (PORTO FELIZ, SP, SÉCULO XIX). *Afro-Ásia*. Salvador, v. 35, p. 83-141, 2007.

LEITE, Clara Duran. *Tecendo a liberdade: alforrias em Goiás no século XIX*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2000.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade – ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

LARA, Silvia Hunold. BLOWIN'IN THE WIND: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo, vol. 12, p.43-56, 1995.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)*. 2ª edição, São Paulo: Edusp, 2014.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanesi (Org). *Novos temas nas aulas de história*. 2ª edição, São Paulo, Contexto, 2010.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

QUEIROZ, Suely Robles. Escravidão Negra e Debate. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007. cap 5.

SANT'ANNA, Thiago. *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas*. (1870-1888). 2005, 195 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Murilo Borges. *Pelos Caminhos da Abolição: Os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí*. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2011.

SOARES, Márcio de Souza. "A dádiva da alforria: uma proposta de interpretação sobre a natureza das manumissões antes da promulgação da Lei do Ventre Livre". In: II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2005, Porto Alegre.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**MULHERES AFRICANAS NA LITERATURA E NO CINEMA: A OBRA DE
CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE.**

Pamella Cordeiro de Oliveira (UEG)¹
Emile Cardoso Andrade (UEG- POSLLI)

Resumo: Este trabalho é um estudo feito a partir das obras de Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana em cuja obra podemos observar uma África de outra maneira. Escapando do senso comum em relação a África, o que os textos dessa autora nos revelam é uma riqueza, uma cultura e uma diversidade singulares. O objetivo da pesquisa é esse, enxergar a África de outros pontos de vista, inclusive dando a oportunidade de pensarmos o texto de Chimamanda como um material muito produtivo no ensino de literatura na escola e na universidade. Isso porque além de ser um texto de ritmo contemporâneo e de temas que interessam à atualidade, os romances também falam de feminismo, de racismo, de interculturalidade, ou seja, de ser mulher negra na África ou nos Estados Unidos. Assim alunos das escolas da educação básica e até mesmo da academia teriam a oportunidade de enxergar a África de uma outra forma, sem senso comum, sem pensamento dentro da caixa: Diversidade, Cultura, Liberdade de pensamento, alcance de algo desconhecido através das palavras, da vivência de alguém como o resultado dessa literatura aprendida nas escolas. Seria marcante para os alunos, tão importante quanto as Literaturas de língua portuguesa.

Palavras-chave: Chimamanda Ngozi Adichie; Literatura; Obras.

Este trabalho é o resultado da pesquisa de iniciação científica, do qual fizemos um estudo sobre a África desde os pontos positivos até os negativos, a partir das obras de Chimamanda Ngozi Adichie. A importância de se estudar esse tema consiste em mostrar um outro lado do continente que não é mostrado, fazendo com que assim desfaça esse senso comum de que a África é um continente totalmente pobre, violento e etc, excluindo

¹Graduanda do 7º semestre de Letras- Português/Inglês e suas respectivas literaturas (UEG Campus Formosa). Contato:pamellacordeirooliveira@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

uma outra parte do continente que é rica de cultura, considerando que as obras de Chimamanda Ngozi Adichie são ricas de história que nos mostra um outro lado da África, há muito mais para se ver além do que a grande mídia nos traz, além de ser uma forma de dar visibilidade para o continente e que se faça pensa-lo de uma outra forma.

Chimamanda Ngozi Adichie, Nasceu em Enugu, na Nigéria, em 1977. Sua obra foi traduzida para mais de trinta línguas e apareceu em inúmeras publicações, entre elas a *New Yorker* e a *Granta*. Recebeu diversos prêmios, entre eles o Orange Prize e o National Book Critics Circle Award. Vive entre a Nigéria e os Estados Unidos.

(...) pensei nisso quando deixei a Nigéria para cursar universidade nos Estados Unidos. Eu tinha 19 anos. Minha colega de quarto americana ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem e ficou confusa quando eu disse que, por acaso, a Nigéria tinha o inglês como sua língua oficial. Ela perguntou se podia ouvir o que ela chamou de minha “música tribal” e, conseqüentemente, ficou muito desapontada quando eu toquei minha fita da Mariah Carey. (Risos da plateia). Ela, presumiu que eu não sabia como usar um fogão.

O que me impressionou foi que: ela sentiu pena de mim antes mesmo de ter me visto. Sua posição padrão para comigo, como uma africana, era um tipo de arrogância bem intencionada, piedade. Minha colega de quarto tinha uma única história sobre a África. Uma única história de catástrofe. Nessa única história não havia possibilidade de os africanos serem iguais a ela, de jeito nenhum. Nenhuma possibilidade de sentimentos mais complexos do que piedade. Nenhuma possibilidade de uma conexão como humanos iguais. (CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE, conferência anual – ted global 2009 – de 21 a 24 de julho, Oxford, Reino Unido).

Nessa Conferência no TED (2009), Chimamanda relata do que passou quando se mudou para os Estados Unidos, fica visível o quanto as pessoas criaram uma Única História para o Continente Africano, sem levar em consideração de que todas as nações têm problemas, sejam eles econômicos, culturais, sociais e etc., mas generalizaram todos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

esses problemas para o Continente, problemas que se reflete até hoje, mesmo com muitas ferramentas de pesquisa. Mas ela nos explica como isso se dá, “Então, é assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará.” (ADICHIE, 2009, Ted Global), isso nos mostra como ainda somos alienados pelas grandes mídias ou seja onde há poder, há pessoas alienadas, ficam somente com essa informação, imagem e visão, já que essa grande mídia cria uma história única para um lugar, as pessoas veem essa história ser contada e a toma como única, assim se cria uma grande esfera com pessoas que estão inseridas em um grande senso comum, o que as obras de ADICHIE nos faz é refletir sobre isso, nos mostrar além disso, destruindo assim essa grande história única que ainda sim afeta grande parte de pessoas.

O Feminismo nas obras de ADICHIE

As obras de ADICHIE além de ter o foco para se tirar a história única que se criaram para o continente africano, tem também como meta além de sobretudo mostrar a cultura, diversidade, entre outros pontos importantes para essa desconstrução, um grande ponto importante, digamos como tema urgente que é o feminismo. A escritora luta pela igualdade de gênero, considerando o fato que ela nasceu em um lugar em que a religião é um ponto muito importante para a construção de uma cultura rica, mesmo que esse movimento também tenha pontos negativos.

Para que serve a cultura? A cultura funciona, afinal de contas, para preservar e dar continuidade a um povo. Na minha família, eu sou a filha que mais se interessa pela história de quem somos, nossas terras ancestrais, nossas tradições. Meus irmãos não têm tanto interesse nisso. Mas não posso ter voz ativa, porque a cultura Igbo favorece os homens e só eles podem participar das reuniões em que as decisões familiares mais importantes são tomadas. Então, apesar de ser a pessoa mais ligada

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

a esses assuntos, não posso frequentar as reuniões. Não tenho direito a voz. Porque sou mulher.

A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura. (ADICHIE, 2015, 47-48).

Ela passa por cima dessa questão, se declarando feminista e acima de tudo, militando e auto afirmando em suas obras, mesmo que a cultura imponha regras, ela pensa como as coisas podem e devem ser diferentes se a cultura mudar e ela começa por ela mesmo, além de se estender as suas obras.

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representa-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada. (BUTLER, 2003, 18).

O lugar da mulher é fundamental, aliás sempre foi e cada vez mais estamos conquistando os nossos espaços, claro não é uma tarefa fácil, já que precisamos passar por cima de muita coisa, como mencionado no caso de ADICHIE, é a construção de uma nova cultura em que ela é criticada por tal e podemos interpretar como uma nova linguagem que BUTLER fala em sua obra, a mulher precisa ser tratada com igualdade socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente.

“[...] Mas eu estava no meio de uma argumentação quando *Okoloma* olhou para mim e disse: “Sabe de uma coisa? Você é feminista!”. Não era um elogio. Percebi pelo tom de voz dele – era como se dissesse: “Você apoia o terrorismo!” (ADICHIE, 2015, p 12)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Esse espaço da mulher, a maneira como ela tem que ser representada, é também uma demanda não só cultural, social, mas também econômica.

“[...] Tudo o que poderia fazer seria oferecer-lhes uma opinião acerca de um aspecto insignificante: a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção; e isso, como vocês irão ver, deixa em solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção. (WOOLF, 1928, 8).

Essa obra de WOOLF escrita no século XX, nos traz uma reflexão, época em que as mulheres não tinham o direito de frequentar alguns lugares, principalmente na Universidade, que só podiam ficar em um lado x, entrar em um lugar x, esse “teto” que WOOLF diz, é muito mais que um teto literalmente falando mas é um abrigo, um lugar que é das mulheres, onde elas são tratadas com igualdade, possam entrar em qualquer lugar e serão respeitadas, serão cumprimentadas e reconhecidas, a obra citada discorre toda em um tempo como já falado de poucos direitos em que os direitos lentamente foram sendo melhoradas e conquistadas, mesmo que ainda hoje no século XXI temos muito ainda que percorrer para ter o nosso “teto”, um “teto” todo nosso. Podemos considerar que é o mesmo que ADICHIE quer um teto todo dela, que ela vem cada vez mais conquistando e não só o dela, mas de uma cultura enorme predominantemente machista. “[..] Feminista: uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos.” (ADICHIE, 2015, p 49).

Essa busca de igualdade de gênero, é uma busca longa, vivemos em uma sociedade machista, diante de tudo mencionado, não é um problema de um lugar x mas de um mundo todo, um problema cultural, social, em que as mulheres estão inseridas.

Ensine a ela que “papéis de gênero” são totalmente absurdos. Nunca lhe diga para fazer ou deixar de fazer alguma coisa “porque você é menina”. “Porque você é menina” nunca é razão para nada. Jamais. Lembro que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

me diziam quando era criança para “varrer direito, como uma menina”. O que significava que varrer tinha a ver com ser mulher. Eu preferiria que tivessem dito apenas para “varrer direito, pois assim vai limpar melhor o chão”. E preferiria que tivessem dito a mesma coisa para os meus irmãos. (ADICHIE, 2017, p 21-22)

Os Romances de ADICHIE

As obras de ADICHIE, contém uma grande leveza tanto na escrita quanto na leitura, é através deles, de cada detalhe que ela vai desconstruindo a história única, cada detalhe faz o leitor se encantar ainda mais, conhecer ainda mais mesmo que não esteja no espaço físico mas ela nos faz, fazer uma espécie de “transportação” para essa realidade. Os romances escolhidos para esse trabalho são *Hibisco Roxo* e *Meio Sol Amarelo*, ambos de ADICHIE, as histórias se entrelaçam pela mesma perspectiva de escrita, ambos, contém os pontos positivos e os negativos do Continente que é o que pretendemos mostrar no decorrer de todo esse trabalho.

[...]Disto se segue uma característica extraordinariamente importante do gênero romanesco: o homem no romance é essencialmente o homem que fala; o romance necessita de falantes que lhe tragam seu discurso original, sua linguagem, o principal objeto do gênero romanesco, aquele que o caracteriza, que cria sua originalidade estilística é *o homem que fala e sua palavra*. (BAKHTIN, 1988, p 134-135).

De acordo com BAKHTIN a verdadeira essência do romance é o discurso, sobretudo próprio daquele que escreve e isso podemos perceber, pois as obras de ADICHIE, não são só romances ficcionais, mas também relata vivência que entrelaça com a ficção e juntos construindo um texto, com uma linguagem própria e única, pois o que está nela é a vivência. Além de que o discurso próprio de quem escreve soa como forma muito importante, está totalmente visível em suas obras.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Mas todo discurso existente não se contrapõe da mesma maneira ao seu objeto: entre o discurso e o objeto, entre ele e a personalidade do falante interpõe-se um meio flexível, frequentemente difícil de ser penetrado, de discursos de outrem, de discursos "alheios" sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema. E é particularmente no processo da mútua-interação existente com este meio específico que o discurso pode individualizar-se e elaborar-se estilisticamente. (BAKHTIN, 1988, p 86).

A adaptação de *Meio sol Amarelo*.

Baseado em fatos reais, a obra de ADICHIE relata a guerra de Biafra, uma guerra pela independência, mas gerada pelo fanatismo religioso na década de 1960, a escritora mistura um romance em meio a toda essa problemática, cada detalhe nos faz sentir como se estivéssemos vivendo naquele tempo. O livro foi adaptado ao cinema em 2013 com direção de Biyi Bandele.

A adaptação, não deve e não pode ser uma cópia exata da obra literária, pois é uma outra extensão que envolve muitas outras particularidades, para ser uma cópia fiel de alguma obra literária, mesmo que muitas vezes vamos ao cinema assistir uma adaptação de alguma obra literária que gostamos e esperamos ver uma cópia, esperamos ver que tal personagem faça e aja como na obra mas a adaptação é uma outra esfera com muitas outras particularidades que é impossível ser uma cópia do que esperamos.

O "argumento" geral de *A literatura através do cinema* entrelaça uma série de fios: a crítica do discurso da "fidelidade", a natureza multicultural da intertextualidade artística, a natureza problemática do ilusionismo, a riqueza de alternativas "mágicas" e reflexivas ao realismo convencional e a importância crucial tanto da especificidade do meio de comunicação – o filme enquanto tal – quanto dos elementos migratórios, de entrecruzamento, compartilhadas pelo cinema e outros tipos de mídia. (STAM, 2008, p 19).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Fazendo uma comparação do romance e adaptação fílmica, algumas partes da obra, não estavam presentes no filme, mas isso não deixou com que o filme perdesse a essência da obra, o mais importante se manteve que é a essência da história.

A linguagem tradicional da crítica à adaptação fílmica de romances, como já argumentei anteriormente, muitas vezes tem sido extremamente discriminatória, disseminando a ideia de que o cinema vem prestando um desserviço à literatura. Termos como “infidelidade”, “traição”, “deformação”, “violação”, “vulgarização”, “adulteração” e “profanação” proliferam e veiculam sua própria carga de opróbrio. Apesar da variedade de acusações, sua motriz parece ser sempre a mesma – o livro era melhor. (STAM, 2008, p 19-20).



BANDELE, Biyi. *Meio Sol Amarelo*. Reino Unido/ Nigéria. 101min.,cor, 2013.

O romance de Olanna e Odenigbo, em meio, a guerra.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Aspectos Culturais refletidos nas obras de ADICHIE

Como uma forma da desconstrução da história única, ADICHIE também discorre sobre vários aspectos culturais do continente em suas obras, minunciosamente, esses aspectos é também uma forma de conhecermos o outro lado do continente, seja ele positivo, quanto negativo.

Na obra *Hibisco Roxo*, relata uma história de um homem muito bem sucedido, chefe de uma família de classe média alta na Nigéria, afetado pelo colonialismo, é um homem católico fervoroso, fanático pela sua religião, pelo mesmo motivo finge que não tem um pai já que ele tem costumes diferente e ignora sua irmã por ter outros princípios ideológicos, os filhos também criados nesses costumes, aos poucos vão tomando lugares inacreditáveis no romance e o final da obra é de uma reviravolta que nos toca. O que mais podemos refletir no assunto “aspectos culturais” do continente nessa obra, é o fanatismo religioso que é sim um ponto negativo para o continente, além dos efeitos da colonização, um pai que se mostra muito temente a um Deus mas ao mesmo tempo age violentamente dentro de casa.

O padre Benedict mudara as coisas na paróquia, insistindo, por exemplo, que o credo e o kyrie fossem recitados apenas em latim; igbo não era aceitável. Além disso, devia-se bater palmas o mínimo possível, para que a solenidade na missa não ficasse comprometida. Mas ele permitia que cantássemos músicas de ofertório em igbo; chamava-as de músicas nativas, e quando dizia “nativas” a linha reta de seus lábios pendia nos cantos e formava um U invertido. (ADICHIE, 2011, p 10)

Como maiores grupos étnicos africanos, os *igbos* tem uma linguagem própria e uma outra forma de crença, mas a colonização branca acabou afetando alguns africanos e assim os fizeram perder sua própria identidade étnica.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Outro aspecto muito forte que pode ser marcado como aspecto cultural são as flores, as plantas e a vegetação de uma forma em geral.

Nosso jardim era tão grande que nele caberiam cem pessoas dançando *atilogu*, tão espaçoso que cada pessoa poderia dar as piruetas de praxe e cair nos ombros da pessoa seguinte.

[...]Era começo da estação de chuvas, e as plumérias plantadas perto dos muros já preenchiam a atmosfera do jardim com o cheiro doce e enjoativo de suas flores. Uma fileira de buganvílias roxas, aparadas de forma reta e parecendo uma mesa de bufê, separava as árvores com seus galhos retorcidos da entrada dos carros.

[...]Os arbustos de hibiscos roxos começavam a florescer lentamente, porém a maioria das flores ainda era vermelha. (ADICHIE, 2011, p 15).

Além das comidas, que em geral a maioria da população segue os mesmos hábitos.

[...] mais de azeite de dendê na sopa ou um pouco menos de *curry* no arroz de coco.

[...] sentia o cheiro de sopa de *egusi*, de *utazi* ou de *curry*.

[...] O almoço foi *fufu* e sopa de *onugbu*.

[...] A sopa estava grossa, com pedaços grandes de carne cozida e peixe seco e com muitas folhas verdes escuras de *onugbu*.

[...] No almoço, comemos arroz *jollof*, pedaços de *azu* do tamanho de punhos fechados, fritos até que os ossos ficassem crocantes, e *ngwo-ngwo*. (ADICHIE, 2011, p16, 18, 38).

A relevância das obras de ADICHIE no Ensino Básico e na Academia seria primordial como um ensino libertador, para sair do senso comum em relação ao Continente Africano, as obras de ADICHIE tem uma linguagem muito fácil, que prende e ao mesmo tempo nos ensina em cada detalhe como o Continente é, além de também nos mostrar aspectos negativos mas que juntos fortalecem a cultura de um povo e de um continente que merece uma atenção bem maior em relação ao seu espaço, seus hábitos e cultura.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda. *Hibisco Roxo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ADICHIE, Chimamanda. *Meio Sol Amarelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ADICHIE, Chimamanda. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ADICHIE, Chimamanda. *Para Educar Crianças Feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BANDELE, Biyi. *Meio Sol Amarelo*. Reino Unido/ Nigéria. 101min.,cor, 2013.
- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: _____. *Magia e Técnica: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165–196.
- _____. *Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da adaptação*. Tradução de André Cechnel. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- STAM, Robert. *Introdução à Teoria do Cinema*. Campinas: Papirus, 2009.
- _____. *A Literatura Através do Cinema: Realismo, magia e arte da adaptação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- WOOLF, Virginia. *Um Teto Todo Seu*. São Paulo: Círculo do Livro, 1928.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**ILÊ OJU ODÉ: POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES NO
CANDOMBLÉ DE GOIÁS**

Victor Hugo Basílio Nunes¹

Resumo: Este trabalho se desenvolve junto ao terreiro de candomblé Ilê Oju Odé, situado na Rua Machado de Assis, chácara 37, Cidade Satélite São Luís, em Aparecida de Goiânia-GO, e nos espaços de atuação deste terreiro através do Afoxé Omo Odé e da organização do Fórum Goiano de Religiões de Matriz Africana. Nosso objetivo principal é pensar de que forma a atuação do Ilê Oju Odé, por meio do Afoxé e do Fórum, possibilita a valorização do aporte cultural afrodescendente, cria um espaço de discussão política no qual o terreiro se torna um espaço de ressignificação da vida. A perspectiva teórica que utilizamos para dialogar com nossas fontes consistiu no debate conduzido pelo grupo modernidade/colonialidade/decolonialidade. A pesquisa nos mostrou que se quisermos podemos pensar uma relação entre o candomblé e as reflexões levantadas por este grupo. Podemos afirmar, a partir da experiência no terreiro pesquisado, que o candomblé se constitui como conhecimento alternativo à matriz do pensamento colonial, ou utilizando o conceito de Walsh (2013) como exemplo de uma “pedagogia decolonial”. Talvez possamos dizer que o Fórum e o Afoxé possibilitam aos membros dos terreiros lerem o mundo a partir de si, dos seus valores e proporem algo.

Palavras chave: Candomblé. Políticas de resistência. Práticas de descolonização.

Reivindicando a legitimidade do espaço afrodescendente na sociedade goiana, acreditamos que a atuação do Ilê Oju Odé possibilita a valorização do aporte cultural africano, cria um espaço de discussão política, no qual, o terreiro se torna um espaço de ressignificação da vida.

¹ Graduado em História (IFG – 2013). Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana (UFG – 2015). Mestre em História (UFG – 2018). Contato: victorhugobasilio@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

É possível entendermos a atuação deste terreiro de candomblé como um movimento social e de luta contra opressões, a pesquisa nos mostrou como o Afoxé Omo Odé e a organização do Fórum Goiano de Religiões de Matriz Africana se configuram como importantes espaços no processo de formação identitária e transmissão cultural, em que, o que está em jogo é a possibilidade da comunidade dos membros de terreiros de candomblé de Goiânia e região defenderem seu espaço frente à marginalização social imposta a este grupo.

Acreditamos também que a fala dessas pessoas nos mostrou de que forma essas construções identitárias possibilitam uma reflexão acerca do papel do Estado, do papel desempenhado por cada um individualmente e do grupo na afirmação da identidade negra em Goiânia e Aparecida.

A metodologia do nosso trabalho consistiu na junção da pesquisa participante com a utilização de recursos da história oral. Como nos mostra Carlos Rodrigues Brandão (1999) a inserção atenua a distância que separa o pesquisador do grupo com quem pretende trabalhar. “Esta aproximação, que sempre exige paciência e honestidade, é a condição inicial necessária para que o percurso de pesquisa possa, de fato, ser realizado dentro do grupo, com a participação de seus membros enquanto protagonistas e não simples objetos” (BRANDÃO, 1999, p.27). As reflexões deste autor nos orientaram no sentido de definir a pesquisa participante como uma das metodologias do nosso trabalho. Num primeiro momento buscamos compreender a perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos acerca das situações que vivem. Foram de extrema importância as reflexões metodológicas acerca da pesquisa participante para o entendimento de que é a realidade social com a qual nos deparamos que deve determinar as estratégias metodológicas, e que o método não é algo pronto e acabado podendo ser construído junto com a investigação da realidade social, sobre isto Boterf nos mostra que “Não existe um modelo único de “pesquisa participante”, pois se trata, na verdade, de adaptar o processo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

às condições particulares de cada situação concreta (os recursos, as limitações, o contexto sociopolítico, os objetivos perseguidos etc.)” (BOTERF, 1999, p. 52).

A história oral serviu à nossa pesquisa uma vez que, objetivamos, ao recorrer à fala de nossos entrevistados, atingir com o máximo de clareza a experiência de organização contra a matriz colonial do poder, que articula a marginalização social e epistêmica, subalternizando saberes e populações, como no exemplo do candomblé. Acreditamos que nosso objetivo foi alcançado por meio da entrevista semiestruturada, levando em consideração que a entrevista possibilita um estudo sobre o relato dos fatos, filtrados pela subjetividade dos entrevistados. Como nos mostra Manzini (1991, p. 150) ao recorrermos a uma entrevista semiestruturada para construirmos nosso objeto de análise devemos levar em conta que o fato pode não ter ocorrido da maneira como foi relatado. De acordo com o autor um roteiro bem elaborado não significa que o entrevistado ficará refém de perguntas pré-elaboradas, principalmente porque uma das características da entrevista semiestruturada é a possibilidade de fazer outras perguntas durante a entrevista, na tentativa de compreender a informação que está sendo dada ou mesmo de indagar sobre questões momentâneas que sejam relevantes para a pesquisa.

O horizonte teórico que utilizamos para pensar a organização dos terreiros de candomblé consiste no debate conduzido pelo grupo modernidade/colonialidade/decolonialidade. Para Quijano (2000, p. 25) a colonialidade implica também um padrão cognitivo, uma perspectiva de conhecimento dentro da qual o não europeu é inferior, sempre primitivo. O eurocentrismo na experiência histórica da América Latina opera como um espelho que distorce o que reflete. Desta forma quando olhamos o nosso espelho eurocêntrico, vemos uma imagem distorcida.

Dois conceitos são centrais na formalização de repostas à colonialidade do poder: a interculturalidade crítica e a decolonialidade. Como reação à colonialidade, o grupo modernidade/colonialidade/decolonialidade propõe realizar o giro decolonial que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

significa produzir um pensamento livre, perceber outras formas de vida, economias e teorias políticas. Desprender-se da retórica da modernidade e de seu imaginário que negam outros povos não ocidentais, objetivando, ao mesmo tempo, a decolonialidade do poder, da matriz colonial de poder. É algo que vai além de uma opção teórica mantendo um forte vínculo com movimentos sociais, indígenas e afro-americanos. Como nos mostra Aníbal Quijano (2007) o giro decolonial é um movimento teórico, ético e político questionador das pretensões de objetividade do conhecimento científico, da sujeição dos saberes, da racialização das relações de poder e da internalização da subalternidade nas estruturas subjetivas do colonizado.

Para Walsh (2007, p. 56-57), interculturalidade crítica considera que as diferentes culturas são sopesadas em um diálogo entre iguais, o que não significa entendimento, mas possibilidade de falas diversas sem uma pressuposta hierarquização. Transformando a estrutura sócio-histórica, mais que simplesmente reconhecendo ou incluindo, o que tornaria possível um estado plurinacional, em que a diferença se coloca como constitutiva e não adicional como faz o multiculturalismo. Compreende a decolonialidade e a interculturalidade crítica como respostas, no sentido de transgredir as fronteiras do que é hegemônico.

Em síntese, utilizamos a crítica presente no pensamento decolonial como base de nosso percurso metodológico contrariando as metodologias clássicas fundadas em uma filosofia e epistemologia ocidental e compreendendo de forma mais crítica os valores que motivam as práticas de investigação. Entendemos que para este grupo, descolonizar, refere-se também ao ponto de partida metodológico de proximidade e compromisso com o excluído, além de novas formas de investigação cujo objetivo é a transformação da realidade partindo da noção de que a ciência ocidental já não tem mais o privilégio exclusivo de definir o outro. Acreditamos, portanto, que para além de descrever etapas e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

processos o mais importante é o nosso lugar de fala e o compromisso pelo direito de falar não ocidental, como nos mostra Juan Pablo Puentes.

Uma perspectiva decolonial não pode evitar o seguinte problema: como ser metodologicamente decolonial quando se é epistemicamente desobediente? (Mignolo, 2010). Faz sentido pensar em uma metodologia decolonial? Como pré-escrever procedimentos de pesquisa que são decoloniais? (...) Com um caráter heurístico, minha resposta será a seguinte: toda pesquisa empírica nas ciências sociais será decolonial, se, e somente se, tender a estabelecer uma interculturalidade prolongada. O último, em vez de ser dirigido do Estado para povos indígenas/afrodescendentes, é dirigido daqueles para o Estado e a sociedade civil (Díaz e Rodríguez de Anca, 2012). Se algum grupo ou ator precisa do interculturalismo, não são os povos indígenas/originários, mas os Estados e a sociedade em geral, uma vez que os membros dos povos indígenas e afrodescendentes tiveram que ser forçosamente interculturalizados como meio de subsistência (depois de terem sido violentamente submetidos). Este tipo de interculturalidade busca desconstruir discursos monoculturais hegemônicos sobre identidade e cultura e visa considerar as interseções entre etnia, gênero, orientação sexual, idade, religião e nacionalidade que se coesionam no Estado e na sociedade. (PUENTES, 2005, p.5)

O horizonte teórico levantado pelo grupo modernidade/colonialidade/decolonialidade fornece para o nosso trabalho os marcos epistemológicos que orientam nossa pesquisa. Através do conceito de colonialidade do poder entendemos que a naturalização do imaginário do europeu produz a negação de processos históricos não-europeus. Portanto, o eurocentrismo torna-se também a perspectiva cognitiva daqueles educados sob sua hegemonia. Desta maneira o colonialismo se mantém vivo em textos didáticos, na cultura, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos. É neste sentido que histórias como a do primeiro terreiro de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

candomblé de Goiás, da organização e luta dos terreiros em Goiânia e Aparecida, se constituem como uma resposta à colonialidade do poder.

Ainda sobre uma metodologia decolonial Puentes (2015) nos esclarece que,

Isso nos permitirá deixar uma mera enunciação genealógica em torno da decolonialidade, começar a investigar a realidade empiricamente, retomando a ideia da desobediência epistêmica de Mignolo, mas começando a desobedecer desde o trabalho de campo, buscando insistir em uma interculturalidade estendida. Assim, podemos romper com as garantias ontológicas hierárquicas em que os pesquisadores foram (de)formados, evitando a violência epistêmica e buscando, no trabalho de campo, as formas de descolonização metodológica, colocando em primeiro plano e tornando explícito sempre em todos os momentos nossos pontos de partida políticos e nossas ansiedades de que a ciência esteja comprometida eticamente com um projeto de libertação. (PUENTES, 2015, p. 13)

Por essa perspectiva afirmamos que um dos pontos fortes de nosso trabalho está no compromisso e envolvimento com a comunidade na qual a pesquisa se desenvolveu. Nossa compreensão é sustentada pela afirmação de que “se queremos continuar investigando a partir da opção decolonial, precisamos incluir mais teoria político sociológica e menos teoria literária em seu corpo de pesquisa.” (PUENTES, 2015, p. 3)

Ao entrarmos em contato com as experiências e saberes presentes em um terreiro de candomblé compreendemos assim como Amadou Hampatê Bá (2010) que a tradição oral pode parecer caótica àqueles que não desvelam o segredo e confundir a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. A tradição oral observada no terreiro pesquisado nos mostrou que o espiritual e o material não estão dissociados. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência, arte, história, divertimento e recreação. Neste sentido podemos afirmar que a tradição oral no candomblé resiste à colonialidade do poder constituindo-se como outra episteme oposta

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

à ocidental/moderna, fundada na tradição escrita. Desta maneira a palavra escrita como elemento da autoridade cultural eurocentrada nos remete ao problema de saber se é possível conceder à oralidade a mesma confiança que se concede à escrita, quando se trata de testemunho dos fatos.

Compreendemos que em um terreiro de candomblé, encontramos, além de religião, uma visão de mundo, valores, práticas, formas de se relacionar com o sagrado, com a natureza, diferentes do cristianismo e da matriz ocidental. Pensa-se o ser humano relacionado a um grande organismo vivo, uma rede de correspondência entre os orixás, a natureza e os humanos, se construindo fora dos binarismos mente/corpo, razão/emoção, indivíduo/natureza, sagrado/cotidiano. Desta forma apresenta possibilidades de se pensar a construção e transmissão do conhecimento como outra epistemologia, que resiste ao modo de pensar ocidental, uma postura perante a vida, um modo imanente que não situa o ser fora da natureza e que considera uma rede de relações entre os seres e a natureza.

Para a comunidade dos terreiros de candomblé o Afoxé na rua representa um momento de celebração da cultura negra e defesa do espaço do candomblé na sociedade goiana. Estas duas características, o legado do primeiro candomblé de Goiânia e a articulação política deste terreiro são o espaço em que inserimos nossa investigação. Marco da inserção dos elementos religiosos afro-brasileiros na sociedade goianiense o Afoxé Omo Odé foi criado por João de Abaque no ano de 1991. Os afoxés são blocos que saem às ruas em cortejos que exaltam elementos da cultura negra, se caracterizam por ser uma modalidade cultural intimamente relacionada ao candomblé, podem ser relacionados aos festejos do carnaval, mas não necessariamente estão presos a esta festa, no caso do Afoxé Omo Odé seu cortejo ocorre sempre no mês de setembro, percorrendo a região do Jardim Botânico em Goiânia-GO e levando às ruas as roupas, toques, músicas, cores dos terreiros de candomblé.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O Afoxé Omo Odé, criado por João de Abube, hoje é comandado pelo já mencionado Luís Lopes Machado, Ogã Megeomam, nas caminhadas anuais que realiza o Afoxé não apenas apresenta o candomblé para a sociedade goiana, mas também luta e resiste por seu espaço nela. Apresentar os elementos do candomblé para a sociedade goiana se caracteriza, portanto, como um ato de resistência frente ao racismo e a intolerância religiosa.

Nas reuniões do Fórum vêm se discutindo as demandas dos terreiros de candomblé. Foi possível perceber que a problemática da intolerância religiosa é muito presente. O Fórum tem um ano de existência e sua principal finalidade é fortalecer os terreiros, buscando ações para superação do racismo e contra a intolerância religiosa. Apesar de ser uma organização coletiva, neste momento o Fórum conta com uma participação muito grande do Ilê Oju Ode e da Associação Mestre Bimba em sua organização. Uma de suas principais ações foi a realização do Primeiro Seminário do Fórum de Religiões de Matriz Africana do Estado de Goiás, com o tema: direitos dos povos de terreiro. Com o objetivo de promover a troca de experiências sobre os direitos dos terreiros, o combate ao racismo e à intolerância religiosa, o seminário foi realizado nos dias 13 e 14 de janeiro de 2017, no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e contou com a participação da mãe de santo Jaciara Ribeiro de Oxum, de Salvador-BA, e autoridades de religiões de matriz africana de Goiás.

O fechamento das ações do seminário consistiu na coleta de dados para mapeamento dos terreiros e construção de um manifesto em defesa dos terreiros. Este documento foi construído coletivamente por integrantes da umbanda, candomblé, movimento negro e sociedade civil que se manifestaram com relação a alguns pontos referentes às suas religiões, direito e legislação, saúde e educação. No encerramento foram feitas homenagens às mães de santo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A convivência semanal por mais de seis meses, entre 2016 e 2017, no terreiro Ilê Oju Odé e as entrevistas realizadas mostraram que há uma tomada de consciência, organização coletiva e projeto político nas ações desenvolvidas pelo terreiro estudado, sendo estas, o Afoxé Omo Odé e o Fórum Goiano de Religiões de Matriz Africana. Percebemos que além da organização e atuação coletiva há a proposição de um projeto político: defender seu espaço e seus direitos na sociedade goiana, combatendo a intolerância religiosa e o racismo.

As entrevistas e a convivência no terreiro nos levam a crer que um aspecto importante da pedagogia decolonial presente no Fórum e no Afoxé é “a ideia de que o conhecimento da sociedade deve partir da prática, entendida como expressão vivencial e como fundamento epistêmico lógico” (WALSH, 2013, p. 82). Reivindicando a legitimidade do pensamento afrodescendente acreditamos que a atuação do terreiro Ilê Oju Odé na organização dos terreiros de candomblé possibilita a valorização do aporte cultural africano, cria um espaço de discussão política no qual o terreiro se torna um espaço de ressignificação da vida. Nossa experiência no terreiro nos mostrou a complexidade desta realidade social, marcada por uma relação de sociabilidade que, assim como destaca Walsh ao estudar as pedagogias decoloniais, produzem uma “intersubjetividade, reconhecimento mútuo, solidariedade subalterna” (WALSH, 2013, p. 173).

Nossa pesquisa foi participante e sistemática, uma vez que nos envolvemos e participamos efetivamente das atividades religiosas do terreiro, das reuniões do Fórum, do primeiro seminário do Fórum e da organização e apresentação do Afoxé na caminhada de rua. Outra questão fundamental para nosso trabalho foi a boa relação com as duas pessoas que lideram o terreiro Ilê Oju Odé, foram fundamentais, pois proporcionaram condições especiais para o desenvolvimento da pesquisa, nos dando livre acesso a lugares e fatos da história deste terreiro.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Antes mesmo da conclusão desta pesquisa já havíamos alcançado o mais gratificante resultado: as amizades que surgiram ao longo destes meses. Eu, que não tenho em minha trajetória de vida um histórico de luta contra o racismo e a intolerância religiosa, fui acolhido nesta comunidade que permitiu que o que eu vi e ouvi fosse relatado em minha dissertação.

Estar em contato direto com a organização dos terreiros de candomblé pensando as questões levantadas por parte dos estudos decoloniais nos levou a observar primeiramente os objetivos de índole intelectual e política de nosso trabalho. Esta reflexão nos levou a perceber que nosso compromisso com a comunidade estudada tem como objetivo reivindicar a legitimidade do pensamento afrodescendente na sociedade goiana, através do candomblé. Buscamos inspiração no compromisso social que Frantz Fanon nos mostra ao afirmar que, “O negro não é. Não mais que o branco. Os dois têm que separar-se das vozes desumanas que foram de seus respectivos antepassados para que assim nasça uma genuína comunicação.” (FANON, 1973, p. 191). Desta forma destacamos que em nosso caso, o terreiro é um espaço de ressignificação da vida.

Acreditamos que o Afoxé e o Fórum se constituem como espaços de conscientização e luta, e que seu objetivo maior é intervir na estrutura racial de nossa sociedade através do combate ao racismo e a intolerância religiosa. Acreditamos também que a luta dos terreiros de candomblé em Goiânia e Aparecida, que pudemos acompanhar nestes últimos meses, se aproxima do que Walsh (2013, p. 24) quer dizer ao afirmar que “a crise da colonialidade do poder sugere rachaduras, rupturas na ordem e nos padrões de poder, transição e revolução”.

Através das entrevistas e da convivência pudemos concluir que o Fórum é uma organização dos terreiros para defender seus interesses, resolvendo seus problemas através de uma articulação política e social. Dessa forma, religião e organização política

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

se misturam na busca por encontrar saídas para os problemas criados por uma sociedade racista, o que faz surgir a necessidade de organização dos terreiros.

A pesquisa nos mostrou que se quisermos podemos pensar uma relação entre o candomblé e o debate conduzido pelo grupo modernidade/colonialidade/decolonialidade. Podemos afirmar, a partir da experiência no terreiro pesquisado, que o candomblé se constitui como conhecimento alternativo à matriz do pensamento colonial, ou utilizando o conceito de Walsh (2013) como exemplo de uma “pedagogia decolonial”. Em nossa compreensão esta forma de transmissão do conhecimento dentro do candomblé produz outra sociabilidade que estabelece uma relação entre a atuação política e a aprendizagem no candomblé como outras epistemologias, alternativa à matriz colonial do poder, do saber e do ser. A convivência com a comunidade dos terreiros de candomblé nos mostrou também que o candomblé não deve ser tomado como um objeto a ser observado, mas sim como um modelo epistêmico, que as pessoas que formam essa comunidade não precisam que pesquisas acadêmicas deem a elas espaços de fala, pois a fala delas já é ouvida a partir de suas práticas, de sua resistência, de sua história, de seus atabaques, de seu sagrado. Percebemos também que nossa pesquisa é apenas um mecanismo através do qual essa fala é apresentada, que este artigo é um encontro de saberes que ele em si é um exercício decolonial.

Por fim, neste artigo confirmamos as hipóteses que levantamos no início de nossa pesquisa: a atuação do Ilê Oju Odé se caracteriza como prática de descolonização, uma vez que, através do Fórum e do Afoxé, organiza a comunidade dos terreiros de candomblé de Goiânia e região metropolitana no combate ao racismo, à intolerância religiosa e a invisibilização imposta aos praticantes dessa religião na sociedade goiana. Concluímos também que não há a vacância do poder de pai João, ainda que dentro da ritualística do candomblé o herdeiro do Axé não tenha se apresentado, nas relações entre o povo de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

santo o Ilê Oju Odé, através de Yá Omualé e Ogã Megeomam, são reconhecidos como a continuação do Axé de pai João de Abuke.

Referências bibliográficas:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BOTERF, Guy Le. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FANON, Frantz. *Piel negra, máscaras blancas*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Abraxas, 1973.

HAMPATÉ BÂ. Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.) *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

PUNTES, Juan Pablo. Descolonización metodológica e interculturalidad. Reflexiones desde la investigación etnográfica. In: *Revista Latinoamericana de Metodología da las Ciencias Sociales*, Buenos Aires, Argentina, vol. 5, no. 2, ISSN 1853-7863, diciembre 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROFOGUEL, Ramón (Orgs.) *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Colômbia: Siglo del Hombre Editores, 2007.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago;



Universidade
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Colômbia: Siglo del Hombre Editores, 2007.

WALSH, Catherine. Introducción: Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (Org.) *Pedagogías decoloniales: Prácticas isurgentes de resistir, (re) existir y (re) viver*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya Yala, 2013.

471

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8

Brasil-África: Povo, História, Cultura e
Desafios Contemporâneos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**COMÉRCIO DE SERVIÇOS ANGOLA-BRASIL:
OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS DE ALTO VALOR AGREGADO**

Juliano Vargas¹
Heitor Simão Afonso Ambrósio

Resumo: Angola e Brasil têm em comum os desafios históricos e perspectivas contemporâneas de transformar potencialidades em termos de recursos naturais e humanos em desenvolvimento socioeconômico. Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa é investigar como tais conexões pode dar espaço à cooperação bilateral entre essas nações, em especial no tocante ao comércio de serviços. A discussão pretendida está dividida em três partes: i) conceituação do comércio de serviços; ii) examinar, teoricamente, como Angola e Brasil têm atuado bilateralmente no que se refere ao comércio internacional neste início de século XXI; iii) identificar os principais parceiros comerciais de Angola e Brasil e, via informações divulgadas por instituições oficiais, avaliar a evolução recente do comércio internacional (de serviços) entre esses países. Constata-se que há uma percepção difusa de que há relevantes oportunidades de negócios de alto valor agregado para essas nações, mas escapam-lhes sua exata delimitação. Logo, as relações bilaterais Angola-Brasil carecem de ajustes para que suas parcerias comerciais possam florescer e contribuir, de modo mais substancial, tanto para o crescimento econômico quanto para o desenvolvimento social angolano e brasileiro.

Palavras-chave: Angola; Brasil; Comércio de Serviços; Negócios; Alto Valor Agregado.

1. Introdução

Angola e Brasil são países em plena construção e que têm em comum o desafio de transformar imensas potencialidades em termos de recursos naturais e humanos em riqueza efetiva, propiciando níveis crescentes de prosperidade socioeconômica às gerações presentes e futuras. A relação entre esses dois países – que é histórica – tem se aprofundado desde o reconhecimento brasileiro da independência de Angola (também ex-colônia portuguesa), em novembro de 1975. Uma das dimensões mais promissoras desse processo diz respeito ao estreitamento de seus elos econômicos e comerciais.

¹Doutorandos em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Os autores agradecem à CAPES pelo apoio financeiro. Contatos: brazil.juliano@gmail.com; heitorocker@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O Brasil vem se firmando como um parceiro do governo angolano no que se refere ao aumento do volume de negócios, fruto da estabilidade política que o país africano alcançou após a guerra civil (1975-2002). Esse fator desencadeou novos olhares do governo brasileiro em termos de oportunidades de negócios e cooperação estratégica, em um movimento feito também por outras nações mundo afora que, desde então, têm visto Angola como um promissor parceiro comercial.

Levando em conta estas realidades, complementariedades de interesses e capacidades, o objetivo desta pesquisa é investigar como tais conexões podem dar espaço à cooperação bilateral Angola-Brasil, em especial no tocante ao comércio de serviços. Espera-se evidenciar as vantagens nas trocas internacionais entre os dois países, permitindo apontar, em linhas gerais, os desafios e perspectivas contemporâneas para que ambos aproveitem melhor as oportunidades de negócios de alto valor agregado.

A discussão pretendida está dividida em três partes, além desta introdução e das considerações finais: i) breve conceituação do comércio de serviços; ii) examinar como Angola e Brasil têm atuado tanto no que se refere ao comércio internacional em geral, quanto às oportunidades de negócios em serviços em particular; iii)) identificar os principais parceiros comerciais de Angola e Brasil e, via informações divulgadas por instituições oficiais, avaliar a evolução recente do comércio internacional (de serviços) entre as duas nações lusófonas.

Metodologicamente, esse estudo conta com um marco teórico descritivo e empírico, provenientes de estudos de relatórios e dados estatísticos oficiais de ambos os países, bem como de instituições internacionais. As séries estatísticas apresentadas compreendem o período 2001-2016, sendo este o recorte temporal da pesquisa.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

2. Comércio internacional de serviços: breve abordagem conceitual

Contemporaneamente, os países que se encontram na vanguarda econômica têm instituído novas formas de trocas comerciais, com destaque para a exportação de serviços. Essencialmente, o intuito desse movimento é manter positivo o saldo da balança de pagamentos em geral e da balança comercial (BC) em particular, de modo a garantir a estabilidade econômica do país. De acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento e a Organização Mundial do Comércio (*OECD/WTO*, 2013), “os serviços compreendem cerca de dois terços do PIB nas economias mais desenvolvidas, ou seja, mais de 50% do valor total do PIB [produto interno bruto]”.

Mas, afinal, o que vem a ser o comércio internacional de serviços (de alto valor agregado)? Ele diz respeito ao conhecimento (especialização), inovação, *design*, pesquisa e desenvolvimento (P&D), marcas, patentes e congêneres. Segundo a *OCDE/WTO* (2012), o comércio de serviços não consiste de matérias-primas ou insumos primários, mas de produtos que já tenham recebido algum grau de valor agregado, os chamados “produtos médios”. Tratam-se dos serviços intermediários mais sofisticados ou de soluções correlacionadas com produtos industriais que agregam maior valor de mercado e vantagens competitivas (ver o *Trade in Services Agreement – TiSA*, em *EC*, 2017).

Outro importante documento que oferece uma definição sobre o tema provém do Manual Internacional de Estatística em Comércio de Serviços de 2010 (do inglês *Manual on Statistics of International Trade in Services 2010 – UN/MSITS*, 2012, p. 9), que adota o significado estatístico convencional do comércio internacional de serviços descrito no *Balance of Payments and International Investment Position Manual*, o BPM6 (*International Monetary Fund*, 2009), que define o comércio internacional de serviços como àquele que é estabelecido entre

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

residentes e não-residentes de uma economia. Isso corresponde ao conceito de comércio de serviços no “resto do mundo” do *System of National Accounts (SNA)* de 2008. Este conceito de comércio internacional de serviços está combinado com o conceito de comércio internacional de mercadorias para criar o de comércio internacional de bens e serviços no BPM6. No entanto, [...] nem sempre é possível separar claramente o valor do comércio de mercadorias a partir do valor do comércio de serviços.

Por sua vez, o *WTO* (2018) é mais abrangente nessa questão ao utilizar o conceito ligado ao Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (do inglês *General Agreement on Trade in Services, GATS*). Em seu artigo I:2 consta que o comércio de serviços está relacionado a quatro frentes, a depender da presença territorial do fornecedor e do consumidor no momento da transação. São elas entendidas:

- a. a partir do território de um membro no território de qualquer outro membro (modo 1 – comércio transfronteiriço);
- b. no território de um membro a um consumidor de qualquer outro membro do serviço (modo 2 – consumo exterior);
- c. por um prestador de serviços de um membro através da presença comercial no território de qualquer outro membro (modo 3 – presença comercial); e
- d. por um prestador de serviços de um membro através da presença de pessoas singulares de um membro no território de qualquer outro membro (modo 4 – presença de pessoas singulares).

Em relação a isso, nas palavras da *WTO* (2018),

a definição acima é significativamente mais ampla do que o conceito de comércio de serviços do balanço de pagamentos. Enquanto o BP centra-se na residência e não na nacionalidade – ou seja, um serviço está sendo exportado se for negociado entre residentes e não-residentes – certas operações nos termos do *GATS*, em particular no caso do modo 3, tipicamente envolvem apenas os residentes do país em causa. Podem existir vínculos comerciais entre todos os quatro modos de prestação.

O quadro 1 retrata os quatro modos de comércio de serviços, na forma de prestação, sob o ponto de vista da importação.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Quadro 1: quatro modos de prestação de serviços – na perspectiva de uma importação do país A

| Modo 1: transfronteiriço (cross-border) |
|--|
| Um usuário no país A recebe serviços do exterior por meio de suas infraestruturas de telecomunicações ou postais. Tais fontes podem incluir consultoria ou relatórios de pesquisa de mercado, consultoria telemedicina, formação à distância, desenhos arquitetônicos, <i>etc.</i> |
| Modo 2: consumo no estrangeiro |
| Os nacionais de um país A foram a um país B como turistas e consomem os respectivos serviços. |
| Modo 3: presença comercial |
| O serviço é prestado ao país A por uma filial estabelecida localmente, subsidiária ou escritório de representação de propriedade estrangeira e/ou a uma empresa controlada (banco, grupo hoteleiro, empresa de construção, <i>etc.</i>). |
| Modo 4: circulação de pessoas singulares |
| Um cidadão de um país B fornece um serviço dentro do país A como fornecedor independente (por exemplo, como consultor, agente de saúde, <i>etc.</i>) ou empregado de um prestador de serviços (por exemplo, empresa de consultoria, hospital, empresa de construção civil, <i>etc.</i>). |

Fonte: adaptado de WTO (2018).

Dado o breve arcabouço conceitual apresentado e a assunção de que há tendência de aumento progressivo da relevância do comércio de serviços (de alto valor agregado) para as economias e as sociedades em geral, as seções seguintes visam ao aprofundamento dessas questões, aplicando-as aos casos específicos de Angola e Brasil.

3. Relações bilaterais Angola-Brasil: oportunidades de negócios

Para além dos vínculos históricos entre Angola e Brasil, que contemporaneamente favorecem o estreitamento das relações na esfera econômica (por conta de afinidades nos campos cultural, político, linguístico, *etc.*), essas duas nações lusófonas têm avançado nos últimos anos em matéria de comércio internacional. Na verdade, as características mercantis de Angola têm despertado – sobremaneira após o fim da guerra civil (2002) – a atenção brasileira e também de várias outras nações mundo afora quanto à escolha deste país como parceiro comercial estratégico na África, com destaque para o setor de serviços.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O território angolano é extenso se comparado aos países da África Subsaariana, com a dimensão de 1.246.700 Km² (equivalente ao Estado do Pará); seu litoral compreende 1.600 km e defronta-se com o litoral nordestino brasileiro, oferecendo rota marítima direta entre os países. Administrativamente Angola está dividida em dezoito províncias, com diferentes vocações econômicas. Exibe clima e solo bastante favorável à agricultura, sendo também rico em recursos naturais, proporcionando inúmeras oportunidades para investidores externos². Cientes disso, empresas internacionais têm se estabelecido fisicamente em Angola com vultosos investimentos. Na esteira destes acontecimentos, empresas brasileiras do setor de serviços têm atentado para esse cenário.

Dados do *World Bank Open Data* (WB, 2018) evidenciam que Angola e Brasil cresceram economicamente de maneira expressiva desde o início do século XXI, ainda que nos últimos três anos tenham sofrido com as consequências de crises. Em dólares estadunidenses (US\$) constantes de 2010, o PIB de Angola foi da ordem de US\$ 95.335 bilhões em 2015, enquanto o PIB brasileiro foi de US\$ 1.796 trilhão no mesmo ano, o que denota uma desproporção entre as economias destas nações, justificada pelos distintos tamanhos populacionais, territoriais, dinâmicas e lógicas socioeconômicas, *etc.*

Todavia, como Angola também é um país em plena construção, persistem os interesses bilaterais nas trocas comerciais. Isso se verifica mesmo em um contexto de constrangimentos das economias mundiais, face à crise econômico-financeira eclodida em 2008. Porém, os dados dos últimos quatro anos – resultantes da queda do preço internacional do petróleo, produto chave da pauta de exportações angolana³ – revolveram em quedas acentuadas de seu PIB. Nesse sentido, o Brasil reconhecidamente tem maior

² Para uma descrição pormenorizada de Angola nesses quesitos, ver sítios institucionais oficiais do país, como, por exemplo: <http://apiexangola.co.ao/>, www.minagri.gov.ao/, www.minamb.gov.ao/, www.mpdg.gov.ao/ e www.governo.gov.ao/.

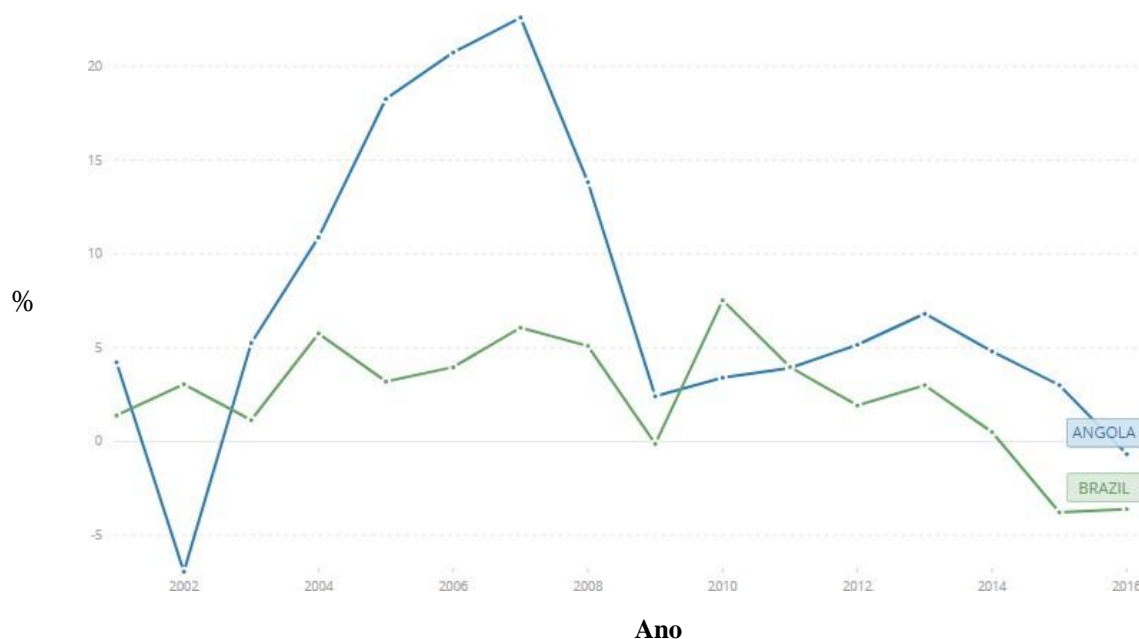
³ De abril de 2013 para cá, o preço do barril de petróleo (óleo cru) do tipo *Brent* oscilou bastante. Em junho de 2014 atingiu o pico para o período, de US\$ 111,87; em janeiro de 2016 chegou ao vale para o período, de US\$ 30,8; em abril de 2018 estava em US\$ 71,63 (*Index Mundi*, 2018).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

diversidade produtiva e maior mercado interno, ainda que também se beneficie das exportações de *commodities* (que sofreram, em seu conjunto, quedas de preços nos mercados internacionais nos últimos anos). Isso permite à nação da América do Sul – ainda que parcialmente – ter mais alternativas econômicas frente ao cenário externo. O gráfico 1 mostra o crescimento percentual do PIB de Angola e Brasil entre 2001 e 2016, retratando o desempenho positivo desses países, particularmente entre 2003 e 2013.

Gráfico 1 – Crescimento do PIB – Angola e Brasil (2001-2016) – US\$ constantes de 2010



Fonte: elaborado pelos autores a partir do *World Bank Open Data* (WB, 2018).

Foi justamente esse crescimento expressivo e retroalimentado de Angola – influenciado pela combinação positiva do petróleo com o fim da guerra civil – que tem chamado a atenção do Brasil. Entretanto, vale ressaltar que, em virtude do forte declínio do preço dessa *commodity* nos últimos anos e da retração da demanda por outros produtos exportados por Angola, houve diminuição do ritmo de crescimento após 2013, coincidindo, inclusive, com o início da recessão brasileira (*vide* gráfico 1). Em 2018

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

vislumbra-se a retomada moderada do crescimento econômico, favorecida pelas recentes elevações do preço deste recurso natural.

Para alargar o leque de possibilidades de investimentos diretos estrangeiros em Angola – o que tem sido o motor da expansão econômica do país – foi promulgada em sete de agosto de 2015 a Lei do Investimento Privado (LIP) que, em realidade, também contempla os investimentos intergovernamentais. Ela estabelece as bases gerais do investimento no território angolano e define os princípios e o regime de acesso aos incentivos concedidos pelo Estado a esta modalidade de investimento. Na LIP constam zonas de desenvolvimento específicas, além de benefícios e incentivos fiscais bem definidos juridicamente, voltados ao investidor estrangeiro (ver UTIP, 2018).

A LIP foi aperfeiçoada pelo governo angolano em 2018, a fim de “aumentar a captação de Investimento Directo (*sic*) Estrangeiro e reduzir a burocracia”. Essa medida se “assenta ‘no estabelecimento de bases gerais que visam uma maior celeridade, desburocratização e simplificação do processo de investimento’, comportando nove capítulos e quarenta e cinco artigos que se aplicam a investimentos privados ‘de qualquer montante’” (Minfin, 2018).

O Brasil, por sua vez, tem tido como agente relevante para fins de estreitamento das relações de comércio internacional com Angola o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os acordos de exportações entre empresas brasileiras e Angola apoiados por esta instituição têm se intensificado desde o início do século XXI, embora ainda de maneira bastante concentrada nos bens e serviços de engenharia. Em realidade, Angola é o país que recebeu o maior volume de financiamentos do BNDES ao exterior no período de 2002 a 2016, somando um total de US\$ 3.990.934 bilhões, sendo a detentora da maior quantidade de contratos com o banco⁴.

⁴ Inclusive questionada por agentes diversos quanto à lisura desses contratos nos últimos tempos, o que tem sido rebatido pela instituição. Para uma apresentação e discussão pormenorizada sobre o papel do BNDES no financiamento das exportações brasileiras, em especial para a Angola, ver Hansen (2017) e BNDES (2017, 2018a e 2018b).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Para além disso, é importante ressaltar que as relações diplomáticas Angola-Brasil são pautadas pela “Declaração de Parceria Estratégica”, assinada em junho de 2010. O documento delimita áreas de interesse recíproco e prioridades em termos de cooperação técnica, concertação política e integração econômica (MRE, 2018a). Não obstante, em 2015 foi assinado, em Luanda, o “Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)” (ANGOLA, 1º de abril de 2015), que

representa um novo modelo de acordo, que busca incentivar o investimento recíproco através de mecanismo de diálogo intergovernamental, apoiando empresas em processo de internacionalização. Por meio do ACFI, haverá maior divulgação de oportunidades de negócios, intercâmbio de informações sobre marcos regulatórios e mecanismo adequado de prevenção e, eventualmente, solução de controvérsias. O novo modelo propicia um quadro sólido para os investimentos de parte a parte (MRE, 2018b).

Constata-se que existem canais efetivos para alavancar o comércio internacional entre Angola e Brasil, inclusive no que diz respeito ao comércio de serviços de alto valor agregado. No entanto, conforme explanado nas páginas que seguem, também restará claro que estes canais precisam ser aperfeiçoados, estimulados e mais bem utilizados, no sentido de aproveitar os incentivos existentes para diversificar a pauta de produtos transacionados e aumentar o volume de negócios entre esses dois países lusófonos.

4. Evolução do comércio exterior Angola-Brasil: avanços e desafios⁵

Angola é exportadora líquida de bens e serviços, conforme mostra a evolução de seu comércio exterior entre 2006 e 2015 (gráfico 2). Isso se deve especialmente ao petróleo, pelas razões descritas na seção anterior. Por conta disso, verifica-se grande

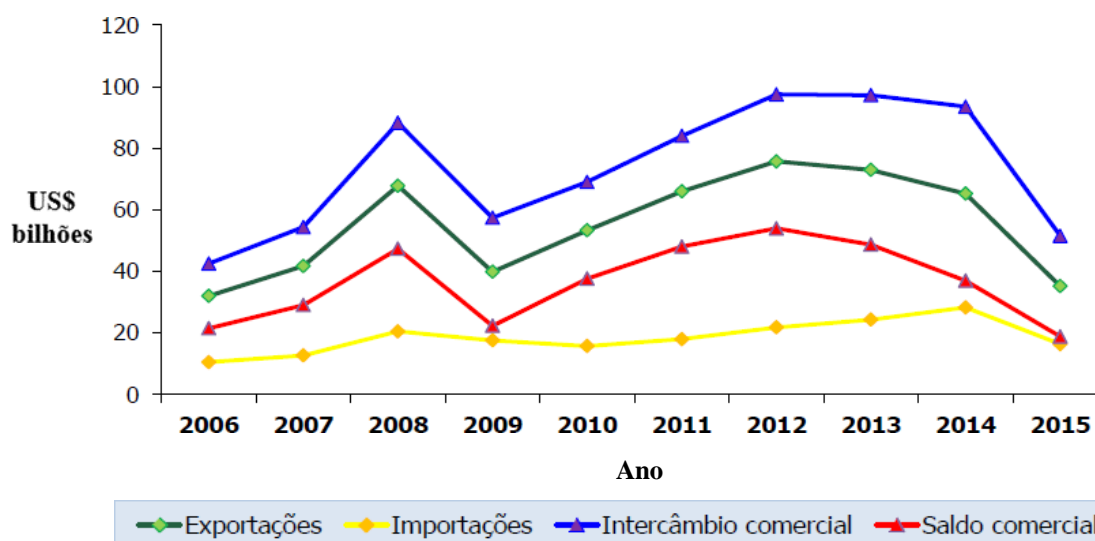
⁵ Em boa medida, esta seção se baseia no estudo intitulado “Sumário Executivo das Relações Comerciais Brasil x Angola” (MRE/DPR/DIC, 2016). Dele extraíram-se dados oficiais e considerações relevantes para os propósitos do presente artigo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

oscilação das exportações, sujeitas que estão às flutuações do preço internacional desta commodity. Como para importar são necessários recursos econômico-financeiros basicamente advindos das exportações petrolíferas, o montante de importações tende a acompanhar os ciclos das exportações. Contudo, se destaca a variação percentual entre 2006 e 2015 das importações (55,5%) em relação às exportações (9,9%). Tanto o intercâmbio comercial quanto o saldo comercial angolano se mostraram positivos em todo o período em termos de valores.

Gráfico 2 – Evolução do comércio exterior de Angola (2006-2015)



Fonte: MRE/DPR/DIC (2016).

Nessa perspectiva, percebe-se que Angola e Brasil não se mostram os parceiros comerciais-estratégicos mais relevantes do ponto de vista econômico. A tabela 1 desvela essa realidade, ao mostrar o *ranking* dos principais parceiros de cada país no comércio internacional, tanto no que diz respeito à exportação quanto à importação.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Tabela 1 – Principais parceiros comerciais de Angola e Brasil (2015) – Exportação e importação

| Angola | | | | Brasil | | | |
|--------------|------------|---------------|------------|--------------|------------|---------------|------------|
| Exportação | | Importação | | Exportação | | Importação | |
| País | % | País | % | País | % | País | % |
| China | 42 | Coreia do Sul | 17 | China | 18 | China | 18 |
| Índia | 8,2 | China | 16 | EUA | 13 | EUA | 15 |
| EUA | 7 | Portugal | 14 | Argentina | 6,6 | Alemanha | 6,2 |
| Espanha | 6,6 | EUA | 7,1 | Holanda | 4,1 | Argentina | 6 |
| França | 4,7 | África do Sul | 5,1 | Alemanha | 3,2 | Coreia do Sul | 3,2 |
| Outros | 31,5 | Outros | 40,8 | Outros | 66,1 | Outros | 51,6 |
| Total | 100 | Total | 100 | Total | 100 | Total | 100 |

Fonte: elaborado pelos autores a partir do *The Observatory of Economic Complexity (OEC, 2018)*.

Nota-se em comum a importância da China para essas economias, sobretudo para a exportação de Angola. Destaque também para o peso comercial dos Estados Unidos, em especial para a economia brasileira. No que tange à relação comercial, 3,8% da importação de Angola provém do Brasil (oitavo lugar no *ranking*) e ela exporta 0,086% de sua produção para o país sul-americano. Já o Brasil exporta 0,33% de sua produção para Angola e importa tão somente 0,017% daquele país (ver tabela 2) (MRE/DPR/DIC, 2016).

No que concerne ao comércio bilateral entre o Brasil e Angola, a tabela 2 denota que se perdeu o dinamismo nos últimos anos. Como consequência, a balança comercial passou de US\$ 1,297 bilhão em 2006 para US\$ 680 milhões em 2015. Em termos relativos, a BC decresceu 47,6% nos últimos dez anos. Importante frisar que a *performance* comercial se retraiu bastante em 2015, dado que encolheu 71,3% sobre o valor do ano anterior. Logo, em 2014, o intercâmbio comercial havia totalizado US\$ 2,372 bilhões.

Essa arrefecida comercial retrata tanto a expressiva queda nas exportações brasileiras para o mercado angolano quanto a forte diminuição das importações dali oriundas. Entre janeiro e outubro de 2016, o comércio bilateral entre esses países continuou apontando evolução adversa. Destarte, a BC ficou em US\$ 496 milhões, significando retração de 13% sobre a cifra registrada no mesmo período de 2015.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Tabela 2 – Evolução do intercâmbio comercial Brasil-Angola (US\$ milhões)

| Anos | Exportações | | | Importações | | | Intercâmbio Comercial | | | Saldo |
|----------------------------|---------------|------------|----------------------------|----------------|------------|----------------------------|-----------------------|------------|----------------------------|-------------|
| | Valor | Var. % | Part. % no total do Brasil | Valor | Var. % | Part. % no total do Brasil | Valor | Var. % | Part. % no total do Brasil | |
| 2006 | 838 | 60,7% | 0,61% | 460 | (+) | 0,50% | 1.297 | 148,8% | 0,57% | 378 |
| 2007 | 1.218 | 45,4% | 0,76% | 946 | 105,9% | 0,78% | 2.165 | 66,9% | 0,77% | 272 |
| 2008 | 1.975 | 62,10% | 1% | 2.236 | 136,3% | 1,29% | 4.211 | 94,5% | 1,26% | -262 |
| 2009 | 1.333 | -32,5% | 0,87% | 138 | -93,8% | 0,11% | 1.471 | -65,10% | 0,52% | 1.195 |
| 2010 | 947 | -28,9% | 0,47% | 494 | 258,9% | 0,27% | 1.442 | -2% | 0,38% | 453 |
| 2011 | 1.074 | 13,4% | 0,42% | 438 | -11,4% | 0,19% | 1.512 | 4,9% | 0,31% | 636 |
| 2012 | 1.145 | 6,6% | 0,47% | 46 | -89,5% | 0,02% | 1.190 | -21,3% | 0,26% | 1.099 |
| 2013 | 1.271 | 11,1% | 0,53% | 727 | (+) | 0,30% | 1.998 | 67,8% | 0,41% | 544 |
| 2014 | 1.262 | -0,7% | 0,56% | 1.110 | 52,7% | 0,48% | 2.372 | 18,7% | 0,52% | 152 |
| 2015 | 648 | -48,6% | 0,34% | 32 | -97,1% | 0,02% | 680 | -71,3% | 0,19% | 616 |
| 2016 (jan-out) | 424 | -23,3% | 0,28% | 72 | 315,1% | 0,06% | 496 | -13% | 0,19% | 352 |
| Var % 2006-2015 | -22,7% | ... | ... | -93,10% | ... | ... | -47,6% | ... | ... | n.c. |

Fonte: MRE/DPR/DIC (2016). Nota: a sigla “n.c.” indica dado não calculado e as reticências “...” indicam que os dados não se aplicam.

De dez anos para cá, as exportações do Brasil para o mercado angolano decresceram 22,7%. Assim, as exportações para Angola passaram de US\$ 838 milhões em 2006 para US\$ 648 milhões em 2015. Salienta-se que sobre o valor de 2014 as exportações brasileiras para Angola padeceram de expressiva retração de 48,6% em 2015 (tabela 2). Tal situação deveu-se, sobretudo, à forte diminuição nas exportações brasileiras de açúcar e carnes para Angola (ver tabela 4).

De janeiro e outubro de 2016 as exportações do Brasil para o mercado angolano seguiram indicando desempenho adverso. Assim, as exportações limitaram-se as cifras de US\$ 424 milhões, expressando um recuo de 23,3% na comparação com o valor do mesmo período de 2015.

Já a tabela 3 mostra um comparativo de 2015 com 2014 no que se refere às exportações e importações brasileiras para Angola, por fator agregado. As importações brasileiras de Angola mostram-se não diversificadas, sendo que em 2015 os produtos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

manufaturados representaram 100% do total, devido às aquisições brasileiras de matérias-primas para a indústria petroquímica⁶. Inversamente, em 2014, vê-se que a pauta foi composta majoritariamente de produtos básicos (93,6%), pois as importações do Brasil se concentraram em petróleo. Dada a composição da pauta adquirida, a base importadora é altamente concentrada (MDIC, 2018).

Tabela 3 – Exportações e importações brasileiras, por fator agregado
Comparativo de 2015 com 2014 (%)

| Fator Agregado | Exportações brasileiras | | Importações brasileiras | |
|-------------------|-------------------------|------|-------------------------|------|
| | 2014 | 2015 | 2014 | 2015 |
| Básicos | 30,7 | 30,6 | 93,6 | 0 |
| Semimanufaturados | 0,3 | 0,8 | 0 | 0 |
| Manufaturados | 68,8 | 68,4 | 6,4 | 100 |

Fonte: MDIC (2018).

A tabela 4, por sua vez, retrata a composição das exportações brasileiras para Angola entre 2013 e 2015. Em termos de composição da oferta, os cinco principais grupos de produtos exportados do Brasil para o mercado angolano em 2015 foram: i) carnes (frescas, refrigeradas ou congeladas), no valor de US\$ 170 milhões, equivalentes a uma participação de 26,3% sobre o total; ii) açúcar, no valor de US\$ 83 milhões, representando 12,9% do total; iii) obras e manufaturas (de ferro ou aço), no valor de US\$ 42 milhões, compondo 6,4% sobre o total; iv) máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, no valor de US\$ 37 milhões, compondo 5,7% do total; v) amidos e féculas (comestíveis), no valor de 36 milhões, compondo 5,6% do total.

A agregação destes cinco itens perfaz um total de 56,9% das exportações do Brasil para o mercado angolano, representando US\$ 368 milhões em 2015. Nota-se tanto a pouca diversificação da pauta exportada quanto o baixo valor agregado exportado, em comparação com outros parceiros comerciais do Brasil. Mais do que isso, não transparece

⁶ Em 2015, “a base exportadora foi composta por 754 empresas brasileiras que efetivaram vendas externas para o mercado angolano [...], em 2014, a base exportadora comportou 1.013 empresas que efetivaram vendas para Angola” (MDIC, 2018).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

ser o comércio de serviços componente relevante na relação econômica entre essas nações.

Tabela 4 – Composição das exportações brasileiras para Angola (US\$ milhões)

| Grupos de Produtos | 2013 | | 2014 | | 2015 | |
|------------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|------------|------------------|
| | Valor | Part. % no total | Valor | Part. % no total | Valor | Part. % no total |
| Carnes | 316 | 24,9 | 343 | 27,2 | 170 | 26,3 |
| Açúcar | 186 | 14,6 | 185 | 14,6 | 83 | 12,9 |
| Obras e manufaturas | 33 | 2,6 | 54 | 4,3 | 42 | 6,4 |
| Máquinas mecânicas | 90 | 7,1 | 56 | 4,5 | 37 | 5,7 |
| Amidos e fécula | 38 | 3,0 | 49 | 3,9 | 36 | 5,6 |
| Preparações de carne | 55 | 4,4 | 75 | 5,9 | 33 | 5,1 |
| Calçados | 52 | 4,1 | 55 | 4,4 | 32,8 | 5,1 |
| Ferro e aço | 24 | 1,9 | 17 | 1,4 | 26 | 4,0 |
| Automóveis | 77 | 6,1 | 112 | 8,9 | 24 | 3,8 |
| Preparações de cereais | 33 | 2,6 | 40 | 3,2 | 24 | 2,2 |
| Subtotal | 904 | 71,1 | 986 | 78,2 | 499 | 77,0 |
| Outros produtos | 367 | 28,9 | 275 | 21,8 | 149 | 23,0 |
| TOTAL | 1.271 | 100,0 | 1.262 | 100,0 | 648 | 100,0 |

Fonte: MRE/DPR/DIC (2016).

Já no caso da composição das exportações de Angola para o Brasil (tabela 5), é flagrante a praticamente inexistência de outro produto que não os combustíveis – à exceção dos instrumentos de precisão, que aparecem marginalmente em 2015 (0,2%). Os valores são, comparativamente às exportações brasileiras para Angola, igualmente pouco expressivos, além do que caiu vertiginosamente de US\$ 1.110 milhões em 2014 para US\$ tão somente US\$ 32 milhões em 2015⁷.

⁷ É preciso ponderar que na composição total de exportações angolanas para o mundo, 96,8% delas se constituem em combustíveis (MRE/DPR/DIC, 2016). Nesse sentido, portanto, a questão tem como pano de fundo a estrutura econômica de Angola. Já as quedas abruptas dos valores absolutos exportados para o Brasil guardam relação, sobremaneira, com o ambiente político e institucional interno turbulento pós-2014.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Tabela 5 – Composição das exportações brasileiras oriundas de Angola (US\$ milhões)

| Grupos de Produtos | 2013 | | 2014 | | 2015 | |
|--------------------------|------------|---------------------|--------------|---------------------|-----------|---------------------|
| | Valor | Part. % no total | Valor | Part. % no total | Valor | Part. % no total |
| Combustíveis | 727 | 100 | 1.110 | 100 | 32 | 99,6 |
| Instrumentos de precisão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,1 | 0,2 |
| Subtotal | 727 | 100 | 1.110 | 100 | 32 | 99,8 |
| Outros Produtos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,2 |
| TOTAL | 727 | 100 | 1.110 | 100,0 | 32 | 100,0 |

Fonte: MRE/DPR/DIC (2016).

A tabela 6 mostra – com base no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (NCM/SH-6) – o cruzamento estatístico entre as pautas de exportação/importação entre os países para o ano de 2015, no que se refere à identificação de potenciais nichos de mercado. Verifica-se que se apresentam oportunidades de negócios de exportação de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Importante salientar que todo este potencial indicativo de comércio está relacionado, direta ou indiretamente, às atividades de comércio de serviços de alto valor agregado.

Tabela 6 – Cruzamento estatístico entre a oferta do Brasil e a demanda de Angola, 2015 (US\$ mil)

| SH-6 | Descrição dos produtos | Exportações Brasileiras para Angola | Importações totais de Angola | Exportações totais do Brasil | Potencial indicativo de comércio | Part. % do Brasil |
|--------|--|-------------------------------------|------------------------------|------------------------------|----------------------------------|-------------------|
| | Total geral | 647.987 | 16.322.210 | 191.126.886 | 15.674.223 | 4 |
| 890520 | Plataformas de perfuração ou de exploração de petróleo e gás | 0 | 1.457.865 | 394.656 | 394.656 | 0 |
| 848180 | Torneiras e outros dispositivos semelhantes para canalizações | 392 | 172.455 | 627.492 | 172.063 | 0,2 |
| 100630 | Arroz semibranqueado ou branqueado | 4602 | 174.431 | 212.424 | 169.829 | 2,6 |
| 730429 | Tubos de ferro ou aço para revestimento de poços, utilizados na extração de petróleo e gás | 1934 | 132.668 | 558.790 | 130.734 | 1,5 |

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

| | | | | | | |
|--------|---|-------|---------|-----------|---------|-----|
| 732690 | Outras obras de ferro/aço | 301 | 121.035 | 193.807 | 120.734 | 0,2 |
| 20714 | Carnes de frango congelada | 21893 | 137.216 | 3.958.789 | 115.323 | 16 |
| 300490 | Medicamentos terapêuticos ou profiláticos em doses | 687 | 101.451 | 538.529 | 100.764 | 0,7 |
| 847989 | Máquinas e aparelhos mecânicos com função própria | 294 | 97.378 | 120.876 | 97.084 | 0,3 |
| 903289 | Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle automáticos | 263 | 91.368 | 140.036 | 91.105 | 0,3 |
| 382490 | Preparações das indústrias químicas e conexas | 42 | 85.785 | 106.777 | 85.743 | 0 |

Fonte: MRE/DPR/DIC (2016).

Sobre essa situação, o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE, 2015) destaca que “os serviços são quase inexistentes em termos quantitativos, quando o assunto é referenciado a contas nacionais com os parceiros comerciais”. Nesse quesito o Brasil pode se inserir em espaços específicos em relação a seus competidores diretos (principais parceiros comerciais de Angola). Seria interessante para Angola, por sua vez, estreitar o intercâmbio comercial com o Brasil com a incorporação de *know-how* à área da indústria petroquímica, mas também em serviços diversos, que compreendem desde a administração pública, passando por transportes, atividades financeiras e imobiliárias, serviços a empresas ou pessoais, saúde, educação e promoção social, dentre outros, constituído por atividades complementares aos demais setores.

Á luz de todos os aspectos abordados ao longo desta pesquisa, vale pontuar que, apesar das trocas comerciais na área de serviços estarem aquém do desejado, maior reflexão e ação nesse sentido é oportuna aos dois países. Considera-se que, apesar dos avanços socioeconômicos logrados desde a década de 1970, ainda há muito para aprofundar na parceria comercial entre Angola e Brasil (em todos os campos do conhecimento, frise-se). O maior desafio que se apresenta hoje para esse aprofundamento parece ser a vontade política e empresarial brasileira de atuar pró-ativamente para valer-se dos canais de comércio internacional existentes com o mercado angolano, atitude que outros países e empresas têm demonstrado em relação ao país africano.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Destarte, constata-se que há uma percepção difusa de que há relevantes oportunidades de negócios de alto valor agregado para ambas as nações, mas lhes escapam sua exata delimitação. Nesse sentido, as relações bilaterais Angola-Brasil carecem de ajustes para que suas parcerias comerciais possam florescer e contribuir, mais substancialmente, tanto para o crescimento econômico quanto para o desenvolvimento social angolano e brasileiro.

5. Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi investigar como as conexões históricas e contemporâneas entre Angola e Brasil podem dar espaço à cooperação bilateral entre essas nações, em especial no tocante ao comércio de serviços (de alto valor agregado). Angola e Brasil são sociedades em plena construção e com importantes obstáculos para transformar seus recursos humanos e naturais em desenvolvimento socioeconômico efetivo.

Suas economias apresentam inúmeras interfaces nas quais a complementaridade de interesses e capacidades é evidente. À medida que as economias do Brasil e de Angola crescem e se diversificam, torna-se mais relevante a participação do setor de serviços, tendência nas relações comerciais interpaíses.

Não obstante, dificuldades existem e devem ser superadas num esforço conjunto dos dois países, com o envolvimento tanto dos governos quanto do empresariado. Portanto, há a necessidade de se verificar em detalhe as oportunidades de negócios de alto valor agregado no setor de serviços. Nessa perspectiva, foram vislumbrados alguns nichos de mercado importantes que podem ser explorados pelo mercado angolano e brasileiro.

De fato, as comunidades empresariais do Brasil e de Angola atuantes no setor terciário têm a percepção difusa de que há relevantes oportunidades de negócios com o país vizinho, mas escapam-lhes sua acurada delimitação. Canais efetivos para alavancar

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

o comércio internacional entre Angola e Brasil de fato existem, inclusive no que diz respeito ao comércio de serviços de alto valor agregado. No entanto, conforme explanado nas páginas anteriores, também resta claro que estes canais precisam ser aperfeiçoados, estimulados e mais bem utilizados, no sentido de aproveitar os incentivos existentes para diversificar a pauta de produtos transacionados e aumentar o volume de negócios entre esses dois países lusófonos.

O maior desafio que se apresenta hoje para esse aprofundamento parece ser a vontade política e empresarial brasileira de atuar pró-ativamente para valer-se dos canais de comércio internacional existentes com o mercado angolano, atitude que outros países e empresas têm demonstrado. Nessa perspectiva, as relações bilaterais Angola-Brasil carecem de ajustes para que suas parcerias comerciais possam florescer e contribuir, mais substancialmente, tanto para o crescimento econômico quanto para o desenvolvimento social angolano e brasileiro.

Referências

ANGOLA. Lei nº 14/15, promulgada em 7 de agosto de 2015. Lei do Investimento Privado. **Lex:** Assembleia Nacional, de 11 de agosto de 2015. Estabelece as bases gerais do investimento privado e define os princípios e o regime de acesso aos incentivos e outras facilidades a conceder pelo Estado [angolano] a este tipo de investimento. Luanda: LIP, 2015. Disponível em: <<http://www.embajadadeangola.com/pdf/LEI%20DO%20INVESTIMENTO%20PRIVADO.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

ANGOLA. UNIDADE TÉCNICA PARA O INVESTIMENTO PRIVADO (UTIP). **Benefícios e Incentivos Fiscais.** Luanda: UTIP, 2018. Disponível em: <<http://utip.gov.ao/portfolio/informacao-investidor-2/>>. Acesso em: jan. 2018.

ANGOLA. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (MinFin). Luanda: MinFin, 2018. Disponível em: <<http://www.minfin.gov.ao>>. Acesso em: 2018.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Livro Verde:** nossa história tal como ela é. Rio de Janeiro: BNDES, 2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Como funciona o apoio à exportação.** Rio de Janeiro: BNDES, 2018a. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/exportacao/como-funciona-apoio-exportacao/>>. Acesso em: jan. 2018.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Transparência.** Rio de Janeiro: BNDES, 2018b. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia>>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC). **Exportações e importações brasileiras, por fator agregado: Comparativo 2015 com 2014 (%)**. Brasília: MDIC, 2018. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: jan. 2018

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS (DPR). DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA COMERCIAL (DIC). **Sumário Executivo das Relações Comerciais Brasil x Angola.** Brasília: MRE/DPR/DIC, 2016. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/SUMANGOLA NOV2016.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola.** Brasília: MRE, 2018a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>>. Acesso em: jan. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Luanda: ANGOLA, 1º de abril de 2015. Brasília: MRE, 2018b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8520-acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015>>. Acesso em: jan. 2018.

EUROPEAN COMMISSION (EC). **Trade in Services Agreement (TiSA).** Brussels: EC, 2017. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/tisa/>>. Acesso em: jan. 2018.

HANSEN, G. B. **Garantias no financiamento de projetos de exportação de infraestrutura pelo BNDES: uma análise das concessões no período de 1998 a 2016.** 70 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Negócios). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Escola de Gestão e Negócios, 2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

INDEX MUNDI. **Petróleo bruto Brent Preço Diário**. *Index Mundi*, 2018. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=petr%C3%B3leo-bruto-brent&meses=60>>. Acesso em: maio de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA (INE). **Anuário de Estatística de Comércio Externo – 2014**. INE: Luanda, 2015. Disponível em: <www.ine.gov.ao>. Acesso em: jan. 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Balance of Payments and International Investment Position Manual. Sixth Edition (BPM6)**. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2009.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD); WORLD TRADE ORGANISATION (WTO). **Trade in Value-Added: Concepts, Methodologies and Challenges (Joint OECD-WTO Note)**. Paris:OECD/WTO, March 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/miwi_e/oecd_wto_mar2012_e.doc>. Acesso: jan. 2018.

_____. **OECD-WTO Database on Trade in Value added. First Estimates: 16 January 2013**. Paris: OECD/WTO, 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/ind/TIVA_stats%20flyer_ENG.pdf>. Acesso: mai, 2015.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). *Cambridge (USA): MIT Media Lab, OEC*, 2018. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/>>. Acesso em: jan. 2018.

UNITED NATIONS (UN). **Manual on Statistics of International Trade in Services 2010 (MSITS 2010)**. Department of Economic and Social Affairs (Statistics Division). Geneva, Luxembourg, Madrid, New York, Paris and Washington D.C.: UN/MSITS, 2012. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_86rev1e.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

WORLD BANK (WB). **World Bank Open Data**. Washington (D.C.): WB, 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: jan. 2018.

WORLD TRADE ORGANISATION (WTO). **GATS TRAINING MODULE: CHAPTER I: Basic Purpose and Concepts**. Geneva: WTO, 2018. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/cbt_course_e/c1s3p1_e.htm#boxa>. Acesso: jan. 2018.

492

SIMPÓSIO TEMÁTICO 9

Políticas Públicas no Brasil: Trajetórias
e Debates

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**O CONTROLE DO AEADES AEGYPTI NO MUNICÍPIO DE IPORA-GO E
REGIÃO**

Marcello Rodrigues Siqueira (UEG)¹

Suzana Rodrigues Floresta (UEG)²

Resumo: Esta pesquisa tem como objeto de investigação os processos de controle do *Aedes aegypti* no município de Iporá-Go e região. Inicialmente, foram identificadas e delimitadas algumas situações consideradas como “pendências” pelo Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), tais como imóveis fechados, abandonados ou com acesso não permitido pelo proprietário. Assim, identificar e avaliar as situações de “pendência” em relação ao controle do *Aedes aegypti* em Iporá e região, auxiliar o município a organizar suas atividades de prevenção e controle em períodos de baixa transmissão e em situações epidêmicas constituem os principais objetivos deste trabalho. Entre a bibliografia consultada, destacam-se Rodrigues (2015). Do ponto de vista metodológico, buscou-se realizar uma pesquisa de avaliação (*evaluation research*) *ex post* ou somativa. Foram consideradas duas abordagens: a objetiva e a subjetiva. Considerando que o controle do *Aedes aegypti* é, em alguns aspectos, reconhecido como de difícil implantação, por seu caráter de atuação global que transcende o setor saúde, esta pesquisa realizou-se mediante uma série de esforços solidários e parcerias junto a Universidade Estadual de Goiás, ao Rotary Club de Iporá, a Prefeitura Municipal, a Secretaria Municipal de Saúde e o 7º Pelotão Bombeiro Militar.

Palavras-chave: *Aedes aegypti*; Pendências; Iporá; Região.

1. Introdução

Segundo o Ministério da Saúde, o *Aedes aegypti*³ é originário do Egito. As teorias

¹Doutor em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ). Professor efetivo junto a Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus de Iporá. E-mail: marcello@ueg.br

²Mestre em História Cultural (PUC-GO). Professora efetiva junto a Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus de Iporá. E-mail: suzana.rodrigues@ueg.br

³O vetor foi descrito cientificamente pela primeira vez em 1762, quando foi denominado *Culex aegypti*. *Culex* significa “mosquito” e *aegypti*, egípcio, portanto: mosquito egípcio. O gênero *Aedes* só foi descrito

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

mais aceitas indicam que o *Aedes aegypti* tenha se disseminado da África para o continente americano por embarcações que aportaram no Brasil para o tráfico de escravos. Trata-se de um vetor transmissor de várias doenças, entre as quais, destacam-se: a dengue, chikungunya e zika vírus (BRASIL, 2015).

Há registro da ocorrência de doenças provocadas pelo mosquito em Curitiba (PR) no final do século XIX e em Niterói (RJ) no início do século XX (BRASIL, 2015). No Brasil, a primeira epidemia documentada clínica e laboratorialmente ocorreu em 1981-1982, em Boa Vista (RR), causada pelos sorotipos 1 e 4. Em 1986, ocorreram epidemias atingindo o Rio de Janeiro e algumas capitais da região Nordeste (BRASIL, 2009, p. 11). Desde então, a dengue vem ocorrendo no Brasil de forma continuada, intercalando-se com a ocorrência de epidemias, geralmente associadas com a introdução de novos sorotipos em áreas anteriormente indenes e/ou alteração do sorotipo predominante.

Por conta do crescente aumento da população de mosquitos do gênero *Aedes aegypti*, chegou-se à conclusão de que o mais recomendável não é a erradicação do mosquito e sim o seu controle, ou seja, a redução da densidade vetorial. Assim, o Ministério da Saúde, com a parceria da Organização Pan-Americana de Saúde, realizou um Seminário Internacional, em junho de 2001, para avaliar as diversas experiências e elaborar um Plano de Intensificação das Ações de Controle da Dengue (PIACD) tendo em vista a inviabilidade técnica de erradicação do mosquito a curtos e médios prazos estipulados no Programa de Erradicação do *Aedes aegypti* (PEAa) proposta pelo Ministério da Saúde em 1996. Mesmo assim, é importante destacar que o PEAa, embora não tenha atingido seus objetivos teve méritos ao propor a necessidade de atuação multissetorial e prever um modelo descentralizado de combate à doença, com a

em 1818. Logo verificou-se que a espécie *aegypti*, descrita anos antes, apresenta características morfológicas e biológicas semelhantes às de espécies do gênero *Aedes* – e não às do já conhecido gênero *Culex*. Então, foi estabelecido o nome *Aedes aegypti* (Cf. BRASIL, 2015).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

participação das três esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal.

Conforme José Gomes Temporão⁴, o quadro epidemiológico da dengue no país é grave caracterizando-se:

[...] pela ampla distribuição do *Aedes aegypti* em todas as regiões, com uma complexa dinâmica de dispersão do seu vírus, circulação simultânea de três sorotipos virais (DENV1, DENV2 e DENV3) e vulnerabilidade para a introdução do sorotipo DENV4. Essa situação epidemiológica tem, ao longo dos anos, apesar dos esforços do Ministério da Saúde, dos estados e dos municípios, provocado a ocorrência de epidemias nos principais centros urbanos do país, infligindo um importante aumento na procura pelos serviços de saúde, com ocorrência de óbitos. (TEMPORÃO *apud* BRASIL, 2009, p. 5)

No caso do município de Iporá-GO, existem poucos estudos acerca da temática. Mas, é importante referenciar a dissertação de mestrado de Francielle Moreira Rodrigues intitulada de Estudo retrospectivo sobre casos de dengue no município de Iporá-Goiás (2009 a 2013). Nesse trabalho, a autora conclui que o aumento da incidência dos casos de dengue ao longo do período analisado é notório.

Ficou evidente que o número de casos da doença tem relação com os períodos considerados quentes e chuvosos no município, e de ocorrência urbana, tendo em vista o alto índice de registros com o sexo feminino e em todas as faixas etárias. O perfil epidemiológico da dengue em Iporá, foi caracterizado por maior número de ocorrências na região do centro da cidade, e quadro clínico representado pela febre em todos os casos. Os critérios de diagnósticos, e a conduta utilizada se mostrou satisfatório baseado no percentual de cura em 99,83%. A incidência não esteve relacionada com o crescimento urbano ou

⁴ José Gomes Temporão é um médico sanitarista e político luso-brasileiro. Foi ministro da Saúde durante boa parte do segundo mandato do governo Lula, empossado em março de 2007 e sucedido em 1 de janeiro de 2011.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

populacional, pois tal crescimento não foi significativo durante os anos em estudo, porém, **é notório o aumento de notificações da doença ao longo dos anos** (RODRIGUES, 2015, p. 27 – Grifo nosso).

Segundo reportagem publicada no jornal Oeste Goiano em 21 de março de 2014, o município de Iporá passou a ser o primeiro lugar em casos de dengue em Goiás. Na reportagem a secretária de saúde de Iporá, Daniela Sallum, foi entrevistada. Ela afirmou que “o número é alarmante, mas que os gestores têm feito o possível, intensificando ações desde setembro do ano passado. Ela afirma que o maior foco de ação é com relação ao lixo domiciliar” (OESTE GOIANO, 2014).

De fato, em Iporá foi reforçado o serviço de soroterapia nas unidades básicas de saúde, com apoio da Regional de Saúde. Tem sido realizado mutirões de limpeza, campanhas de conscientização e inúmeros esforços de combate ao *Aedes Aegypti*. Inclusive, foi realizado no dia 23 de fevereiro de 2016 o 3º dia D de combate ao mosquito organizado pela Secretaria Municipal de Saúde de Iporá e o Corpo de Bombeiros.

Nesta ocasião, foram identificadas e delimitadas algumas situações problemas de extrema gravidade que tem dificultado o controle do *Aedes Aegypti* no município e que, por isso mesmo, foram investigadas e tratadas nesta pesquisa. Trata-se das situações consideradas como “pendências” pelo Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), tais como imóveis fechados, abandonados ou com acesso não permitido pelo proprietário.

A recorrente e injustificada recusa ou resistência em atender notificação para ações básicas de prevenção à dengue é considerada infração sanitária, cabendo o uso das medidas de Amparo Legal à Execução das Ações de Campo (BRASIL, 2002)

Estas “pendências” podem – e devem – ser objeto de interveniência da Vigilância Sanitária (VISA), bem como de outros órgãos do poder público. Uma das atribuições da VISA junto ao setor regulado é a inspeção sanitária. Por meio desta é possível: identificar

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

situações propícias ao criadouro de mosquitos; adotar as medidas educativas e/ou legais, a partir das irregularidades constatadas; comunicar as situações de risco à coordenação estadual ou municipal do programa de controle da dengue, para providências complementares; acompanhar a adequação das irregularidades constatadas (BRASIL, 2008).

A configuração de infrações à legislação sanitária e o estabelecimento das sanções respectivas estão amparadas pela Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977. No que diz respeito às doenças transmissíveis a referida lei prevê:

Art. 10 - São infrações sanitárias:

VII – impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias:

pena – advertência e/ou multa; ...

VIII – reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:

pena – advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa; ...

XXIV – inobservância das exigências sanitárias relativas a imóveis, pelos seus proprietários, ou por quem detenha legalmente a sua posse:
pena – advertência, interdição, e/ou multa;

Enfim, aos trabalhadores de vigilância sanitária é delegado pelo Estado o poder de polícia, que deve ser utilizado como ferramenta de proteção à saúde coletiva. Portanto, é preciso verificar se estas prerrogativas estão sendo cumpridas. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é conhecer e analisar os principais mecanismos de controle do *Aedes aegypti*, vetor da dengue, zika e chikungunya no município de Iporá-GO e região no período compreendido entre 2016 e 2017 e, mais especificamente, identificar, avaliar e organizar ações sociais para minimizar as situações de “pendência”; auxiliar o município

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

a organizar suas atividades de prevenção e controle, em períodos de baixa transmissão e em situações epidêmicas; formar, mediante uma abordagem metodológica de pesquisa-ação, investigadores iniciados na pesquisa científica comprometido com a função social da pesquisa, capacitando-os à linguagem, procedimento e sistematização da atividade da pesquisa.

2. Iporá no campo de análise

Iporá é um município localizado no Estado de Goiás distante, aproximadamente, 216 Km de Goiânia, capital do Estado, pela rodovia GO-060. Pela sua localização e importância a cidade de Iporá é considerada a “Capital do Oeste Goiano”.

De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO), com base nos princípios organizacionais do SUS – Regionalização e Descentralização – e no papel preponderante de coordenador do SUS Estadual é que a SES-GO define uma territorialização, descentralizando parte de suas atribuições para unidades administrativas desconcentradas, chamadas de Regionais de Saúde, responsáveis por uma determinada região, que têm como pressuposto “imprimir eficiência e efetividade à descentralização do sistema e serviços de saúde, promovendo a articulação e a otimização da oferta e do acesso às ações e serviços de saúde de forma resolutiva e equânime” (SES-GO, 2017)

Assim, constituídas dentro de uma ótica sanitária, o Estado de Goiás instituiu 5 Macrorregiões de Saúde: Centro Norte, Centro Oeste, Centro Sudeste, Nordeste e Sudoeste que juntas totalizam 18 Regiões de Saúde: Regional de Saúde Rio Vermelho, São Patrício I, São Patrício II, Serra da Mesa, Sudoeste I, Sudoeste II, Sul, Central, Centro Sul, Entorno Norte, Entorno Sul, Estrada de Ferro, Nordeste I, Nordeste II, Norte, Oeste I, Oeste II e Pireneus.

Nesse sentido, o município de Iporá está localizado na Região Oeste I, coordenada

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

pela Dr^a. Célia Alves Barros e composta por 16 municípios jurisdicionados: Amarinópolis, Aragarças, Arenópolis, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Diorama, Fazenda Nova, Iporá (com a maior população – 32.169 habitantes), Israelândia, Ivolândia, Jaupaci, Moiporá (com a menor população – 1.724 habitantes), Montes Claros de Goiás, Novo Brasil, Palestina de Goiás e Piranhas. No caso de Iporá, a pessoa responsável pela Secretaria de Saúde, Meio Ambiente e Saneamento Básico é a Dr^a. Daniela Sallum.

Ao consultar as planilhas do Sistema de Monitoramento e Georreferenciamento em Tempo Real da Ação “Goiás contra o Aedes” foi possível verificar em relação a porcentagem de imóveis com foco do Aedes Aegypti em janeiro de 2016, um dos períodos de maior incidência, que 10 (dez) municípios da Regional de Saúde Oeste I apresentaram alto risco (> 4): Aragarças (4,10%), Arenópolis (5,43%), Baliza (4,01%), Bom Jardim de Goiás (5,64%), Diorama (6,13%), Israelândia (4,87%), Jaupaci (7,01%), Montes Claros de Goiás (7,76%), Novo Brasil (6,52%) e Piranhas (6,32%), 6 (seis) municípios apresentaram médio risco (> 0 à 4): Amarinópolis (3,72%), Fazenda Nova (3,97%), Iporá (2,13%), Ivolândia (2,82%), Moiporá (3,32%) e Palestina de Goiás (2,74%). Nenhum município apresentou baixo risco (0). Os municípios que apresentaram maior porcentagem de imóveis com foco neste período foram Montes Claros de Goiás (7,76%) e Jaupaci (7,01%). Já os municípios que apresentaram menor porcentagem de imóveis com foco foram Iporá (2,13%) e Palestina de Goiás (2,74%). Cabe observar ainda que a porcentagem de imóveis fechados é muito elevada, sendo que em alguns municípios estes índices chegaram a 50,80% (Montes Claros de Goiás) e 32,65% (Amarinópolis). Quanto a porcentagem de visitas recusadas, nenhum município atingiu a marca de 1%. No entanto, a soma de todas as visitas recusadas nos municípios da Regional de Saúde Oeste I resultou em 38. Somente no município de Aragarças foram 17 (dezesete) visitas recusadas.

No ano seguinte, janeiro de 2017, verificou-se que apenas 2 (dois) municípios da

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Regional de Saúde Oeste I apresentaram porcentagem de imóveis com foco de alto risco (> 4): Amarinópolis (4,25%) e Baliza (4,03%). Os demais municípios apresentaram porcentagem de imóveis com foco de médio risco (> 0 à 4): Aragarças (0,76%), Arenópolis (1,51%), Bom Jardim de Goiás (2,34%), Diorama (3,58%), Fazenda Nova (0,67%), Iporá (0,70%), Israelândia (1,61%), Ivolândia (1,29%), Jaupaci (2,10%), Moiporá (1,64%), Montes Claros de Goiás (3,00%), Novo Brasil (1,10%), Palestina de Goiás (1,40%) e Piranhas (1,75%). Da mesma forma que em 2016, em janeiro de 2017 nenhum município apresentou baixo risco (0). Cabe observar ainda que a porcentagem de imóveis fechados diminuiu em relação a 2016 sendo que o maior índice de 2017, Amarinópolis (18,19%), está muito distante do maior índice apresentado em 2016, Montes Claros de Goiás (50,80%). Quanto a porcentagem de visitas recusadas, da mesma forma que em 2016, nenhum município atingiu a marca de 1%. No entanto, a soma de todas as visitas recusadas nos municípios da Regional de Saúde Oeste I em janeiro de 2017 resultou em 22, ou seja, 16 a menos que em 2016.

Portanto, ao comparar os dados referentes a janeiro de 2016 e janeiro de 2017 fornecidos pelo Sistema de Monitoramento e Georreferenciamento em Tempo Real da Ação “Goiás contra o Aedes” foi possível verificar uma sensível melhora nos indicadores da Regional de Saúde Oeste I.

No caso do município de Iporá, foi possível perceber que este permaneceu no grupo de municípios com porcentagem de imóveis com foco de médio risco tendo, inclusive, diminuído seu índice passando de 2,13%, em janeiro de 2016, para 0,70%, em janeiro de 2017. Além disso, resolveu uma situação problema em 2017 tendo trabalhado mais imóveis (16.366) do que o número de imóveis existentes (16.075). Assim, a porcentagem de imóveis trabalhados chegou a 101,81%. Bom lembrar que em 2016 o número de imóveis trabalhados (6.647) foi bem menor que o número de imóveis existentes (10.081), ou seja, apenas 63, 95% dos imóveis foram trabalhados em 2016. Além disso, o número

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

de imóveis fechados mais que duplicaram passando de 1.732 imóveis fechados (2016) para 3.553 imóveis fechados (2017), enquanto o número de visitas recusadas mais que triplicaram passando de 3 (três) visitas recusadas (2016) para 10 (dez) visitas recusadas (2017). Por último, cumpre destacar que o número de imóveis recuperados também aumentou muito, passando de apenas 3 em 2016 para 176 em 2017.

De forma geral, pode-se concluir que o município de Iporá avançou no controle da população de mosquitos do gênero *Aedes aegypti* no período compreendido entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. Entretanto, as situações consideradas como “pendências” pelo Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), tais como imóveis fechados, abandonados ou com acesso não permitido pelo proprietário demandam maior atenção por parte do poder público.

Quanto a Regional de Saúde Oeste I, apesar de todas as conquistas apresentadas no período em análise, voltou a expor suas fragilidades. Conforme o Boletim Epidemiológico da Dengue emitido pelo *Conecta SUS Zilda Arns Neumann*⁵, todos os 246 municípios do Estado de Goiás informaram a incidência da dengue, sendo que nas semanas 32 a 35 de 2017 registrou-se 1 município com alto risco, 3 municípios com médio risco e 242 com baixo risco. Importante observar que entre os municípios com maior coeficiente de incidência de dengue (número de casos por 100.000 habitantes) no Estado de Goiás, durante as semanas 32 a 35 de 2017, foram classificados em primeiro e segundo lugar dois municípios da Regional de Saúde Oeste I. O primeiro, Palestina de Goiás com 15 casos registrados, coeficiente de incidência de 429 e classificação de alto

⁵ A Lei 12.527/11 dispõe sobre a obrigatoriedade da União, Estados e Municípios de garantir o acesso às informações. Prevê, em outras palavras, que qualquer pessoa, física ou jurídica, tenha assegurado o seu direito de recebimento das informações públicas dos órgãos e entidades. Seguindo esta diretriz, o Conecta SUS disponibiliza os indicadores de saúde do Estado de Goiás de forma online e para download, criando um canal de transparência e uma fonte de informação para comunidade acadêmico-científica. Para maiores informações, acesse: <http://www.conectasus.go.gov.br/>.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

risco. O segundo, Arenópolis com 9 casos registrados, coeficiente de incidência de 294 e classificação de médio risco.

Em relação ao município de Iporá, a secretária de saúde, Daniela Sallum, afirmou que os gestores têm feito o possível para controlar a população de mosquitos do gênero *Aedes aegypti*. Segundo ela, “o maior foco de ação é com relação ao lixo domiciliar” (OESTE GOIANO, 2014).

Neste caso, é importante destacar que a Lei nº 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é bastante atual e contém instrumentos importantes para verificar o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, socioeconômicos e de saúde decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a referida Lei

[...] Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado). Institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo e pós-consumo. **Cria metas importantes que irão contribuir para a eliminação dos lixões e institui instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microregional, intermunicipal e metropolitano e municipal;** além de impor que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (MMA, 2017 – Grifo nosso).

De acordo com o art. 55 da Lei nº 12.305 de 2010, “o disposto nos arts. 16 e 18 entra em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei”. Ou seja, caberia aos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

estados e municípios, nos termos previstos na referida lei, elaborar os planos estadual e municipal de resíduos sólidos, respectivamente, como condição para terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. No caso dos municípios e Distrito Federal, o artigo 18 afirma:

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. (Vigência)

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que:

I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;

II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo (BRASIL, 2010)

Já se passaram 7 (sete) anos desde a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e foi possível verificar que nem todos os municípios da Regional de Saúde Oeste I se adequaram a legislação vigente. Conforme pesquisas realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente com as unidades da federação, ano de referência 2015, apenas 3 (três) municípios da Regional Oeste de Saúde I possuíam Plano de Gestão Integrada de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Resíduos Sólidos (PGIRS): Diorama, Montes Claros de Goiás e Novo Brasil. Entretanto, o nível de abrangência destes planos é muito limitado, ou seja, o próprio município. Dessa forma, foi possível verificar também que os municípios que elaboraram seus planos não optaram por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal. A observância do art. 18, § 1º, inciso I poderia priorizar o acesso aos recursos da União. Finalmente, ainda cumpre destacar que os resíduos sólidos urbanos coletados em todos os municípios da Regional de Saúde Oeste I ainda é depositada de forma totalmente inadequada, ou seja, em lixão.

Conforme a Lei nº 12.305/10, o prazo para encerramento de lixões no Brasil era dia 02 de agosto de 2014. Esse prazo é parte das metas dos planos estaduais ou municipais de resíduos sólidos, que devem prever desde a distribuição ordenada de rejeitos em aterros, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública, à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos, até a coleta seletiva e metas de redução da geração de resíduos sólidos. Portanto, os resíduos já deveriam ter uma disposição final ambientalmente adequada em todo país, mas a problemática de que tratada esta pesquisa é que muitos municípios ainda não conseguiram se adequar às novas exigências legais.

3. Considerações finais

Considerando que é preciso controlar a população de mosquitos do gênero *Aedes aegypti*, verificou-se, no caso da Regional de Saúde Oeste I, que houve avanços e recuos. No entanto, é preciso avançar muito mais. Nesse sentido, o que se propõe é o enfrentamento do problema de forma sistemática, democrática e participativa.

O poder público e a comunidade iporaense tem feito sua parte. Como exemplo, vale destacar o projeto “Adote sua Ilha”. A Prefeitura de Iporá, através da Secretaria de Obras, Transportes e Ação Urbana juntamente aos moradores do setor Brisa da Mata finalizaram

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

a obra de revitalização de canteiros centrais no local. O serviço consistiu no plantio de grama esmeralda visando promover a convivência entre as pessoas, melhorar o paisagismo no local e a “prevenção contra dengue, evitando o surgimento de criadouros do mosquito *Aedes aegypti*” (PREFEITURA DE IPORÁ, 2017). É importante destacar que a notícia sobre o projeto “Adote sua Ilha” encerra com uma espécie de apelo e também de alerta à população:

Fiquem atentos! O período chuvoso está de volta, e o mosquito da Dengue entra em ação, vamos continuar firmes junto com a Prefeitura Municipal na luta contra esse mal. Faça sua parte, ajude a combater o mosquito. Colabore também não colocando o lixo em árvores, ou nos canteiros centrais, utilize as lixeiras da Prefeitura ou Particulares. FAÇA A SUA PARTE! (PREFEITURA DE IPORÁ, 2017)

Outro exemplo, seria a criação o curso de “Educação Ambiental: a questão do lixo em Iporá”⁶. Trata-se de uma iniciativa dos professores Marcello Rodrigues Siqueira e Suzana Rodrigues Floresta junto a Universidade Estadual de Goiás em parceria com a Prefeitura Municipal e o Rotary Club de Iporá.

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) compartilha a missão de Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), por intermédio do

⁶ Importante destacar que este curso foi criado em atendimento a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Conforme art. 1°, “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. Cf. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em 7 de setembro de 2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

qual a PNEA deve ser executada, em sinergia com as demais políticas federais, estaduais e municipais de governo. Dentro das estruturas institucionais do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério da Educação (MEC), o ProNEA compartilha da descentralização de suas diretrizes para a implementação da PNEA, no sentido de consolidar a sua ação no Sisnama.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. (BRASIL, Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999).

Portanto, a educação ambiental é uma política pública e, em conformidade com o art. 16, “os estados, o distrito federal e os municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (Op. cit.).

Finalmente, espera-se que os bons exemplos prosperem; que o poder público, os empresários e a comunidade em geral assumam suas responsabilidades em relação a Educação Ambiental; que a Prefeitura de Iporá, em especial, opte por uma solução consorciada intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos e, principalmente, que elabore, implemente e fiscalize a execução do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS); que a Secretaria Estadual de Saúde, a Regional de Saúde Oeste I, a Secretaria Municipal de Saúde prossigam com seus trabalhos. Dessa forma, poder-se-á avançar ainda mais não somente em relação ao controle do *Aedes aegypti*, mas na

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental e a justiça social e no apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável.

Referências

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos>>. Acesso em 7 de setembro de 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Programa Nacional de Educação Ambiental*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental>>. Acesso em 7 de setembro de 2017.

_____. Ministério da Saúde. *Sobre o Aedes Aegypti: Orientação e Prevenção*. Portal da Saúde. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/links-de-interesse/301-dengue/14610-curiosidades-sobre-o-aedes-aegypti>>. Acesso em 15 de março de 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei N° 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em 7 de setembro de 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em 7 de setembro de 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 160 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Recomendações Técnicas para o controle da dengue pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária*. Brasília: ANVISA, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD)*. Brasília: Ministério da Saúde, 24 de julho de 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
ESTADO DE GOIÁS. Secretaria de Estado da Saúde (SES/GO). *Boletim Epidemiológico da Dengue*. Disponível em: <<http://www.conectasus.go.gov.br/indicadores-de-saude/>>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Saúde (SES/GO). *Planilhas Goiás contra o Aedes - Total Acumulado*. Disponível em: <<http://www.conectasus.go.gov.br/planilhas-goias-contra-o-aedes/>>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Saúde (SES/GO). *Gerência das Regionais de Saúde e Núcleos de apoio*. Disponível em: <<http://www.saude.go.gov.br/page/42/regionais-de-saude>>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

OESTE GOIANO. *Iporá passa a ser primeiro lugar em casos de Dengue em Goiás*. Iporá: Oeste Goiano, 21 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.oestegoiano.com.br/noticias/saude/ipora-passa-a-ser-primeiro-lugar-em-casos-de-dengue-em-goias>>. Acesso em 15 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORA. Diretoria de Comunicação. *Moradores do Setor Brisa da Mata aderiram ao projeto "ADOTE SUA ILHA" em Iporá*. Iporá, 2017. Disponível em: <<http://ipora.go.gov.br/new/2017/02/14/moradores-do-setor-brisa-da-mata-aderiram-ao-projeto-adote-sua-ilha-em-ipora/>>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

_____. Diretoria de Comunicação. *Hoje dia 23 de fevereiro está acontecendo o 3º Dia "D" de combate ao mosquito Aedes Aegypti*. Iporá, 2016. Disponível em: <<http://ipora.go.gov.br/novo/index.php/noticias>>. Acesso em 15 de março de 2016.

RODRIGUES, Francielle Moreira. *Estudo retrospectivo sobre casos de dengue no município de Iporá-Goiás (2009 a 2013)*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Mestrado em Genética. Goiânia: PUC,



Universidade
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

2015.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**JUVENTUDE E POLÍTICA: ABORDAGENS SOBRE AS REIVINDICAÇÕES
DE 2013 NO BRASIL
ANALOGIA ÀS MANIFESTAÇÕES QUE OCORRERAM EM 1968**

Roneide Maria Vaz (UFG/RC)¹

Resumo: O trabalho tem como proposta analisar as reivindicações políticas no Brasil a partir da participação da juventude, nas manifestações de 2013. Para compreender a função social da classe juvenil, busquei-me referenciar aos acontecimentos ocorridos no ano de 1968, em que muitos integrantes dessa faixa etária foram idealizados como revolucionários, no sentido de estabelecer ações contra governos autoritários, à sociedade e as regras patriarcais, buscando autonomia e hegemonia sobre as condutas tradicionais. A partir desse contexto, identificamos que a juventude marcou presença entre vários movimentos, em vários episódios históricos e através de suas lutas sociais se constituindo enquanto sujeitos sociais que vêm agindo no transcorrer dos tempos. Demonstramos as particularidades dos atores sociais que estiveram nos protestos de ruas em 2013, as suas atuações nos manifestantes, juntamente com as suas principais organizações, suas articulações via redes sociais e as suas multiplicidades de demandas, que almejavam liberdade, ao expressarem seus objetivos em defesa da coletividade vinculada aos princípios de direito e de cidadania.

Palavras-chave: Juventude; Reivindicações 2013; Reivindicações 1968.

Introdução

Nossa discussão neste trabalho busca entender as participações da juventude em dois momentos específicos da história brasileira: em 2013, com o intuito de descrever os acontecimentos para o desenvolvimento do trabalho, e em 1968, para fundamentar com legitimidade de que os movimentos sociais e a ação da juventude estiveram presentes em vários episódios históricos, entre várias nacionalidades do mundo, inclusive no Brasil.

¹Graduada em Geografia (UFG), Mestranda em História (UFG). Contato: roneidevaz@hotmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Nesse sentido, foi necessário esclarecer que a classe juvenil foi e ainda é vista como uma geração que pode promover mudanças através de suas lutas e que, através de suas reivindicações, são capazes de romper regras impostas por governos, pela sociedade, por dogmas religiosos, reforçando a ideia de que por meio das reivindicações podem ser traçadas novas oportunidades nos contextos sociopolítico e cultural. Gohn (2015) ao analisar as manifestações de 2013, adverte-nos que uma das questões discutidas, nesse momento, foi à questão da democracia. Enfatiza, ainda, que os novos movimentos sociais são considerados como um processo de transição, no sentido de contemplar mais como um movimento político, assim afirma que “A política como arte de construção do bem comum” (GOHN, 2015, p. 65).

Mediante esse contexto buscamos entender a historicidade dos jovens entre as intervenções políticas e sociais, em que buscaram concretizar suas idealizações e os interesses coletivos em várias formas de protestos, enfrentando adversidades que perpassaram à época em sua sociedade. Entendemos esse grupo de pessoas proporcionaram diversos cenários moldados pelas lutas sociais, e foi às ruas expor suas ideias, frustrações e desejos, entre vários momentos históricos puderam sucumbir o mundo como os seus protestos contra guerras e aos sistemas ditatoriais e por mudanças nos comportamentos conservadores. Esses acontecimentos fizeram com que a juventude saísse de sua normalidade em busca de novas ideologias e princípios por mudanças.

Scherer-Warren (2014) ao refletir sobre a importância social da juventude, entre vários momentos históricos, nos contextos das revoluções sociais e culturais, corrobora ao demonstrar que a juventude é muito idealista e, na maioria das vezes, almeja mudar o mundo, o sistema político e relações do cotidiano.

Nessa perspectiva - a de entender a participação da juventude nas manifestações de 2013 em diálogo com o período de 1968 - buscamos algumas explicações baseadas na temporalidade do decorrer do século XX. A pesquisa fora do recorte temporal (o ano de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

68) é explicar que a juventude e as lutas sociais tiveram ocorrências em outros momentos e que a juventude sempre esteve presente.

Hobsbawm (1995) sintetiza com categoria que o ano de 68 foi um período ímpar da história da juventude, entre os quatro cantos do mundo. Este autor informa que as ideologias desse grupo na década de 60 foram baseadas em realidades que antecederam nos astros de cinemas, do rock e em outras modernidades advindas à época, que serviram de inspirações para que os jovens buscassem sua autonomia na forma de vestir, no pensar, nos estilos musicais e em outros comportamentos que lhes trouxeram autonomia e libertação das condutas tradicionais.

Para Eley (2005), o ano de 1968 contextualiza a juventude nos movimentos políticos, além de ter sido, essencialmente, considerado como um portal para o futuro, ao promover o novo radicalismo na história dos movimentos, que até então não havia acontecidos na história. Ainda estabelece que os movimentos de 1968 foram fracassados, mas nem por isso não perderam suas marcas históricas, que concretizaram os sujeitos participantes enquanto sujeitos sociais.

Nessa perspectiva de entender os sujeitos que estiveram presentes nas manifestações de 2013, descrevemos abaixo nossas reflexões acerca das principais organizações e lideranças que se deflagraram nos protestos de ruas, denominados de “Manifestações de 2013”. Segundo Gohn (2015, p. 71, grifos da autora), “o termo “manifestações” ficou como um marco de referência na memória do país”.

Manifestações de 2013: por que e quem e porquê foram às ruas?

Ao falar sobre as manifestações ocorridas em 2013, de imediato surgem várias interrogativas a respeito desse acontecimento, como: a) os principais motivos que levaram tantos jovens às ruas?; b) como se posicionaram nas mobilizações?; c) por quais motivos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

deflagraram os protestos, levando uma pluralidade de demandas para às ruas?; e d) quais organizações marcaram suas presenças nos espaços urbanos, trazendo sua legitimidade nos atos reivindicatórios?. A partir dessas interpelações, sintetizaremos o desenrolar dos protestos de ruas que fizeram o ano de 2013 ser um marco na história da política, da juventude e da sociedade brasileira.

Para tentar compreender a participação da juventude nos protestos de ruas de 2013, Gohn (2015) analisa algumas informações das pesquisas do Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE) para traçar o perfil dos manifestantes. Com base em uma pesquisa nacional em 20 de junho de 2013, que colheu um total de 2002 entrevistas, verificou-se que a idade predominante dos protestantes era entre 14 a 29 anos. Segundo a autora, nos percursos das mobilizações dois motivos foram relevantes aos protestos: 1) o transporte público e 2) o ambiente político em defesa dos direitos e da democracia.

As manifestações de 2013, ao tomarem as ruas como palco das mobilizações, mostraram que os integrantes dos atos de protestos apresentavam uma singularidade no que diz respeito ao motivo deflagrador dos atos, que resumia em defesa do transporte público. Consagrando-se em uma organização, que já havia mostrado a sua legitimidade em ações em anos anteriores, passou a ser denominada de Movimento Passe Livre (MPL).

Gohn (2015) explica que as reivindicações por transporte público existiam a décadas, mas foi no mês de junho do ano de 2013 que os atos dessa organização se tornaram mais frequentes, em razão dos preços abusivos das passagens nos transportes públicos.

A autora informa, ainda, que o início das mobilizações foi em junho, na cidade de São Paulo, “[...] 1º ato de protesto em São Paulo contra o aumento da tarifa de transportes no dia 6 de junho [...]”.

Scherer-Warren (2014) ao analisar as manifestações de 2013, traz a historicidade dessa organização que tiveram vínculos organizacionais com a juventude, desde o ano de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

2003, que ficou conhecida como a Revolta do Buzu². Informa, também, que essa organização começou a se destacar nacionalmente após o ano de 2005, com a sua fundamentação no Fórum Social Mundial³. Quanto ao ano de 2013, a autora sintetiza que:

[...] indicam esse início numa nova temporada de reivindicações do MPL a partir de fevereiro de 2013, quando, em Porto Alegre, o Bloco de Luta por um Transporte Público reuniu cerca de 200 pessoas, contra o novo aumento do preço da passagem, a qual, assim mesmo, aumentou uma semana após (SCHERER-WARREN, 2014, p. 418).

Inicialmente, ao retratar as manifestações em 2013, acreditamos que houve o surgimento de um movimento espontâneo, impulsionado pelos meios de comunicações, em especial pelas redes sociais e pelos dispositivos modernos dos aparelhos celulares, que conecta o usuário aos acontecimentos de forma instantânea. Diante das primeiras articulações dos participantes, percebemos que os ativistas que estavam às ruas tinham como objetivo único à defesa do transporte público, o Movimento Passe Livre (MPL).

Essas condições proporcionaram uma participação ativa dos cidadãos em diversas cidades do país, em razão do descontentamento com os preços das passagens que sofriam reajustes constantemente. Mas o estopim para que essas aclamações tornassem mais fervorosas foi o aumento dos transportes públicos na capital paulista e carioca, aprovadas pelos prefeitos da grande São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro. Conforme ficou

² A Revolta do Buzu ocorreu em Salvador, ocorrida no ano de 2003, inspirou manifestações em todo o país. Em agosto de 2003, o aumento abusivo no preço da passagem do transporte público na capital baiana desencadeou uma das maiores manifestações já vistas que reivindicava o passe livre estudantil. Disponível em: <<https://memorialatina.net/2013/08/13/a-revolta-do-buzu-salvador-10-anos-de-luta-pelo-passe-livre/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

³ *Fórum Social Mundial-2005: Trajetória e Memória de um Movimento Global*, na cidade de Porto Alegre-RS. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,forum-social-mundial-define-temas-e-muda-de-lugar-em-2005,20041115p38250>>. Acesso em: 15 maio 2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

sintetizado na pesquisa de Yamamoto (2016), no dia 2 de junho, Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores - PT) e Eduardo Paes (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB) estabeleceram o aumento de vinte centavos⁴ sobre o preço de R\$3, em São Paulo e de R\$2,75 no Rio de Janeiro.

Após alguns dias de protestos nas ruas, percebemos que as manifestações tinham alterado as suas configurações em relação aos participantes e suas pautas. Nesse sentido, as manifestações de 2013 tornaram mais amplas, tanto em número de participantes quanto ao número de demandas que estavam nas ruas para serem mostradas como pautas reivindicativas, não se restringindo mais apenas aos protestos do MPL. Embora essa organização fosse protagonista entre vários momentos de protestos do ano em análise, os cenários democráticos promovidos pelo MPL, nos espaços urbanos, proporcionaram aberturas para que outras demandas sociais se destacassem em meio às multidões, contemplando uma multiplicidade de lutas sociais, conhecidas como as demandas plurais, condizentes as realidades de vários grupos ali presentes, vinculadas a não aplicabilidade das políticas públicas adequadas.

Desse modo, as manifestações se configuraram com uma multiplicidade de sujeitos ativos e que suas vozes e seus atos direcionavam os protestos contra o sistema político, contra a economia, por uma infinidade de demandas sociais, tais como, educação, moradia, segurança, saúde, entre outras. Enfim, as manifestações não somente atendiam ao apelo do transporte público, tornaram-se um espetáculo, onde os protestos eram contra tudo. Para essa fase, Gohn (2014, p. 432) expõe que “O que os motiva é um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política de dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal, assim como as prioridades nas obras e ações selecionadas e seus efeitos na sociedade”.

⁴ Mais informações. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/entenda-os-protestosem-sp-contra-aumento-das-tarifas-do-transporte.html>>. Acesso em: 12 maio 2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Ao pontuarmos sobre as organizações que estiveram presentes nas manifestações de 2013, levamos em consideração três formas de representações nos protestos. A primeira é o Movimento Passe Livre (MPL), a organização protagonista dos acontecimentos nos protestos, pois não atuaram somente em defesa dos transportes, evidenciaram também as discussões da democracia.

No transcorrer da segunda quinzena do mês de junho, presenciamos nas ruas e/ou nos meios de comunicações, especialmente pela internet e pelas emissoras de TVs, a presença de uma forma de ativismo que se destacaram pelo uso da violência simbólica, atrelados à concepção de ir contra ao capitalismo e ao processo de globalização: os chamados Black Bloc. Para Gohn (2015, p. 56), “Os Black Blocs representam uma das parcelas dos participantes das manifestações em junho”.

A terceira presença de destaque nas manifestações foram os integrantes do midiativismo, conhecido como Mídia Ninja, que através de suas interconexões via redes sociais praticavam um jornalismo independente, tendo a função de divulgar os acontecimentos em tempo real para a sociedade brasileira e para o mundo. Independentemente de qualquer ação, a proposta do grupo era transmitir ao público os reais acontecimentos nos protestos. Andrade (2016) sobre a Mídia Ninja nos protestos em 2013 afirma que “As redes sociais on-line promoveram [...] o sustentáculo da manifestação individual das vontades, desejos, pensamentos e reflexões, por meio, é claro, de uma performance que expôs as faces de acordo com determinadas intenções (ANDRADE, 2016, p. 76).

Revolta popular versus atos de violência

A objetividade dos protestos de ruas promovidos pelo MPL era que acontecesse de forma pacífica, entretanto o que foi planejado pela organização não aconteceu, devido à

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

interferência do Estado, com o intuito de inibi-los e desestruturar as manifestações. Mas essas ações de intervenções dos policiais tornadas públicas, através das postagens instantâneas feitas pelos manifestantes ou por outros participantes, contribuíram para que a organização MPL se fortalecesse enquanto uma organização e, a cada dia, novos públicos e simpatizantes da defesa do transporte público foram às ruas, estruturando uma multidão de pessoas. Gohn (2015, p. 23) afirma que o “4º ato marcaram a virada da opinião pública às manifestações e adesão de milhares de pessoas que passam a ir às ruas nos atos seguintes”.

Scherer-Warren (2014) dialoga nesse mesmo sentido, ao mostrar que os atos de violências praticadas pelas autoridades tornaram efeitos contrários, ao invés de promover o esvaziamento das ruas, tornaram-se mais numerosas em público participantes. A imposição do Estado sobre o processo de inibir os manifestantes puderam dimensionar as manifestações com mais ênfase, no sentido que ao acontecer às interferências dos policiais e a divulgação das cenas, houve ainda mais a concretização do grupo MPL, em suma “Após a repressão policial, a motivação para a mobilização se ampliou em termos de participantes e de abrangência territorial nas manifestações seguintes, especialmente nas ocorridas em São Paulo e em várias outras cidades brasileiras de 17 a 29 de junho de 2013” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 425).

Scherer-Warren (2014) acresce, ainda, sobre a questão da violência nos protestos, em que descreve que os atos violentos entraram em cena nas manifestações de ruas por duas vias: as dos policiais, impostas pelo Estado, agindo várias vezes de forma brutal com todo aparato da repressão e a violência simbólica, com a tática do movimento Black Bloc. O ciclo da violência passou a imperar em vários momentos do final do mês de junho, favorecendo, nesse período, para que houvesse um afastamento da grande massa popular presentes nas ruas de várias cidades do país.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A violência entrou em cena nos protestos de 2013, ofuscando o cenário que antes evidenciava um espaço democrático, de liberdade e sem repressão. Foram muitas indignações que impulsionaram a multidão ir às ruas e, ao mesmo tempo, serem barrados para não se manifestarem. De certa forma, as reivindicações condiziam à realidade das práticas dos governantes e muitos deles não pensaram que a democracia se faz com os movimentos, tentaram impedi-los, colocando as polícias militares à frente das situações, para que impulsionasse com suas ações de ordem o afastamento do público das ruas. Segundo Scherer-Warren (2014, p. 419), “O direito ao exercício da cidadania, da voz e da opinião pública a partir do povo propriamente dito era o que estava em jogo. Esse foi um sentimento que se transformou numa articulação discursiva de defesa da participação cidadã [...]”.

Diante do exposto, pudemos entender que as manifestações que ocorreram em 2013 foram marcadas por uma explosão geral contra os governantes, contra o sistema político e contra o modo de fazer política. Os protestos nas ruas revelaram uma profunda intolerância em relação aos desmandos e aos desvios das condutas dos representantes políticos e as realidades vividas pelos brasileiros. Por isso que houveram várias tentativas de frear os protestos por parte das autoridades. Scheren- Warren (2014, p. 419) a este respeito enfatiza que “o repúdio à repressão legitimada pelo Estado, por um lado, e a solidariedade à liberdade de expressão da cidadania, por outro, formaram o mote para a ampliação das manifestações em todo o país”.

O que os manifestantes queriam eram demonstrar que as realidades estavam absolutamente em desacordo nos processos políticos e econômicos. As situações estavam exacerbadas e as condutas democráticas precaviam que toda a população tinha o poder de ir às ruas protestarem. Os apelos populares levantaram os ânimos de vários grupos de brasileiros que, também, levaram outras pautas às ruas. Às vezes, de maneiras

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

improvisadas davam seus recados escritos em cartazes ou em outros suportes para que pudessem expor os seus anseios e frustrações.

Considerações finais

Partimos da concepção de que as mobilizações em geral são extremamente importantes, para que sujeitos sociais possam exercer o seu empoderamento perante a sociedade na qual está inserida. Nesse caso específico, ressaltamos que a juventude entre vários momentos deixaram suas marcas em vários episódios. Ao retratarmos as manifestações de 2013, destaca-se a importância dos jovens terem ido às ruas, muitos estavam em uma manifestação pela primeira vez, pois suas ações nos protestos contribuíram para que a sociedade demonstrasse uma nova visão de cidadania e um despertar político.

Entendemos que as manifestações apresentaram alguns impactos positivos, embora não estejamos aqui para levantar possíveis conclusões. Sob a ótica da positividade, percebemos que as manifestações de 2013 abriram espaços nas ruas para que a sociedade expressasse suas indignações em relação aos desmandos que vinham ocorrendo em nosso país, nas políticas públicas, nas organizações partidárias e seus representantes e outras carências sociais. Conforme afirma Gohn (2015, p. 12), “Os coletivos e as manifestações têm sido grandes laboratórios de experimentação sobre nova forma de operar a política”. Percebemos que as interações das manifestações de 2013 foram favorecidas pelas redes sociais, visto que a maioria dos participantes possuíam aparelhos de celulares e outras tecnologias que pudessem propagar as informações e as convocações para os protestos em tempo real. Isso, de certa forma, aumentou o número de participantes e público em geral em várias cidades do Brasil, além do reconhecimento internacional dos protestos em nosso país.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

No decorrer das manifestações vimos que as mobilizações tornaram múltiplas, no sentido de apresentar verticalização de demandas que surgiram entre as multidões. Nos aglomerados urbanos, a organização do MPL, inicialmente, se posicionou como protagonista dos atos, mas, posteriormente, apareceram uma pluralidade de pautas relacionadas aos contextos econômicos, sociais e culturais. Tiveram presenças, também, de outros integrantes, com outras formas de ativismo, nesse caso, destacamos o Black Bloc, com sua tática de atingir o cerne do capitalismo, e o Mídia Ninja, que promoveram uma forma de jornalismo independente das mídias tradicionais.

Para finalizar, enfatizamos que as manifestações são exercícios da cidadania. Os protestos que se iniciaram com o MPL, em 2013, ganharam proporções e filiados em razão de não existir uma organização sólida nos contextos das políticas públicas e da cidadania. Foi por este motivo que a sociedade buscou, através de suas ações participativas, os seus direitos preestabelecidos nos moldes da democracia.

Em relação à juventude, entendemos que esse grupo de participantes fez o seu papel enquanto sujeitos sociais e questionadores dos fatos. Mas a sociedade não foi unânime em relação ao pré-julgamentos dessa classe, pois, de acordo com Gohn (2015, p. 142), “Apesar da intensa participação dos jovens nos eventos recentes, [...] o impacto na sociedade apresenta visibilidade contraditória. Ora são heróis, glorificados como a boa-nova, o futuro; ora criticados violentamente, descaracterizados como vândalos, ingênuos.[...]”. O que se torna relevante na pesquisa não é fazer julgamentos a favor ou contra, mas, sim, demonstrar que os movimentos sociais têm autenticidades nos contextos existentes, como os ocorridos em 2013.

Referências

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

ANDRADE, Antonio Augusto Braihi. *Análise do discurso midiativista: uma abordagem às transmissões simultâneas do Mídia Ninja*. 2016. 655 f. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RMSA-AHGG2X>>. Acesso em: 15 maio 2018.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, maio./ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000200013&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 maio 2018.

_____. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2015.

_____. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. *Revista Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=16100&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 15 maio 2018.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

SHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a12v27n71.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2018.

522

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

Terra, Trabalho e Dignidade: As
Metamorfoses do Capital e o Trabalho
Escravo Contemporâneo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**TRANSIÇÃO DO REGIME DE TRABALHO, A IMIGRAÇÃO E A
TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE EUGÊNICA EM
MEADOS DO XIX.**

Amanda Porto Ribeiro (IFES)¹

Resumo: O presente artigo surge da necessidade de uma resposta crítica ao modelo historiográfico produzido, até então, acerca da imigração, a substituição de mão de obra escrava e a “linha de cor” empregada pelo modelo filosófico moderno-colonial. O sentimento inquietante que essa reflexão impõe faz buscar, em meio ao baú dos silêncios sentenciado pelo colonizador, um novo olhar e perspectiva, onde o colonizado aparece como sujeito ativo no processo de colonização em meados do XIX. O objetivo deste artigo, portanto, é compreender, através de outro ângulo, como se desenvolveu, na esfera nacional e mais especificamente no Maranhão, a entrada de imigrantes estrangeiros e a substituição do trabalho escravo pelo livre dentro do discurso elitista dominante da época, que enxergava na imigração a solução para a alegada “inaptidão” do nacional ao trabalho livre.

Palavras-chave: Imigração; Século XIX; Maranhão; Escravo;

Introdução

O presente artigo parte da necessidade insurgente de outro modo de contar e ler a história através de uma nova perspectiva, onde os oprimidos pelo sistema colonial serão reconhecidos e incluídos como atores principais, não como meros agentes passivos dentro do processo eurocêntrico de colonização (WALSH, 2009, p.13). Nesse ínterim, utilizamos um dos conceitos que mais segregou as sociedades coloniais: a raça. Dentro da matriz colonial, o conceito de raça sempre foi elemento diferenciador e constitutivo nas relações de dominação da sociedade colonial.

Para legitimar a prática de dominação colonial, a filosofia moderna se justificava através da sua generosidade para com os “menos desenvolvidos”, a quem dariam a

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: amandap.ribeiro@hotmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

“civilidade”. Ademais, como dito anteriormente, hoje há uma necessidade, por parte dos historiadores sul-americanos, os colonizados, mostrarem ao padrão eurocêntrico do fazer historiográfica uma história e historiografia próprias, diferente da utilizada há séculos dentro perspectiva colonial.

Durante muito tempo foi reproduzido na escrita historiográfica de quem estuda a colonização estrangeira no Brasil, no século XIX, que o principal motivo da introdução das políticas de imigração devia-se à inaptidão do nacional ao trabalho. Entretanto, os porquês das origens e motivações, que por muito a nossa historiografia ignorou por desatenção ou facilidade de localização dos discursos, moldaram a mentalidade e, conseqüentemente, refletem no agir de determinado período.

Transformar o pensamento coletivo acerca do trabalho, repensando as formas em como era empregado em uma sociedade com base escravocrata desde os tempos coloniais, não é tarefa simples e isso logo foi sentido pela elite política como um todo. O desequilíbrio criado nas condições existenciais do sistema escravista forjou os universos mentais e as práticas sociais de forma profunda. Surge daí a compreensão de que libertar os escravos era, antes de tudo, perder o prestígio que os senhores haviam construído ao longo de séculos e torná-los iguais aos seus dominados, perdendo não só a autoridade, mas igualmente o elemento diferenciador, que os fazia superiores aos bestializados pela escravidão.

Nesse ínterim, no Brasil concomitantemente às primeiras tentativas infrutíferas da política de imigração imperial, a necessidade de mão-de-obra deparava-se, segundo os registros oficiais, na natural ociosidade apregoada pelas elites acerca do trabalhador nacional, que passava a ser visto como arredo ao trabalho. No Maranhão, a preocupação com a dita ociosidade era expressa, em 1849, pelo então Presidente da Província, que em

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

um de seus pronunciamentos clama contra os “vadios” que “infestam parte dos sertões da Província sempre dispostos a cometer malfeitorias”².

Enquanto nas regiões cafeeiras a utilização do imigrante europeu foi a solução majoritariamente adotada para a substituição do braço escravo, na província maranhense, em meados do século XIX, as esperanças de desenvolvimento agrícola e as tentativas de ampliação do povoamento, através da instalação de núcleos coloniais, também repousavam na utilização do braço imigrante. As tentativas para atrair o imigrante tornaram-se mais frequentes, em território maranhense, depois da Lei de Terras do Império, mas anos antes, precisamente em 1841, a Lei provincial n. 106 de 27 de agosto do corrente ano, autorizava ao Presidente da Província o dispêndio de até seis contos de réis anuais a serem empregados na introdução de colonos no Maranhão³.

Aproximadamente um ano antes, a 3 de maio de 1840, em fala recitada por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, o então presidente da província, Coronel Luiz Alves de Lima, solicitava a instalação de uma sociedade de colonização, a exemplo das já existentes em outras províncias, como era o caso do Ceará, a fim de que promovesse a introdução de imigrantes no Maranhão, com vistas ao seu desenvolvimento. No sentido de fundamentar a importância de seu pleito, afirma aos membros daquela casa que a “vasta Comarca de Pastos-Bons reclama braços que a cultivem, e a limpem das hordas selvagens que a infestão; e nela podião estabelecer-se estas colônias”⁴.

² Fala que recitou o Exm. Presidente e comandante das armas da província do Maranhão, o coronel Luiz Alves de Lima, n'abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1840. Maranhão, Typ. de I.J. Ferreira, 1840. In: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acessado em: 25/11/2014

³ Fala que recitou o Exm. Presidente e comandante das armas da província do Maranhão, o coronel Luiz Alves de Lima, n'abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1840. Maranhão, Typ. de I.J. Ferreira, 1840. In: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acessado em: 25/11/2017

⁴ Relatório da Presidência de Província do Maranhão de 3 de maio de 1840, p. 19. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/339/000019.html>. Acesso em: 27/11/2017

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Em contraposição, o crescente número de livres pobres era pensado e ligado ao que seriam duas de suas características principais: a inutilidade e periculosidade (FARIA, 2012, p.2218) que preocupavam as elites locais, temerosas do atrelamento inevitável dessa “casta”(PRADO JUNIOR, 1961, p.28) ao crime. Esses indivíduos eram, em geral, pensados como despreparados para o trabalho e para a vida em sociedade, pois a escravidão secular não os tinha preparado para a liberdade, que trazia consigo conceitos de justiça, respeito à propriedade e moralidade, até então estranhos a eles(CHALHOUB, 2001, P.68). Nesse ínterim, Kowarick (1995) fala,

Marginalizado desde os tempos coloniais, o homem livre e liberto tende a não passar pela “escola do trabalho”, sendo frequentemente transformado num itinerante que vagueia pelos campos e cidades, visto pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere o ócio, a vagabundagem, o vício ou mesmo o crime à disciplina do trabalho nas fazendas (KOWARICK, 1995, p.55).

Em meio a tudo isso, a imigração europeia assumiu importante papel no processo de substituição da força de trabalho escravo para o livre no Brasil, entretanto, ela não foi unicamente destinada para abastecer os grandes cafezais do Sul brasileiro. Apesar da oposição dos grandes lavradores com a política de colonização incentivada e adotada pelo governo, buscando o povoamento do vasto território brasileiro, em todo o século XIX é possível enxergar a instalação de núcleos coloniais de imigrantes, como foi o caso no Maranhão, que tinha o objetivo de tornar o solo produtivo e servir de exemplo laborioso aos brasileiros.

Nesse contexto, as tentativas de implantações de núcleos coloniais de povoamento, através da imigração, já vinham sendo realizadas a época de D. João VI (COSTA, 1998,p.109). Pouco tempo depois da chegada da Família Real e sua corte ao Brasil, mais precisamente à 1º de setembro de 1808, o príncipe regente português manda vir da Ilha de Açores 1500 famílias para a capitania do Rio Grande do Sul, com o objetivo de dar início e empreender a um movimento de colonização naquelas terras, fazendo-o agora em conformidade com as condições socioeconômicas e políticas do século XIX.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

No Maranhão, a instalação de núcleos coloniais em meados do século XIX, mais precisamente no decênio de 1850, deu-se, em maior parte, através de acordos entre o governo provincial e os prósperos lavradores da região. A eles, através de acordos com o governo provincial, foi confiada a vinda de um número crescente de imigrantes, que se sustentaria em razão dos recursos despendidos pelo tesouro provincial para os gastos iniciais com transporte e acomodação.

Em meio a essa transição de mão de obra e à chegada de imigrantes em solo maranhense, em correspondência entre políticos e, também, em relatórios de presidente de província é possível constatar o discurso de inaptidão ao trabalho do nacional. Nos documentos da época eram notórias e recorrentes as queixas diante da recusa à utilização da mão-de-obra de livres nacionais, considerados incapacitados “ao desenvolvimento econômico da província e à construção de uma sociedade pacífica, ordeira e civilizada” (FARIA, 2003, p.20). Frente à rejeição do trabalho do livre pobre, a escassez de braços escravos e a ausência de políticas de “civilização” do indígena à época⁵, era o imigrante europeu que despontava como exemplo de trabalhador e a melhor forma de substituição do trabalho escravo (FARIA, 2013, p.3).

Diante do previamente exposto, o que pretende o artigo é mostrar que a questão de raça, mesmo a definição do vocábulo ainda ausente no Brasil à época, sempre esteve, mesmo que de forma sutil, ligada aos projetos de imigração. A imigração assumiu no país moldes de processo civilizatório eugênico, onde o imigrante era apresentado como homem ideal e exemplo de civilidade a ser seguido, ao mesmo tempo em que empregava sua força de trabalho em terras brasileiras. Esse modelo de superioridade branca e europeia, mesmo na escolha de imigrantes tinha-se preferência por determinado povo,

⁵ O Governo Imperial também buscou, através de incentivos, a “civilização do índio”. Foram criadas colônias, ou missões, indígenas com o objetivo de catequizar e “domesticar” o nativo, facilitando, assim, a penetração do “desenvolvimento” muitas vezes dificultado por ações de “gentios bravos” que viviam em grande quantidade no interior do país.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

ganhou força em meados do século XIX, quando a transição de força de trabalho fez-se inevitável. A esse respeito, Walsh(2009) infere,

O marco central para tal contextualização encontra-se na histórica articulação entre a ideia de “raça” como instrumento de classificação e controle social e o desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colônia, eurocêntrico), que se iniciou como parte constitutiva da constituição história da América(WALSH, 2009, p. 34).

Entretantes, intentaremos fundamentar o exposto acima através de uma perspectiva decolonial, ao contestar o discurso euro-centrado utilizado pela elite brasileira, o qual pregava que a inaptidão do nacional se devia à ociosidade e preguiça inerentes ao mesmo. Por decolonial, entendemos e buscamos o que Maldonado-Torres, em Transdisciplinaridade e decolonialidade, infere quando afirma que “a atitude decolonial encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder” (MALDONADO-TORRES, 2016,P.88).

1. Desenvolvimento

A escravidão africana marcou de forma profunda e indelével o Brasil, onde a coexistência de diferentes culturas, crenças e linguagens fez nascer em solo de tupinambá uma sociedade única e que carrega, em si, parte de cada povo que por cá se entrelaçou, não sem tensões. O africano chega ao Brasil como instrumento exclusivo de trabalho, seja ele nas grandes lavouras coloniais, nas minas ou em cidades; coube a ele, portanto, a obrigação de fazer funcionar a grande engrenagem colonial.

O advento do século XIX, entretanto, despontava com intensas transformações para o país, onde o café, até então de pouca expressividade econômica, em meados do século alcança um considerável desenvolvimento e catalisa uma reorientação, deslocando o eixo econômico brasileiro. Assim, a importância do Norte, com suas tradicionais fazendas

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

agrícolas, foi reduzida e os investimentos e esforços vão sendo direcionados ao emergente produto brasileiro que naquele momento despertava mais interesse no mercado internacional. Diante disso, a atividade cafeeira rapidamente transforma o Sul do país no espaço privilegiado de unidades produtivas extremamente lucrativas.

A transição do regime de trabalho escravo para o livre foi, sem dúvida, um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade brasileira nos oitocentos. Diante da recusa na utilização da mão-de-obra de outros setores sociais, como é o caso dos livres nacionais, considerados, no momento, incapacitados “ao desenvolvimento econômico da província e à construção de uma sociedade pacífica, ordeira e civilizada” (FARIA, 2003, p.9), o negro africano ainda era o mais procurado para o trabalho pesado nas lavouras.

Frente à rejeição do trabalho do livre pobre, a escassez de braços escravos e a ineficácia das políticas de “civilização” do indígena à época⁶, o imigrante europeu despontava como exemplo de trabalhador e a melhor forma de substituição do trabalho escravo. A opção pela entrada crescente de imigrantes europeus, através de políticas governamentais ou de iniciativas privadas, assim, foi animada, tendo em mente o “espetáculo do enorme fluxo de população que espontaneamente se dirigia da Europa para os EUA”, o qual parecia “indicar a direção que cabia tomar”(FARIA, 2003, p.13).

Em tais circunstâncias, o imigrante europeu despontava como exemplar de trabalhador ideal, a melhor alternativa para a substituição do braço escravo. Nesse ínterim, o imigrante estrangeiro, especialmente o europeu, passou a ser considerado como a alternativa ideal, pois “ao mesmo tempo que substituiria o escravo, contribuiria para difundir hábitos de trabalho, melhores técnicas e a superior cultura europeia”(FARIA, 2012, P.144). A imigração tomou sentidos próprios, impulsionado pela crença de que o

⁶ O Governo Imperial também buscou, através de incentivos, a “civilização do índio”. Foram criadas colônias, ou missões, indígenas com o objetivo de catequizar e “domesticar” o nativo, facilitando, assim, a penetração do “desenvolvimento” muitas vezes dificultado por ações de “gentios bravos” que viviam em grande quantidade no interior do país.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

imigrante europeu era o exemplo de trabalhador. Por isso, incentivou-se a sua vinda sem uma maior preocupação em inserir o emprego de sua mão-de-obra na economia do país e razão essa que se revelou um dos grandes motivos do seu fracasso.

2.1 Resignificações acerca do conceito de trabalho

A estrutura da sociedade colonial foi amplamente construída sobre bases de um sistema agrário, monocultor e escravocrata. Foi, com efeito, nas grandes fazendas que a maior parte da vida colonial se concentrou durante os primeiros séculos de ocupação europeia e “as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas” (HOLANDA, 1995, p.73). E é nesse predominante sistema agrícola que a escravidão encontra o meio mais fértil de instalar-se, passando a ser vista como traçado natural na construção da sociedade.

No entanto, as inúmeras necessidades que a nova conjuntura econômica e política⁷ da época criara, reproduziram mudanças significativas no Brasil e o trabalho escravo, então, tornava-se ultrapassado aos olhos do mundo e das concepções libertárias que ganhavam cada vez mais força em território nacional. Assim, diante das controvérsias e do acelerado crescimento na solicitação do produto, a transição do trabalho escravo para o livre tornou-se indispensável. Nesse ínterim, conceito de trabalho até então empregado no Brasil precisava passar por uma reformulação, destituir o seu caráter degradante, naturalmente associado ao escravo e indivíduos de classes inferiores, transformando-o no instrumento que possibilitaria aos, doravante, trabalhadores o acesso à tão sonhada cidadania (CHALHOUB, 2001, p. 64-65).

Por um lado, esse problema tinha seu aspecto prático que se traduzia na tentativa de propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Por outro lado, era preciso também um

⁷ O país atravessa um momento em que passava a ser um país progressista e republicano, no entanto, continuava a permitir a escravidão em seu território. Esse paradoxo imperava nas discussões políticas da época, não só no Brasil, como na do mundo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

esforço de revisão de conceitos, de construção de valores que iriam constituir uma nova ética do trabalho [...] o conceito, de trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante e degradador característico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo (CHALHOUN, 2001, p. 65)

No entanto, era preciso que essa transformação de livres e libertos em trabalhadores se concretizasse não necessariamente pelo uso da violência física e obrigatoriedade explícita, mas pela ressignificação e internalização do valor positivo do trabalho. Esses insubordinados seriam educados e se transformariam em bons cidadãos, cientes dos seus deveres e direitos sociais, trabalhariam em prol do bem comum e da civilidade, conceito ausente, para estes, em tempos de escravidão.

Nesse processo de transformação, o trabalho passa a ser visto como um ordenador social, onde o cidadão tem direito à “segurança, direitos individuais, liberdade e honra”. Em contrapartida, esse mesmo cidadão deve retribuir à sociedade o que se recebe, em forma de trabalho, logo a relação estabelecida entre trabalho e moralidade é norteadora da sociedade, pois quanto mais empenho do trabalhador em suas atividades, maior será o seu valor na coletividade social.

No entanto, quando se torna efeito de dominação e abuso, o trabalho se desmoraliza e perde seu valor aos olhos dos homens. Para o dominador, o trabalho é degradante e de responsabilidade do seu dominado. Para o dominado, agora livre, o trabalho torna-se sinônimo de escravidão e sua liberdade é antagônica a qualquer forma de esforço físico exigido, como aponta Maldonado-Torres “enquanto o moderno reivindica o presente “moderno” frente ao passado “antigo”, o negro escravizado opõe-se ao presente colonizado por um futuro distinto, decolonizado”(MALDONADO-TORRES, 2016, p.89). O trabalho, em uma sociedade escravista, torna-se, então, elemento social e diferenciador na coletividade (COSTA, 1998, p.15) e logo a elite brasileira sentiu isso.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

No discurso dominante da época, a ociosidade estava tão perto do crime como distante da sociedade civil, precisava ser combatida e reprimida para que não comprometessem a ordem. O imigrante, entretanto, representava para as classes dominantes o “morigerado, sóbrio e laborioso”, cultivando as principais virtudes da ética capitalista, serviria, portanto, de modelo ao trabalhador nacional (CHALHOUB, 2001, p.77). A implantação do trabalho livre, com a importação de colonos europeus, representaria, assim, não apenas braços necessários para a lavoura, mas exemplo a ser seguido pelo nacional, diante do desprestígio do mesmo.

2.3. O “fato da desumanização”⁸

A imigração europeia assumia para elite importante papel no processo de substituição da força de trabalho escravo para o livre no Brasil, além do amplamente ideológico, havia uma constante preocupação do governo imperial com o avanço de fronteiras visto que boa parte do território nacional permanecia “infestado de selvagens” e carecia de pessoas que tornassem o solo produtivo.

No entanto, a vinda de imigrantes estava condicionada diretamente à cor do colono onde a definição “branca” era a ideal. Além da cor, era comum nas notícias de jornais e periódicos da época a preferência por certos tipos de imigrantes que praticassem o credo e falassem a língua do país de destino. No Maranhão, especificamente, a procura era intensa por imigrantes que, além das características citadas acima, fossem de regiões com o clima semelhante ao da Província, visto que esse era um dos fatores que mais influenciava na desistência e abandono dos estrangeiros em colônias agrícolas.

A preferência pela imigração de colonos europeus resultava da ideia propagada de que os europeus ocidentais representavam a síntese da modernidade, o povo mais

⁸ Conceito utilizado por Nelson Maldonado-Torres. Para mais, ver: MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. Revista Sociedade e Estado – Volume 31, p.84. Número 1 Janeiro/Abril 2016.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

avançado de sua espécie, ao mesmo tempo em que categorizavam o restante da espécie como inferior (QUIJANO, 2016, p.22). Segundo Aníbal Quijano (2016), o marco mais surpreendente é o fato de os europeus terem conseguido passar ao restante do mundo essa ideia, difundindo e estabelecendo hegemonicamente essa perspectiva histórica “dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder” (QUIJANO, 2016, p.27).

A questão do “aprimoramento racial”, resultante dessa colonialidade do poder, fica evidente quando em 1818, por decreto real, D. João VI manda novamente vir imigrantes para o Brasil. Diferentemente dos açorianos de 10 anos antes, o Rei português agora manda vir imigrantes suíços entre os quais “artistas dos mais essenciaes, como carpinteiros, marceneiros, ferradores, serralheiros, pedreiros e alguns moleiros, sapateiros, curtidores, alfaiates, tecelões, oleiros, e officiaes (...) os quaes devem tambem ensinar aos nacionais que quizerem aprender”(sic)⁹.

Fica evidenciado, então, a escolha pelo colonizador ideal era regida por determinantes articulados à associação da superioridade europeia. Isso aponta para a hipótese de que não se considerava o nacional como opção de escolha. Diante dos estudos antropológicos atuais, é possível observar uma divisão dentro das ciências modernas, onde a cor estrutura uma esfera de poder. A expressão “fato da desigualdade humana” empregado por Maldonado-Torres (2016) como forma de demonstrar e legitimar o lugar do europeu como superior em uma escala de evolução eurocêntrica, onde os demais sujeitos não estavam aptos a participar. Essa filosofia moderna ajudou a legalizar o status quo da colonização do não europeu, legitimando não somente a exploração, mas a desumanização dos colonizados.

Frente a esse contexto moderno de colonização e, ao que Fanon chama de “racismo anti-negro”, a elite brasileira busca na imigração as respostas para uma sociedade

⁹ "Cartas de lei, Alvarás, Decretos e Atos do Poder Legislativo", Coleção de Leis do Império. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1815-1888. Essa citação foi colhida nessa coleção de leis.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

civilizada. O trabalhador estrangeiro, assim, contribuiria significativamente para a transformação da província, tinha um papel determinante não só como exemplo do trabalhador e civilizador, como exemplar de moralidade. O trabalhador nacional, por sua vez, foi deixado de lado, desqualificado e abandonado pelo sistema produtivo, associado à preguiçosa e à indolência, taxado em muitos relatórios de época como perigoso.

O crescente número de livres pobres era pensado e ligado ao que seriam duas principais de suas características principais: a inutilidade e periculosidade (FARIA, 2012, p.2018-219) preocupavam as elites locais, que temiam o atrelamento inevitável dessa “casta” (PRADO JUNIOR, 1961, p.28) ao crime. Esses indivíduos eram em geral pensados como despreparados para o trabalho e para a vida em sociedade, pois a escravidão secular não os tinha preparado para a liberdade, que trazia consigo conceitos de justiça, respeito à propriedade e moralidade, até então estranhos a eles (CHALHOUB, 2001, p.68). O número crescente de libertos em todo o Brasil preocupava os altos setores sociais, principalmente os representantes da lavoura, que naquele momento necessitavam urgentemente de mão-de-obra, mas asseguravam que entre essas categorias sociais só havia lugar para a ociosidade.

Diante da política imigrantista da época, onde o imigrante estrangeiro representava a evolução e civilização da sociedade, estava o nacional que, vivendo em uma sociedade de memória escravocrata secular, resistia ao trabalho frente à escassez de mão de obra, não por sua “natural ociosidade”, mas por o trabalho ser elemento diferenciador da sociedade, juntamente com sua cor, o que, doravante, pode ser interpretado como uma forma de resistência dentro do sistema ao qual estava inserido. Como Maldonado-Torres (2016) afirma, “a memória tem um lugar em oposição a esse presente e à concepção do futuro” (MALDONADO-TORRES, 2016, p.89).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Referências

Cartas de lei, Alvarás, Decretos e Atos do Poder Legislativo", Coleção de Leis do Império. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1815-1888. Essa citação foi colhida nessa coleção de leis.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Unicamp, 2001.

Fala que recitou o Exm. Presidente e comandante das armas da província do Maranhão, o coronel Luiz Alves de Lima, n'abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1840. Maranhão, Typ. de I.J. Ferreira, 1840. In: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>.

FARIA, Regina Helena Martins de. *A transformação do trabalho nos trópicos: escravos, libertos, livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão Oitocentista*. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

FARIA, Regina Helena de. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. 2012.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: *A colonidade do saber: eurocentrismo e as ciências sociais. Perspectivas latino-*

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

americanas Edgardo Lander(org.) Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de
Bueno Aires, Argentina, setembro 2006.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Transdisciplinaridade e decolonialidade*. Revista
Sociedade e Estado – Volume 31, p. 88. Número 1 Janeiro/Abril 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense,
1961. Relatório da Presidência de Província do Maranhão de 3 de maio de 1840, p. 19.
Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/339/000019.html>.

SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história:
novas perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1992.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-
existir e re-viver. In: CADAU, Vera Maria (org.) *Educação Intercultural na América
Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E OS IMPACTOS SOBRE OS
TRABALHADORES NO CORTE-DE-CANA EM ITUIUTABA -MG**

Daniel Féo Castro de Araújo¹

Resumo:

A presença de migrantes de origem nordestina na Microrregião Geográfica de Ituiutaba é parte integrante da realidade local há alguns anos. Nas últimas décadas, a cidade de Ituiutaba, tem sido impactada pelo intenso investimento no setor sucroalcooleiro, sendo que a expansão deste segmento desde os anos 1990, reacendeu a demanda por trabalhadores migrantes, entre estes, mais uma vez, percebe-se a grande incidência de nordestinos, cujos destinos os vinculam predominantemente aos postos de trabalho rural que não exigem qualificação especializada. Sendo estes trabalhadores, na sua maioria empregados no plantio e corte de cana de açúcar. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a precariedade e desumanidade do trabalho nos canaviais. Em termos mais específicos, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores nos canaviais. A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho se inicia com uma revisão bibliográfica para o entendimento da dinâmica do fenômeno a ser estudado e também para construir um referencial teórico. Também foi realizado levantamento de informações secundárias junto ao Serviço Pastoral do Migrante (SPM), Centros de Direitos Humanos, ONG's, Centros de Pesquisa, Centros de Documentação, bem como visitação dos locais de trabalho e abrigo dos trabalhadores migrantes (pensões, hotéis em péssimas condições, casas alugadas nas periferias, barracões, entre outros.).

Palavras-chave: Agronegócio canavieiro; Trabalho; Ituiutaba, MG.

O artigo procura demonstrar a precariedade e desumanidade do trabalho nos canaviais, não somente a partir de uma compreensão dos elementos estruturais que permeiam todas as atividades produtivas no sistema capitalista, como mais especificamente as presentes condições de vida e trabalho dos trabalhadores dos canaviais que configurando um processo de inclusão-exclusão preconizado pela mobilidade sócio

¹Graduado em Geografia (UFU), Mestre em Ciências Súcias (UFU). Contato: daniel.feo@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

espacial, conforme Martins, “[...] configura um quadro de destruição de relações de trabalho que se manifestam sob a forma de angústia.” (MARTINS, 2008)

Como consequência da expansão das lavouras de cana, a mão-de-obra migrante para o corte-da-cana se fez presente nos municípios da Microrregião de Ituiutaba, MG em cerca de dez anos (2003 a 2013). Para a colheita manual, os trabalhadores do Norte e Nordeste, especialmente do estado do Piauí, Alagoas e Rio Grande do Norte, eram os preferidos das usinas, não apenas porque falta mão-de-obra local, mas porque para as usinas eles apresentavam mais resistência física e maior “submissão” às condições impostas pelas usinas. Outro elemento que determinante e a explosão dos pequenos agricultores no norte e nordeste pelo agronegócio, pois não recebem investimentos do estado em sua propriedade e se vê aguçados pelas grandes empresas do agronegócio e são expulsos das suas terras e encontra na migração para cidade uma alternativa de sobrevivência.

Era cedo quando chegamos ao alojamento, o ônibus ainda não havia estacionado, mas alguns trabalhadores já se encontravam em frente alojamento que é ponto de referência para o embarque da Turma. O movimento de trabalhadores era grande na avenida trinta e um, ainda que próximo ao final da safra, no ano 2012.

Ao entrarmos no ônibus do Sr. Ademar Alves verificamos que este se encontrava incompleto e que os primeiros trabalhadores ao embarcar não se sentiam incomodados ou curiosos com a nossa presença, pois muitos destes já sabiam, desde a semana anterior, que estaríamos viajando com a turma.

O ônibus do empreiteiro – como os demais – é um antigo carro de linha da frota urbana de transporte e possui cerca de quarenta e cinco lugares. Tem rádio toca fitas e as poltronas não são revestidas com espuma. Em nosso percurso rumo ao talhão, constava – a fim de que fosse completada a turma antes de chegarmos à usina – a passagem por

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

algumas ruas da vila e também pelos bairros, Bela Vista e Ipiranga, localizados na área leste do município, caminho de acesso à usina na Br 365.

Bem próximo dali estava a Igreja. Ao passarmos em frente a sua fachada, pudemos observar o ato de se retirar bonés e chapéus e de se fazer o sinal da cruz em reverência à Igreja antes da chegada no talhão, uma cena que nos pareceu ser um ritual de identificação religiosa e de pedidos, quem sabe, de proteção entre os passageiros, pois tão logo isto foi realizado, os olhares curiosos dos trabalhadores voltavam-se para nós, querendo saber se compartilhávamos da mesma representação.

Em seu percurso, ao tomar o sentido à rodovia, em uma das avenidas, o ônibus fez uma pequena parada na mercearia para tomar café onde todos os ônibus se encontram e em todos descem um novo grupo de trabalhadores, e novamente embarcam.

O volume das falas no coletivo era alto e o rádio contribuía para esta situação, encontrando-se sintonizado em uma frequência que executava composições sertanejas, sambas e outras variedades musicais. Os vidros do ônibus estavam fechados, mas fumavam despreocupadamente.

Muitos trabalhadores faziam as primeiras refeições de modo comunitário ainda no coletivo: tomava-se café, comiam-se pães e bolachas, recém-adquiridas na mercearia local momento antes.

Após trinta, quarenta minutos, chegamos à usina, mas ninguém desceu do coletivo. Nesta última parada embarcaram quatro fiscais de campo e um fiscal geral. Logo que nos viram, foram de modo imediato perguntar ao empreiteiro sobre a nossa presença²

Por isso, antes de entrarmos propriamente na discussão sobre as representações do risco, é necessário descrever o talhão e as condições de trabalho no eito, lançando mão de anotações e literatura técnica.

² A negociação da ida ao talhão contou com a participação ou consentimento da gerência da usina, por isso os fiscais ficaram espantados em nos ver.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A tarefa destes mediadores no processo de produção como viemos verificar depois no talhão³ – era o de organizar e controlar, especificamente, o trabalho a ser realizado. Ao fiscal geral cabia determinar a qual seção da usina deveria estar indo, o talhão a ser colhido e o preço da cana pela produção a ser paga, e, aos fiscais de campo a medição e a distribuição dos eitos a serem cortados.

Para Maria Aparecida Moraes Silva no Livro *“Errantes do Fim do Século”*, o talhão é o espaço que opera o trabalho na usina.

O talhão representa o talho, a parte no conjunto do canavial, laranjal ou cafezal. Fisicamente é a parte delimitada pelos carregadores em que circulam caminhões, tratores etc. Além dessas constatações geográficas, o talhão constitui uma espécie de “departamento de fábrica”. O controle da produção, da produtividade da turma do caminhão é feita em cada talhão, em cada departamento do conjunto da unidade produtiva. A administração de tarefas, a divisão do trabalho, bem como divisão do sexual do trabalho, a supervisão, enfim, a organização do trabalho, são planejados e controlados em cada talhão. (SILVA,1999, p. 151)

Refletindo sobre o assunto, ainda próximo do ônibus, observávamos que os eitos estavam sendo distribuídos, mas não ouvíamos nenhum tipo de manifestação contrária, tudo era silêncio. Na foto (1) podemos observar os trabalhadores sedados entorno do ônibus arrumado as ferramentas de trabalho para colheita do dia.

³ Segundo o dicionário Aulete, talhão é :*Porção de terreno entre dois regos ou sulcos destinado a cultivo*
Talhão nada mais é do que a unidade mínima de cultivo de uma propriedade que é construído com base em relevo e planejamento de mecanização.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Foto 1: Trabalhador na Usina Laginha Agroindustrial S/A- Unidade Trialcool



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012).

Em uma de nossas observações no talhão, viemos a saber que os eitos são irregulares em suas formações, apresentando maiores dificuldades para o corte nos locais onde se encontram os declives com suas curvas de nível é quando a cana se encontra caída ou então entrelaçada; mas a recusa ao trabalho era considerada como algo inadmissível.

Por isso a necessidade de organizar o trabalho através de uma escala com nomes dos componentes da turma, para os eitos que apresentam maiores dificuldades, um instrumento de imposição e controle do trabalho, a fim de garantir a maximização da produção no corte da cana. Para isso, os fiscais são pagos para exercerem o “olhar” constante sobre os trabalhadores.

O talhão é o espaço da redução do trabalhador a tempo de trabalho, a trabalho abstrato. Para isso, os mediadores da dominação, como se viu,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

exercem o "olhar" constante sobre eles. Os próprios fiscais não possuem parentes na turma para poderem "olhá-la" melhor. Esse "olhar" não pode ser generalizado, a ponto de se perder no horizonte do canavial ou se confundir no meio das ruas de cafeeiros e laranjeiras. É necessário um "olhar" minucioso, controlando cada gesto, cada ritmo, cada conduta. (SILVA,1999, p. 151)

Para o cortador, o eito ruim é um lugar em que se dá maior dispêndio de força física e menor quantidade em metros de cana a ser cortada; portanto, um saber local construído na prática de classificar e estabelecer a relação entre desgaste da força de trabalho e rendimento em seus ganhos, correspondendo ao que poderíamos entender como um aprendizado.

Pode-se observar, pelo relato do fiscal que as condições do trabalho no eito encontram-se atreladas tanto a fatores físicos e ambientais, como ao universo mental em que se encontram individualizados os cortadores de cana e os mediadores do processo de produção.

A carga laboral, diante do desgaste na realização das tarefas e a necessidade de maior dispêndio físico, ao se manifestar enquanto recusa ao corte da cana, apresentar-se-ia – ao cortador que se encontra individualmente diferenciado no microcosmo do eito – como uma relação conflitiva com o poder de mando e a insegurança de não poder ser contratado para a próxima safra. Por isso, a necessidade de ser o número um, não se abstendo do trabalho e não criando confusão.

Em nossa investigação, um dos fiscais de área, contratado pela usina, ao observar o corte da cana, contou-nos que a sua tarefa no talhão era medir a quantidade de cana a ser cortada e fazer com que o serviço fosse executado. SILVA (1999, p.152), diz que os fiscais são como um instrumento de dominação no canavial. “Para isso os mediadores da dominação, como viu exercem o olhar constante sobre eles. É necessário um olhar minucioso controlador de cada gesto, cada ritmo, cada conduta”.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Foi possível observar que o eito destinado a cada cortador era formado por cinco ruas de cana e que estes trabalhadores, conforme o Sr. Francisco, chegavam a cortar em média de dois a três em um dia de trabalho.

Segundo o empreiteiro Sr. Francisco, na usina os trabalhadores recebem por produção, isto é, depois da cana ser medida em metro pelo fiscal de campo, ela é convertida em tonelada. Quer dizer, teoricamente como admitiu o empreiteiro, quanto mais peso tiver a produção, maior seria o ganho dos cortadores de cana.

Segundo Sr. Francisco, na usina os trabalhadores recebem por produção, isto é, depois da cana ser medida em metro pelo fiscal de campo, ela é convertida em tonelada. Quer dizer, teoricamente como admitiu o empreiteiro, quanto mais peso tiver a produção, maior seria o ganho dos cortadores de cana. Destacamos a informatização das planilhas de execução das tarefas e o controle sobre o volume da produção dos cortadores de cana a cada dia de trabalho e em cada eito, bem como a probabilidade e a meta a ser alcançada no final de cada mês.

O trabalho no corte da cana envolve um aprendizado e uma classificação daquele que o realiza. Estar habilitado a fazê-lo corresponde especificamente no trabalho por produção, em um treinamento do corpo perante as condições adversas desta tarefa. “O ato de cortar cana resume-se à sequência de gestos, curvatura do corpo, manejo do podão, destreza, rapidez, dispêndio de força. É necessário cortar um certo quantum de cana, diariamente, que é determinado pela usina”. SILVA (1999, p.202),

Foi possível evidenciar essa disputa entre os trabalhadores no final do dia de trabalho, quando estávamos retornando para alojamento, os trabalhadores conversavam entre si, sobre a produção do dia de trabalho. Alguns trabalhadores exaltavam seu desempenho no tempo gastado na colheita da cana.

Contudo, a posição para realização desta tarefa exige do trabalhador um adestramento do corpo, um aprendizado em se lidar com o facão, bem como o estilo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

adotado frente às exigências dos mediadores da produção, pois o corte da cana deve ser executado em ambas as extremidades da planta, ou seja, rente ao solo e depois em sua parte superior. E, dependendo da época, da empresa em que está ocorrendo a colheita, apanha-se determinada quantidade de cana na touceira aplicando um número de golpes, para depois cortar o ponteiro de cada peça eliminando, a ponta da cana para manter-se garantida a concentração de sacarose e facilitar o transporte.

Os trabalhadores migrantes sazonais trabalham quarenta horas semanais, geralmente de segunda a sábado e ocasionalmente também aos domingos, trabalhando por volta de 8 horas diárias com grande esforço físico, o que mais tarde trará grandes prejuízos à saúde desses trabalhadores ligados ao corte da cana-de-açúcar, além disso, por serem contratados por um período de 4 meses, após esse período estarão novamente desempregados e sem direito a seguro desemprego.

Os cortadores de cana são unânimes em considerar às radiações solares e as chuvas como principais agentes de desgastes e fadiga no trabalho. No entanto, outras condicionantes que se encontram marcadas por uma subjetividade tendem a ser subestimadas em seus relatos, pois ao que tudo indica estariam relacionadas ao modo como cada um, em sua individualidade e diferenciação lida com o ritmo do trabalho e as suas condições.

O calor escaldante era amenizado apenas quando ocorriam as rajadas de vento. Entretanto, desconfiamos hoje que isso não trazia maior conforto aos cortadores, já que seus corpos se encontravam totalmente cobertos. Na foto (3) podemos observar um trabalhador no final da sua jornada de trabalho.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Foto: 2Trabalhador cortando cana na Usina Laginha Agroindustrial S/A- Unidade Trialcool



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012)

Assim, estes cortadores de cana migrantes trabalham de forma intensa, visto que apesar de não haver uma cobrança direta por produção, procuram aumentar sua produção diária, pois assim seus rendimentos serão maiores ao final da safra. O salário é pago mediante a produção, ou seja, as toneladas cortadas, incentivando que trabalhem “como máquinas”, devido ao irrisório preço pago pela tonelada de cana cortada. Conforme os trabalhadores as agroindústrias canavieiras pagam em torno de R\$ 4,30 por cada tonelada de cana queimada e R\$ 6,30 pela cana crua. Essas empresas muitas das vezes usam de má fé para explorarem esses trabalhadores, pois muito deles não sabem calcular o valor produzido.

Uma vez que o salário pago aos cortadores de cana é calculado a partir de sua produtividade, pode-se dizer que seu ganho, ou seja, o aumento da produção, e a consequente “melhoria” na sua condição de vida, vão depender justamente de sua

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

capacidade física (Navarro, 2006; Alves, 2006). No caso dos cortadores de cana se afirmar que o “esforço realizado pelos trabalhadores é decorrente do processo de trabalho combinado com a forma de pagamento” (Alves, 2008, p. 2). O pagamento por produção garante à empresa a intensificação do trabalho e um aumento das jornadas de trabalho, uma vez que para garantir maiores ganhos os trabalhadores se submetem a altos níveis de esforço laboral físico.

Ao final do dia estavam todos em torno do ônibus esperando para ir para o alojamento organizar o material para o dia seguinte e preparar o jantar. Na foto (4) a segue podemos ver os trabalhadores a espera do chamado dos fiscais.

Foto: 4 Trabalhador no final da jornada de trabalho na Usina Laginha Agroindustrial S/A-
Unidade Trialcool.



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A alimentação constituída por arroz, feijão, mandioca e pequenos pedaços de carne fornecida pela agroindústria canavieira, é paga pelos trabalhadores, sendo pobre em nutrientes necessários à sustentação de seu corpo físico, é alvo de críticas por parte dos trabalhadores, visto que além de não possuir uma variedade em seu cardápio, é servida fria. Devido à insuficiente alimentação fornecida pelas agroindústrias instaladas na Microrregião de Ituiutaba, esses trabalhadores complementam sua alimentação comprando em supermercados das cidades ovos, verduras, alimentos em conserva, dentre outros e preparam um reforço alimentar.

Além da preocupante condição de trabalho, vivem alojados em albergues espalhados por vários pontos da cidade, sendo descontado mensalmente desses trabalhadores o valor do alojamento, onde nota-se até mesmo a inexistência de higiene, os mesmos são colocados em quartos de tamanho bastante reduzido com pouca ou nenhuma ventilação, com beliches onde ficam quatro homens, o que leva muitos deles espalharem colchões em outras áreas mais arejadas do alojamento.

Algumas proibições expressas pela usina demonstram uma tentativa de controlar o tempo livre dos trabalhadores. É proibido o pernoite de esposas, namoradas ou prostitutas, e até mesmo parentes que venham visitar. A tônica das respostas dos encarregados da usina para fundamentar essa regra circula em torno da ideia de que o alojamento é um espaço de descanso. Faz-se o máximo para evitar eventos que atrapalhem o descanso dos trabalhadores. Isso pode nos revelar uma intenção da usina de controlar o tempo livre, para que estando mais descansado, o trabalhador tenha melhor produtividade no trabalho. A mesma argumentação serve para a proibição da utilização de televisores nos quartos. No alojamento existe uma sala com uma televisão, que fica ligada até as 21h, com exceção nas quartas-feiras a noite que há jogos de futebol e a TV fica ligada até as 23h, se algum trabalhador desejar assistir. Após o fiscal desliga e todos são convidados a dormir.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

CONCLUSÃO

O posicionamento do cortador de cana, seja no local de trabalho, seja com a família e amigos, vai depender de seu desempenho ao fim da safra. Se cortou muito, ganhou dinheiro suficiente, ganhará respeito, reconhecimento; se não, fica conhecido como “podão de borracha”, um fraco. Há um peso simbólico da associação entre desempenho no trabalho e a identidade. O pensamento patriarcal mantém sobre o homem a responsabilidade de manutenção da família. Entretanto, o patriarcado não está restrito ao campo do trabalho, está em todas as esferas das relações sociais. Voltar para o local de origem, voltar com uma quantia de dinheiro que possa garantir o conforto da família, significa reafirmar esse papel. É também essa cobrança que faz com que os cortadores se dediquem até o limite de seu corpo, que vai findar no adoecimento, tanto físico quanto psíquico. Esse adoecimento repercute também sobre as famílias, as mulheres passam a desempenhar outros papéis quando da volta dos esposos já sem capacidade laboral.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?** – Saúde e Sociedade v.15, nº 3, p. 90-98, set-dez 2006, disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>>. Acesso em: 21 janeiro. 2017.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo, BOITEMPO, 1991.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. 370p.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E O PROGRAMA ESCRAVO, NEM
PENSAR**

Jôyara Maria Silva de Oliveira (UNIFESSPA)¹

Prof. Dr. Hildete Pereira dos Anjos (UNIFESSPA)²

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa sobre as ações do programa “Escravo, nem pensar” na 4ª Unidade Regional de Ensino da cidade de Marabá/PA. O “Escravo, nem pensar” é um programa educativo criado em 2004 pela ONG Repórter Brasil com objetivo de prevenir e combater o trabalho escravo contemporâneo através da educação, bem como discutir os Direitos Humanos no contexto das relações trabalhistas. A ONG prepara os educadores para atuarem com a temática da escravidão contemporânea a partir do cotidiano escolar. Dentro dessa proposta, disponibiliza material de apoio para o educador e oferece apoio técnico e pedagógico para a produção de projetos comunitários, possui também encontros de formação e oficinas com metodologia específica pautada no diálogo, na participação e na sensibilização sobre a problemática para conscientizar a população e evitar que mais pessoas sejam aliciadas para o trabalho escravo, estabelecendo assim uma possível educação de caráter libertador. Além de apresentar os resultados da pesquisa sobre o projeto Escravo nem Pensar, pretende-se, nessa comunicação, problematizar os conceitos de escravidão contemporânea, educação e as possibilidades de emancipação humana no contexto do trabalho escravo na educação pública do Pará.

Palavras-chave: Educação; Escravidão Contemporânea; Escravo nem Pensar.

Debater a escravidão contemporânea no Estado do Pará é uma tarefa muito importante, uma vez que o Estado é o primeiro em número de casos registrados de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA), Especialista em Docência no Ensino Superior (UEG); graduada em pedagogia (UNIFESSPA). Contato: joyaraoliveira@unifesspa.edu.br

² Doutora em Educação (PPGE/UFBA). Docente do programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (UNIFESSPA). Contato: anjoshildete@unifesspa.edu.br

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

trabalho escravo em todo o Brasil. Entre as várias ações de combate a escravidão contemporânea o programa Escravo, nem Pensar atua nas escolas como forma de prevenir e combater o trabalho escravo, garantindo uma metodologia de ensino capaz de sensibilizar e refletir sobre a escravidão desenvolvendo uma conscientização diante ao problema. No Pará, o programa atua na educação municipal desde 2007, já nas escolas estaduais o programa começou a atuar em 2016. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a forma como o projeto foi desenvolvido na escola de Ensino Estadual Professor Paulo Freire, mais especificamente com a turma do 2º ano vespertino, o único na escola, no ano de 2017.

A pesquisa está sendo desenvolvida através do método de estudo de caso, tendo como lócus de pesquisa a escola Professor Paulo Freire que está localizada no bairro Belo Horizonte da cidade de Marabá/PA. A primeira fase de coleta de dados, envolvendo entrevistas e roda de conversa, já foi realizada e se tem resultados parciais acerca do desenvolvimento do programa a nível regional (com dados obtidos com a 4ª Unidade Regional de Educação de Marabá), do desenvolvimento do programa na turma do 2º ano vespertino, discussões sobre o conceito de escravidão contemporânea, como o projeto chega aos professores e como, na sua prática docente estes professores trabalham as propostas do programa.

O trabalho escravo contemporâneo encontra-se disseminado em todos os continentes, tendo uma relação direta com a economia (BALES, 2001). Tem como principal causa as desigualdades sociais e o estado de miséria em que muitos trabalhadores vivem. No Estado do Pará os casos registrados estão localizados mais na zona rural, onde os trabalhadores se encontram mais vulneráveis, tanto pelas condições econômicas, quanto pela ausência de assistência do Estado. De acordo com o cadastro

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

dos empregadores³, ou lista suja como é mais conhecido, no Pará, foram 16 municípios flagrados no ano 2017, sendo 13 no Sudeste Paraense em atividades localizadas em fazendas, 01 caso em uma carvoaria, 01 em Chácara e outro caso em área de mata. Aponta-se que no estado do Pará as práticas escravistas estão mais presentes no meio rural. A lista suja é um dos mecanismos de combate a escravidão, foi criada em 2003 pelo governo brasileiro com o objetivo de denunciar pessoas físicas ou jurídicas que tenham usado mão de obra escrava, podendo o empregador pagar multa e ficar impossibilitado de receber financiamentos em bancos públicos, se for confirmado o crime de trabalho escravo, pode levar ainda de 2 a 8 anos de prisão.

Analisando o artigo 149 do código penal brasileiro, destacam-se as categorias que caracterizam o crime de trabalho escravo contemporâneo: o aliciamento; a produção da dívida; a jornada exaustiva; retenção do trabalhador e as condições degradantes de trabalho é o que constitui o Trabalho Escravo Contemporâneo.

Artigo 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem (BRASIL,1940).

³ As informações citadas aqui sobre o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravos foram acessadas no site da ONG Repórter Brasil (Disponível em: WWW.reporterbrasil.com.br - Acessado em 23 de janeiro de 2018).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

No caso do aliciamento, o intermediário responsável pela contratação do trabalhador que viaja para outros Estados em busca de mão-de-obra barata, a fim de reduzir os custos da produção. É a vulnerabilidade socioeconômica em que muitas pessoas vivem, sem os direitos básicos a saúde, educação e moradia e, às vezes até sem ter o que comer, que tornam essas pessoas vítimas perfeitas das propostas enganosas apresentadas por esse contratante, que é também conhecido como “gato”. Isso significa que há duas condições fundamentais que mantêm o trabalho escravo, a pobreza do trabalhador e a ganância do seu empregador. Sobre o assunto, Moura (2006), em sua pesquisa sobre o trabalho escravo no Maranhão, destaca o estado de precisão⁴ dos trabalhadores como principal fator que contribui para o aliciamento de pessoas.

Na jornada exaustiva, além do tempo de trabalho excedido previsto em lei, se configura também crime de trabalho escravo aquelas atividades em que o trabalhador é exposto à exaustão tanto física como mental, mesmo que essas atividades não extrapolem o tempo de trabalho. Em casos em que o trabalhador é impedido de sair ou deixar o local de trabalho, por qualquer motivo que seja, contração de dívidas ou retenção de documentos pessoais de identificação ou ainda a presença de pessoal armado, também se configura trabalho escravo. E as condições degradantes de trabalho que são uma das características do trabalho escravo e que também estão presentes na lei, vão desde condições precárias de alimentação e alojamento até questões relacionadas a saúde do trabalhador, como água potável para o consumo e utilização de equipamentos de segurança.

O programa “Escravo, Nem Pensar” (daqui em diante, ENP) foi criado em 2004 pela ONG Repórter Brasil, com os objetivos de informar e prevenir o trabalho escravo através da educação. O programa foi desenvolvido como proposta de formação de

⁴ A palavra “precisão”, jargão popular utilizado pela autora em seu trabalho, significa o estado de necessidade de direitos básicos em que muitos trabalhadores vivem.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

professores que, atuando nas escolas públicas dos Estados e dos municípios conveniados, deveriam ser multiplicadores, com os outros professores e com os alunos, de saberes significativos para o enfrentamento do trabalho escravo como uma forma de violação dos direitos humanos. O público alvo do programa são os professores, formar esses professores para que eles desenvolvam o tema do trabalho escravo na sala de aula com os alunos. O ENP acredita que através da escola pode prevenir e combater o trabalho escravo, uma vez que as escolas municipais e estaduais estão presentes em quase todos os municípios brasileiros e atendem a um grande número de pessoas. Em 2008, o ENP passou a fazer parte como meta do 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e também se tornou meta nos planos estaduais no Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso (REPÓRTER BRASIL, s/d).

No Estado do Pará, o desenvolvimento do programa estava previsto em quatro etapas: a primeira consistia na articulação com os representantes do poder público e os gestores das Unidades Regionais de Educação (UREs) promovendo diálogos e parcerias para a implementação do programa, além de realizar uma pesquisa sobre a realidade da região. Na segunda etapa, a equipe do ENP desenvolveria uma metodologia específica para a formação dos gestores no Estado, essa metodologia deveria considerar os princípios norteadores do programa e o contexto dos municípios dos gestores, na tentativa de abordar o tema do trabalho escravo em concordância com a realidade deles. Já na terceira etapa, se iniciava o processo de formação dos gestores, divididos em três módulos presenciais e aplicação da metodologia desenvolvida na segunda etapa. No primeiro módulo iniciavam-se as discussões sobre o tema do trabalho escravo, seus conceitos e a realidade desse problema em cada região no Pará, tudo isso através do trabalho de sensibilização e conscientização dos gestores em relação ao trabalho escravo contemporâneo como uma forma de violação dos direitos humanos. Passado o módulo I, os gestores iriam retornar para suas unidades e iniciar a formação com os professores

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

voluntários, durante esse processo o ENP ofereceria monitoramento pedagógico e técnico a distância, podendo haver a necessidade de uma visita em determinados locais. Depois do período de seis meses, a previsão era de se iniciar o módulo II com os mesmos grupos de gestores, nesse módulo seriam avaliadas as ações dos gestores em relação a formação dos professores e a introdução do tema do trabalho escravo no conteúdo e no calendário de suas secretárias. No período entre o módulo II e III o ENP continuaria dando assistência pedagógica e técnica a distância. No módulo III, que é o último, os gestores vão expor suas experiências e suas ações em relação a implementação do programa nas escolas, nesse tempo o ENP poderá avaliar através dos dados obtidos se foi possível o desenvolvimento do tema por partes dos municípios ou se irão dá continuidade ao processo, esse terceiro módulo é a culminância do projeto. E por fim a quarta etapa, com a finalização das formações o ENP realiza a prestação de contas e a divulgação dos resultados (REPÓRTER BRASIL, 2016).

A proposta do programa é funcionar como um efeito cascata: forma-se alguém ligado à gestão regional, que forma um diretor e um profissional da educação da unidade escolar, que, por sua vez, esse tem o papel de oportunizar a formação no espaço local e, cada professor da unidade, desenvolve atividades relacionadas ao tema do trabalho escravo. Além das formações, o ENP disponibiliza um kit para os professores desenvolver seus projetos nas escolas com cartilhas informativas sobre a temática e o livro de apoio didático que vai auxiliar o professor a elaborar seu projeto educativo e suas aulas.

De acordo com a coordenadora da 4ª URE (com sede em Marabá⁵), a formação na sua unidade regional ocorreu de acordo com as etapas previstas no projeto de formação de gestores de educação do Estado do Pará apresentado como proposta à Secretaria de

⁵ Os municípios que compõem a 4ª Unidade Regional de Educação (URE): Bom Jesus do Tocantins, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Abel Figueiredo, Brejo Grande, Eldorado dos Carajás, Jacundá, Palestina, Parauapebas, Piçarra, Rondon do Pará.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Educação do Estado do Pará. Participaram da formação do ENP a gestora e duas técnicas da 4ª URE; elas participaram do lançamento do programa em Belém e participaram também da primeira capacitação. Ao retornarem para as suas Unidades Regionais, em janeiro de 2017, ocorreu uma reunião com os gestores das escolas de Marabá e com os demais municípios sob a administração da 4ª URE. Nessa reunião, os gestores indicaram um professor de cada escola para que esse fosse o coordenador pedagógico responsável pela articulação com os demais professores tornando-se, assim, o multiplicador do ENP, organizando as atividades formativas na sua unidade escolar, depois ocorreram os demais encontros como já estava previsto (entrevista com coordenadora do programa na 4ª URE, em 01 /11/2017).

Sobre os resultados quantitativos do desenvolvimento do programa nas escolas, a entrevistada informou que, dos 17 municípios que fazem parte da jurisdição da 4ª URE de Marabá, apenas 09 conseguiram elaborar e desenvolver projetos sobre a temática do trabalho escravo nas escolas. Desses 09 municípios, foram alcançadas 21 escolas com 136 professores envolvidos diretamente, tendo um total geral de 7.207 alunos envolvidos diretamente ou indiretamente com os projetos educativos. Os demais municípios e escolas que não desenvolveram o programa ou ainda não apresentaram seus resultados, apresentaram como justificativa a falta de professores, greve, escola envolvidas com outros projetos, falta de espaço no calendário escolar e falta de especialista na escola (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARÁ, 2017).

Sobre os resultados qualitativos dos projetos desenvolvidos nas escolas, a coordenadora do programa na 4ª URE avaliou que o ENP teve grandes repercussões, realizaram atividades que estimularam senso crítico dos alunos. Segundo ela, muitos alunos não conheciam o conceito de trabalho escravo e houve até uma certa incompreensão sobre os conceitos presente na escravidão colonial com a escravidão contemporânea, e dessa com irregularidades trabalhistas, mas que foram esclarecidas com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

debates e atividades organizadas sobre o tema. Informou ainda que foram desenvolvidas atividades como dramatizações, corrida, poemas, passeatas, paródias, entrevistas e reflexões sobre o tema através de textos e que, nas escolas muitos professores participaram e desenvolveram o tema da escravidão contemporânea com seus conteúdos curriculares, principalmente os professores de humanas como Língua Portuguesa, Geografia, História, Filosofia e Sociologia.

Das escolas que tiveram destaque, a coordenadora do programa na 4ª URE indicou três: EEEM Maria Sylvia dos Santos no município de Bom Jesus do Tocantins, EEEM Maria Irany Rodrigues da Silva no município de Nova Ipixuna e a escola CEEJA Profª Tereza Donato em Marabá. Todas elas, conforme a entrevistada, tiveram a inclusão do tema do trabalho escravo como ação constante no Projeto Político Pedagógico das escolas, tiveram também um maior número de pessoas informada sobre a temática e foram mais organizadas e mobilizadas no desenvolvimento dos seus projetos educativos.

Sobre as dificuldades encontrada pela 4ª URE no desenvolvimento do ENP nas escolas, a entrevistada indicou a falta de tempo e equipe para um acompanhamento com as escolas: não foram todas as escolas que tiveram esse acompanhamento presencial, algumas orientações pedagógicas eram feitas por e-mail ou pelo aplicativo WhatsApp. Indicou ainda dificuldades das escolas na construção do Plano de Ação e na utilização do material impresso e digital, além da falta de recursos financeiros. De acordo com ela, apesar das escolas apresentarem pontos positivos no desenvolvimento do programa, o número de municípios e escolas que não realizaram suas atividades ainda são muito significativos e preocupantes, uma vez que os municípios que compreendem a jurisdição da 4ª URE são os locais onde se tem um maior número de casos de trabalho escravo registrado no Estado do Pará. Daí a importância de as escolas desenvolverem um trabalho de conscientização sobre o problema que faz parte da realidade de sua população.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**O desenvolvimento do Programa Escravo, nem Pensar na escola Professor
Paulo Freire**

A escola Professor Paulo Freire está situada no Bairro Belo Horizonte na cidade de Marabá. As características do espaço físico da escola são muito precárias, realidade de boa parte das escolas brasileiras: possui um prédio de três andares e, por não passar por reformas há muito tempo, as paredes estão sujas. Além disso, as cadeiras são velhas e algumas estão quebradas. A escola não conta com aparelhos de ar condicionado nas salas de aula, apenas ventiladores danificados e com fiação exposta, que produzem muito barulho. Tal situação é típica de escolas da periferia, onde o abandono e o descaso do poder público tende a ser maior. Outro problema que a escola enfrenta é a falta de professores: a escola não possui o quadro completo de docentes.

Em entrevista com a professora multiplicadora, sobre o desenvolvimento do programa ENP no 2º ano da escola, ela afirma que o tema da escravidão contemporânea foi introduzida a partir do conteúdo sobre o Brasil colônia, destacando a economia colonial e a mão-de-obra escrava. Ainda de acordo com a entrevistada, esse conteúdo abriu possibilidades para o debate e a conscientização sobre o trabalho escravo contemporâneo, discutindo as suas diferenças. Depois de discutir o tema, os alunos produziram poemas que foram expostos no mural da escola e apresentaram o tema para as outras turmas, onde o 2º ano realizou visitas as outras turmas do ensino médio divulgando essa temática e apresentando os resultados do desenvolvimento do seu projeto. Além disso, conforme a entrevistada, os alunos participaram também, da feira das profissões organizada pelo 3º ano, que teve o objetivo de assessorar os alunos ao desenvolvimento de suas aptidões para o trabalho, bem como, informa-los a respeito de suas escolhas profissionais. Nessa feira os alunos do 2º ano apontaram as características do trabalho escravo contemporâneo e mostraram que o problema ainda persiste no Brasil.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Na abertura foi apresentado o projeto e o tema da escravidão contemporânea e os poemas produzidos pelos próprios alunos.

Em uma roda de conversa com os alunos, demonstraram ter conhecimento das características do trabalho escravo contemporâneo, relataram casos que eles vivenciaram na comunidade com vizinhos ou até com parentes próximos. Mas, no entanto, a proposta de desenvolver o tema da escravidão contemporânea a partir da realidade da comunidade não foi concretizada de forma expressiva. Em conversas com os alunos do 2º ano, percebe-se que foram discutidos principalmente os assuntos relacionados a escravidão na zona rural, que é a realidade do Estado de uma forma geral, mas que na comunidade onde a escola está situada, os problemas relacionados ao trabalho escravo são outros. Em conversas com os alunos e a professora multiplicadora ficou evidente nas falas os problemas relacionados principalmente a exploração sexual infanto-juvenil onde meninas da comunidade se prostituí em troca de dinheiro e produtos de consumo como celular, roupas e calçados. Há também o relato do tráfico de drogas e a exploração infantil principalmente das meninas que trabalham de domésticas em casas de famílias em troca de moradia e alimentação. Em alguns casos, essas meninas acabam abandonando a escola devido ao fato das atividades domésticas serem árduas. O tema da escravidão infantil e a exploração infanto-juvenil foi desenvolvida de forma superficial, de acordo com a professora em entrevista, isso pode ser atrelado ao fato de que os professores não participam das discussões sobre o trabalho escravo diretamente com os coordenadores da ONG, esses recebem a formação a partir dos atravessadores que são os coordenadores das UREs. A hipótese inicial é que a metodologia e a proposta de construir conhecimento sobre a escravidão contemporânea a partir dos problemas da comunidade não chega até o professor, o que vai contra a metodologia do programa, uma vez que o próprio ENP aponta como um dos seus princípios a autonomia dos participantes e a liberdade do educador em discutir os temas reais da comunidade. O programa ENP, da forma que é

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

organizado não desenvolve um trabalho significativo na escola Professor Paulo Freire, provavelmente teria mais resultados se proporcionasse a discussão sobre o tema da escravidão direto com os professores.

Considerações finais

Observando o desenvolvimento do ENP na escola Professor Paulo Freire percebe-se que suas ações acabam absorvendo características que estão muito presente no espaço escolar, como por exemplo: a cobrança de resultados do projeto e o seu desenvolvimento em um tempo muito curto, obrigando o professor desenvolver o assunto de forma rápida, essa é uma reclamação presente tanto na fala da professora quanto dos alunos. O que era para ser uma experiência que provocasse as discussões reais sobre a temática da escravidão contemporânea, acaba sendo mais um projeto dos vários que existe na escola e que o professor é obrigado a executar. No entanto é importante considerar que o projeto passa pela escola e produz um certo conhecimento, como é o caso do relato da professora multiplicadora, que em entrevista, reconheceu que só passou a perceber o grave problema da exploração sexual infanto-juvenil e o tráfico de drogas depois do contato com o programa ENP, ela afirma que não percebia o problema, ou não via, ou não queria ver, mas que só a partir da sua participação com programa ela começou a se preocupar com os problemas sociais que fazem parte da comunidade escolar, é essa conscientização que deve ser desenvolvida na escola. Acredita-se que o programa com a ânsia de alcançar um grande número de pessoas acaba não desenvolvendo um trabalho expressivo na escola e nem despertando o olhar da comunidade aos problemas que fazem parte do seu cotidiano, como a professora multiplicadora demonstrou perceber. O ENP poderia desenvolver um trabalho direto com os professores, proporcionando atividades e experiências que fizessem a comunidade escolar discutir de forma crítica e consciente esses problemas que estão presente na comunidade escolar e que são invisíveis, sem a presença de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

atravessadores, desconstruindo aquele tratamento natural que é dado aos problemas sociais que estão relacionados a escravidão contemporânea.

Referências bibliográficas

BALES, Kevin. **Gente descartável: a nova escravatura na economia global.** Lisboa: Caminho, 2001.

BRASIL, **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.803.htm. Acessado em: 24 de janeiro de 2018.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA).** 2006, 121. Dissertação Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2006.

REPÓRTER BRASIL. **Programa Escravo, nem pensar! Projeto:** Formação de gestores de educação do Estado do Pará. Proposta apresentada à Secretaria de Educação do Estado do Pará. Março de 2016.

_____. **Metodologia Escravo, nem pensar!** Uma experiência de formação continuada para professores. Disponível em: <http://www.escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2013/03/1.-metodologia.pdf>, acessado em 15/21/2017.

SECRETÁRIA de Educação do Estado do Pará, Projeto Escravo, nem pensar! – Formação de gestores de educação do Estado do Pará. Belém, 2017.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**O VERME É O NÃO TER: A NECESSIDADE COMO SUBSTRATO DO
TRABALHO ESCRAVO**

Dr. Moisés Pereira da Silva
UEG/Uruaçu – SEDUC-PA
mosico100@gmail.com

Resumo: O trabalho escravo contemporâneo é definido no artigo 149 do Código Penal brasileiro, redação dada pela Lei 10.803 de 2003, como uma relação de trabalho marcada por abusos que podem se manifestar na obtenção da mão-de-obra forçada, na jornada exaustiva, nas condições degradantes de trabalho e, por qualquer meio, restrição da locomoção do trabalhador. A estruturação desse conceito jurídico tem uma historicidade (SILVA, 2016) que manifesta, fundamentalmente, a desigualdade social e a perversidade das políticas públicas, especialmente no campo, como substrato da reprodução do trabalho escravo. Estudos (MOURA, 2006; ESTERCI, 2008; BALES, 2001) indicam que, não só no Brasil, o trabalho escravo contemporâneo, além de subproduto do desenvolvimento capitalista, é filho da necessidade. Isto posto, o propósito dessa comunicação é problematizar o tema, trabalho escravo contemporâneo no campo, a partir das condições que, entende-se aqui, além de imprescindíveis para a sua reprodução, o explicam enquanto fenômeno duradouro.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo; Pobreza; Estado.

Muita tinta foi gasta desde que D. Pedro Casaldáliga (1970; 1971) denunciou o trabalho escravo no norte de Mato Grosso. Antes dele, sobretudo na literatura brasileira, alguns intelectuais e jornalistas atentavam para o problema. Irrefutável e vergonhoso, é preciso passar da constatação à superação da cadeia que o alimenta enquanto fenômeno. Nada é mais eficiente na sobrevivência do trabalho escravo aos nossos dias que a estrutura de injustiça e desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira. A necessidade, ou o não ter, é o substrato fundamental na cadeia de reprodução das relações escravistas. Antes de se ver escravo numa fazenda qualquer, pôes e pais de família são premidos pela

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

precisão (MOURA, 2006). Num contexto em que as políticas públicas do Estado, sobretudo no que diz respeito aos pequenos agricultores, lhes aviltam as possibilidades de dignidade quando não as próprias condições de sobrevivência, a precisão é o elemento de permanente reivificação da escravidão. O processo de modernização da Amazônia entre as décadas de 1960 e 1970 constitui um destes momentos históricos que desnudam o processo de empobrecimento que, pela espoliação, torna milhares de homens e mulheres escravos da precisão. Os desacertos das políticas públicas no campo tornam agudas as desigualdades que, em muitos aspectos, já eram cruéis. E é na constituição de ações que aprofundam a desigualdade social no campo, mas também na cidade, que se pode entender que a escravidão é fruto da marginalização social de muitos em favor das elites agrárias desse país. A escravidão, nessa acepção, resulta da desigualdade social (ESTERCI, 2008). Esse fundamento é a base da escravidão contemporânea no Brasil. A essa ideia nuclear subjazem todos os demais elementos de uma estrutura sócio-histórica perversa que alimenta e anima o trabalho escravo.

As manifestações do trabalho escravo são diversas, mas a precariedade das condições de vida dos trabalhadores é a condição fundamental nesse processo. Kevin Bales (2001) chama de vulnerabilidade as circunstâncias em que determinadas pessoas tornam-se, na observação de outros que delas podem tirar vantagem, mais suscetíveis à exploração. Nesse sentido, a vulnerabilidade dos pobres do campo é uma questão fundamental para se pensar a escravidão no meio rural. A maioria das discussões sobre o trabalho escravo, como se pode perceber nos estudos de Martins (1997), Figueira (2004) Breton (2002), Sutton (1994), dentre outros, consideram que a teatralidade, característica do aliciamento, é elemento importante de um processo de sedução decisivo no recrutamento dos trabalhadores. Figueira (idem) acresce a esse processo o uso da cachaça como meio de manutenção do entorpecimento necessário à integralização do percurso que levará o trabalhador aos longínquos lugares de exploração da sua força de trabalho.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Quer dizer, nos limites da sedução teatral, há a possibilidade de entorpecimento, ainda como forma de seduzir. Mas nada disso teria o efeito desejável não fosse, da parte do trabalhador, a ausência de perspectivas mais seguras de reprodução da vida. A sedução é apenas uma parte da verdade. Muitos trabalhadores supõem o que os aguarda pelas experiências que já tiveram. O trabalhador sabe que a vida na roça, sem contrato formal e sem qualquer possibilidade de garantia de algum direito, é uma aventura incerta. Mas, contra todo temor, o trabalhador arrisca. É razoável considerar, num cenário como esse, que a necessidade constitui o argumento para que os trabalhadores se aventurem nos caminhos dos gatos. A precisão, estado em que se encontra o pobre desassistido quando é contatado pelo gato, é o elemento mais importante na interpretação do sucesso da armadilha empreendida pelo gato. A precisão é o dado certo, e sentido, que lhe aperta muito mais que o medo, da escravidão, que ainda é apenas uma possibilidade. Dona Teresa, explicando porque muitos põem-se empregados com *o fazendeiro*¹ mesmo ele tendo fama de ruim declarou: “meu filho, gato com fome come até sabão”.

Não há dúvida de que o recrutamento destes trabalhadores envolve uma série de estratégias, o que inclui a teatralidade das promessas. Mas a própria teatralidade das promessas não teria muito efeito se a audição não fosse carente das referidas promessas. O verme que alimenta as partidas, e por isso o sucesso do gato, é o não ter. É assim que, quando perguntada por Figueira (2004) sobre as razões do filho ter deixado o Piauí para ir ao Sul do Pará de onde já se tinha notícia de escravidão e morte em algumas fazendas, dona Maria Branca respondeu que “a necessidade dele é que está obrigando ele a sair [...] o verme é o não ter”. (2004, p. 114). O verme tem uma significação muito especial nesse

¹ *O fazendeiro* é uma referência a um senhor que, depois de ter chegado à região vindo do Sudeste, e por ter colaborado com as forças repressivas durante a Guerrilha do Araguaia, passou a apropriar-se das terras na região do que viria a ser a comunidade de Piraquê. Grilava a terra e depois utilizava trabalho escravo para limpá-la. Tudo com o consentimento do Estado que, às vezes ignorava os fatos e, às vezes dispunha recursos que contribuíam para a consolidação do poder do *fazendeiro* na região.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

discurso. O verme é a necessidade que corrói. O verme é a desigualdade. O verme é a pauperização política, econômica e social. É o não ter, numa ordem global em que os valores são mensuráveis, que torna os despossuídos pessoas descartáveis, por isso sujeitos apenas de um valor de uso, não da cidadania que a modernidade brasileira acreditou engendrar.

No campo, o não ter é, sobretudo, não ter a terra para nela trabalhar e reproduzir a vida. Não ter a terra significa a sujeição a quem tem a terra, ao “mandão”. A terra é a vida. A ausência de terra, para milhares de pessoas, suscita o problema da contingência que impõe a sujeição, inclusive às promessas teatrais, armadilhas do trabalho escravo. Na ausência do direito ao uso da terra impõem-se a migração ou a luta como possibilidades de ação. No primeiro caso, a migração, as possibilidades são plurais, mais quase todas desfavoráveis aos trabalhadores. A migração para a cidade significa o estranhamento, que na maioria dos casos se manifesta na sua forma mais violenta. O camponês pode migrar para não perder-se enquanto categoria histórica, mas para fortalecer a sua identidade é preciso o empenho na luta comum pelo direito à terra de trabalho no enfrentamento com os capitalistas que a querem como terra de negócio. A luta é o elemento fundamental na constituição de uma identidade que os define enquanto categoria histórica. Mas, também pode migrar para virar peão de fazenda e reproduzir a precariedade² das suas condições

² Precariedade é um conceito importante nessa pesquisa. Pensado no âmbito das relações trabalhistas, o enfoque mais comum é o que o relaciona à superexploração como característica fundante de determinadas relações de produção. A título de exemplo Vasapollo (2005) analisando as transformações das relações de produção na Europa considera que as propostas de flexibilização dos direitos trabalhistas e as alternativas de organização do trabalho constituem perdas para os trabalhadores que, a médio prazo, resultarão inequivocamente em precariedade de suas condições. O sistema produtivo se reinventa não só com a introdução de novas tecnologias, mas também com a transformação das relações entre o trabalhador e o empresário. Como as transformações visam, fundamentalmente o aumento dos lucros, não poderia ser vantajoso para o trabalhador as alterações que as políticas de Estado lhes propõem quando querem reduzir direitos sob o discurso de garantir a empregabilidade. José de Souza Martins, que por muito tempo foi a grande referência da questão agrária no Brasil, chegou a propor (1999) que muitos dos casos que se tem apontado como trabalho escravo diz respeito apenas à superexploração do trabalhador. A precariedade como é proposta nesse estudo não diz respeito apenas às condições materiais de produção e de vida. A

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

iniciais com o agravo, daí pra frente, de não ser mais dono de si. O que se chama aqui de opções diz respeito, na verdade, às poucas possibilidades de que dispõem homens e mulheres quando o arbítrio da concentração fundiária e a omissão do Estado lhes reduzem as escolhas.

A permanência na condição de escravo não resulta da resignação do trabalhador à essa condição. O trabalhador não é um resignado. Muito pelo contrário. São os trabalhadores que, reconhecendo indignas as condições em que se encontram, denunciam a escravidão no campo. São estas denúncias que subsidiam o trabalho da CPT. Não é porque é pobre que o trabalhador se acomoda à escravidão. Então, a precariedade só encontra justificativa para o trabalho escravo na acepção do fazendeiro que explora o trabalhador e justifica a exploração a partir da pobreza do trabalhador. As condições políticas e sociais justificam, em muitos casos, o êxito de gatos e fazendeiros.

Expropriação e precisão são termos conexos e têm uma historicidade. Os despossuídos da terra têm, em consequência, existências precárias. Existência precária no campo é, sobretudo, não ter terra. Isso torna o homem vulnerável ao sistema escravista contemporâneo. Mas não se trata de um funcionamento mecânico, de causa e consequência. Entre a expropriação e o estado de precisão, em alguns casos a penúria, existem fatores que não podem ser ignorados. O principal deles é a política de Estado. É preciso que não se ignore, na reflexão sobre a escravidão contemporânea no Brasil, que mais que responsabilidade, por falta de políticas efetivas de enfrentamento do trabalho escravo, a escravidão contemporânea se alimentou e cresceu de um modelo político adotado no campo pelo Estado brasileiro. Na Amazônia, de modo bem especial na região

precariedade diz respeito, também, às questões subjetivas do valor humano, da dignidade, do bem viver, da existência com decência. Precárias são aquelas condições que representam uma degradação dos valores humanos. Que atentam contra a dignidade. Esse é o sentido da palavra como a empregamos.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

do Araguaia-Tocantins, se a intervenção do Estado não gerou o trabalho escravo, pelo menos o alimentou e o espalhou como um germe sobre uma carne pobre.

Interessado, sobremaneira, pelo entendimento das práticas de trabalho escravo no campo, de como elas subsistem ao processo histórico mesmo quando, numa perspectiva moderna de desenvolvimento capitalista, deveriam ser superadas recorreu-se, nessa pesquisa, aos documentos, memória e bibliografia que pudessem elucidar as nuances da manifestação desse fenômeno no campo. Na trajetória de pesquisa, em especial a leitura dos trabalhos de outros pesquisadores e a análise das entrevistas dos indivíduos afetados pelo trabalho escravo, chamou a atenção o caráter de existência precária das pessoas cooptadas pelos aliciadores a serviço do capital. O trabalho escravo só pode ser entendido a partir da conjuntura que o produz e reproduz. São escravos da necessidade³, antes de qualquer outra escravidão.

A precariedade como condição de subsistência do trabalho escravo é reconhecida pelos próprios fazendeiros que dela se beneficiam. Em Rampazzo (2007) um fazendeiro explica que as condições de trabalho, precárias, seriam melhores se comparadas às condições de vida dos trabalhadores em seus locais de origem. Segundo ele, como os trabalhadores eram favelados e viviam em casas sem banheiro para tomar banho e passando fome, o trabalho em sua fazenda, objeto de fiscalização do Grupo Móvel, cuja atuação se faz, fundamentalmente, a partir de denúncias, seria um alívio para os referidos trabalhadores. Outro fazendeiro, identificado como Franklin, considera que seriam falsas

³ Esterici (2008) na trajetória da sua pesquisa com pessoas submetidas ao regime de obtenção de mão-de-obra por meios repressivos aponta a desigualdade como a base de sustentação desse regime que, sob nomes diferentes, representa no Brasil o mesmo fenômeno, a escravidão contemporânea. Para a autora os diferentes conceitos encerram uma situação de dominação que, por sua vez, se legitima pelo consentir dos dominados e dos setores da sociedade. O idioma paternalista e do parentesco constituem, nesse sentido, estruturas discursivas assumidas pelos sujeitos explorados que ao mesmo tempo em que dificulta o trabalho de combate a estas práticas, revela a dimensão da miséria material que os circunstanciam. Nesse quadro não é possível que se ignore as condições mais imediatas de subsistência com fator preponderante na manutenção das relações de exploração aqui aludidas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

as alegações sobre a existência de trabalho escravo porque o trabalhador, vivendo na miséria e na imundície, é compensado pelo serviço que lhes arrumam os fazendeiros, mesmo que as condições de trabalho sejam aviltantes.

Os fazendeiros têm nas condições precárias de vida do trabalhador o mote discursivo interpretativo das suas práticas. Essa mesma compreensão terão os fiscais do trabalho e os agentes da Polícia Federal, pelo menos até a década de 1990. Em quase todos os Relatórios de Missão, no caso dos agentes da PF, e os Relatórios de Fiscalização, dos agentes do Ministério do Trabalho aparece como base para a sua negação da constatação de trabalho escravo o pressuposto de que as condições degradantes são comuns na região. Os *costume em comum* de negação de direitos aos trabalhadores rurais, portanto, apresenta-se como elemento justificador, na compreensão dos agentes públicos, do trabalho degradante. Opera-se, nesse contexto, o inverso daquilo que Thompson⁴ (1998) havia percebido na Inglaterra do século XVIII onde costumes comuns constituíam, paradoxalmente, a rebeldia da tradição. O desenvolvimento capitalista implicava, naquele contexto, não apenas a desagregação, mas a precarização da vida dos trabalhadores contra o que as tradições os protegiam. Inversamente, no contexto do trabalho escravo contemporâneo, as tradições são arrogadas para justificar a superexploração do trabalhador. A cotidianidade dos crimes que deveriam constituir evidência de arbítrio

⁴ E. P. Thompson viveu a conturbada primeira metade do século XX, sobretudo a experiência da 2ª guerra mundial. Inglês nascido em 1924, numa família metodista, acompanhou o pai, pastor, à Índia sob domínio britânico. Essas experiências de vida marcaram a sua trajetória. Marxista, Thompson foi, sobretudo, um intelectual que se engajou com a causa dos trabalhadores pobres para os quais preparava cursos noturnos e a partir dos quais contribuiu com discursões iniciais do que ficou conhecido como estudos culturais. O trabalho *Costumes em comum* (1998) é significativo no sentido de um trabalho intelectual enredado pelas questões do trabalho e da cultura. Em especial nessa obra Thompson demonstra que a classe trabalhadora não pode ser pensada apenas a partir das questões econômicas. Além da dimensão econômica, importa refletir sobre as vivências, os costumes e os sentidos que as pessoas atribuem às suas lutas. A perspectiva de Thompson é a transformação social, para o qual a luta do trabalhador era imprescindível.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

aparece como argumento justificador, posto que seria lícito, nessa acepção, por ser costume comum.

É importante enfatizar, no entanto, que o *costume* de violação dos direitos dos trabalhadores tornou-se *comum* em função da constituição histórica de uma estrutura de marginalização dos despossuídos. Não é a falta de banheiro em casa, ou daquilo que se pode chamar de casa, que justifica o tratamento degradante. Pelo contrário, relações de trabalho fundadas na degradância constituem o contínuo da história de marginalização dos pobres, do campo e da cidade. Nesse contexto, é importante ressaltar que a própria política de desenvolvimento da Amazônia fez-se com base na precarização das condições de trabalho em benefício do grande capital. Lúcio Flávio Pinto tornou público alguns trabalhos de jornalismo investigativo sobre a atuação dos grandes capitalista na Amazônia (1980; 1982) demonstrando como a noção de desenvolvimento da Amazônia, especialmente a partir dos incentivos fiscais, resultaram numa opção clara do Estado pelo grande capital o que não só produziu conflito fundiário, mas também o trabalho escravo. Nota-se no quadro desenhado por Lúcio Flávio que ao mesmo tempo em que o Estado financiava grandes projetos, financiava também a miséria dos trabalhadores submetidos a trabalho escravo. A forma como se caracterizou a intervenção do Estado na Amazônia foi fundamental para a disseminação do trabalho escravo. Pode-se dizer, nesse sentido, que o Estado patrocinou o trabalho escravo na Amazônia às custas de uma determinada visão de desenvolvimento necessário à região.

Os governos militares conceberam a modernização da Amazônia dentro de um projeto de desenvolvimento e integração excludente dos povos que viviam na região. A integração deve ser entendida aqui num sentido amplo que vai desde integração da economia brasileira, num nível global, à integração da economia amazônica à economia brasileira, de modo mais particular, o que, em síntese, significou um esforço produtivo de gêneros alimentícios destinados principalmente ao sudeste, de um lado, e exploração

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

mineral destinada à exportação, do outro. Não houve aproximação entre camponeses e Estado no sentido de promoção do desenvolvimento tendo a Reforma Agrária como princípio. Relegando os pais de família que tinham no trabalho a certeza da posse da terra, o Estado apostou nos grandes empreendedores capitalistas como possibilidade de modernização da Amazônia, o que significava desenvolvimento com segurança, e aprofundou a precarização das condições de vida e de trabalhos de pais de família que, por esse tipo de política de Estado, submetia-se à degradação do trabalho escravo.

A modernização foi um sonho de estadistas muito antes de Vargas. Não é possível, para alguns sujeitos desse discurso, o sopro modernizador num Estado refratário ao novo e necessário. O moderno, porém, não podia mais ser apenas uma manifestação artística, não importa se nos cafés do Rio ou no teatro em Belém. O moderno era proposto como uma ampla superação do atraso, inclusive no âmbito da economia. Na verdade, a modernidade pensada no campo da economia deveu-se, inicialmente, àqueles empresários orgânicos⁵ que empreenderam campanha em favor da racionalização⁶ do setor público como base para o desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, a disseminação desse pensamento na década de 1920 foi acrescida de uma compreensão que também foi se popularizando e que dizia respeito à necessária intervenção do Estado no processo de modernização da economia resultando daí não só a contribuição do Estado em relação às indústrias, mas a influência do pensamento estratégico dos industriais para o desenvolvimento das políticas de Estado. Os intelectuais orgânicos do capital, como defende João Alberto da Costa Pinto, atuaram em todos os espaços, mas sobretudo no

⁵ Conceito empregado por DREIFUSS (1981, p. 66).

⁶ A racionalização ou administração científica pode ser apresentada conceitualmente nas palavras de Roberto Simonsen registradas por Bárbara Weinstein (2000) para quem a racionalização era uma forma de se obter “máxima organização do trabalho, que seria obtida com uma perfeita organização na qual por disposições inteligentemente adotadas, as perdas de tempo e os esforços não-produtivos sejam reduzidos” (2000, p. 31) acrescenta-se a isso “os princípios de cooperação cordial entre patrões e operários” (Idem) visando um pacto social e o predomínio da harmonia produtiva.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

palco das decisões que importam ao capital. Essa dinâmica explica como o Estado terminou abrindo “caminho para o desenvolvimento industrial privado no Brasil” (DREIFUSS, 1981, p. 22) e subsidiando os esforços econômicos das grandes empresas, inclusive com os incentivos fiscais na Amazônia.

Desse modo, assim como os civis que militaram pela revogação do que consideravam retrocesso nas estruturas produtivas e do próprio Estado; também os militares, força sempre ativa nas discussões sobre mudanças estruturais no país especialmente nas primeiras décadas do século XX⁷, ingressaram nessa corrente passando a um protagonismo prático a partir de 1964. Assim foi que a oportunidade para a prática de participação na construção de uma nova ordem social afirmada pelos industriais na conferência de Teresópolis em 1945 foi assumida pelos militares que, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, com a acentuação da ideia de fronteira ideológica⁸ como nova área de conflito global sentiram-se justificados enquanto usurpadores do poder e pensadores das formas de produção e convivência ante o povo que, em última instância, desde outros tempos constituía a “massa imbele⁹” na interpretação militar. Há, nessa perspectiva, uma concatenação de interesses. E, quando se considera as evidências apresentadas por Dreifuss, uma interpenetração de influências e de práticas entre militares e os intelectuais orgânicos do capital. Importa os interesses do capital porque esses

⁷ Aqui, a referência ao século XX parte do princípio de que, considerando propostas de alteração estrutural da realidade brasileira, o movimento tenentista foi mais importante que o movimento que resultou na Proclamação da República no final do século XIX porque enquanto os tenentes propunham alterações radicais, os militares do século anterior deixaram o papel de coadjuvante no plano prático, sem o fazê-lo no plano ideológico.

⁸ Em face da grande influência exercida pelos Estados Unidos sobre o Brasil, é muito conveniente a aplicação do conceito de Fronteira Ideológica apresentado por DREIFUSS (1981). A fronteira ideológica, portanto, em substituição à fronteira geográfica, considera predominante o perigo da ideologia, no caso a comunista, muito mais que um possível conflito de demarcação de fronteira geográfica ou ocupação de espaço por um povo inimigo. O centro da preocupação não é a invasão do exército inimigo, mas os efeitos das teorias revolucionárias desse inimigo sobre o povo, o que poderia pôr a perder a pátria brasileira.

⁹ Expressão usada por Juarez Távora (CARVALHO, 2006, p. 129) para quem o povo constituía uma massa inapta ao exercício do poder que lhe delega a democracia.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

interesses passam a confundirem-se com os interesses do próprio Estado. E isso não é apenas o passado, a Usina de Belo Monte está na *história do presente imediato* para mostrar que o desenvolvimento econômico para poucos é mais importante que os rios, aldeias e comunidades de muitos.

A forma como a política do Estado se manifesta no seu caráter efetivo não deixa de revelar uma compreensão da elite política sobre os indivíduos, principalmente trabalhadores, do campo. Os próprios incentivos fiscais constituem elemento esclarecedor das opções do Estado na Amazônia. O projeto de desenvolvimento da Amazônia não dizia respeito à melhoria das condições de vida dos camponeses, tão pouco se pensou a geração de emprego dentro dos níveis da normatividade que se tinha na cidade. Nesse sentido, os Relatórios de Missão apresentados pela Polícia Federal e os Relatórios de Fiscalização dos fiscais do Ministério do Trabalho constituem amostra das representações dos entes públicos a respeito dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

O documento da CPT, sobre tráfico e trabalho escravo, considerando o contexto da intervenção do Estado Militar, na chamada frente de expansão capitalista, avalia que:

Na região amazônica, o serviço de abertura de fazendas de gado requer abundante e dócil mão de obra para derrubar a mata, plantar o capim e formar os pastos. Os poderosos grupos econômicos, nacionais ou estrangeiros, donos dessas fazendas, estão ali para se aproveitarem dos incentivos públicos, escondendo-se atrás de empreiteiros conhecidos como “gatos”. As vítimas são trabalhadores braçais, e algumas mulheres destinadas a “servir” os homens para o que der e vier. (CPT, sd. p. 16).

A lógica, como se tem demonstrado desde o princípio, é a negação da condição humana a algumas pessoas que, fora do processo produtivo, constituem possibilidade marginal de ingresso no processo de desenvolvimento econômico da região. São sujeitos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

invisíveis e inviabilizados por não constituírem funcionalidade ao progresso capitalista, senão na condição de não-sujeitos. Essa é uma reflexão fundamental para se situar homens, mulheres e até crianças no horizonte das políticas públicas na Amazônia entre as décadas de 1960 a 1970.

É importante, portanto, que se pense sobre as formulações discursivas que atestam uma determinada visão de direitos, deveres e da própria dignidade do homem do campo. São discursos que atestam uma atitude de negação destes valores. O discurso não cria a realidade. Isso é fato. Mas é fato também que o discurso é uma manifestação sobre a realidade. É uma forma de expressá-la. Nesse sentido, as elites, intelectuais e econômicas, construíram um monumento discursivo em que se pode perceber, com certa clareza, como a cidadania não aparece como uma possibilidade objetiva ao homem do campo. O sertanejo, como é representado, oscila entre piolho da terra e possibilidade, mais ainda não é o homem da sociedade, com direitos e deveres reconhecidos.

A presença do Estado militar na Amazônia privilegiou o capital em função de uma racionalidade técnica que subsidiava a política do Estado e, naquele momento, projetou a modernização da região como possibilidade de geração de riqueza e emprego alijando os camponeses por não terem, segundo essa concepção política, as condições necessárias a esse projeto desenvolvimentista. As práticas precisam ser historicizadas para não parecerem filhas do momento. Esse longo percurso, de ações e discursos ajuda a entender as escolhas dentro de uma dinâmica histórica que atravessa toda a história do Brasil. A história do Brasil é, nesse sentido, a história da precarização de milhares de pessoas, a começar pelos indígenas, em função da opulência de alguns. Essa é a estrutura mental e prática que alimenta o trabalho escravo. A estrutura mental, como se demonstrará na reflexão sobre as condições de cidadania no homem do campo, consiste na ostensiva negação à objetividade dos direitos aos pobres do campo. As práticas, decorrentes dessa mentalidade são diversas, mas comumente, de exploração e violência dos pequenos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

agricultores, sobretudo os posseiros, e de exploração ao nível da escravidão dos trabalhadores rurais. A migração para a Amazônia, incluindo aí a trajetória dos grupos migrados para o Norte de Goiás no final da década de 1950, foi parte de um projeto de fuga da precariedade e busca de vida em condições melhores. Isso evidencia que, independentemente dos projetos das elites dirigentes, e dos projetos que transformam a terra de vida e trabalho em terra de negócio, as pessoas resistem, inclusive migrando para continuar livre e sonhando.

A entrevistada, Tereza Ferreira da Silva indica que escapar da exploração constituía o principal motivo da migração do Maranhão para Goiás. A terra da promessa constituía a possibilidade de libertação do jugo dos senhores de terra do local de origem, donde a migração representava uma fuga. A expressão da precariedade da vida no Maranhão era a impossibilidade de uso livre da terra, a infertilidade do solo, era a dependência de um senhor de tudo. Nesse sentido, o grupo ao qual a entrevistada pertencia, constituíam um tipo de migrante que, partindo em família, procuravam um pedaço de terra para se reproduzirem, produzindo as condições de subsistência. Estamos, nesse sentido, diante de um grupo diferente daqueles peões encontrados por Figueira (2004) que iam à Amazônia com a esperança de ganharem algum dinheiro depois voltarem para as suas famílias. Nesse caso, eram famílias que migravam porque acreditavam haver a possibilidade de acesso à terra. Segundo, Tereza:

No Maranhão se vivia era debaixo do cabresto, do pé do fazendeiro. Até os côco que quebrava, tinha o lugar concinado de quebrar o côco, porque naquele tempo lá no Maranhão vivia as mulher de quebrar o côco. A roça do Maranhão, a maior roça que tinha era uma linha, duas linha de chão. Mesmo se o homem fosse trabalhador igual o papai era, nós num tinha condição de plantar e era limitado tinha o tantim certo de plantar. Ai uns veio, ai voltava lá e dizia pros outros ai os outros vinha. (Araguaína, 02/11/2015).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A condição em que se encontrava o grupo era de agregado. Mas não todos do grupo, porque as condições não era a mesma para todos os membros dessa família, que já era grande¹⁰. Enquanto agregados, como bem o demonstra o estudo de Bastos (1984) e de Martins (2010) a produção complementar era fundamental como estratégia de sobrevivência à dependência do senhor de terras. A Lei de Terras de 1850, constituindo, na aceção de Martins, o cativo da terra, criou obstáculos à existência de uma classe livre, remanescente de escravo, e foi a base para a dependência do imigrante que, estabelecendo-se no Brasil, vivia, nos cafezais, uma condição longe da liberdade. A modernização do campo, nesse caso, das fazendas de café paulistas, fez-se sob a égide da metamorfose através da qual o capitalismo garantiu sua reprodução, contraditoriamente, a partir de relações não capitalistas. Esse mecanismo garantiu não apenas a acumulação de riquezas entre os cafeicultores paulistas, como disseminou-se pelo Brasil tornando-se mais agudo conforme avançava a modernização sobre o campo. É também nesse sentido que se deve entender o ressentimento contra as limitações impostas ao plantio e à exploração do babaçu. Elide Rugai, estudando, à mesma época, o movimento camponês pernambucano que ficou conhecido como Ligas Camponesas, observa que foi o avanço capitalista que passou a requerer maiores extensões de terra e alterar as relações de produção tradicionais. Para ele o movimento se “deu em função da sua base – o foreiro – representar uma categoria social ameaçada de extinção. O ‘galileu’ simbolizava o campesinato nordestino que vive próximo aos empreendimentos capitalistas, representando um obstáculo à sua expansão” (BASTOS, 1984, p. 18). Não poder definir o tamanho da área de cultivo é uma das características das áreas submetidas às

¹⁰ Entre os entrevistados do mesmo grupo familiar, Vilma Neves da Silva, matriarca, tinha uma situação melhor, economicamente que a sua irmã, que a acompanhou em 1954. Apenas a irmã, que era mais pobre, tinha filhos à época. Foi com os descendentes diretos dessa irmã que se conseguiu os contatos mais ricos para essa pesquisa.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

contingências do capital voraz quando estende suas malhas sobre terras antes cultivadas pelos camponeses.

Vilma Neves da Silva, nasceu no Maranhão no ano de 1936 e migrou para o Norte de Goiás em 1954. Essa viagem foi feita por um grupo de cinco pessoas, a entrevistada e o esposo, a irmã da entrevistada e o seu esposo e um ajudante, que cuidava dos animais. A viagem, feita em animal, é descrita como difícil, embora a posse de uma tropa, 12 animais, indicasse uma situação muito melhor que a média das pessoas do Norte do Maranhão, região de origem da entrevistada. O destino era as abundantes terras de Goiás em que, depois de chegados ao lugar, impressionou Vilma o fato de a mata ser tão fechada que quase não se via o sol. Depois de mais de um mês de viagem, estabeleceram-se na região que, mais tarde, seria cortada pela rodovia transamazônica.

A entrevistada não tinha filhos à época, embora depois, estabelecida na região, tenha tido mais de 10 filhos. Sua irmã, companheira de romaria, tinha dois, precisou deixar um para aliviar as dificuldades da viagem. Considerando que haviam sido atraídos pelas notícias de que as terras eram boas e que havia muita terra para quem quisesse nelas trabalhar, deduz-se desse empreendimento a realização de um projeto de vida a partir de um lugar que pudesse significar a reprodução da vida sem as agruras que lhes reservara o destino até ali. De fato, quando chegaram ao Norte de Goiás, numa região conhecida como Gameleira, as esperanças não pareceram ser falsas. Havia abundância de terras e havia abundância de animais, importante elemento na dieta do sertanejo. Segundo a entrevistada, “caça a gente via era como via areia, porque tinha demais por aqui” (idem). A exuberância da natureza chegou mesmo a incutir medo à entrevistada. Segundo ela, lá “num tinha quase sol, nós num escutava um gado berrar, nós num escutava um porco roncar... era só dentro daquela mata. A gente só via o mato e a terra” (VILMA NEVES DA SILVA, 13/09/2013). E isso lhes provocava um sentimento de nostalgia, em relação

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

aos que ficaram, especialmente no caso da irmã que precisou deixar o filho mais novo, e medo da floresta, pela sua grandeza em relação a um grupo tão pequeno.

Toda essa exuberância, que impõe medo, contrasta com a inóxia do lugar de origem. Mas a penúria do Maranhão não era apenas imposta pelas condições naturais, como a seca ou a infertilidade. A pobreza era produzida. Havia um *mandão* que impedia a reprodução da vida em condições mais favoráveis. A privatização da terra produz a pobreza por isso ela não é um dado, é um fato historicamente elaborado. O verme, corroendo a dignidade do trabalho familiar que poderia garantir a sobrevivência do grupo no seu lugar de origem, na companhia de todos os seus, é o não ter direito de uso da terra. Dessa privatização da terra decorrem muitos dramas. Na experiência do grupo contatado um dos dramas mais frequentes era a fragmentação da família.

Nascida em 1926 a entrevistada Maria Antônia Silveira Lima saiu de Balsas inicialmente para, na companhia da mãe, procurar o irmão. Desse irmão sabia que havia fugido do patrão, na região de Porto Nacional, então Norte de Goiás. A entrevistada demonstrou consternação em relação à fuga do irmão não porque ele precisasse fugir, mas porque ele fugiu. Na sua narrativa a relação do irmão era de emprego. Ele tinha saído para trabalhar em Porto Nacional, o próprio patrão o havia procurado em Balsas. Aí um elemento típico do trabalho escravo, o recrutamento. Sobre a precariedade de um, a oferta enganosa de outro. A entrevistada veio encontrar o irmão, mais tarde, nas regiões de garimpo, onde ela passou também a atuar.

Maria Antônia Silveira Lima é a única entrevistada que não tem relação de parentesco com os demais entrevistados. Mas, não só pareceu interessante o seu relato, pela disponibilidade em falar, como a sua trajetória de vida, muito reveladora dos meandros do fenômeno do trabalho escravo, tornou imprescindível ouvi-la. Tendo saído à busca do irmão, o encontraram já no Sul do Pará, “andando de garimpo em garimpo”. E foi acompanhando o irmão garimpeiro que a entrevistada conheceu o seu esposo. Com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

a decadência dos garimpos Maria Antônia Silveira Lima foi chamada pelo esposo para ocuparem terras na região do Piraquê, terras que eram livres e boas para o plantio. À época, 1962, no local haviam apenas três moradores.

Embora a motivação para a ocupação da terra na região do Piraquê tenha sido apresentada como em função da sua fertilidade, o casal, já estabelecidos, tinha como principal atividade o comércio. O esposo era tropeiro. Comprava produtos nas cidades próximas, principalmente Xambioá, Araguaína e Imperatriz, e revendia aos posseiros da região. De Piraquê não havia estradas que conduzisse a qualquer lugar. Assim, as dificuldades para o vendedor ambulante eram muitas, razão porque a entrevistada ainda fala com pesar das ausências do esposo, que, no caso de cidades mais distantes, como Imperatriz, quase 200km, passava dias entre a partida e o retorno. Xambioá era a cidade mais próxima, 50km, mas, com poucos recursos. Segundo Maria Antônia Silveira Lima, quando chegaram à região, a terra era de ninguém, “Era terra devoluta. Não tinha estrada. Era só a carreirinha. Era bom de caçada [...] num tinha fazenda. Era só a pessoa chegar, roçava onde queria e fazia. Aí depois, veio pra cá *o fazendeiro* (MARIA ANTÔNIA SILVEIRA LIMA, 08/01/2014). Mais tarde três fazendeiros se estabeleceram na região e, grilando terra, batendo e matando peão e pai de família, foram fazendo fortuna ao passo que iam tomando as terras aos pequenos agricultores. A violência, do mais terrível entre eles, fez com que seu gesto mais cruel, o assassinato de um trabalhador de nome Martins, terminasse por constituir uma tradição oral local.

De pele de animais, a remédio e óleo de côco tudo era comercializado pela entrevistada, que também passou a ocupar-se de um pequeno pedaço de terras, legalizado graças à sua boa relação com um funcionário do IDAGO. Enquanto dona de um “*secos e molhados*” Maria Antônia Silveira Lima tinha a oportunidade de manter contato com muitas pessoas na região, constituindo-se assim, testemunha ou ouvinte de muitos fatos à época. A própria Vila de Piraquê se localiza num ponto de intersecção entre a Belém-

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Brasília, ao sul, inaugurada em 1960 e a cerca de 36km da Vila, e a Transamazônica, inaugurada em 1974, distante 4km do Piraquê, a leste. A oeste o Rio Lontra muito utilizado para a navegação, sendo opção para se chegar a Xambioá e Araguaína. Desenha-se um quadro, na narrativa da entrevistada, que situa a região como, de fato, “lugar de se fazer a vida”. A opulência não era apenas de terra, mas de fertilidade e de liberdade de uso da terra.

Tereza indica que, por ocasião da chegada da família em Goiás a terra era livre. Num primeiro momento, os primeiros anos na região da Gameleira, também chamada de Mata do Valeme, constituíram um tempo de liberdade e de fartura, “era tudo era de cafezal era sítio, era cupu, cacau essas coisas assim. Liberto. Mas, a gente trabalhava. Fazia a roça onde queria, fazia a casa onde queria”. Depois chegaram os mineiros dizendo que eram donos de tudo. Iniciaram-se as expulsões. O sonho acabou. A terra livre foi usurpada e, com isso, mudar novamente tornou-se imperativo. Era preciso ir embora porque “os mineiros eram muito ruim. Era assim de bota a gente no cabresto, que só comer do tantim que eles dessem”. (TEREZA FERREIRA DA SILVA, 02/11/2015). A dependência, experiência da qual se fugia quando saíram do Maranhão, voltou com o cativo da terra, “ai tinha aqueles outros fazendeiros que era mais conhecido, era mais honesto e a gente ia lá pra terra deles”.

As impressões dos entrevistados sobre a terra a que chegam é quase idílica contrastando com o que se estabelece na região a partir da chegada do capital que, como se tem indicado aqui, coincide com o desenvolvimento da política dos governos militares. O fazendeiro mais conhecido, e também o mais cruel entre todos, é também o fazendeiro que, como indica Kotscho (1982) colaborou com os militares, donde principiou a sua imunidade, explicação para as suas práticas violentas fundadas na certeza da impunidade. O verme, portanto, é também a violência que subtrai a dignidade do trabalho e do

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

trabalhador, exaurindo-lhe a opulência da vida. Nesse contexto, o verme é o trabalho escravo que atenta contra a dignidade da vida.

As trajetórias remoradas são marcadas pela dura caminhada, pelo sofrimento e pela exploração, mas também pela esperança. O verme que corrói a dignidade não impede a luta e a esperança. O povo pobre que migrou para o Norte de Goiás não se acomodou à violência que lhes foi imposta. Houveram fugas das fazendas. Houve peão que contestou a dívida cobrada pelo fazendeiro. Houve também uma sociabilidade protetiva simbolizada pelo casamento que fazia deixar de ser do trecho o peão que estava vulnerável pela ausência de quaisquer laços sociais.

Os fazendeiros começaram a grilar terras na região na segunda metade da década de 1970, embora já houvessem alguns, inclusive *o fazendeiro*, residindo na área desde os anos finais da década de 1960. Nessa conjuntura, mesmo entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, a resistência ao trabalho escravo se deu dentro dos limites do possível. Mesmo o fim da ditadura não significou fim da repressão na região. A década de 1980 foi marcada pela perseguição, inclusive pelas autoridades públicas, às lideranças e aos agentes pastorais. É importante lembrar que o padre Josimo Moraes Tavares, agente da CPT, foi assassinado em 1986 e que antes desse assassinato, próximo da li, em São Geraldo do Araguaia, em pleno processo de abertura política os padres franceses Francisco Gouriou e Aristides Camio foram presos e condenados enquadrados na Lei de Segurança Nacional, que enquadrava os presos políticos dos anos de chumbo. No Norte de Goiás havia o trabalho do Padre Josimo Moraes Tavares, mas como já se demonstrou (SILVA, 2011), quase isolado, convivendo com a oposição dos próprios colegas de batina, afeitos à mesa dos ricos, e imerso num mundo de violência muita aguda em torno da questão da posse da terra, o trabalho escravo, considerando as famílias despejadas, os pais de família assassinados e as vilas inteiras incendiadas, era uma questão que demandava uma urgência menor.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Bibliografia

BALES, Kevin. *Gente descartável: a nova escravatura na economia global*. Lisboa: Caminho, 2001.

BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRETON, Binka Le. *Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira*.

ASSIS, Maysa Monte. São Paulo: Loyola, 2002.

CARVALHO, Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Escravidão e feudalismo no Norte do Mato Grosso*. São Félix do Araguaia: mimeo, 1970.

_____. *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*. São Feliz do Araguaia: Prelazia de São Felix, 1971.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Tráfico de pessoas e trabalho escravo*. Araguaína: CPT, sd.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: CEPS, 2008.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros: conflitos de terra no Araguaia-Tocantins*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

_____. *A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação*. Em: VV.AA.
Trabalho escravo no Brasil contemporâneo. São Paulo: Loyola/CPT, 1999.

_____. *O cativo da terra*. 9ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MOURA, Flávia de Almeida. *Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)*. São Luís: UFMA, 2006. Dissertação de Mestrado.

PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Carajás: o ataque ao coração da Amazônia*. 2ª ed. Ampliada. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

SILVA, Moisés Pereira. *Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986)*. Goiânia: UFG, 2011. Dissertação de Mestrado.

SUTTON, Alison. *Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje*. Brasília: Anti-slavery International, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: CIA das Letras, 1998.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil 1920-1964*. São Paulo: Cortez, 2000.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Documentário

RAMPAZZO, Alexandre. *Nas terras do bem virá*. Direção: Alexandre Rampazzo.
Produção: Eclipse Produções/ Varal Filmes. País: Brasil. Duração: 110min. Ano: 2007.

Entrevistas



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Maria Antônia Silveira Lima¹¹, Piraquê-TO, 08 de janeiro de 2014

Teresa Ferreira da Silva, Araguaína-TO, 02 de novembro de 2015.

Vilma Neves da Silva, Piraquê-TO, 13 de setembro de 2013.

¹¹ Embora local e data tenham sido mantidos, os nomes das pessoas, por segurança dos entrevistados, foram substituídos por identificações fictícias.

583

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11

O Lado Perverso do Patrimônio
Cultural

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**FESTA DA LAVADEIRA: ENTRE PASSEIOS E DESENCONTROS COM AS
POLÍTICAS PATRIMONIAIS**

Emília Guimarães Mota (UFG)¹

Resumo: O texto conta a história da Festa da Lavadeira (PE), anunciando lampejos que forçaram a mudança do local de sua realização. Irei tratar de modo breve sobre políticas patrimoniais e culturais com o intuito de confrontar diferentes respaldos que alguns reconhecimentos, por meio de leis e títulos, podem oferecer a um bem cultural imaterial. Foram analisados usos de categorias e modulações praticadas no contexto do passeio da festa.

Palavras-chave: Festa da Lavadeira; Políticas patrimoniais; Cidadania patrimonial.

O texto é parte do trabalho final de curso apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás em 2016, que abordou a ida da Festa da Lavadeira, de Pernambuco para Goiás. Ao seguir os rastros dos motivos do passeio de uma festa de longe para a Vila de São Jorge, Goiás, debrucei-me sobre a história da Festa e da conhecida Vila. Apresento as relações da Lavadeira com as políticas patrimoniais. Para a realização da pesquisa utilizei materiais bibliográficos e virtuais, além de ter realizado entrevistas através da técnica conhecida como *snowball* ou ‘bola de neve’, (BALDIN & MUNHOZ, 2011), que se aplica a partir das indicações que um entrevistado central faz de outras pessoas que considere relevantes ao tema proposto. A cadeia de referência foi formada a partir do produtor cultural a Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge, representada na pessoa de Juliano Basso.

Juliano e Eduardo Melo, conheceram-se numa premiação para os projetos que trabalhassem com as culturas populares e se encontraram também no Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, em 2005. Em momentos distintos, um resolveu conhecer o evento produzido pelo outro. Juliano foi primeiro a Pernambuco para conhecer a festa.

¹Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás. Contato: emilia.g.mota@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Desse encontro entre pessoas e projetos que trabalhassem com culturas populares saiu a parceria que conseguiu organizar o passeio da boneca de 2015, os dois últimos contribuindo conforme as práticas que já possuíam no cenário da produção cultural. O momento em Pernambuco não era favorável em 2015 para conseguir apoio através das leis de incentivo que auxiliaram a festa desde de 2000, de acordo com a fala de Eduardo Melo no trecho do documentário “Festa da Lavadeira- Sou do povo, sou a festa”(2009), disponível no Youtube e publicado no blog da festa.

A estátua da Lavadeira, feita por Ronaldo Câmara, comprada e colocada na parte externa da casa na Praia do Paiva, por Eduardo Melo, no Cabo Santo Agostinho- PE. As pessoas disseram que havia algo diferente com ela. Começaram deixando oferendas no local e a dizer que a mulher acompanhava-os com os olhos e possuía uma energia, um axé que os remetia à orixá Iemanjá. Ao perceber a movimentação Eduardo convidou a população para se reunirem em torno da estátua. Este encontro ocorreu em 01/maio/1987 configurando a primeira Festa da Lavadeira (FESTA DA LAVADEIRA, s/d). A partir daí anualmente a festa passou a ser realizada todo 1º de maio. Contando com oferendas rituais dos grupos de cultos afrobrasileiros e com maior número de participantes, grupos artísticos, de tradições nordestinas.

A efervescência religiosa fez com que a estátua fosse preparada conforme os preceitos das religiões de matriz africana, uma vez que o axé da estátua e da festa foram se confirmando. Recebeu roupas marcando a diferença de que não era uma estátua, mas sim, a extensão do axé, portanto, algo sagrado que merece cuidados diferenciados e não pode ser exposto de qualquer maneira. Foi construída uma casa pequena e um *peji*. “A partir de 1998, o fundamento da Festa da Lavadeira passou a ser conduzido pela Iyalassé Hildeth Roda, conhecida como Mãe Deth, Mãe de Santo de Eduardo, hoje Ogan Alabá do Ilê Odé Omim Lougui - Salvador/BA”(FESTA DA LAVADEIRA, s/d). A festa passou a ser vista como uma das maiores da cultura popular do estado de Pernambuco. Foi criada uma boneca gigante da Lavadeira que desfila durante a festa. Foi confeccionada com roupas em tons de azul e branco, referenciando as cores de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Iemanjá bem como um turbante. A festa ganhou prêmios e reconhecimento: *Prêmio Rodrigo Melo Franco - IPHAN (1988 e 2008) e Prêmio Culturas Populares do SID/Ministério da Cultura (2007).*

A região do Cabo de Santo Agostinho (PE) reúne atrativos naturais e culturais amplamente divulgados pelo setor turístico. A conjunção de paisagens e bens culturais fortalece o setor turístico na medida em que são elementos estratégicos para impulsionar economia dos lugares. A Festa da Lavadeira foi registrada como evento nos calendários Turístico Cultural do Estado de Pernambuco pelo projeto de lei Nº 926/2005 (ALEPE/PE) e no Turístico Cultural da Cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE, o que mostra a relevância estratégica da festa para o estado durante certo tempo. O público registrado já alcançou 80 mil pessoas em uma de suas edições atraindo grupos culturais do nordeste, turistas e religiosos de todo país. A Festa também reconhecida como um bem cultural, como Patrimônio Imaterial e Cultural do Estado de Pernambuco pela Lei Ordinária Nº 927/2005 (ALEPE, 2005) e municipal, de Cabo do Santo Agostinho.

A partir dos anos 2000, empresas começaram a desenvolver projetos imobiliários/turísticos com apoio da municipalidade de Cabo de Santo Agostinho. Construíram condomínios de luxo no local, fomentado pelas empresas Odebrecht e Brennan, inviabilizando a realização da festa na Praia do Paiva. No ano de 2005, em que foi incluída no calendário turístico e reconhecida como patrimônio imaterial e cultural, a festa “foi convidada a se retirar da Praia do Paiva pelo grupo ‘Reserva do Paiva’ – projeto de um residencial de luxo da Odebrecht Realizações Imobiliárias Ltda.” (ZENA, 2010). A Praia do Paiva recebeu, como outras regiões litorâneas, grandes empreendimentos turísticos e imobiliários. Este movimento foi realizado com base em discurso propagandístico de busca por maior desenvolvimento do lugar ao passo em que começou modificar, ainda mais, o cotidiano da população local e a minar a realização da Festa da Lavadeira. O processo desencadeou várias reações. De 1987 até 2011 a festa foi realizada no Cabo de Santo Agostinho, na Praia do Paiva. A Lavadeira fez algumas participações em festivais de outros estados como em Sergipe (1999; 2000), em

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Salvador/Bahia (1999, 2000, 2001 e 2003), em Maceió/Alagoas (2005) e outro país como Ciampino/Itália no ano de 2007 (FESTA DA LAVADEIRA, s/d). A edição de 2012 aconteceu na Praça Marco Zero em Recife. Em 2013, a festa não foi mais aceita lá. No ano de 2014, foram remanejados para o bairro São José em Recife e, por fim, Povoado de São Jorge/ GO em 2015.

A população da região da Praia do Paiva e simpatizantes da festa organizaram vários movimentos e atos de resistência, também de engajamentos, mobilizando-se nas redes sociais e realizando edições da festa de maneira mais independente, fazendo uso da frase *Vamos Passear com a Boneca da Lavadeira procurando a sua Festa* estampada em faixas e nos discursos. As edições que ocorreram fora da praia do Paiva mostraram-se como atos de resistência e de pedidos de retorno da festa ao local onde está a estátua.

Coletivos e grupos das culturas populares também divulgaram, em seus sites e blogs, cartas de apoio à Festa da Lavadeira, como foi o caso do Quilombo Cultural Malunguinho de Pernambuco, uma carta coletiva de grupos paraibanos e o Coletivo Afrocaeté de Alagoas, que ressaltou as tensões entre público e privado, apresentando situações em que o local foi isolado para limitar acesso da população, e apontou ainda para questões de higienização do Paiva. Existe pedágio que está na ponta da praia, no começo, e na outra, no final. O que parece é que funcionam como guaritas de condomínios fechados que por ali existem atualmente. Em 2016 fizeram um modelo de festa como um cortejo que desfilou pelas ruas de Recife com o seguinte título “Festa da Lavadeira- Democracia e Resistência cultural”. Foi um ano de comemoração dos 30 anos de Festa da Lavadeira mesmo com os percalços dos últimos anos.

O uso da expressão “cultura popular” nas políticas públicas culturais, mais recentemente, vem como parte do discurso de valorização da diversidade cultural nacional que engloba a cultura popular como a cara de uma criada brasileira. As culturas populares das regiões compoem uma unidade em que essas seriam fonte e

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

repositório da diversidade cultural brasileira (ALVES, 2011) que deve ser protegida e resgatada.

As políticas públicas voltadas para área cultural no Brasil possuem histórico e contexto de instabilidade afetados pelos cenários políticos, econômicos bem como associados e impulsionados por situações internacionais, como a Declaração de direitos do homem e a atuação da UNESCO, por meio de diretrizes que a partir da década de 1970, endossa a articulação das culturas tradicionais e populares em associações e redes, também em ações políticas. A recomendação elaborada por este órgão sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional, de 1989, exemplifica essa atuação. A criação do Ministério da Cultura, em 1985, solidificou-se com o tratamento da cultura enquanto direito dos cidadãos e com a criação de leis de incentivo (DIAS, 2015) bem como pela existência dos outros órgãos, sendo que alguns foram incorporados à estrutura dele somando uma rotina burocrática e investimentos. Nesse sentido o tripé democracia/ direitos/ cidadania começou a impulsionar novas atuações estratégicas do Estado que passava por transformações na transição de regime e intenção de estabelecer outro que fosse diferente do período de ditadura militar. A Constituição brasileira (1988) também foi influenciada e podemos verificar que trouxe aspectos legais que ampliaram e estabeleceram direitos culturais a partir nos artigos 215 e 216 e 216-A. Os artigos citados abriram espaço para instrumentalização e regulamentação na cultura por meio de políticas públicas que estavam por surgir. Esses marcos, MinC e Constituição de 1988, mostram a mudança na forma de conceber a cultura, que passou a ser vista enquanto um direito do cidadão e, assim, justificando a atuação do Estado no cenário cultural.

As mudanças são significativas no nível das legislações mas ainda trazem uma linguagem já utilizada, que revela o tratamento estratégico da cultura por parte do Estado. No caso do Decreto-lei nº 25 de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, conhecido como Lei do Tombamento, apenas os bens materiais em especial as edificações que fossem vinculados a “ fatos memoráveis da história do

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Brasil” (IPHAN). O critério para seleção e tombamento era pautado na excepcionalidade do bem patrimonial cultural, o que já indica relações de poder envolvidas no processo. Privilegiava-se o saber técnico imperando a noção de excepcionalidade, critério de escolha das edificações que poderiam ser tombadas como patrimônio. Canclini (2008) critica esse modo de conceber o patrimônio, pautado na ideia de nação e nas escolhas feitas por grupos hegemônicos que se baseiam no critério da autenticidade e desqualificam outras contribuições que a formação da suposta nação teve. Fonseca (2005) indica que proteger a integridade física por si só não garante a sustentação da política pública de preservação. Precisa-se do auto reconhecimento dos cidadãos naqueles bens a partir do sentimento de pertencimento bem como do acesso a esses bens.

Como afirma Dias (2015), a institucionalização da cultura se mostrou como campo de possibilidades estratégicas para o Estado brasileiro. Possibilitou novas esferas de atuação como universidades e institutos privados e, deste modo, a circulação do termo cultura a meu ver também foi ampliada. Em 2000, concretiza-se a mudança de paradigma outra vez a nível legislativo. O Decreto-lei 3.551 de 2000, publicado no governo de Fernando Henrique Cardoso, instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Ao invés da excepcionalidade como critério, a relevância tomou sua vez. Este decreto permite o registro de festas, celebrações, saberes e formas de expressão como patrimônio imaterial.

Partindo das leituras de Csermak (2013), Barros (2008), Alves (2011) e de documentos publicados pelo MinC e UNESCO, uma ordem discursiva internacional e nacional baseada na diversidade cultural e direito à diferença atrelados ao desenvolvimento (em sentido econômico e humano) ganha força a partir de meados dos anos 2000 incrementando as políticas públicas culturais. Buscando os acontecimentos desse período, verifiquei que ocorreram eventos como, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, seminários (I e o II Seminário Nacional de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizado em 2005 e 2006), e outros nos anos posteriores. Neste último, foi criada a Rede das Culturas Populares. Em 2010 o MinC publicou o Plano Setorial para Culturas Populares, que demonstra mais uma vez, o interesse pelas ‘culturas populares’. As políticas públicas culturais passaram a ser estratégicas para geração de riqueza e transformação social. Verifica-se em alguns textos produzidos pelos órgãos governamentais uma direta associação do termo cultura com povo e por aí o reforço a noção de identidade nacional agora incorporando as ideias de diversidade cultural, pluralismo, contexto globalizado, fluxos migratórios. Aciono as contribuições de Lima Filho (2015) sobre a cidadania patrimonial e modulações. A cidadania patrimonial de que fala (idem, p.139) se refere a

capacidade operativa dotada de alto poder de elasticidade de ação social por parte de grupos sociais e étnicos, em suas dimensões coletivas ou individualizadas de construir estratégias de interação (de adesão à resistência/negação) com as políticas patrimoniais tanto no âmbito internacional, nacional ou local, a fim de marcar preponderadamente um campo constitutivo identitário, pelo alinhamento dos iguais ou pela radicalidade da diferença.

Nesse sentido, o autor coloca que essa capacidade de agência se utiliza dos termos da esfera acadêmica e das políticas públicas articuladas à categorias nativas de modo intencional e estratégico. “(...) Fazem da cultura um recurso da economia cultural, uma conveniência ou uma arma” (ibidem, p. 07). Pensando esses usos estratégicos ele agrega ao conceito de cidadania patrimonial o de modulação, que permitiria o rompimento de uma suposta inércia. A modulação como a ação social, a agência das pessoas envolvidas em diversos fluxos (histórico, identitário, econômicos, políticos, etc.) permite que sejam atuantes nos processos como de registro patrimonial, de participação na indústria cultural, no uso das categorias e das burocracias para lidar com os sistemas atuais de fomento a projetos culturais.

Modulações ocorrem também quando organização da Festa da Lavadeira e os grupos que a apoiam, articularam maneiras de realizar a festa divulgando a faixa “Vamos passear com a boneca da lavadeira procurando sua festa”, e foram a Recife

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

realizar festas-protesto e, depois, a Goiás, decidindo como e com quem queriam jogar. Compreendo os usos das categorias que serão comentadas como modulações que permitem usos estratégicos e de modo próprio por parte das pessoas. Posso dizer que as populações e grupos das culturas populares não estiveram inertes ao longo do processo de institucionalização das políticas públicas culturais. Ao mesmo tempo em que cultura tem sido usado como conceito para fundamentar uma identidade nacional, a cultura e as variações cultura popular, cultura tradicional têm sido usadas como fundamentação para suas próprias identidades, assim como para reivindicação de direitos (MOTTA & OLIVEIRA, 2015), e de participação em vários espaços da esfera pública.

A noção de diversidade cultural tem sido legitimada discursivamente, então, pela visão de que as responsáveis por ela, em grande parte, são as culturas populares. Nesse sentido, na primeira década após o decreto 3.551/2000, algumas manifestações culturais brasileiras foram reconhecidas enquanto patrimônio cultural imaterial como o ofício das panelas de Goiabeiras (ES) no ano de 2002, o Samba de roda do Recôncavo baiano em 2004, o ofício das baianas de acarajé de Salvador (BA) inscrito no Livro dos Saberes do IPHAN em 2005.

Ao mesmo tempo, aponto aqui para questões que Lima Filho (2009) apresentou sobre tensões geradas pelo uso do critério da ‘relevância’ dos bens culturais para que sejam registrados ou não. Esse critério utilizado pelo IPHAN para registrar bens culturais nos mostra que a relevância coloca à mesa o jogo de poder institucional que envolve tanto instâncias burocráticas quanto a atuação específica de pessoas e cargos. O que é relevante? Relevante para quem? De acordo com o decreto citado que os bens devem ter “a ‘relevância’ nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (IPHAN, 2000, p.02). Se o bem cultural for relevante para uma comunidade e ela desejar o registro e, em contrapartida, a análise institucional não considerar?

Alguns grupos podem entender que a relevância não depende do registro institucional e outros, que pode ser uma ferramenta para reivindicar direitos e dar

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

visibilidade. A Festa da Lavadeira – o caso deste trabalho- tem sido divulgada como uma das maiores festas da cultura popular e já foi premiada mas ainda não se mostra como relevante para o IPHAN. Recebeu título de patrimônio cultural imaterial através de leis ordinárias estaduais e municipais mas esta legislação não tem o mesmo tipo de legitimidade, no que se refere a proteção e projetos de salvaguarda que o IPHAN pode proporcionar. Suponho que se o reconhecimento viesse dessa última instituição talvez a negociação, quanto aos usos dos espaços públicos para a realização dela, tivessem sido diferentes.

Os comentários nas páginas da festa no Facebook de parceiros da Lavadeira mostram falas que conclamam a festa enquanto patrimônio cultural pernambucano e lamentam a inviabilização dela na praia do Paiva. A fala de Juliano e Téia demonstram que a ressonância da festa enquanto patrimônio também chegou até São Jorge quando comentaram sobre a vinda e possível retorno da festa para Pernambuco. Juliano afirma: “aí ele (se referindo a Eduardo) veio e decidiu fazer e foi essa festa foi muito legal e foi ano passado né? E aí ficou essa dúvida se vamos fazer aqui esse ano ou não mas como era uma procura da festa, uma coisa assim que tem uma origem que já é um patrimônio do povo pernambucano tem todo um... Ele tem determinadas obrigações por lá também”. Já na fala de Téia: “parece que essa festa já é o patrimônio lá de Recife do estado né?”.

Podemos pensar, a partir disso, as diferenças de legitimidade e proteção que o registro do IPHAN e a lei municipal e estadual podem conferir ao bem cultural. Não se sabe exatamente como tem sido a compreensão sobre patrimônio cultural da Assembleia Legislativa do Pernambuco-ALEPE atualmente. Entretanto, pode-se ter uma ideia da diferença de legitimidade em 2009 quando a imprensa da ALEPE publicou a matéria “Excesso de patrimônios- Honrarias: Projeto de lei tramita na Assembleia para tentar limitar os inúmeros títulos de patrimônio cultural e imaterial” em 2009. No caso referido um parlamentar havia proposto projeto de resolução para “disciplinar a farra dessas honrarias e impor critérios (...) restringindo a sua concessão”(ALEPE/ Diário de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Pernambuco, 2009). Ao menos para a época da publicação, percebo aqui um descompasso entre os cidadãos e a casa legislativa quanto ao que consideram relevante, como parte da identidade e cultura pernambucana. Compreendo os ganhos políticos que os parlamentares podem alcançar mas chama muito mais atenção a instabilidade e diferença de legitimidade porque passam os grupos que reivindicam o reconhecimento de suas expressões culturais, lugares, bens materiais e imateriais que realmente tem lugar na memória e história para eles.

Ao contrário do que afirma Hertcert (2014, p.106) de que a festa “está protegida por leyes provinciales y municipales, que le han otorgado la condición de patrimonio público cultural”, percebemos que a festa tem resistido por suas próprias estratégias como a negociação para mudar o lugar de realização, o que aconteceu algumas vezes. Inclusive, a mesma casa que concede o título inviabiliza depois, com outras leis, a realização da festa ao delimitar o que pode e não pode ser feito na região da Praia do Paiva. Esse processo pelo que notamos também se relaciona à marcação da diferença no que diz respeito às identidades dos grupos. As reivindicações seriam parte do exercício da cidadania patrimonial.

Para encerrar as reflexões apoio-me no que Lima Filho (2015) reuniu sobre postulações de Rosaldo (1997) e Arantes (1996) acerca da cidadania. Segundo os autores, a cidadania seria atravessada pela cultura, pelo direito à informação e o acesso aos bens simbólicos. O autor também trouxe as contribuições de Marilena Chauí (2006, apud LIMA FILHO, 2015 p. 136) que acrescentou: são “proposições inerentes à prática da cidadania cultural (...) o direito à fruição cultural, o direito à produção cultural e o direito à participação”. O acesso à Festa, o direito de produção e direito à participação têm deixado a desejar uma vez que as leis estaduais/municipais e a falta de incentivo tem praticado sucessivas contradições. É imprescindível levar em conta os engajamentos e modulações que os movimentos sociais e no caso a organização da Festa tem feito. Como diz o nome do documentário sobre ela “Sou do povo, sou a festa”, ouvir o que a festa tem a dizer e mostrar seria também ouvir o que o povo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

demanda.

Referências

- ALVES, Elder Patrick Maia. O lugar das culturas populares no sistema MinC: a institucionalização das políticas culturais para as culturas populares. In: *Artigos II Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Fundação Casa de Rui Barbosa, novembro 2011. Disponível em <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2011/11/06/artigos-do-ii-seminario-internacional-de-politicas-culturais/> Acessado em jan/2016.
- BALDIN, Nelma & MUNHOZ, Elzira M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *X Congresso Nacional de Educação*. 2011. Paraná: PUC. Disponível em http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf
- BARROS, José Márcio,(org.). *Diversidade Cultural: da proteção à promoção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- CANCLINI, Nestor Garcia. O Porvir do Passado. In: *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2008. P. 159-204.
- CSERMAK, Caio. *Pro povo é festa, pra gente é outra coisa: cultura popular, raça e políticas públicas na comunidade negra dos Arturos*. 2013. 207f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília. Brasília, DF 2013.
- DIAS, Caio Gonçalves. *O tratamento da Cultura no Brasil e sua institucionalização: marketing cultural e políticas culturais como processos de formação de Estado (1985-2013)*. In: *Revista Antropológicas*. Pernambuco, Recife. ano 19, 26(2):55-80, 2015
- FESTA DA LAVADEIRA I. *Facebook*. Disponível em www.facebook.com/festa.dalavadeirai?fref=ts
- FESTA DA LAVADEIRA. Site Festa da Lavadeira. Disponível em www.festadalavadeira.com.br

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

FESTA DA LAVADEIRA- SOU DO POVO, SOU A FESTA. Direção: Teta Barbosa.

Produção: 485Filmes. Patrocínio Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do
Ministério da Cultura. 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio como valor*. In: *O Patrimônio em
processo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p.35-50

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: discurso nacionalista e
patrimônio cultural no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003

HERTCERT, Vanda. *Destino y metamorfosis*. In: *Conceptos Boletín de la
Universidad del Museo Social Argentino*. Año 89.n 492. 2014 p.85-111

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Da Matéria ao Sujeito: inquietação patrimonial brasileira*.
Revista de Antropologia. São Paulo, USP, 2009, V. 52 N. 2 p. 605-632

_____. *Cidadania Patrimonial*. In: *Revista Antropológicas*.
Pernambuco, Recife. ano 19, 26(2):134-155, 2015. p.134-155

MOTTA, Antônio & OLIVEIRA, Luiz. Prólogo: A 'Cultura' na Agenda de Direitos e
Políticas Públicas (2003-2015). In: *Revista Antropológicas*. Pernambuco, Recife. ano
19, 26(2):1-16, 2015.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A DINÂMICA RENOVAÇÃO VERSUS PRESERVAÇÃO NAS DISCUSSÕES
SOBRE A RECONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM URBANA E AMBIENTAL DE
FLORIANÓPOLIS (1950 – 1980)**

Flávia de Freitas Souza (UDESC)¹

Resumo: Este texto vem na tentativa de refletir sobre as estratégias discursivas e representativas que envolveram os processos de patrimonialização dos conjuntos arquitetônicos que constituem o centro histórico de Florianópolis. O objetivo é evidenciar a forma como os símbolos e representações sobre a cidade e sua população foram mobilizados e compartilhados na intenção de forjar/construir no senso comum uma ideia de pertencimento, colocando em voga conflitos identitários que dizem respeito à inscrição do patrimônio cultural na duração e ações que objetivam a sua permanência.

Palavras-chave: História do Tempo Presente; Cidades; Patrimônio Cultural.

No decorrer do século XX a cidade de Florianópolis sofreu significativos processos de reformulação de seu espaço urbano, marcados por projetos modernizadores e estéticos, que projetavam no futuro as expectativas de um novo tempo. Na obra *Artífices do Futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950 – 1980)*, o historiador catarinense Reinaldo Lohn (2016) elabora um conjunto de reflexões acerca das representações simbólicas do porvir que a partir da década de 1950 reordenaram as expectativas dos habitantes locais sob o discurso de que a cidade precisava se lançar ao futuro e incorporar os projetos de desenvolvimento nacional com vistas a superar o “marasmo” e o atraso econômico que colocavam a capital catarinense em situação de desvantagem em relação a outras capitais brasileiras.

¹Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina –UDESC; Mestranda do Programa de Pós Graduação em História - PPGGH/UDESC. E-mail:flavia.freitassouza@gmail.com.br

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A promessa de que Florianópolis seria inserida nos trilhos do desenvolvimento ocupou o imaginário dos habitantes da Ilha de Santa Catarina, afetando sobremaneira as práticas cotidianas e a percepção dos habitantes locais acerca do seu lugar na ordem das coisas. As novas relações apontam para o surgimento de segmentos sociais que emergiram a partir da implantação de setores culturais e econômicos ligados às instâncias universitárias e empresas de energia e infraestrutura, cujas atividades conferiram a Florianópolis uma singular transformação em sua dinâmica socioeconômica e significativas transformações culturais da comunidade local.

Este estudo recai analiticamente sobre um conjunto de discursos e representações, dispostos em diferentes suportes e linguagens, que ajudam a compreender aspectos das transformações da cidade e sua população “permitindo algumas noções que estavam sendo construídas acerca do tempo e do futuro” (LOHN, 2016, p. 174). São textos jornalísticos, obras literárias, crônicas e projetos artísticos produzidos por intelectuais e artistas locais e que fornecem uma pluralidade de leituras da cidade, contribuindo para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais, e das disputas políticas e simbólicas que colocaram em debate projetos de desenvolvimento da capital catarinense.

Nos jornais, a maioria controlados por grupos partidários, é possível encontrar um cruzamento de ideias e dimensionar a diversidade de projetos que se propunham a pensar planos de desenvolvimento econômico para Florianópolis. Entre muitos projetos concorrentes foi o turismo aquele que melhor representou o interesse dos grupos que defendiam a remodelação urbana, como prática afirmativa de um programa modernizador, legitimados pelo discurso de que a cidade teria uma disposição “natural” para o avanço econômico por meio do turismo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Na tentativa de positivar a imagem rústica e atrasada da cidade e do habitante local, buscou-se afirmar, por meio de um projeto narrativo², tradições culturais de Florianópolis associadas a um passado mítico, pautado na figura do colonizador açoriano e na valorização de seus hábitos de vida simples em harmonia com as belezas naturais da Ilha. Destaca-se nesse processo, a forma como símbolos e representações foram mobilizados pelos idealizadores desse movimento: intelectuais e membros do IHGSC que se dedicaram a escrever a história da cidade na tentativa de influenciar, forjar e construir no senso comum, uma ideia de identidade e pertencimento a uma “comunidade imaginada”³ que conformou a imagem da capital catarinense como a concebemos no presente.

Seguindo essa lógica, é possível perceber que Florianópolis buscava apagar um estigma de atraso, que neste momento histórico (1950) relacionava-se à precariedade e ausência de um plano que garantisse a transição da cidade para uma economia industrializada. Ainda que tais expectativas polarizassem a opinião dos habitantes, a crença no futuro se mostrava em alta em Florianópolis nos anos de 1950 e 1960. Os avanços tecnológicos, impulsionados pelo programa nacional-desenvolvimentista, favoreceram a vida na cidade, lançando esperanças de superação das dificuldades.

A circulação de informações, o acesso a indústria cultural e o uso dos meios de comunicação para propagandear as novidades tecnológicas disponíveis no mercado, influenciaram hábitos de consumo, conferindo distinção social às novas classes médias

² Em 1948, em virtude do das comemorações do Bicentenário da Imigração Açoriana, realizou-se em Florianópolis o 1º Congresso de História Catarinense. O evento, presidido pelo desembargador Henrique da Silva Fontes, contou com a organização de dez seções temáticas nas quais 85 trabalhos foram apresentados. Segundo Walter Piazza (1996) o evento contou com a participação de acadêmicos portugueses e brasileiros, muitos destes, provenientes darecem fundada Universidade de São Paulo – USP.

³ “Comunidade imaginada” é um conceito desenvolvido por Benedict Andersen e remete a ideia de uma construção social imaginada por pessoas que se identificam e percebem a si próprias como parte de um determinado grupo, comunidade ou nação.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

na mesma medida que acentuavam o abismo entre distintas realidades e formas de experimentar a modernidade. Nesse processo de formação de uma sociedade orientada pelas expectativas de futuro, “[...] a felicidade pessoal aparece como um privilégio de classes” (BERMANN, 2007, p. 185).

Nos primeiros anos da década de 1960, os jornais, relatórios administrativos e discursos oficiais continuavam a destacar o alinhamento da capital de Santa Catarina às cidades do futuro. As singularidades desse momento histórico apontam para o surgimento de novas formas de comunicação urbana, um fenômeno similar ao que Massimo Canevacci (1993) denominou de “polifonia da cidade” e que evidencia a diversidade de sons, imagens e representações que emergiram na capital catarinense, marcando novos ritmos ao processo de transformação social e cultural da cidade por meio de um conglomerado de vozes e discursos a propor alternativas aos projetos de futuro, entrecruzando signos e sentidos aos espaços reais da cidade.

Para além da discussão dos impactos impostos à paisagem e ao cotidiano da população, mobilizada para que a cidade fosse redefinida nos anos que se sucederam, esta produção realiza uma reflexão crítica acerca das escolhas espaciais que abrigaram as principais obras urbanísticas da cidade e nessa direção procura discutir, em termos racionais, quais foram os critérios técnicos que definiram espacialmente a implementação destes projetos e em termos econômicos, para que parcela da sociedade eles foram pensados.

Essa disputa pela cidade alinhava-se aos anseios políticos e econômicos de grupos hegemônicos da sociedade local que há décadas polarizavam o exercício do poder em Santa Catarina: “[...] eram as formas tradicionais de exercício de poder, ditando o futuro da cidade”, mostrando a quem quisesse confrontar essa realidade que “a cidade tinha donos” e que as políticas de desenvolvimento estavam sob seus controles, (LOHN, 2016, p.176-180). Sendo assim, a ação desses grupos hegemônicos colocou em prática

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

discursos, intenções e relações de poder que ao serem adotados político e socialmente, reverberam na configuração econômica e sócio-espacial que Florianópolis ainda vivencia.

As escolhas políticas e culturais do passado – compor um cenário urbano alinhado com as expectativas de futuro– se manifestam no presente da cidade por meio de reminiscências materiais e simbólicas, preservadas no âmbito urbano e que vem marcar novas formas de ler as memórias da cidade, evidenciando a presença, ou mesmo a ausência, de aspectos que singularizam o seu passado.

Florianópolis na esteira da globalização das políticas da memória

Os anos de 1980, no ocidente, foram marcados pela afirmação do estatuto da memória como uma nova categoria intelectual, social e cultural, caracterizada inicialmente pela memória dos lugares, representados no espaço público como testemunhas de eventos passados. Apropriada pelo cinema, literatura e televisão, a memória também se tornou objeto de consumo de massa, um investimento cultural que aumentou sobremaneira o interesse do público pela história, (HARTOG, 2014, p.193-195).

Neste contexto, nutrido pela multiplicação de monumentos, comemorações e narrativas, o tema do Patrimônio foi fortalecido, entre outras razões, por sua capacidade de atuar no presente como um suporte simbólico que muito além de definir posse se inscreveu nesse encadeamento cultural como um vetor para definir identidade, reafirmando assim que o fundamento do patrimônio reside na transmissão, razão pela qual ele resiste frente ao medo do fracasso, do esquecimento, da obliteração ou mesmo do apagamento, (ROUSSO, 2016, p.195 -196).

Essa discussão é importante para este estudo porque diz respeito aos usos públicos da memória em circunstâncias alheias à consciência histórica e que podem incorrer no

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

risco de colocá-la num impasse frente aos abusos observados, tanto nos usos políticos, apropriados por discursos que recorrem a passados inventados, quanto nos usos econômicos, que podem tornar a memória uma mercadoria.

O paradoxo da memória e do esquecimento mostra-se evidente também nas políticas globais dos memoriais e em sua tentativa, por vezes fracassada, de manter o passado visível na trama urbana, (HUYSSSEN, 2014). Especialmente o passado ligado à memória nacional que em sua pretensão de abarcar uma história coletiva, não se sustenta num cenário onde memórias heterogêneas reclamam o seu lugar, definido por uma multiplicidade de experiências e expectativas – projetadas por sujeitos e seus coletivos – e marcado por diferentes ritmos de se perceber e vivenciar o tempo, (KOSELLECK, 2014, p.274). Metodologicamente, os ritmos do tempo histórico e a sua observação pela historiografia, apontam, dado o seu caráter múltiplo, plural, relacional e descontínuo, para a necessidade de uma articulação entre suas categorias formais – presente, passado e futuro – e os diferentes parâmetros sociais nos quais se manifestam.

Transpondo essa noção para a realidade desta produção, é possível perceber que a dinâmica renovação *versus* preservação nas discussões sobre a reconfiguração da paisagem e do cenário urbano de Florianópolis, operou num movimento pendular entre passado e futuro, acentuado pela disputa entre os argumentos da ruptura ou da continuidade. Os dois projetos, sob o efeito ideológico da modernidade, agiram em nome do futuro, no entanto, aqueles que acentuaram a ruptura, orientavam-se pelos projetos do porvir, e os que destacaram a continuidade, esperavam legar ao futuro um lugar para a memória. Inevitavelmente, ambas as possibilidades eram assombradas pelo fracasso (HUYSSSEN, 2000, p.18).

Essa discussão marcou o tom dos paradigmas temporais que a modernidade impôs à Florianópolis. Se por um lado a reformulação da paisagem urbana representava um desejo de ruptura com o passado rústico e colonial da cidade, por outro, os discursos em

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

favor da preservação denotava uma preocupação em perenizar fragmentos da história frente a incerteza de um futuro sem memória, reafirmando a evidência sinalizada por Pierre Nora (1993), de que a noção de memória, na sociedade contemporânea, pode ser concebida muito mais como um “dever” do que propriamente uma “vontade de lembrar”.

Essa tensão, marcou os debates públicos em defesa da preservação *versus* a destruição fomentada pelo encadeamento das sucessivas revitalizações empreendidas entre as décadas 1950 e 1970, o que acentuou a preocupação com o impacto das mudanças na configuração do patrimônio histórico e ambiental de Florianópolis. Assentados nos processos de globalização das políticas da memória, um grupo de representantes formado por intelectuais, políticos e notáveis da cidade, encampou, em âmbito municipal, uma ação efetiva na área de proteção do patrimônio cultural da capital.

Sintonizada na perspectiva de uma história conectada com as experiências e subjetividades dos processos coloniais e pós coloniais da Ásia, África e América Latina, a transnacionalização das políticas da memória e dos direitos humanos se desenvolveu como uma estratégia discursiva que, apesar de globalizada, se adaptou às singularidades e especificidades sócio históricas de cada localidade, assim como às temporalidades circunscritas às produções estéticas e formas culturais “periféricas”.

No Brasil, os efeitos da transnacionalização das políticas de memória, relacionados à preservação de bens patrimoniais de valor histórico, coincidiu com as intensas modificações urbanísticas impulsionadas pelo “milagre econômico” da década de 1970 e com os efeitos da consequente emergência do neoliberalismo em escala mundial. O temor frente a perda de valores tradicionais fez emergir novos conceitos internacionais de preservação que foram expressados em diversas cartas patrimoniais,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

com destaque para a Carta de Veneza⁴, cujas recomendações foram utilizadas no Brasil, pelos setores e agentes envolvidos nas políticas de preservação, seguindo a determinação de se ampliar as ações de tombamento, considerando nessa dinâmica a participação de esferas estaduais, municipais e administrativas na elaboração de planos urbanos e regionais que contemplassem medidas efetivas em favor da preservação.

Em plano local, “(...) o município de Florianópolis, em resposta às novas políticas federais, promulgou, em 1974, sua própria legislação de preservação”⁵, (ADAMS, 2004, p.43). A especificidade regional é que diferentemente do sistema de gestão adotado em esfera nacional, em que as ações de preservação foram projetadas e fortemente geridas por arquitetos e urbanistas, em Florianópolis a comissão municipal manteve a participação dos intelectuais mobilizados em torno do tema desde a década de 1950. Trata-se de escritores, memorialistas, historiadores e sociólogos ligados à Universidade Federal de Santa Catarina, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e à Academia Catarinense de Letras. Motivados por um afeto cívico por Santa Catarina esses “homens de letras” vinham agindo em defesa de uma “tradição cultural”, reafirmando, como dito antes, a ideologia de uma identidade coletiva atribuída a uma comunidade imaginada.

Embora, por ora, não seja a intenção deste trabalho analisar os critérios de seleção dos símbolos representativos da identidade local é relevante destacar, a exemplo do que demonstra Homi Bhabha (2007), que ao assumir sua própria interpretação dos espaços, dos símbolos, e da noção de comunidade a partir do seu lugar social, os intelectuais catarinenses certamente eliminaram outras memórias possíveis, suprimindo, em nome

⁴ A Carta de Veneza – Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios é considerada um marco internacional, por sintetizar a experiência de várias décadas de práticas na área da preservação e restauro. Foi aprovada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, ocorrido em Veneza, em maio de 1964.

⁵ Trata-se da promulgação da lei municipal de preservação nº 1.202 de 02/04/1974.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

da “tradição”, conflitos, identificações, negociações, rupturas e a necessidade de contextualização que a noção mesma de “tradução cultural”⁶ poderia suscitar. Em Bhabha (2007, p.309) a *tradução* é entendida como “blasfêmia” pela *tradição*, o que coloca em voga novos conflitos que dizem respeito à inscrição do patrimônio cultural na duração e às ações que objetivam sua permanência. Para o autor, todo ato de *tradução*, pressupõe uma poética de reposicionamento e (re)inscrição que confronta, aliena e fere a pureza das “origens tradicionais”, revelando as contingências e as incomensurabilidades envolvidas nos processos de transformação social.

Conclusão

Ao recorrer às experiências da antiga Florianópolis, a cidade nos mostra o quanto é saturada de memórias, esquecimentos, discursos e identificações. Narrativas que transversalizam a empiria e se traduzem em evidências históricas. Resultado de um trabalho hermenêutico que procura evidenciar as agências políticas e culturais do passado, apoiando-se em correntes conceituais que reforçam o interesse pelos sujeitos, suas experiências e modos como constroem e compartilham no cotidiano, práticas, signos, visões de mundo, valores, crenças e afetividades. É perseguindo a trilha dessas múltiplas representações sociais que este trabalho se inscreve numa narrativa historiográfica alinhada com as perspectivas da História do Tempo Presente, onde a História, em processo de se fazer, reivindica novas abordagens e problematizações. Entender os efeitos da modernidade e da aceleração do tempo no ordenamento das

⁶ Conceito desenvolvido pelo crítico literário Homi Bhabha (2007, p. 292 – 325) a partir de sua recepção da obra *A tarefa do Tradutor* de Walter Benjamin (1921). Em suma a tradução cultural pode ser definida como o modo de apropriação de uma tradição por cada indivíduo.

Ver: Tradução Cultural e Política em Homi Bhabha: Recepção de a tarefa do tradutor de Walter. RSF de Salles Graça. Revista Cadernos de Ética e Filosofia Política - USP, 2016, v. 27, p96-113. Sítio eletrônico: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/download/114391/112251>. Acessado em 15/01/2018.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

idades e no sentimento de estabilidade de seus habitantes é fator fundamental para este trabalho de pesquisa, entendendo neste cruzamento uma crise referencial da sociedade pós moderna diante das novas percepções do tempo vivido.

Referências:

ANDERSEN, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ADAMS, Betina. *Preservação urbana: gestão e resgate de uma história (Patrimônio de Florianópolis)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

BERMANN, Marshall. *Baudelaire: o modernismo nas ruas*. In: Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifôncia: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. Tradução Cecília Pradas. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

Florianópolis no Tempo Presente. Emerson Campos, Felipe Falcão, Reinaldo Lohn (organizadores) – Florianópolis: Editora da UDESC e DIOESC, 2011.

GONÇALVES, Janice. *Figuras de Valor: Patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016.

_____. *Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural*. Revista Historiae, Rio Grande, v.3, p.27-46, 2012



Universidade
Estadual de Goiás

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*.
Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente, modernismos, artes visuais,
políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.
_____. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de
Janeiro: Aeroplano, 2000.

LOHN, Reinaldo L. *Artífices do Futuro: cultura política e a invenção do tempo
presente de Florianópolis (1950-1980)*. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História,
São Paulo, n.10, dez. 1993.

PIAZZA, Walter F. *O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: estudo
histórico-analítico 1896 -1996*. Florianópolis: UDESC/IHGSC, 1996.

REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papitus Editora, 1994.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de
Janeiro: FGV Editora, 2016.

607

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12

A Cultura nas Diversas Disputas
Sociais: O Desafio de Identificação das
Muitas Memórias e a Construção de
Outras Histórias

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**AS RELAÇÕES ÉTNICAS E CULTURAIS ENTRE INDÍGENAS E NÃO
INDÍGENAS DENTRO DO AMBIENTE ESCOLAR**

Leonardo José dos Reis C. de Melo (UEG)¹

Carlos Alberto de Oliveira Batista (UEG)²

Jéssica Maria de Oliveira (UEG)³

Ademir Divino Vaz (UEG)⁴

Resumo

Este trabalho objetiva realizar uma discussão acerca dos conflitos étnico-culturais entre indígenas e não indígenas; estudantes do Instituto Federal Goiano – Câmpus Urutaí, partindo de resultados parciais de pesquisa de conclusão de curso, pretende identificar os elementos que contribuem para os conflitos decorrentes da diversidade cultural dentro do espaço escolar. Pretende-se com a pesquisa compreender as relações sócio culturais construídas entre os sujeitos envolvidos na pesquisa a fim de conhecer a realidade desses dois grupos dentro do espaço escolar e apresentar possíveis soluções para diminuir situações de conflitos no âmbito étnico-cultural no espaço escolar. A metodologia empregada será de natureza quantitativo-qualitativa. A pesquisa perfilará na Geografia humanista cultural e pretende contribuir para as reflexões sobre Geografia, Etnia e Educação.

Palavras-chave: Geografia; Escola; Índios; Diversidade Cultural; Conflitos Étnico-Raciais.

REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADE DOS INDÍGENAS NO BRASIL

As primeiras representações acerca dos nativos, habitantes do Brasil, ocorreram a partir do século XVI, com a chegada dos exploradores portugueses a então desconhecida, pelos europeus, “Terra de Santa Cruz”. Os navegadores portugueses buscando encontrar nova rota para chegar as Índias, chegam às novas terras, posteriormente batizadas de Brasil, ao se depararem com os habitantes, por conta de um erro geográfico, denomina-os de índios, acreditando terem chegado as Índias.

¹Graduando em Geografia (UEG), Câmpus Pires do Rio. Contato: leodemelo87@gmail.com

²Graduando em Geografia (UEG), Câmpus Pires do Rio. Contato: carlosalberto221935@hotmail.com

³Graduanda em Geografia (UEG), Câmpus Pires do Rio. Contato: jessicamaria122@outlook.com

⁴Professor Mestre em Geografia. UEG Câmpus Pires do Rio. Contato: ademirvaz@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Os indígenas, povos nativos, moradores dessas novas terras não se compunham de um único grupo, mas se distribuíam em várias tribos de cultura e costumes variados, estima-se que por volta do ano de 1500, no Brasil habitavam em média de 4 a 5 milhões de indígenas, sendo que hoje, a partir de dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a população indígena remanescente é de 817.963 mil, demonstrando um acentuado decréscimo da população indígena; população essa dizimada principalmente por conta da exploração, escravização, doenças trazidas pelo homem branco e fome; atualmente as populações indígenas estão distribuídas em 305 diferentes etnias, possuindo 274 idiomas diferentes, sendo que do total dessa população, 17,5% não fala a língua portuguesa (FUNAI, 2018).

Os portugueses apenas viam o novo território como um novo domínio, com interesses apenas exploratórios, não se importando em assegurar nenhuma forma de direito aos índios, principalmente o direito ao território, expropriando-os de suas terras e recursos, submetendo a todo um conjunto de etnias, conforme Araújo nos mostra;

Como se sabe, nos idos de 1500, Portugal considerou todo o território brasileiro como parte integrante do seu domínio. Em razão disso, durante praticamente os dois primeiros séculos da história do Brasil, não foram feitas sequer considerações sobre a necessidade de se assegurarem aos povos indígenas quaisquer direitos territoriais. Eram os tempos das tão arrojadas quanto arrogantes “conquistas”, em que simplesmente não se cogitava dar aos “conquistados” nenhum direito (ARAÚJO, 2006, p. 24).

Isso fica claro quando observamos que “Portugal não fundamenta seu direito com base em relações com chefes indígenas, aos quais não é reconhecida soberania política. Esse direito não existe.” (NABUCO, 1904 ⁵apud NETO, 2005, p.82). Os portugueses apropriam-se da terra, não reconhecendo o direito dos povos que aqui já viviam, pois

⁵ NABUCO, Joaquim. *Frontières du Brésil et de la Guayane Anglaise*. (Exposé final présenté á Rome). Paris: A. Lahure, 1904.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

esses não possuíam títulos sobre as terras e nem poderiam adquirir, dessa forma a Coroa portuguesa não via, nem ao menos a necessidade de dar-lhes a mínima condição de posse sobre as terras em que moravam, em maioria das tribos há gerações.

Historicamente a relação dos indígenas brasileiros e o homem branco foram e ainda é marcada pelas divergências, primeiramente decorrentes de disputas pelos territórios, algo que ainda hoje existe; mas também por conflitos socioculturais, e o desejo de dominação do homem branco, hoje isso se mostra mais evidente. Conflitos marcados por atos de violência, exclusão social e negligência, contra os povos indígenas, que somente com o Estatuto do Índio (1973) e a Constituição da República de 1988 passaram a ser vistos como cidadãos, dotados de suas capacidades intelecto sociais possuidores de direitos e interesses; embora ainda vistos como “relativamente incapazes” vivendo como tutelados do Estado; demonstrando a desumanização como mostra Lima (2016), que acontece com diferentes grupos étnicos, deslegitimando-os com uma representação de menos possuidor de traços que refletem socialização, moralidade cultura, refinamento e aprendizagem. Situação essa que só se altera com o Novo Código Civil (2002), reconhecendo a autonomia e a total capacidade dos índios enquanto pessoas e cidadãos.

O preconceito ainda é muito presente, contra os índios no Brasil; em pesquisa realizada Venturi e Bokany (2003⁶) apud Lima (2016), envolvendo 2006 pessoas de todas as regiões do Brasil, demonstrou que 3% dos brasileiros não gostam de encontrar grupos étnicos e raciais, e na pergunta sobre qual grupo étnico racial menos gostavam de encontram 1% respondeu ser os índios, ocupando o 9º lugar na escala de má querência contra um grupo étnico; demonstrando um processo de desumanização quanto

⁶ VENTURI, G. BOKANY, V. Indígenas no Brasil – Demandas dos povos e percepções da opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Rosa Luxemburgo.2013.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

aos indígenas, em que a principal forma de desumanização desse grupo é a exclusão moral.

Como resultados dos conflitos e da exclusão social acontecem às mortes provocadas pela violência contra os indígenas; além dos suicídios, que de acordo com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (2018) o índice é quase o triplo da média nacional. Com a fuga de seus territórios por conta da invasão pelos grandes fazendeiros, chegam às cidades onde na maioria dos casos sofrem preconceitos e perseguições terminando muitas vezes na morte dos índios.

EDUCAÇÃO E OS POVOS INDÍGENAS

De maneira geral a educação é um direito previsto na Constituição Federal de 1988, em que o Estado se compromete em garantir educação de qualidade e de forma universal, presando pelo desenvolvimento pessoal e exercício da cidadania; como podemos observar no artigo 205 da Constituição.

Nessa perspectiva, ao que remete a Educação Indígena e da forma como se estrutura hoje, nem sempre foi organizada dessa maneira, mas surge como fruto de transformações sociais e culturais, pelas quais a sociedade brasileira passou; especialmente no final da década de 1980 e durante a década de 1990. Para a população indígena o marco dessa revolução é a Constituição de 1988, momento em que os índios passam a ter reconhecidos os seus direitos e autonomia como cidadãos brasileiros (FERREIRA e PRADO, 2013. p.2552).

Buratto (2010⁷) apud Ferreira e Prado (2013), apresenta que as mudanças, que se tornaram na base, posteriormente, da Constituição de 1988, tem início por volta da

⁷ BURATTO, Lucia Gouvêa. Educação Escolar Indígena na Legislação Atual. In: FAUSTINO, Rosângela Célia; CHAVES, Marta; BARROCO, Sonia Mari Shima (Org.). Intervenções pedagógicas na Educação Escolar Indígena: contribuições da teoria Histórico cultural. 2. ed. Maringá, PR: EDUEM, 2010. p. 53-69.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

década de 1973, com a criação do Estatuto do Índio, pela Lei nº 6.001/73; ainda em vigor. A partir do Estatuto do Índio, a educação indígena, passa também a ser uma preocupação do Estado, que tem a pretensão de integrar os nativos a comunidade brasileira.

A Constituição de 1988 passa a ser um marco para a formulação de leis e de políticas educacionais específicas para os povos indígenas no Brasil, apresentando a possibilidade de acesso desses povos, a políticas educacionais, voltadas para a valorização de todas as dimensões culturais sociais e artísticas intrínsecas de cada tribo, garantido aulas ministradas, no ensino fundamental, tanto em língua portuguesa, quanto em suas línguas vernáculas, uma alfabetização bilíngue.

Outro fator importante que reverbera nas questões de cunho político educacional, sobre as populações nativas, são as fervorosas discussões sobre os indígenas, que de acordo com Santos (2017), sempre esbarra em questionamentos do tipo; o que é ser indígena, a ocupação das terras, desapropriação, demarcação (..), em que nessas discussões, relativas aos povos indígenas, sempre estão envolvidas questões territoriais.

Outras leis e aparatos legais em concordância com a Constituição de 1988; corroboram com a manutenção dos direitos a educação indígena; foram implantadas pelo Estado, dentre as principais estão; Leis de Diretrizes e Bases (1996), Plano Nacional de Educação (2001), Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998), Caderno Secad 3 - Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural ressignificando a escola (2007), Parâmetros Curriculares Nacional, Diretrizes Curriculares Nacional; além dos Currículos de Referência de Estados e municípios. Embora como se observa nos dias de hoje, muitos desses direitos, previstos em leis e normativas; ainda não se encontram satisfatoriamente colocados em prática.

Ao que se refere à Educação Indígena outro importante documento é o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, documento criado no ano de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

1998, e tinha como expectativa “cumprir a árdua tarefa de apresentar pela primeira vez, no País, ideias básicas e sugestões de trabalho para o conjunto das áreas do conhecimento e para cada ciclo escolar das escolas indígenas inseridas no Ensino Fundamental” (BRASIL, 1998).

Este documento apresenta a diferença do currículo escolar para a comunidade indígena uma vez que as áreas de conhecimentos são: Línguas, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Arte e Educação Física. Apresenta ainda seis temas transversais: terra e biodiversidade, auto-sustentação, direitos, lutas e movimentos, ética indígena, pluralidade cultural e educação e saúde. Esses conteúdos servem de norteadores no processo de ensino nas escolas indígenas. (FERREIRA e PRADO, 2013. p.2558).

O PCN, que entrou em vigor por força da lei nº 10.172 de 2001 ficou em vigor por dez anos e trazia algumas considerações acerca da educação indígena e o direito dos povos nativos terem acesso à educação, “este documento retoma uma questão muito importante ao mencionar que ao serem proclamados os direitos dos indígenas em leis, suas culturas, costumes, linguagem devem ser consideradas importantes para a formação de uma sociedade que respeita os próximos” (FERREIRA e PRADO, 2013. p.2558)

Outro aspecto importante quanto ao direito à educação dos povos indígenas foi a luta pela representação, apresentadas na forma das leis 10639/2003 e 11645/ 2006 que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo o ensino da história e cultura afro brasileira, africana e indígena no currículo escolar (SANTOS, 2017).

O direito a educação, das populações indígenas; tem sido ampliado, especialmente a partir da década de 1980; direito ao acesso a educação e também a representatividade, cultural e histórica desse grupo étnico, embora como coloque Oliveira e Nascimento (2012), ainda existam desafios que precisem ser enfrentados.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O POVO XACRIABÁ

O povo Xacriabá ou Xakriabá; constitui o maior grupo étnico indígena residente no estado de Minas Gerais, sua população é de aproximadamente 10 mil habitantes, seu território possui uma área de 60 mil hectares; essa reserva indígena é dividida entre 32 tribos, cada tribo possui comando próprio, através de pajés e caciques; a área indígena, demarcada, se localiza entre a região do Alto-Médio São Francisco (ROSA; ANAYA, 2016, p.13), essas terras encontra-se no município de São João das Missões.

O município de São João das Missões, onde vivem o povo Xacriabá, localiza-se na margem esquerda do Rio São Francisco na região Norte de Minas Gerais, entre os biomas; Cerrado e Caatinga, (SILVA, 2014, p.26). A ocupação da região arremete ao movimento Bandeirante do final do século XVII, embora os primeiros habitantes da localidade sejam os indígenas Xacriabás e pessoas advindas da Bahia e de outras regiões de Minas Gerais, “o atual município de São João das Missões chamava-se São João dos índios. Segundo os mais velhos esse nome se deu devido à existência de uma árvore muito comum no lugar, conhecida como São João” (IBGE, 2018).

De acordo com Oliveira (2008) o povo Xacriabá, é originário da parte meridional das terras entre os rios São Francisco e rio Tocantins, possuindo ancestralidade em comum com os índios Xavantes e Xerentes, linguisticamente estão ligados ao tronco Gê, subdivisão Akuê. Povos esses que “ocupavam originalmente a bacia do Tocantins, desde o sul de Goiás até o Maranhão, estendendo-se do Rio São Francisco ao Araguaia.” (Ribeiro, 1977⁸ apud Almeida, 2006, p.10).

Conforme apresenta Silva (2014), no ano de 1728, Januário Cardoso de Almeida Brandão, doa uma grande porção de terras aos índios Xacriabás, terras essas registradas no cartório de Ouro Preto no ano de 1856; desencadeando uma série de conflitos com grileiros e posseiros que invadem e também reivindicam a posse das terras, já em 1882

⁸RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. Petrópolis: Vozes, 1977.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

os índios buscam ajuda do governo para a resolução do conflito; voltando nas décadas de 1960 e 1970, agora já através da FUNAI, conseguindo assim, em 1973, o estabelecimento de um posto de reserva indígena na região.

Historicamente, os Xacriabás estão relacionados com os movimentos colonizadores do alto-médio São Francisco no Norte de Minas Gerais. Um documento outorgado pelo bandeirante paulista Januário Cardoso de Almeida na qualidade de “Deministrador dos Índios da Missão do Snr. S. João do Riixo do Itacaramby” (Certidão Verbum-Adverbum – Uma doação), definiu limites das terras ocupadas pelos índios numa carta de doação, protocolada no Cartório, no ano de 1728, Junto com a definição dos limites territoriais, o bandeirante ordenou para que se “ajuntassem” todos os índios que andavam para fora da Missão, para que fossem doutrinados, não furtassem os fazendeiros e virassem trabalhadores de suas fazendas (OLIVEIRA, 2008, p. 12).

Historicamente a construção da identidade do povo Xacriabá, é anterior ao momento descrito na citação anterior, pois esse povo já vivia naquela região e possuía a sua cultura, suas práticas interpessoais enraizadas ali, mas a partir de 1828; com a criação do primeiro território de posse dos Xacriabás, oficialmente reconhecido pelo homem branco, também ocorre à fusão desse povo, com outros povos indígenas e não indígenas que também viviam naquela região; resultando na variação étnico cultural, que se observa hoje. Um momento de grande avanço para a construção da identidade desse povo foi à conquista do direito ao território, mas esse também foi um momento onde se inicia um serie de disputas pela terra, especialmente por conta da invasão por grileiros.

Somente no ano de 1978 as terras indígenas são oficialmente demarcadas pelo governo; no ano de 1987, o então cacique dos Xacriabás, Rosalino e outros dois membros da Aldeia do Sapé foram assassinados por fazendeiros da região por conta da disputa pelas terras, fato conhecido por Massacre dos Xacriabás; episódio esse que serve de inspiração para a luta dos povos e comunidades tradicionais da região Norte de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Minas Gerais; posteriormente no ano de 1989 ocorre a homologação da posse do território em favor dos Xacriabás (ROSA; ANAYA, 2016, p.14). Ainda vinte anos após a homologação dessas áreas, onde a FUNAI alegava ser esse território de “posse imemorial do grupo Xacriabá”; ainda existem conflitos, e estudos para a ampliação das áreas de preservação indígena, remetendo as áreas originais doadas ainda no século XIX;

Desde os anos 2000, os Xacriabá vêm realizando retomadas territoriais que dizem respeito a um terço de território ainda não delimitado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), constado na carta de doação feita por Januário Cardoso em 1728 no qual os limites foram definidos em um documento firmado no cartório Morrinhos (Matias Cardoso) e registrado em 19 de abril de 1956 no livro paroquial da Vila Januária onde se encontrava a sede da comarca e em Ouro Preto que era a Capital da Província. (MAGALHÃES; ANAYA, 2014)

Outro aspecto importante a ser observado, é que a partir desses momentos de conquistas pelos Xacriabás; ocorre uma transformação cultural, quanto à necessidade de reivindicarem os seus direitos, e a tomada de consciência para a criação de mecanismos que busquem dar-lhes a autonomia política para a cobrança das autoridades governamentais; facilitando-lhes o acesso as políticas públicas, importantes para a manutenção da própria tribo e da forma de sua cultura; além da implantação de projetos que visem o bem estar e a melhoria das condições de vida de toda a comunidade xacriabana.

Esse processo de tomada dos espaços de representação política foi acompanhado por uma ampliação do acesso às políticas públicas. As associações indígenas iniciam a implantação de projetos voltados para ações ambientais (proteção de nascentes), produtivas (casas de farinha, rapadura e de sementes) e culturais. (ROSA; ANAYA, 2016, p.15).

Nesse sentido a comunidade Xacriabá é beneficiada com uma serie de projetos que visam o bem estar e o desenvolvimento social, entre alguns programas que se

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

destacam estão; Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais, o Magistério Indígena, que incluía criação de materiais didáticos específicos e construção de escolas dentro da comunidade, programas esses iniciados em 1997. Já em 2003 tem início o Programa Estadual de Licenciatura Indígena, visando à formação de professores originários da própria comunidade. Em 2008, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), estavam matriculados cerca de 2500 alunos e mais de 200 professores indígenas; trabalhando nas 35 escolas em terras dos Xacriabás. Sendo que uma das principais exigências que os estudantes da graduação faziam era que todas essas intercessões fossem registradas através de áudios e fotos; divulgando as ações locais e registrando a memória de todo um grupo étnico (ROSA; ANAYA, 2016).

Mesmo com essas políticas públicas para a comunidade Xacriabá alguns adolescentes e jovens da tribo deixaram suas famílias e estão estudando no Instituto Federal de Goiás – Câmpus Urutaí, na região sudeste de Goiás. Assim, a pesquisa em questão pretende entender as relações construídas entre os indígenas e não indígenas nesse ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rita Heloisa de. Xacriabá – cultura, história, demandas e planos. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.3, n.1/2, p.9-39, jul./dez. 2006

ARAUJO, Ana Valéria. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença** / Ana Valéria Araújo et alii - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 02/02/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de política da educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

http://www.ufpe.br/remdipe/images/documentos/edu_escolar/ml_07.pdf. Acesso em: 02/02/2018.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Índios no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/urutai> Acesso em: 19/01/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal Goiano. **IF Goiano – Câmpus Urutaí**. 2016. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/urutai> Acesso em: 18/01/2018.

BURATTO, Lucia Gouvêa. Educação Escolar Indígena na Legislação Atual. In: FAUSTINO, Rosângela Célia; CHAVES, Marta; BARROCO, Sonia Mari Shima (Org.). **Intervenções pedagógicas na Educação Escolar Indígena: contribuições da teoria Histórico cultural**. 2. ed. Maringá, PR: EDUEM, 2010. p. 53-69.

FERREIRA, Aline. PRADO, Mayla Graziela. **Um novo olhar a educação indígena a partir da Constituição de 1988**. IN XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE. 2013. Disponível em: http://www.educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8706_4694.pdf Acesso: 27/01/2018.

INCRA. **Regularização de Território Quilombola**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf> Acesso em: em 02/02/2018.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. FARO, André. SANTOS, Mayara Rodrigues dos. A desumanização Presente nos Estereótipos de Índios e Ciganos. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Jan-Mar 2016, Vol. 32 n. 1, pp. 219-228.

MAGALHÃES, Maria Clara Dourado. ANAYA, Felisa Cançado. **“Articulação Rosalino”: uma análise acerca da Reserva Indígena Xacriabá**. IN 8º Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. 2014. Disponível em http://www.fepeg2014unimontes.br/sites/default/files/resumos/arquivo_pdf_anais/resumo_expandido_fepeg_3.pdf Acesso em: 13/02/2018

NABUCO, Joaquim. **Frontières du Brèsil et de la Guayane Anglaise**. (Exposé final présenté á Rome). Paris: A. Lahure, 1904.

NETO, Carlos de Araújo Moreira. **Índios e fronteiras**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.2, p. 79-87, dez. 2005.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **Política e Políticos Indígenas: a experiência de Xakriabá.** Brasília, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** Petrópolis: Vozes, 1977.

ROSA, Helen Santa. ANAYA, Felisa Caçado. Raiz que sustenta a nossa identidade. **Revista Agriculturas.** v. 13 - n. 1 • março 2016.

SANTOS, Ana Lúcia Lourenço. Indígenas e Quilombolas na abordagem geográfica do Cerrado no ensino básico de Goiás a partir das Leis 10639/2003 e 11645/2006. **Revista Tocantinense de Geografia, Araguaína (TO)**, Ano 06, n.0 09, p.119-138, jan./abr. de 2017.

SANTOS, Rafael Barbi Costa e. **A cultura, o segredo e o índio: diferenças e cosmologia entre os Xacriabá de São João das Missões/MG.** 2010. Dissertação (Mestrado) – Antropologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Cássio Alexandre da. **A natureza de um território no Sertão Norte de Minas Gerais: A ação territorial dos Xacriabá.** Tese (Doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia. 2014.

SILVEIRA, Elza Gonçalves da. **Sobre a Literatura Xacriabá.** Belo Horizonte : FALE/UFMG : CGEEI/ SECAD/MEC, 2005.60 p.

VENTURI, G. BOKANY, V. Indígenas no Brasil – **Demandas dos povos e percepções da opinião pública.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Rosa Luxemburgo. 2013.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**O ESPAÇO DA FEIRA ISIDÓRIO RODRIGUES DE REZENDE DE IPAMERI –
GOIÁS – REPRESENTAÇÕES DOS PRODUTORES E MORADORES**

Lucélio Cardoso Vaz¹
Ademir Divino Vaz²

Resumo: A presente pesquisa procura discutir a Feira Isidório Rodrigues de Rezende em Ipameri-Goiás em seus aspectos identitários e culturais, abordando as representações dos produtores e moradores que ofertam seus produtos para a comercialização no espaço da feira e que se transforma em ponto de encontro entre feirantes e frequentadores. Nesta perspectiva, o trabalho objetiva compreender as relações espaciais a partir dos elementos culturais na Feira Isidório Rodrigues de Rezende em Ipameri (GO). A metodologia inicial para atingir o objetivo proposto consta de uma revisão bibliográfica e visitas *in loco* para observação direta e coleta de dados preliminares a realização do trabalho. Nesse sentido, a pesquisa poderá após a sua conclusão contribuir com dados qualitativos e quantitativos para se pensar o espaço social, econômico e cultural das feiras livres, em particular da feira Isidório Rodrigues de Rezende.

Palavras-chave: Espaço; Feiras; Cultura.

O conceito de Espaço na Ciência Geográfica

Os conceitos espaciais são fundamentais para a Geografia, sendo responsabilidade dos geógrafos, analisando e descrevendo a interação e integração de fenômenos relacionando o espaço, tornando o mesmo em um espaço absoluto, contendo apenas as coisas que existe na realidade, um conjunto de pontos que interligam entre si (CORRÊA, 2003). Dessa forma a Geografia aborda todos os fenômenos que ao

¹ Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Pires do Rio
Contato: luceliovaz95@hotmail.com

² Professor Mestre do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Pires do Rio
Contato: ademirvaz@hotmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

organizá-los espacialmente tornam-se únicos, não tendo possibilidade de realizar generalizações.

Para Santos (1999, p. 51) “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Está vinculada ao papel das técnicas na transformação do espaço, ou seja, passou a ter um sistema de objetos cada vez mais artificiais a fins de funcionar como uma máquina, povoado por sistemas e ações, deixando de ser uma natureza selvagem, formada por objetos naturais, assim a natureza passou a ser a origem de transformação dos objetos pelo ação do homem através da técnica, “a técnica é a principal forma de relação entre o homem e a natureza e é definida como um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” Santos (1999, p. 51).

O espaço pode ser compreendido em diversas formas, pois há uma heterogeneidade que compõe o espaço, seja ele no meio urbano ou rural, composto por suas peculiaridades envolvendo a afetividade do mesmo, representando os valores econômicos, sociais e culturais. “O espaço tem sua própria história que se origina da conjunção entre as características da materialidade territorial e das ações; e, é necessária a promoção da circulação de vários fatores como homens, dinheiro, informações, mercadorias, etc” (BOECHAT e SANTOS, 2009, p. 5).

Com a Geografia Humanista e Cultural o espaço é adquirido por muitos autores, assim tendo uma variada representação, o espaço social, ou seja, aquele espaço vivido por cada sujeito, no qual exprime sentimentos e experiências dos indivíduos e grupos que estão ligados a ele, sendo analisado a individualidade social de cada espaço, originando a cultura popular. O espaço vivido refere-se ao afetivo, imaginário, lúdico e simbólico dos que estão nele inseridos (CORRÊA, 2003). O espaço também é

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

representado pelas simbologias sagradas ligadas as estruturas abstratas, envolvendo sentimentos e imaginações humanas, tornando pontual e cercado por espaços profanos. O espaço material é um espaço com matéria, ou seja, tudo aquilo que se pode pegar, o espaço metafórico é aquele criado pelo indivíduo através dos sentidos, tornando-se um momento diferente, podendo ser um encontro (in) esperado, o espaço pessoal é um espaço íntimo, que pode ser caracterizado como uma área ao redor do corpo, já o espaço social são as relações em que a sociedade se desenvolve, através da interação entre os seres humanos por meio da linguagem. Percebe-se que os domínios são tão particulares que tornam impossível qualquer definição genérica de espaço, pois há uma heterogeneidade entre as relações dos conceitos.

Além das multiplicidades o espaço também pode ser formado por objetos técnicos, Santos (1999, p. 34) compreende que “o espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão”, contudo além das técnicas o espaço também tem a percepção do tempo, que pode ser marcado pela existência física ou pelo imaginário.

O imaginário tem uma intensidade em base empírica, proporcionando que “o espaço impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de viver bem” Santos (1999, p. 34), ou seja, são laços que interligam o homem no espaço em que vive, criando inúmeras técnicas para o seu melhor aperfeiçoamento.

As Feiras no Espaço Geográfico

A palavra feira deriva do latim feria, que significa dia de festa, dia santo ou mesmo dia de descanso sendo o dia propício para os feirantes comercializarem seus

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

produtos. Sendo assim é uma convenção antiga que se formou através dos primeiros agrupamentos humanos, a datar de quando o homem deixou de ser nômade e passou a ter interesse pela terra, passando a domesticar animais e fazendo sua própria agricultura Guimaraes (2010).

As feiras têm origem na Europa durante a Idade Média e tiveram papel fundamental no desenvolvimento das cidades e no chamado renascimento comercial do século XIII. Quando os camponeses não conseguiram vender nos mercados a produção excedente, trocavam por outros produtos nas ruas a um preço mais barato (GUIMARÃES, 2010, p. 05).

Santos (2013), constata que por volta de 2000 a.C já existiam as feiras, assim depois de Cristo há marcos na Bíblia de vendedores de bois, ovelhas e pombas, percebe-se que desde essa época as feiras ganharam influências de modo diferente, mas com o intuito comercial, então Santos afirma que:

Aquela passagem bíblica do evangelista João, capítulo 2, do versículo 13 ao 17, a primeira referência de feira depois de Cristo – d.C. Citando a proximidade da páscoa dos judeus, e a subida de Jesus Cristo para a cidade de Jerusalém, onde ao entrar no templo, encontrou os vendedores de bois, ovelhas e pombas, e os cambistas sentados no Templo de Jerusalém, o narrador desse evangelho dar elementos de indução de que ali, naquele momento, se realizava uma feira e/ou uma atividade comercial típica do comércio. Assim, esses fenômenos econômicos, sociais e espaciais – as feiras – não são tão recentes nos espaços urbanos (p. 04).

As relações que existem entre cidades-comércios-feiras persistem desde o surgimento das mesmas, e com essa conexão ambos ganharam desenvolvimentos e cresceram juntos, multiplicando os espaços urbanos.

As feiras tendo sua aceleração não aceita passou por desafios para que conseguissem se estabelecer no espaço urbano, fazendo com que as mesmas sejam

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

removidas para áreas periféricas das cidades, com o intuito das feiras ficarem distantes dos comércios centrais e perderem suas influências sobre o espaço urbano, mas a feira não é só um ponto comercial, na qual os feirantes comercializam seus produtos, passa a ser os pontos de encontros antigos nas cidades, mesmo localizada em partes inferiores da cidade, ou seja, na parte externa, isso não impede os frequentadores de presenciar esse espaço de várias relações sendo elas econômicas, sociais, políticas e culturais (BRAUDEL, 2009).

Braudel (2009, p.19) aponta que, “por toda a parte, o aumento das trocas levou as cidades a construir mercados (*halles*), isto é, feiras cobertas, muitas vezes rodeados pelas feiras ao ar livre”, no século XVII Paris foi referência em praticar as trocas de mercadorias, com isso as feiras começaram a expandir trazendo diferentes artigos a serem comercializados, devido as grandes demandas e procuras as feiras passaram a ocupar um espaço diversificado, além de econômico passou a ter interferências de relações representados pelos feirantes e também pelos frequentadores, assim formando um espaço miscigenado.

Segundo Boechat e Santos (2009):

Desde a antiguidade, as feiras têm como principal objeto promover trocas de mercadorias entre pessoas de diferentes lugares, com diferentes produtos, com a principal finalidade de suprir as necessidades pessoais de cada indivíduo. A partir da queda do feudalismo e o surgimento do capitalismo, esse modo de comércio começou um processo de sistematização e passou a ganhar uma nova importância econômica (p. 03).

O processo de trocas de produtos fez com que surgisse o crescimento do capitalismo, aumentando o comércio nas cidades, vale ressaltar que essas trocas já aconteciam desde a existência do homem, pois se identificavam com as mesmas para

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

suprirem suas necessidades. Boechat e Santos (2009, p.03) compreende que “inicialmente o surgimento das feiras foi francamente impulsionado pelas Cruzadas, visto que, naquela época, era necessária uma forma de atividade comercial que atendesse às necessidades dos comerciantes e viajantes”, ou seja, através dessas trocas as feiras exerceram um papel importante nas cidades, promovendo opções de produtos a serem comercializados.

As trocas comerciais começaram a serem realizadas nos centros urbanos, possibilitando aos camponeses e feirantes a criação de uma estrutura bancária, pois os mesmos necessitavam de ter uma renda, já que o capitalismo era a acumulação de capital, além das trocas passaram a ser mediadores da produção, tornando proletários, que tinham que vender a sua força de trabalho para garantir o sustento familiar.

A sociedade humana constrói e modifica o espaço geográfico, assim tornando uma natureza adulterada, sendo responsável pelos agrupamentos humanos que procuram atender suas necessidades, tendo a relação entre natureza, homem e economia. Pois a natureza é o método que o homem pode analisar e desfrutar dos seus bens materiais, tornando um espaço modificado ao seu interesse, com isso gerando a economia que é o fator principal que o sujeito vai a busca. As feiras fazem parte dessas relações, na qual a economia é procedente da natureza, ou seja, as feiras tem seus espaços diversos e livres que são frequentados por todos sem que haja restrições doutrinárias, tendo como objetivo negociar.

Braudel (2009) constitui que a feira se encontra em um centro de relações, pois nela tudo se vende, menos a virtude, a honra e a moral, pois essas relações são formadas pelos princípios de verdade gerando a confiança entre os feirantes e os consumidores, a trapaça, a enganação, agindo com atitude sorradeira esses conceitos não tem seguimento na feira, já que a verdade é o princípio mais notável pelos consumidores. Muitos ao frequentar esse espaço aprende a arte de comerciar, sendo presente os ruídos de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

negociações, discutem a divisão social do trabalho e acontecem as trocas, permitindo aos feirantes ao acesso dos acontecimentos mundiais, tendo relação com os preços vigentes no mercado.

Portanto as feiras ocupam um espaço no qual os sujeitos estão presentes, sejam para comercializar ou mesmo para se encontrar os amigos, assim o espaço que as feiras compõem é um espaço de várias relações, proporcionado o lazer, a venda, as trocas, o conhecimento, a política, a cultura. Percebe-se que as influências das feiras estão presente no mundo, pois as mesmas existem em todos os países e cidades, conhecidas pelas suas dinamicidades no espaço, representadas pelos sujeitos que há compõem a busca de suprirem suas necessidades.

As Feiras no Brasil

No Brasil as feiras existem desde o período Colonial, quando houve o desenvolvimento da economia interna do país. Mesmo com a modernidade elas não perderam suas influências e continuaram a ser realizadas. São pontos de compra e venda de diversos tipos de produtos agrícolas e por vezes até mesmo artigos industrializados.

Nos tempos modernos, as feiras têm uma variedade grande de produtos disponíveis, desde produtos sofisticados até pequenas coisas que a classe mais pobre precisa. As feiras são a maior e mais completa representação de mercado e até hoje constituem um ponto de encontro entre compradores e vendedores. (BOECHAT e SANTOS, 2009, p. 3).

A feira livre é muito comum em nosso país, através da mesma há diversas representações, que envolve os feirantes e a comunidade frequentadora. Silva (2006, p. 18) aponta que “A feira livre não poderia irradiar valores isolados, sendo que esta

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

compõe um misto de valores e comportamentos muitas vezes antagônicos, de modo que, a comunidade traz a cultura para a feira e esta molda-lhe com o antagonismo”.

Segundo Silva (2006), as feiras promovem e intensificam a produção agrícola presente na região, tendo retornos financeiros para o aprimoramento da produção, levando ao índice de maior produtividade. Na feira tem-se a fundamentação a identidade de um povo, sendo comum ter a presença de religiosos e também pessoas representando a sociedade de variadas formas como: manifestações políticas, panfletagens dos comércios locais, campanhas em prol ou contra algo, discussão entre os feirantes sobre as produções, estimativas de colheitas, previsões de chuvas e secas.

Lima e Sampaio (2008, p. 07) aponta que:

No Brasil, as feiras-livres tiveram um papel relevante na difusão cultural e formação de núcleos urbanos, principalmente no interior do Nordeste. Exemplos são as famosas e tradicionais feiras de gado, que no início da nossa colonização foram responsáveis pela formação de algumas das formas de povoamento que depois se transformaram em grandes cidades, núcleos econômicos e culturais.

As feiras são presentes em todas as regiões brasileiras, com desenvolvimentos diferentes, ou seja, alguns estados predominantes da região do Nordeste passa por um labor rudimentar de suas lavouras e rebanhos de gado, através dessas dificuldades é notável a carência de condições que há entre os nordestinos.

Assim as cidades menores tiveram a oportunidade em ter um comércio livre, garantindo a comercialização de produtos agrícolas ou mesmo produzidos na área urbana sendo oriundos da produção familiar, muitos participantes tem as feiras como o principal local de comércio, o dia de feira é o dia mais movimentado na cidade, tendo tanto o encontro do rural quanto o do urbano, assim proporcionando um lugar diversificado sejam nos produtos ou mesmo nos encontros interpessoais.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A Feira Isidório Rodrigues de Rezende em Ipameri - Goiás – Origem e sua Representação

A Feira Isidório Rodrigues de Rezende em Ipameri (GO), realizada duas vezes por semana, está situada em uma área coberta na Vila Baioch. Essa feira é realizada oficialmente desde 08 de agosto de 1988 e tem um significado cheio de representações tanto para os feirantes quanto para os produtores da cidade.

A Feira Isidório Rodrigues de Rezende de Ipameri (GO), no decorrer do tempo passou por um processo de transformação, tendo a participação dos feirantes e parte da comunidade. A feira através das suas potencialidades tem o espaço frequentado por diversos produtores, dentre eles os moradores do Assentamento de Reforma Agrária Olga Benário que localiza-se no mesmo município.

A feira de Ipameri comercializa uma diversidade de produtos, destacando-se os produtos orgânicos, cultivados sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos, hormônios ou outros produtos químicos que altera o índice de produção e causam danos à saúde. Além dos alimentos orgânicos são comercializados doces, derivados do leite como o queijo, carne suína, peixes, aves, panificação, artesanato, dentre outros que em sua maioria tem origem a partir da agricultura familiar praticada no município, principalmente pelos pequenos produtores do Assentamento Olga Benário.

A Feira de Ipameri é um espaço movimentado, cheio de interpretações musicais como as cantorias que entretém os frequentadores, e interage com o público presente por meio da divulgação do programa em uma rádio local. Assim a feira passa a ser um lugar importante para cidade, seja na economia ou na cultura. As pessoas que frequentam a feira têm seus feirantes preferidos e essa convivência de fregueses com feirantes faz com que laços de afetividade sejam criados e perpetuados e muitas vezes o cliente se torna o amigo.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A Feira de Ipameri tem uma diversificada cultura, envolve os produtores e a comunidade frequentadora, destacando os costumes e a cultura popular, resgatando e promovendo a integração social. Silva (2006, p. 15) assegura que “nota-se matutos, caipiras, braçais, tropeiros, agricultores em comércio efetivo com os conceituados senhores dos centros urbanos, a troca ou repasse de cultura se faz tão importante quanto a venda e a compra de produtos rurais levados às feiras”.

A cultura abrange todos os conhecimentos e habilidades que o ser humano possa adquirir ou é passada de geração em geração, com abrangência em relações materiais e nos aspectos espirituais de uma nação. Toda cultura tem sua história própria, na qual as diferenças tornam-se particulares sem a intervenção de outras histórias culturais. Esse processo cultural formado por meio de comportamentos, hábitos, saberes, costumes, crenças, tem por finalidade ser passada de geração para geração, ou seja, perpetua a cultura do povo ou do grupo que está inserido.

[...] Os indivíduos e os grupos são condicionados pela educação que receberam: a cultura aparece, assim, como uma herança. As modalidades segundo as quais a cultura é transmitida de uma geração a outra ou de um lugar a outro, favorecida pelas trocas, pelos deslocamentos de curta duração ou pelas migrações, dependem do meio e do nível técnico [...] (CLAVAL; 1999, p. 12).

Os conjuntos de grupos sociais possuem suas particularidades culturais, da mesma forma que interioriza e coloca em prática a cultura herdada de acordo com os desejos e anseios, tornando “a cultura um fator essencial de diferenciação social” (CLAVAL; 1999, p. 14).

A cultura é transmitida através da comunicação, sendo articuladas por palavras “o mundo no qual vivem os homens é feito tanto de palavras e de proposições” (CLAVAL; 1999, p. 13), ou seja, as ações da humanidade se constroem devido aos valores ou mesmo as escolhas de cada indivíduos. Assim a Feira de Ipameri vem com toda essa

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

diversidade, tendo uma cultura que já é predominante na feira e sempre apta a receber novas culturas.

Boechat e Santos (2009, p. 08) compreende que

A feira constitui-se também numa espécie de reprodução social, constantemente descartada como tema de estudo pela ciência econômica, se configura um local de troca de saberes, onde os envolvidos enriquecem o seu capital cultural, através da aprendizagem, somando e adquirindo novos conhecimentos e experiências vividas pelo outro. Nesse ínterim ocorrem as trocas de saberes e conhecimentos entre o consumidor e o feirante, cada um com sua bagagem individual de seu mundo de origem e vivência.

As trocas de saberes é uma tentativa, na qual se cria ambientes de convívio relacionados à realidade vivida, a feira de Ipameri é um lugar livre, que proporciona aos feirantes dispersarem suas bancas e barracas, afins de adquirir ou mesmo complementar a renda familiar, só que além da comercialização de diversos produtos a feira também torna-se um centro de relações, ou seja, um ponto de encontro, frequentado pelos feirantes e moradores. Alguns frequenta o local para presenciar a movimentação, trocar experiências, contar piadas ou mesmo cantar, é notável a diversidade que há entre os feirantes e frequentadores, pois a comercialização dos seus produtos é tão importante, quanto a reprodução social que através dos seus mecanismos reproduz a sua própria história.

Portanto o trabalho perfila-se na Geografia Humanística Cultural e o resultado final será apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências Bibliográficas

BOECHAT, Patricia Teresa Vaz; SANTOS, Jaqueline Lima dos. **Feira Livre: Dinâmicas espaciais e relações identitárias.** Santo Antônio de Jesus (BA): Artigo, 2009.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: Os jogos das trocas.** 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito chave da geografia.** In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Alfeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

GUIMARÃES, Camila Aude. **A feira livre na celebração da cultura popular.** São Paulo: USP, 2010.

LIMA, Anna Erika Ferreira; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Na feira a gente encontra de tudo...: Aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara – Ceará.** Abaiara (CE), 2008.

SANTOS, José Erimar dos. **Feiras livres: (re)apropriação do território na/da cidade, neste período técnico-científico-informacional.** São Bento (PB), 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed, 17ª reimpr. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** 4ª ed, São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

SILVA, Ligia Betânia Wanderley. **A Feira Livre em Pedras de Fogo-PB.** João Pessoa (PB), Monografia: 2006.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**DA ESCOLA PARA A VIDA: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO
INTERCULTURAL PARA O (RE)NASCIMENTO DE MEMÓRIAS**

Ranna Iara de Pinho Chaves Almeida (Mestranda em Ciências Sociais pela
Universidade Federal de Uberlândia, rannaiara@gmail.com);

Resumo: O presente trabalho busca realizar uma investigação preliminar sobre os usos do que chamamos de cultura na educação escolar indígena. Para tanto se vale do caso dos Xakriabá, etnia do norte do estado de Minas Gerais, que se destaca por seu afincamento no que tange a escolarização. A inquietação que nos norteia aqui é entender como os Xakriabá têm escrito suas memórias a partir do ensino de sua própria cultura nas escolas e como estes processos têm influenciado sua própria identidade. Sendo assim, um dos pontos centrais desta pesquisa é a existência dos professores de Uso do Território, de Práticas Culturais, de Arte e os professores de Cultura focando principalmente em suas posições estratégicas quando falamos sobre a reprodução e manutenção dos traços culturais que caracterizam os Xakriabá como povo. A pesquisa se propõe a ser exploratória e bibliográfica, utilizando do aporte teórico da antropologia estrutural, principalmente nas contribuições de Manuela Carneiro da Cunha sobre o conceito de cultura e buscando as relações entre cultura e história em Marshall Sahlins e Michel de Certeau. As práticas educacionais são aqui vistas como práticas culturais comunitárias que constroem sujeitos, muitas vezes superando as dificuldades enfrentadas no encontro interétnico e levando a maior autonomia nos mais diversos níveis. É a partir desta nova visão e apropriação de um aparato essencialmente colonial – a escola – que os povos indígenas têm construído uma nova história a partir de suas próprias memórias.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Memória, Cultura.

Introdução

A escolarização dos povos indígenas é um processo que se dá desde o período colonial no Brasil (GONDRA; SCHUELER, 2008). Dos jesuítas até a escola que se apresenta atualmente nas aldeias indígenas de todo país um longo processo foi realizado. O presente trabalho busca apresentar um pouco deste processo, tomando como ponto de investigação a existência dos professores de Uso do Território, de Práticas Culturais, de Arte e os professores de Cultura nas escolas das aldeias indígenas Xakriabá. Busca-se

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

focar principalmente na ideia do uso do conceito de cultura pelos próprios indígenas e sua influência na formação de memórias e história para esses povos.

Para tanto o presente trabalho vale-se de uma análise bibliográfica, fundamentada principalmente nos relatos extraídos de Pereira (2013), que a realizou detalhado trabalho sobre os professores de Uso do Território, de Práticas Culturais, de Arte e os professores de Cultura. Além disso, também se embasa no conceito de cultura de Cunha (2009) e da relação entre cultura e história em Certeau (2012) e Sahlins (1990).

O trabalho foi dividido em três partes, na primeira há uma breve caracterização sobre os indígenas Xakriabá, na segunda um histórico sobre a relação entre povos indígenas e escolarização e por fim uma análise sobre a relação entre cultura, história e novas formas escolares.

Quem são os Xakriabá?¹

Os Xakriabá são um dos povos indígenas remanescentes que residem no território que atualmente é o estado de Minas Gerais. São herdeiros de uma resistência historicamente construída, pois sobreviveram ao intenso contato com as frentes de expansão para o oeste brasileiro, tanto em período colonial quanto em dias mais próximos dos nossos.

Eles residem em duas terras indígenas demarcadas no município de São João das Missões: a Terra Indígena Xakriabá e a Terra Indígena Xakriabá Rancharia. A primeira homologada em 1987 e a segunda em 2003. Todo este território se localiza as margens do rio Itacarambi, onde existem pequenos rios temporários e permanentes. A área é

¹ Todas as informações referidas neste tópico foram retiradas do site: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xakriab%C3%A1> . O Instituto Socioambiental é uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – que propõe soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. A organização é uma das mais renomadas nacionalmente no que tange a temática dos povos indígenas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

ocupada predominantemente por vegetação característica do cerrado, onde a maior parte da flora é nativa (mata seca e vereda). As áreas aqui citadas são utilizadas tanto para caçadas, quanto para coleta de frutos típicos da região. A região também sofre os impactos da modernização do setor agrícola nacional, o que tem levado ao aumento dos índices de desmatamento no território.

Segundo o *Handbook of South American Indians* os Xakriabá fazem parte do grupo linguístico Jê, dentro da subdivisão Akwe, assim como os Xavante e Xerente. Eles possuíam uma organização social complexa organizada pela existência de metades clânicas que eram arranjadas espacialmente com referência no quadrante solar. Com o tempo e o intenso contato com a sociedade nacional, foi impossível a manutenção desta organização política e social. Apesar disso, o conceito de propriedade privada ainda é desconhecido no que tange à posse da terra e os vínculos de solidariedade são fortemente manifestados através do trabalho coletivo.

É interessante notar que todo este processo brevemente descrito aqui é perpassado por condições históricas específicas, muitas delas que se referenciam diretamente ao procedimento empreendido pelos não-indígenas durante o período colonial. Retomar essa história permite verificar mais especificamente como se deu a escolarização destes povos, por isso empreende-se aqui um breve histórico das relações de contato entre os Xakriabá e a sociedade nacional e sua relação com a educação escolarizada.

A educação escolar e os indígenas: da dominação a tradução

A proposta de educação escolar dos povos indígenas no Brasil se inicia no período colonial. A escola se convertia muitas vezes em um mecanismo assimilacionista, que procurava subjugar os mais diversos aspectos das culturas indígenas, a começar por suas línguas (PAIVA, 2003). Desde então os processos de escolarização entre as

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

sociedades indígenas têm se modificado, em grande parte por agência dos próprios indígenas.

É importante salientar que há uma distância entre o que chamamos de educação e de escolarização, por isso busca-se definir estes conceitos a partir daqui. Principalmente quando falamos de povos indígenas vemos que há uma proximidade da construção da educação como uma humanização. Como nos diz Ecco e Nogaro (2015, p. 3526): “Educação e humanização são termos indicotomizáveis, pois educar, em síntese, objetiva formar e “trans-formar” seres humanos, valorizando processos de mudança dos sujeitos, atualizando suas potencialidades, tornando-os humanos”. A instituição escolar não existia na vida dos povos indígenas antes da colonização, então o processo educativo se dava no decorrer das relações sociais diárias, sendo que podemos dizer que basicamente que se aprende enquanto se vive. A oralidade tem papel central nessa construção do sujeito.

Todos os acontecimentos relevantes do passado são narrados de modo repetitivo aos seus membros por meio de ensinamentos orais. Descrevem em detalhes os fatos significantes que ocorriam no seu território (tekoha guasu), tais como a chegada dos não-índios (karai), os conflitos interétnicos, a ocorrência de eventos rituais profanos, religiosos, etc. Uma das funções fundamentais do líder doméstico interno da família (teko jaja rerekua), do líder político (mburuvicha) e do xamã (ñanderu) de família é realizar a transmissão de seus saberes e de sua história aos integrantes neófitos. (BENITES, 2012, p.47)

Já a escolarização remonta historicamente a um processo iniciado em grande escala principalmente nas nações que passavam pela Revolução Industrial. O aparato escolar aparece nestes lugares como um dos meios de gerar sujeitos que se ajustariam da melhor forma as necessidades fabris: um trabalhador que servia de forma voluntária ao aparato industrial, tendo o comportamento alinhado as atividades industriais – que exigiam extrema disciplina, ordenação e capacidade de repetição.

Mas a proliferação da indústria iria exigir um novo tipo de trabalhador. Já não bastaria que fosse piedoso e resignado, embora isso continuasse sendo conveniente e necessário. A partir de agora, devia aceitar trabalhar para o outro e fazê-lo nas condições que este outro lhe impusesse. Se os meios para dobrar os adultos iam ser a fome, o

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

internamento ou a força, a infância (os adultos das gerações seguintes) oferecia a vantagem de poder ser modelados desde o princípio de acordo com as necessidades da nova ordem capitalista e industrial, com as novas relações de produção e os novos processos de trabalho (ENGUITA, 1989, p. 113).

A escolarização foi fundamental dentro desse processo, pois foi através dela que todo um novo modo de se comportar foi repassado para as classes populares. Logicamente as nações que passaram por processos de conquista violenta – as chamadas colônias – já possuíam processos de escolarização, principalmente porque a escolarização era vista como uma forma de consolidar a dominação sobre diferentes povos – algo não muito diferente do que ocorreu com os trabalhadores – principalmente pela língua.

O que representava a alfabetização para os jesuítas a ponto de quererem, desde o início, alfabetizar os índios, quando nem em Portugal o povo era alfabetizado? Mais do que o resultado dessa intenção, interessante é observar a mentalidade. As *letras* deviam significar adesão *plena* à cultura portuguesa. Quem fez as letras nessa sociedade? A quem pertencem? Pertencem à corte, como eixo social. Não se trata, a meu ver, de possibilitar o acesso ao livro, ao livro sagrado: nem estamos na Alemanha, nem a leitura da Bíblia estava na linha do devocionismo então vigente. Trata-se de uma atitude cultural de profundas raízes: pelas letras se confirma a organização da sociedade. Essa mesma organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outros menos. (PAIVA, 2003, p. 33-34)

A escola vai se tornando o lugar de referência, pois o interesse colonial assim ditava. Os meios de reprodução das sociedades indígenas foram solapados de forma sistemática permitindo que a escolarização fosse tomando o lugar das formas mais tradicionais de educação e se consolidasse como “o processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados” (FARIA FILHO, 2003, p.78).

Esse processo afeta diretamente a própria transmissão de conhecimentos – ou se pudermos falar assim – de cultura dentro das sociedades indígenas. Aqui não se advoga por uma visão pessimista, onde as sociedades indígenas perderam suas culturas, mas sim

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

por uma visão que mostra a resistência destes povos, que a partir do contato buscaram se apropriaram de categorias que foram forjadas para dominá-los as transformando em categorias que pudessem ser utilizadas a seu favor. O que notamos então são diversos movimentos engendrados pelos próprios indígenas para garantir sua sobrevivência, tanto física como epistemológica. A escola se transmuda e ganha um papel dentro dessa resistência, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

A década de 1970 é marcada pela ascensão de um maior número de vozes advindas dos povos indígenas que reivindicam sua participação na criação das políticas públicas nacionais, inclusive a educação. É nesta época que se manifesta um movimento social indígena que se torna cada vez mais atuante. A Constituição de 1988 demonstra este acúmulo, trazendo em sua esteira uma série de inovações legais sobre as mais diversas temáticas que envolvem os povos indígenas.

É, pois, no contexto de redemocratização brasileira, pós-ditadura militar de 1964, que a luta pela escola indígena ganhou forças e deu um salto quanto à legislação que a regula. Tal fato ocorreu graças à participação conjunta de diferentes etnias indígenas que exerceram forte pressão no Congresso Nacional, durante a elaboração e a aprovação da Constituição Federal de 1988. A partir dessa Constituição, vários direitos fundamentais das sociedades indígenas foram garantidos. Nesse contexto, surgiram os chamados projetos alternativos e os encontros de educação para índios (FERREIRA, 2001, p. 87). Começaram, também, a ser implementados, a partir de 1988, em todo o País, os programas de educação escolar indígena. (PEREIRA, 2009, p. 28)

Seguindo este movimento, em Minas Gerais no ano de 1995 iniciou-se o Projeto de Implantação das Escolas Indígenas pela Secretaria Estadual de Educação. O projeto se desenvolveu como um convênio entre esta secretaria a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Estadual de Floresta (IEF), para atender as etnias reconhecidas no estado até então: Krenak, Maxacali, Pataxó e Xacriabá. Segundo Pereira (2009, p. 28-29):

Uma das principais ações do programa foi, e continua sendo, a realização do curso de formação dos professores, chamado de UHITUP,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

que em Maxacali significa “alegria”. Seus objetivos são os seguintes: construir democraticamente uma proposta experimental, diferenciada, bilíngue e intercultural para a formação específica do professor de cada nação indígena mineira; habilitar o professor em formação para o exercício da profissão; viabilizar o ingresso do professor indígena na carreira do magistério e sua integração no Plano de Carreira do Magistério e no Plano de Cargos e Salários da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

Um dado que chama atenção desde a instituição do curso de formação de professores é a grande quantidade de indígenas Xakriabá interessados neste tipo de formação. Segundo os dados de Pereira (2009), 45 indígenas Xakriabá participaram do curso, enquanto as outras três etnias participantes somadas tiveram 21 alunos (seis da etnia Pataxó, cinco da etnia Krenak e dez da etnia Maxacali). No ano 2000 iniciou-se a segunda turma do curso, que se expandiu, recebendo outras etnias como os Kaxixó, os Pankararu, os Xucuru-Kariri e os Aranã, além dos Xakriabá e dos Pataxó. Estes dados nos dão uma pista sobre com cada um destes povos enxerga a educação, muito provavelmente como uma maneira de superar as desigualdades advindas da dominação colonial.

Com o passar do tempo os próprios indígenas passam a articular sua maneira única de criar e recriar a escolarização. Categorias como cultura passam a aparecer cada vez mais e a ser manejadas por estes atores conforme as suas próprias necessidades. Nesse processo, os professores de Uso do Território, de Práticas Culturais, de Arte e os professores de Cultura se tornam atores centrais, pois, ao que nos parece, através deles se busca uma manutenção da reprodução de práticas culturais

Cultura, história e novas formas escolares

A empreitada de construir um novo modo de escola, realizado de maneira contínua pelos povos indígenas, tem, sem sombra de dúvidas uma forte base na própria construção da cultura para esses povos. É a partir de uma busca por afirmação de sua própria identidade no processo de contato que surgem novos atores:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

De acordo com Santos (2010), os professores de cultura surgem [nas escolas Xakriabá] como ícones do ensino diferenciado e, mais que isso, como atores importantes no processo de levantamento da cultura. (p. 130). (PEREIRA, 2013, p. 47)

Os professores de Uso do Território, de Práticas Culturais, de Arte e os professores de Cultura encontram-se em uma posição nova dentro da própria organização social dos povos indígenas. Como dito anteriormente, conhecimentos que para nós – observadores externos da organização social local – nos parecem mais ligados a reprodução de práticas culturais próprias eram repassados através da transmissão oral, tendo como interlocutores privilegiados os anciões. Com o advento das escolas dentro dos territórios indígenas essa prática vai se alterando: a escola passa a ser uma instituição que também possui a função de reproduzir não apenas a cultura dominante, mas também a cultura local.

Estes professores são então uma categoria criada pelos próprios indígenas Xakriabá que permitiria um ensino diferenciado de sua própria cultura/práticas culturais, pois os professores de outras disciplinas devido à sobrecarga não poderiam ensinar tais saberes. São pessoas que fazem a ponte entre o conhecimento dos anciões e os jovens, transmitindo saberes e garantindo que eles não se percam e podem ser vistos também como um sinal diacrítico instituído pelos próprios Xakriabá que pretendem distinguir, diferenciar a escola indígena de outros tipos de escola, assim como as diversas expressões culturais fazem entre os seres humanos.

Tudo isso pode ser demonstrado por este depoimento presente na dissertação da Profa. Dra. Verônica Pereira:

Hoje eu tenho mais liberdade com meu povo e alunos, através da escola diferenciada. Eu sei como ensinar meu povo a ter uma vida melhor e a resgatar nossa cultura cada vez mais. Sinto que as crianças estão crescendo muito com esse saber dos nossos antigos. Nós já estávamos esquecendo o que é ser índio. Porque nuns tempos atrás nós não sabíamos da nossa realidade. A gente estudava com o professor branco, mas ele não valorizava as nossas histórias, os nossos costumes e não

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

respeitava as nossas tradições.” (julho,2000,p.3) (PEREIRA, 2003, 55-56)

Nesse processo notamos que há uma busca pela confecção de uma nova forma escolar, onde as práticas educativas já arraigadas nos processos de escolarização podem ser alterados de modo a constituir novas maneiras de transmitir o conhecimento. A forma escolar é um conceito cunhado para dialogar sobre as práticas – recorrentes ou não – no ambiente escolar e sobre como essas práticas não denotam apenas isso, mas sim sistemas de significação.

Falar de forma escolar é pesquisar o que faz a unidade de uma configuração histórica particular, surgida em determinadas formações sociais, em certa época e, ao mesmo tempo, outras transformações, através de um procedimento tanto descritivo quanto “compreensivo”. Este se opõe não só à busca de relações entre fenômenos esmiuçados, tomados como elementos e sempre concebidos como exteriores uns aos outros, quanto à busca de elementos permanentes (Merleau Ponty, op. Cit., p. 80), ou ainda ao inventário empírico dos traços característicos dessa “realidade” que seria, por exemplo, a escola. Assim, “a teoria da forma escolar permite [...] pensar a mudança. Em primeiro lugar o que se poderia chamar as recorrências através das modificações e, em seguida, [...] compreender a emergência de uma forma colocando-a em relação com outras transformações. (VINCENT, LAHIRE, THIN, 2001, p. 9-10 *apud* PEREIRA, 2013, p. 42)

De maneira sobreposta a isto também buscamos trabalhar aqui com o conceito de cultura escolar:

A cultura escolar poderia ser definida, de modo provisório, como o conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo nas instituições educativas: modos de pensar e de atuar que proporcionam aos seus componentes estratégias e pautas para se desenvolver tanto nas aulas como fora dela – em todo o recinto escolar e no mundo acadêmico – e integrar-se na vida cotidiana das mesmas. Esses modos de fazer e pensar - mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos sem mais, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico-educativo e fazer frente tanto as trocas ou reformas como às exigências de outros membros da instituição, de outros grupos e, em especial, dos reformadores, gestores e inspetores. (FRAGO, 2000, p.100)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

As escolas indígenas buscam uma nova forma escolar, com as levaria a propagar uma nova cultura escolar – um sistema de significação que ao mesmo tempo se baseia na escolarização, difere dela pois são incluídas praticas educativas diferenciadas. Dentro desde diapasão é interessante pensar no que é cultura e quais definições podem ser utilizadas. A definição de cultura é central para a Antropologia e todas as escolas antropológicas e autores trabalham de alguma forma com este conceito. Existe um paradoxo nesta conceituação levando em conta os próprios usos do termo cultura ao longo dos anos:

Nesse processo, porém, parece haver duas “culturas” envolvidas: aquela que corresponde àquilo sobre o que a etnografia se debruça, o mundo que os indígenas constroem para si próprios, e aquela que emerge nas falas indígenas. Manuela Carneiro da Cunha deu recentemente uma solução para o paradoxo que esse duplo registro da cultura cria. Ela propôs que continuássemos usando o termo cultura (sem aspas) para esse primeiro nível, que ela chama de um “contexto endêmico”, que diz respeito a “esquemas interiorizados que organizam a percepção e a ação das pessoas e que garantem um certo grau de comunicação em grupos sociais” (2009: 313), e que usássemos o termo “cultura” (com aspas) para o segundo nível, o uso do termo pelos grupos indígenas no diálogo “interétnico” – como no caso que ocupa a autora, as discussões sobre propriedade intelectual indígena. Para dentro, cultura, para fora, “cultura”. (NUNES, 2013, p. 8)

A cultura pode ser vista de diferentes maneiras, levando em conta um ponto de vista mais historicizado, Sahlins a enxerga como uma estrutura de longa duração e podemos relacionar essa ideia com a cultura para dentro:

Considero a tese de Vernant como o principal suporte geral deste ensaio: as diferentes ordens culturais têm seus modelos próprios de ação, consciência e determinação histórica – suas próprias práticas históricas. Outras épocas, outros costumes, e de acordo com a alteridade dos costumes, a antropologia distintiva, necessária à compreensão da trajetória humana. Porque não existe nenhuma trajetória (devenir) que seja simplesmente “humana”, como disse Durkheim, “mas cada sociedade tem sua vida própria, sua trajetória própria e sociedades semelhantes são tão comparáveis na sua historicidade (ou modelo de

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

desenvolvimento) quanto em sua estrutura” (1905-6: 140) (SAHLINS, 2003, p. 62).

Isso nos leva a crer que cada povo tem seu próprio modo de entender a história, um exemplo disso é o próprio modo como os Xakriabá veem sua própria história:

“Quando D. Pedro II chegou aqui, só existiam os índios, nós. Aí os índios vendo aquele homem diferente - que nunca tinha visto o branco - resolveu matar ele. Chegou pra D. Pedro e falou: nós vamos te mata. Aí, tinha uma ave muito grande, que colocava medo nos índios, pegava as crianças. Quando ela vinha, os índios escondiam as crianças debaixo de um balaio. Aí D. Pedro reparando isso, virou pros índios e falou: vamos fazer um trato. Se eu acabar com esse pássaro, então vocês não me matam. Ele tinha um trabuco. Os índios não conheciam. Quando o pássaro voltou, D. Pedro deu um tiro, Pam! foi igual um barulho de trovão. Os índios ficaram agradecidos e resolveram dar para ele a índia mais bonita que tinha. Era a Princesa Isabel. Aí, D. Pedro ficou dono desta terra. Ele virou para os índios e falou: então vocês ficam aí, tomando conta desta terra, que eu vou fazer uma viagem. Os índios não sabiam trabalhar. Viviam só caçando e pescando. Então D. Pedro foi para a África e falou com os africanos: eu tenho uma terra, mas não tenho ninguém pra trabalhar. Vocês querem trabalhar lá? E trouxe eles pra cá. Aí foi que começou a misturar, porque as índias só queria casar com eles. Porque os índios não gostavam de trabalhar e os pretos trabalhavam muito, então já podiam comprar umas coisinhas, um vestidinho pra dar pra mulher. Assim que começou essa mistura. Então hoje, aqui, todo mundo trabalha. Eles falam que não trabalha, mas trabalha sim. E não é igual japonês, que só quer saber desse negócio de industrinha, não. Trabalha mesmo.” (SANTOS apud PEREIRA, 2013, p. 26)

O mito aqui visto como uma prática discursiva constitui substância da vida social embasam uma noção mais ampla de Cultura. O que vemos é que neste caso a cultura é produzida de um certo modo. Certeau (2012) fala sobre os sujeitos produtores e receptores de cultura, nessa perspectiva os anciãos eram produtores de cultura, porém com o advento da escolarização, os professores passam a ter esta função. São os professores que passam a contar a história e não mais uma história como nos diz Sahlins, onde: “A forma final do mito cósmico é acontecimento corrente” (Sahlins, 1990, p. 82), mas sim um relato com temporalidade distinta, o que leva a dissociação do indivíduo de sua cultura. Isso ocorre

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

pois: “(...) a mudança do conteúdo pode questionar uma organização da escola e da cultura. (Certeau, 2012, p. 123).

Estamos falando aqui sobre uma categoria que discursa sobre si mesmo e que a partir dela são construídos saberes que não apenas fazem parte da história, mas que constroem a história e a identidade. É aqui que entram os professores de cultura, ao repassar estes conhecimentos re(constroem) a história juntamente com seus alunos e com sua comunidade. O que o professor de cultura ensina, muitas vezes é o que NUNES (2013) chamou de cultura para fora, porém que os povos indígenas buscam garantir é que os “esquemas interiorizados” próprios de suas sociedades também continuem a existir, através da formação de professores indígenas realizando um duplo movimento que reproduz tanto a cultura, quando a “cultura” nos termos de Cunha (2009).

Penso que, àquela altura, a orientação Xakriabá já era aquela prevista por Barth (2000), de que “grupos étnicos só se mantêm como unidades significativas se acarretam diferenças marcantes no comportamento, ou seja, diferenças culturais persistentes.” (p. 34 e 35). E, nesse sentido, a circulação da cultura na escola, feita pelos professores e, principalmente, pelo professor de cultura, possibilita marcar essa diferença e persistir na sua continuidade. (PEREIRA, 2013, p. 84)

É toda essa transmissão de memórias que constrói história e identidade para os Xakriabá através da escolarização. A escolarização equipa para o manejo de mundo – tanto o próximo, quanto o da sociedade envolvente.

Conclusão

O presente trabalho realizou uma investigação preliminar sobre os usos do conceito de cultura na escola, para tanto valeu-se especificamente do caso dos indígenas Xakriabá, os localizando frente a sociedade envolvente, mostrando a evolução histórica da educação escolar indígena e por fim relacionando o conceito de cultura com a história e a modificação das formas escolares através da ação dos próprios indígenas.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Através do texto consegue-se notar que a agência indígena é fundamental e, ao contrário de que muitos dizem, existente e resistente as empreitadas dominadoras. A partir da criação de novos sinais diacríticos, como os próprios professores de Uso do Território, de Práticas Culturais, de Arte e os professores de Cultura, é possível notar que novas construções tem se realizado no que tange a própria transmissão de conhecimento dos indígenas.

A ação dos Xakriabá nos mostra que é possível fazer uma escola diferente, onde os direitos e idiossincrasias de cada comunidade sejam respeitados e onde sua própria cultura possa ser valorizada e levada a diante pelas próximas gerações.

Referências

BENITES, Tônico. *A escola na ótica do Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A Cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

ENGUITA, Mariano Fernandez. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nívea de Lima e (orgs). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 77 – 97.

FRAGO, Antonio Viñao. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. *Contemporaneidade e Educação: revista semestral de Ciências Sociais e Educação*. Ano V, nº 07, 2000. p. 93-110

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

NUNES, Eduardo Soares. Socialidades alternativas: sobre o conceito de cultura dos Karajá de Buridina. *Revista Cultura e Memória*, on line: <http://www.culturaememoria.com.br/revista/index.php/cmd/article/download/4/2>

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M. & VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PEREIRA, Verônica Mendes. A educação escolar indígena em Minas Gerais. *Paidéia: revista do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, Univ. Fumec Belo Horizonte Ano 6 n. 6 p. 25-39 jan./jun. 2009

PEREIRA, Verônica Mendes. *A circulação da cultura na escola indígena Xakriabá*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

SAHLINS, Marshall. *Outras épocas, outros costumes: a Antropologia da História*. In: *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**DA PRÁTICA EVANGELIZADORA DA DIOCESE DE GOIÁS À ESCOLA
FAMÍLIA AGRÍCOLA DE GOIÁS – EFAGO.**

Valdivino Souza Ribeiro¹

Resumo: O presente estudo faz parte de um projeto de pesquisa. Objetivo estudar a origem das Escolas Família Agrícolas em Goiás (EFAs). A construção deste estudo se dá no método histórico dialético. A educação do campo incorpora minas, florestas, pecuária (CNE, N. 36/2001). A educação do campo é construída a partir dos anseios do povo do campo. A Pedagogia da Alternância nasce e desenvolve respondendo a necessidade dos trabalhadores do campo (SILVA e SOBREIRA, 201, P.214). A Pedagogia da Alternância no Brasil se deu no contexto do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação. A Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO) nasce em um contexto de conflito agrário. A atuação da Diocese de Goiás se dá na ótica dos desdobramentos do Concílio de Vaticano II, desdobrado na América Latina nas Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979; MOURA, 1989, 84, apud SCOLARO, 2001,68). Criam a EFAGO.

Palavras-chaves: Pós Concílio; Diocese; Educação; Campo.

A história do Brasil foi construída a partir de um processo de exclusão e resistência, sobretudo no campo².

A partir dos anos de 1960, a educação entrou em pauta nos processos de lutas pela terra. Para Martins (1984; 1997) a luta pela terra não se submete á dinâmica do capital. Contrapõe-se como projeto ao capital estabelecido (MARTINS, 1986, apud, SCOLARO, 2016, p. 71).

¹ Valdivino Souza Ribeiro é graduado em Filosofia, Mestre em Ciências da Religião (PUC – GO) e Doutor em Educação (PUC – GO). É professor na SEDUCE – GO e na PUC – GO. rsvald@yahoo.com.br

² No primeiro capítulo da minha tese de doutoramento faço um longo estudo sobre a questão agrária no Brasil. O capítulo é denominado: A Propriedade da Terra e a Contra Hegemonia Política no Brasil: olhares a partir da comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Para maiores informações veja: SECRETARIADO NACIONAL DA PASTORAL DA TERRA (1997) e CARNEIRO (2014).

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O presente texto em construção faz parte de um projeto de pesquisa que tem por objeto estudar as Escolas Família Agrícolas em Goiás. É uma reconstrução com o uso da memória das comunidades, dissertações, teses, artigos e outros. Busca compreender como foram criadas as unidades de ensino em Goiás que desenvolvem a Pedagogia da Alternância.

A construção deste estudo se dá no método histórico dialético. Pois, compreende-se que seja a maneira mais efetiva de conhecer, compreender e intervir no processo histórico.

Povos do campo e educação

Antes de tudo, é importante afirmar que por povos do campo trazemos a compreensão do Parecer do CNE N.36/2001. É uma visão ampla para falar de educação do campo.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2001, p. 1).

Os povos do campo são os que não estão estabelecidos no espaço urbano. A educação do campo se apresenta como uma dinâmica pensada e construída a partir de um desejo e sonho do povo do campo. Os sujeitos têm direito de pensar e construir uma educação que venha de encontro com os seus anseios.

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002, p. 18).

A educação do campo nasceu do anseio dos trabalhadores assentados nos anos 80. Perceberem a necessidade de uma escola que respondesse e refletisse a suas lutas e necessidades. Assim não bastaria ter escola. Ela precisaria estar associada ao processo de lutas e conquistas (MORISSAWA, 2001). Em outras palavras, a escola e a educação empreendida nos espaços do povo do campo deveria/deve ser do/no campo (TRINDADE, 2015, apud RIBEIRO, 2017,67).

A Pedagogia da Alternância

A Pedagogia da Alternância se desponta como uma das alternativas para a educação do/no campo. Tanto na França quanto no Brasil apresentara-se como um meio de educação a partir de uma experiência de exclusão social.

A Pedagogia da Alternância com as Escolas Família Agrícola nasce e se desenvolve na dinâmica de responder ao anseio e necessidade dos trabalhadores do campo. A França nos anos 30 experienciava uma realidade de exploração e empobrecimento dos povos do campo (QUEIROZ, 2004). Os trabalhadores do campo na França eram esquecidos nas políticas econômicas e educacionais.

A Alternância como prática educativa teve início em 1935, na região sudoeste da França, com a criação da primeira *Maison Familiale Rurale* (MFR). Essa experiência educativa nasceu da necessidade de criar uma alternativa de formação que possibilitasse ao jovem do meio rural continuar seus estudos, sem ter que abandonar o meio rural (SILVA e SOBREIRA, 2014, p. 214).

A realidade da França era de abandono do campo. Os pequenos agricultores e suas famílias não eram considerados nas políticas públicas tanto no campo da sobrevivência quanto da educação.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Frente a esta situação, nasce uma alternativa com a Igreja Católica e a organização dos trabalhadores. É criado o sindicato como meio de buscar sobrevivência e conquista de alguma possível melhoria. No que diz respeito à educação havia o dilema em ter os filhos no campo e a necessidade de educação escolar para os jovens nas comunidades. Nesta linha de raciocínio é possível falar das riquezas da formação em alternância.

Uma das riquezas da alternância é ter sido gestada a partir da concretude da vida. É consenso entre os pesquisadores da temática, como Silva (2003), Queiroz (2004), Gimonet (2007), Nascimento (2005), Ribeiro (2008, 2010) e outros, que a Pedagogia da Alternância não nasceu pronta. Ela não só surgiu da necessidade de uma nova forma de organização do processo de formação dos jovens agricultores, como tem sido permanentemente reconstruída e reelaborada ao longo de sua história, em uma busca constante de praticar a interação ação e reflexão (SILVA e SOBREIRA, 2014, p. 216).

À medida que foi gestada em um espaço comunitário, familiar rural não nasceu das mãos de profissionais ou em gabinetes urbanos. Desenvolveu como respostas a necessidades dos grupos sociais excluídos buscando alternativas para a educação dos jovens do campo (RIBEIRO, 2017).

O estabelecimento da Pedagogia da Alternância no Brasil se deu mais ou menos na mesma lógica. Historicamente há um processo de concentração da terra e ausência de política pública que responda aos pequenos agricultores. Isto envolvia/envolve a questão da sobrevivência e da educação escolar com vista aos povos do campo.

Na época da ditadura militar (1964-1979) há um redirecionamento na exploração no campo. “O golpe de estado desenvolve uma restauração e endurecimento autoritário. Consolida-se uma interdependência da América Latina com os Estados Unidos” (IANNI, 1978, p. 11, apud RIBEIRO, 2017, p. 34). É neste contexto que chegou a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Pedagogia da Alternância. Conforme Silva e Sobreira (2014) se estabelece como contraponto ao sistema ditatorial implantado pelo capitalismo mundial.

No Brasil, as primeiras experiências de alternância tiveram início em 1969, no estado do Espírito Santo, em um contexto, segundo Queiroz (2004), marcado pela ditadura militar imposta pelo golpe de estado de 1964, repressão dos movimentos sociais, intensificação das políticas desenvolvimentistas, entre outros aspectos que objetivavam inserir o Brasil na corrente de desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial (SILVA E SOBREIRA, 2014, p. 221).

A chegada desta referida prática de ensino se deu com a vinda de missionários italianos. Estes apresentam uma proposta de evangelização nos ares do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação³. A Teologia desenvolvida pelos missionários se soma à proposta educacional desenvolvida por Paulo Freire e outros (CASTRO e STEPHAN, 2007; SILVA e SOBREIRA, 2014). Começa uma ação em mão dupla: resistir para ficar no campo e conquista da educação formal que considere a realidade e necessidade dos trabalhadores do campo. Pode-se ainda afirmar que a chegada da Pedagogia da Alternância se deu com intensa participação da prática religiosa. Mas uma postura religiosa que se configurava em uma dinâmica de pequenas comunidades que buscavam se firmar, sobreviver e resistir frente ao sistema de exclusão. Eram as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs.

A Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO

A Escola Família Agrícola de Goiás também nasce em um contexto de conflito agrário: luta pela terra, permanência no campo e por escola do campo. Tratar da EFAGO supõe um mínimo conhecimento da Diocese de Goiás e, por conseguinte, da

³ O Concílio Vaticano II aconteceu entre os anos de 1962 e 1966. Foi um significativo evento na Igreja Católica. A teologia da libertação foi/é uma maneira e dinâmica de pensar a crença religiosa e a militância política

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

atuação junto aos trabalhadores, mais especificamente, pequenos proprietários, trabalhadores rurais sem terra, assentados e outros.

A atuação da Diocese de Goiás se dá na ótica dos desdobramentos do Concílio de Vaticano II, desdobrado na América Latina nas Conferências de Medellín(1968) e Puebla(1979). A Diocese é a mais antiga de Goiás. Foi criada no ano de 1745. O bispado de D. Tomás Balduino (1967-1998) foi uma referência com relação ao apoio e defesa dos pobres, sobretudo do povo do campo.

A Diocese de Goiás está situada no Oeste do Estado de Goiás, na região conhecida como Mato Grosso Goiano, região muito fértil, de alta produção agro-pecuária(sic). Fazem parte de sua área geográfica os municípios de Buriti de Goiás, Britânia, Carmo do Rio Verde, Ceres, Fazenda Nova, Goiás, Guaraita, Heitoraf, Itaberaf, Itaguarí, Itaguarú, Itapirapuã, Itapuranga, Jussara, Mossâmedes, Novo Brasil, Nova Glória, Sanclerlândia, Santa Fé de Goiás, Taquaral de Goiás, Uruana e São Patrício. A soma da superfície destes municípios atinge uma área de 21.034 quilômetros quadrados e uma população de 225.613 habitantes (IBGE 1999), perfazendo uma densidade demográfica de 10,7 hab/Km.(Anexo 1) (SCAROLO, 2001, P.12)⁴.

Com a chegada de D. Tomás, nesse espaço geográfico foi intenso o trabalho com base na Teologia da Libertação⁵. Isto se deu com destaque no apoio e luta dos trabalhadores do campo. A presença da Igreja apoiando os acampamentos de sem terra e mais tarde os assentamentos da reforma agrária foi intensa.

A experiência de Igreja encontrada por D. Tomás ao chegar em Goiás era a do poder estabelecido e aliado, aliança entre os poderes político/econômico e religioso. Mas a prática pastoral imprimida por D. Tomás é diferente.

⁴ Scarolo foi agente de pastoral da Diocese de Goiás e estudou no mestrado e doutorado em *Ciências da Religião* a Diocese de Goiás. Os dados aqui apresentados estão na Dissertação de Mestrado, como visto no ano de 2001.

⁵ Para uma breve compreensão da reflexão desenvolvida pela teologia da libertação veja: SCAROLO (2001, 39.p. 40)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

As pequenas comunidades na Diocese de Goiás, desde seu nascimento, foram produzindo frutos. A Igreja foi se transformando, se tornou Igreja dos excluídos. Os pobres lavradores se sentindo apoiados fortaleceram o seu sindicato, criaram associações e até partido político novo (SCAROLO, 2001, p.66).

Aqui se percebe que as mudanças ultrapassam os espaços do “religioso”. Em outras palavras, quebra a dicotomia sagrado e profano. As ações são do conjunto, do todo dos envolvidos, comunidade da diocese de Goiás, católicos ou não.

A comunidade para os diocesanos, não é ajuntamento, é conversão, é a vontade de assumir compromisso, a coragem de topa tudo. Essa é a referência da Igreja do Evangelho e a sua semente, são os grupos de Evangelho: O lugar da formação do compromisso com a transformação da realidade. Esses grupos que inicialmente, contavam com o estímulo de algum agente, adquirem rapidamente uma força, e um significado na vida diocesana. Rapidamente o hábito de reunir não só para rezar, mas para pensar juntos os problemas que são comuns, redimensiona a relação com os agentes do sagrado, portanto, com a instituição (MOURA, 1989, 84, apud SCOLARO, 2001,68 – o destaque é nosso).

O posicionamento de Scolaro (2001) reafirma que a dinâmica da fé parte e atinge todos os espaços do cotidiano. Toma-se a vida por inteiro. É o constante conflito de interesses que é inerente nas relações (BOURDIEU, 1989; SCALORO, 2001). O conflito perpassa a educação, pois, a escola trás a cultura dominante, legítima (BOURDIEU, 1998). Não responde aos interesses dos povos excluídos.

Estudos desenvolvidos sinalizam que os rumos da Igreja de Goiás, Diocese de Goiás, foram determinados desde o início dos trabalhos de D. Tomás (SCAROLO, 2001). A primeira Assembleia Diocesana aconteceu em 1968.

O aspecto que mais me impressionou (...) foi novamente a sensação de liberdade, fraternidade e democracia desta Igreja. Os leigos eram a maioria, e no entanto tinham o direito à palavra e o seu voto tinha o mesmo valor que o dos padres. Nunca tinha acontecido até então, que uma Igreja tomasse decisões desta forma(..) Isso era visto por nós

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

como uma pedagogia, início de um caminho (CAPPONI, 1999, p. 30,
apud SCAROLO, 2001, p. 60).

Mas a dinâmica ideológica em um posicionamento social se deu efetivamente a partir de 1971/2. A Assembleia de 1971 foi como um marco institucional da posição da Diocese pelos excluídos. A Assembleia “expressou em seus documentos conclusivos, a determinação de ser ‘uma Igreja do povo e para o povo. Abria assim caminho para a opção preferencial pelos pobres e marginalizados” (CAPPONI, 1999, p.41, apud SCALORO, 2001, 61).

O jeito de ser Igreja proposto e experienciado nas comunidades e assembleias abria espaço para pensar na possibilidade da educação escolar diferente do estabelecido tradicionalmente. Isto porque a escola tradicional é concebida e se constitui conforme a cultura legítima (BOURDIEU, 1998). Tem como correto e verdadeiro o saber dos grupos ou camadas dominantes. Compreende que a escola de qualidade é aquela que prepara para a lógica do poder econômico estabelecido (BRUNO, 2005).

É possível afirmar que o posicionamento pastoral da Diocese de Goiás ao abrir espaço para o compromisso com os pobres, mais tarde veio a resultar também na Escola Família Agrícola de Goiás. A EFAGO nasceu com intenso apoio da Diocese de Goiás. A Igreja de Goiás participava intensamente da luta dos trabalhadores do campo por melhores condições de vida no seu espaço. Isto incluía meios e condições de educação escolar que respondesse aos povos do campo.

Compreende-se que, considerando os interesses conflitantes, a escola/educação não pode favorecer à cultura legítima. As camadas exploradas buscam construir uma alternativa. Tomam as rédeas do seu destino (MOURA, 1989, 84, apud SCOLARO, 2001,68). Criam a EFAGO.

A perspectiva é formar jovens filhos de assentados da região com uma nova mentalidade a respeito da preservação ambiental combinada com uma exploração racional do meio ambiente. Entende-se que a consciência de preservação atingirá um maior grau de profundidade na

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

cultura local enquanto se preserva a vida humana (SCAROLO,
2001,177 – o destaque é nosso).

Um monge beneditino, Pe. Filipe com os trabalhadores conseguem recursos, colocam a Escola Família Agrícola de Goiás para funcionar. É a primeira Escola no Estado a desenvolver a Pedagogia da Alternância. É a escola dos/para os trabalhadores do campo. Propõe-se a uma alternativa que se contrapõe ao modelo capitalista estabelecido com base no latifúndio. Esta escola formaria também técnicos em agropecuária para dar suporte aos pequenos produtores, sobretudo aos assentados.

Nesta lógica é possível falar que os conflitos no campo e a dinâmica religiosa, conflito permanente, mas em proposições pós conciliares possibilitam a proposta educacional, dos e a partir dos trabalhadores do campo em Goiás, a EFAGO.

Considerações Finais

As condições construídas e em construção perpassam as relações de poder estabelecidas. Passam por conflitos inerentes ao cotidiano. Os interesses são diferentes, conflitantes e inerentes ao existir. As realidades conflitantes envolvendo a terra, a dinâmica religiosa e educacional experienciadas na região de Goiás passam por dois momentos específicos: o antes e depois de D. Tomás. Esta realidade política religiosa envolve também a educação, tanto informal quanto formal, escolar.

A postura religiosa assumida pela Diocese de Goiás no seu processo histórico foi de inclusão social/religiosa. Construiu-se o direito de manifestar e sentir-se membro, responsável. As Assembleias Diocesanas e as experiências cotidianas das comunidades vivenciavam esta lógica inclusiva.

A pastoral pós conciliar, na América Latina com Medellin/Puebla nas Comunidades Eclesiais de Base, em Goiás estava se firmando com posturas eclesiais novas. Ela trás, suscita, fortalece a luta pela terra e, por conseguinte educação escolar

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

diferenciada, educação escolar que considere e responda às lutas dos trabalhadores: acampados, assentados ou simplesmente pobres e empobrecidos no campo. Por isso, a Escola Família Agrícola de Goiás também se constrói em uma contraposição de interesses e de poder. É resultante da dinâmica de pensar alternativas, melhorias para/no espaço a partir ou com os explorados.

Referências bibliográficas

BRASIL. Parecer do CNE, 36/2001.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 15-44.

CASTRO, Mauricio Barros de; STEPHAN, Gustavo. *Juventudes rurais: cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2007.

MARTINS, José de Souza. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. Revista USP, São Paulo, SP, v. 64, p. 29-49, 2005.

MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STEDILE, João Pedro (Org.). A Reforma Agrária e a Luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11ss.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. *A construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: Ensino médio e Educação profissional*. Tese de Doutorado, UNB, Brasília, 2004.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

RIBEIRO, Valdivino Souza. *Escola Família Agrícola de Orizona – Goiás: história e Lembranças de uma experiência de educação do campo* (tese). PUC – GO, Goiânia, 2017.

SCAROLO, Arcangelo. *Profecia e Diálogo: análise sócio-cultural da Diocese de Goiás 1967-1998* (Dissertação de Mestrado). PUC – Goiás, Goiânia, 2001.

SCOLARO, Arcangelo. *A Formação Bíblica como Precursora da Educação do Campo: Diocese de Goiás, 1967 A 1998* (Tese Doutorado). PUC – Goiás, Goiânia, 2016.

SECRETARIADO NACIONAL DA PASTORAL DA TERRA. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

SILVA, Lourdes Helena da e SOBREIRA, Milene Francisca Coelho. Vida e construção do conhecimento na Pedagogia da Alternância. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 8, n. 2, p. 212-227, 2014, UFV, MG. Disponível em:

<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/915/336> Acesso: 12.02.2018.

657

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13

Performances da Cidade: Manifestações
Artísticas e Culturais no Espaço Urbano
(Séculos XIX-XX)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**A ETIQUETA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL E POLÍTICO: O
REINADO DE LUÍS XIV COMO ESTUDO DE CASO**

Augusto de Matos Ribeiro (UFJ)¹

Professor orientador: Marcos Antonio Menezes (UFJ/UEG)

Resumo: Nesta pesquisa, buscaremos observar o uso da etiqueta como mecanismo de definição das regras sociais de convivência em grupo, daremos ênfase à vida cortesã da França sob o reinado de Luís XIV. O monarca é símbolo de seu tempo bem como ficou definido na frase atribuída a ele: “*L’etat C’est Moi*” (o estado sou eu). A monarquia moderna se fez absoluta utilizando um vasto repertório de práticas e símbolos para legitimar seu absolutismo. O Rei Sol soube utilizar diversas ferramentas de controle social, tais ferramentas ficam explícitas se observarmos sua corte. A pompa, magnificência e os rituais, como aponta Peter Burke, 2009, foi fundamental para que Luís XIV construísse sua imagem de governante supremo da França. Para difundir seu poder, o Rei manda construir o Palácio de Versalhes que desempenhou um papel de suma importância na fabricação da imagem de Luís XIV. Tendo em vista este panorama, buscarei compreender como a etiqueta se configurou e desenvolveu-se como ferramenta de controle social dentro do Palácio de Versalhes e da monarquia.

Palavras-chave: Absolutismo; Etiqueta;

O desenvolvimento do absolutismo ressignificou as cortes reais da Europa, trazendo-as para o centro político. Dentro de um processo transitório entre uma sociedade feudal e uma sociedade burguesa, o surgimento e a configuração dos Estados Nacionais se como tentativa de manutenção do *status quo* em uma conjuntura que está passando por mudanças nas configurações de poder. Soma-se a isto também, o processo civilizatório que ganhou impulso com a renascença e articulou a maneira como as disputas de poder se davam.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Jataí. augustodmr@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

As monarquias medievais vão acendendo a centralização do poder na medida em que as diferenças entre os estados diminuem, transacionado assim para as monarquias absolutas que mantêm e legitima a segregação dos estados e suas divisões internas, é um equilíbrio de forças instável, mas que permite a monarquia uma hegemonia política, uma vez que não há uma coalizão de forças capaz de se opor ao poder real.

Na idade moderna a burguesia consegue estabelecer-se economicamente, e principalmente, ela consegue comprar títulos nobilitários e lugares no aparato administrativo estatal. Em contrapartida, as bases financeiras da nobreza não acompanham o crescente consumo por prestígio, ela também perde sua principal função na organização absolutista, pois o monarca mantém e tem legitimidade para utilizar o exército.

A identidade da nobreza medieval é de natureza belicosa, respaldada em um imaginário construído durante a Alta Idade Média, que se modificou com o desenvolvimentismo do processo civilizatório, responsável por “domesticar” a aristocracia. Essa transição é marcada por rupturas de comportamentos e sensibilidades e por continuidades no *ethos* de classe nobre baseado em *status*. Ribeiro nota que:

Podemos imaginar que esforço representavam, para uma classe nobre feita à guerra e à disputa pela precedência, esses gestos que exprimem cortesia. Para isso só há um meio: adotar um repertório de formas convencionais que permitam exprimir, de maneira aceita e reconhecida os sentimentos intensos. (RIBEIRO, 1983, p. 31).

A nobreza medieval contava com um repertório de práticas que lhe conferia prestígio, como o duelo ou as guerras entre feudos, contudo, o absolutismo monopoliza as chances de aquisição de *status*, logo, “Não é mera coincidência que vá florescer, então, a etiqueta: ela é o meio pelo qual os reis vão domesticar a honra, fazendo-a fluir

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

do trono em vez da iniciativa individual. É no sorriso de Luís XIV, mais do que na espada de duelista, que o nobre vai sentir-se honrado” (RIBEIRO, 1983, p.71). A aristocracia continua orientada no sentido de aquisição de *status*, entretanto, todos os meios para tal passam a convergir em um ritual litúrgico de adoração a monarquia.

Com a monopolização das chances de aquisição de prestígio pelo rei absolutista e com as disputas dentro da alta nobreza afluem para os interesses régios. Luís XIV, principalmente na primeira metade do seu reinado, soube jogar com os interesses nobilitários, a busca por precedência, por um lugar a mesa no jantar ou um olhar dignificante dificultava alianças e provocava uma corrida para a adoração do monarca. Um exemplo disto são os concursos artísticos que tinham o rei e seus feitos como tema, as recompensas iam de pensões em dinheiro a títulos nobilitários, ao passo que conferia ao rei aura de sagrado, mítico e heroico. Essas disputas eram pautadas em rígidas regras de condutas e rituais herdados e modificados da Idade Média.

A relevância dos rituais no medievo já foi atestada por estudos sobre o toque real² ou pelas cerimônias de coroação³. Nesse sentido, a etiqueta não é apenas um compilado de regras do que se deve ou não fazer, ela reduz a ética a uma estética, valoriza as ações de sacrifício de um vassalo ao seu suserano, sobretudo em relação ao monarca.

Pensadores humanistas como Erasmo de Roterdã e Baldassare Castiglioni escrevem no século XV manuais de comportamento que tiveram grande circulação na Europa, e lançou as bases da etiqueta. A semiologia da palavra etiqueta nos remete a classificação, ordenação, qualificação. No absolutismo percebe-se algo parecido entre os cortesões, cada um reconhecia seu superior, seu igual e seu inferior cada um tinha

² BLOCH, Marc. *Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

³ BURKE, Peter. *O nascer do Sol In: A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. 2º edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

seu momento de honrar e ser honrado. Esses manuais introjetam na sociedade cortesã um autocontrole agudo, tanto de comportamentos quanto de sentimentos. Chartier discute que:

a vida de corte requer daqueles que dela participem propriedades psicológicas específicas, que não são comuns a todos homens: assim, a arte de observar, aos outros e a si mesmo, a censura dos sentimentos, o domínio das paixões, a incorporação das disciplinas que regem a civilidade. Uma tal transformação não modifica apenas as maneiras de pensar, mas toda a estrutura da personalidade, a economia psíquica(...). O processo de curialização é também um processo de remodelagem da afetividade que submete o homem de corte a uma rede cerrada de auto controles automáticos que refreiam todos os impulsos espontâneos, todos os movimentos imediatos. (2001, p.21).

Adoção dessas regras salvaguarda a nobreza das camadas burguesas em ascensão ao passo que retificam sua dependência em relação ao rei. A separação entre refinados e rudes provocam uma tensão que retroalimenta a disputa para ser reconhecido como civilizado, pois, “os sinais de prestígio revelam-se não mais que sinais: ouropéis, despidos de substância; aparências que se desfazem quando o burguês as atinge a sutileza do aristocrata, frente aos que tentam alcançá-lo, está menos em criar signos do que em afirma-se seu criador” (RIBEIRO, 1983, p.21)

Este empenho do controle das pulsões tem a corte como referência máxima de bons comportamentos e foi peça essencial para a hegemonia monárquica. Nesse sentido, os códigos de etiqueta e o cerimonial punha a mostra à hierarquia na qual os indivíduos estavam inseridos, e era uma ferramenta de intervenção direta do rei na mobilidade social, como observa Elias, a etiqueta “servia como indicador da posição do indivíduo no frágil equilíbrio de poder entre os diversos cortesãos, equilíbrio controlado pelo rei” (ELIAS, 2001, p.102-103). O autor continua:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Eis o sentido da etiqueta para o próprio Luís XIV. Não se trata de mera cerimônia, mas de um instrumento de dominação dos súditos. O povo não acredita em um poder que, embora existindo de fato não apareça explicitamente na figura de seu possuidor. É preciso ver para crer. Quando mais um soberano se mantém distante, maior é seu respeito que o povo lhe confere. (ELIAS, 2001, p.133).

Nesse estado de coisas, o soberano ganha um grande espaço de ação, limitando as chances de mobilidade social, e é na casa do rei, ou seja, na corte, que os atores sociais disputam sua ascensão ou no mínimo a sua permanência na “boa sociedade”. Nessa constante disputa que se insere a transformação de uma nobreza belicosa para uma aristocracia de comportamentos refinados.

Além das mudanças de comportamento, a nobreza muda também de residência, novamente visando legitimar sua existência e tornando-se mais dependente do rei. Ribeiro (1983) destaca a importância que o ducado de Borgonha na criação das sociedades de corte. No ano de 1363 o rei da França João, o Bom, concede ao seu filho Felipe, o Audaz, o ducado. Esse principado expande através de casamento até a região de Flandres (região da atual Bélgica), a mais próspera da Europa na época. A riqueza, cintilância e os bons modos da corte borgonhesa, fizeram frente às cortes da França e do Sacro Império. Os rituais de adoração ao príncipe atingiram o ápice até então.

Conforme o absolutismo se desenvolvia, aumentava a importância das cortes e, portanto dos palácios, como foi atestado com a construção do Palácio de *Versailles*.⁴ Em 1624, a cerca de vinte quilômetros de Paris, Luís XIII, pai de Luís XIV, ordena a

⁴ Foi construído pelo rei Luís XIV, o "Rei Sol", a partir de 1664, foi por mais de um século modelo de residência real na Europa, e por muitas vezes foi copiado. Desde 1682, quando Luís XIV se mudou de Paris, até a família real ser forçada a voltar à capital em 1789, a Corte de Versalhes foi o centro do poder do Antigo Regime na França. O monarca queria um local onde pudesse organizar e controlar completamente o Governo da França. O Palácio de Versalhes é um castelo real localizado na cidade de Versalhes, uma aldeia rural à época de sua construção, mas atualmente um subúrbio de Paris.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

construção de um pavilhão para abrigar o rei durante o período de caça. Contudo o Rei Sol transforma a construção no maior palácio da Europa em seu tempo. *Versailles* influenciou amigos e inimigos do estado francês, desde Lisboa a São Petersburgo é possível perceber a repercussão da maior joia do absolutismo na França. Se um nobre não pode subtrair o prestígio de outrem inferior, com *Versailles* Luís XIV consegue tirar de todos os monarcas da Europa uma parcela considerável de *status* em favor próprio, e também consegue ofuscar a nobreza com sua suntuosidade. O palácio passa por constantes reformas durante a vida de Luís XIV e Luís XV. Como observa Rocha:

Uma das grandes e mais importantes criações de Luís XIV foi a construção do Palácio de Versailles em 1664, o que fez com que o monarca conquistasse mais prestígio por toda Europa, pois Versailles representava imensa riqueza e poder, além de ter sido crucial para a organização da vida cortesã segundo um modelo de vida baseado no prestígio e na etiqueta (ROCHA, 2013, p. 16)

O palácio constitui-se no Antigo Regime na casa do rei, centro e palco das disputas de poder, “Assim, a corte e a vida na corte constituíam o local originário de toda experiência, de toda a compreensão do homem e do mundo por parte do rei absolutista” (ELIAS, 2001, p.67). Os assuntos domésticos e os assuntos do Estado entrelaçam entre si, logo, “A autoridade do rei como senhor da casa em meio à sua corte tem um correlato no caráter patrimonial do Estado na corte, isto é, do Estado cujo órgão central é formado pelo domicílio do rei em seu sentido amplo, portanto pela ‘corte’” (ELIAS, 2001, p.66).

Elias (2001) coloca que a corte era uma “vasta extensão da casa e dos assuntos domésticos do rei francês e de seus dependentes, incluindo as pessoas que fazem parte daquela casa, de modo mais ou menos restrito”. Assim como um nobre em sua residência, contava com um grande número de criados para atender suas necessidades,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Luís XIV como senhor da casa, contava com a subserviência da nobreza no cotidiano, contudo, a participação da aristocracia em atividades aparentemente triviais constituiu um espaço de tensões, de ganho ou perda de prestígio e chances de ganhar favores com o rei. Catarina de Médici⁵ (1519-1589) foi uma importante figura para a implementação deste sistema, ela tentava com isso, agradar a nobreza com a sua participação do espetáculo do poder.

Portanto, as cortes figurava-se em “boas sociedades”, que obrigava a coexistência da nobreza submissa e temerosa quanto a sua existência e a burguesia sequiosa por acender na hierarquia social. Essas “boas sociedades” constituem em circuitos fechados que isolavam uma camada da sociedade das demais dando forma e identidade para quem participa desse circuito. Nesse sentido:

Em toda boa “boa sociedade”, ou seja, em toda sociedade com tendência a se segregar e destacar dos campos sociais circundantes, esse isolamento, esse pertencimento à “boa sociedade” estão entre os fundamentos constitutivos tanto da indenidade pessoal como da existência social. (...) Mas as regras que presidem a constituição da “boa sociedade” e o surgimento de um “ethos de classe” são perceptíveis em cada uma delas, sob diversas formas e graus (ELIAS, 2001, p.111-112).

Diferente da sociedade profissional burguesa, as chances de ascensão social na sociedade de corte não estão pautadas no acúmulo de capital, mas sim no prestígio que saltava aos olhos nessa sociedade dada a observação. O dinheiro nesse contexto deveria ser adquirido e gastado conforme a posição social do indivíduo, a um nobre, por exemplo, era proibido por lei de exercer atividades mercantis, da mesma forma que um burguês não podia erguer um palácio. Segundo Elias:

⁵ Duquesa de Urbino e rainha França entre 1547 a 1559

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

O consumo de prestígio diferencia-se desse cânone burguês de comportamento. Em sociedades nas quais predomina outro tipo de ethos, o do consumo em função do status, o mero asseguramento da posição social de uma família dependem da capacidade de tornar os custos domésticos, o consumo, as despesas em geral, dependentes em primeira instância do nível social, do status ou prestígio possuído ou almejado. Alguém não pode mostrar-se de acordo com seu nível perde o respeito da sociedade. (ELIAS, 2001, p.86)

A distinção entre público e privado que está colocada na sociedade burguesa não se encontrava dada no Antigo Regime. A competição por prestígio permeava a esfera que se entende por privado, a cerimonia do *lever*⁶ é um exemplo que mostra que não há contornos tão precisos entre esses espaços, logo todas as ações executadas dentro da corte significava possibilidades de mobilidade social, a intimidade do rei, por exemplo, era tomada por um cerimonial público, onde sempre se encarnava conscientemente a persona real “a vida diária do rei compunha-se de ações que não eram simplesmente recorrentes, mas carregadas de um sentido simbólico, porque eram desempenhadas em público por um autor cuja pessoa era sagrada.”. (BURKE, 2009, p.101)

Ao se debruçar no estudo das mecânicas de dominação absolutista e dialogando com a sociologia weberiana, Norbert Elias aponta que, de modo geral, o absolutismo figurou-se em uma dominação carismática, a governança regia era executada pelo filtro de um grupo central, isto é, a corte, onde o monarca gozava de um amplo espaço de ação e intervenção pessoal através da etiqueta e dos rituais:

A liderança não pode mais ser concretizada e transmitida desde o líder até o nível mais baixo sob seu controle por vias e meios já

⁶ Cerimonia onde o rei veste sua roupa na presença de fidalgos, por vezes recebendo ajuda dos mesmos. Ao acordar o rei assiste seis diferentes grupos entrarem em seu quarto, cada entrada obedece a uma hierarquia precisa.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

relativamente experimentados e fixados, mas apenas por meio da intervenção pessoal sempre recorrente do próprio líder, ou de poucos dos seus subordinados. Ou seja, ela só pode ser concretizada produzindo-se uma relação pessoal, e mais direta possível entre o líder e os membros do grupo central. (ELIAS, 2001, p, 137).

A figura de Luís XIV e o Palácio de *Versailles* são símbolos máximos dessa configuração apresentada. O monarca já estava inserido no processo de centralização do poder, a corte francesa já apresentava muitos traços absolutistas desde Henrique IV (1553-1610), que segundo Elias, foi responsável por transacionar a figura do rei cavalheiresco para o rei aristocrático.

A dominação carismática é, no geral, instável e apresenta dificuldades em se perpetuar, pois o líder carismático “se beneficia precisamente de um equilíbrio instável, flutuante, ou até mesmo profundamente abalado” (ELIAS, 2001, p.137). O que da coesão à dominação carismática na Idade Moderna é uma sujeição do poder a uma estética.

Nesse sentido, a criação da imagem de um monarca magnânimo em um estado com alto grau de centralização “respondia a necessidades psicológicas” pois signos exerciam influência em todas as pessoas . Luís XIV “aliou o poder político ao poder simbólico. Na sua concepção absolutista, o poder deveria estar entrelaçado a magnificência e ao luxo, que ocasionava a sua veneração por parte dos seus súditos e o respeito “ao grande monarca” que demonstrava ser.” (ROCHA, 2013, p. 23)

Em suma, este trabalho visou demonstrar o processo dialógico entre cultura e política, que engendrou novos comportamentos e sensibilidades, observando as cortes absolutistas como parte constitutiva do processo civilizador calcado no alto controle.

Referências bibliográficas:



Universidade
Estadual de Goiás



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO GOIÁS

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes

UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

BLOCH, Marc. *Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

RIBEIRO, Renato Janine. *A Etiqueta No Antigo Regime: do sangue a doce vida*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ROCHA, Marcos de Sousa. *Aparência e Prestígio: a civilidade na corte de Luís XIV*. Periódico científico outras palavras, v.9, n.2, p. 10-25.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**INDÚSTRIA FONOGRAFICA NO BRASIL: MUDANÇAS NA FORMA DE
PRODUÇÃO MUSICAL NA DÉCADA DE 1990**

Erisvaldo Souza - UEG¹

Resumo: Os estudos sobre a produção musical no Brasil estão associados à indústria fonográfica e sua forma de organização industrial, administrativa e burocrática em geral, com objetivos bem definidos, como é o caso da produção, distribuição e consumo de música. No Brasil a indústria fonográfica se desenvolveu ao longo do século XX, mas dois momentos importantes foram nos anos de (1950-1960) período de consolidação e posteriormente nos anos de 1990 de mudanças significativas na forma de produção e difusão de seus produtos. Assim, o problema de pesquisa na qual levantamos é o seguinte: Quais as principais mudanças que ocorreram no âmbito da indústria fonográfica no Brasil no contexto dos anos de 1990? Por outro lado, o nosso objetivo principal é compreender sua organização no sentido dessas mudanças e posteriormente perceber como a indústria fonográfica vai trabalhar no sentido de dar continuidade as suas produções para poder obter o lucro, que é um dos objetivos da produção musical. Para compreender esse objeto de pesquisa, vamos utilizar como referencial teórico as principais obras de Adorno sobre o fenômeno musical, para podermos perceber a origem e a formação da indústria cultural e posteriormente a indústria fonográfica, uma de suas obras que nos auxilia é a *Dialética do Esclarecimento* (1985) e a *Filosofia da Nova Música* (1990) e logo depois utilizaremos a obra de Pierre Bourdieu *A Economia das Trocas Simbólicas* (2005) no sentido de estudar a formação de um mercado de bens culturais. Por outro lado, as obras de Ortiz (1994) e ((1995) são fontes importantes para que possamos pensar o nosso objeto em termos mais particulares, mas também a obra de Dias (2000). Desta maneira temos um referencial teórico que possa dar conta de compreender o fenômeno a ser estudado. No que se refere a nossa metodologia de pesquisa, trata-se de um estudo teórico que vai estudar de forma sistemática esses autores e obras citadas para que possamos compreender essa realidade, bem como os conceitos utilizados em termos metodológicos irão possibilitar uma melhor compreensão do nosso objeto.

Palavras-chave: Indústria fonográfica; capital fonográfico; música; produção musical

¹ Graduado em História, Especialista em Ciência Política pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Correio eletrônico: erisvaldosouza@yahoo.com.br.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Introdução

Neste trabalho temos como objetivo, realizar uma investigação sobre a Indústria Fonográfica no Brasil e as mudanças que ocorrem na forma de produzir música no Brasil no contexto da década de 1990, pois se trata de um período importante no que diz respeito a produção musical. Podemos perceber a formação de uma Indústria Fonográfica no Brasil a partir da ampliação da urbanização e industrialização que vai ocorrer a partir da ação do capital internacional no Brasil.

Essa produção vai se dar de forma bem mais ampla, mas o nosso objetivo é trabalhar questões voltadas para a compreensão da Indústria Fonográfica a partir de sua origem, formação e perceber como esta foi se organizando ao longo do século XX. São partes integrantes de uma organização mais ampla na qual intitulamos de capital comunicacional, que nas palavras de Adorno & Horkheimer (1985) é intitulada de indústria cultural.

A indústria cultural na concepção Adorniana, diz respeito ao rádio, televisão, revistas, jornais etc, que integram esse conjunto. Essas teses sobre esse fenômeno foram desenvolvidas na obra *Dialética do Esclarecimento*, mas que posteriormente o autor realizou diversas outras investigações no sentido de conhecer melhor o que ele chamou de indústria cultural.

Nosso ponto de partida para compreendermos a Indústria Fonográfica no Brasil, é a obra de Adorno, mas posteriormente utilizaremos outros autores no sentido de ampliar essas discussões, como é o caso da obra de Pierre Bourdieu e Renato Ortiz. Assim, entender de forma sistemática esse fenômeno, bem como suas mudanças historicamente, pois o Brasil em grande parte foi inserido no mercado de bens culturais e simbólicos, a partir da ação do capital comunicacional que tem origens nos países de economia desenvolvida como os Estados Unidos da América.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

*Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.*

Por fim, nossa proposta visa compreender esse fenômeno a partir de sua origem e formação, a ação dos agentes que integram o capital fonográfico e comunicacional e principalmente perceber as mudanças que ocorreram ao longo do século XX, especificamente na década de 1990, quando temos uma transformação mais brusca, que é a questão da digitalização da música, a pirataria que vai mudar de forma significativa a produção, a distribuição e o consumo de música no Brasil.

Origem e formação da Indústria fonográfica no Brasil

A origem e a formação da Indústria Fonográfica no Brasil, está associada a um conjunto de mudanças que ocorreram ao longo do século XX, dentre elas podemos destacar a industrialização do país e mais a formação de grandes centros urbanos que possibilitou novas necessidades de produção, distribuição e consumo de mercadorias em geral, neste caso, podemos inserir também as mercadorias culturais.

Nesse desenvolvimento incipiente desta indústria no início do século XX, o capital vai atuar no sentido de atender aos seus interesses e produzir para o consumo. O rádio nesse contexto, vai exercer um papel preponderante, pois é a partir desse meio de comunicação que a música vai se fazer presente, mesmo que ainda de forma amadora. As revistas e jornais também irão exercer um papel importante nesse contexto para difusão desses produtos musicais.

A música camponesa vai ser um dos produtos ligados ao capital fonográfico a partir dos anos de (1930-1940), neste caso, uma produção musical já inserida no modelo da produção industrial capitalista, que visava o consumo, mesmo que não sendo em massa, utilizando terminologia de Adorno, mas uma produção já voltada para esse fim.

Nos países de economia desenvolvida, os anos de 1940, já marca uma forte presença do capital comunicacional e fonográfico, fato distinto em países de economia subordinada como o Brasil, por isso, o nosso cuidado ao analisar a origem e a formação dessa indústria

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

cultural aqui no Brasil. Neste caso, podemos afirmar que são duas realidades diferentes, pois em alguns países da Europa e dos Estados Unidos, a ação do capital comunicacional estava cada vez mais forte.

A ação do capital em relação a produção cultural, passou a ocorrer a partir da Revolução Industrial, que possibilitou mudanças na forma de produzir mercadorias e posteriormente a ampliar para uma produção cultural e artística. O objetivo era cada vez mais ampliar esse mercado consumidor e comercializar novos produtos, ou seja, trazer novidades para o público que estava se formando.

Inicialmente esses produtos são novidades no Brasil no início do século XX, pois temos ainda um momento de incipiência na formação do capital comunicacional e do próprio capital fonográfico, que de fato, era uma extensão do capital internacional que realizava investimentos mais amplos em países como o Brasil. Esse capital internacional, vai possibilitar a consolidação de um mercado de bens culturais e simbólicos em meados do século XX e que durante todo o regime militar vai se ampliar, principalmente pela produção e consumo de músicas “ligeiras” voltadas para o consumo. Nesse período as produções de música “brega” ganham o mercado, onde os artistas produziam para legitimar determinadas práticas dessa forma de organização que era o Estado Militar.

Obviamente que existia uma produção musical crítica, mas que era marginalizada, isto quer dizer, que não tinham o mesmo tipo de difusão, mas para muitos artistas, era necessário lutar para poder ter sua música produzida e de alguma forma levar informações de contestação e crítica social. Essas produções não tinham o apoio dos governos militares, mas tinha um público que de fato, dava relevância, pois se tratava de um tipo de produção musical que realizava uma forte crítica ao Estado Militar e assim, contribuía para uma consciência social por parte de estudantes, trabalhadores e da sociedade civil em geral.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Podemos afirmar que ao longo do século XX, principalmente a partir dos anos de 1960 o capital comunicacional se estabeleceu no Brasil e cada vez mais aumentava seus investimentos na produção, distribuição e consumo de música e diversos outros produtos culturais. Esse período marca também a forte inserção da cultura americana no Brasil, pois como afirmamos anteriormente, esse capital vai sendo cada vez mais ampliado e se tornando mais forte.

Desta forma, seus interesses crescem de forma mais sistematizada e se estabelece uma cultura externa no Brasil, mas associada a uma cultura local, que vai produzir a partir dos interesses desse capital. No caso da música brasileira, de fato, esta é uma cópia do modelo de música americana, basta observarmos a produção de rock brega do início dos anos de 1960 com o movimento da jovem guarda.

Renato Ortiz (1994) analisa a origem e a formação desse mercado de bens culturais e mostra como esse se consolidou no contexto na qual estamos analisando, ou seja, os anos de 1960 e conseqüentemente o seu desenvolvimento. Neste caso já podemos realizar uma análise e inserir alguns conceitos importantes da obra de Adorno e seu conceito de Indústria Cultural, pois agora sim, temos no Brasil uma produção musical e cultural que vai se ampliando cada vez mais.

Mas por outro lado, é necessário realizar as devidas distinções, pois se trata de duas realidades distintas, isto quer dizer, analisar a origem e a formação desta Indústria Cultural, neste caso, uma terminologia de Adorno em um país como os Estados Unidos e o Brasil, pois é visível as diferenças.

Trata-se neste caso, de investimentos mais amplos dentro dos Estados Unidos para a formação desse capital e por ser um país imperialista, vai se utilizar desse capital para dominar outros países como o Brasil. Esses investimentos realizados tem um objetivo, além de gerar lucros, vai cada vez mais possibilitar a inserção de sua cultura em um novo

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

mercado e a partir daí, não só dominar o mercado, mas impor sua cultura como sendo um modelo dominante.

Os estudos sobre a Indústria Cultural no século XX, remontam a obra de Theodor Adorno & Max Horkheimer (1985), pois segundo esses autores a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança. Neste caso, os autores estão fazendo referência a produção cultural, que vai sendo mercantilizada e “massificada” para o consumo de um número cada vez maior de consumidores. Mas, obviamente, que não há uma massificação e homogeneização totalizante, pois há nas diversas sociedades, gostos, interesses e valores que são distintos. Desta forma, cada indivíduo ou grupo social, vai consumir de forma diferente os produtos que são produzidos pela chamada Indústria Cultural.

Ainda na perspectiva de Adorno & Horkheimer (1985) sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Na verdade, a produção cultural que ocorre na sociedade contemporânea é racionalmente planejada por técnicos e especialistas dos mais variados campos, desde técnicos em som, engenheiros em eletrônica, gestores etc., que irão pensar a melhor forma de inserir produtos no mercado.

O marketing e a propaganda são importantes para a organização da Indústria Cultural, bem como campanhas em rádio, televisão, revistas, jornais e na internet para que seus produtos tenham uma ampla circulação e conseqüentemente sejam vendidos para a obtenção do lucro por parte dos proprietários do capital, pois são esses que realizam os investimentos com esse objetivo.

Desta forma, segundo Adorno & Horkheimer (1985) os consumidores estão reduzidos a um simples material estatístico, os consumidores são distribuídos nos mapas dos institutos de pesquisa (que não se distinguem mais dos de propaganda) em grupos de rendimentos assinalados por zonas vermelhas, verdes ou azuis. Assim, está presente um dos interesses diretos da Indústria Cultural, pois seu objetivo de imediato não é a produção

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

cultural crítica e contestatória, mas sim, vender produtos simples e de fácil assimilação para o público, basta observarmos a produção musical atual, pois se trata de uma música “*simplista*” na sua maioria para educar os ouvidos de grande parte de seus consumidores.

Não se trata somente das músicas de sucesso “os astros, as novelas ressurgem ciclicamente como invariantes fixos, mas o conteúdo específico do espetáculo é ele próprio derivado deles e só varia a aparência” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.117). Para os autores, temos uma variedade de produtos, que estão vinculados ao que eles chamam de Indústria Cultural. Vimos que neste caso, a televisão e o cinema cumprem um papel fundamental na difusão desses produtos, inclusive associando músicas como forma de vender essas canções, mas também realizar sua divulgação.

Por fim, a Indústria Cultural seria para Adorno (1978) a integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores. Ela força a união dos domínios, separados há milênios, da arte superior e da arte inferior. De fato, realiza uma fusão contraditório entre o que é popular e o que é erudito, principalmente pela sua forma de organização e produção com o objetivo de mercantilização dos mais variados tipos de produtos, seja eles, populares ou eruditos. Esse mercado também foi analisado por Bourdieu (2005) que vai tratar das questões da produção simbólica.

A Indústria Fonográfica no Brasil

Sobre a Indústria Fonográfica no Brasil, existem um conjunto de autores e perspectivas de análise sobre esse fenômeno e que trabalham a partir de uma perspectiva histórica, sociológica antropológica ou até mesmo simples descrições como está presente em algumas produções intelectuais jornalísticas, que não tem um compromisso ou rigor científico com a produção desse tipo de saber. Podemos afirmar que essas produções historicamente se transformam, pois ocorrem mudanças no interior da chamada Indústria Fonográfica, então, cabe aos estudiosos realizar análises sobre esse fenômeno.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

A nossa perspectiva de análise é crítica e vai realizar uma investigação que de alguma forma vai possibilitar um novo tipo de saber em relação a esse objeto, mas obviamente que seria necessária uma pesquisa mais ampla sobre esse fenômeno.

Neste sentido, é preciso realizar discussões sobre essa temática: Ortiz (1994) fala de um relativo silêncio sobre a existência de uma “*cultura de massa*”, assim, como sobre o relacionamento entre a produção cultural e o mercado. No plano acadêmico, é praticamente na década de 70 que surgem os primeiros escritos que tratam dos meios de comunicação de massa, fruto sobretudo do desenvolvimento das faculdades de comunicação.

De fato, vai ocorrendo cada vez mais uma necessidade desta discussão, pois a chamada Indústria Cultural a partir de sua cultura de massas, vai se desenvolvendo cada vez mais, principalmente com o advento dos governos militares. Essa produção cultural vai se ampliar, logo, é preciso que haja pesquisas sobre esta e principalmente sua relação com os meios de comunicação. Nesse contexto também que vai se fortalecendo o mercado de bens culturais e simbólicos, vai tomando conta de uma divulgação e consumo de produtos literários, artísticos etc.

Como foi apontado na primeira parte deste artigo, a importância da Escola de Frankfurt e suas contribuições e seus estudos voltados para a análise da sociedade no século XX e a sua produção cultural. Ortiz (1994) afirma que foi sugestivamente através da Escola de Frankfurt que a discussão sobre a sociedade e a cultura de massa se inicia nessas revistas, como se nesse momento de consolidação da Indústria Cultural no Brasil alguns intelectuais sentissem a necessidade de buscar outras teorias para entender melhor a nova realidade brasileira.

É preciso estudos para a compreensão da sociedade e de sua produção cultural, sua mercantilização e a questão da Indústria Cultural, que passa a ser cada vez mais agir no interior da sociedade. A relação entre produção artística, mercantilização de produtos

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

culturais, estão associadas ao modelo de produção do mercado de bens culturais e simbólicos. Assim, os intelectuais desse campo de estudos passaram a se preocupar cada vez mais com esse fenômeno.

Em termos históricos segundo Ortiz (1994) nos anos 50 se multiplicam os empreendimentos culturais de cunho empresarial. Primeiro com a introdução da televisão na cidade de São Paulo, seguindo sua expansão para outros locais: Rio de Janeiro (1951), Belo Horizonte (1955), Porto Alegre (1959). Podemos observar um dinamismo crescente na área publicitária que, tendo se implantado no Brasil através das multinacionais na década de 30, vai se consolidar realmente com o desenvolvimento do comércio lojista, do acesso ao crediário, da comercialização dos imóveis.

Essa vai ser a forte tendência da produção, difusão e consumo dos produtos culturais no Brasil. Estes se desenvolvem a partir de uma lógica de investimentos externos que irão ampliar cada vez mais essa produção. Quanto mais investimentos por parte do capital comunicacional, mais a possibilidade de dinamização dos produtos, bem como do consumo desses produtos.

No que se refere a Indústria Cultural no Brasil, Ortiz (1994) aponta que seria mais difícil aplicar à sociedade brasileira deste período o conceito de indústria cultural introduzido por Adorno e Horkheimer. Evidentemente as empresas culturais existentes buscavam expandir suas bases materiais, mas os obstáculos que se interpunham ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro colocavam limites concretos para o crescimento de uma cultura popular de massa. Faltavam a elas um traço característico das indústrias da cultura, o caráter integrador.

Nesse contexto, ainda era o momento de desenvolvimento desta indústria, neste caso como afirma o autor acima, seria difícil aplicar o conceito de Indústria Cultural de Adorno & Horkheimer, pois os autores alemães estão analisando um modelo distinto de sociedade, que é a sociedade americana, bem mais desenvolvida do que a sociedade

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

brasileira dos anos de 1950. Nesse sentido, era necessário esperar as décadas posteriores para podermos falar em Indústria Cultural no Brasil e fazer o uso do conceito dos autores da Escola de Frankfurt.

Nessa mesma perspectiva de análise, Caldas (2008) afirma que nos anos 50, quando o mercado de consumo no Brasil abre suas portas para a entrada de produtos do exterior, temos o início propriamente dito da cultura de massa em nosso país. E assim, temos seu desenvolvimento nas décadas posteriores.

Em outra obra Ortiz (1986) coloca que um primeiro aspecto, que situa o problema enquanto relação de forças, se refere à indústria cultural. Não se deve esquecer que o desenvolvimento deste ramo industrial é recente; nos anos 60 ele se encontra ainda em fase embrionária de crescimento, e só toma impulso considerável quando se aperfeiçoam e se difundem os meios de comunicação de massa que hoje tendem a integrar a nação como um todo.

Nesta forma de integração via consumo, vai ocorrer a partir das possibilidades de consumo que para a cultura de massas são homogêneas, pois esta vai cada vez mais integrando indivíduos nessa lógica do consumo na sociedade capitalista. Assim, a chamada Indústria Cultural vai se desenvolvendo e buscando homogeneizar a produção e o consumo de seus produtos, fazendo que a circulação destes seja cada vez mais rápida, bem como o aumento da produção vai ser significativa nesse contexto.

Por outro lado, os anos de (1970-1980) mostra sua consolidação e tem em seus produtos uma variedade infinita de mercadorias culturais que são mercantilizadas por todo o país, principalmente a música associada ao rádio e a televisão, que eram os principais veículos de comunicação desse período, neste caso, podemos citar também as revistas e jornais.

Nas palavras de Caldas (2008) a indústria cultural tem o poder impressionante de transformar coisas inimagináveis em produto de massa. Foi assim, que esta foi sendo cada

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

vez mais “inovadora” para inserir produtos culturais no mercado para satisfazer a necessidade de seus consumidores. Esta se desenvolveu e passou a ter no mercado uma infinidade de produtos culturais, como é o caso da música, que chega nos anos de 1990, com uma grande produção e associada a praticamente todos os veículos de comunicação, mas algumas mudanças na sua forma de produção, vai alterar a sua lógica tanto de produção, difusão e consumo, pois temos agora um mercado mais dinâmico para a produção musical no Brasil e no mundo.

Essas mudanças dizem respeito ao formato da música que agora é digitalizada, a questão da pirataria que vai gerar a diminuição da venda de discos e conseqüentemente uma mudança de postura do capital fonográfico que vai fazer de tudo para não perder seus lucros. Agora é um momento de adaptações, pois essas mudanças irão gerar novas estratégias para as gravadoras, produtoras e os empresários que atuam no interior desse mercado.

Por outro lado, seguindo as ideias de Napolitano (2001) este afirma que nas últimas décadas do século XX, a nova indústria fonográfica está mais para a “exploração dos direitos” do que para “manufatura do produto”. Obviamente que as mudanças ainda estão em cursos e que a indústria fonográfica, vem se adaptando a cada instante, pois tanto a produção, a difusão e o consumo sofrem mudanças significativas, inclusive a vida dos artistas que dependem dessas relações para se estabelecerem no mercado.

Entretanto, a busca por novos aparatos na visão de Dias (2000) e novos aparatos e equipamentos tais como os gravadores, sistema de gravação em multi-canais, bem como as atuais tecnologias digitais de produção musical, marcam diferentes momentos e configurações para o conjunto da indústria, ao longo dos tempos.

Nesta lógica, a organização e a produção musical vai tendo novas formas de produção, inclusive com a internet, que vai mudar radicalmente a produção e o consumo de música, fazendo com que a indústria fonográfica passe a adotar novas estratégias,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

como é o caso da retomada dos shows ao vivo, pois a quantidade de discos vendidos vai diminuindo cada vez mais.

A questão das pequenas produtoras também ganham espaço no mercado e que de alguma forma passam a concorrer, a produção independente e até mesmo os lançamentos digitais na internet. Então, todas essas mudanças irão gerar uma mudança de comportamento por parte dos integrantes do capital fonográfica em termos de produção musical, pois ocorre uma forte tendência para a diminuição dos lucros das empresas que trabalham nesse mercado.

Assim, tanto artistas, produtoras, gravadoras e a própria organização da Indústria Fonográfica, começam a pensar em estratégias para se manter no mercado e ao mesmo tempo combater a pirataria digital (internet), que passa para uma outra lógica de direitos autorais e conseqüentemente retomar seu lucro com a produção de música. É um mercado que vai cada vez mais se articulando com o mundo digital, principalmente a internet, que vai associando a produção musical do mundo virtual com os demais veículos de comunicação, como é o caso da televisão, veículo já tradicional na veiculação da música, o rádio que se digitalizou e outras fontes de informações importantes para a difusão de um produto cultural como é o caso da música.

No que diz respeito há essas mudanças na forma de produção da Indústria fonográfica, podemos citar Dias (2000), esta autora afirma que as mudanças na estrutura e organização da produção na Indústria Fonográfica, que os anos 90 enunciam e instituem, podem ser analisadas a partir de vários enfoques.

Trata-se de mudanças que ainda estão em curso e nesse período de 20 anos, temos a consolidação de algumas mudanças, por exemplo, a retomada da sua produção e conseqüentemente a retomada do lucro e outras mudanças que ainda estão acontecendo, mas que apontam para uma adaptação e não uma ruptura com essa forma de gestão e organização da produção musical.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Portanto, nesse contexto se faz necessário um campo de produção musical alternativo que possa difundir uma produção musical distinta, crítica e que possa contestar determinadas realidades, pois a produção musical massificada, acaba levando o consumidor a uma certa alienação e falta de reconhecimento de certas relações sociais que são críticas desse modelo de sociedade.

Referências

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1985.
- ADORNO, Theodor. *A indústria cultural*. In: COHN, Gabriel (Org) *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva, 2005.
- DIAS, Márcia Tosta. *Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura*. São Paulo, Boitempo, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. *História e música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo. Brasiliense, 1994.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

**REPRESENTAÇÕES DA MODA E DA MULHER NA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XIX VISTAS POR BAUDELAIRE**

Felipe Marques Costa (UFJ)¹
Bolsista de Iniciação Científica - CNPq

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo mostrar as concepções de mundo a partir de sua representação na moda do século XIX (1850-1900) que é resultado do desenvolvimento tecnológico que ocorre pós a Revolução Industrial, mudanças não somente no campo físico, mas também no que diz respeito a valores e comportamentos da época. O questionamento parte do texto de Charles Baudelaire (1821-1866) O Pintor da vida moderna que é publicado em 1863 no jornal *Le Figaro*. Neste mesmo ensaio Baudelaire elege para falar do belo e do efêmero, a moda que tem seu auge no século XIX, e cunha o termo “modernidade”, tendo mudanças verificáveis facilmente no cenário urbano com o surgimento do fenômeno do consumo pelas massas. Baudelaire associa a moda a um esforço particular para alcançar a beleza e é nas ruas, espaço social da aparência, que ela pode ser vista e vivida em sua plenitude. Na moda a imagem da mulher parisiense é icônica, representando feminilidade aliada a modernidade sofisticação e libertação. Imagem contra a realidade social vigente, 1850-1900, onde as mulheres não poderiam circular livremente pelas ruas, por se tratar de um espaço “vulgar”.

Palavras-Chave: Moda; Modernidade; Mulher.

Após a Revolução Industrial as modificações no meio urbano se tornaram frequentes em decorrência dos avanços tecnológicos, o que proporcionou aos indivíduos certa liberdade em relação ao vínculo de controle social ligado a ordem patriarcal.

Por ser uma época, em que as coisas começam se transformar muito rápido, a modernidade é um tempo em que se valoriza “o novo” e no qual o passado perde força. Isso colabora para a quebra da tradição provocando alterações no papel da mulher na

¹Graduado em História pela Universidade Federal de Jataí (UFJ). felipemarquescosta@gmail.com

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

sociedade. Embora as modificações não tenham ocorrido de forma imediata e profunda, este é um momento em que a “total” reclusão da mulher no espaço doméstico deixa de existir.

As alterações no papel social feminino acontecem, principalmente, no momento em que o desenvolvimento industrial da origem a novas atividades econômicas, que passam a ser destinadas às mulheres. Com o trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios, elas vão ganhando maior mobilidade no espaço público, a ida e vinda do trabalho, o aparecimento de certos hábitos modernos como o consumo garantem o “livre” transito pelas ruas e demais locais da cidade. Elas também passam a possuir maiores alternativas de sustento o que também lhes garantem maior flexibilidade no meio social. Entretanto, essa ascensão não ocorreu sem que houvesse empecilhos. A moral ainda permanecia rígida, e os dispositivos de controle ainda eram aplicados para afastar as mulheres da vida pública, uma vez que esse acesso poderia ameaçar o poder masculino.

Esses esforços em “proteger” as mulheres, sobretudo as de classe média, dos perigos do espaço urbano possuía como justificativa o fato de o meio urbano se tratar de um ambiente promiscuo. Com o crescimento das cidades cresceu também o número de casas de prostituição, é um período de grande proliferação de ambientes destinados ao lazer sexual, frequentados e explorados por homens burgueses. A existência desses lugares, restaurantes, bordéis teatros, se torna a marca da cidade moderna, principalmente na França.

Sendo assim, manter a mulher, principalmente a burguesa (que deveria estar habilitada, pura para o casamento e preservação da família) longe desses ambientes seria uma forma de tentar conservar a tradição burguesa na qual o “homem” até então, ocupava o papel central. Como no tumulto das grandes cidades era praticamente impossível distinguir os indivíduos, qualquer mulher que mantivesse vínculos com o

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

meio público, poderia ser vista como portadora de moral duvidosa e assim associada a prostituição. Porém é bom ressaltar que essa restrição possui efeito somente para as mulheres burguesas não se estendendo às de classe trabalhadora que tinham maior liberdade em relação ao controle moral devido à necessidade da mesma em prover o próprio sustento através do trabalho.

O pintor da vida Moderna

Constantin Guys, chamado no capítulo do livro “A modernidade em Baudelaire” como C.G., a pedido do próprio artista que não gostava de assinar suas obras com meras letras, passíveis de falsificações. Guys assinava suas obras com sua alma resplandecente, e todos os que viram e apreciaram as reconhecerão sem dificuldades. Constantin publicava gravuras modernas em jornais, composições e por anos Charles Baudelaire desejou encontrar-se com o artista Guys. Quando finalmente ocorre Baudelaire não encontra o artista que esperava, mas sim um homem do mundo. E diz:

“Quando finalmente o conheci, logo vi que não se tratava precisamente de um artista, mas antes de um homem do mundo. Entenda-se aqui, por favor, a palavra artista num sentido muito restrito, e a expressão homem do mundo num sentido muito amplo.”
(BAUDELAIRE, 1988, p.167)

Sempre em estado eterno de convalescença, Baudelaire o compara a uma criança que vê tudo como novidade no maior êxtase considerando-o como um homem-criança, homem dominado a cada minuto pelo gênio da infância, em que nenhum aspecto da vida é indiferente. Em que o mundo é sua casa, apaixonado pelas paisagens das cidades grandes, onde absolve toda a inspiração para suas pinturas.

Ao anoitecer Constantin lança suas inspirações sobre o papel, um fluxo grande de informações captada durante sua deambulação pela cidade iluminada pelo sol antes que

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

elas escapem de sua memória. Guys luta contra suas frangeis memória para poder extrair dela a beleza momentânea que será guardada e impressa em suas obras.

C.G. fazer algo que possa ser chamado de Modernidade. Para ele é necessário retirar da moda o poético, o histórico e extrair o eterno do transitório, pois só assim sua arte se aproximará do conceito de moderno de Baudelaire, para quem “a Modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável”. (BAUDELAIRE, 1988, p.174). Para ele a Modernidade só se tornará Antiguidade quando for extraído dela a beleza misteriosa e fugaz e esta seria a missão de artistas como Guys.

Baudelaire critica os artistas da época que quando se dispõem a pintar cortesãs modernas se inspiravam em cortesãs de Ticiano ou de Rafael e não se inspirando nas cortesãs da época. Assim para Baudelaire eles acabavam por produzir uma obra ambígua, falsa e obscura, que não fazia destacar os trejeitos da época do pintor.

Guys era correspondente do jornal *Illustrated London News*, cobria guerras e mandava varias gravuras para a redação. Que esperava ansiosamente para publicar suas gravuras e textos sobre as Guerras, desenhos que eram de campos de batalha cheios de restos mortais, carroças de materiais e cavalos mortos. Por esses motivos Baudelaire o considera “o Pintor da vida moderna”, pois além de pintar com a alma e conseguir captar a essência da época, Constantin não se reclus em um ateliê para buscar inspirações e produzir. É na rua e na vida moderna que se encontra inspirações para suas obras, além de utilizar da arte mnemônica para produzir suas obras, em que retrata costumes, guerra, arte e principalmente a moda.

A mulher

Para Baudelaire a mulher é um belo animal, que com seus belos encantos tornava mais fácil e alegre o jogo da política. Sendo considerada por C.G. como uma divindade,

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

“um astro que preside todas as concepções do cérebro masculino” (BAUDELAIRE, 1988, p. 199) e todos os encantos da natureza que estão condensados por este único ser: a mulher. Assim tudo que adorna a mulher serve para realçar sua beleza própria. Acrescenta Baudelaire que “a mulher é, sem dúvida, uma luz, um olhar, um convite a felicidade, às vezes uma palavra; mas ela é sobretudo uma harmonia geral” (BAUDELAIRE, 1988, p.199). Assim, para ele, a mulher deve sempre estar arrumada e bela, pois para ele a mulher cumpre uma espécie de dever se esforçando em parecer mágica e sobrenatural. Mas para quem essa mulher está se produzindo? E por quê?

A resposta é encontrada quando percebemos qual é o centro do século XIX: o homem. Que concedia o favor de se casar com a mulher, pois aquela que não casava era considerada a mulher fracassada, e tinha de aceitar o fardo de ser uma solteirona, que apenas ajudava na criação e educação dos sobrinhos, acompanhante de sua mãe, ou a vida humilhante de uma governante. E se resolvesse ir trabalhar fora de casa descia de classe automaticamente e em alguns casos eram obrigadas a trocar de nome, uma mulher de prestígio deveria ser sustentada pelo marido e trabalhar apenas no serviço doméstico e na criação dos filhos. Assim a única saída para a mulher do século XIX seria o casamento. Além de ser bela e do lar, ainda, tinha que aprender com livros de boas maneiras como deveria se comportar no sexo, deveria aprender como se portar diante dos homens.

Durante o dia a mulher se vestia com simplicidade e recato, as golas subiam até o alto do pescoço, as mangas indo ao pulso e mão geralmente escondida por luvas. A noite teria uma grande mudança nos teatros e bailes em que se encontrava a burguesia da sociedade, decotes, braços e colos nus apareciam ornamentados com jóias em cena. Toda essa produção talvez pela necessidade de casar já que as governantes ficavam presas aos vestidos pretos, confinadas a vida diurna não comparecendo a eventos, fora da competição amorosa. Este é o jogo de entregas parciais em que a mulher estava para

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

não ferir a moral burguesa, ao mesmo tempo oferecendo-se a uma quantidade de homens.

Porém o casamento não colocava um ponto final nas frustrações da mulher, enquanto o homem poderia se realizar na profissão nas ciências ou na arte, a mulher era negado qualquer tipo de desejo que não fosse relacionado à casa e a criação dos filhos. Para Gilda de Mello e Souza em *O espírito das roupas* falando da mulher do século XIX “era como se não tivesse um cérebro, como se o exercício da inteligência tornasse duros os seus traços e lhe empenasse o brilho da virtude” (SOUZA, 1996, p.99). Com isso a autora diz que o peso da inteligência tornava os traços duros, e seria o que atrapalhasse ou impedisse a beleza em seu brilho. Assim seria a moda o único meio lícito de expressão feminina, inquieta e insatisfeita a mulher refaz o próprio corpo aumentando exageradamente os quadris e comprimindo a cintura. Criando assim uma obra de arte com o próprio corpo.

A indumentária feminina e os costumes

Com as proibições do imperador Napoleão Bonaparte no início do século XIX, que proibia a compra de tecidos de algodão da Índia para desenvolver a própria indústria têxtil francesa e proibia a repetição pública de vestidos das damas de sua corte, o que gerava um consumo têxtil fazendo da França um epicentro divulgador da moda feminina.

Com as prosperidades crescentes dos burgueses, a elaboração nas roupas cresce e o estilista deixa de ser uma figura humilde que visitava as mulheres em sua casa, para ser ele o proprietário de uma *Maison* onde receberá a visita das mulheres/freguesas ganhando assim grande prestígio social. As mulheres esperavam ansiosamente para serem vestidas, por exemplo, por Charles Frederick Worth, que vestia inclusive a Imperatriz Eugênia de Montijo, esposa de Napoleão III. As saias com o tempo foram

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

ficando mais rodadas com o uso da crinolina que era um tecido feito de crina de cavalo mesclado ao algodão ou linho, para criar volume. Por baixo se usava uma armação de aros chamada de *cage* (que em tradução do francês e inglês significa gaiola), sendo assim a armação e a saia chamada de crinolina que se projetava igualmente para a frente e para trás, tendo seu auge em 1860. Para James Laver em *A Roupas e a Moda* a crinolina tem o simbolismo de fertilidade.

“E a crinolina certamente possuía uma relação simbólica com a época em que floresceu. Em um dos seus aspectos, simbolizava a fertilidade feminina, como um aumento do tamanho aparente dos quadris sempre parece sugerir”. (LAVE, 1989, p.184)

Aproximadamente no final da década de 1860 o volume das saias ganhou novas proporções, deixando de ser circular, ficando reto na frente e com aspecto circular e volumoso na parte de trás. Uma espécie de anquinha saudável de arame trançado que esquentava menos a coluna, usada geralmente em conjunto com o espartilho. Os tecidos usados nas roupas eram muito sofisticados e caros tais como seda, cetim, fina lã, tafetá entre outros. As cores agora vívidas e vibrantes por tintas à base da anilina, sendo moda fazer o corpete de cor diferente da saia e o vestido em dois, uma parte estampada e a outra lisa. Os vestidos seguiam dois modelos o estilo princesa que era em uma peça só, ou com corpete e saia separada.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.



CONSTANTIN GUYS (1802-1892): *Na rua.*
Óleo sobre tela. 34 x 42 cm.
Paris, Musée d'Orsay.
Fonte: RMN

Uma década antes da *Belle Époque*² surge um movimento chamado Traje Racional, que com o apoio de alguns intelectuais. Seguiam as linhas de moda mais solta com mangas bufantes, usadas sem espartilho, sapatos sem saltos e penteados mais suaves. O movimento tinha como protesto em particular o espartilho deformador e

²Expressão francesa que significa *bela época*. Foi um período de cultura cosmopolita na história da Europa que começou no fim do século XIX, com o final da Guerra Franco-Prussiana, em 1871, e durou até a eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial, em 1914. A expressão também designa o clima intelectual e artístico do período em questão. Foi uma época marcada por profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

camadas de roupas desnecessárias. Com a *Belle Époque* o que prevalece nesse momento é o gosto curvilíneo, na moda não poderia ser diferente o que tornou o corpo feminino repositório de linhas curvas. A cintura nunca esteve tão afunilada, sendo o ideal de beleza ter 40 cm de circunferência, algumas delas passando por cirurgias de serragem de costelas flutuantes para atingir o padrão de beleza esperado. Com o uso do espartilho que comprimia todo o tronco, das ancas aos pulmões para criar a chamada silhueta ampulheta que seria volume nos ombros, cintura afunilada e volume no quadril. As saias continuaram com volumes, mas agora com formato de sino e tão justas que as mulheres mal conseguiam andar se não fossem a pequenos passos, pequenos chapéus para o dia, leques e sapatos de salto complementavam a moda.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Constantin Guys: *Loge*

Source: Wikimedia Commons (see "image archives" below)

A *Maquilagem* tem como prática do uso do pó-de-arroz, usado para esconder imperfeições, dar uniformidade as machas que a natureza semeou. E também se aproximando imediatamente o ser humano de uma estátua que seria um ser divino. Os olhos circundados de preto torna o olhar mais profundo, decidido e singular. O vermelho que invade as maçãs do rosto traz claridade à pupila e acrescenta a mesma uma paixão misteriosa. Portanto a pintura do rosto não deve ser usada vulgarmente, podendo apenas serve e embelezar a beleza, assim o artifício não embelezava a feiura.

Concluindo, este artigo tem como objetivo mostrar as condições vividas pelas mulheres na segunda metade do século XIX, como o ambiente social era negado às mulheres principalmente as burguesas que dependiam do casamento para poder ter algum tipo ascensão social e até mesmo continuar fazendo parte de sua família. Neste período a moda tende a abrir espaços para essas mulheres. O dualismo entre o vestido usado durante o dia e o usado, em teatros e restaurantes, durante a noite mostra o jogo de entregas em que a mulher era posta. Andando extremamente coberta e recatada durante o dia e em eventos da burguesia, durante a noite, se expõe a vários homens. Conduta que era guiada por livros de boas maneiras que “ensinava” como deveria ser o contato entre os sexos.

Baudelaire apresenta Constantin Guys como de um homem moderno, homem do mundo que está em eterno estado de convalescença, artista que utiliza da arte mnemônica, arte que exercita a memória, produzindo suas obras apenas durante a noite lançando todas as imagens captadas em telas. Lutando para extrair e desvendar a beleza momentânea e misteriosa da modernidade para que ela, a arte moderna, possa tornar-se um dia Antiguidade. Então Guys, considerado por Baudelaire o pintor da vida moderna abre espaços para revisitarmos a segunda metade do século XIX, período

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

revolucionário, que propõe novos gostos e formas de se organizar a sociedade capitalista, de se organizar a vida.

Referências bibliográficas

BAUDELAIRE, Charles. *O Pintor da Vida Moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Gilda de Melo. *O espírito das Roupas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FILHO, Adair Marques; MENDONÇA, Miriam da Costa M. Moreira de. *Modos de Ver a Moda*. Goiânia: PUC. Goiás, 2010.

LAVÉ, James. *A Roupas e a Moda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAGA, João. *História da Moda*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2004.

OEHLER, Dolf. *Quadros Parisienses: Estética antiburguesa em Baudelaire, Daumier e Heine*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRANCINA, Francis. *Modernidade e modernismo – Pintura francesa no século XIX*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

DAUMARD, Adeline. *Os Burgueses e a Burguesia na França*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

HISTÓRIA E TEATRO: A CONTRIBUIÇÃO DE AUGUSTO BOAL

João Vitor dos Reis¹

Resumo: A presente pesquisa busca compreender as convergências (permanências e rupturas) do Teatro do Oprimido, sobretudo a partir do o livro Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas (1975), com a peça Arena Conta Tiradentes, dirigida em 1967 por Boal e Gianfrancesco Guarnieri. Através da relação do texto da peça supracitada e a sistematização de Boal, buscamos investigar se a proposta do Teatro do Oprimido já estava presente em 1967, nas encenações de textos de Augusto Boal e Guarnieri. Dessa feita, observam-se as experiências do Teatro de Arena como as primeiras manifestações do que é exposto em Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas. Ademais, a presente proposta de pesquisa se atém aos parâmetros da História Cultural (CHARTIER, 1990), ao observarmos o teatro, enquanto prática e representação, capaz de ler a realidade histórica, especialmente nos parâmetros de sua especificidade enquanto linguagem artística (relação forma e conteúdo). Assim reafirma-se a importância de se realizar pesquisas utilizando as obras escritas para o Teatro. Portanto, essa comunicação busca as reminiscências do Teatro de Arena no sistema Teatro do Oprimido na peça Arena Conta Tiradentes.

Palavras-chave: Lugar; Representação; Teatro

Os historiadores, no Brasil, que trabalham com a metodologia que envolve as pesquisas da História Cultural e Artes Dramáticas tem, nos últimos anos, se voltado para os textos dramáticos e produções cênicas que trazem representações dos acontecimentos sócio-políticos e econômicos da década de 1960. Período do Regime Militar onde ocorreram várias manifestações artísticas como forma de oposição ao Governo.

Entre os dramaturgos e encenadores que se destacaram neste período estão Augusto Boal e Gian Francisco Guarnieri que produziram espetáculos teatrais como *Arena Conta*

¹Graduando em História (UFJ). Contato: jvreis10@gmail.com.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Zumbi e Arena Conta Tiradentes. Augusto Boal lança uma síntese conhecida como Teatro do Oprimido (TO), em 1975, a partir das experiências vividas com o grupo teatral Arena e em suas intervenções pela América Latina. Uma obra que propõe um novo sistema teatral, uma nova poética, um sistema que quebra a quarta parede, pretendendo dar voz e ação ao que o autor nominou de “*espect.-ator*”.

Com uma temática política, o Teatro do Oprimido possui várias formas (Teatro Fórum, Teatro Jornal, Teatro Invisível e Teatro Legislativo) que não buscam apenas conscientizar a plateia, buscam também levar o espectador a propor soluções para seu cotidiano através das cenas teatrais, se colocando na posição de oprimido em uma situação determinada, e através de um consenso entre o coletivo de espectadores decidir como a situação, que é transformada em cena, deve ser.

Outro aspecto do Teatro do Oprimido é situar a peça na realidade do espectador, isso ajuda na familiarização do público com a cena, facilitando a cartasse. Por isso os textos de jornais eram adaptados nas peças em falas das personagens, como no caso de Tiradentes, personagem central da peça *Arena Conta Tiradentes*. Segundo Rodrigues sobre o musical *Arena conta Tiradentes*: “O discurso de Tiradentes na peça é anacrônico, pois são construídos com “slogans” políticos demagógicos dos anos 60” (RODRIGUES: 1984, p. 226). Adiante iremos discorrer mais sobre essa obra que é um dos objetos da nossa pesquisa.

Para compreendermos a história do Teatro do Oprimido deve-se conhecer a História do Teatro Arena que surgiu nos anos 1950, em São Paulo, com o objetivo de romper com o teatro tradicional da época. O teatro no Brasil não era acessível à população, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) era a maior referência de um teatro “refinado”. O TBC fazia trabalhos aos moldes europeu, era elitizado, onde as classes mais ricas e a classe média eram as únicas que frequentavam o teatro. Para fazer frente ao TBC, surge o Teatro Arena, que era completamente o oposto de seu grupo antagonista, no sentido de sua forma e sua

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

estética, e seu posicionamento social naquele momento. O grupo tinha um caráter nacionalista, e queria promover peças de autores e diretores brasileiros. Começaram com uma forma europeia de encenação, mas que foi ganhando novos elementos com o tempo, pois a proposta do grupo era não se prender a forma. Desta maneira o Teatro Arena estava quebrando, aos poucos, com as estruturas teatrais europeias.

O Teatro Arena também possuía um caráter popular e político em seus trabalhos, onde o teatro deveria ser aberto para a população e não fechado para uma classe específica. A politização do grupo se tornou mais acirrada depois do Golpe Militar em 1964, na luta contra a censura e pelos direitos civis, quando os seus membros levavam o teatro às escolas, nos lugares públicos, nos sindicatos, onde os espectadores eram geralmente operários e estudantes. E nesse contexto totalitário dos anos 1960, que o grupo apresenta seus musicais.

Arena conta Tiradentes, é um dos trabalhos iniciais que ajudou na criação e no desenvolvimento das práticas teatrais do TO, assim como os outros musicais, escritos por Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, em 1967, sucessora do musical *Arena Conta Zumbi*. *Arena conta Tiradentes* fez parte do que seria a última fase do Teatro Arena depois de um longo processo em que o grupo primeiro faz um laboratório de interpretação com a forma teatral de Stanislavski, depois montam o seminário de dramaturgia, posteriormente adaptam os clássicos, e por fim chegam a uma estética nova que são os musicais. *Arena conta Tiradentes* foi duramente censurada, o que contribuiu para o fechamento do Teatro Arena e levou à perseguição aos seus produtores.

O musical não contava somente a história mítica de Tiradentes, mas colocava-o naquele contexto com falas anacrônicas. Também possuía uma personagem diferenciada, para coordenar os conflitos da peça, sua tarefa era dar explicações ao público ao interagir com os personagens, ao mesmo tempo em que se distanciava do universo dramático, e isso fazia com que, indiretamente, interagisse com o público, e assim definimos a

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

personagem Coringa. Fazendo jus ao nome, o Coringa possuía várias funções, era o juiz, o apresentador, o entrevistador, desta maneira a obra se mostrava em uma forma de tribunal, o Sistema Coringa tinha o objetivo “[...]de apresentar claramente durante a “performance” a peça e simultaneamente sua análise, pois o fim a alcançar era tanto político quanto estético.” (RODRIGUES: 1984, p. 223). Rodriguez destaca o papel fundamental que a personagem Coringa possuía nas peças, de “estimular respostas prontas no espectador” (RODRIGUES: 1984, p.223).

O protagonista, Tiradentes, que trazia as falas e os questionamentos para aquela época, algumas vezes acontecia pelas intervenções do Coringa. Assim o diálogo, na peça com o público não é apenas de uma propaganda ideológica, mas uma tentativa de provocação ao público. Ao dar a peça um caráter político, Boal questionava o posicionamento do público mostrando sua realidade. E desta forma transformou o herói mítico nacional, Tiradentes, em um herói revolucionário, uma personagem insatisfeita com o governo e que tentava mobilizar a sociedade contra as autoridades.

Boal não hesita em mostrar que usou o mito e não o homem. Mas, ao fazê-lo, pretende corrigir o mito apresentando tradicionalmente: em vez de mártir, Tiradentes é apresentado como herói revolucionário e como tal, serve de exemplo para a plateia brasileira dos anos 60. (RODRIGUES: 1984, p. 223).

Domingues analisando a peça, Arena Conta Tiradentes, e a relação dele com o teatro do Oprimido também diz que a obra possui essa representação do herói revolucionário.

Em vez de mártir, Tiradentes é apresentado como herói revolucionário que luta pela derrubada de um regime de opressão e pela implantação de um regime capaz de promover a felicidade de seu povo. No texto teatral, as falas de Tiradentes são anacrônicas, pois construídas com frases dos anos 1960 contra a ditadura: “culpado é quem suporta humilhação sem se revoltar”, “maior traição é não trair quem trai o povo”. O recado à plateia era claro: não aceitar a opressão e levantar-se contra ela (DOMINGUES: 2016. Disponível em:

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/arena-conta-tiradentes-o-teatro-politico/>. Acesso em 30 de ago. de 2017).

Sua conclusão coloca a peça dentro da conjuntura política do Brasil em meio à ditadura militar. É uma proposta do Teatro do Oprimido, situar o espectador em sua realidade para que em certos momentos da peça ele possa sugerir e apresentar soluções, o que não é feito em 1967, mas podemos identificar uma tentativa de provocação ao público ao mostrar a realidade e qual o procedimento para conseguir alcançar a solução da opressão.

Ironicamente, a peça fez uma profecia ao criticar a postura contemplativa da esquerda que, em 1967, perdia-se em longas discussões políticas enquanto “os soldados estão as ruas. Estão na rua para prender. E ninguém sabe. Todos pensam em se defender. Mas todos serão presos, um a um, e ninguém sabe”. Naquele mesmo momento estava-se elaborando o AI-5 que acabaria com as atividades do Teatro de Arena e de outros grupos de teatro político como o Teatro Oficina (SP) e o Opinião (RJ) com a prisão de atores e diretores (DOMINGUES: 2016. Disponível em: <http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/arena-conta-tiradentes-o-teatro-politico/>. Acesso em 30 de ago. de 2017).

Então podemos entender que o período dos musicais no Teatro Arena foi uma fase mais amadurecida do grupo com uma forma e estética original, e que em seu processo criativo o grupo passava por uma conjuntura política de opressão ao povo, daí a necessidade da sintetização das fases anteriores do Arena em um confronto com as contradições daquele momento impostos pelo golpe de 1964.

Arena tinha o propósito de questionar a plateia do Brasil de 1968, tomando o exemplo de Tiradentes, re-mitificado em herói revolucionário: não estaríamos nós, então, perdendo o tempo em atitudes contemplativas enquanto “Barbacenas e outros Viscondes põem seus soldados na rua?” Em um trabalho de 1967, Augusto Boal faz essa pergunta (RODRIGUES: 1984, p. 228).

Já Leal faz uma relação entre o protagonista e o coringa, sobre o papel que os dois possuem na obra, sobre o entrosamento dos dois. Leal diz que isso proporciona uma

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

reflexão e um diálogo com o público, através do distanciamento do coringa e o anacronismo da personagem Tiradentes na peça.

Dentre os recursos estilísticos que caracterizam o gênero épico no teatro, dois deles destacam-se por se referirem ao posicionamento daqueles que estão envolvidos na obra cênica. Por um lado, tem-se o distanciamento que diz respeito à separação do sujeito da narrativa do objeto narrado (ROSENFELD, 1965, p.14). Por outro lado, tem-se o efeito de estranhamento que visa promover o oposto da identificação catártica dos personagens pela platéia. Ambos os recursos conferem uma qualidade mais crítica que o drama no tratamento dos conflitos, estimulando uma reflexão tanto do ator quanto do público já que se encontram afastados dos personagens e podem dialogar com eles e, inclusive, assumir uma postura própria (LEAL: 2009. Disponível em: <<http://www.questaodecritica.com.br/2009/03/as-funcoes-do-heroi-e-do-curinga-em-arena-conta-tiradentes/>>. Acesso em: 30 de ago. 2017).

Assim, no texto da peça *Arena Conta Tiradentes*, escrito em 1967, é possível encontrar os elementos do TO escrito anos mais tarde, 1975. E Boal afirma que as etapas de criação do Teatro Arena é o início para o desenvolvimento do TO.

Foi a partir desse núcleo do Arena que pela primeira vez a gente não fez um produto acabado, mas decidiu fazer os meios de produção para que outras pessoas pudessem realizar seus trabalhos. Essa passagem do “nós somos os artistas” para “você passaram a ser os artistas” é que é o início do Teatro do Oprimido (ROVAI; AYER: 2008, p. 10).

Esses e outros pesquisadores escreveram sobre *Arena Conta Tiradentes* destacando o Sistema Coringa e a personagem principal, Tiradentes, relacionando-os com a temática política que a época exigia e a representação mitológica da figura de Tiradentes construída no musical. Esses trabalhos servirão de base para dialogarmos com o Teatro Arena e o Teatro do Oprimido.

Nossa pesquisa consiste em localizar em quais cenas do *Arena conta Tiradentes* estarão presentes os elementos que compõem o TO.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

E aqui pretendemos mostrar como fizemos essa relação História e Teatro e discutir como desenvolver uma pesquisa nesta temática, superando as dificuldades que se encontram nessa área.

Esse trabalho é possível graças ao rico aporte de fontes disponíveis sobre o nosso objeto e pela interdisciplinaridade entre História e Artes Cênicas (Teatro). Nesse momento analisaremos um pouco desta vasta historiografia para respondermos como pode ser feito o trabalho entre essa interdisciplinaridade.

A opção teórica metodológica é a História Cultural por se tratar da ligação interdisciplinar, onde abordaremos um tema literário, uma peça teatral, uma obra de Augusto Boal, além de trabalharmos com conceitos que são específicos dessa escola teórica como “construção” do teatro do oprimido e “representações” do Teatro do oprimido dentro da peça *Arena Conta Tiradentes*. A Escola Cultural se expandiu tanto que possibilitou a História a fazer parceria com inúmeras áreas do saber, contribuindo ao explicar contextos sociais, políticos e econômicos. Escolhemos essa opção, não por ser a melhor forma de se fazer História, mas como disse Peter Burke, por ser “simplesmente uma parte necessária do empreendimento histórico coletivo.” (BURKE, 2008. p. 163)

Borges, ao relacionar a História (processo social e disciplina) e a literatura (expressão artística da sociedade), faz uma discussão teórico-metodológica sobre o tratamento das fontes literárias, não se trata apenas das obras em si, mas de todo um mecanismo de produção. Para se trabalhar com fontes literárias, Borges fala sobre três elementos básicos que é a escrita, o texto e a leitura. A fonte, por se tratar de uma representação do passado, deve ser contextualizada de acordo com o *lugar* social em que foi produzida. “Assim, contextualizar o texto com o qual se trabalha é indispensável para elucidar o lugar em que foi produzido, seu estilo, sua linguagem, a história do autor, a sociedade que envolve e penetra o escritor e seu texto.” (BORGES:2010, p. 28)

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

Chartier (2012) discute o trabalho dentro das obras de Shakespeare modificadas pelos editores através do tempo, com o objetivo de mostrar que as obras Shakespearianas foram processos coletivos e que a figura de Shakespeare fora criada pelos editores de suas obras. O autor procura explicar uma questão de David Scott Kastan, se os textos existem independentemente do meio em que aparecem, ou são ‘encarnações’ únicas. Através de referências sobre a temática, Chartier defende que essas edições são ‘encarnações’ da mesma obra modificada acidentalmente, e como produtos adaptáveis a cada tempo em que aparecem.

Para Chartier o nome de Shakespeare só ficou popular depois de sua morte. Então podemos destacar o conceito de *representação*. Onde os editores alavancaram o seu nome em um compilado de várias obras veiculares que carregam as assinaturas de Willian Shakespeare. Suas peças se adaptaram a cada geração, através das edições, suas obras foram se *modernizando* através do tempo.

Chartier dialoga com Kastan, sua principal referência, sobre a questão da autonomia das edições dos textos de Shakespeare e sobre a ‘esquizofrenia’ imposta na utilização das obras shakespearianas após 1660 até o século XIX, se por um lado as peças deveriam ser modernizadas para garantir sucesso de público, por outro os editores queriam a busca pelos originais das obras. Chartier também fala sobre o trabalho de McKenzie com a disciplina *sociologia dos textos* que estuda os textos como formas inscritas trabalhando com sua produção e sua recepção. Tudo isso para compreendermos como as obras são incarnadas com elementos próprios de um período.

[...] As obras se oferecem a leitura de forma particular. Conforme a época e o gênero, as variações dessa forma são mais ou menos importantes e dizem respeito, de modo separado ou simultâneo, à materialidade do objeto, à grafia das palavras ou ao próprio texto. Mas, da mesma maneira, múltiplos dispositivos (filosóficos estéticos, jurídicos) sempre se esforçaram para reduzir essa diversidade, postulando a existência de uma obra idêntica a ela mesma, qualquer que seja a sua forma. No ocidente, a filosofia neoplatônica, o julgamento estético, a definição do copyright contribuíram para construir esse texto

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

ideal que os leitores reconhecem em cada uma de suas variantes particulares. Em vez de tentar se desprender de uma maneira ou de outra dessa tensão irreduzível, o que importa é identificar seus termos próprios em cada momento histórico – inclusive o nosso. (CHARTIER, In: PARANHOS: 2012, p. 33)

Dos autores brasileiros que abordam essa temática, História e Teatro, Rosangela Patriota traz as dificuldades, levantadas por Robert Paris, dessa abordagem de pesquisa, onde o pesquisador nunca será o primeiro leitor do material, já organizado e hierarquizado. Com isso ela deixa claro o tratamento que o historiador deve ter com as fontes artísticas.

Devolvê-los ao seu momento e, concomitante a este, buscar constituir um diálogo possível, a partir de séries documentais que permitam uma maior inteligibilidade destes em relação ao processo vivenciado, assim como este fornecerá elementos que auxiliem na compreensão das especificidades do objeto estudado. (PATRIOTA: 2005, p. 80)

E a partir disso, ao devolver os objetos (que apesar de serem de décadas diferentes estão intimamente ligados) ao seus tempos históricos poderemos encontrar relações específicas entre eles. Porém os objetos não falam por si só, nesse sentido selecionamos uma série textual relacionadas ao tema da pesquisa para ajudar em nosso diálogo. Colocando a fonte em seu momento histórico e em seu lugar social podemos compreender melhor as representações que ela trouxe naquele momento. Aqui os trabalhos de Arantes e Oliveira são o exemplo.

Luiz Humberto M. Arantes coloca que o trabalho do dramaturgo Jorge Andrade surgiu de uma preocupação com a história de um Brasil nação. Jorge Andrade tinha a preocupação de realizar um material histórico sobre o Brasil, de resgatar as origens dos brasileiros, com a influência de Sergio Buarque de Holanda, e viu que a origem dos brasileiros estava no meio rural, sendo assim ele abraça essa perspectiva em suas peças. E é nesse sentido que Arantes coloca Jorge Andrade em seu momento histórico e trabalha com o conceito de memória e representação, onde o autor Jorge Andrade parte de uma

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

memória individual para explicar sua vida em suas peças e como suas memórias se encaixavam com um coletivo para a construção de identidade nacional.

Oliveira utiliza o conceito de *representação*, onde as peças utilizam alegorias que identificam a conjuntura política de sua época. A autora dialoga com Roger Chartier sobre construção social das obras teatrais, onde a produção demanda de vários setores de criação, e a transmissão dos significados nos textos mudam de acordo com o tempo em que as obras são transmitidas de acordo com a intencionalidade do agente de produção em seu momento histórico. Para analisar a historiografia referente a Inconfidência Mineira, Oliveira utiliza o conceito *símbolo de poder* em cima da figura da personagem Tiradentes em determinados períodos históricos, para isso ela segue o conceito de Michel de Certeau (lugar) qual era o lugar social onde os dramaturgos fundamentaram suas obras na década de 1960?

Fiuza (2005) também trabalha com o conceito de *representação* em seu trabalho sobre uma peça teatral de Augusto Boal, *Torquemada*, 1971, e as práticas de tortura naquele período. Ela também seguiu o método que Patriota chamou atenção, e deu destaque para o processo criativo do autor, que foram as bases sociais que provocaram a criação da obra, discursando sobre suas referências e o seu contexto sócio-político.

E com as dificuldades que se tem nessa área de pesquisa podemos citar também o trabalho de Mostaço, onde ele fala sobre essa relação entre História e Teatro e informa que o historiador não deve se prender ao campo teórico, mas também deve fazer relação com o campo operacional do objeto para se chegar a algo singular e relevante para o processo cultural na História.

O historiador, portanto, antes de qualquer coisa, deve partir de um conceito operativo sobre o campo a ser investigado, mapeando suas constâncias e rupturas, suas ocorrências e vazios, seus vínculos ou cesuras em relação às demais manifestações correlatas. Isso o habilitará a compreender –e posteriormente narrar –o que de relevante e singular existe sobre o processo cultural que investiga. Este é um procedimento

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

geral, pensado como história de longos períodos. (MOSTAÇO: 2012, p. 3)

Desse modo queremos dar contribuição à historiografia do tema em geral que envolve a relação História e Teatro. Assim poderíamos enfatizar a origem do sistema Teatro do Oprimido, pois “eu creio que o teatro não é revolucionário em si mesmo, mas certamente pode ser um excelente “ensaio” da revolução” (BOAL: 1991, p. 138-139).

E entendendo o lugar social da obra, o processo criativo do autor e sua construção coletiva e os aspectos que compõem a estética da obra, podemos analisar as representações presentes na fonte teatral, no nosso caso os elementos que ajudaram na formação do sistema Teatro do Oprimido. E através dessa metodologia de análise pretendemos superar as dificuldades de diálogo com a fonte teatral que existe nessa área de pesquisa.

Logo devemos compreender em qual contexto sócio-político Augusto Boal estava inserido, entender suas obras como um processo coletivo, mais uma vez dizemos, procuraremos quais foram os meios que levaram a criação dos musicais, especialmente *Arena Conta Tiradentes*. Após entendermos isso podemos ilustrar a gênese do TO já presente nos musicais.

Nossa pesquisa será desenvolvida dentro desta perspectiva. Buscaremos dar devido tratamento histórico ao objeto, *Arena Conta Tiradentes*, sem desconsiderar os trabalhos já feitos e as outras abordagens metodológicas sobre a temática. Assim reafirmaremos a importância de se realizar as pesquisas utilizando as obras escritas para o Teatro, pois o teatro “é uma arma [...]. Por isso, é necessário lutar por ele.” (BOAL: 1991, p. 13).

Referências Bibliográficas:

ARANTES, Luiz H. M. *Teatro da memória: história e ficção na dramaturgia de Jorge Andrade*. 1ª edição. São Paulo: Annablume, 2001. 172 p.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

BOAL, A. *Teatro do Oprimido e outras Poéticas Políticas*. 6a. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____ - & GUARNIERI, Gianfrancesco. *Arena conta Tiradentes*. São Paulo: Sagarana, 1967.

BORGES, Valdeci Rezende. *História e Literatura: Algumas Considerações*. In: Revista de Teoria da História, Ano 1, V. 3, p. 94-109, 2010.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Trad. Sergio Goes de Paula. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CHARTIER, Roger. *Editar Shakespeare*. In: PARANHOS, Kátia R. (org.). *História, teatro e política*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 15-34.

DOMINGUES, Joelza E. *“Arena Conta Tiradentes”*: *O Teatro Político*. 2016. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/arena-conta-tiradentes-o-teatro-politico/>>. Acesso em: 30 de ago. 2017.

FIUZA, Sandra Alves. *Práticas de Tortura Narradas em Torquemada (1971)*, de Augusto Boal. 2005. 141. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
XII ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH - GO

Conflitos na História: Perspectivas Historiográficas e Práticas Docentes
UEG - Campus de Pires do Rio - 8 a 11 de maio de 2018.

LEAL, Douglas. *As funções do herói e do curinga em Arena conta Tiradentes*. Disponível em: <<http://www.questaodecritica.com.br/2009/03/as-funcoes-do-heroi-e-do-curinga-em-arena-conta-tiradentes/>>. Acesso em: 30 de ago. 2017.

OLIVEIRA, Sírley Cristina. *A ditadura Militar (1964-1985) à luz da Inconfidência Mineira nos Palcos Brasileiros: Em cena “Arena Conta Tiradentes” (1967) e “As confrarias” (1969)*. 2003. 208. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

PATRIOTA, Rosangela. *A escrita da história do teatro no Brasil: questões temáticas e aspectos metodológicos*. In: HISTÓRIA, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 79-110, 2005.

RODRIGUES, Selma Calasans. *Arena conta Tiradentes: uma experiência de teatro político*. In: Revista Iberoamericana, jan-mar 1984.

ROVAI, Renato; AYER, Maurício. *A gente aprende ensinando*. Entrevista com Augusto Boal. São Paulo. In: Revista Fórum. Edição 59. 2008.